

JÂNIA M. RAMOS
MÔNICA A. ALKMIM
(Org.)

PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

**VOLUME V: *ESTUDOS SOBRE MUDANÇA
LINGÜÍSTICA E HISTÓRIA SOCIAL***

Faculdade de Letras da UFMG
Belo Horizonte
2007

**PARA A HISTÓRIA DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Volume V: *ESTUDOS SOBRE MUDANÇA LINGÜÍSTICA E
HISTÓRIA SOCIAL*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Ronaldo Tadêu Pena

Vice-Reitora: Profa. Dra. Heloísa Starling

FACULDADE DE LETRAS

Diretor: Prof. Dr. Jacyntho José Lins Brandão

Vice-Diretor: Prof. Dr. Wander Emediato de Souza

Comissão Editorial

Câmara de Pesquisa
Faculdade de Letras – UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627.
31270-901 Belo Horizonte MG- Brasil

Compras

Faculdade de Letras - UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627.
31270-901 Belo Horizonte
MG -Brasil
Fone: 55(31)3409-5123
jania@netuno.lcc.ufmg.br

Jânia M. Ramos e Mônica A. Alkmim
(Organizadoras)

**PARA A HISTÓRIA DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Volume V: *ESTUDOS SOBRE MUDANÇA LINGÜÍSTICA E
HISTÓRIA SOCIAL*

Editora FALE/UFMG

Belo Horizonte
2007

P221

Para a história do português brasileiro / Jânia M. Ramos e Mônica A. Alkmim (organizadoras.) – Belo Horizonte : Faculdade de Letras da UFMG, 2007.
v.

Vários autores.

Inclui bibliografia.

Conteúdo: v. 1. Primeiras idéias – v. 2. t. 1 – t. 2 Primeiros estudos – v. 3. Novos estudos – v. 4. Notícias de corpora e outros estudos – v. 5. Estudos sobre mudança lingüística e história social – v. 6. Novos dados, novas análises.

ISBN: 978-85-7758-034-7

1 Língua portuguesa – Brasil – História. 2. Língua portuguesa – Aspectos sociais – ismo (Lingüística). 6. Língua portuguesa – Gramática. 7. Mudanças lingüísticas. 8. História social. 9. Lingüística histórica. I. Ramos, Jânia Martins. II. Alkmim, Mônica A.

CDD : 469.798

Editor Responsável
Profa. Dra. Jânia M. Ramos

Projeto de Capa
Editora Humanitas/USP

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	9
Estudos de Mudança Lingüística	
<i>Existe um ciclo de gramaticalização do artigo na România?</i> Johannes Kabatek	13
<i>Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no português brasileiro: espaço / anterior/ ~ /posterior/</i> Ataliba T. de Castilho	53
<i>Considerações acerca de mudanças semânticas da preposição “até” no português do século XIX</i> Mário Eduardo Viaro.....	133
<i>Gramaticalização da preposição “com” no português brasileiro do século XIX</i> Nanci Romero.....	155
<i>A gramaticalização da preposição “entre” no português brasileiro do século XIX</i> Verena Kewitz.....	169
<i>Gramaticalização da preposição “de”, introdutora do segundo elemento do par correlativo comparativo</i> Marcelo Módolo.....	181

Complementos verbais introduzidos pela preposição 'a'
Marilza de Oliveira.....197

*Advérbios qualitativos e modalizadores em –mente: do português
arcaico ao português do século XIX*
Mário Eduardo Martelotta e Afrânio Gonçalves Barbosa...235

*Para o estudo do artigo definido antes de pronome possessivo no
português brasileiro: algumas observações*
Ane Schei.....265

*O objeto nulo nas cartas de leitores publicadas na imprensa brasileira
do século XIX*
Sonia Maria Lazzarini Cyrino.....283

Algumas diretrizes para uma abordagem formal da gramaticalização
Lorenzo Vitral e Jânia Ramos317

*Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos
XVIII e XIX*
Célia Regina dos Santos Lopes e Maria Eugênia Lamoglia Duarte....329

Estudos de História Social

Por uma história social do português no Brasil
Renato Pinto Venâncio.....359

Panorama preliminar da história do letramento de negros na Bahia
Rosa Virgínia Mattos e Silva, Klebson Oliveira e Tânia Lobo.....373

*Elementos para uma sócio- história do semi- árido baiano (Zenaide
de Oliveira Novais Carneiro e Norma Lúcia F. Almeida).....*423

*Aspectos da História Demográfica e social do Rio de Janeiro (Dinah Callou
e Carolina Serra).....*443

<i>Os escravos e a língua: em busca de bases históricas para uma Reflexão</i>	
Tânia Alkmim.....	465
<i>Escravos em anúncios de jornais brasileiros do século XIX: Discurso e ideologia</i>	
Helena Nagamine Brandão.....	485
<i>Marcas de interação na correspondência publicada em jornais</i>	
Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade.....	507
<i>O gênero notícia no Brasil: notas para uma história</i>	
Marlos de Barros Pessoa....	545
<i>Registros rurais de tupinismos no Atlas Lingüístico do Paraná e sua relação com a história social paranaense</i>	
Vanderci de Andrade Aguilera, Lídia Albino e Celciane Alves Vasconcelos.....	579

Apresentação

Este volume compõe-se de textos apresentados durante o V Seminário Para a História do Português Brasileiro, que teve lugar em Ouro Preto, no período de 14 a 17 de outubro de 2002. Tal como os seminários anteriores, reuniram-se neste evento pesquisadores brasileiros e alemães. A participação dos pesquisadores estrangeiros foi possível graças ao Convênio CAPES/DAAD/PROBRAL.

Os capítulos estão distribuídos em duas seções. A primeira trata de análise linguística. Inicialmente Johannes Kabatek discute a evolução histórica que tem apontado para a obrigatoriedade do uso do artigo nas línguas românicas. Apresenta um ciclo e discute o estatuto do português brasileiro em relação às fases propostas. Por fim, analisa as implicações dos resultados obtidos à luz do que se entende por gramaticalização. Os seis capítulos seguintes mantêm o tema da gramaticalização, focalizando preposições. Ataliba Castilho apresenta uma análise multissistêmica das preposições, em que busca demonstrar que os parâmetros de posição, deslocamento e distância no espaço são capazes de dar conta das diferenças semânticas e sintáticas já apontadas em estudos anteriores. Sua contribuição representa uma alternativa tanto para as análises que sustentam serem algumas preposições vazias de significado quanto para aquelas que sustentam terem as preposições múltiplos significados. No capítulo seguinte, Mário Viaro trata da gramaticalização do item 'até', identificando-o como preposição. Apresenta sua etimologia, identifica contextos de uso e documenta uma trajetória diacrônica desse item. No quarto capítulo, Nanci Romero descreve o percurso diacrônico da preposição 'com'. Documenta certa estabilidade de uso no século XIX e indica estar havendo sua substituição por outros itens no século XX. Dando prosseguimento ao tema, Verena Kewitz toma como objeto a preposição 'entre'. Apresenta informações de natureza etimológica, identifica propriedades textuais e semânticas desse item, e ainda contextos em que seu uso é preferencial. Marcelo Módulo, por sua vez, toma como objeto a preposição 'de' em estruturas correlativas do tipo 'menos do que', argumentando que essa preposição teria inicialmente assumido as funções do ablativo latino de separação e, posteriormente, teria se contraído com o pronome demonstrativo neutro o. No capítulo seguinte Marilza de Oliveira identifica dois processos de mudança em complementos verbais

introduzidos pela preposição 'a': (i) substituição lexical por para e em, e (ii) apagamento, sendo esse último interpretado como uma etapa do processo de gramaticalização.

Ainda sob o enfoque da gramaticalização, são tomados como objeto de estudo os advérbios terminados em *-mente*, os artigos e os pronomes. Mário Martelotta e Afrânio Barbosa analisam advérbios qualitativos em terminados em *-mente*. Concluem que se trata de um fenômeno de gramaticalização e explicitam sua trajetória, e sugerem novos desdobramentos dessa pesquisa. Anne Schei, por sua vez, investiga o uso variável de artigo antes de pronome possessivo em textos brasileiros e portugueses do século XIX. Seus resultados mostram maior frequência de uso do artigo, nesse contexto, em textos portugueses. No capítulo seguinte, Célia Lopes e Maria Eugênia Duarte apresentam uma análise sociolinguística das formas de tratamento encontradas em cartas não oficiais escritas no Brasil nos séculos XVIII e XIX, com o propósito de identificar fatores que aceleraram o processo de gramaticalização cujo resultado foi a formação do item "você". Identificam os fatores (i) grau de intimidade e (ii) restrições sintáticas relativas à ordem dos constituintes. Ainda sobre pronomes, Sônia Cyirino apresenta uma análise quantitativa e qualitativa de objetos nulos em cartas de leitores publicadas em jornais do século XIX no Brasil. Discute questões relativas ao estatuto teórico do fenômeno, argumentando a favor de que se trata de elipse de sintagma nominal. Por fim, Ramos e Vitral, com base em estudos prévios sobre os novos clíticos no português brasileiro, discutem a suposição de Lehmann, C. (1982) *Thoughts on Grammaticalization: A Programmatic Sketch*, Volume 1. *Arbeiten des Kölner Universalien-Projekts* 48. Universität Köln, Köln, de que haveria concomitância entre os processos de esvaziamento semântico e perda de substância fônica no processo de gramaticalização.

A segunda seção deste volume compõe-se de nove capítulos sobre história social da língua portuguesa no Brasil. Abre esta seção o texto de Renato Venâncio, em que se discutem, com base em dados demográficos, a intensidade e a importância das correntes migratórias no cenário linguístico da América Portuguesa. No capítulo a seguir, Rosa Virgínia Mattos e Silva, Tânia Lobo e Klebson Oliveira identificam fontes documentais escritas por africanos e negros brasileiros forros na Bahia no século XIX. Seu propósito é explicitar os caminhos trilhados por negros integrantes de grupos sociais subalternos, através de espaços extra-institucionais, em seu processo de alfabetização. Ainda

sobre a Bahia, é-nos oferecido por Zenaide Carneiro e Norma Almeida um novo capítulo no qual é apresentada uma descrição do semi-árido baiano, focalizando o perfil demográfico. Com base na documentação sobre núcleos quilombolas, concluem não ter havido condições para o desenvolvimento de algum tipo de crioulo na região. É com base na história demográfica e social do Rio de Janeiro que vai se desenrolar o próximo capítulo. Dinah Callou e Carolina Serra buscam correlacionar índices de escolarização e normatização lingüística, chamando a atenção para o fato de que a constituição de uma norma nacional ocorreu, no século XIX, rejeitando-se o modo de falar da maior parte da população.

É exatamente a realidade lingüística de uma parte da população — os escravos — o tema do capítulo seguinte. Nele Tânia Alkmim investiga registros de fala de negros, mostrando serem esses brevíssimos na historiografia sobre escravidão. Para a autora, essa lacuna é surpreendente, tendo em vista a significativa presença dos escravos no cenário econômico da América portuguesa nos séculos XVII a XIX. Helena Brandão, por sua vez, busca depreender aspectos sociais, políticos e ideológicos das relações cotidianas estabelecidas com escravos, a partir do modo como essas relações são representadas em textos de anúncios publicados em jornais brasileiros (1828-1880). Os jornais paulistas do século XIX são a fonte usada por Maria Lúcia Andrade, que focaliza a interação social, a partir de marcas lingüísticas encontradas em cartas, publicadas numa seção que poderia ser descrita como consultório de reclamações, pedidos ou mesmo de contato com parentes ou amigos. Elementos característicos de interatividade direta foram ali identificados.

O capítulo seguinte trata da história da imprensa no Brasil. Marlos de Barros Pessoa busca recompor o processo de construção do que hoje se reconhece como notícia. Sua proposta toma como parâmetros o conteúdo, a técnica e a forma desse tipo de texto.

Finalizando esta coletânea, Vanderci Aguilera, Lídia Albino e Celciane Vasconcelos buscam demonstrar a concentração e expansão de alguns itens lexicais de base tupi registrados nas cartas lexicais do Atlas Lingüístico do Paraná, referentes ao espaço do Paraná tradicional, ou seja, o que abrange a região colonizada entre os séculos XVII a XIX.

Em resumo, o presente volume constitui uma significativa amostra do trabalho que vem sendo produzido por uma equipe de especialistas em história da língua portuguesa, ao longo dos últimos dez anos.

As Organizadoras

Existe um ciclo de gramaticalização do artigo na România?

por

Johannes Kabatek

Universität Tübingen, Alemanha

1. O estudo da gramaticalização tornou-se, nos últimos tempos, uma das principais áreas da lingüística histórica e, sobretudo, da lingüística cognitiva, sendo as línguas românicas utilizadas com freqüência como fonte de exemplos ilustrativos. De fato, a evolução das línguas românicas apresenta alguns casos “típicos” de gramaticalização, principalmente quando se comparam o francês moderno e o latim e em casos como o surgimento das perífrases verbais temporais, das partículas de negação ou dos advérbios terminados em *-mente*. Nesse contexto, o termo gramaticalização (em inglês, *grammaticalisation* ou *grammaticization*, cf. Hopper; Traugott, 1993, xvi) é usado de maneira não-uniforme, ou melhor, com diferentes restrições. Tradicionalmente, utiliza-se esse termo, em analogia à lexicalização, para todos os processos nos quais um elemento qualquer se integra ao sistema gramatical de uma língua. Em estudos mais recentes, ele aparece de forma menos abrangente: primeiro, com referência a Antoine Meillet,¹ especificamente no que diz respeito a processos de transformação, nos quais elementos do léxico se tornam elementos da gramática (por exemplo, lat. *mens* como doador do sufixo adverbial *-mente*); segundo, com referência a Jerzy Kuryłowicz, como um processo no qual ou elementos do léxico se transformam em elementos da

¹ Meillet é considerado nas pesquisas atuais como o “descobridor” da noção de gramaticalização. No século XIX, entretanto, a idéia de que a gramática retira seus elementos do léxico já era difundida (e, dessa forma, também evidente para Meillet) e pode ser encontrada já no século XVIII em John Horne Tooke (1786).

gramática, ou elementos da gramática se tornam “mais gramaticais” ainda.²

Essa última definição implica uma gradação do termo *gramática*, o que alcançou consenso nos últimos anos, quando, em algumas escolas lingüísticas, uma das mudanças fundamentais de paradigma consistia em substituir o pensamento em categorias discretas pela noção de *continuum*. Pode-se considerar ainda como uma restrição adicional nos estudos da gramaticalização a predominância do ponto de vista “cognitivo”, a partir do qual os processos de gramaticalização observados em diferentes línguas do mundo têm a sua razão de ser em princípios cognitivos básicos, como o fato de que categorias gramaticais mais abstratas são freqüentemente substituídas por elementos concretos (por exemplo, temporalidade por espacialidade), já que o pensamento humano busca a reificação do abstrato. Além dessas restrições, desenvolveram-se nas pesquisas de gramaticalização determinados princípios básicos, aceitos em geral, pelo menos como tendências predominantes. Entre esses podem-se citar o princípio da unidirecionalidade e o da irreversibilidade de processos de gramaticalização,³ ou o princípio da ciclicidade, como já defendido em diferentes pontos na teoria da mudança lingüística.⁴

2. Um caso bem específico, mas mencionado na maioria das obras de referência sobre gramaticalização, é o chamado ciclo do

² “Gramaticalização consiste no aumento do domínio de um morfema, avançando de um *status* lexical para um *status* gramatical, ou de um menos gramatical para um mais gramatical, por exemplo, de um formante derivacional a um flexional.” (Kuryłowicz, 1965: 69; cf. também Heine, Claudi e Hünemeyer, 1991: 2; e Hopper e Traugott, 1993, XV). Para noções introdutórias sobre gramaticalização ver, entre outros, Lehmann (1982, 1985); Hopper e Traugott (1993); Bybee, Perkins e Pagliuca (1996).

³ Cf., por exemplo, Haspelmath (1999).

⁴ Já abordado por Georg von der Gabelentz ou Otto Jespersen; na literatura atual em Helmut Lüdtke (1980); cf. também, em relação ao artigo, Givón (1978).

artigo, como apresentado principalmente por Joseph Greenberg em diversos trabalhos (1978; 1991). Esses trabalhos, citados posteriormente na discussão sobre gramaticalização em geral, serviram de estímulo para uma série de outros estudos sobre o tema — também no que diz respeito às línguas românicas. Greenberg estabelece, principalmente através da análise de diversas línguas da família Níger-Congo, uma escala de evolução dos denominados “marcadores de gênero” (gender markers),⁵ a qual é constituída de quatro níveis. No nível 0 estão os demonstrativos, considerados “a origem mais comum do artigo definido” (1978, 61).⁶ O “passo” do nível 0 para o nível I é aquele a partir do qual um demonstrativo, depois da redução de sua força dêitica — o que pode ser explicado, entre outros fatores, através do uso anafórico⁷ —, torna-se um identificador geral, também

⁵ Greenberg (1978: 49 *et seq.*) divide as línguas com diferentes sistemas de classificação nominal naquelas com sistemas de gênero, classificadores de número e classificadores de possessivo.

⁶ Há um grande número de línguas sobre as quais se pode comprovar que os artigos se transformaram em demonstrativos. Cf. Heine; Kuteva (2001: 109 *et seq.*).

⁷ Cf., por exemplo, Wackernagel (1924: 130 *et seq.*). Em relação ao romeno, os usos do demonstrativo, como em *omul cel bun*, os quais conduzem à utilização de um “falso artigo” (cf. Greenberg, 1978: 76 *et seq.*; Gamillscheg, 1936; Lerch, 1940), são considerados causadores da perda da força dêitica do demonstrativo, o que dá ensejo à criação de processos mais expressivos para a demonstração. Sobre a história do surgimento do artigo nas línguas românicas há uma vasta literatura (cf. em Schmitt, 1987 e Selig, 1992 uma visão panorâmica deste tema). Segundo Himmelmann (1997: 96), não se pode explicar a gramaticalização como “uma perda progressiva da força dêitica” do demonstrativo latino; esta deveria ser explicada como “uma rede de possíveis pontos de transição entre contextos de uso pragmática e semanticamente definidos e entre diferentes contextos de uso semanticamente definidos”. Ele aponta que os contextos anafóricos podem explicar somente em parte o surgimento do artigo e acentua principalmente o significado da “dêixis anamnésica” (o termo é proveniente de Bühler, 1934: 309; cf. também “Intermediate techniques” em Auer, 1984). Uma vez que se trata aqui sobretudo da evolução do

para aqueles elementos conhecidos através do contexto ou devido ao seu caráter universal (por exemplo “o sol”). No nível II, amplia-se o emprego do artigo definido a praticamente todos os substantivos; o uso do artigo torna-se cada vez mais redundante, apesar de existirem casos típicos de exceções: sobretudo nomes próprios, predicados nominais e objetos negados. Greenberg chega à conclusão de que essas “exceções” surgem tipicamente em dois pólos contrários de uma escala de determinação. De um lado, na posição em que um nome já está inerentemente determinado — como os nomes próprios —, de outro, em casos de uso genérico. No nível III, por fim, a utilização do artigo é ampliada a todos os substantivos. Nesse nível, não há mais oposição de elementos com ou sem artigo. Dessa forma, ele perde totalmente sua função inicial e transforma-se em pura marca nominal. Nos casos em que o artigo possuía anteriormente funções secundárias, como a de marcar gênero ou número, essas tornam-se a função principal, juntamente com a de marca nominal, a qual também pode ser utilizada para a substantivação de verbos.⁸

Nível 0		Nível I		Nível II		Nível III
Demonstrativo	→	Artigo definido	→	Artigo não-genérico	→	Marca nominal
por exemplo> lat. ILLE	>	lat. arc./fr. arc. ILLE/ <i>le</i>	>	fr. <i>Le</i>	>	fr. <i>le</i> ??

Em relação à idéia de uma evolução cíclica do processo de gramaticalização, deve-se dizer que podem surgir novos demonstrativos nos níveis que se seguem ao nível I, os quais, por sua vez, são candidatos para esse processo.

artigo nas línguas românicas, não será aprofundado neste trabalho seu surgimento.

⁸ Cf. também Lehmann (1982: 57).

Há, assim, uma correlação entre a evolução do ciclo e a redução, cada vez mais marcante, da possibilidade de se utilizar substantivos sem artigo. No nível I existe ainda uma oposição real entre o uso com ou sem artigo, a qual se torna quase insignificante no nível II e desaparece totalmente no III.

Quais são, atualmente, as possibilidades de utilização de substantivos sem artigo nas línguas românicas e em que posição da escala de Greenberg os artigos dessas línguas devem ser, conseqüentemente, inseridos são as principais questões com as quais me ocuparei neste trabalho. A análise ficará restrita a algumas considerações importantes sobre o francês e os idiomas ibero-românicos — neste caso, o espanhol, o português europeu e o português brasileiro.⁹ Observando-se as línguas românicas, pode-se constatar que o francês é o que corresponde de forma mais evidente à escala de Greenberg, ocupando nessa a posição mais avançada. A análise a seguir será, portanto, iniciada com essa língua.

3. Um ano antes da publicação do ensaio de Greenberg, Martin Harris (1977) já havia proposto, para o francês, um ciclo de gramaticalização do artigo. Baseando-se no conhecido fato de que o desaparecimento das desinências verbais e nominais no francês do final da época medieval tenha feito com que gênero e número não fossem mais expressos no próprio substantivo, mas sim, com poucas exceções, através de artigos ou demonstrativos, Harris defendeu a hipótese de que *le* se havia transformado, em francês, em um prefixo de gênero e número. Ao mesmo tempo, segundo ele, o sistema havia sido restabelecido com o

⁹ No que diz respeito ao idioma italiano, pode-se observar que, por um lado, ele apresenta uma certa semelhança com o espanhol, por outro, possui tendências que o aproximam do francês, devido à existência de um artigo partitivo, que tem o uso fixado, em parte, pela norma (mas também não-uniforme nas diversas variedades). Em romeno podem-se constatar, em um sistema semelhante (apesar da diferença superficial da ênclise do artigo), alguns empregos divergentes daqueles das demais línguas românicas (principalmente em relação às preposições).

deslocamento de *ce* na função de artigo, conforme o seguinte esquema (Harris, 1977: 256):

	Prefixo de gênero e número	Artigo	Demonstrativo
lat. cl.	-	-	HIC - ISTE - ILLE
lat. v.	-	ILLE	ECCE ISTE - ECCE ILLE
fr. arc.	-	<i>le</i>	<i>cest - cel</i>
fr. mod.	<i>Le</i>	<i>ce</i>	<i>ce ... ci - ce ... lá</i>

Apesar de as observações de Harris sobre a evolução do demonstrativo latino estarem corretas — observações estas certamente de conhecimento geral —, suas conclusões parecem ser um pouco precipitadas. Primeiro, *ce* não possui no francês moderno apenas uma função atualizadora, mas também discriminadora;¹⁰ segundo, *le* não apresenta, de forma alguma, exclusivamente a função marcadora de gênero e número.¹¹

A evolução do artigo em francês foi também abordada em diversos trabalhos por Richard Epstein, que tomou como referência os estudos de Harris e Greenberg. Epstein criticou

¹⁰ Refiro-me aqui à terminologia de Coseriu (1955-56).

¹¹ Isso também foi observado por Lyons (2000: 232). Ele afirma que há uma zona de interferência entre demonstrativos e artigos, preenchida nas línguas que não possuem artigos, de uma forma bem nítida, pelos demonstrativos. Em francês, deve-se apontar nessa região um acúmulo do *ce*, o que não alterou, de maneira alguma, seu *status* no sistema. A esse respeito, Lyons presume que mesmo se *ce* se transformasse em um artigo, não implicaria que *le* deixaria de ser um artigo, mas sim que isso poderia levar à existência paralela de dois artigos. Cf. também Himmelmann (1997: 94): “Um demonstrativo, mesmo quando utilizado freqüentemente em contextos anafóricos ou anamnésicos, continua a ser (...) um demonstrativo.”

nesses, contudo, a conclusão de que o artigo em francês moderno se tenha transformado em uma simples marca de gênero e número.¹² O principal argumento é o de que substantivos com artigo podem entrar em oposição com substantivos sem artigo e, assim, os artigos não podem ser, de forma alguma, puras marcas nominais com função determinadora de gênero e número:

A idéia de zero estar restrito a uma estrutura residual não é exata. Ele entra em alternância significativa com os outros artigos em uma grande variedade de contextos. (Epstein, 1995: 163)

Para Epstein, é necessário que se estabeleça, em primeiro lugar, uma explicação discursivo-pragmática de determinados usos (ou não-usos) do artigo. A crítica de Epstein é pertinente; deve-se acrescentar, ainda, que os exemplos possíveis de substantivos sem artigo no francês apresentam, quase sempre, alguma condição especial. Em (1a) esta “condição especial” é a função atributiva; em (1b) a utilização de sintagmas preposicionais e em (1c) o fato de ser um nome próprio — os casos classificados por Greenberg como típicos “resquícios” das línguas dos níveis I e II. Devem ser acrescentados a esses, também, as freqüentes *locutions verbales* em francês, casos de integração nominal no sintagma verbal, como em (1d), nos quais não se trata, de fato, de substantivos sem artigos, mas sim de substantivos em estruturas fixas com o verbo.¹³

(1)

(a) Il est avocat.

¹² “Apesar de essa teoria ser teoricamente plausível, ela permanece inconsistente em quaisquer dados empíricos, uma vez que simplifica uma situação bem mais complexa.” (Epstein, 1994: 76).

¹³ O que pode ser constatado, entre outras coisas, pelo fato de não ser possível separar essas estruturas quando há topicalização: **C'est une faim terrible que j'ai*. Alguns desses verbos podem ser substituídos por outras formas não-complexas, como *avoir peur* → *craindre*.

(b) avec courage / avec un courage fou / avec le courage que l'on sait / avec du courage, on arrive à tout (Pottier, 1962: 158)

(c) Pierre parle trop.

(d) avoir soif, avoir faim, avoir peur, perdre patience, rendre justice etc.

(e) Sonia Iglésias, chercheuse au Musée des cultures populaires... (Libération, 2. November, 1991.)

(f) Mais dès le Championnat terminé, je remettrai casque et épaulières (L'Équipe, 22.10.1991) [apud Epstein, 1995.]

(g1) Livres, cahiers et stylos tombèrent. (Curat, 1999: 179)

(g2) Des livres, des cahiers et des stylos tombèrent.

(g3) Les livres, les cahiers et les stylos tombèrent.

Podemos caracterizar esses exemplos, assim, num sentido amplo, como “exceções”. Os casos (1f) e (1g) podem ser, também, explicados dessa forma: em construções coordenadas, os elementos coordenados são considerados uma unidade cujos elementos determinam de certo modo uns aos outros.¹⁴ Em diversos dos casos, há ainda uma oposição, mesmo estando esta restrita a uma “região periférica”.¹⁵

Existe ainda em francês mais um caso especial de substantivos sem artigo: os fraseologismos, com em (2a) e (2b).

(2)

(a) Pierre qui roule n'amasse point mousse.

¹⁴ Cf. Raible (1972: 68 *et seq.*), com exemplos.

¹⁵ Curat (1999: 177 *et seq.*) apresenta uma lista com 42 dessas “exceções”.

- (b) Bière qui mousse n'a plus de goût.
- (c) La/une pierre qui roule n'amasse pas de mousse.
- (d) ?Vache qui rit ne mange pas de foin.

Os itens acima são, todavia, exemplos de estruturas residuais de formas mais antigas da língua, ou seja, de arcaísmos, os quais podem ser integrados, de certa forma, num texto em francês moderno como “extra-estruturalismos” (Flydal, 1951), como citações de uma “outra língua”.¹⁶ Essas estruturas infringem a regra já difundida desde Vaugelas segundo a qual uma oração relativa não deve ser colocada depois de um substantivo sem artigo.¹⁷ Tais fraseologismos são mantidos como símbolos complexos e interpretados como uma unidade. Partindo-se do atual sistema da língua, eles deveriam ser provavelmente formados mais como em (2c). Uma nova forma como em (2d) seria ainda imaginável, mas neste caso temos um aparente fraseologismo, uma imitação de determinadas expressões cristalizadas comuns em francês. Em relação aos fraseologismos pode existir na língua um subsistema que obedece a regras próprias. Devido ao caráter arcaico desses tipos de frases, no entanto, essas regras (ou pseudo-regras imitativas, às vezes até mesmo hipercorretas) são freqüentemente retiradas de um estágio mais antigo da língua.

Uma vez constatado que o francês moderno, contrariamente ao francês arcaico, permite somente alguns casos nos quais o substantivo pode aparecer sem o artigo, mas que apresenta ainda casos isolados de oposição, cumprindo assim as condições estabelecidas por Greenberg em (3), podemos classificá-lo como uma língua avançada do nível II.

- (3) Deve haver pelo menos uma construção na qual os substantivos comuns apareçam em sua forma não-

¹⁶ Na gramática de Port Royal já são encontradas alusões sobre esses “restos do velho estilo”. Cf. também Raible (1972: 69).

¹⁷ Cf. também Raible (1972: 66).

articulada, de maneira que todos os substantivos comuns possuam duas formas contrastivas, uma com e outra sem artigo. (Greenberg, 1978: 63)

4. Para o idioma espanhol, Amado Alonso defendeu, em um artigo clássico — que ainda hoje possui uma certa atualidade —, a idéia de orações como as do item (4) não serem de forma alguma arcaísmos, mas sim modelos produtivos e vivos da língua moderna: 18

(4)

(a) Piedra que rueda no cría moho.

(b) Perro que ladra no muerde.

(c) Casa con dos puertas mala es de guardar.

Alonso tenta explicar a ausência ou presença do artigo na língua espanhola de maneira homogênea.¹⁹ Nessa tentativa ele

¹⁸ Alonso aponta a existência de “orações muito abundantes já desde a Idade Média, que não são arcaísmos ou supervivência literária, mas estão ainda em plena vitalidade” (Alonso, 1961: 144, grifos meus).

¹⁹ “Sempre que a língua admite, portanto, a alternância da presença ou ausência do artigo, ele destaca a referência lógica ao objeto real e também a outros valores de caráter intelectual, como os formais. A ausência do artigo, por sua vez, vem acompanhada de uma conotação emotiva ou da vontade de ressaltar seus interesses em relação à organização racional da expressão” (Alonso, 1961: 143). De maneira semelhante, Vossler (1929: 79 *et seq.*) comenta sobre o latim que a ausência do artigo seria proveniente de uma maior imediaticidade de percepção: “Os latinos não o (= o artigo) possuíam, mas também não precisavam dele. Eles tinham as coisas, sobre as quais falavam, vivas e presentes em sua imaginação.” Também Sekiguchi, que dedicou em sua monumental trilogia sobre o artigo alemão um volume inteiro ao artigo nulo, argumenta de forma parecida (cf. Sato, 1986).

mistura, porém, dois casos distintos. Enquanto casos como os dos exemplos em (4) podem ser vistos, em analogia com o francês, como resquícios de um estágio mais antigo da língua, há uma série de construções nas quais o espanhol moderno, diferentemente do francês, permite ou mesmo exige a ausência do artigo. Deve-se acrescentar ainda que os casos do item (4) contrariam a condição válida no espanhol moderno denominada por Margarita Suñer “Naked-noun-constraint”:

(5) Um substantivo comum não modificado em posição pré-verbal não pode ser o sujeito superficial de uma oração com entonação e acento normais. (Suñer, 1982: 209)

É importante considerar aqui a condição de “entonação e acento normais”. Com um acento marcado, os exemplos em (6) são todos, de fato, possíveis no espanhol moderno, sendo que essa restrição abrange também, de maneira considerável, objetos em posição pré-verbal. Trata-se de construções focalizadas, nas quais o objeto está deslocado para esquerda (6a-c) ou o sujeito salientado (6d-e).

(6)

(a) *Moça tan hermosa / non vi en la frontera / como una vaquera / de la Finojosa.* (Marqués de Santillana)

(b) *Casa tan barata no la encuentras ya fácilmente.* (apud Alonso, 1961, p. 144.)

(c) *Gente hay que no sabe lo que dice.*

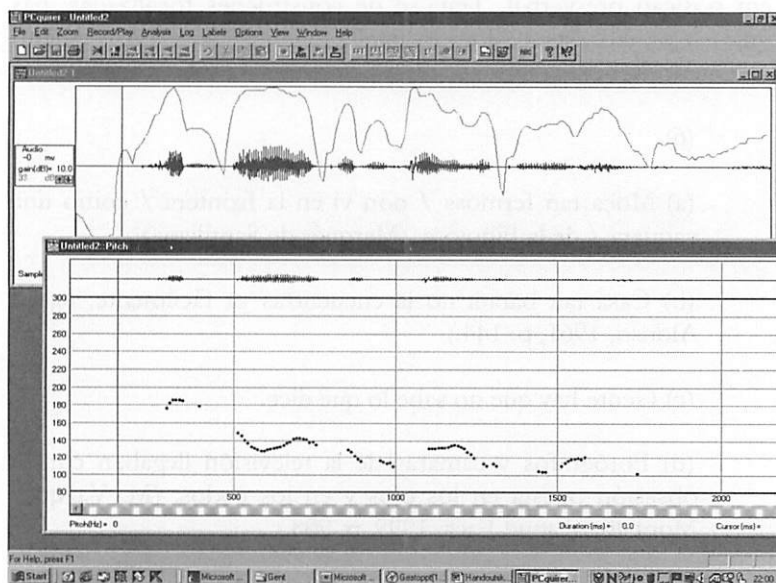
(d) *Fotógrafos y cámaras de la televisión llegaban con la obsesión puesta en los ojos y en los codos.* (M. Vázquez Montalban, apud Laca, 1999, p. 908.)

(e) *Tipos como ese no suelen tener paciencia.* (Eduardo Mendoza. *La verdad sobre el caso Savolta*, p. 124, *ibd.*).

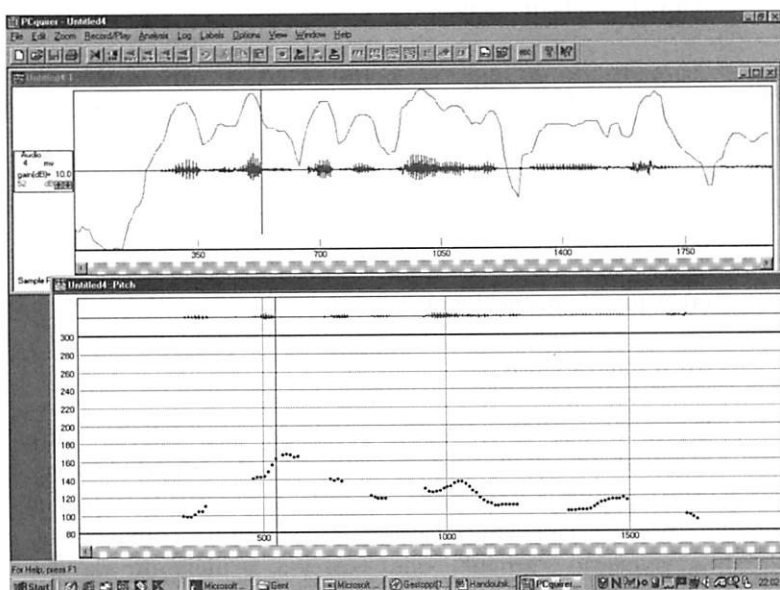
Segundo Laca (1999: 908), sujeitos pré-verbais precisam satisfazer, ainda, duas outras condições: eles devem estar no plural e serem compostos ou por vários substantivos coordenados ou por substantivos acompanhados por elementos dêiticos como *así / como este / de este tipo / de esos / tales* etc.

Que são necessárias aqui condições especiais de entonação pode ser constatado quando comparamos a pronúncia de (6c), por um falante nativo em (7a), com a pronúncia de *La gente no sabe lo que dice* em (7b), em que o artigo é empregado. Podemos observar, nas análises acústicas a seguir, que a frequência fundamental do primeiro segmento no exemplo (7b) é bem menor do que a da oração sem o artigo, confirmando-se, assim, a idéia de Suñer.

(7) (a) Intensidade (gráfico superior) e frequência fundamental (gráfico inferior) de *Gente hay que no sabe lo que dice*.



(b) Intensidade (gráfico superior) e frequência fundamental (gráfico inferior) de *La gente no sabe lo que dice*.



Apesar de os exemplos analisados anteriormente serem bastante comuns em espanhol, os casos mais frequentes de substantivos sem artigos nesse idioma são aqueles que exprimem genericidade parcial.²⁰ O conceito de genericidade parcial remonta a Paul Christophersen (1939), que em um trabalho sobre o inglês diferencia usos de genericidade total e usos de genericidade parcial:²¹

²⁰ Sigo nesse trecho, essencialmente, o trabalho de Laca (1999), um excelente estudo, informativo e esclarecedor, sobre os possíveis usos de substantivos sem artigo no espanhol.

²¹ Essa diferenciação corresponde, de forma considerável, a de Krifka *et al.* (1995: 2 *et seq.*).

(8) A espécie inteira em todos os lugares e em todos os tempos (toto-generic sense): chumbo é mais pesado do que ferro (...) [vs.] Uma quantidade indefinida da espécie (parti-generic sense): iremos tomar chá em breve (...) (Christophersen, 1939: 33)

Ao contrário do inglês (e, como veremos mais adiante, do PB), a genericidade total em espanhol — como na maioria das línguas românicas — é expressida pelo uso do artigo definido (9a), enquanto na genericidade parcial o artigo está ausente:

(9)

(a) A Juan le gusta el vino.

(b) ¿Quieres vino?

Dessa forma, temos como resultado uma relação entre característica de contável, número e emprego do artigo. Uma vez que para se exprimir uma parte do todo a genericidade parcial somente pode existir em relação a substantivos contáveis no plural, a oposição “artigo” (que expressa a idéia ou de um referente definido ou genérico: *los niños están en el patio / los niños [todos] son inocentes*) vs. “artigo nulo” (que expressa genericidade parcial: *hay niños en el patio*) é válida somente para o plural. Para os substantivos não-contáveis, que por suas próprias características não possuem plural,²² a oposição ocorre somente no singular (definido: *la leche está en la mesa / genérico: la leche es sana / genericidade parcial: hay leche en la mesa*). O esquema a seguir resume essa relação para o uso do artigo:

Plural + subst. não-contáveis no singular:

Oposição subst. sem art. vs. art. + subst.

²² As formas do plural de substantivos não-contáveis são plurais nos quais esses substantivos são considerados contáveis: “quatro leites” são “quatro copos de leite” etc.

Sg. contável: sempre Art. + Subst.

Comparando-se o espanhol e o francês, pode-se observar em (10) que, justamente para se expressar genericidade parcial, o emprego do artigo representa a diferença mais marcante entre as duas línguas. Em francês, exprime-se genericidade parcial através de um artigo partitivo, o qual se tornou obrigatório com a eliminação das desinências verbais e nominais na época posterior ao francês medieval.

(10)

(a) fr. On a acheté du pain / des livres.

(b) esp. Hemos comprado pan / libros.

(c) fr. On a acheté un livre.

(d) esp. Hemos comprado un libro.

Tomando como base essa comparação, ainda que ela seja reduzida, podemos afirmar que há bem menos restrições para substantivos sem artigo em espanhol do que em francês e, no que concerne à genericidade parcial, acrescenta-se às funções já apresentadas do “artigo nulo” em francês mais uma importante função no espanhol. Diacronicamente, o espanhol aparece aqui — como em vários outros âmbitos — em um nível mais arcaico que o francês. E, de um ponto de vista tipológico, o artigo em espanhol está, dessa forma, menos gramaticalizado do que em francês e situa-se na escala de Greenberg “mais à esquerda”.

5. Para o catalão, o resultado é semelhante ao do espanhol, e também para o português europeu quase não há diferenças.²³

²³ Um caso que não será analisado aqui é o emprego do artigo, nas duas línguas, antes de nomes próprios. Uma vez que nomes próprios já são determinados, o artigo é, neste caso, redundante e pode assumir funções secundárias, como funções estilísticas. Na norma do catalão e do português de Portugal, o uso antes de nomes de pessoas (em catalão, em

Como em espanhol e em francês, podem ser encontrados também em português fraseologismos com substantivos “nus” no início da frase:

(11)

(a) Cão que muito ladra nunca é bom para a caça.

(b) Pobreza não é vileza.

(c) Em boca fechada não entra mosca.

Há em relação ao terceiro exemplo, no entanto, além do conhecido uso do fraseologismo, mais uma possibilidade do sistema português, produtiva ainda hoje: um substantivo contável pode ser considerado não-contável e ser utilizado, dessa forma, também no singular, sem artigo. Esse fenômeno foi analisado minuciosamente por Reinhard Meisterfeld (1998) com a denominação *singular aspectual*. Contrariamente ao item (12a), no qual o objeto aparece no plural, uso comum em espanhol, exemplos como os em (12b) e (12c) são bastante frequentes em português:

(12)

(a) esp. La col no tiene bichos.

(b) port. A couve não tem bicho.

parte, com formas próprias) é, na maioria dos casos, obrigatório. Em relação a algumas variedades do catalão e do sardo, deve-se questionar ainda se os artigos que remontam ao IPSE do latim atuam da mesma forma que os sucessores de ILLE. Blasco Ferrer (1986: 93) aponta, no que concerne ao sardo, a existência de particularidades do uso que são dependentes de aspectos etmológicos.

(c) port. Para que aparecesse batata no mercado liberalizou-se o preço.

Essa é uma possibilidade do sistema que existe também em espanhol, e em outras variedades das línguas românicas, mas a frequência desse fenômeno na norma desses idiomas parece ser menor do que em português. Deve-se ressaltar, todavia, que um estudo completo que abrangesse fatores regionais e outros fatores condicionados pelas diversas variedades ainda está por ser realizado.²⁴ Parece tratar-se de um arcaísmo, de uma possibilidade do sistema já existente em latim, a qual pode ser ilustrada através de uma oração extraída de *Cato Maior*, de Cícero, exemplo freqüentemente citado na literatura sobre este tema:

(13) “villaque tota locuples est: abundat porco, haedo, agno, gallina, lacte, caseo, melle” (Cícero, *Cato maior* 16, 56).

Nesse exemplo, o porco, o cordeiro e a galinha são tratados exatamente da mesma forma que leite, queijo e mel: como elementos não-contáveis, devendo-se constatar simplesmente sua existência em abundância.

Abrangendo mais situações do que as já constatadas para o francês e o espanhol, o português europeu permite, com o uso freqüente do “artigo nulo” para expressar o *singular aspectual*, casos adicionais de substantivos sem artigos, o que possibilita posicioná-lo ainda mais à esquerda na escala de Greenberg.

6. É antiga a visão na romanística de as línguas românicas modernas representarem, de certo modo, uma evolução diacrônica linear, sendo o francês, na maioria dos casos, a língua mais

²⁴ Esse fenômeno já foi descrito por Lang (1884). Em espanhol, o emprego do “artigo nulo” parece estar restrito, em sua maior parte, à associação com um elemento quantificador: “este año no hay mucho turista”; “quanta nota dormía en sus cuerdas” (Becquer) etc.

desenvolvida.²⁵ Se a viagem ao passado da gramaticalização do artigo na România, a qual nos conduziu através do espanhol para o português, for ainda mais recuada, faz-se oportuno, a partir de Portugal, avistar o outro lado do Atlântico.²⁶ Como nas línguas e variedades analisadas até agora, também são encontrados no português brasileiro (PB) fraseologismos com substantivos “nus”:

(14)

(a) Santo de casa não faz milagres. (Provérbio)

(b) *Sertanejo não sabe chorar.* (Almeida, José Américo. *A bagaceira*. 9. ed. Rio, 1967, citado em Woll, 1982: 68)

(c) *Menino incomoda.* (Saraiva, 1997: 43)

Ao contrário dos casos até então analisados, o uso genérico no PB não se restringe a fraseologismos conhecidos, caracterizando-se por sua produtividade.²⁷ Em analogia aos provérbios mais conhecidos, são criadas novas orações genéricas

²⁵ A caracterização feita por Gerhard Rohlfs (1959) sobre o francês arcaico e o latim vulgar é baseada neste princípio, o qual remonta até mesmo a Raynouard.

²⁶ Que essa linearidade está somente em parte correta e só se relaciona a casos isolados pode ser comprovado, por exemplo, quando se constata que a comparação do galego (“mais arcaico”) com o português não espelha aqui, neste caso, qualquer estágio “anterior” da língua; este deve ser procurado no Brasil, onde “arcaísmo” aparece junto de inúmeras inovações. Além do português brasileiro, teriam de ser analisadas outras variedades arcaicas das línguas românicas, como algumas do reto-românico, no qual substantivos que designam um referente único, como “sol”, podem ser utilizados sem artigo (Rohlfs, 1975: 46).

²⁷ Noll (1999: 203) comenta sobre esse fenômeno: “A omissão do artigo antes de substantivos, que são utilizados de maneira genérica, está evidentemente orientada, na linguagem coloquial brasileira, no uso lingüístico típico dos provérbios (cf. *camarão que dorme onda leva*).”

no presente gnômico,²⁸ as quais apresentam, principalmente na área publicitária (15a e b), uma grande difusão, mas podem também ser encontradas na língua falada, como em (15c), em combinação com o *singular aspectual*.

(15)

(a) Bicicleta não polui. / Crianças começam a fumar ao verem os adultos fumando. (Painéis no Rio de Janeiro)

(b) *Liberdade não vem de graça. Mas pode vir em 10 vezes sem juros.* (Publicidade na Internet da Mercedes Benz do Brasil, primavera de 2001)

(c) Eu acho que filho dá trabalho desde a hora que nasce. (BDI, 152)

Outro contexto no qual podem ser encontrados no português do Brasil substantivos sem artigo é no estilo “estenográfico” dos títulos, uma característica também de outros idiomas, principalmente nos títulos dos artigos de jornais. Esse é um daqueles casos nos quais as regras para um determinado tipo de texto infringem as regras da gramática da própria língua. Como em estilo telegráfico, é eliminado das manchetes de jornais, por questões espaciais, tudo o que é supérfluo. A cultura jornalística nos países de língua românica diverge nesse aspecto; no Brasil, a eliminação do artigo é bastante comum, sendo praticada de maneira generalizada, como nos exemplos em (16).²⁹

²⁸ O presente é, nessas “orações eternas”, um tipo de “tempo neutro” ou um “não-tempo”; cf. Raible (1972: 83 *et seq.*).

²⁹ A omissão de artigos nos títulos foi introduzida oficialmente na imprensa brasileira nos anos 50, a partir da reforma editorial realizada pelo *Diário Carioca*. Veja-se, em relação a esse tema, o artigo de Souza (1992), o qual me foi gentilmente enviado por Marlos Pessoa.

(16)

(a) Violência aumenta no Rio (Jornal do Brasil, 12.9.2000)

(b) Número de assaltos nas ruas do Rio cresce 66% (O Globo, 12.9.2000)

(c) Bolsa cai e dólar dispara com alta do petróleo (O Estado de S.Paulo, 19.9.2000)

Isso não seria particularmente interessante de ser mencionado se este fenômeno não apresentasse no Brasil mais uma especificidade: há exemplos de omissão do artigo na linguagem jornalística — tanto de artigos definidos como de indefinidos — também *dentro* dos próprios artigos dos jornais, como em (17).

(17)

(a) Artigo defendendo essa tese foi recentemente publicado no “Financial Time” por um dos mais influentes senadores dos Estados Unidos, Ernest Hollings. (Folha de S. Paulo, 17.9.2000)

(b) Raridade mesmo são quatro outras faixas. (Jornal do Brasil, 12.9.2000)

(c) Site oficial, a candidatura já tem. (Folha de S.Paulo, 17.12.2000)

Parece tratar-se de um fenômeno relativamente recente, não muito difundido, mas que se correlaciona a determinados lugares, tipos de textos e funções dentro dos textos. Numa primeira avaliação, poderíamos citar São Paulo como um dos possíveis lugares de irradiação. Este fenômeno, bastante comum na seção de economia dos jornais, ocorre tendencialmente no início do parágrafo, no qual assume talvez uma função

marcadora.³⁰ Os jornalistas parecem utilizar substantivos sem artigos como um recurso estilístico, o qual possibilita que o caráter de imediação do substantivo seja deslocado para o primeiro plano. São Paulo seria, a propósito, um lugar predestinado para a ação difusora dessa inovação. Há até poucas décadas, o centro gravitacional lingüístico da norma padrão brasileira era o Rio de Janeiro, no entanto, desde a transferência da capital para Brasília — que nunca conseguiu desenvolver uma verdadeira força difusora —, pode-se observar que São Paulo, sede dos maiores estabelecimentos da imprensa e maior centro econômico do país, se tem tornado cada vez mais o centro lingüístico.³¹

Esporadicamente, há a omissão de artigos³² também em outros tipos de textos, como em (18), e até mesmo na fala de jornalistas e políticos (19).

³⁰ Um fenômeno semelhante ocorre nas línguas românicas da Idade Média: definições, muito freqüentes principalmente em textos jurídicos, iniciam-se normalmente com os substantivos a serem definidos sem artigo (como em occitano antigo: “*Rreu es aquel a -quien demanda*”). Essa regra especial para a metalinguagem é utilizada muitas vezes nos manuscritos de direito romano para salientar visualmente os trechos correspondentes, possibilitando, assim, que estes sejam encontrados mais facilmente (cf. Kabatek, 2000: 156).

³¹ Parece, na verdade, ocorrer uma espécie de coineização, na qual a antiga *norma carioca* do Rio de Janeiro se une com a norma paulista em uma nova coine, como aponta Nelly Carvalho, lingüista da Universidade de Pernambuco, em um artigo de jornal (<http://www.virtus.ufpe.br/clipping/nelly6.htm>): “Agora, não é só o linguajar carioca: é um misto quente de carioca e paulista, o modelo de prestígio na sociedade.”

³² Um fenômeno que deve ser distinguido da omissão de artigos é o relacionado a verbos complexos, cada vez mais freqüentes no português do Brasil. Trata-se, nestes casos, de integração do objeto no sintagma verbal (Saraiva, 1997). Deve-se questionar, entretanto, se os casos citados por Saraiva, como *buscar menino*, são exemplos de “objeto integrado”, uma vez que a integração do objeto está geralmente restrita a ações prototípicas, limitando-se também a poucos verbos semanticamente concretos (*ter fome, comprar carro, ter vontade, dar medo* etc.). Dieter Woll

(18) “Poema Imagem, terra, memória” fez parte do livro *No tempo do mato dentro*. (Introdução a Carlos Drummond de Andrade. *Farewell*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record,1996.)

(19) *Está sendo discutido na câmara dos deputados projeto de lei de minha autoria* [...] Propaganda eleitoral da deputada Alcione Athayde, na primavera de 2000, na TV Cultura.)³³

Os falantes brasileiros parecem estar pouco conscientes deste fenômeno; entre jornalistas que produzem esse tipo de texto e até mesmo entre os lingüistas, ele também tem merecido pouca atenção. Nas gramáticas mais recentes, não há menção alguma sobre esse recurso. Na nova edição da gramática de Bechara (2001), por exemplo, somente se repete o que apresenta longa tradição sobre o artigo, ou seja, o emprego especial antes de nomes próprios, nomes de lugares e em relação ao pronome possessivo.³⁴ Este fenômeno tampouco é tematizado nas orientações para a redação dos manuais de estilo dos jornais brasileiros. No manual do jornal *O Estado de São Paulo*³⁵, por exemplo, é citado no verbete “omissão do artigo definido”, em primeiro lugar, o uso particular nos títulos:

(20) Jornalisticamente, admite-se a omissão do artigo definido, apenas nos títulos, como medida de economia de sinais: Agora, governo usa inflação que quiser./ Brasil repele acusações de imperialismo.

São mencionados, ainda, os seguintes casos especiais:

chama-me a atenção para o exemplo *mandar canoa* em *Menino de engenho*, de José Lins do Rego (8ª edição, Rio de Janeiro), que parece ser um caso semelhante.

³³ Trata-se aqui, porém, de um caso de “parlato scritto”, pois a deputada se utilizou seguramente de um texto escrito anteriormente.

³⁴ Para uma lista mais completa com exemplos de emprego ou omissão do artigo, veja-se Neves (2000: 391-448).

³⁵ <http://www.estado.estadao.com.br/redac/manual.html>

- a) em provérbios: *Tempo é dinheiro.*
- b) em definições: Política é a arte do possível.
- c) nos vocativos: *Ande logo, irmão.*³⁶
- d) em expressões fixas como *declarar guerra, dar esmola* etc.
- e) antes de determinadas palavras: *O senador foi chamado a palácio.*
- f) depois de cujo: era o homem cujo pai...
- g) antes de superlativo: Eram os profissionais mais competentes.
- h) antes de palavras que designam matéria de estudo: *Estudava português.*
- i) na associação de determinados verbos e substantivos: *Pedimos permissão; Não tive tempo para sair.*³⁷

Além disso, são descritos, prioritariamente, aqueles usos redundantes, apontados também nas gramáticas. Em relação a esses casos, tem havido, desde o século XIX, uma discussão que relaciona o emprego do artigo com a especificidade do português brasileiro. Apesar de, desde o descobrimento, o PB ter-se afastado bastante em determinados aspectos da língua do país natal —

³⁶ A omissão de elementos determinadores no vocativo não causa surpresa, uma vez que o interlocutor necessita já estar identificado e determinado no espaço discursivo. Assim, elementos determinadores são, aqui, redundantes. Isso abrange também os pronomes possessivos, o que já havia sido observado por Meyer-Lübke (1899, III, p. 199). Em relação ao português em geral, cf. Meier (1948).

³⁷ As categorias não são bem diferenciadas e a classificação dos exemplos não é clara (temos, por exemplo, nos itens *d*, *b* e *i*, casos de integração nominal).

devido ao contato com as línguas autóctones, africanas, posteriormente com as línguas dos imigrantes e, não menos importante, em consequência do próprio desenvolvimento no Brasil, por um lado, e em Portugal, por outro —, tal especificidade quase não havia sido manifestada na língua escrita até o século XIX.³⁸ Mesmo depois da independência do Brasil em 1822, houve, em determinados momentos, principalmente na região urbana, uma aproximação entre o português europeu e o brasileiro, como entre 1808 e 1821, quando a Corte portuguesa, fugindo das tropas napoleônicas, se instalou no Brasil. Desde o Romantismo, podem-se destacar duas tendências principais: 1ª) a afirmação da especificidade do português brasileiro, que se manifesta no século XIX na discussão em torno da “brasilidade”³⁹; 2ª) o destaque da unidade lusófona, tendência dominante até hoje no discurso da Academia e que se baseia na idéia de uma tradição comum e, entre outros fatores, na reação existente desde os finais do século XIX contra a “brasilidade”.

Essa polêmica concentra-se, em parte, em determinados elementos lingüísticos, utilizados como diferenciadores na tentativa de afirmação de uma identidade lingüística brasileira. Assim, escritores como José de Alencar e outros criticaram o “exagero” no emprego do artigo pelos autores portugueses, considerando um traço estilístico próprio do português brasileiro a não-utilização do artigo como determinante antes de nomes

³⁸ Somente há pouco tempo, em um projeto de pesquisa amplo e em diversos trabalhos individuais, a história do português brasileiro, conhecida ainda hoje de maneira superficial, começou a ser cada vez mais estudada. Nessas pesquisas, a análise de determinados tipos de textos (como a de textos jornalísticos ou cartas particulares) mostra que a suposta unidade lusófona é menos marcante do que se acreditava. Cf. a dissertação de Marlos Pessoa sobre a formação da variedade urbana do Recife no século XIX, assim como as diversas contribuições ao tema em Mattos e Silva (2001) e Duarte e Callou (2002), no contexto do projeto PHPB (*Para a história do português brasileiro*). Veja-se também, em relação a esse projeto, <http://www.lettras.ufri.br/phpb-rj>.

³⁹ Cf., em relação ao tema, os textos reunidos por Edith Pimentel Pinto (1978).

próprios, os quais por definição já são determinados, ou antes de substantivos antecidos de pronomes possessivos, que também possuem função determinadora. Como José de Alencar na segunda edição de seu romance *Iracema* aponta (*apud* Woll, 1982, 79f)⁴⁰:

(21) Nesta, como em todas as minhas obras recentes se deve notar certa parcimônia no emprego do artigo definido, que eu só uso quando rigorosamente exigido pela clareza ou elegância do discurso. Isto que nada mais é do que uma reação contra o abuso dos escritores portugueses, que empregam aquela partícula sem tom nem som, me tem valido censuras de incorreto. (José de Alencar, *Iracema*, 1870)

Alencar refere-se aqui, entretanto, aos casos de redundância já conhecidos e suficientemente descritos, nos quais também em outras línguas românicas a norma tende, algumas vezes mais, outras vezes menos, à utilização dos artigos. Estes, devido à sua redundância, como antes de nomes próprios, assumem funções secundárias, como a de marcar determinadas variedades diatópicas, diafásicas ou diastráticas e transformam-se não raramente em tema de discussões metalingüísticas. Casos de omissão do artigo como aqueles apresentados nos itens (16) a (19) não são mencionados nessas discussões e a análise de textos literários e jornalísticos do século XIX também não acusou ocorrências semelhantes. Mantém-se, dessa forma, a idéia de tratar-se de um fenômeno recente. Em relação aos exemplos de (16) a (19), vários falantes nativos do português brasileiro mostraram desconfiança ou recusa, considerando-os erros claros. Em função do grau de propagação da omissão do artigo, essa apreciação por parte dos falantes parece, no entanto, ser um caso comum de discrepância entre realidade lingüística e avaliação metalingüística, mas confirma também a marginalidade do fenômeno.

⁴⁰ Cf. também Anderson (1995: 4).

Seria possível supor que se trata de uma particularidade do estilo jornalístico ou de determinadas tradições da língua escrita, criadas neste tipo de textos e que permaneceria restrita a estes. Tal particularidade poderia ser também considerada, no sentido de “change from above” (cf. Labov, 1994: 78), um ponto de partida para uma maior difusão deste fenômeno, como ocorre, por exemplo, quando técnicas originalmente expressivas ou estilisticamente marcadas perdem, através de sua difusão, o *status* inicial especial, transformando-se em “casos normais”.

Há também omissão do artigo não somente na linguagem jornalística e em textos escritos, mas também em textos do registro oral distantes da norma culta, como nos casos disponíveis, em quantidades cada vez maiores, nos *corpora* surgidos nos últimos anos. Assim, podem ser encontrados em alguns desses *corpora*, como nestes do Rio de Janeiro, os seguintes exemplos:

(22)

(a) Bicicleta ia se arrebentar. (BDI, 144)

(b) A gente queria agora gravação de pessoas conversando. (BDI, 179)

(c) Diminuiu turista aqui. (APF, 211)

O caso mais surpreendente é o do item (22a), uma vez que o falante exprimiu a frase olhando para a bicicleta, ou seja, num contexto “situacional claro”⁴¹, no qual nas línguas românicas, sem exceção, o artigo deveria ser utilizado. Enquanto o uso genérico, como em (15c), pode ser observado com certa frequência na língua falada, exemplos como os do item (22a) parecem ser extremamente raros. Deve-se questionar, então, se esta é uma tendência “de baixo”, comparável ou análoga à da língua escrita, ou se estamos lidando, devido à raridade de ocorrências, com

⁴¹ Essa expressão é encontrada em Vater (1986: 87) como tradução de um termo de John A. Hawkins.

algum tipo de exceção.⁴² Se se trata, de fato, de uma tendência também da língua falada *não-standard* — devendo ser, portanto, verificada —, então seria possível supor que esta se encontra com a dos textos escritos, possibilitando assim uma difusão da omissão do artigo, como mostrado no esquema abaixo:



As possibilidades “adicionais” de ausência do artigo no PB, em contraposição às outras línguas românicas, constituem, de certa forma, uma ampla base para a propagação do artigo nulo. O encontro de uma evolução da língua escrita e da língua falada poderia contribuir, como ilustrado acima, para a propagação do fenômeno em questão, com todas as ressalvas em relação a predições sobre mudanças lingüísticas.⁴³

Seria insuficiente, no entanto, relacionar todas as tendências do português brasileiro de uma só vez, sem distinguir suas diversas funções. De fato, devemos diferenciar três tipos de não-utilização do artigo. No primeiro tipo, o artigo nulo aparece em oposição tanto com o artigo definido como com o indefinido

⁴² Essa “exceção” deve ser, naturalmente, esclarecida. Aqui seria possível interpretar o exemplo como linguagem infantil, considerar a bicicleta como nome próprio ou, até mesmo, ter ocorrido um simples erro de transcrição. Mas os erros de transcrição também indicam, muitas vezes, possibilidades lingüísticas: normalmente, as transcrições tendem a uma certa “normalização” e os transcritores sentem-se inclinados a “ouvir” elementos que geralmente são esperados numa determinada posição. A omissão de um artigo, considerada “agramatical” pelo padrão normativo, indica mais provavelmente a ocorrência de um fenômeno perceptível.

⁴³ Por tratar-se de casos “periféricos” não significa de forma alguma que se possa chegar a uma difusão maior.

(23a). No segundo, a utilização do artigo é neutralizada. Assim, em orações genéricas como em (23b), é possível o emprego do artigo definido no singular e no plural, do artigo indefinido ou a omissão do artigo. A particularidade da ocorrência do artigo nulo está no fato de que neste caso, contrariamente às demais possibilidades, só é permitida uma interpretação genérica da oração, enquanto os outros casos, em contextos correspondentes, podem ser interpretados de outra forma. Em relação ao item (23c) trata-se, realmente, de omissão do artigo. Nesses exemplos, em relação aos quais seria de se esperar a presença do artigo, ele pode ser, em determinadas circunstâncias, omitido. Esses casos podem abranger tanto o artigo definido como o indefinido. Uma das condições parece ser que, mesmo após a omissão, os exemplos permaneçam compreensíveis, ou seja, o artigo não apresenta aqui nenhuma informação extra, que já não fosse dada pelo contexto. Nas outras línguas românicas, apesar da informação fornecida pelo artigo, a gramática prescreve obrigatoriamente o emprego do artigo.

(23)

a) **Oposição:** Vc. tem batata? / Vc. tem uma batata? / Vc. tem a batata?

b) **Neutralização:** O / os / um / ø sertanejo(s) não sabe chorar.

c) **Omissão:** (A) bicicleta ia se arrebentar. / (Um) artigo defendendo essa tese foi recentemente publicado. / (A) dor é incomunicável.

Resumindo, pode-se dizer que no português brasileiro a possibilidade de se utilizar substantivos sem artigo é mais abrangente do que nas outras línguas românicas. Nos casos de oposição entre o artigo e o artigo nulo (23a), este último serve para expressar genericidade parcial e é possível também no singular (*singular aspectual*) nos dois lados do Atlântico (como também, com restrições, em outras línguas românicas). No que diz respeito à neutralização das orações genéricas (23b), essa

aparece no Brasil de forma ainda bastante produtiva. Nesse ponto, o PB apresenta um caráter mais arcaico do que as línguas da Península Ibérica, aproximando-se das línguas românicas da época medieval. Em relação à omissão nos exemplos em (23c), apresentamos alguns casos em que os substantivos, até mesmo em contextos claros de determinação, não aparecem antecedidos pelo artigo, isto é, casos em que já nas línguas românicas da Idade Média o artigo era utilizado. Essas particularidades não podem, dessa forma, ser mais explicadas como arcaísmos, uma vez que o português antigo também já havia gramaticalizado o uso do artigo. Deve tratar-se, portanto, de uma *inovação*. Uma inovação que *não* conduz, por sua vez, a uma maior obrigatoriedade do uso do artigo, o que seria de se esperar na conservação da hipótese de unidirecionalidade do processo de gramaticalização, mas que parece movimentar-se aqui no sentido contrário.

No quadro geral das línguas românicas, isso é surpreendente, já que, normalmente, as tendências observadas em relação ao português do Brasil são perfeitamente comparáveis aos outros dialetos e línguas românicas e se aproximam com frequência do francês na sua transição da época medieval ao francês moderno. Assim como o francês, o PB apresenta, em variedades *não-standard*, uma tendência marcante de redução da flexão em verbos e substantivos. Ao mesmo tempo, os pronomes que exercem a função de sujeito se tornaram obrigatórios, mesmo nas variedades próximas à norma padrão. Além do mais, tem ocorrido um aumento na frequência da negação dupla (*não quero, não*), pelo menos sintaticamente semelhante ao francês, e da substituição da 1ª pessoa do plural dos pronomes e verbos por uma forma da 3ª pessoa (PB: *a gente trabalha*; fr.: *on travaille*). A eliminação do morfema de plural e a obrigatoriedade dos pronomes pessoais na função de sujeito, assim como a substituição de pronomes enclíticos por proclíticos, conduzem, cada vez mais, à *predeterminação*, o que apresenta, em vários aspectos, paralelos com a história da língua francesa.⁴⁴ Como no

⁴⁴ Sobre predeterminação em francês, cf., entre outros, Baldinger (1968), Geisler (1982), Eckert (1968), Jacob (1990).

caso do francês, supõe-se, com frequência, que essa massiva reestruturação do sistema, e mesmo do *tipo* lingüístico, esteja relacionada a motivos prosódicos.⁴⁵ Nesse sentido, seria de se esperar — seguindo-se a analogia — a obrigatoriedade do artigo, também devido à sua função como marcador de gênero e número. Com base na análise do presente, porém, não se pode afirmar se o uso se tornará obrigatório, mas a existência de uma tendência inovadora de omissão do artigo, mesmo sendo esta marginal, indica que o paralelo com o francês é confirmado somente em partes e o PB segue um caminho próprio, novo na tipologia das línguas românicas e para o qual só pode ser encontrado paralelo, também de forma parcial, nas línguas crioulas.

7. Observando-se mais uma vez, resumidamente, os casos estudados, os quais abrangem naturalmente somente uma parte do emprego do artigo nas línguas românicas, pode-se constatar que existe, de fato, um tipo de evolução histórica linear em direção a uma obrigatoriedade contínua de utilização do artigo, que apresenta nas línguas diferentes graus de desenvolvimento. E, mesmo se o francês ainda não tenha atingido atualmente o ponto indicado por Martin Harris⁴⁶ com a gramaticalização de um artigo do tipo III, podemos afirmar que este é o idioma que, de longe, mais se aproxima desse ponto. Recuando-se na escala de Greenberg, temos na seqüência, entre as línguas analisadas aqui mais detalhadamente, o espanhol, o português europeu e, por fim, o português brasileiro. Este último, apesar de partilhar da evolução “regular” das línguas românicas, acaba divergindo do

⁴⁵ Em relação ao francês, cf., por exemplo, Richter (1903), Weinrich (1958); sobre o francês e o PB, cf. Jacobs (1994); sobre o PB, cf. Sândalo; Truckenbrodt (2002) e, principalmente, a dissertação de Uli Reich (2002).

⁴⁶ Para a avaliação errônea de Harris pode ter sido relevante o fato de ele ser influenciado pelo inglês, no qual o artigo é “muito mais demonstrativo” (ou pode sê-lo) do que nas línguas românicas. Frequentemente, deve-se traduzir “the” como “ce” e não como “le” — e isso se deve não somente ao francês, mas também ao próprio inglês!

esquema, ao possibilitar de maneira inovativa a ausência do artigo em casos não aceitáveis no sistema das outras línguas.

Tipo (segundo Greenberg)	Casos de substantivos s/ artigos	Francês	Espanhol	Português	Português brasileiro
O	contexto situacional claro	--	--	--	(+)
I	uso genérico	--	--	--	+
	<i>singular aspectual</i>	-	(+)	+	+
	construções focalizadas	--	+	+	+
II	uso genérico parcial	--	+	+	+
	substantivos coordenados	+	+	+	+
	“últimos bastiões” do tipo II	+	+	+	+
III					

Isso significa que a escala universal de gramaticalização oferece indícios de probabilidades que, por determinadas razões, se repetem nas línguas do mundo, mas não correspondem necessariamente a um caminho predefinido.

Poderia haver, assim, uma tentativa de se procurar no caso do PB — assim como em relação às línguas crioulas — as chamadas explicações “extralingüísticas” e responsabilizar o contato com as outras línguas por esta “evolução particular”. Segundo Ramat e Hopper, deve-se contar, em processos de

gramaticalização, com estes tipos de fatores, que são, por assim dizer, “fatores de estorvo” da evolução normal de uma língua:

Estamos diante do impacto dos substratos lingüísticos, que na história do crioulo representam um fator externo e uma fonte de mudança que pode interferir nas mudanças ‘naturais’ normais (...). (Ramat; Hopper, 1998: 7)

Um dos equívocos fundamentais das pesquisas sobre gramaticalização, entretanto, é justamente supor a existência de uma “evolução linear normal” em contraposição ao “estorvo” proveniente de contatos lingüísticos. Mesmo se o contato entre línguas tipologicamente distantes umas das outras representa, na visão comum que se tem de processos de mudanças lingüísticas, uma exceção, fenômenos relacionados ao contato entre línguas e questões sobre variação possuem, na verdade, *sempre* um papel importante na análise das línguas, uma vez que estas são sempre um conglomerado de variedades que podem influenciar umas às outras. Uma análise lingüística monolítica da evolução de uma única língua recua a um estágio anterior aos conhecimentos já estabelecidos no meado do século XX em direção à época dos neogramáticos.

Muitos dos argumentos para a unidirecionalidade dos processos de gramaticalização apresentam, de fato, paralelos diretos na discussão sobre o caráter absoluto das leis fonéticas. Contudo, já deveria ser de conhecimento geral que a coexistência de diversas variedades — assim como a influência recíproca dessas variedades — não constitui uma exceção, a qual atrapalha as “mudanças naturais normais”, mas pertence simplesmente à realidade lingüística, devendo ser sempre examinada. Isso significa que uma evolução linear de um único sistema não existe, pois um sistema lingüístico não existe nunca de forma isolada.

Se essa “evolução particular” do PB pode ser explicada pelo contato com línguas que possuem tipologias distantes do português ou se ocorreu dentro de variedades tipologicamente

semelhantes fica em aberto, devendo ainda ser estudado mais minuciosamente com base em dados históricos.⁴⁷ Outro ponto a ser questionado é se evoluções deste tipo ocorrem somente nos casos relacionados a processos de gramaticalização, em domínios já gramaticais (ou seja, naqueles em que elementos da gramática se tornam mais gramaticais ainda) ou também na evolução do léxico para a gramática. Os grandes canais de evolução, que podem ser vistos como tendências gerais tipológicas para as diversas línguas do mundo, tornam-se cada vez mais divergentes e menos retilíneos, à medida que as verdadeiras circunstâncias de cada língua histórica são analisadas.

Referências

ABEL, Fritz. *L'adjectif démonstratif dans la langue de la Bible latine: étude sur la formation des systèmes déictiques et de l'article défini des langues romanes*. Tübingen: Niemeyer, 1971.

ALARCOS LLORACH, Emilio. El artículo en español. In: *Estudios de gramática funcional del español*. Madrid: Gredos, 1967/1973. p. 166-177.

ALONSO, Amado. Estilística y gramática del artículo en español. In: _____. *Estudios lingüísticos. Temas españoles*. 2. ed. (1. ed., 1951). Madrid: Gredos, 1961. p. 125-160.

ANDERSON, Tait. Sobre o desenvolvimento histórico da diferenciação das línguas portuguesa e brasileira. *Iberoromania* 42, p. 1-7, 1995.

AUER, Peter. Referential Problems in Conversation. *Journal of Pragmatics* 8, p. 627-648, 1984.

BALDINGER, Kurt. Post- und Prädeterminierung im Französischen. *Festschrift Walther von Wartburg*. tomo 1. Tübingen: Niemeyer, 1968. p. 87-106.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

⁴⁷ Na história do português, há uma tradição de se imitar a língua dos escravos africanos omitindo-se o artigo, como ocorre já no século XVI em *Clérigo da Beira*, de Gil Vicente: “deoso nunca vai dormi / sempre abre oyo assi” (*apud* Neto, 1957: 459). Trata-se aqui, no entanto, de mímese e de um texto em verso. Tais exemplos devem ser, assim, interpretados com cuidado e não permitem conclusões a respeito da questão se, nas regiões brasileiras, com o contato intensivo com as línguas africanas, houve a formação de regras especiais para a utilização do artigo em português.

- BLASCO FERRER, Eduardo. *La lingua sarda contemporanea*. Cagliari: Ed della Torre, 1986.
- BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie*, Jena. 1934.
- BYBEE, John; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar*. Tense, aspect and modality in the languages of the world. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1996.
- CAMACHO, Roberto Gomes; PEZATTI, Erotilde Goreti. As subcategorias nominais contável e não-contável. In: KATO, Mary (Ed.). *Gramática do Português Falado*. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 155-183. v. 5.
- CHRISTOPHERSEN, Paul. *The articles. A study of their theory and use in English*. Copenhagen/London: Einar Munksgaard/Humphrey Milford, 1939.
- COSERIU, Eugenio. Determinación y entorno. Dos problemas de una lingüística del hablar. *Romanistisches Jahrbuch* VII, p. 29-54, 1955-1956.
- CURAT, Hervé. Les déterminants dans la référence nominale et les conditions de leur absence. Genève/Paris: Droz, 1999.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah (Ed.). *Para a história do português brasileiro*. Notícias de corpora e outros estudos. UFRJ/Letras/FAPERJ: Rio de Janeiro, 2002. v. IV.
- ECKERT, Gabriele. *Sprachtypus und Geschichte*. Untersuchungen zum typologischen Wandel des Französischen. Tübingen: Narr, 1986.
- EPSTEIN, Richard. The development of the definite article in French. In: PAGLIUCA, William (Ed.). *Perspectives on Grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994.
- _____. The later stages in the development of the definite article: evidence from French. In: ANDERSEN, Henning (Ed.). *Historical Linguistics 1993*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- FLYDAL, Leiv. Remarques sur certains rapports entre le style et l'état de langue. *Norsk Tidsskrift for Sprogvidenskap* 16, p. 240-257, 1951.
- GAMILLSCHEG, Ernst. *Zum romanischen Artikel und Possessivpronomen*. Sitzungsberichte der Preußischen Akademie der Wissenschaften, Phil.-Hist. Klasse, Sonderausgabe, tomo XXVII. Berlin: Verlag der Akademie der Wissenschaften, 1936.
- _____. Zum spanischen Artikel und Personalpronomen. *Revue de Linguistique Romane* 30, p. 250-256, 1966.
- GEISLER, Hans. *Studien zur typologischen Entwicklung*. Lateinisch. Altfranzösisch. Neufanzösisch. München: Fink, 1982.
- GIVÓN, Talmy. Definiteness and Referentiality. In: GREENBERG, Joseph H. (Ed.). *Universals of human language. Syntax*. Stanford/Cal.: 1978. p. 291-330. v. 4.

- GREENBERG, Joseph H. How does a language acquire gender markers. In: GREENBERG, Joseph H. (Ed.). *Universals of human language. Word Structure*. Stanford/Cal.: 1978, p. 47-82. v. 3.
- GREVISSE, Maurice. *Le bon usage. Grammaire française avec des remarques sur la langue française d'aujourd'hui*, 13. ed. Paris: Duculot, 1993.
- GUILLAUME, Gustave. *Le problème de l'article et sa solution dans la langue française*. Reedição com prefácio de Roch Valin (1. ed. 1919). Paris/Laval: Nizet/Les presses de l'Université Laval, 1975.
- HARRIS, Martin. Demonstratives, articles and third person pronouns in French: changes in process. *Zeitschrift für Romanische Philologie* 93, 3-4, p. 249-261, 1977.
- HASPELMATH, Martin. Why is grammaticalization irreversible?. *Linguistics* 37, p. 1043-1068 1999.
- HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization. A conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: CUP, 2001.
- HIMMELMANN, Nikolaus P. Deiktikon, Artikel, Nominalphrase. Zur Emergenz syntaktischer Struktur. Tübingen: Niemeyer, 1997.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- <http://www.lettras.ufri.br/phpb-rj/>
- JACOB, Daniel. Markierung von Aktantenfunktionen und "Prädeterminatio" im Französischen. Tübingen: Niemeyer, 1990.
- JACOBS, Haïke. An optimality-theoretic analysis of phonological and syntactic aspects of enclisis and proclisis in old french, brazilian and european Portuguese. 1994. <http://roa.rutgers.edu/view.php3?roa=128>
- KABATEK, Johannes. Lo Codi und die okzitanischen Texttraditionen im 12. und 13. Jahrhundert. In: Rieger, Angelica (Ed.). *Provenzalistik, Altokzitanistik und Okzitanistik. Geschichte und Auftrag einer europäischen Philologie* (Akten der gleichnamigen Sektion des Deutschen Romanistentages in Osnabrück 1999). Frankfurt am Main: Peter Lang, 2001. p. 147-163.
- KAROLAK, Stanisław. *L'article et la valeur du syntagme nominal*. Paris: PUF, 1989.
- KATO, Mary Aizawa. *A Semântica Gerativa e o Artigo Definido*. São Paulo: Ática, 1974.
- KRÁMSCKÝ, Jiří. The article and the concept of definiteness in language. The Hague/Paris: Mouton, 1972.

- KURYŁOWICZ, Jerzy. The evolution of grammatical categories. *Diogenes* 51, p. 55-71, 1965.
- LACA, Brenda. Sustantivos sin determinantes, función sintáctica y estructura informativa del enunciado en español. In: Lorenzo, Ramón (Ed.). *Actas do XIX congresso internacional de lingüística e filoloxía románicas. Lingüística teórica e lingüística sincrónica*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 1997. p. 495-510. v. I.
- _____. Presencia y ausencia del determinante. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. *Real Academia Española: Gramática descriptiva de la lengua española*. tomo 3. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p. 891-928.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change I: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- LANG, Henry R. The Collective Singular in Spanish. *PMLA* I, p. 133-148, 1884.
- LAURY, Ritva. On the grammaticization of the definite article *se* in spoken Finnish. In: ANDERSEN, Henning (Ed.). *Historical Linguistics 1993*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995. p. 239-250.
- LEHMANN, Christian. *Thoughts on grammaticalization. A programmatic sketch*. Köln: Universität zu Köln, 1982. v. I., akup 48.
- _____. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. *Lingua e Stile* 20, p. 303-318, 1985.
- LEONETTI JUNGL, Manuel. *El artículo y la referencia*. Madrid: Taurus, 1990.
- LERCH, Eugen. Gibt es im Vulgärlateinischen oder im Rumänischen eine "Gelenkpartikel"? *Zeitschrift für Romanische Philologie* 60, p. 113-190, 1940.
- LÜDTKE, Helmut. Sprachwandel als universales Phänomen. In: LÜDTKE, Helmut (Ed.). *Kommunikationstheoretische Grundlagen des Sprachwandels*. Berlin/New York: De Gruyter, 1980. p. 1-19.
- LYONS, Christopher. The Origins of Definiteness Marking. In: SMITH, J. C.; BENTLEY, Delia (Ed.). *Historical Linguistics 1995*, v. 1, p. 223-241, 2000.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Ed.). *Para a história do português brasileiro*. tomo 2. São Paulo: USP, 2001.
- MEIER, Harri. Meu pai – o meu pai. *Boletim de Filologia* IX/II, p. 175–190, 1948.
- MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. *Scientia* 12, 26, 1912. Publicado também em MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. tomo 1. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1921. p. 130-148.
- MEISTERFELD, Reinhard. Numerus und Nominalaspekt. Eine Studie zur romanischen Apprehension. Tübingen: Niemeyer, 1998.

- _____. Die unbestimmte Bestimmung. Zur Entstehung des unbestimmten Artikels in den romanischen Sprachen. In: STAIB, Bruno (Ed.). *Linguística romanica et indiana. Festschrift für Wolf Dietrich zum 60. Geburtstag*. Tübingen: Narr, 2000.
- MEYER-LÜBKE, Wilhelm. *Grammatik der Romanischen Sprachen*. tomo 3. Leipzig: Reisland, 1899.
- NETO, Serafim da Silva. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1957.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- NOLL, Volker Das brasilianische Portugiesisch. Herausbildung und Kontraste. Heidelberg: Winter, 1999.
- OESTERREICHER, Wulf. Gemeinromanische Tendenzen V. Morphosyntax. In: LRL II, 1, p. 273-309, 1996.
- PESSOA, Marlos de Barros. *Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil*. Tübingen: Niemeyer, 2003.
- PINTO, Edith Pimentel (Ed.). *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. 1820-1920*. São Paulo: USP, 1978. v. I.
- POTTIER, Bernard. L'absence d'article en français et sa motivation. *Revue de Linguistique Romane* 26, p. 158-162, 1962.
- RAIBLE, Wolfgang. Satz und Text. Untersuchungen zu vier romanischen Sprachen. Tübingen: Niemeyer, 1972.
- _____. Nominale Spezifikatoren ('Artikel') in der Tradition lateinischer Juristen oder Vom Nutzen einer ganzheitlichen Textbetrachtung für die Sprachgeschichte. *Romanistisches Jahrbuch* 36, p. 44-67, 1985.
- RAMAT, Anna Giacalone; Hopper, Paul J. *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998.
- REICH, Uli. Freie Pronomina, Verbalklitika und Nullobjekte im Spielraum diskursiver Variation des Portugiesischen in São Paulo. Tübingen: Narr, 2002.
- RICHTER, Elise Zur Entwicklung der romanischen Wortstellung aus der lateinischen. Halle. 1903.
- ROHLFS, Gerhard. *Vom Vulgärlatein zum Altfranzösischen*, Tübingen: Niemeyer, 1959.
- _____. Rätoromanisch. Die Sonderstellung des Rätoromanischen zwischen Italienisch und Französisch. München: Beck, 1975.
- SANDALO, Filomena; Truckenbrodt, Hubert. Some Notes on Phonological Phrasing in Brazilian Portuguese. *MIT Working Papers in Linguistics* 43, p. 81-105, 2002. <http://www2.sfs.nphil.uni-tuebingen.de/home/hubert/papers/NBPP.pdf>
- SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. *Buscar menino no colégio. A questão do objeto incorporado em português*. Campinas: Pontes, 1997.

- SATO, Kiyooki. *Der Artikel bei T. Sekiguchi*, Tübingen: Narr, 1986.
- SCHMIDT, Sabine. *Theorie der sprachlichen Leerstelle und ihre Anwendung auf das Französische*. Tübingen: Narr, 1989.
- SCHMITT, Christian. *Die Ausbildung des Artikels in der Romania*. In: Dahmen, Wolfgang; Holtus, Günter; Kramer, Johannes; Metzeltin, Michael (Ed.): *Latein und Romanisch*. Romanistisches Kolloquium I. Tübingen: Narr, 1987. p. 94-125.
- SEILER, Hansjakob; Lehmann, Christian (Ed.). *Apprehension. Das sprachliche Erfassen von Gegenständen. Teil I: Bereich und Ordnung der Phänomene*. Tübingen: Narr, 1982.
- SEILER, Hansjakob. *Apprehension. Language, object and order*. Part III: The universal dimension of apprehension. Tübingen: Narr, 1986.
- SELIG, Maria. *Die Entwicklung der Nominaldeterminanten im Spätlatein*: romanischer Sprachwandel und lateinische Schriftlichkeit. Tübingen: Narr, 1992.
- SOUZA, Pompeu de. *A chegada do 'lead' ao Brasil*. *Revista de Comunicação* 30 (ano 8), p. 24-29, 1992.
- SUNER, Margarita. *Syntax and semantics of spanish presentational sentence-types*. Washington: Georgetown University Press, 1982.
- TASMOWSKI-DE RYCK, Liliane. *Déterminant, verbe et phrase*. *Romanica Gandensia* 20, p. 81-93, 1983.
- TOOKE, John Horne. *EPIEA ITTEPOENTA, or the Diversions of Purley*. London: Thomas Tegg, 1829 [1786/1805], 2 v.
- VAN PETEGHEM, Marleen. *Non-spécificité, attributivité et article défini dans les langues romanes*. *Travaux Linguistiques* (Gand), p. 45-56, 1989.
- VATER, HEINZ. *Einführung in die Referenzsemantik*. Köln: Institut für deutsche Sprache und Literatur, 1986.
- VOSSLER, Karl. *Frankreichs Kultur und Sprache: Geschichte der französischen Schriftsprache von den Anfängen bis zur Gegenwart*. Heidelberg, 1929.
- WACKERNAGEL, Jacob. *Vorlesungen über Syntax*. tomo II. Basel: Birkhäuser, 1924.
- WEINRICH, Harald. *Sprache in Texten*, Stuttgart: Klett, 1976.
- _____. *Phonologische Studien zur romanischen Sprachgeschichte*. Münster. 1958.
- _____. *Textgrammatik der französischen Sprache*. Stuttgart: Klett, 1982.
- WINKELMANN, Otto. *Artikelwahl, Referenz und Textkonstitution in der französischen Sprache*. Frankfurt/Main: Haag und Herchen, 1978.
- WILMET, Marc. *Le système de l'article français: un bilan critique*. *Travaux de Linguistique et de Littérature* 18/1, p. 53-64, 1980.
- WOLL, Dieter. *Die Eigenentwicklung des brasilianischen Portugiesisch. Der Artikelgebrauch*. *Romanische Forschungen* 94, p. 67-83, 1982.

_____. “Na França” e “em França”, mas só: “na Alemanha” – porquê? Pequena contribuição para a história do artigo definido nas línguas românicas. In: SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (Ed.). *Semiótica e lingüística portuguesa e românica. Homenagem a José Gonçalo Herculano de Carvalho*. Tübingen: Narr, 1993. p. 163-176.

APF = *Amostras do português falado no Rio de Janeiro*. Editado por Maria da Conceição Paiva. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

BDI = Banco de dados interacionais. Programa de estudos sobre o uso da língua. Organizado por Cláudia Roncarati. Rio de Janeiro: UFRJ.

FCS = *A linguagem falada culta na cidade de Salvador*.

Materiais para seu estudo. Editado por J. Mota e V.

Rolleberg. Salvador: UFB, 1994.

**Análise multissistêmica das preposições do
eixo transversal no português brasileiro:
espaço /anterior/ ~ /posterior/**

por

Ataliba T. de Castilho

Universidade de São Paulo/CNPq

Introdução

O presente estudo inscreve-se na agenda das pesquisas sobre mudança gramatical do projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), como parte de minha bolsa de Produtividade Científica do CNPq.

Ele se compõe das seguintes partes: (1) estatuto categorial das preposições: breve revisão da literatura, preposições simples e preposições complexas; (2) gramaticalização e teoria multissistêmica da língua; (3) perspectiva multissistêmica das preposições; e (4) estudo diacrônico das preposições do eixo transversal nos séculos XIX e XX.

Os dados do século XIX procedem dos anúncios de jornais publicados por Guedes e Berlinck (2000) e da correspondência de leitores e de redatores publicada em jornais, editada por Barbosa e Lopes (2002). Os dados do século XX procedem das amostras de entrevistas do Projeto NURC publicadas por Castilho e Preti (1986, 1987); Preti e Urbano (1988); Callou e Lopes (1994); Mota e Rollemberg (1994); Sá et al. (1996); e Hilgert (1997).

Os exemplos são identificados da seguinte maneira: o primeiro numeral remete ao século, o segundo à metade do século; as letras que se seguem identificam o Estado e a cidade em que se publicou o documento, e depois o tipo de documento: A[núncios] e C[orrespondência] J[jornal] / R[edator] ou L[eitor].

Assim, [19 1 SP/SP CJ/L] significa que o documento é datado da primeira metade do século XIX, foi publicado em São Paulo, Capital, tratando-se de correspondência publicada em jornal, redigida por um leitor. Os dados do Projeto NURC são identificados de acordo com um costume já estabelecido: tipo de entrevista [EF = enunciação formal; DID = diálogo entre o informante e o documentador; D2 = diálogo entre dois informantes], seguido do número do inquérito e da linha da transcrição.

1. Estatuto categorial das preposições

1.1. Breve revisão da literatura

Preposições e conjunções integram a classe dos nexos gramaticais. Ambas ligam palavras e sentenças, diferindo nisto que as preposições, em seus usos prototípicos, posicionam no ESPAÇO os referentes dos termos que relacionam – papel não desempenhado pelas conjunções. A bibliografia sobre as preposições é compreensivelmente rica. Vou limitar-me aos textos que se aproximam da abordagem aqui adotada, ou que tenham sido produzidos por pesquisadores do PHPB.

Travaglia (1985) estuda a presença e a omissão das preposições essenciais que introduzem objeto, elencando suas significações básicas.

Pontes (1992) afirma que a preposição *a* vem desaparecendo progressivamente, sendo substituída por *em* quando se quer indicar /localização/, e por *para*, quando se quer indicar /direção/. Ou, em outros termos, *em* marca /Espaço – movimento/, e *para* /Espaço +movimento/. Essas observações mostram que a escolha de *em* ou de *para* com verbos de movimento no PB está em distribuição complementar, não configurando um caso de variação sintática.

A esse respeito, Borba (1971: 133) mostra que, com os verbos *ir*, *vir*, *levar*, *chegar*, *conduzir*, *voltar*, *mandar*, *descer* etc., a

preposição *a* indica a direção desse movimento – como em *ir ao restaurante, voltar à fazenda* –, ao passo que a preposição *em* indica que o falante não está interessado em representar a direção em si, mas apenas sua inclusão no ponto de chegada, como em *ir no restaurante, voltar na fazenda*. Nova diferença entre essas preposições, ainda que em outro contexto sintático, vem apontada à página 142: na indicação de datas, *a* “tem valor pontual”, como em “*às oito horas, às nove horas*”, ao passo que *em* indica a duração, empregando-se com períodos mais longos, como em “*em agosto, em 1970*”. Borba está repercutindo o ensinamento de Varrão, para quem essas preposições não são sinônimas, visto que “*in forum ire*” significa “*entrar no fórum*”, ao passo que “*ad forum ire*” significa “*ir a um lugar próximo ao fórum*”.

Mollica (1996) sustenta que a variação *a/para* e *em* depende de características morfossintáticas do N encaixado no SP, explicando-se ainda por fatores discursivo-textuais.

Viaro (1994) apresenta um estudo bem documentado sobre as alterações semânticas sofridas pelas preposições, em seu percurso do latim ao português e ao romeno. O autor opera com os conceitos de espaço, movimento, orientação e tempo, dentre outras categorias.

Berlinck (1997, 2000a, 2000b, 2001) pesquisou os complementos preposicionados no português paulista do século XIX. Ela constatou uma diminuição progressiva da frequência de *a*, em favor de *para*, confirmando-se assim o prognóstico de Pontes (1992: 20-31).

Poggio (1999) procedeu a um minucioso estudo da gramaticalização das preposições latinas, confrontando sua sintaxe com a do português, operando com categorias cognitivas.

Morais (1999) tratou do emprego da preposição *a* na introdução de SPs dativos topicalizados, com papel temático /origem/, hoje substituída por *de* como em “*a Antonio José de Babo Broxado (...) fugiu (...) um negro crioulo de idade de 50 anos*”. Como ambas as preposições trazem associado o papel

/origem/, ela explica a mudança como uma competição entre as formas, vencida por *de* quando *a* perdeu esse papel.

Oliveira (2001) estuda as construções causativas e as preposições que ocorrem nos grupos verbais. Ela mostra que a preposição *a* preserva o sentido de posição final do eixo horizontal: “convida a todas as pessoas que lhe compraram bilhetes de rifa, *a* satisfazerem sua importância”.

No que se segue, vou fixar-me na descrição de Borba (1971) e Neves (2000).

Em sua tese de livre-docência, defendida na Universidade de São Paulo em 1971, Francisco da Silva Borba retrata as preposições de diferentes ângulos: frequência de uso, estrutura dos sintagmas preposicionados, função semântica das preposições, função morfosintática, função expressiva e representação fônica. As conclusões enfeixam seus achados.

No mais extenso dos capítulos, precisamente o que trata das funções semânticas, Borba agrupa as preposições em nove hipersememas (p. 80), também por ele denominados “áreas significativas” (p. 140), entendidas como conjunto de propriedades que fornecerão as bases para a classificação semântica geral das preposições em vários “subsistemas” (p. 210).

Borba selecionou os seguintes hipersememas, que ele exemplifica amplamente, e de que transcrevo apenas alguns exemplos:

Espaço-tempo, “sentido comum a todas as preposições”: “me puxou até a cerca de crótons”, “após horas de dura caminhada, sentia-se cada vez mais inseguro” (p. 80-81).

Relação ou referência, realização semântica que abrange as seguintes preposições: *a, com, de, em, para, por, sobre*. “ladroão com ele é na cadeia”, “regateava no preço” (p. 105).

Causalidade, sentido que ocorre com as preposições *a, ante, com, de, em, para, por, sobre*: “dormi de sono, não de porre”, “com as pálpebras inchadas pela noite de insônia” (p. 106-107).

Quantidade, hipersemema relacionado com os valores numéricos, e exemplificado por *a, até, de, em, entre, para, por*: “bebeu do que quis no córrego”, “entre inúmeras lembranças, elegeu duas ou três preferidas” (p. 109-110).

Modo, sentido identificado entre os sintagmas que respondem à pergunta “como?": “foi recebido a bala”, “o aviador lhe acenava com um lenço” (p. 111-112).

Posse, aqui incluída a noção de conteúdo: “boas pensões, com raparigas de primeira”, “a chave do apartamento” (p. 115).

Matéria de que é feita alguma coisa: “bolinhos de fubá”, “chapéu em palha brilhante” (p. 118).

Assunto, expresso por *de, em por, sobre*: “doutos em ciência”, “falar de miséria” (p. 119).

Transformação, sentido próprio a *de, em, a*: “guerrilheiros disfarçados de mulheres”, “Satanás disfarçado em Jesus Cristo” (p. 120).

Destaque-se que Borba insere no primeiro e segundo lugares de sua hierarquia as noções de espaço, tempo e relação. Seus exemplos mostram as preposições em diferentes arranjos sintáticos.

Sobre o “sentido esvaziado” das preposições, ele afirma que isso “não invalida a assertiva de que elas têm uma significação” (p. 77), podendo-se sustentar que elas dispõem de “uma significação interna de caráter abstrato e geral (referência ao espaço, ao tempo, ao modo etc.)”, sendo que a “realização da significação externa é sempre contextual onde a preposição entra como peça acessória do conjunto significativo” (p. 79). Ele não explicita a esta altura seu entendimento sobre “significação

interna/externa” da preposição, mas pode-se supor que estaria se referindo aqui respectivamente a um sentido mais concreto, prototípico, por contraste com os sentidos obtidos composicionalmente.

Relativamente à preposição *a*, ele identificou 17 valores em seu *corpus* de análise:

Direção no espaço (termo de um movimento): “volta à cadeira, viajar ao sul” (p. 80).

Contigüidade no espaço: “estou bem a seu lado” (p. 80), “sentar-se ao piano” (p. 81).

Distância no espaço: “o avião sobrevoou a cidade a uns mil metros do solo”, “caiu a vinte metros do mar” (p. 81).

Interioridade, inclusão: “jogando aquilo à boca”, “filé ao molho americano” (p. 81).

Posição inferior: “à sombra do herói”, “o obelisco branquejava ao luar” (p. 81).

Através do espaço: “olha antes à janela”, “veio ver à porta” (p.81).

Posição superior: “blusa de crochê ao ombro”, “assentada a um tamborete” (p. 81).

Duração no tempo (tempo quando): “na rua a uma hora dessas?”, “havia tomado umas cervejas ao almoço” (p. 81).

Tempo futuro: “competição a ser realizada na raia olímpica”, “a menina não era a única a ser mãe” (p.81).

Idade: “aos 92 anos, até resfriado mata”, “morreu aos 50 anos” (p. 81).

Sequência no espaço ou no tempo: “ano a ano”, “linha a linha” (p. 82).

O mesmo que *contra*: “vitória do Botafogo por 2 a 0” (p. 101).

O mesmo que *para*: “levou-me a comer num restaurante”, “ouviu calado o que o Delegado tinha a dizer-lhe” (p. 102, 104).

Em relação a, com referência a: “mantê-la cega à realidade”, “invulnerável aos perigos” (p. 105).

Preço: “o mesmo vinho é vendido a Cr\$ 750,00”, “pinga a 150 cruzeiros” (p. 109).

Modo: “não sei me arrumar a jato”, “sol a pino”, “camarões à bahiana” (p. 112).

Meio ou instrumento: “foi recebido a bala”, “escrevem a máquina” (p. 112).

Em sua *Gramática de Usos do Português*, Maria Helena de Moura Neves divide previamente a descrição das preposições em três grandes arranjos: (1) as preposições introdutoras de argumentos; (2) as preposições não introdutoras de argumento; e (3) as preposições acidentais, isto é, as menos gramaticalizadas, Neves (2000: 603-738).

A descrição de *a* vem entre as páginas 603 e 623 e está organizada de acordo com os dois primeiros arranjos citados. Vejamos essa descrição em detalhe.

(1) Preposição *a* funcionando no sistema de transitividade. São aqui considerados os seguintes entornos sintáticos, no interior de cada qual são identificadas diferentes relações semânticas:

(1.1) A preposição *a* introduz complemento de verbo /± dinâmico/, o qual se refere:

a um ponto de chegada ou a um ponto final de referência (meta): “a mocinha se agarra à mulher” (p. 603);

a um ponto de origem: “não se pode fugir à realidade” (p. 606);

ao objeto não afetado da ação verbal: “não obedecia a ninguém” (p. 607);

ao destinatário ou receptor da ação verbal: “A ela se dirigia o médico em suas ordens” (p. 608);

o complemento se refere ao beneficiário: “de noite ofertei jantar ao aposentado” (p. 611);

o complemento se refere ao experimentador de um estado ou processo: “mas parece que o noivado não agrada à rainha” (p. 611);

o complemento é causativo: “isto não se deve ao acaso” (p. 611);

o complemento é o fim, destino, utilização: “as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor” (p. 612);

o complemento é o afetado pela ação verbal; ocorre com construções verbais de ação-processo que marcam qual a transformação que se dá no complemento: “Ribeiro ainda conseguiu impor seu ritmo aos demais” (p. 613);

o complemento é um efetuado, a partir da ação verbal; ocorre com verbos de ação-processo que indicam criação: “estudaremos as doutrinas que dão origem ao comunismo” (p. 613);

o complemento é locativo: “conduziram-me a um canto”, “Noé está à mesa” (p. 613);

o complemento é um objeto direto preposicionado: “quem sabe resolvem ajudar a nós todos?”, “nos vejo a todos sentados sobre este metro quadrado de terra” (p. 614).

(1.2) A preposição *a* introduz complemento de adjetivo, com os mesmos valores relacionais: “imprescindível à própria segurança nacional” (p. 615).

(1.3) A preposição *a* introduz complemento de substantivo, com as mesmas relações: “obstáculo à própria instauração das ciências” (p. 616).

(1.4) A preposição *a* introduz complemento de advérbio: “utilizada juntamente a programas mais versáteis” (p. 617).

(2) Preposição *a* funcionando fora do sistema de transitividade, estabelecendo relações semânticas (i) no SV como adjunto adverbial; (ii) no SN como adjunto adnominal; (iii) no sintagma em função predicativa; (iv) nas locuções prepositivas indicativas de circunstância; (v) na construção de perífrases; (vi) em construções de modalização deôntica; (vii) na construção *a* + infinitivo equivalente a um gerúndio; (viii) em expressões fixas. Limitando esta resenha ao primeiro ambiente sintático, Neves nota que a preposição *a* indica as seguintes circunstâncias:

(2.1) Tempo: “a lua nasce à meia-noite”, “ao ver-me chegar o ansioso Norberto sorriu” etc.

(2.2) Lugar: “ajoelhar-se ao pé do moribundo”.

(2.3) Proximidade ou contigüidade: “encontrou o médico à mesa”.

(2.4) Exposição: “reluzir ao sol”.

(2.5) Instrumento: “pode ser cortada a faca”.

(2.6) Modo: “meninos de rua desapareciam a rodo”.

(2.7) Causa: “acordou ao estridor das cometas tocando alvorada”.

(2.8) Conformidade: “dizer ao modo de Hauser”, “andar à paisana”.

(2.9) Assunto ou referência: “ensinam a esse respeito que...”.

(2.10) Limite superior: “a porcentagem varia de 10 a 50%”.

(2.11) Restrição ou limitação: “ficou a pão e água”.

(2.12) Preço: “a cebola pode chegar a trinta cruzeiros o quilo”.

(2.13) Fim: “correu a fazer-lhe companhia”.

(2.14) Termo de movimento: “a gente vai de Belém a Altamira”.

(2.15) Condição: “A não ser lá, só no tênis”.

Neves não deixa claro se essa extraordinária multiplicação de categorias semânticas se deve ao item lexical que seleciona a preposição, o que parece ser o caso dos exemplos do item (1), ou se se deve à composicionalidade, caso em que os sentidos provavelmente rarefeitos das preposições se combinariam com aqueles das palavras à sua volta – e aqui entrariam os exemplos do item (2).

Na introdução de sua gramática, Neves dá a impressão de ter-se inclinado pelas duas possibilidades, com certa ênfase na consideração das preposições como palavras relacionais, portanto vazias de sentido. Há três momentos em sua caracterização geral das preposições. (1) “Os dicionários tratam as preposições como possuidoras de variadas acepções, tal como se fossem nomes” (p. 18). A autora parece condenar esse ponto de vista, e, portanto, as preposições não possuiriam acepções variadas. (2) “Como peça do

sistema de transitividade, a preposição (...) tira seu valor das relações contraídas entre os elementos cuja junção ela efetua” (p.18). Essa afirmação está coerente com a anterior, isto é, as preposições seriam vazias de significado, e as noções nelas identificadas decorreriam de operações metonímicas, em que ocorre a “importação do significado do vizinho”. A itemização dos usos das preposições em sua gramática mostra que esta foi a estratégia descritiva adotada. (3) Entretanto, na mesma página, ela informa ter avaliado na descrição do uso das preposições “(a) seu significado unitário, (b) a natureza dos dois termos em relação, (c) a relação sintática entre o antecedente e o conseqüente, (d) os traços semânticos dos dois termos em relação e a relação semântica que entre eles se estabelece”.

O item *a* e o item *d* refletem a difícil opção pelo melhor modo de caracterizar as preposições, uma sorte de drama bastante comum na literatura específica. Com efeito, o termo “significado unitário” parece apontar para a autonomia semântica das preposições. Ele ocorre em outros autores, embora nem sempre seja definido (Cf. Borba, 1971; Bechara, 1999: 298; e Vilela-Koch, 2001: 256). Bechara argumenta que “cada preposição tem o seu significado unitário, fundamental, primário, que se desdobra em outros significados contextuais (sentido), em acepções particulares que emergem do nosso saber sobre as coisas e da nossa experiência do mundo”.

A convivência entre um significado unitário, de difícil conceituação, e outros traços semânticos ou acepções particulares faz supor que Neves concebeu as preposições no quadro de sua gramaticalização, representável por uma linha dotada de dois polos extremos. No polo da gramaticalização menor teríamos as preposições de significado unitário, e no da gramaticalização maior, as preposições cujos significados resultam da composição do significado unitário com os “traços semânticos dos dois termos em relação”. As preposições introdutoras de argumento exibiriam a face mais gramaticalizada, enquanto as preposições não introdutoras de argumentos exibiriam a face menos gramaticalizada – mas esta já é uma das leituras possíveis do texto de Neves.

Proponho a seguir uma visão integradora das posições de Borba e Neves, com base em sua análise da preposição *a*, tais como documentados por eles. Os dois autores procederam a uma análise minuciosa dessa classe, facilitando interpretações como a que se segue.

Parto do pressuposto de que as preposições dispõem de um sentido prototípico, reconhecível a partir das categorias cognitivas de POSIÇÃO NO ESPAÇO, DESLOCAMENTO NO ESPAÇO e DISTÂNCIA NO ESPAÇO. Operando sobre esse sentido prototípico, abstratizando-o, chegamos aos usos derivados, vale dizer, aos traços semânticos atribuídos. Os dois momentos, no sentido de “movimentos” da criação lingüística, convivem na mesma sincronia, dificultando a identificação dos passos dessa trajetória. Será por isso que os gramáticos oscilam entre reconhecer ou rejeitar a existência de um sentido próprio às preposições, preferindo organizar listagens que não revelam o caminho por elas percorrido em suas sucessivas alterações.

Para encaminhar minha análise, postularei que um macro-eixo PROXIMAL/DISTAL governa as representações de ESPAÇO e MOVIMENTO presentes nos estudos analisados. Por outras palavras, as preposições:

representam os participantes do discurso em sua localização nos espaços horizontal/vertical/transversal;

indicam se eles se apresentam estática ou dinamicamente (= movimento);

subordinam as duas categorias anteriores às noções “longe/perto”, que compõem portanto um macro-eixo, proximal/distal.

Significa que a categoria de ESPAÇO, bastante complexa, implica pelo menos: (1) posição do participante nos eixos horizontal (origem ou ponto inicial/meta ou ponto final), vertical (ponto superior/ponto inferior), transversal (ponto

anterior/ponto posterior); (2) posição do participante em relação a um recipiente real ou imaginário (posição dentro/ posição fora).

No Quadro 1, reúno tentativamente minha interpretação dos usos catalogados por Borba e Neves.

QUADRO 1: Interpretação dos exemplos de Borba (1972) e Neves (2000)

MACRO-EIXO PROXIMAL/DISTAL						
MOVIMENTO DOS PARTICIPANTES	Eixo proximal A/proximidade / <i>Encontrei o médico à mesa</i>		Eixo Distal A/afastamento / <i>Fugir à realidade</i>			
	POSIÇÃO DOS PARTICIPANTES NO ESPAÇO					
	Eixo horizontal		Eixo vertical		Eixo transversal	
	Posiçã o inicial / origem	Posição final / meta	Posição superio r	Posição inferior	Posição anterior	Posição posterior
+ movim .	<i>Fugir à realidade</i>	<i>Voltar à cadeira, veio ver à porta, ajudar a todos</i>	<i>Sobrevoar a cidade a mil metros de altura</i>	<i>Andar à sombra do berói</i>	<i>Caminhar à frente</i>	<i>Carregar às costas</i>
- movim .	?	<i>Olhar à janela, citações destinam-se a deslumbrar</i>	<i>Blusa ao ombro, sentar-se a um tamborete</i>	<i>Branquejar ao luar, reluzir ao sol</i>	<i>Estar à frente</i>	<i>Falar às costas</i>

O Quadro 1 mostra que a maior parte dos exemplos corresponde à localização do participante no ESPAÇO, o que pode ser captado pelos três eixos propostos, aos quais se ligam os pares conceptuais opositivos de /posição inicial/ ~ /posição

final;/ /posição superior/ ~ /posição inferior/; e /posição anterior/ ~ /posição posterior/. Deixei de incluir uma coluna para a categoria RECIPIENTE/CONTEÚDO, que remete ao par /posição dentro/ ~ /posição fora/, pois salvo erro apenas Borba exemplifica a primeira delas: de interioridade, inclusão. A indicação de /proximidade/ atravessa todos esses índices posicionais, despontando como a propriedade semântica maior de *a*: se as preposições têm um “significado unitário”, /proximidade/ deve ser o de *a*. Essa constatação, bastante óbvia, revela que *a* continua mantendo o sentido do latim *ad*, a saber, “na direção de, para, na proximidade de, geralmente com idéia de movimento, donde o acusativo [que essa preposição rege]” (Ernout e Meillet, 1967, s. v. *ad*).

No Quadro 2, proponho um arranjo dos exemplos que ilustram as subcategorias e os traços semânticos¹ exemplificados por *a*, hipotetizando que ambos representem derivações das categorias mencionadas no Quadro 1.

QUADRO 2: Subcategorias e papéis semânticos

SUBCATEGORIAS	<p><u>Aspecto</u>: <i>estudar ano a ano, ler linha a linha, estar a falar</i> [duração no eixo horizontal; aspecto imperfectivo].</p> <p><u>Tempo</u>: <i>tomou cervejas ao almoço, morreu aos 50 anos</i> [posição anterior no eixo transversal], <i>competição a ser realizada</i> [posição posterior no eixo transversal].</p> <p><u>Quantidade</u>: <i>vinho de 300 a 750 cruzeiros, vitória por 2 a 0</i> [posição no eixo vertical].</p> <p><u>Condição</u>: <i>a ser verdade...</i> [a posição de</p>
---------------	--

¹ A expressão “traço semântico” será aqui utilizada para designar as propriedades semânticas inerentes ao item lexical, deriváveis com maior ou menor felicidade das categorias cognitivas. Por “papéis semânticos” entendem-se as propriedades semânticas atribuídas pelo predicador ao item lexical.

	<p>proximidade exclui a realidade e implica na condição] <u>Modo / Conformidade</u>: <i>arrumar-se a jato, camarão a babiana, meninos desapareciam a rodo, andar à paisana.</i> <u>Instrumento</u>: <i>escrever a máquina, receber a bala, cortar a faca.</i></p>
<p>PAPÉIS SEMÂNTICOS ATRIBUÍDOS</p>	<p><u>Locativo</u>: <i>ajoelhar-se ao pé do moribundo</i> [macro-eixo proximal]. <u>Meta</u>: <i>a mocinha se agarra à mulher</i> [eixo horizontal: ponto de chegada]. <u>Objeto afetado</u>: <i>impor o ritmo aos demais</i> [eixo vertical: posição inferior]. <u>Objeto não afetado</u>: <i>obedecer a alguém</i> [eixo vertical: posição superior]. <u>Objeto efetuado</u>: <i>doutrinas que dão origem ao comunismo</i> [eixo horizontal: ponto de chegada]. <u>Receptor ou destinatário</u>: <i>dirigir-se a ela</i> [eixo horizontal: ponto de chegada]. <u>Beneficiário</u>: <i>oferecer jantar ao aposentado</i> [eixo horizontal: ponto de chegada]. <u>Experimentador</u>: <i>agradar à rainha</i> [eixo horizontal: ponto de chegada]. <u>Causa</u>: <i>dever ao acaso, acordar ao estridor das cometas</i> [posição exterior].</p>

Eis aqui algumas primeiras observações aos quadros 1 e 2:

(1) As posições dos participantes são representadas pelos referentes dos SNs ligados pela preposição ou pelo sujeito do verbo associado à preposição. Assim, “a realidade” é o ponto inicial da fuga, na dimensão “eixo horizontal do espaço”. Quem volta “à cadeira” atingiu o ponto final de um percurso. Qualquer objeto que branqueje “ao luar” está colocado abaixo dele, e assim por diante. (2) A inscrição dos exemplos no Quadro 1 capta a localização dos participantes num único ponto de referência, sendo óbvio que a preposição a pode indicar o trânsito de um desses polos ao outro, como em “variar de 10 a 50%”, por exemplo, em que se indica a deslocação do ponto inferior ao ponto superior de uma escala. (3) As expressões transcritas nas colunas referentes ao macro-eixo proximal/distal, movimento dos participantes e posição dos participantes no espaço são

consideradas prototípicas, menos gramaticalizadas, se as contrastarmos com aquelas transcritas no Quadro 2 – TRAÇOS SEMÂNTICOS e USOS METAFÓRICOS, que são derivados das primeiras, e portanto mais gramaticalizadas. (4) Nota-se que o papel temático LOCATIVO é excessivamente amplo para dar conta dos dados sem que o especifiquemos devidamente. (5) A expressão “*estar a falar*” foi capitulada como ASPECTO imperfeito, correspondendo a “*está falando*”; entretanto, pode indicar também futuro imediato, no sentido de que alguém “*está para falar*”. Essa questão levanta o problema do valor de *a* nas perífrases ou mesmo nas estruturas de controle, estudado por Oliveira (2001). (6) A categoria “relação” mencionada nos dois textos remete à abstratização máxima das preposições.

1.2. Preposições simples e preposições complexas

Preposições simples “primitivas”, preposições simples regramaticalizadas e *preposições complexas* podem ser consideradas operadores que realizam uma ligação assimétrica entre um objeto A,² doravante FIGURA, e um objeto B, doravante FUNDO, com relação ao qual pretendemos localizar o objeto A:

FIGURA	PREPOSIÇÃO	FUNDO
<i>Bicicleta</i>	<i>diante da</i>	<i>igreja</i>
<i>Livro</i>	<i>sobre</i>	<i>a mesa</i>

A localização de objetos e sua inserção no ESPAÇO é um dos mecanismos básicos na construção dos sentidos, que opera também com outras categorias cognitivas tais como VISÃO, MOVIMENTO etc. (Castilho, 2001).

² “Objeto” é um termo genérico que remete a pessoas, animais, coisas. “Estado de coisas” é igualmente um termo genérico que remete a ações, processos e eventos.

Essa localização parece funcionar à base de assimetrias. É assimétrica a relação entre o objeto que queremos localizar e o ambiente em que vamos localizá-lo, dadas suas diferenças de tamanho, conteúdo, orientação, ordem, direção, distância, movimento ou até mesmo dada a combinação dessas propriedades. São por isso mesmo pouco habituais expressões tais como “igreja atrás da bicicleta”, “mesa debaixo do livro” etc., embora perfeitamente compreensíveis em histórias infantis, contos fantásticos e em outras articulações discursivas. (Svorou, 1993: 8 *et seq.*).

Arranjos espaciais são igualmente criados quando um verbo se associa à preposição para relacionar a FIGURA ao FUNDO, tratados então como Origem, Meta, Recipiente etc.:

FIGURA	PREPOSIÇÃO	FUNDO
<i>A comida</i>	<i>veio de</i>	<i>Casa</i>
<i>A mulher</i>	<i>foi para</i>	<i>Casa</i>
<i>O livro</i>	<i>está na</i>	<i>Sala</i>

Outra questão é a das locuções prepositivas, cujo estatuto é mal definido em nossas gramáticas, como já assinalado por Câmara Jr. (1975: 144-146), Lemle (1984: 128 *et seq.*, 160 *et seq.*), Bonfim (1988), Lobato (1989), entre outros. Macêdo (1997) fez uma revisão bibliográfica sobre o assunto.

Tradicionalmente, as locuções prepositivas são definidas como um advérbio, ou um nome, antecedidos opcionalmente por preposições e seguidos obrigatoriamente por um *de* ou um *a*. As “estruturas” assim identificadas são as seguintes:

ADV + PREP	PREP + N + PREP	PREP + ADV + PREP	PREP + PREP
Dentro de	A cabo de	Diante de	Por trás de
Fora de	A par de	Por/debaixo de	Para com
Perto de	Ao redor de	Por/em cima de	Por entre
Longe de	Por amor de	Em pós de	De a

Antes de	Em meio de/a	Acerca de
Depois de	Em vez de	
Quanto a	A respeito de	
Junto de	Defronte de	
Através de	Em presença de	
Ademais de	À beira de	
	Em prol de	

Se tomarmos em conta o processo de regramaticalização de nomes e advérbios, as regras de estruturação do sintagma e a contextualização dessas expressões, ficará claro que as locuções prepositivas não dispõem de estatuto categorial próprio, podendo ser tratadas como *preposições complexas*. Sua listagem não passa de um desajeitado recorte dos enunciados, tal como se nada existisse depois das preposições de finalização *de* e *a*. O que temos aqui são sintagmas adverbiais (SAdv) ou sintagmas preposicionais (SP):

SAdv → Adv + SP, como em $[[[{}^{ADV}perto] {}^{SP}[da\ casa]]]$, o que dá conta das expressões reunidas na primeira coluna. Note-se que em alguns casos uma preposição prefixou-se ao advérbio, regramaticalizando-a. Assim, em *dentro*, *depois*, *através*, *ademais* perdeu-se no português contemporâneo a percepção de que uma preposição tinha-se fixado a um advérbio

SP → Prep + SN / SAdv, ocorrendo outro SP encaixado tanto no SN e quanto no SAdv: (1) a prep. rege um SN: $[[[{}^{PREP}[a] {}^{SN}[o\ redor\ da\ casa]]]]$; (2) a prep. rege um SAdv: $[[[{}^{PREP}[por] {}^{SADV}[debaixo\ do\ pano]]]]$, o que dá conta das expressões reunidas na segunda e na terceira colunas.

A quarta coluna apresenta casos em que, aparentemente, uma preposição está regendo outra, o que violaria a regularidade de constituição dos SPs. Entretanto, é visível que as expressões aí arroladas representam a confluência de duas estruturas II, com elisão do SN repetido. Assim, *"bom para ele"*, e *"bom com ele"* reuniram-se em *"bom para com ele"*, com o apagamento do SN repetido *"ele"*. O mesmo se pode dizer de *"caminhar por entre as árvores"*, *"andar de a pé"* etc.

Nesta fase da pesquisa, tomaremos essas considerações “para começo de conversa”. Quando dispusermos de uma casuística maior, trataremos das “condições da preposicionalidade”, buscando contribuir para o esclarecimento do estatuto categorial das preposições.

2. Gramaticalização e teoria multissistêmica da língua

A partir do final dos anos 1990, surgiram no Brasil diversos estudos sobre gramaticalização, enumerados em Castilho (2002b). No caso das preposições, devem ser lembrados Viaro (1994, 1995), Baião e Arruda (1996), Macêdo (1997), Poggio (2002), sem referir aquelas pesquisas que trataram indiretamente desse processo, como Bonfim (2000), entre outros.

Num artigo-balanço sobre parte da bibliografia publicada até 1995, propus que nos argumentos sobre a gramaticalização (1) se aceitassem como fases desse processo a fonologização, a morfologização e a sintaticização; (2) se considerassem como seus princípios (i) a analogia, (ii) a continuidade e o gradualismo, (iii) a unidirecionalidade e a simultaneidade; (iv) a reanálise; e, finalmente, (3) ficasse claro que a gramaticalização é apenas um dos processos de criação lingüística, sendo a lexicalização, a discursivização, e a semanticização outros tantos processos, não se devendo estabelecer entre eles relações de derivação nem de determinação (Castilho, 1997).

Mais recentemente, Campbell e Janda (2001: 108) resenharam a amplitude das definições de gramaticalização, identificando pelo menos 13 questões críticas: (1) que mecanismos subjazem na gramaticalização? (2) a gramaticalização é unidirecional? (3) esse processo tem algum valor explanatório? (4) a gramaticalização tem um estatuto próprio, ou é totalmente derivativa? (5) caso não disponha de estatuto próprio, seria ela necessária, no sentido de que teria poder heurístico? (6) qual é o

papel do desbotamento semântico e da erosão fonética em relação a outros fenômenos de gramaticalização? (7) o que é 'desgramaticalização' e 'lexicalização', e quais são suas relações com o princípio da unidirecionalidade? (8) se a gramaticalização é um processo, o que significa isso? (9) a gramaticalização é contínua, e se for, como explicar isso? será ela gradual? (10) seriam circulares as afirmações sobre a gramaticalização? as reconstruções são causa ou consequência da proclamada unidirecionalidade? (11) os contextos sociolingüísticos e a história social afetam a gramaticalização e sua implementação? (12) gramaticalização é o trâmite de um item do léxico para a gramática, ou será o trâmite de um item menos gramatical para um mais gramatical? será ela constitutiva da gramática? (13) como será o futuro da teoria da gramaticalização, ou como deveria ser essa teoria?

Esses autores concluem que a gramaticalização não tem um estatuto próprio, e que os fatos considerados como de gramaticalização se dispersam pelos campos da mudança semântica e da reanálise gramatical, em sua qualidade de epifenômeno. Em todo caso, concluem eles, as pesquisas levadas a cabo criaram um interessante banco de dados, e isso parece ser tudo.

Da pena dos gramaticalizadores não escorreu nenhuma teoria explícita sobre a língua, ficando os leitores obrigados a inferir em que teoria ou em que teorias eles se fundamentam, tanto quanto a arranjar-se no cipoal de conceitos, interfaces e terminologias — o que levou Campbel e Janda (2001) a concluir que a gramaticalização não tem um estatuto próprio.

Uma exegese possível dos textos disponíveis mostraria que seus autores parecem entender a língua como uma entidade heteróclita, estática, passível de representação através de uma linha, na qual podemos reconhecer pontos e estabelecer derivações entre esses pontos. Eis aqui alguns pontos que parecem integrar sua teoria lingüística:

(1) As línguas naturais são um conjunto de signos dispostos numa linha. A alteração desses signos se dá por estágios

unidirecionais, de tal maneira que a um estágio A se segue um estágio B, a este se segue um estágio C, e assim por diante (Hopper e Traugott, 1993: 95). Cada estágio corresponde a um ponto na língua-linha e, portanto, uma relação de seqüencialidade pode ser estabelecida entre esses pontos. Em estudo recente, Mattos e Silva (2002) evidenciaram a vertente neogramatical dessa perspectiva em suas pesquisas sobre as “leis fonéticas”. Como se sabe, foi o “neogramático” Antoine Meillet quem deu visibilidade ao problema da gramaticalização, em seu estudo sobre as conjunções. A teoria lingüística dos neogramáticos foi conservada nos estudos contemporâneos sobre esse processo.

(2) Depositadas sobre essa linha, categorias lexicais dão surgimento a categorias gramaticais, e estas a categorias ainda mais gramaticais, entendendo-se por isto os afixos. Quereria isto dizer que os itens lexicais não têm propriedades gramaticais, suficientes para arranjá-los em categorias próprias? Se eles não têm essas propriedades, como entender que as palavras possam ser dispostas nitidamente em classes lexicais, as conhecidas classes maiores (Pronomes, Nomes e Verbos), intermediárias (Advérbios, Adjetivos), e menores (Artigos, Conjunções e Preposições) que freqüentam estas páginas? Por outro lado, teriam essas classes um estatuto categorial claramente configurado, a ponto de se sucederem perceptivelmente umas às outras na língua-linha, permitindo-nos testemunhar sua metamorfose? Nesse caso, e pensando nos estudos funcionalistas sobre a gramaticalização, onde foi parar a Teoria dos Protótipos? Seriam mesmo tão claros os limites entre as classes lexicais, de tal forma que pudéssemos estabelecer uma relação de derivação entre elas?

(3) Finalmente, na literatura sobre gramaticalização ficam situados no mesmo nível fenômenos tais como erosão fonética, descategorização/recategorização morfológica, ampliação dos empregos sintáticos, perda semântica, sem falar nas pressões do Discurso sobre o sistema. Esse ponto de vista levou diversos autores a dispor o Discurso, a Gramática e a Semântica num “(c)line” — e aqui faço um jogo de palavras associando *line* e *cline* — admitindo implicitamente uma hierarquia e uma decorrente derivação entre eles. Essa percepção exige que no momento da

criação lingüística nossa mente funcionaria por impulsos seqüenciais, isolados uns de outros, indo linearmente de uma classe lexical para outra, de um subsistema lingüístico para outro.

Em resumo, nos textos sobre gramaticalização a língua é postulada como uma combinação linear de itens separáveis. Isso de fato acontece quando falamos ou quando escrevemos — mas fala e escrita são produtos lingüísticos, e a gramaticalização é o estudo de um processo lingüístico. Caso contrário, o que estaria fazendo ali o sufixo *-ização*?

Os pontos acima resumem boa parte da complicação teórica da gramaticalização, embora nossos gramaticalizadores nunca deixassem de reconhecer que estavam tratando de um processo, não de um produto lingüístico. Eles sem dúvida sempre estiveram mais interessados na criatividade lingüística do que no enunciado pronto e acabado — notadamente os autores de corte funcionalista. É por isso mesmo estranho que continuassem apegados a categorias que pressupõem a língua como um enunciado. Estas breves reflexões nos conduzem ao próximo tópico, a saber, uma proposta de teoria multissistêmica da língua.

Neste texto, argumento contra os três pontos explicitados, e procuro achar alternativas para elas. A escolha dessas alternativas é obviamente tarefa para um grupo de pesquisadores. Em consequência, este item do texto deve ser considerado como um convite à busca de uma teoria que dê conta da enorme multiplicidade de fenômenos atualmente apresentados como casos de gramaticalização.

Num primeiro momento, precisaríamos tirar algumas consequências de um fato que goza de grande unanimidade: a gramaticalização é um processo de criação lingüística, o que demandará uma teoria dinâmica sobre a língua. Mais que isso, a gramaticalização é um dentre outros processos de criação lingüística, o que demandará a postulação de uma teoria multissistêmica da língua para a identificação dos demais processos.

Uma teoria dinâmica e multissistêmica nos permitiria — se é que em algum dia conseguiremos desenhá-la! — dar conta da grande quantidade de fenômenos que temos estudado sob a rubrica “gramaticalização”, permitindo, ademais, enquadrar esse processo entre outros igualmente relevantes para o entendimento da criatividade lingüística.

Para começo de conversa, poderíamos assumir que a língua é um multissistema dinâmico, que pode ser graficamente representado numa forma radial, tendo ao centro o Léxico e à volta a Semântica, o Discurso e a Gramática. Esses subsistemas seriam por postulação teórica independentes uns dos outros, dispondo cada um de categorias próprias. Admitiríamos também que nossa mente opera simultaneamente sobre o conjunto das categorias recolhidas nesses sistemas — as categorias lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais. Quero com isto dizer que qualquer expressão lingüística exhibe simultaneamente propriedades lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, variando o grau de saliência entre elas, por razões pragmáticas.

Dialogando com os textos de Morris (1938), Franchi (1976) e Nascimento (1993), vou, portanto, assumir que a língua tem uma natureza multissistêmica, captada em termos dos quatro sistemas acima mencionados. Insisto em que esses sistemas são independentes uns dos outros, não sendo postuláveis implícita ou explicitamente regras de determinação entre eles. Por outras palavras, o Discurso não estipula a criação dos sentidos, e estes não estipulam as estruturas gramaticais que os “empacotam”. No atual quadro dos meus conhecimentos, não vejo vantagem em estabelecer uma hierarquia entre Semântica, Discurso e Gramática, admitida pelos autores ligados às diversas fases da gramaticalização, reproduzidas no item 2 deste texto.

Eis aqui uma descrição ainda sumária dos sistemas propostos.

O Léxico será definido como um conjunto de categorias cognitivas prévias à enunciação, com base nas quais construímos os traços semânticos inerentes. Entendo por categorias cognitivas

VISÃO, OBJETO, ESPAÇO, TEMPO, MOVIMENTO etc., e por subcategorias, digamos, de VISÃO, (i) FUNDO/FIGURA, (ii) PERSPECTIVA etc.; de ESPAÇO, (i) VERTICALIDADE/HORIZONTALIDADE/TRANSVERSALIDADE, (ii) DISTÂNCIA/PROXIMIDADE, (iii) CONTINENTE/CONTEÚDO etc. Os traços semânticos são constituídos a partir dessas categorias, tais como /contável ~ não-contável/, etc., a partir de OBJETO, /téllico ~ atéllico/ a partir de EVENTO, e assim por diante.

Combinando categorias e traços de diferentes modos, obtemos os itens lexicais, que serão realizados no dicionário da língua seja como um Nome, um Verbo, um Adjetivo, um Artigo, um Advérbio, uma Conjunção ou uma Preposição. Quer isto dizer que a cada um desses itens corresponde determinado arranjo de traços, não sendo necessário afirmar que um Nome gera um Advérbio, e este uma Preposição, por exemplo. A lexicalização será, assim, o processo de criação de itens, dispostos nas classes de palavra ou categorias lexicais.

É bem visível que estou seguindo os autores que entendem o Léxico como um conjunto de traços semântico-cognitivos, não como um conjunto de palavras, que é o dicionário da língua, situando-o ademais no centro do sistema lingüístico. Quando adquirimos o Léxico, provavelmente adquirimos em primeiro lugar esses traços e a habilidade de combiná-los em diferentes padrões, e em segundo lugar as palavras em que por convenção social esses padrões se abrigam. Em suma, proponho que o Léxico seja entendido nos quadros de uma hierarquia que vai da cognição pré-verbal para a expressão verbal.

A Semântica é a criação dos significados baseada em estratégias cognitivas tais como o emolduramento da cena, a hierarquização de seus participantes, a organização do campo visual, a movimentação real ou fictícia dos participantes, sua reconstrução através da metáfora e da metonímia etc. Daqui resultam as categorias semânticas de dêixis, referenciação, predicação, foricidade e conexidade.

O Discurso é uma sorte de contrato social que estabelecemos lingüisticamente, de que decorrem os usos lingüísticos, concretizados no Texto. Esse sistema está fulcrado no eixo dêitico, isto é, na instanciação das pessoas do discurso e em sua localização no ESPAÇO e no TEMPO. Satisfeitas essas condições prévias, dá-se a interação através de estratégias pragmáticas que nos revelam as categorias discursivas de turno conversacional, tópico, unidades discursivas, nexos textuais etc. (Castilho, 1989).

Finalmente, a Gramática é um conjunto de estruturas razoavelmente cristalizadas, ordenadas nos subconjuntos da Fonologia, Morfologia e Sintaxe, e governadas por regras de determinação interna. Essas estruturas se expressam por meio das categorias gramaticais, definíveis em termos de classes (palavra, sintagma, sentença), relações (regência, concordância, colocação) e funções (construções de tópico, argumentos, adjuntos). A regularidade das categorias gramaticais tem sido comumente reconhecida, o que não exclui que a instabilidade é constitutiva da estrutura gramatical.

O ponto central desta proposta, ainda em seus lineamentos muito gerais, é que o Léxico é governado por um *dispositivo sociocognitivo* de caráter pré-verbal, através do qual o falante ativa, reativa e desativa as propriedades lexicais, dando origem às categorias discursivas, semânticas e gramaticais. Esse dispositivo é “social” porque é baseado numa análise continuada das situações que ocorrem num ato de fala. E é cognitivo porque lida com as categorias cognitivas e os traços semânticos já mencionados. Uma conseqüência dessa postulação é negar que as classes de palavra sejam deriváveis umas de outras.

A postulação desse dispositivo repousa nos achados da Análise da Conversação e nos achados dos pesquisadores ligados ao Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF). Nos dois casos, o objeto empírico foi exclusivamente a língua falada, mais reveladora dos processos de criatividade lingüística que a língua escrita.

A conversação é a atividade lingüística básica e pode, portanto, proporcionar-nos alguns princípios de interesse para esta demonstração. Quando conversamos, tentamos o tempo todo prever os movimentos verbais do interlocutor, isto é, se ele completou sua intervenção, se ela ainda está em curso, se devemos antecipar o momento de nossa entrada no curso da fala etc. Para dar conta desse mecanismo, que assegura a manutenção da conversação, Sacks, Schegloff e Jefferson (1974: 702) postularam um “componente de construção de turnos” cujas unidades-tipo, isto é, palavras, sintagmas e sentenças com os quais o falante contrói seu turno, “projetam a próxima unidade-tipo”, numa sorte de antecipação da atuação verbal do interlocutor. Essas afirmações constituem o princípio de projeção pragmática.

Por outro lado, que mecanismos lingüísticos os pesquisadores do PGPF identificaram, ao longo dos mais de 200 ensaios que escreveram? Algumas respostas podem ser encontradas em Nascimento (1993), Castilho (1989, 1998b). Pessoalmente, penso que os pesquisadores do PGPF identificaram três mecanismos, que aqui apresento como princípios — mesmo reconhecendo a precocidade deste rótulo. Esses princípios encontram seu fundamento nas estratégias de gestão dos turnos conversacionais — o que situa a conversação como a manifestação discursiva por excelência. Os princípios aqui propostos assentam, portanto, em observações empíricas, não precedem os dados da língua, não são apriorísticos. Sua postulação aparece em versões anteriores, sucessivamente alteradas (Castilho 1998a, 1998b).

2.1. Princípio de ativação ou princípio de projeção pragmática

A ativação lexical é o movimento mental de escolha das categorias cognitivas e de seus traços semânticos que se agruparão nas palavras. Os diferentes padrões de agrupamento das categorias e dos traços constroem a dimensão semântica, discursiva e gramatical das palavras.

A ativação das propriedades semânticas tem o papel de escolher as palavras necessárias à representação da dêixis, da referenciação, da predicação, da foricidade e da conexidade. No sistema discursivo, a ativação seleciona as palavras necessárias à hierarquização dos tópicos, à construção das unidades discursivas e sua conexão etc. A ativação das propriedades gramaticais é responsável pela construção dos sintagmas e das sentenças, pela ordenação dos constituintes, pela concordância, pela organização da estrutura argumental etc. Neste particular, entendo que a atribuição de caso e de papéis semânticos decorre do princípio de projeção estrita, descrita na reflexão tradicional como “transitividade”, “regência”, “valência”, e como “princípio de projeção” em alguns modelos formais. A projeção estrita é o correlato da projeção pragmática (Castilho, 1998b).

2.2. Princípio de reativação ou princípio de correção

A reativação é o movimento mental por meio do qual rearranjamos as propriedades lexicais e as palavras que as representam, retomando por assim dizer a construção do enunciado. O princípio da reativação encontra seu fundamento no sistema de correção conversacional. Como se sabe, no curso de uma conversação temos freqüentemente de mudar seu rumo, seja corrigindo nossas próprias intervenções (= autocorreção), seja corrigindo a intervenção do interlocutor (= heterocorreção). O sistema de correção conversacional busca eliminar os erros de planejamento.

A reativação produz no Léxico as ressignificações, vale dizer, as reconstruções das palavras, corrigindo-se sua adequação à representação dos OBJETOS e dos EVENTOS, tanto quanto a regramaticalização das palavras. Na Semântica, a reativação provoca a paráfrase de textos já produzidos, aos quais voltamos com diversos propósitos examinados, por exemplo, por Hilgert (1987). No Discurso, ela abre caminho à repetição dos enunciados para assegurar a coesão do texto, altera o eixo argumentativo etc. No domínio da Gramática, pelo menos dois rótulos têm sido utilizados na literatura para captar os efeitos desse princípio: a poligramaticalização e a reanálise. A reanálise, dada como um dos

princípios da gramaticalização, decorre deste impulso da criatividade lingüística. Reanalisam-se sintagmas e as sentenças, o que acarreta mudanças da fronteira sintática. Repetem-se as palavras, para assegurar a constituição sentencial, fato que examinei em Castilho (1997c).

2.3. Princípio de desativação ou princípio do silêncio

A desativação é o movimento que ocasiona o abandono das propriedades e das palavras que estavam sendo ativadas. Este princípio mostra que o silêncio é igualmente constitutivo da linguagem. A linguagem musical apropriou-se dessa característica, alternando-se na pauta as notas, ativadas e reativadas, e as pausas, que são a desativação do som.

Também este princípio assenta nas práticas conversacionais, quando ocorre a chamada “despreferência”. A estratégia da “despreferência” consiste em verbalizar o que não é esperado, violando-se o princípio de projeção pragmática. Isso ocorre quando respondemos a uma pergunta com outra pergunta, quando recusamos um convite etc. Nesses casos, cria-se na conversação um “vazio pragmático” (Marcuschi, 1986).

O princípio de desativação promove no Léxico a morte das palavras. No sistema semântico, ele está por trás das alterações de sentido presentes nas metáforas, nas metonímias, na especialização e na generalização, por meio dos quais “silenciamos” o sentido anterior e simultaneamente ativamos novos sentidos. Ele produz no sistema discursivo a alteração da hierarquia tópica, levando os locutores a manobras tais como os parênteses e as digressões. Na Gramática, o princípio de desativação é responsável pela categoria vazia, de que se encontram exemplos na Fonologia (sílabas com núcleo vocálico omitido), na Morfologia (morfema flexional zero) e na Sintaxe (elipse de constituintes sentenciais, ou categoria vazia).

É importante entender que esses princípios operam ao mesmo tempo, não seqüencialmente, numa forma já prevista por Lakoff (1987). Assim, a desativação ocorre simultaneamente com

a ativação, e esta com a reativação, o que compromete o princípio da unidirecionalidade. A mente humana parece funcionar de modo mais complexo que um computador, que obedece a instruções seriais, constantes de entidades opositivas do tipo “zero / 1”, ou “sim / não”. O dispositivo sociocognitivo age por acumulação de impulsos, e somente assim poderemos dar conta da extraordinária complexidade da linguagem. Neste quadro, fica difícil concordar com as análises que mencionam o “desbotamento” do sentido, a “erosão” fonética, pois a língua desvela um processo contínuo de ganhos e perdas.

Tendo essas idéias como pano de fundo, parece claro que três programas adicionais precisariam ser desencadeados no quadro dos estudos sobre mudança gramatical empreendidos pelos pesquisadores do PHPB: o da lexicalização, o da semanticização e o da discursivização, privando a gramaticalização de sua atual centralidade. Passo a oferecer uma agenda mínima para o estudo desses processos.

Lexicalização é a criação das palavras via seleção de propriedades cognitivas e de traços semânticos derivados, processando-se sua misteriosa concentração numa forma. A Etimologia e a observação dos usos das preposições nos bons dicionários de usos nos permitirão identificar essas propriedades, numa espécie de volta ao momento de criação do item lexical ou, se quiserem, numa espécie de arqueologia lexical. As diferentes classes de palavras, ou categorias lexicais, são o produto resultante da lexicalização.

Precisamos sem dúvida entender mais claramente os mecanismos semânticos das línguas naturais, para configurar a agenda da *semanticização*. A criação e as alterações do sentido são algumas das perguntas básicas a formular aqui. Vejo dificuldades nas explicações que aludem a um desbotamento semântico (*bleaching, fading*), como se a permanente criatividade de que é feita a língua implicasse em perdas, sem ganhos, em desmaios, sem despertares. Em contrapartida, parece adequado aprofundar as pesquisas sobre a dêixis, a referenciação, a predicação, a foricidade e a conexidade, precedendo tudo isso com indagações sobre como

criamos os sentidos. Neste trabalho, dou alguns passos na direção do estudo da conexidade. Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) fornecem um quadro interessante para captar as translações de sentido e partir de categoriais cognitivas de base, e suas idéias serão levadas em conta. O produto da semanticização são os sentidos das palavras (Semântica lexical), as significações composicionais das expressões multivocabulares (Semântica sintática) e os significados inferenciais (Semântica pragmática).

O processo de *discursivização* tem por resultado as categorias textuais de topicalização (= seleção e hierarquia tópica, desvios tópicos por digressão e por parênteses), correção sociopragmática, fluxo da informação, conexão textual, entre outros temas. Alguns lingüistas brasileiros têm estudado a discursivização, sem uma elaboração teórica maior (Ver, pelo menos, Castilho, 1997a: 60; Bittencourt, 1999; e Gorski, Gibbon, Valle, Rost e Mago, 2002). Essas referências têm o mérito de mostrar que há certo desconforto em tratar os temas acima como casos de gramaticalização, o que significaria fazer confluir para uma mesma dimensão processos lingüísticos de variada ordem. O estudo pormenorizado da utilização das preposições na organização do texto poderia verificar se elas atuam em questões tais como (1) introdução do tópico discursivo; (2) agregação de informação secundária, enriquecendo a elaboração do tópico, via adjuntos; (3) determinação/indeterminação/impessoalização do tópico, (4) articulação do texto etc. O produto da discursivização é o texto.

A *gramaticalização* cinde-se em três subprocessos: fonologização (alterações no corpo fônico das palavras), morfologização (alterações que afetam o radical e os afixos) e sintaticização (alterações que afetam os arranjos sintagmático e sentencial), os quais ocorrem simultaneamente, sem uma hierarquia de precedência entre eles. A unidirecionalidade só pode ser comprovada no tratamento das palavras no interior de cada um desses subprocessos — e por aqui vai ficando o famoso princípio da unidirecionalidade. Acredito que a ação do dispositivo sociocognitivo, uma vez mais detalhado e melhor entendido, fornecerá as bases teóricas para o entendimento da gramaticalização, da regramaticalização e da desgramaticalização.

O produto da gramaticalização são as estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas.

3. Perspectiva multissistêmica das preposições

Tomando em conta a teoria esboçada no item anterior, penso que um estudo sistemático das preposições deve formular as seguintes questões, parte das quais reproduzem a trajetória das pesquisas específicas sobre gramaticalização: (1) lexicalização das preposições: a construção desses itens lexicais; (2) discursização das preposições: a construção do texto; (3) semanticização das preposições: a construção dos sentidos; (4) gramaticalização das preposições: a construção da sentença.

3.1. Lexicalização das preposições: a construção dos itens lexicais

Para avaliar as propriedades lexicais das preposições, iniciaremos o trabalho pelo estudo de sua etimologia. Um mesmo étimo pode dar origem a diferentes itens, ordenados nas classes de palavras. Vou denominar esse fenômeno de *polilexicalização*, um fenômeno paralelo à polissemia. Ocorrendo a polilexicalização, uma rápida análise das classes derivadas será feita nesta parte do trabalho, para avaliar comparativamente o comportamento das preposições nesse quadro de dispersão etimológica.

A “fortuna léxica” dos itens será explicada a partir da identificação das categorias cognitivas básicas e dos traços semânticos derivados, o que guardará muitas relações com o estudo de sua semanticização. Assim, um étimo como **ant* “testa”, deu origem às seguintes categorias léxicas em português:

3.1.1 – Preposição:

(1) **Ante** o espetáculo de abandono dos projetos, preferiu desistir.

3.1.2 – Pronome-advérbio:

(2) Poucos dias **antes** ele estivera na cena do crime.

3.1.3 – Conjunção: Os dados levantados até aqui mostram que **ant*, em geral acompanhada por outras expressões, pode funcionar como conjunções intersintagmáticas e intersentenciais:

(3) Conjunção coordenativa

[19 1 BA/SA CJ/R][SN ou antes SN] Desgraça fatal! **Ou antes** moles | tia, que tanto persegue a certos | homens, que pelos efeitos de hu ma debilidade capital se propõe a dar | Leis ao Mundo, quando elles se não | sabem reger a si próprios.

[19 2 SP/SP CJ/L][[S] ou antes [S]] O caipira, é vadio. Vive em sua casa, | mal barreada, e ali vivem, ou antes morrem, | a mulher e filhos, ao desabrigo.

(4) Conjunção subordinativa

[19 2 PR/LO CJ/L][[S] antes de [S]] Entretanto (preceitua o mesmo regulamento) quem, **antes de** findar os dous annos, quizer pagar o valor da letra, po- | del-o-há fazer mediante um abatimento correspondente ao | tempo, que faltar para o do seu vencimento.

(5) Conjunção correlativa

[19 2 SP/SP CJ/R] [[S mais] [do que S]] Hoje gastamos **mais do que** vendemos, nossa venda é menor que a despesa (...).

3.2. Semantização das preposições: a construção do sentido

A literatura sobre as preposições sempre reconheceu a importância das categorias cognitivas, sobretudo ESPAÇO, para o estudo dessa classe. Para ficar com apenas dois autores, vejamos o que pensam sobre a relação “categoria cognitiva — categoria lingüística de preposição” — Jerônimo Soares Barbosa, gramático

português do século XVIII, e Viggo Brondal, teórico da linguagem do século XX.

Soares Barbosa (1803: 218-236) define a preposição como “uma parte conjuntiva da oração, que posta entre duas palavras indica a relação de complemento que a segunda tem com a primeira”. Em seguida, evidentemente fundamentado numa Teoria Localista, reconhece duas classes de preposições, dizendo o essencial sobre essa classe:

PRIMEIRA CLASSE - PREPOSIÇÕES DE ESTADO E EXISTÊNCIA. As preposições d’esta classe exprimem as relações dos objectos por ordem ao lugar onde existem, ou absolutamente, ou tambem em respeito a outros objectos que no mesmo se acham. Porque a idéa do lugar onde, é geral e indeterminada, e por isso susceptível de várias determinações particulares, quaes são as diferentes situações de um objecto a respeito de outro mesmo lugar, e os acompanhamentos que com elle concorrem, ou deixam de concorrer. As situações podem-se considerar relativamente ou ás superficies horisontaes, ou ás perpendiculares. Tudo são modificações do lugar onde, que as preposições d’esta classe exprimem do modo seguinte (...) (p. 227).

Ele situa aqui as seguintes preposições: *em*, relativa ao lugar onde em geral; *sobre, sob, entre*, relativas às situações horizontais do mesmo lugar onde; *ante, após, contra*, relativas à situação perpendicular no mesmo lugar onde; *com, sem*, relativas aos acompanhamentos no mesmo lugar.

SEGUNDA CLASSE - PREPOSIÇÕES DE AÇÃO E MOVIMENTO. Toda a acção é um movimento ou real ou virtual, e todo o movimento tem um principio d’onde parte, um meio por onde passa, e um fim aonde ou para onde se dirige. Estas são as relações geraes das preposições activas, cujo primeiro destino, tendo sido o de indicar o lugar d’onde começa qualquer movimento, o espaço por onde passa, e o termo aonde se encaminha; d’aqui, por analogia

do espaço local com o espaço do tempo, passaram a significar as mesmas relações por ordem ao tempo em que uma coisa começa, pelo qual continua, e aonde termina (...) (p. 230).

Ele situa aqui as seguintes preposições: *de*, *desde*, *por*, pertencentes ao lugar de onde; *per*, pertencente ao lugar por onde; *a*, *até*, *para*, pertencentes ao lugar para onde.

Viggo Brondal, em sua *Teoria das Preposições* de 1950, *apud* Borba (1971: 80) afirma que

(...) o primeiro sentido, comum a todas as preposições é o espaço-temporal, ou melhor, a localização no espaço ou no tempo. Ele explica que “a imagem sensorial é a primeira que se apresenta e muitas vezes é indispensável como ponto de partida do pensamento, ainda que a língua nem sempre se assente sobre imagens sensoriais.

Por outro lado, a literatura sobre as preposições tematiza continuamente a difícil questão de seu sentido. Teriam elas um sentido de base, de que decorreriam sentidos derivados? Ou seriam completamente vazias de sentido, e a semântica das expressões preposicionadas decorreria dos termos que elas relacionam?

Nesta pesquisa, vamos hipotetizar que as preposições têm um sentido prototípico, dado pelas categorias e subcategorias cognitivas, que se desdobram por processos vários em traços semânticos derivados.³

Os sentidos prototípicos das preposições correspondem às categorias semântico-cognitivas de POSIÇÃO NO ESPAÇO, DESLOCAMENTO NO ESPAÇO, DISTÂNCIA NO ESPAÇO e MOVIMENTO. A categoria de ESPAÇO poderá ser descrita em termos dos eixos horizontal, vertical e transversal. Reúno

³ As categorias e subcategorias cognitivas são representadas em VERSALETES, e os traços semânticos, entre barras inclinadas.

tentativamente no Quadro 3 as categorias cognitivas de base e derivada, e os traços e papéis semânticos de interesse para esta pesquisa.

QUADRO 3: Categorias cognitivas, traços e papéis semânticos

CATEGORIAS COGNITIVAS DE BASE	CATEGORIAS COGNITIVAS DERIVADAS	SUBCATEGORIAS	TRAÇOS E PAPÉIS SEMÂNTICOS
VISÃO	FIGURA, FUNDO, PERSPECTIVA, etc	Aspecto	/imperfectivo / /perfectivo/ /iterativo/
OBJETO	CONCRETO ABSTRATO	Quantidade	/contável/ /não-contável/ etc
		Qualidade	/causa/, /modo/, /posse/, /matéria/, /instrumento /, /condição/
EVENTO	DELIMITAÇÃO DE ENTIDADES, DINAMISMO, etc	Télico Atélico	/agentivo/ /passivo/ /médio/
		Tempo	/presente/ /passado/ /futuro/
		Relação	/coordenação / /subordinação / /correlação/

ESPAÇO	POSIÇÃO NO ESPAÇO	Eixo horizontal	/origem/, /meta/
		Eixo vertical	/superior/, /inferior/
		Eixo transversal	/anterior/, /posterior/
	MOVIMENTO NO ESPAÇO	Real Imaginário	/dinâmico/, /estático/
	PROXIMIDADE NO ESPAÇO		/proximal/, /distal/
	CONTEÚDO/CONTINENTE		/dentro/, /fora/

Seria, entretanto, ingênuo supor que as preposições espelham perfeitamente os eixos espaciais indicados nesse quadro. Como se reconhece amplamente na literatura cognitivista, “entre a linguagem e o mundo físico ou objetivo há um nível intermediário que nos chamamos ‘cognição’” (Svorou, 1993: 2). A criatividade humana intervém aí de diferentes modos, promovendo alterações nos sentidos prototípicos, de que derivam as subcategorias de Aspecto, Tempo, Quantidade e Qualidade. (Castilho, 2002a).

Num trabalho anterior, Viaro (1994) havia proposto várias categorias para dar conta do desenvolvimento semântico das preposições latinas em sua mudança para o português e o romeno. Ele opera com as seguintes categorias:

Afastamento (ab, ex, de, sine, se(d), *an, dis-).

Aproximação (ad, usque, tenus, paene, illac).

Meio (per).

Circularidade (circum, circa, ambi-).

Verticalidade (de, *an-, au-, *ni-, infra, sub, super, sursum, deorsum, subter, subtus, supra, per).

Seqüência (ob, prae, por-, pri-, pro, ante, contra, erga, re-, pos, secus).

Interioridade (ex, in, inter, indu-, intro-, intra, foras, foris, penes).

Proximidade (apud, iuxta, cum, ad, ab, prope, cis, citra, uls, ultra, trans, longo).

Os termos “afastamento”, “aproximação”, “meio” e “seqüência” de Viaro (1994) correspondem ao percurso horizontal, captado pelo eixo respectivo; “verticalidade”, ao eixo vertical; “interioridade”, à oposição recipiente/conteúdo. No Quadro 3, ficou de fora o parâmetro de “circularidade”, gramaticalizado em português por meio das preposições complexas mencionadas no item 1.2.

Haveria uma mudança diacrônica nessas representações? Para responder a essa pergunta, teríamos de investigar a estabilidade das preposições em sua representação das categorias cognitivas:

3.2.1 – Que categorias semântico-cognitivas de base as preposições exemplificam? Que categorias cognitivas e traços semânticos derivaram dessas categorias prototípicas?

3.2.2 – Na organização de seus textos, os falantes se movimentam de um pólo a outro do eixo espacial considerado? Como se gramaticalizam os movimentos *origem* ↔ *meta*, *superior* ↔ *inferior*, *anterior* ↔ *posterior*, *continente* ↔ *conteúdo*, *proximidade* ↔ *distância*?

3.2.3 – Embora não se admita aqui que uma classe lexical derive de outra, reconhece-se que há uma gradualidade de abstração quando comparamos os diferentes usos do mesmo item.

Assim, no Ide. **ant* especifica um OBJETO, deslizando daqui o sentido para a indicação de uma QUALIDADE, ou propriedade, como Advérbio, e de uma RELAÇÃO como Preposição e Conjunção. A escala OBJETO > QUALIDADE > RELAÇÃO capta essa regularidade, admitida a unidirecionalidade de base cognitiva no interior do sistema semântico, que rejeito quando se pretende aplicá-lo de um sistema para outro.

Os dados apurados serão reunidos em quadro próprio nas Conclusões, permitindo que se compare a atuação das preposições estudadas. De toda forma, será conveniente dispor as preposições em eixos espaciais, o que proverá um arranjo prévio para seu estudo, fugindo-se ao esquema de listas que tem predominado neste campo.

Eis aqui uma primeira proposta de arranjo:

A) Preposições do eixo horizontal: /+Origem/: *de, desde* ~ /+Meta/: *até, contra, a, para*. Orientação lateral: *à esquerda de, à direita de*.

B) Preposições do eixo vertical: /+Superior/: *sobre, por cima de, em cima de* ~ /+Inferior/: *sob, embaixo de, por baixo de, debaixo de*.

C) Preposições do eixo transversal: /+Anterior/: *ante, diante de, antes de, em frente de, em face de, defronte de, defronte a, à frente de* ~ /+Posterior/: *atrás (de), por trás de, após, depois (de), em pós de*.

D) Preposições do eixo Contínuo ~ Conteúdo: /+Dentro/: *em, entre, dentro de, em meio de, em meio a, com* ~ /+Fora/: *fora de, sem*.

E) Preposições do eixo Proximal: *perto de, acerca de, a cabo de, junto de, a par de, em presença de, à beira de*; Distal: *longe de, distante de, na ausência de*.

Nesta fase do trabalho, vou concentrar-me nas preposições do eixo transversal.

3.3. Discursivização das preposições: a construção do texto

Givón (1979) postulou que a Pragmática alimenta a Gramática, sustentando que por gramaticalização também se entende o trânsito das estruturas pragmáticas para a sintaxe. Tornou-se famosa sua explicação de que as construções de tópico se gramaticalizam como sujeito.

À primeira vista, parece estranho que Givón tivesse alargado a escala então vigente para *Discurso* > *Sintaxe* > *Morfologia* > *Morfofonêmica* > *zero*. Afinal, se por *Discurso* se entende o contrato social que estabelecemos por meio das línguas naturais, como admitir que as categorias interacionais próprias do *Discurso* pudessem transmudar-se em categorias gramaticais?

Essa, entretanto, não é a teoria do *Discurso* esposada por Givón, quando ele distingue em seu texto aqui referenciado o “modo pragmático” do “modo sintático”. Para ele, entende-se por modo pragmático o predomínio da estrutura tópico-comentário, o encadeamento vocabular frouxo e o uso reduzido da morfologia gramatical. O modo sintático, ao contrário, se caracteriza pela estrutura sujeito-predicado, pela subordinação, pela ordem rígida das palavras, e pelo uso elaborado da morfologia gramatical. O primeiro modo se documenta nos pidgins, na linguagem infantil, na linguagem falada não-planejada. O segundo modo se documenta nos crioulos, na linguagem adulta, na linguagem escrita planejada. Conclui-se que o *Discurso* givoniano é uma sorte de macro-sintaxe que toma o texto por objeto empírico. Muitos ensaios sobre gramaticalização que adotaram esse ponto de vista versaram questões tais como a conectividade textual, a foricidade, a topicalização — em suma, as categorias comumente aceitas como textuais. Célia Maria Moraes de Castilho (comunicação pessoal) alertou para o fato de que o “modo pragmático” de Givón segue muito de perto a teoria lingüística dos neogramáticos indoeuropeístas e romanistas da primeira metade do século XIX.

Autores como Friedrich Diez, Meyer Lübke, entre outros, acreditavam que a sintaxe das línguas passava por duas fases em sua história, indo de uma sintaxe aposicional ou paratática, para uma fase dependencial ou hipotática. No primeiro momento, as palavras se seguiam umas às outras, sem mecanismos gramaticais de conexão — este é o modo pragmático de Givón, o modo da *loose syntax*. No segundo momento, surgiam diferentes mecanismos gramaticais de conexão, tais como as flexões morfológicas, a transitividade, as preposições e conjunções — este é o modo sintático de Givón, o modo da *tied syntax*.

Devidamente filtradas, as considerações acima fornecem algumas sugestões de investigação. Para o estudo das propriedades textuais das preposições, formularemos as seguintes perguntas: (i) que expressões preposicionadas topicalizam o enunciado, isto é, que expressões fornecem o quadro de referências dentro do qual deve ser entendido o enunciado que se segue? é possível identificar as funções dessas construções de tópico? (ii) que expressões operam como conectores do enunciado? (iii) houve variação entre as preposições que desempenham essas funções textuais?

Uma pré-análise dos materiais revelou as seguintes propriedades textuais das preposições:

3.3.1 - Preposições que atuam nas construções de tópico (= CTs). As CTs até aqui identificadas desempenham as seguintes funções:

(6) CT modalizadora

[19 1 SP/SP CJ/L] De certo / sem dúvida, logo havendo o uniforme fica sempre o mesmo vício que se quer evitar. [hiperpredicação da sentença por modalização asseverativa].

(7) CT delimitadora

(a) *Para nós, a situação de Ruanda é igual à de Botsuana.*[o conteúdo proposicional é considerado verdadeiro dentro do quadro de referências criado pela CT]

(b) Com respeito à globalização, eu gostaria que o senhor falasse sobre o significado da globalização no mundo moderno.

Serão consideradas CTs as expressões preposicionadas que tomam por escopo toda a sentença, e não apenas um de seus constituintes. As CTs se situam fora das fronteiras sentenciais. Isso quer dizer que distinguiremos “topicalização” (= (i) mecanismo discursivo de seleção de um tópico textual; (ii) deslocamento de constituinte para a esquerda da sentença) de “construção de tópico” (= estruturação de um constituinte extra-sentencial). Adjuntos se movem na sentença, mas as CTs já são produzidas em sua periferia. Tanto assim é que, adotado o expediente de movê-las para dentro da sentença, altera-se o significado proposicional, como se pode constatar em

(7b’) Eu gostaria que o senhor falasse **com respeito** sobre o significado da globalização,

isto é,

(7b’’) Eu gostaria que o senhor falasse **respeitosamente** sobre o significado da globalização,

que não parafraseia (7b’). Neste caso, o SP está em adjunção ao SV, funcionando como um adjunto adverbial de qualidade.

Distinguiremos CTs preposicionadas, que tomam toda a S por escopo, de (i) SNs anacolútics, como em “O ônibus! e não é que eu esqueci minha carteira outra vez!; (ii) SNs movidos para a esquerda, coindexados a um constituinte da S, como em “A minha carteira ela está cheia de contas”; e (iii) outros constituintes deslocados para a esquerda, como em “Banana eu não como mesmo”. Essas expressões nominais não modificam a sentença, fato que ocorre com as CTs preposicionadas.

Em conseqüência, sentenças discutidas na literatura tais como “O carro furou o pneu”, “Drama já basta a vida”, “O Amazonas é impressionante o número de frutas”, “Paris eu não pago hotel” serão consideradas aqui como adjuntos deslocados para a esquerda, com elisão da preposição.

3.3.2 - Expressões preposicionadas que funcionam como conectivos textuais:

- (8) As chuvas chegaram com uma fúria incontrolável,
as lavouras foram destruídas,
perdeu-se a criação.
com isso / desse modo
Os prejuízos se avolumaram, e
a miséria se abateu sobre a região.

3.4. Gramaticalização das preposições: a construção da sentença

Como hipótese inicial, agruparemos as preposições em pelo menos três pontos em sua escala de gramaticalização: (i) as mais gramaticalizadas, isto é, as que se comportam exclusivamente como preposições (como parece ser o caso de *de, em, a, para, com, por*); (ii) as medianamente gramaticalizadas (*sem, sob, sobre, até, entre, contra, desde, após*); e, finalmente, (iii) as menos gramaticalizadas (*ante, perante, durante, exceto, salvante, salvo, conforme, trás, segundo*). Essa espécie de “escala interna” vai dos itens mais freqüentes e com maior amplitude sintática, para os itens menos freqüentes, de menor amplitude sintática. Como se vê, a escala de gramaticalização das preposições nada tem a ver com sua escala semântica, apresentada no item 3.2, comprovando que não há determinações entre os sistemas lingüísticos.

Observando o papel das preposições na construção da sentença, serão considerados os seguintes quesitos: (1) funções sentenciais das expressões preposicionadas; (2) posição do constituinte preposicionado na sentença; (3) elipse de preposições; (4) troca lexical de preposições; (5) grau zero, ou desaparecimento de preposições.

3.4.1 – Funções sentenciais

3.4.1.1 – Argumentos preposicionados

(9) Objeto indireto

Deu a prova **ao aluno**.

(10) Complemento oblíquo

Preciso de remédios.

3.4.1.2 – Adjuntos adverbiais preposicionados⁴

(11) Adjunto adverbial de Lugar

Eles se encontraram **no bar**.

Naquele país, tudo podia acontecer.

(12) Adjunto adverbial de Aspecto

Eles se falavam com frequência.

(13) Adjunto adverbial de Tempo

Naqueles tempos, as coisas eram assim mesmo.

(14) Adjunto adverbial de Qualidade

(a) Falei **com franqueza** tudo o que estava atravessado na minha garganta. [modo]

(b) Cortei o bolo **com a faca**. [instrumento]

⁴ Nesta fase da pesquisa não serão considerados os adjuntos adnominais preposicionados.

(c) Saí com os colegas para comer umas pizzas.
[companhia]

3.4.2 – Posição de constituintes preposicionados e seu movimento

Para o estudo dos lugares de figuração dos constituintes preposicionados, será adotada com pequenas alterações a seguinte representação da sentença proposta por Tarallo e Kato (1992: 321):

[...Tóp (...Suj...V...OD...O1...OBL) Antitóp...]

Na formulação acima, substituiu-se da representação original V+FLEX por V, Co por OD, Ci por OI, tendo-se incluído OBL para “complemento oblíquo”. Caso se trate de perífrase, V se desdobrará em V¹ e V². As reticências assinalam os espaços passíveis de preenchimento por adjuntos adverbiais.

Para o estudo da movimentação desses constituintes, vamos partir da hipótese de que adjuntos adverbiais preposicionados movem-se mais na sentença do que os argumentos. A pesquisa procurará correlacionar os tipos de adjuntos adverbiais e sua posição preferida, identificando quais os que se movimentam mais, e se é verdadeiro que os argumentos preposicionados têm perfil diferente.

Braga e Botelho (1981) mostraram que os Adjuntos Adverbiais de Tempo [e de Aspecto] movimentam-se para a esquerda mais que os de Lugar, Modo, Quantidade e Companhia, numa proporção de 43,5% deslocados para os temporais, e de 56,5% não deslocados para os demais:

(15) Naquele_dia, eles me levaram... [SP / Tempo]

(16) Ø Sábado e domingo eu não gosto de passar sem dinheiro. [SP / Tempo, com apagamento da preposição a]

(17) *Às vezes*, ela fica em casa. [SP / Aspecto iterativo]

(18) *Sempre_o* carnaval dá mais preocupação. [Sadv / Aspecto imperfectivo]

Admitindo que (i) adjuntos e argumentos são pólos extremos de um *continuum* funcional das sentenças, identificáveis por gradiência, não por oposição, e que (ii) um adjunto pode ser reanalisado como argumento, (iii) habitualmente argumentos ocupam uma posição mais rígida na sentença, será necessário em conseqüência descrever o grau de mobilidade de uns e outros, para o estudo de sua diacronia.

3.4.3 – Elipse de preposições

Expressões preposicionadas movidas para a esquerda elidem habitualmente a preposição. Rocha (1996) estudou os adjuntos sem cabeça no PB, concluindo que os papéis temáticos temporal, locativo e freqüentativo favorecem a elisão das preposições. Os seguintes nomes encabeçam os adjuntos sem cabeça: unidades do calendário (*dia, mês, ano, minuto, hora*), intervalos particulares do calendário (*abril, segunda, manhã, noite, dia, sábado*), nomes comuns (*tempo, vez, ocasião, férias, época*), nomes comuns ou próprios indicativos de lugar. Em outro trabalho, tratando de “adjuntos que ocorrem à margem esquerda da sentença sem serem regidos por um núcleo visível”, Rocha (2001: 41) dá o seguinte exemplo:

(19) Ø O Norte, principalmente no Amazonas e no Pará, a influência indígena é muito grande.

O exemplo (19) mostra a elipse da preposição *em* em *O Norte*, e sua retenção quando o constituinte vem focalizado: “principalmente no Amazonas e no Pará”.

3.4.4 – Troca lexical de preposições

Alguns autores admitem que as seguintes preposições estão em processo de substituição no PB: *a* por *em/para*; *em* por *ni*; *de*

por *desde*, *ante* por *diante de*, e *após* por *depois de*. Como se vê, a troca lexical em alguns desses casos se dá por regramaticalização, fato já documentado no latim vulgar e no português arcaico (de que são exemplos sempre lembrados *de* > *des* > *desde*, *migo* > *comigo*, entre outros), ou por substituição por locuções prepositivas, como em *ante/diante de*. O item que sai e o item que o substitui entram inicialmente em variação, assumindo uma das variáveis um valor mais geral, e outra um valor mais específico, até que se consuma a troca lexical.

Alguns casos terão de ser examinados mais de perto. Por exemplo, há de fato substituição de *a* por *para*?

Borba (1971: 133) mostra que, com os verbos *ir*, *vir*, *levar*, *chegar*, *conduzir*, *voltar*, *mandar*, *descer* etc., a preposição *a* indica a direção desse movimento, como em “*ir ao restaurante*”, “*voltar à fazenda*”, ao passo que a preposição *em* indica que o falante não está interessado em representar a direção em si, mas apenas sua inclusão no ponto de chegada, como em “*ir no restaurante*”, “*voltar na fazenda*”. Nova diferença entre essas preposições, ainda que em outro contexto sintático, vem apontada à página 142: na indicação de datas, *a* “tem valor pontual”, como em “*às oito horas*, *às nove horas*”, ao passo que *em* indica a duração, empregando-se com períodos mais longos, como em “*em agosto*”, “*em 1970*”. Borba está repercutindo o ensinamento de Varrão, para quem essas preposições não são sinônimas, visto que “*in forum ire*” significa “*entrar no fórum*”, ao passo que “*ad forum ire*” significa “*ir a um lugar próximo ao fórum*”. Pontes (1992: 25) dá exemplos em que *a* é mais geral e *em* é mais específico, quando introduzem complementos de verbo de movimento; *em* é mais geral que *ni*; *de* é mais geral que *desde*. Mollica (1996) sustenta que a variação *a* / *para* e *em* depende de características morfossintáticas do N encaixado no SP, explicando-se ainda por fatores discursivo-textuais. Morais (1999) tratou do emprego da preposição *a* na introdução de SPs dativos topicalizados, com papel temático /origem/, hoje substituída por *de* como em “*a Antonio José de Babo Broxado (...) fugiu (...) um negro crioulo de idade de 50 anos*”. Como ambas as preposições trazem associado o papel /origem/, ela explica a mudança como

uma competição entre as formas, vencida por *de* quando *a* perdeu esse papel.

3.4.5 – Grau zero da gramaticalização das preposições

Quando uma preposição A é trocada por uma preposição B, é de supor-se que A esteja morrendo. O grau zero da gramaticalização das preposições sobreviria após uma troca lexical.

Hipóteses gerativistas sobre a mudança do PB previram que alterações no quadro dos pronomes acarretariam perdas no sistema das preposições. Mollica (no prelo) notou que no português do Rio de Janeiro, entre os anos 1980 e 1990, prevaleceram as relativas cortadoras, o que confirma essa hipótese.

Berlinck (1997, 2000 a, 2000b, 2001) pesquisou os complementos preposicionados no português paulista do século XIX. Ela constatou uma diminuição progressiva da frequência de *a*, em favor de *para*, confirmando-se assim o prognóstico de Pontes (1992: 20-31). Comparando o PB moderno com o PB do século XIX, tal como documentado em textos de Martins Pena, Simões Lopes Neto e em anúncios de jornais, ela encontrou os seguintes valores, que falam por si:

TABELA 1: As preposições *a* e *para* segundo Berlinck

	<i>A</i>	PARA	EM
PB século XIX	72%	20%	8%
PB contemporâneo	4%	74%	22%

O desaparecimento progressivo de *a* deve explicar as dificuldades atuais em operar com a questão da crase.

Em suma, uma decisão metodológica calcada no exame multissistêmico dos dados permitirá no final da pesquisa identificar as “condições da preposicionalidade”, o que abre caminho para uma compreensão melhor do estatuto categorial dessa classe.

4. Estudo diacrônico das preposições do eixo transversal

4.1. Lexicalização

4.1.1 – São as seguintes as preposições indicativas de espaço /+Anterior/: *ante, perante, diante de, antes de, defronte de/a, a/em frente de/a, em face de*. Elas se calcam em três étimos: Ide. **ant*, Lat. *fronte e facie*.

(1) Do ponto de vista etimológico, *ante* deriva do advérbio latino *ante* “adiante, antes, anteriormente” que, por sua vez, “deriva-se do ide. **ant*- ‘testa, fachada, frontispício’” (Viaro, 1994: 178). Em latim, *ante* tinha derivado de *anti*, funcionando como advérbio, prevérbio e preposição de tempo e de lugar, que selecionava acusativo. Segundo Houaiss (2001) s.v. *ante*, a preposição “relaciona por subordinação (vocábulos, termos, orações, etc.) orientando prospectivamente no tempo, no espaço, na noção”; “posição próxima ou frontal”.

O étimo deu origem no latim a três categorias lexicais, exemplificando o fenômeno da polilexicalização: (1) Como pronomes-advérbiais⁵ locativo e temporal, representava habitualmente um participante da cena localizado diante dos olhos, gramaticalizando-se como preposição, como em *innumerabiles supra, infra, ante, post mundos esse* [existem inúmeros mundos em cima, embaixo, atrás, na frente], ou o tempo anterior, gramaticalizando-se como advérbio [na terminologia dos autores citados], como em *tertio anno ante* [três anos antes]. (2) Como preposição, *ante* selecionava caso acusativo, com significado igualmente locativo, como em *ante oculos ponere* [pôr diante dos

⁵ Para uma discussão sobre os pronomes-advérbios (ali denominados pronomes circunstanciais de tempo e lugar), ver Ilari et al. (1990). Dada a escalaridade entre pronomes circunstanciais de tempo e lugar e advérbios não predicativos, adotarei aqui a expressão “pronomes-advérbiais” para denominar as expressões de tempo e lugar.

olhos], ou temporal, como em *ante Romam conditam* [antes da fundação de Roma] (Gaffiot, 1957), s.v. *ante*. (3) Por algum mecanismo semântico de caráter associativo, a expressão desenvolveu o sentido de comparação, aparecendo na locução conjuncional correlativa *ante...quam* [antes que].

No latim vulgar, o item vinha reforçado por uma partícula preposta, donde *abante*, *deante*, *exante*, *inante*, casos evidentes de regramaticalização, que apontam para a perda de propriedades do item já naquela época (Ernout e Meillet, 1967), s.v. *ante*. Interessante sublinhar que essas partículas de regramaticalização são outras tantas preposições latinas, as quais têm em comum (i) disporem os participantes num percurso, de que se assinala o marco inicial no eixo horizontal, de onde alguém se afasta (*ab*); ou (ii) disporem os participantes no ponto superior do eixo vertical (*de*); ou, finalmente, (iii) situarem-no num ponto de chegada, para o qual alguém se destina ou se inclui (*in*). Essa regramaticalização deve explicar-se pela vaguidão de termos dêiticos como *ante*, *post*. Provavelmente, as preposições agregadas ao advérbio serviam para inserir pontos de referência no espaço, delimitando o ponto inicial ou final.

O português preservou as categorias gramaticais herdadas do latim, encontrando-se nos materiais (i) o pronome-advérbio *antes*, com *-s* paragógico; (ii) a preposição *ante*; (iii) as regramaticalizações *avante*, *diante* [*< de in ante*], *adiante* [*< ad de in ante*], a segunda das quais deu surgimento a adverbiais complexos como *de hoje em diante*; e (iv) o prefixo *ante-*, que aparece em substantivos (*antanho*, *antecipação*, *antebraço*, *avanguarda*/ *vanguarda* etc.), pronomes circunstanciais de tempo (*antes-de-ontem*, *anteontem*, *antemanhã*), e verbos (arc. *avantar*, *antevir*, *avançar* [*<* abantiare*]) (cf. Machado, 1956), s.v. *ante*.

O exame preliminar dos dados revelou que *ante* lexicaliza-se como uma preposição simples em (20-21), pronome-advérbio em (22), preposição complexa em (23), conjunção coordenativa intersintagmática em (24) e intersentencial em (25), conjunção subordinativa em (26) e expressão volitiva em (27):

(20) [19 2 BA/SA CJ/L] Senhor Redator.- Não posso ficar mudo ante o espectáculo doloroso, que acabo de presenciar. Um carroceiro, portuguez, ao que parece, alvo, com barba fechada (...)

(21) [19 2 MG/OP A] Ernesto Augusto de Oliveira, incumbem-se de procuratórios perante todas as repartições públicas da capital.

(22) [19 1 RJ/RJ A] No dia 17 de Fevereiro corrente pelas 10 horas da manhã, se perdeu hum Moleque na Praia do Peixe, o qual terá 15 annos de idade; chama-se Matheus, he de Nação Cabundá, com calças de Amiagem, e Camiza de pano de linho; ignora a lingua Portugueza por ser comprado dias antes no Valongo: Quem d'elle souber, vá falar com João Pereira da Silva, morador na Rua da Ajuda Número 52 ao pé do Coronel Antonio Correa da Costa; e d'elle receberá boas alviças.

(23) A sala de jantar é antes da cozinha.

(24) [19 1 BA/SA CJ/R] Desgraça fatal! Ou antes moles | tia, que tanto persegue a certos | homens, que pelos effeitos de hu- | ma debilidade capital se propõe a dar | Leis ao Mundo, quando elles se não | sabem reger a si proprios.

(25) [19 2 CJ/L] O caipira, é vadio. Vive em sua casa, | mal barreada, e ali vivem, ou antes morrem, | a mulher e filhos, ao desabrigo.

(26) [19 2 PR/LO CJ/L] Entretanto (preceitua o mesmo regulamento) quem, antes de findar os dous annos, quizer pagar o valor da letra, po- | del-o-há fazer mediante um abatimento correspondente ao | tempo, que faltar para o do seu vencimento.

(27) [19 2 SP/SP CJ/L] Infeliz homeopatha!... antes não tivesse vindo a S. Paulo! Por certo daria um passo muito mais acertado se tivesse procurado um lugar inculto.

(2) A preposição complexa *defronte (de) (a)* deriva do substantivo latino *fronte* “fronte”, “testa”, “parte anterior do rosto” — (Machado, 1956) s.v. *fronte*, que a data do século XVI —, ao passo que *(a) (em) frente (de) (a)* deriva de *frente*, dada pelo mesmo dicionarista como uma variante da primeira forma, datada do século XVII. A expressão *fazer frente a* “encarar”, “enfrentar” preserva o sentido primitivo de parte do corpo humano, segundo Ernout-Meillet (1967), s.v. *frons, frontis*.

Esses étimos se lexicalizaram como preposições complexas, em (28) e (29) como pronomes-advérbios em (30) e (31):

(28) [19 1 SP/SP A] se dirija a chacra cita adereita da estrada que segue para S.Amaro defronte ao Capitão Gabriel Henriques Pessôa

(29) [19 2 BA/SA CJ/R] ao entrar em casa, notou que dous | degrãos da escada, que fica sobre a sua loja de || charutos, na rua d’Alfandega, em frente do | Correio Geral, achavão-se fora do logar compe- | tente

(30) [20 2 PE/RE DID 004] naquela casa ali defronte mora um cidadão que é diretor do SANER...

(31) [20 2 PE/RE DID 004] descobrimos que havia uma diferença muito pequena de nível daqui para a frente: daqui da frente da casa para o final...

(3) A preposição complexa *em face de* deriva igualmente de um substantivo latino, *facies* “face, semblante, beleza, ar, aparência” (Houaiss, 2001, s.v.), cuja forma popular *facia* foi produtiva em outras línguas românicas e no português *facha* “cara” e *fachada* “parte dianteira do prédio”.

Este étimo se realizou apenas como preposição complexa (32) e (33):

(32) [19 2 PR/CR CJ/L] Mas, em compensação, os casamentos mul- | tiplicaram-se espantosamente, e raro é o

dia | em que um homem e uma mulher (às vezes é | uma
mulher e um homem) não sejam unidos á | face da Igreja
pelos indissolúveis laços do hy- | mineu.

(33) [19 2 RJ/RJ CJ/L] É possível que em face das provas |
que submetti ao juiz que me condem- | nou e submetteo
aos integros desembargadores, que o Senhor Souto
Carvalho | procurador do Senhor visconde de Santa | Cruz
, erre nos seus calculos.

4.1.2 – São as seguintes as preposições indicadoras do
espaço /+Posterior/: *trás*, *por trás de*, *atrás de*, *após*, *depois de*. Elas se
calcam em dois étimos: Latim *ad + trans* e *ad+post*.

(1) *Trás* deriva de *trans*, e *atrás* de *ad+ trans*, “no lado oposto
à face (nos humanos), lado oposto àquele que se vê ou de que se
fala” (Houaiss, 2001, s.v.). *Trans* é uma preposição latina que regia
acusativo com o sentido de “além de”, com ou sem movimento.

O étimo deu origem à preposição simples, *trás*, como em
(34), não documentado no *corpus*, às preposições complexas *atrás*
de, *por trás de* (35-37) e ao pronome-advérbio *atrás*, como em (38):

(34) **Trás** mim virá quem melhor me fará. **Trás** aquela fala
macia, existe uma grande raiva contida [exemplo de Houaiss
2001, s.v.).

(35) Vive correndo **atrás** do prejuízo.

(36) [20 2 BA/SA DID 135: 400] Quando ela nasce, aqui,
por trás desse casario, compreendeu (...)

(37) Saiu correndo, **atrás de** mais dinheiro.

(38) [20 2 SP/SP DID 234: 590] há dez anos **atrás** os
aviões não tinham o conforto de hoje...

Esse étimo se realizou também como prefixo, como em
transformar etc.

(2) *Pós* deriva de *post*, tendo aparentemente se cristalizado como sufixo, como em *pós-graduação*. O item, não encontrado até aqui como preposição no *corpus* disponível, é documentado por Houaiss (2001, s.v.) (“corria o cão em pós de uma lebre”). *Após* já é uma regramaticalização da forma anterior, tendo derivado de *ad+ post* “atrás de, depois de, em momento ou ocasião posterior a”. *Depois* é uma nova regramaticalização da mesma base *post*, de etimologia controvertida. Aparentemente, as formas *de+post* > *depos*, *depois* e *de+ex+post* > arcaico e popular *despois* entraram em variação, recaindo sobre a primeira a preferência da língua culta.

O étimo se realizou como preposição (39) e, por regramaticalização, como preposição complexa (40-41):

(39) [20 2 PE/RE DID 004] e nos mudamos... de qualquer forma... tanto que assim que as últimas jane:las e as últimas portas foram pintadas já: **APÓS** a mudança...

(40) [19 1 MG/OP CJ/L] vem pois o supplicante requerer a vossa senhoria se digne man | dar que junta(sic) esta aos autos e sciente este juizo de | ter havido a absolvição fique o supplicante exonerado | do deposito que assignou, visto que o mandado de | levantamento que o executado havia se passar **depois** | **da** absolvição, ficou de nenhuma força e vigor e com | pletamente extincta a execução e penhora.

(41) [20 2 PE/RE DID 004] vencido o primeiro satisfação do que se QUER e:: preenchendo também éh::... as intenções da consorte... ((ri)) **depois de** muita discussão “não porque a cozinha deve ser maior do que aquilo e:: falta a área da::... áh::... éh: área de serviço...

Reúno na Tabela 2 os resultados da lexicalização dos étimos examinados.

TABELA 2: Lexicalização de *ant, fronte, facie, trans, post

ÉTIMO	PRONOME ADVÉRPIO	PREPOSIÇÃO	CONJUNÇÃO
<i>*ant > ante</i>	81/164 - 49,3%	74/164 - 45,2%	9/164 - 5,5%
<i>Front/frente</i>	3/35 - 8,5%	32/35 - 91,5%	-
<i>Facie > em face de</i>	3/16 - 19%	4/16 - 25%	9/16 - 56%
<i>Trans > trás</i>	-	1/1 - 100%	-
<i>Ad + trans > atrás</i>	7/7 - 100%	-	-
<i>Ad + post > pós/após</i>	-	1/1 - 100%	-
<i>De + post > depois</i>	21/75 - 28%	28/75 - 38%	26/75 - 34%

A Tabela 2 mostra que o étimo **ant*, mais antigo que os demais, conheceu uma polilexicalização mais acentuada que suas formas variantes, com forte aproximação percentual entre os usos pronômino-adverbiais e os usos preposicionais. Seguem-se *facie* e *de+post*, que se polilexicalizaram igualmente pelas três classes lexicais, com uma freqüência de uso um tanto semelhante. Numa dispersão intermediária se concentraram *fronte/frente*, que deram origem categoricamente a preposições e muito discretamente a pronomes-advérbios. Restringiram-se ao uso apenas preposicional *trans* e *ad+post*.

Confrontando as preposições /+Anterior/ com as preposições /+Posterior/, observa-se que as primeiras aparecem 110 vezes, contra 30 ocorrências das segundas. Conclui-se que os objetos localizados no espaço diante dos olhos integram uma hierarquia cognitiva mais alta que aqueles localizados às costas, numa razão de 79% de usos para /anterior/ *versus* 21% para /posterior/.

Seria igualmente interessante comparar de um ângulo diacrônico (1) a produtividade de preposições simples diante das preposições complexas, e (2) se houve alguma mudança do século XIX para o XX nos dois casos. Os resultados aparecem na Tabela 3.

TABELA 3: Diacronia das preposições /+Anterior/ e /+Posterior/

ÉTIMO / ITEM	SÉCULO XIX	SÉCULO XX
ante	17/17 – 100%	---
perante	7/7 – 100%	---
antes de	24/26 – 93%	2/26 – 7%
diante de	15/20 – 75%	5/20 – 25%
defronte (de) (a)	10/11 – 90%	1/11 – 10%
(a) (em) frente (de) (a)	18/21 – 86%	3/21 – 14%
Em face de / face a	4/4 – 100%	---
trás	---	1/1 – 100%
por trás de	---	1/1 – 100%
após	---	1/1 – 100%
depois de	26/29 – 90%	3/29 – 10%

A Tabela 3 mostra que as preposições /+Anteriores/ levam vantagem sobre as /+Posteriores/ também na dispersão entre simples e complexas, apontando para uma representação gramatical mais rica: 2 itens simples para 5 itens complexos entre as /+Anteriores/, contra 2 itens simples para 2 itens complexos entre as /+Posteriores/.

Quanto à diacronia, os dados utilizados até aqui assinalam o possível desaparecimento das preposições *ante* e *perante*, certamente substituídas pelas muitas preposições complexas do mesmo eixo. Isso contraria a previsão de que a forma regramaticalizada *perante* estivesse substituindo *ante*, como ocorreu com *para* em relação a *a*. Estas observações devem ser recebidas com reserva, pois os dados mostram um percentual mais baixo de uso das preposições complexas no século XX, que não parecem estar desalojando as simples. Num movimento assimétrico, as

preposições /+Posteriores/ tiveram um incremento em seu uso no século XX, salvo *depois de*. A análise do comportamento sintático poderá matizar este quadro.

4.2. Semantização das preposições de traço /+Anterior/~ /+Posterior/: a construção do sentido

As preposições integradas no eixo transversal preservaram com maior ou menor vigor o valor prototípico de ESPAÇO, cindindo-se em duas possibilidades:

o participante que desejamos localizar (= FIGURA) tem à sua frente o participante que serve de ponto de referência (= FUNDO); diremos que essas preposições exemplificam a subcategoria ESPAÇO ANTERIOR. por assim dizer, a FIGURA “olha” para o participante FUNDO.

o participante figura está localizado atrás do participante FUNDO; diremos que essas preposições exemplificam a subcategoria ESPAÇO POSTERIOR. por assim dizer, a FIGURA se localizou “às costas” do participante FUNDO.

Como vimos no item anterior, a lexicalização desses espaços não se deu com a mesma intensidade na gramática da língua portuguesa, ficando (2) com uma representação mais discreta em relação a (1).

Vejamos agora com detalhe os sentidos liberados por essas preposições.

4.2.1 – Preposições que denotam o ESPAÇO ANTERIOR

Ante e perante preservam seu valor prototípico quando o FUNDO foi lexicalizado por OBJETO, seja /+ Concreto/, como em (42 a, 42b), seja /+Abstrato/, como em (43 a, 43b):

(42a) [19 2 PE/RE CJ/L]O seu comportamento **ante** o tribunal dos jurados ex- | cedeu em exaltação insensata, em brutalidades vio- | lentas todos os actos da sua vida.

(42b) [19 2 MG/OP A] Ernesto Augusto de Oliveira, incumbem-se de procuradorias negocialmente concernente a sua profissão de procurador. Escritório no largo junto à academia de direitos. Ouro Preto.

(43a) [19 2 BA/SA CJ/L] Senhor Redactor. – Não posso ficar mudo ante o espectáculo doloroso, que acabo de presenciar. Um carroceiro, português, ao que parece, alvo, com barba fechada

(43b) [19 2 SP/SP CJ/R] se não tivéssemos de quixar-nos primeiramente da pouca reflexão com que tem se exprimido sobre esta matéria as pessoas incumbidas de defender os nossos interesses perante o jornalismo da corte.

Esses exemplos mostram que os sentidos processados relacionados pela preposição reuniam as condições para a preservação de seu sentido prototípico. Um caso de “linking”, como diria Weinreich (1972).

Uma primeira alteração de sentido ocorre quando passamos de ESPAÇO ANTERIOR para TEMPO ANTERIOR. Quando o dispositivo sociocognitivo desativa na preposição complexa *antes* de seu sentido prototípico de ESPAÇO ANTERIOR, ele ativa ao mesmo tempo o sentido de TEMPO ANTERIOR atribuído à FIGURA. Como se sabe, o trâmite ESPAÇO > TEMPO resulta da categoria cognitiva de MOVIMENTO. Quer dizer que o tempo passado da FIGURA se situa anteriormente ao tempo futuro do FUNDO, como se pode ver em:

(44) [19 1 BA/SA CJ/L] Quem incumbiria aos dois mal amados correctores, José da Silva Cerqueira Junior, e João da Silva Barbosa a andarem dias antes das eleições de casa em casa pedindo votos para Luiz Fernandes?

Isto é,

(44 a) os dois corretores andaram (no passado) e as eleições ocorreram (no futuro).

(45) [19 2 SP/SP A] O Doutor Ricardo Gumbleton Daunt obrigado por circuns|tancias imprevistas á partir da capital antes do dia que havia|designado, não pode cumprir o seu dever despedindo-se pes|soalmente das pessoas que dignarão honral-o por suas relações|durante a sua estada em São Paulo, e por tanto o faz por este an|nuncio, e á todos

Nova alteração de sentido ocorre quando o FUNDO for lexicalizado por um EVENTO, fato já anotado por Neves (2000: 720):

(46) [19 2 PR/LO CJ/L] e se o maligno | espirito de partido quebrar suas fúrias ante as considerações | do bem publico, que bradão tão alto pela união dos habi- | tantes do Paraná

Entender como se desenvolveu o sentido de “por causa das considerações” é um desafio e tanto. Provavelmente a alteração envolva a noção de TEMPO contida no EVENTO “consideração”, colocado imageticamente à frente de “quebrar suas fúrias”. Se o tempo do EVENTO-FUNDO ocupa imageticamente um lugar de hierarquia mais alta que o do EVENTO-FIGURA, que ele passa por metonímia a governar, segue-se que “considerações” passa a causador, e “quebrar suas fúrias” passa a causado. Por outras palavras, a metáfora do TEMPO do evento foi o gatilho da metáfora de CAUSA. Nos termos de Fauconnier e Turner (2000), o espaço mental “evento situado num tempo” projeta um novo espaço, o de “evento causador”.

Essa observação confirma a hipótese levantada no Quadro 3, segundo a qual subcategorias semântico-cognitivas tanto quanto traços semânticos derivam de categorias semântico-cognitivas de base.

Estudar o comportamento do pronome-advérbio *antes* poderá talvez deitar novas luzes sobre os passos da semanticização que estamos pesquisando. Vejamos alguns exemplos:

(47) [19 1 RJ/RJ A] No dia 17 de Fevereiro corrente pelas 10 horas da manhã, se perdeu hum Moleque na Praia do Peixe, o qual terá 15 annos de idade; chama-se Matheus, he de Nação Cabundá, com calças de Amiagem, e Camiza de pano de linho; ignora a lingoa Portugueza por ser comprado dias *antes* no Valongo: Quem delle souber, vá falar com João Pereira da Silva, morador na Rua da Ajuda Número 52 ao pé do Coronel Antonio Correa da Costa; e delle receberá boas alviças.

(48) [19 2 SP/SP A] O abaixo assignado faz sciente aos Senhores|devedores da caza fallida de Dom Victoranno |Jygena, para que quanto *antes* hajão do annun|ciante no prazo de 30 dias, pena de que não o|fazendo serão indispensavelmente executados.|São Paulo 20 de maio de 1853|Daniel Senra Cardozo

Como um operador, esse pronome-advérbio tem seu escopo ora à esquerda, criando um movimento fictício nessa direção, como em [*dias* ← *antes*], em (47), ora à direita, com o mesmo papel, como em (48) [*quanto antes* → *hajão*]. a associação de ESPAÇO a MOVIMENTO produz a metáfora do tempo, que será o tempo anterior ou passado no primeiro caso, ou o tempo posterior ou futuro, no segundo. um objeto se desloca no ESPAÇO, e ao fazê-lo vai ocupando diferentes pontos na linha do TEMPO.

Esse pronome-advérbio pode tomar como Especificador uma expressão de graduação, como em [*muito antes*], [*pouco antes*], [*quanto antes*], ou de focalização, como em [*bem antes*]. Com isto, novas especificações de ESPAÇO e TEMPO podem ser obtidas:

Antes: anterioridade proximal

Quanto antes, muito antes: anterioridade distal

Bem antes: anterioridade focalizada

Temos lidado até aqui com a a escala [ESPAÇO > TEMPO > CAUSA]. Se continuarmos examinando os pronomes-advérbio constituídos a partir da mesma etimologia das Preposições, será possível agregar também Modo a essa escala. Veja-se o exemplo (49):

(49) [19 2 SP/SP CJ/L] “Infeliz homeopatha! . . . antes não tivesse vindo a | S. Paulo ! | Por certo daria um passo muito mais acertado se ti- | vesse procurado um lugar inculto,

equivalente a

(49a) **que** não tivesse vindo a S. Paulo!

O caráter modal volitivo desse exemplo está implícito no traço de comparação próprio a *antes*, documentado já na latinidade. E é que, assinalando o ESPAÇO situado à frente do falante, cuja avaliação cognitivamente positiva já foi aqui lembrada, *antes* implícita uma escolha e explícita uma vontade. A comparação está implícita em *vir a São Paulo / não vir a São Paulo*, e a escolha está na opção por *não ter vindo a São Paulo*.

Resumindo o que se viu até aqui, nota-se que as preposições estudadas mantiveram o valor semântico primitivo de ESPAÇO e desenvolveram outros sentidos, ao passo que o pronome-advérbio (e também a conjunção coordenativa ou antes, a subordinativa antes que e a correlativa antes...do que não exemplificadas aqui) se limitaram aos valores derivados de TEMPO e MODO. Como então sustentar, em face desses resultados, que o Advérbio deu origem unidirecionalmente à preposição e à conjunção? Nas conclusões apresentarei uma alternativa a esse modo de ver as coisas.

Outras preposições que remetem ao ESPAÇO ANTERIOR revelam igualmente aspectos interessantes do processo de semanticização. Assim, se compararmos as diversas ocorrências

do item *face* no corpus examinado, notaremos a importância do trâmite /+Concreto/ > /+Abstrato/ nesse processo. Sejam os seguintes exemplos:

(50) [19 2 PR/CR CJ/R] Estala a gargalhada rubra na face dos que a | menospressão, e chóra as degrações d'aquelles | a quem acolhe, acaricia, acalenta.

(51) [19 2 BA/SA CJ/R] O que se não pode contestar é que o governo actual, como seus predecessores ultimos, nada têm poupado para mudar a face da situação finan | ceira nacional e promover o desenvolvimento das | riquezas do paiz

(52) [19 2 PE/RE CJ/L] Para fazer face aos pagamentos que ainda restam, e concluir a | liquidação das despezas de guerra, esta taxa deverá | ser prorogada até março de 1858.

Em (50), *face* é um substantivo /+Concreto/, designando parte do corpo humano. Em (51) já se trata de um substantivo /+Abstrato/, algo como “rumo da situação”, “ponto para o qual estamos mirando”, que abre caminho à sua utilização com verbo suporte, como em (52), equivalente de *encarar*, à expressão adverbial *face a face*, e à preposição complexa *em face de*, preservando esta a noção de ESPAÇO ANTERIOR, como em:

(53) [19 1 BA/SA CJ/L] muito trabalhou, e despendeo á face | de seos superiores e subalternos, para | obter, como obteve sua reforma.

A mesma escala ESPAÇO ANTERIOR > TEMPO > CAUSA é igualmente documentada nos dados, sempre que o FUNDO seja lexicalizado por um item /+Abstrato/:

(54) [19 2 BA/SA CJ/R] E é este o maximo perigo á que nos acha- | mos expostos em face da penuria que se | observa nos mercados.

vale dizer, “por causa da penúria que se observa nos mercados”.

4.2.2 – Preposições que denotam o ESPAÇO POSTERIOR

As preposições que denotam o ESPAÇO POSTERIOR sofrem processos idênticos de semanticização.

Destaco primeiramente os exemplos em que foi preservado o sentido etimológico e cognitivo de base. Requer-se para isso que FIGURA e FUNDO sejam expressos por OBJETOS. Nada de estranhar, pois se tem demonstrado que OBJETOS são mais básicos que QUALIDADES e RELAÇÕES, e assim por diante.

Os exemplos mostram que o falante pode inverter a seqüência prevista em 4.2.1, como se pode constatar em

(55) [20 2 RJ/RJ D2 355: 610] e **depois da** sala de estar se você sobre um lance de escada você chega a dois quartos e um banheiro e **depois** mais outro lance e você chega a um outro quarto

isto é,

(55a) dois quartos depois da sala de estar

(55b) sala de estar antes dos dois quartos

em que o ponto de vista seleciona a seqüência desejada.

Ativa-se TEMPO e se desativa ESPAÇO POSTERIOR se FIGURA e FUNDO são expressões temporais, como em

(56) [19 2 SP/SP CJ/L] A 16 minutos **depois do** meio dia partio a locomotiva | daquelle ponto. || Lia-se o entusiasmo e alegria em todos os rostos,

ou se FUNDO é um evento:

(57) [19 2 SP/SP CJ/L] D'antes eu dizia-lhes rua de tal número 20. **Depois do** | borramento do 2 eu só dizia - rua de tal numero cifra.

A subcategoria TEMPO é preferida para esta preposição complexa, e se mostra mais plenamente realizada nos pronomes-adverbiais e na conjunção subordinativa:

(58) [19 2 MG/OP CJ/L] sua vida não foi mais | que um sonho semelhante á roza que vem de desabrochar, | e que **depois** inclina-se sobre a haste, que a sustinha,

(59) [19 2 PE/RE CJ/L] mas asseguro que nunca me fora ella pedi- | da, e só **depois** que se dera o julgamento de inter- | dicção pelo juizo de orphãos é que recebi a intima- | ção judicial,

(60) [19 1 BA/SA CJ/R] Agoardente de cochlearia, quantidade sufficiente | para fazer uma massa espessa, que **depois de** se ha- | ver bem limpo o dente enche-se o buraco com ella.

Ao mover imageticamente o participante de FUNDO para as costas, *depois de* cria o efeito secundário de seqüenciamento, de hierarquização dos participantes:

(61) [19 1 BA/SA CJ/R] Um amigo he sem duvida o mais precioso bem | **depois da** saúde.

Esse valor é mais nítido em expressões como *uns após outros*, *dia após dia*, mencionados por Neves (2000: 723). Estamos aqui a um passo do pronome-advérbio *depois*, como em:

(62) [19 2 BA/SA CJ/L] logo á primeira | vista fiquei extremamente surpreendido, | mas vindo **depois** a reflexão, lembrei-me | do seguinte.

Os materiais não se mostraram ricos nos casos em que o participante se desloca de um pólo transversal para outro, como

em *de trás para frente, de diante para trás* etc. A única abonação encontrada foi

(63) [19 1 BA/SA CJ/L] Ora, si o Diario ja disse que diversos ca- | sos se tem dado nesta provincia antes e de- |
| pois da epidemia, com todos os sympto- | mas do cholera,

4.3. Discursivização das preposições de traço /+Anterior/ ~ /+Posterior/: a construção do texto

Neste trabalho, entendo que dispõem de propriedades textuais as expressões preposicionadas não governadas por verbo ou por outra classe predicadora, funcionando como CT ou como conectivo de unidades maiores que a sentença. Essas expressões fazem delas elementos de interesse para a construção do texto.

A preservação das categorias de ESPAÇO (ou LUGAR) e TEMPO concorre para seu funcionamento como CTs, desativando-se o valor de lugar físico e de tempo cronológico, ativando-se sentidos tais como “espaço do discurso”, “tempo do discurso”. Vejam-se os seguintes exemplos de CT Delimitadora:

(64) Antes de tudo, me explique que assunto é esse.

(65) [19 2 PE/RE CJ/R]Ante tão eloquentes e convicentes palavras, e, ainda mais, perante o § XIV do artigo 102 que, como dissemos, foi um corolano do artigo 5º da constituição do imperio, permitta-nos o Excelentíssimo Senhor bispo que lhe digamos, com profunda magoa, que andou mal aconselhado o seu esclarecido espirito, quando deixou-se dominar pelas razões que exponeu no citado capitulo IV da sua estrada pastoral.

(66) [19 2 BA/SA CJ/L] Para nós e diante dos factos, reque- | rimentos e actos do governo o unico |
concessionario(sic) em condições de dispor | da estrada é o senhor Leopoldo José da Sil- | va, que nos apresentou escriptura de | cessão em seu favor.

Em (66) são observadas duas CTs Delimitadoras expressas por expressões preposicionadas.

Se o núcleo do SN relacionado pela preposição mantém muito vivaz o sentido lexical, bloqueia-se seu uso, o que explica a inexistência de CTs formadas a partir de *fronte*, *frente*, *face*.

São raros os usos dessas preposições como conectivos textuais. Como era de se esperar, restringem-se tais usos à preposição /+Posterior/, que associada a outro dêitico faz a ponte entre “o que foi” e “o que virá”, funcionando como seqüenciador do discurso:

(67) [19 2 PR/CR CJ/R] Depois disto, para que mais a minha prosa | charra, chilra, chôca, chula?

Os pronomes-advérbios de mesmo étimo são muito freqüentes como conectivos textuais, como destacaram os pesquisadores do Projeto de Gramática do Português Falado, ao analisarem exemplos semelhantes a:

(68) [19 2 PR/CR CJ/R] Depois, o amor é extremamente, demasiada- | mente pueril, e até extravagante; é mais lyri- | co do que épico.

(69) [19 2 PR/CR CJ/R] E depois o infinito! O céu e o mar, | aqui; ali, o céu e o mar; além ainda, o céu e | o mar! || O céu e o mar! As duas enormes circumfe- | rencias cujo centro está em toda a parte! || E depois ... Paris! Paris maravilhosa, mag- | nífica, sublime!

Finalmente, a grande quantidade de adjuntos adverbiais constituídos por essas preposições mostram que seu papel discursivo mais importante é o de agregar informações secundárias à estrutura tópica.

4.4. Gramaticalização das preposições de traço /+Anterior/ ~ /+Posterior/: a construção da sentença

4.4.1 – Sintaticização

As preposições aqui estudadas desempenham as funções de argumento e adjunto adverbial, com larga predominância desta última função.

A Tabela 4 resume os achados até esta altura da pesquisa.

TABELA 4: Diacronia das funções sentenciais

Séc.	/+ANTERIOR/					/+POSTERIOR/				
	Argumentos 5/92-6%		Adjuntos 87/92-94%			Argumentos 0/0		Adjuntos 25/25-100%		
	CI	OEL	Lugar	Tempo	Qualidade	CI	OEL	Lugar	Tempo	Qualidade
XIX	0/0	5/5 100%	56/87 64%	25/87 29%	6/87 7%	0/0	0/0	1/25 4%	24/25 96%	0/0
XX	0/0		10/10-100%			0/0		5/5-100%		
	0/0	0/0	7/10 70%	2/10 20%	1/10 10%	0/0	0/0	2/5 40%	3/5 60%	0/5

Vejamos alguns exemplos:

(70) Argumento Oblíquo

[19 2 RJ/RJ CJ/L] porém recorde-se que temos o bastante coragem de chegarmos ante os degraos do THRONO e dizermos ao MONARCHA (...).

[19 2 BA/SA CJ/L] E a prova é que o senhor Bahiana confes- | sa esbarrar diante delle quando, combi- | nando datas a seu bel prazer declara | que somente depois de 28 de fevereiro | proximo e no caso de não satisfazermos | os nossos compromissos para com o senhor | Leopoldo é que elle reclamará o direito | de reversão da linha em seu favor.

[19 2 RJ/RJ CJ/L] porém recorde-se que temos o bastante co- | ragem de chegarmos ante os degraos do THRONO | e dizermos ao MONARCHA – “SENHOR os mi- | nistros de V.M.I. arrede de S.I. esses TRAIADORES: o ministro da guerra é UM PREVARICADOR, o ministro do imperio é

CONCUSSIONARIO, e o fazenda foi com- | vencido
perante o jury desta côrte como TESTE- | MUNHA
FALSA no processo do Illustre tutor de | V.M.I. E DE
SUAS AUGUSTAS IRMÃAS.

(71) Adjunto adverbial de lugar

[19 2 MG/OP A] Ernesto Augusto de Oli|veira, incumbese de procu|ratorios **perante** todas as | repartições publicas da ca|pital; e bem assim encarre|ga-se de qualquer negocio| concernente a sua profissão| de procurador. Escriptorio| no largo junto á academia de| direitos. |Ouro Preto.

[20 2 BA/SA DID 135: 400] Quando ela nasce, aqui, **por trás** desse casario, compreendeu (...)

(72) Adjunto adverbial de tempo

[19 2 BA/SA A] COITADO! || Grande barulho entre dois ca|sados hontem **antes do** jantar | coitados!!

[19 1 MG/OP CJ/L] vem pois o supplicante requerer a vossa senhoria se digne man | dar que junta(sic) esta aos autos e sciente este juizo de | ter havido a absolvição fique o supplicante exonerado | do deposito que assignou, visto que o mandado de | levantamento que o executado havia se passar **depois** | da absolvição, ficou de nenhuma força e vigor e com | pletamente extincta a execução e penhora.

(73) Adjunto adverbial de qualidade (causa)

[20 2 SP/SP D2 360: 33]é e:: mas... depois **diantes das** dificuldades de conseguir quem me ajudasse... nó::s paramos no sexto filho...

De um ponto de vista descritivo, a Tabela 4 confirma a assimetria entre as preposições /+Anterior/, em face de /+Posterior/:

/+Anterior/ preenche todas as células dessa tabela, com a exceção esperada do Objeto Indireto, mostrando-se semanticamente conservadora em seus usos adjuncionais, em que predomina a categoria de base Lugar.

/+Posterior/ não opera como introdutora de argumentos e não exemplifica os adjuntos adverbiais de Qualidade, mais alterados semanticamente que os de Lugar e Tempo. Em compensação, essa preposição oferece um percentual mais elevado de Tempo, valor quase categórico nesta subclasse das preposições do eixo transversal.

De um ponto de vista diacrônico, embora disponhamos ainda de poucos dados para o século XX, é notável

o desaparecimento do uso argumental nas duas subclasses, o que aponta para uma especialização dessas preposições.

no quadro dessa especialização, fica evidente entre as /+Anteriores/ a tendência a concentrar os usos adjuncionais em Lugar, sendo que as /+Posteriores/ atenuam a tendência a concentrá-los no valor de Tempo.

Vejam agora a questão da colocação dos adjuntos adverbiais, em que se constata uma preferência pela posição adsentencial, com incursões pobres no interior da sentença, conforme demonstra a Tabela 5:

TABELA 5: Diacronia da posição sentencial dos constituintes preposicionados

SÉCULO	Posição	/ANTERIOR/				/POSTERIOR/			
		Argumento Obliquo	Adjuntos			Argumento Obliquo	Adjuntos		
			Lugar	Tempo	Qualidade		Lugar	Tempo	Qualidade
XIX	__S	-	6/56 11%	4/25 16%	-	-	-	11/24 46%	-
	S__	-	34-56 60%	17/25 68%	5/6 83%	-	-	7/24 29%	-
	S...V	-	5/56 9%	1/25 4%	-	-	-	2/24 8%	-
	V...Q	5/5 - 100% (pós-verbal)	11/56 20%	3/25 12%	1/6 17%	-	1/1 100%	4/24 17%	-
	XX	__S	-	4/7 57%	2/2 100%	1/1 100%	-	-	2/3 67%
XX	S__	-	3/7 53%	-	-	-	2/2 100%	1/3 33%	-
	S...V	-	-	-	-	-	-	-	-
	V...Q	-	-	-	-	-	-	-	-

A Tabela 5 mostra que no século XIX os adjuntos adverbiais formados pelas preposições em estudo se situam predominantemente às margens da sentença, com 71% dos casos para os Locativos e 84% dos casos para os Temporais, predominando a posição pós-sentencial. Nos restantes casos, localizando-se os adjuntos, respectivamente, em 29% e em 16% no interior da sentença. Essa distribuição se acentua no século XX. O achado infirma por um lado a suposição corrente na literatura de que as expressões de Tempo situam-se adjacentes ao V, internalizando-se na sentença, e confirma por outro lado a análise de Tarallo-Kato *et al.* (1992), válida para a língua falada culta do século XX, segundo a qual os espaços mais permeáveis à inserção de elementos lexicais são aqueles entre o S e V, e os menos permeáveis são aqueles entre V e O. Seguem-se alguns exemplos:

(74) __S

[19 2 PR/LO CJ/L] Antes do estabelecimento de um banco rural (...), não se deve esperar por um movimento lento em favor da colonização.

[19 2 SP/SP A] Diante de vantagem tão reaes e incontestaveis, excusado é encarecer os meritos desta machina, e para sua significativa importancia nos limitamos a reclamar em|geral a atenção da lavoura do paiz, a favor da qual revertem os seus beneficios. |

(74) S__

[19 2 SP/SP CJ/L] (...) curvemos a cabeça ante os dictantes (sic) do Altíssimo

[20 2 PE/RE DID 004] e nos mudamos... de qualquer forma... tanto que assim que as últimas jane:las e as últimas portas foram pintadas já: APÓS a mudança...

(75) S__V

[19 2 PE/RE CJ/L]O seu comportamento ante o tribunal dos jurados ex- | cedeu em exaltação insensata, em brutalidades vio- | lentas todos os actos da sua vida.

(76) V__O

[19 2 PR/LO CJ/L] creio até que é uma razão para se organizar quanto antes a propaganda agricola, pois mais depressa atingirá provincia á sciencia de seus interesses.

[19 2 BA/SA CJ/L] sobre o crime do infeliz meu parente José Pinto | de Carvalho, corre-me o indeclinavel dever de affir- | mar que eu nunca me comprometti perante o meu | amigo o tenente- coronel Joaquim Elias Machado de | Faria de perseguir ao Srº José Pinto de Carvalho,

[19 2 PR/CR CJ/R] Tenho diante de mim, e ao alcance da mão, | o excellent livro de versos de Emiliano Per- | netta - Musicas.

4.4.2 – Morfologização

Tratando-se de itens invariáveis, as preposições não têm interesse para o estudo da morfologia flexional diacrônica. Sua importância neste aspecto da gramaticalização se concentra na morfologia derivacional que, entretanto, não será considerada nesta fase do trabalho.

4.4.3 – Fonologização

Os itens estudados exemplificam o problema da paragoge de *-s* no pronome-advérbio *antes*, a prótese de *a-* e a redução do grupo *ns* em *ad+trans* > *atrás*, por regramaticalização de *trans*, o mesmo tendo ocorrido em *post*, alterado para *depois* (<*de+post*), cujo iode deve ser resultado da ditongação da vogal acentuada *o* quando travada por alveolar surda (cf *arroz* > pop. *arroiʒ*). O item está sendo novamente regramaticalizado, na forma pop. *adispois*.

Conclusões

Um entendimento multissistêmico e diacrônico das preposições no português brasileiro somente será alcançado quando os instrumentos de análise forem refinados, e a casuística aumentada. Para a construção de um pano de fundo que embase nossas análises, poderá ser de interesse que algum pesquisador proceda a uma investigação sobre o comportamento das preposições no século XV, que Moraes de Castilho (2001) supõe ser a base do PB.

Este trabalho representa um primeiro passo na direção do estudo multissistêmico, tendo-se escolhido as preposições que integram o eixo transversal. Reproduzo a seguir as conclusões parciais que foram sendo obtidas ao longo do texto.

Quanto à sua *lexicalização*, observou-se uma frequência maior das preposições que apresentam o traço /+Anterior/, numa razão de 79% de usos *versus* 21% para /+Posterior/.

Comparando de um ângulo diacrônico a produtividade de preposições simples diante das preposições complexas, e a ocorrência de alguma mudança do século XIX para o XX nos dois casos, constatou-se que as preposições /+Anterior/ também aqui levam vantagem sobre as /+Posterior/, pois dispõem de uma representação gramatical mais rica: 2 itens simples para 5 itens complexos entre as /+Anteriores/, contra 2 itens simples para 2 itens complexos entre as /+Posteriores/. Outra questão diacrônica é o possível desaparecimento das preposições *ante* e *perante*, certamente substituídas pelas muitas preposições complexas do mesmo eixo. Isso contraria a previsão de que a forma regramaticalizada *perante* pudesse substituir *ante*, como ocorreu com *para* em relação a *a*. Estas observações devem ser recebidas com reserva, pois os dados mostram um percentual mais baixo de uso das preposições complexas no século XX, que não parecem estar desalojando as simples. Num movimento assimétrico, as preposições /+Posteriores/ tiveram um incremento em seu uso no século XX, salvo *depois de*.

Essas observações abrem caminho para uma explicação fundamentada no funcionamento do dispositivo sociocognitivo, responsável pela dispersão do étimo **ant* por três classes de palavras. Considerando apenas os usos mais freqüentes de cada uma delas, pode-se dizer que elas resultam do agrupamento dos seguintes categorias:

As preposições *ante* e *perante* resultam da ativação de ESPAÇO ANTERIOR e da desativação de TEMPO; *depois de* ativou TEMPO e desativou ESPAÇO POSTERIOR. As preposições *diante de*, *perante* resultam da reativação de ESPAÇO.

O pronome-advérbio *antes* resulta da desativação de /ESPAÇO/ e da ativação de TEMPO.

As conjunções *e/ou antes*, *antes que*, *antes de* + {r} resultam da desativação de ESPAÇO e da ativação de RELAÇÃO e TEMPO ANTERIOR; no caso da conjunção volitiva *antes* + subjuntivo, ativa-se também MODO; e *depois*, *depois que*, *depois de* + {r} resultam

da ativação de TEMPO POSTERIOR e da desativação de ESPAÇO POSTERIOR.

Por este raciocínio, torna-se irrelevante derivar uma classe de outra, valorizando-se em seu lugar os arranjos semânticos localizáveis no interior de cada uma delas, regidos pelo dispositivo sociocognitivo. A mudança diacrônica dos itens se explicaria apenas pelas alterações na seleção de categorias e traços, visto que todos eles convivem numa mesma sincronia. Assim, em *agina* “ponto de apoio dos braços da balança” > arc. *aginha* “depressa”, desativou-se a categoria OBJETO CONCRETO e se ativou MOVIMENTO NO ESPAÇO. Associações metafóricas embasaram a mudança.

Quanto à *semanticização*, as preposições do eixo transversal mantiveram a categoria semântico-cognitiva de base ESPAÇO e desenvolveram categorias derivadas, tais como TEMPO e QUALIDADE, mais propriamente CAUSA. Uma nova assimetria foi notada, pois as preposições /+Anterior/ exibem com maior frequência o valor de ESPAÇO, enquanto que /+Posterior/ se concentram quase que categoricamente em TEMPO. O exame dos dados mostra uma tendência a mudar /+ Concreto/ para /+Abstrato/, o que não é uma novidade, consagrando-se a escala ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE. Escalas como esta têm mais poder explanatório que a suposição de que Classes maiores (Nome, Verbo) dão lugar a Classes intermediárias (Adjetivo, Advérbio), migrando estas para as classes menores (Artigo, Preposição, Conjunção).

A *discursivização* das preposições do eixo transversal se concentrou no fornecimento de CTs delimitadoras e de conjunções textuais seqüenciadoras. Do ponto de vista da estrutura informacional do texto, essas preposições se prestam à veiculação de informações secundárias, gramaticalizadas como adjuntos.

A *gramaticalização*, ou, mais propriamente, a sintaticização, revelou uma alta concentração na função de adjunção, dispondo-se as expressões nas margens sentenciais.

Na continuação deste trabalho, examinarei o comportamento das preposições que integram os eixos horizontal e vertical. A síntese que se vier a obter destas pesquisas permitirá — talvez — melhorar nosso conhecimento sobre o estatuto da preposicionalidade, tanto quanto considerar a correlação entre lugares sintáticos e papéis semânticos desempenhados pelas expressões preposicionadas. Isso poderá ser um primeiro passo para desenhar um algoritmo semântico da sentença e, em seguida, indagar diacronicamente se tais correlações são estáveis ou não.

Referências

- BAIÃO, Rosaura de B.; ARRUDA, Júlia. Gramaticalização de *até*. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S.; CEZÁRIO, M. M. (Org.) Gramaticalização no português do Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 251-260.
- BARBOSA, Afrânio; LOPES, Célia R. (Org.). *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. Projeto para a História do Português Brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- BECHARA, E. (1999), Moderna Gramática Portuguesa. Edição revista e ampliada, Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- BERLINCK, Rosane de Andrade. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. Comunicação apresentada no *II Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*, Florianópolis, 1997. (inédito).
- BERLINCK, Rosane de Andrade. *Complementos preposicionados*. Variação e mudança no português brasileiro, 2000a. (inédito).
- BERLINCK, Rosane de Andrade. Complementos preposicionados no português paulista do século XIX. In: CALLOU, D. M. I.; DUARTE, M. E. L. (Orgs., no prelo). (2000b)
- BERLINCK, R. A. . Nem tudo que é posposto é novo: estatuto informacional do SN e posição do sujeito em português. *Alfa - Revista de Linguística*, Araraquara, v. 41, n. especial, p. 57-78, 1997.
- BERLINCK, R. A. . A expressão do complemento dativo anafórico no português brasileiro: o papel de um fator discursivo.. *Estudos Linguísticos*, v. 29, p. 357-362, 2000.
- BERLINCK, R. A. . Dativo ou Locativo? Sobre sentidos e formas do dativo no português. *Revista Letras*, Curitiba - PR, v. 56, p. 159-175, 2001.

- BITTENCOURT, Vanda de Oliveira (1999): "Gramaticalização e discursivização no português oral do Brasil". Em: *Scripta* 2 (4): 39-53.
- BONFIM, Eneida R. M. *Advérbios*. São Paulo: Ática, 1988.
- BONFIM, Eneida R. M. Vestígios da língua antiga na língua moderna: a preposição *por* com valor final. *Revista do GELNE*, 2 (1), p. 17-20, 2000.
- BORBA, Francisco da Silva. *Sistemas de preposições em português*. Tese de livre-docência, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1971.
- CALLOU, Dinah Isensee; LOPES, Célia R. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro*. Materiais para seu estudo. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, 1994. v. III.
- CAMPBELL, Lyle; JANDA, Richard. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences*, 23, p. 93-112, 2001.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de; PRETI, Dino (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. Elocuções formais. São Paulo: TAQ/Fapesp, 1986. v. I.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de; PRETI, Dino (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. Diálogos entre dois informantes. São Paulo: TAQ/Fapesp, 1987. v. II.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1989). Para o estudo das unidades discursivas no português falado. Em A.T. de Castilho (Org. 1989). *Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, pp. 249-280.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. A gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários* 19, p. 25-63, 1997.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1997b). Língua falada e gramaticalização. *Filologia e Linguística Portuguesa* 1: 107-120.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1997c). Para uma sintaxe da repetição. *Língua e Literatura* 22: 293-332.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1998 a /2004). *Língua Falada e Ensino do Português*. São Paulo: Contexto, 5ª. ed.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1998 b). Langue parlée et processus grammaticaux. Em M. Bilger - K. van den Eynden et F. Gadet (Éds. 1998). *Analyse linguistique et approches de l'oral. Recueil d'études offert en hommage à Claire Blanche-Benveniste*. Paris/Leuven: Peeters, pp. 141-148. Nova versão, revista: Aspectos teóricos de la descripción de la lengua hablada. Em M. Bernales y C. Contreras (Orgs. 1998) *Por los Caminos del Lenguaje*. Temuco: Universidad de la Frontera, pp. 23-37.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Introdução à linguística cognitiva. Relatório à Fapesp, 2001. (inédito).

- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Diacronia dos adjuntos adverbiais preposicionados no português brasileiro. In: MASSINI-CAGLIARI, G. (Org.). *Estudos diacrônicos*. Atas do II EdiP. Araraquara: Unesp, 2002a.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Unidirecionalidade ou multidirecionalidade? O problema da gramaticalização. Comunicação apresentada na Mesa-redonda sobre gramaticalização, GT de Sociolinguística. XVII Encontro da ANPOLL, Gramado, 2002b.
- ERNOUT, Antoine; MEILLET, Antoine. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. 4ème. éd. Paris: Klincksieck, 1967.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. The Way we Think, Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities "A fundamental contribution to cognitive science." - *Cognitive Linguistics*, 15:4 (2004)
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FRANCHI, Carlos (1976). *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*. Campinas: Unicamp (Tese de Doutorado, 2 vols.).
- GAFFIOT, F. *Dictionnaire du latin*. Paris: Larousse, 1957.
- GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GORSKI, Edair M. / GIBBON, Adriana / VALLE, Carla / ROST, Cláudia / MAGO, Daiane Dal/ FREITAG, Raquel M. Ko. (2002): "Gramaticalização / discursivização de itens de base verbal: funções e formas concorrentes". Em: *Estudos Linguísticos* 31: cd-rom.
- GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade (Org.). *E os preços eram commodos...* Anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo: Humanitas, Série Diachronica, 2000. v. 2.
- HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991.
- HILGERT, José Gaston. *A paráfrase*. Tese de doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1987.
- HILGERT, José Gaston (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre*. Diálogos entre informante e documentador. Passo Fundo/Porto Alegre: Ediupf; Ed. UFRGS, 1997. v. I.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; MELLO FRANCO, Francisco Manoel. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

- ILARI, Rodolfo et alii (1990/2002). Considerações sobre a posição dos advérbios. Em: A.T. de Castilho (Org. 1990/2002). *Gramática do Português Falado*, vol. I. Campinas: Editora da Unicamp, 4ª. ed. revista, pp. 53-120.
- KATO, Mary; TARALLO, Fernando *et al.* Preenchedores sintáticos em fronteiras de constituintes. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Fapesp/Editora da Unicamp, 1993. p. 235-271. v. III.
- KEWITZ, Verena. *Gramaticalização de ser e estar no período medieval e no século XIX*. Dissertação (Mestrado), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.
- LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- LANGACKER, Ronald. Prepositions as grammatical(izing) elements. *Leuense Bijdragen* 81, p. 287-309, 1992.
- LEMLE, Miriam. *Análise sintática*. São Paulo: Ática, 1984.
- LOBATO, Maria Lúcia Pinheiro. Advérbios e preposições, sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionais. *D.E.L.T.A.* 5 (1), 1989.
- MACÊDO, Anna Maria Nolasco de. *Locuções prepositivas na constituição histórica da língua portuguesa*. Dissertação (Mestrado), Salvador, UFBA, 1997.
- MACHADO, José Pedro (1956/1990). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 2 vols. / Lisboa: Livros Horizonte.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. [1956]. Lisboa: Editorial Confluência; Livros Horizonte, 1990. 2 v.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio (1986). *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática
- MARTELOTTA, Mário; VOTRE, Sebastião J.; CEZARIO, Maria Maura (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2002). Estudos de gramaticalização na Bahia. Comunicação apresentada à Mesa-redonda sobre gramaticalização, GT de Sociolinguística / XVII Encontro da ANPOLL, Gramado, 2002.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1976.
- MOLLICA, Maria Cecília. *De que falamos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ, 1995.
- MOLLICA, Cecília de M. A regência variável do verbo *ir* de movimento. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M. de; SCHERRE, M. M. P. (Org.). *Padrões sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Linguístico, 1996.

- MOLLICA, M. C. M. . RELATIVAS EM TEMPO REAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO. In: MARIA DA CONCEIÇÃO PAIVA; MARIA EUGÊNIA LAMOGLIA DUARTE. (Org.). MUDANÇA LINGÜÍSTICA EM TEMPO REAL. 1 ed. RIO DE JANEIRO: 7LETRAS/FAPERJ, 2003, v. 1, p. 129-138.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? Estruturas sintáticas duplicadas em textos portugueses do século XV. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas. 2001, tomo 1: 57-90
- MORAIS, Maria Aparecida Torres. Rastreamento aspectos gramaticais e sócio-históricos do português brasileiro em anúncios de jornais do século XIX. Comunicação apresentada no *III Seminário do PHPB*, 1999.
- MORAIS, M. A. C. R. T. . Rastreamento aspectos gramaticais e sócio históricos do português brasileiro em anúncios de jornais do século XIX. In: Tânia Alkmin. (Org.). *Para história do português brasileiro*. Novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002, v. 3, p. 69-126.
- MORRIS, Charles W. (1938). *Foundations of the Theory of Signs*. Chicago: The University of Chicago Press.
- MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador*. Materiais para seu estudo. Diálogos entre informante e documentador. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 1994. v. I.
- NASCIMENTO, Milton do (1993). Gramática do Português Falado: articulação teórica. Comunicação ao “Seminário sobre Gramática da Língua Falada”, Lisboa, Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.
- OLIVEIRA, Marilza de. A preposição nos grupos verbais: século XIX. Comunicação apresentada no *IV Seminário do PHPB*, Teresópolis, 2001.
- POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes (1999/2002). *Processos de Gramaticalização de Preposições do Latim ao Português. Uma abordagem funcionalista*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia [tese de doutoramento defendida em 1999].
- POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português. Uma abordagem funcionalista*. Salvador: Editora UFBA, 2002. (Tese de doutoramento defendida em 1999.)
- PONTES, Eunice. *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas: Ed. Pontes, 1992.
- ROCHA, Maura Alves de Freitas. Adjuntos sem cabeça no português do Brasil. In: CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. (Org.). *Gramática do*

português falado. Campinas: Editora da Unicamp; Fapesp, 1996. p. 341-376. v. IV.

ROCHA, Maura Alves de Freitas. *Adjuntos e adjunções em fronteiras de constituintes no português do Brasil*. Tese de doutoramento, Campinas, Unicamp, 2001.

SÁ, Maria Piedade Moreira; CUNHA, Dóris de Arruda C. da; LIMA, Ana Maria; OLIVEIRA JR., Miguel (Org.). *A linguagem falada culta na cidade do Recife*. Diálogos entre informante e documentador. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1996. v. I.

SACKS, H. – SCHEGLOFF, Emanuel – JEFFERSON, Gail (1974). A symplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language* 50: 702.

SEABRA, M. C. T. C. de. *Uma abordagem diacrônica das construções de tópico em português*. Dissertação (Mestrado), Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

SOARES BARBOSA, Jerônimo (1803/1881). *Gramática Philosophica da Língua Portuguesa*, 7ª. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

SVOROU, Soteria. *The grammar of space*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

TARALLO, Fernando; KATO, Mary. Rupturas na ordem de adjacência canônica no português falado. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Fapesp; Editora da Unicamp, 1990. p 29-93. v. I.

TARALLO, Fernando; KATO, Mary *et al.* Preenchedores em fronteiras de constituintes. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p. 315-356. v. II.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Sobre as possíveis razões da ausência e presença da preposição no objeto direto. *Letras & Letras*, 1(1), p. 15-38, Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

VIARO, Mário Eduardo. *Das preposições latinas às do português e do romeno: derivações semânticas*. Dissertação (Mestrado), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1994.

VIARO, Mário Eduardo. Sobre a presença de *tenuis* no ibero-romance. *Confluência* 4, p. 269-277, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 1995.

VILELA, Mário Augusto do Quintero; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. Coimbra: Almedina, 2001, 565 p.

WEINREICH, Uli. [1972]. *Pesquisas em teoria semântica*. Em: LOBATO, L. M. P. (Org.). *A semântica na*

lingüística moderna. O léxico. Seleção, introdução e revisão técnica. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977. p. 165-273.

*Considerações acerca de mudanças
semânticas da preposição “até” no português
do século XIX*

por

Mário Eduardo Viaro

Universidade de São Paulo

Introdução

A preposição *até* tem uma história extremamente polêmica. A forma mais antiga é, sem dúvida *ata*, que normalmente é associada à preposição espanhola *hasta*. A antiga hipótese do arabismo *hatta* (Steiger, 1932) foi aceita para *ata*, mas Silva Neto (1958) mostra que há uma grande variedade de outras formas nos textos antigos (*ata*, *ate*, *atro*, *tra*, *ta*, *te*, *tro*, *trões*, *atê*) e propõe uma outra etimologia, *ad tenuis*, a fim de explicar alguns problemas fonéticos. Na verdade, as duas hipóteses são etimologias de exceção e, portanto, pouco integradas em uma visão românica: a primeira preveria um estranho exotismo no inventário fechado das preposições, que é, por sinal, bastante conservador no tocante à forma, se comparado com as conjunções. Além disso, esse arabismo atingiria inclusive a área do galego, que dispõe de um número significativamente menor de vocábulos árabes, proporcionalmente com o português.

Outras dificuldades para a hipótese árabe são de ordem fonética: *b*- inicial do árabe > *f* e não há exemplos de **fata* e *-tt* não se torna *-st-* (cf. castelhano *hasta*). Já a segunda hipótese, de *ad tenuis*, além do problema fonético que gera (não há **atêos*, **ateios* em português), apontaria para uma exceção românica, uma vez que *tenuis*, por ser já rara no latim, não apareceria em nenhum

outro lugar senão no português, dizendo de outra forma, seria uma espécie de preciosismo que o português conservara.

Baseando-se, sobretudo, nas Cantigas de Santa Maria do século XIII, que dispõe de uma gama complexa de variantes suscetíveis de assimilação, e comparando a dialeção românica, propôs uma terceira etimologia, muito mais simples, *intra/ intro* com exemplos abundantes inclusive na Península Ibérica (Viaro, 1995). Tal etimologia encontra respaldo em formas ibero-românicas como *ta* e *enta* em aragonês e catalão. A forma castelhana *hasta* se montaria como *hacia*, ou seja, a partir de uma composição com *faciem* > *faz(e)* + *tra* > *fastra*, *hastra*, *hasta* (para *zt* > *st* cf. lat. *amicitatem* > cast. **amiztad* > *amistad*). A aparente dificuldade de explicação do deslocamento de acento se observa em muitas preposições dissilábicas: *intra* > *intrá* > *tra* como port. *para* > *pra*, ital. *infra* > **infrá* > *fra*. A perda do *cluster* consonantal do ataque não é estranho também *tra* > *ta*, cf. português coloquial *pra* > *pa* (também na Andaluzia cf. Pidal, 1949: 338) ou *per extra* > romeno *peste* “por cima”. Na *Crónica Troyana* (século XIV) aparece *ente* por *entre* e assim continuam a dizer nas Astúrias (Corominas, 1954 *sv. hasta*). Finalmente a prótese de um *a-* formaria *a+ta* > *atá*. Uma variante assimilativa de *atá* é o nosso *até*, que, nas Cantigas de Santa Maria, sempre aparece antes da preposição marcadora do alativo *en*: *ate en* (como *atro en* > (*a*)*trõe*). O *inté* caipira, também testemunhado em dialetos do português europeu e no mirandês, viria da forma aferética *té*, precedido da preposição *em*, num processo semelhante ao que teria acontecido com *a+tá*. A variante adverbial *atêes* não viria, portanto, de *ad tenus*, como quer SILVA NETO, mas tem o mesmo *-s* adverbial analógico de *ante-s*, cf. *mentre-s*, *aten-s* que ao lado de *trõe-s* que “até que” ou português coloquial *de modo-s* que.

No século XIX, a partir do *corpus* de anúncios de jornais de Guedes e Berlinck (2000), foram coletados 137 exemplos de *até*. As variantes gráficas que se encontram são ainda *ate*, *athe*, *atê*. Fora essas, contam-se casos de formas aferéticas, grafadas *te* ou *thé*.

1. Categorização de *até* e suas funções sentenciais

O item lexical *até* vem amiúde (mas não necessariamente) em uma estrutura sintática do tipo correlativo, do seguinte tipo:

(desde/de x) até (a) y

Nessa estrutura, a primeira parte focaliza o início da ação, daí a escolha de preposições que reproduzem a posição de ORIGEM, como *de* ou *desde*. As variáveis *x*, *y* formam os núcleos de cada SP, que trazem, respectivamente, os papéis temáticos do ablativo (ORIGEM) e do alativo (TEMA).

O núcleo do SP da correlação com *de/desde* pode estar presente ou não, mas quando está, a cabeça do sintagma não é obrigatória. Por outro lado, se a cabeça estiver presente, o núcleo necessariamente também estará. No *corpus*, é possível observar que *até* pode ter núcleo completo ou vago, mas nunca será zero, como se apresenta na língua falada moderna: *falou até!* (isto é, *até nos aborrecer*).

O item lexical *até* categoriza-se como preposição, advérbio e conjunção no português. A fim de descrever a categorização de *até*, levou-se em conta uma série de fatores: (a) *até* foi considerado preposição quando fazia parte da correlação com *de* ou *desde*; (b) também foi entendida como preposição quando associada a verbo de movimento; (c) ainda se entenderam como preposições os casos em *até* encabeçasse um SP, cujo núcleo fosse um advérbio de tempo ou de espaço; (d) a construção *até a* foi entendida como uma associação de duas preposições (como em *dentre*, *para com* etc.); (e) por fim, todos os demais sintagmas que formam adjunções adverbiais de SPs encabeçados por *até* permitem categorizá-lo como preposição; (f) apostos explicativos encabeçados por *até* categorizam-no como advérbio; (g) argumentos e adjuntos formados por SPs antecidos por *até* categorizam-no como advérbio; (h) orações desenvolvidas ou

reduzidas de infinitivo antecidas por *até* categorizam-no como conjunção.

Do total de 137 ocorrências do item, apenas 9 são inequívocos advérbios e 5 são conjunções, os demais 123 casos são preposições, o que nos remete ao seguinte quadro:

Quadro 1: Categorização de *até*

ADVÉRPIO	CONJUNÇÃO	PREPOSIÇÃO
9	5	123
6,57%	3,65%	89,78%

As propriedades sintáticas de *até*, no *corpus* analisado, não revelam grande variação. O sintagma encabeçado por *até* nunca forma argumento da frase, mas sempre adjuntos adverbiais. Com núcleos temporais, a questão é mais pacífica: só ocorre a adjunção, assim como em outras relações abstratas.

Alguma dúvida poderia surgir com os verbos de movimento, como em *vou até o lago*. Entende-se, porém, que o pretense argumento, com papel temático META, se confunda com o de LIMITE nessa frase. Ambos seriam facilmente desmembrados em outra oração como: *vou ao interior, até Ourinhos, mas depois volto*. No primeiro exemplo, a complementação parece satisfazer a transitividade de 'ir' com o sintagma encabeçado por *até*; no segundo, ele é claramente um adjunto adverbial. Há motivos históricos para entender orações como a do primeiro exemplo como orações com argumento despreposicionado e reforçado por um advérbio em vias de gramaticalização, à maneira de frases latinas como *ire Romam*, que podiam ser especificadas como *ire ad Romam* ou *ire in Romam*. Na verdade, o movimento era manifestado puramente pelo acusativo, mas a preposição (ou seja, o advérbio gramaticalizado) é que lhe dava a especificação. Nesse caso, *até* se apõe ao argumento para adicionar-lhe o sentido de limite. Uma prova disso é o fato de que a mesma prova pode ser dita também com argumento preposicionado: *vou até ao lago*.

Outros exemplos — infelizmente não encontrados no *corpus* — descartariam por completo a interpretação do argumento como um SP encabeçado com *até*. Trata-se de casos em que outros argumentos sentenciiais, normalmente despreposicionados, como, por exemplo, o sujeito de frase, aparecem anteceditos de *até*. Quando se diz *até eu sei isso*, jamais se imagina que *até* seja uma preposição. Até mesmo a correlação com *de/desde* é possível de se encontrar, formando sujeitos compostos do tipo *foram encontrados desde fotos até rascunhos do escritor falecido*.

A etimologia polêmica, exposta no item 1, mostra que *até* é uma preposição recente, fato novo na lista conservadora de preposições herdadas do latim. Dessa forma, está ainda em processo de gramaticalização. É sabido que o latim não dispunha de preposições marcadoras de LIMITE, daí a variedade de formas que surgem nas línguas românicas: o francês diz *jusqu'à* < lat. *usque ad*, o espanhol diz *hasta*, o português *até*, o italiano *fino* < *fin* < *fines*, o romeno *până* < *paene ad*. Tampouco havia uma preposição para indicar DIREÇÃO, daí também a variedade de formas: castelhano *hacia* < *faciem ad*, galego *cara*, francês *vers* < *versum*, o romeno *spre* < *super* ou *către* < *contra*. O português, como o latim e diferentemente do castelhano, não dispõe também de uma preposição exclusivamente para a DIREÇÃO pura, sendo necessário usar uma locução como “em direção a” ou as preposições de META, como *a*, *para* ou *em*.

Segundo essa interpretação, é possível entender por que *até* se regramaticaliza facilmente com outras preposições: *até por debaixo da escada*. Também outras línguas necessitam de uma segunda preposição para marcar a META ao lado da correspondente de *até*, para marcar LIMITE: o alemão *bis zu*, *bis in*, *bis an*, *bis auf*, em romeno, *până la*, *pana in*, o italiano *fino a*. O valor prototípico da função adverbial de *até*, por isso, está mais visível do que em qualquer outra preposição de hoje em dia, ou seja, está num nível intermediário entre as preposições propriamente ditas e as locuções prepositivas.

Quadro 2: Funções sentenciais

FUNÇÃO SINTÁTICA	ATÉ + SN/ ORAÇÃO	ATÉ + SV	ATÉ A + SN	ATÉ + PREP. (com, de, por)
Tópico	-	-	-	-
Argumento interno	-	-	-	-
Adjunto adnominal	2 - 1,46%	-	-	2 - 1,46%
Adjunto adverbial	116 - 84,67%	4 - 2,92%	11 - 8,03%	2 - 1,46%
Antitópico	-	-	-	-

Os tipos de adjuntos adverbiais e suas implicações semânticas são estudados pormenorizadamente nos próximos capítulos.

2. A preposição *até* seguida de SNs/SAdvs com a categoria semântica TEMPO

A predileção por núcleos com a categoria semântica TEMPO não está no valor prototípico do item *até*, uma vez que pode facilmente ser substituída por *a* (*das cinco às seis, das cinco até as seis*), preposição esta que tampouco privilegia contextos que envolvam categoricamente o fator tempo.

Do ponto de vista semântico *até* pressupõe, sobretudo, um aspecto imperfeito, uma vez que focaliza a duração de um movimento alativo, ou seja, de *movimento para*. Por outro lado, não se confunde com outras preposições de alativo, como *a* ou *para*, pois também indica o *limite* a ser atingido no plano espaço-tempo.

É preciso observar que o traço TEMPO não faz parte do valor prototípico de *até*, pois é possível marcar a duração no

passado, no presente ou no futuro, assim como também se podem estabelecer durações hipotéticas, como se verá abaixo.

No entanto, *até* parece mais adaptada para marcar relações temporais do que em quaisquer outras relações.

Desses, mais da metade, ou seja, 73 exemplos (53,28%), co-ocorriam com núcleos nominais e adverbiais com o papel temático TEMPO. É necessário observar que é comum uma correlação entre o núcleo da SP encabeçado pela preposição de ORIGEM e o do da preposição de META: ambos pertencem ao mesmo campo semântico: assim, se o alativo representa uma categoria semântica de TEMPO, o ablativo, quando existente, também o fará. A quebra, motivada por efeitos estilísticos, desse paralelismo, normalmente, gera efeitos surpreendentes, como se verifica em Machado de Assis: “gastei trinta dias para ir do Rocio Grande ao coração de Marcela” (Memórias Póstumas de Brás Cubas, capítulo XV).

De qualquer forma, a etimologia de *até* não nos serve de base para justificar seu comportamento de exceção no século XIX (e na atualidade), uma vez que o valor prototípico dos núcleos dos SPs da maioria das preposições é espacial (outra exceção seria *após*). O mesmo não vale para advérbios (cf. *ante* com termos espaciais, mas *antes de*, temporais).

Em anúncios, o núcleo tende a ser completo, citando hora e minutos, parte do dia, dia, mês e ano. A correlação ablativa normalmente está implícita na data da publicação do jornal ou da assinatura do anúncio. O ano também é muitas vezes subentendido e às vezes o mês.

(1) [SP/SP A 19 2] A directoria tem resolvido admitir um número limitado de internos (...) os quaes podem ser matriculados até o dia 7 de Janeiro de 1879. (Diário Popular, 09 de janeiro de 1879)

(2) [BA/SA A 19 1] Embarcações entradas neste Porto Das 6 horas da manhã até as 6 da tarde do dia 30 de Novembro. (Diario Constitucional, 04 de dezembro de 1821)

(3) [BA/SA A 19 1] O Brigue Francez, L'Indien, Capitão Boissy, faz viagem para Pernambuco até o dia 10 (Idade d 'ouro do Brasil, 22 de junho 1821)

Também são comuns elementos lexicais com função dêitica. Para o dia específico de hoje se vale normalmente de “esta data” ou “o presente”, já para mês ou ano atual, “o corrente”. Também há lexicalizações com finalidade dêitica para o passado e para o futuro.

(4) [BA/FS A 19 2] O abaixo assignado faz sciente ao publico que até esta data não deve um só real ao commercio d'esta cidade (Correio de Notícias, 22 de outubro de 1885)

(5) [BA/CC A 19 1] até o presente se tem o dito comportado por maneiras de ser estimado de seo Senhor (Recopilador Cachoeirense, 26 de fevereiro de 1834)

(6) [BA/CC A 19 2] Avisa-se que até 15 do corrente em falta de pagamento, serão seos nomes inseridos neste jornal. (O Guarany, 11 de novembro de 1886)

(7) [MG/DI A 19 2] O abaixo assignado, não tendo podido retirar-se no dia 10 do presente mez, como havia annunciado por esta folha: vem novamente dizer ao publico, que, ainda se demorará, até 17 de Abril próximo futuro (O Jequitinhonha, 1870)

(8) [SP/SP A 19 2] Terá lugar a abertura e queima das cartas atrasadas existentes nesta administração até Setembro do anno passado. (O Constitucional, 28 de outubro de 1854)

Mais raramente, muitos elementos são subentendidos por conta de uma única pista referencial (dêitico ou dia da semana), assemelhando-se a casos da situação conversacional:

(9) [RJ/RJ A 19 2] Roga-se aos Senhores assignantes o favor de mandarem buscar os seus bilhetes e fazerem a ultima entrada até sabbado (Jornal do Brazil, 01 de junho de 1881)

(10) [SC/FL A 19 1] Encerrando a correspondencia que entrar na Administração hoje até ás 2 horas da tarde com porte simple, e desta ás 4 com porte duplo.(O Novo Iris, 28 de maio de 1850)

Esses elementos dêiticos apontam para constantes. Há também dêiticos variáveis, porém precisos do ponto de vista referencial:

(11) [SP/SP A 19 2] Até o ultimo dia util, anterior ao do leilão terá o depositante o direito de resgatar o seu penhor pagando a importancia do capital (Correio Paulistano, 05 de fevereiro de 1879)

(12) [MG/DI A 19 2] Os bilhetes achão-se a venda até dia do Espectaculo em casas da beneficiada, e no dia, no lugar do costume. (O Jequitinhonha, 1870)

Outros agrupamentos temporais como bimestres, semestres, séculos, assim como intervalos de anos, são representados no corpus:

(13) [BA/CC A 19 2] a cobrança se effectuarà sempre no segundo mez de cada trimestre, e ás pessoas que não tiverem pago até o começo do terceiro será suspensa a entrega da folha. (O Progresso, 15 de setembro de 1877)

(14) [BA/SM A 19 2] Precisa-se especialmente de sellos de: 1844 até 1850 (Numero pequeno, inclinado) de 300 e de

600 réis pelo qual se pagará 15\$000 (O Commercial, 13 de dezembro de 1893)

3. Gramaticalizações dos SPs compostos de até e SNs/SAdvS com categoria tempo

O núcleo do SP pode ainda comportar uma data ou um momento impreciso, expressa por um sintagma nominal. Nesses casos, o momento exato é menos importante do que a ação que se desenvolveu, por isso “até a ocasião em que” no exemplo abaixo se assemelha a uma situação fronteira entre a preposição e uma locução conjuntiva, num processo tênue de gramaticalização:

(15) [BA/FS A 19 2] conheceu ser um homem, e ainda mais convenceo-se, logo que deu o charuto, por conservar-se o desconhecido de rosto voltado para o outro lado, até a ocasião em que com sua mão grosseira lhe entregou o charuto. (O Feirense, 08 de fevereiro de 1863)

Outro caso interessante ocorre com *até* seguido de SAdvS, como “até hoje” ou “até então”, que perdem seu valor dêitico para integrar expressões comparativas ou superlativas em correlação com “mais”:

(16) [BA/CC A 19 2] Para o banho é o melhor até hoje conhecido (Correio de Notícias, 10 de novembro de 1899)

(17) [SP/CA A 19 2] limpa e chumba os dentes cariados com os melhores metaes até hoje conhecidos, e tudo quanto é aderente á sua profissão. (Gazeta de Campinas, 08 de setembro de 1870)

(18) [SP/CA A 19 2] Negociantes que continuam a comprar café em maior quantidade do que o faziam até hoje (A Mocidade, 14 de outubro de 1874)

(19) [SP/SP A 19 2] Si bem que até hoje ninguem tem feito maiores vantagens. (Correio Paulistano, 03 de abril de 1889)

(20) [SP/SP A 19 2] Lecciona-se estas materias por um methodo o mais aperfeiçoado até hoje conhecido. (A Constituinte, 14 de novembro de 1879)

(21) [RJ/RJ A 19 2] Para o uso geral das familias o Sapolio é o artigo mais economico até agora usado. (A Nação, 15 de março de 1873)

Perceba-se que há uma diferença importante com construções dêiticas como as citadas nos exemplos 9 e 10 e nas seguintes:

(22) [BA/FS A 19 2] A minha petição, remetida por elle a camara para informar, ficou, até hoje, sem despacho (O Feirense, 05 de novembro de 1862)

(23) [SC/FL A 19 1] QUERENDO o Doutor Herman Blumenau e Fernando Haweradt dissol[v]er a sociedade que existio até agora entre os mesmos (O Novo Iris, 12 de novembro de 1850)

(24) [SP/CA A 19 2] Como até agora espera a protecção dos seus numerosos freguezes e amigos. Na mesma casa precisa-se de uma boa engomadeira, não se duvida pagar bem. (Gazeta de Campinas, 09 de junho de 1870)

(25) [SP/JA A 19 2] Acham-se novamente a testa do seu estabelecimento commercial, onde esperam merecer a mesma confiança que até aqui lhes tem sido dispensada. (Correio do Jahu, 04 de julho de 1897)

Por outro lado, em situação intermediária parece ocorrer os seguintes casos:

(26) [SP/CA A 19 2] Colloca dentes por todos os processos até hoje conhecidos na arte dentaria, assim comotodas as

operações relativas á mesma arte. (Gazeta de Campinas, 11 de julho de 1872)

(27) [SP/SP A 19 2] Possúem um grau de concentração e suavidade até então desconhecido. (Correio Paulistano, 19 de julho de 1887)

A razão da situação intermediária dos exemplos 26 e 27 parece estar vinculada ao tipo de discurso. Num discurso em que a data é importante como, por exemplo, no discurso jurídico, “hoje” aparece com valor dêitico (cf. exemplos 23 a 25), já num discurso com forte função apelativa, como o discurso publicitário, o “hoje” (mesmo mesclado de discurso científico) parece perder seu sentido dêitico e carregar-se de noções abstratas: “atualidade”, “progresso científico”. É nessa brecha comunicativa, despida de objetividade, mas carregada de intensidade, que nasce um embrião correlativo “mais...até hoje/ agora/ então” no plano sintático nos exemplos 16 a 21. É interessante que os exemplos 26 e 27 mostram que a rigidez sintática típica da gramaticalização acaba atuando na independência do segundo elemento correlativo, deixando sempre uma margem interpretativa para o leitor/ouvinte: “um grau de concentração e suavidade (altíssimo, muito alto, espetacular...) até então desconhecido”.

Por fim, sob o ponto de vista exclusivamente temporal, alguns termos ou construções sintáticas pressupõem elementos referenciais que não estão formalmente explícitos.

(28) [SP/JA A 19 2] Os leilões de Prendas que começarão antes das ladainhas até final da festa. (Correio do Jahu, 08 de julho de 1897)

(29) [SP/SP A 19 1] M. Izidoro tem a honra de participar ao Respeitável publico que tendo-se determinado a deixar a carreira de Mestre de francez que exerce 11 annos no Rio de Janeiro por seguir os estudos do Curso Juridico n’esta Cidade, e querendo occupar o tempo, que tem até matricular-se, abrindo dois Cursos de Francez, um (...) para

a tradução sómente, e outro (...) para fallar e escrever a dicta lingua. (O Farol Paulistano, 06 de agosto de 1828)

O exemplo 28, além de pressupor o conhecimento que o leitor tem/tinha acerca da ordem dos acontecimentos durante os leilões, usa do marcador para um limite temporal indefinido (“final da festa”). O exemplo 29 também tem um limite temporal não-declarado (ou seja, a matrícula dos estudos do Curso Jurídico): a construção sintática *até*+INFINITIVO pressupõe na verdade algo como: “até (a época em que deverá) matricular-se”. O processo desencadeado para o uso conjuntivo de *até*, neste caso, assemelha-se, portanto, ao já citado exemplo 15.

4. A preposição *até* seguida de SNs/ SAdvS com a categoria semântica META

O emprego de *até* com núcleos com a categoria META, ou seja, com um alativo indicador de movimento proximal, é atestado, no *corpus* estudado, em 23 casos (16,79%). O exemplo 25 mostra que, apesar de ser menos freqüente, o valor espacial de *até* é prototípico: é fácil derivar do valor espacial de *até aqui* um valor temporal, mas o inverso não é possível (por exemplo, de *até agora* é impossível derivar um valor espacial).

A gama de termos associados ao limite espacial, no entanto, restringe-se, no *corpus*, a topônimos, pontos de referência do conhecimento do leitor ou partes do corpo, o que dispensa uma exemplificação muito minuciosa:

(30) [SP/SP A 19 1] consta ter passado té Iguapé com Passaporte falso (O Farol Paulistano, 08 de novembro de 1828)

(31) [SC/FL A 19 1] Damazio José Leopoldo, fica summamente agradecido aos seus amigos que lhe fizerão o

favor de acompanhar o cadaver de sua muito prezada mana, desde a sua caza até o cemiterio. (O Novo Iris, 20 de setembro de 1850)

(32) [SP/CA A 19 2] Tem uma das canellas até o tornozello mais grossa do que a outra (Gazeta de Campinas, 10 de março de 1872)

(33) [SP/PI A 19 2] Tem um pé e uma mão brancos, ambos do mesmo lado e na testa uma estrella, d'onde desce uma risquinha até o focinho. (Gazeta de Piracicaba, 24 de janeiro de 1883)

É curiosa uma construção freqüente nos anúncios de perda de objetos, hoje desusada (hoje se empregaria normalmente *entre*), em que a soma dos núcleos do ablativo e do alativo marca um perímetro onde há alta probabilidade de certo evento ter ocorrido:

(34) [BA/CC A 19 1] Perdeo-se, desde a baixa dos capateiros até aos cobertos, hum alfinete de peito de 1 brilhante (Gazeta Commercial da Bahia, 22 de fevereiro de 1836)

(35) [BA/SA A 19 1] Quem achasse hum mólho de chaves pequenas, desde a Praça do Commercio até Santa Thereza, procure na Loja da Gazeta que se lhe darão suas alviçaras. (Idade d'ouro do Brazil, 1821).

Também o estilo de anúncios promove algumas construções sintáticas em que se subentendem algumas partes importantes:

(36) [RJ/RJ A 19 1] Na cocheira da rua Santa Teresa por detraz do Imperio da Lapa há duas seges muito asseadas, e com boas parelhas, as quaes se alugão pelo preço de 5 patacas, tanto de manhã como de tarde, até a distancia da praia do Botafogo, ou de São Cristovão (Gazeta do Rio de Janeiro, 31 de maio de 1809)

Ou seja, o sintagma encabeçado por *até* parece formar adjunção com o verbo *alugar*, mas aí está implícito: “seges (...), as quaes se alugão (...) (e podem ser usadas para conduzir passageiros) até a distância da praia do Botafogo”.

Como nos exemplos 15 e 29, um uso conjuntivo de *até* aparece em contexto associado à categoria semântica de META:

(37) [SP/SP A 19 2] Aquem e alem do novo canal do rio Tamandatehy, que por um lado deuide com terras do recolhimento de nossa Senhora da Luz até encontrar um vallo velho. (O Constitucional, 07 de setembro de 1853)

De qualquer forma, construções como “até um valo velho”, “até um local onde poderá encontrar um valo velho”, “até onde poderá encontrar um valo velho” parecem anteceder, diacronicamente, a construção acima, “até encontrar um valo velho”, mas isso precisaria ser comprovado com outros *corpora*.

5. Usos de *até* em gradações discretas e mensuráveis

Núcleos que tenham valor semântico de início e limite de um movimento derivam necessariamente uma gradação na ordem dos fenômenos. É por isso que a estrutura (*desde/de x*) *até y* comparece com termos que não se circunscrevem exclusivamente no plano espaço-temporal. Em 17 ocorrências (12,41%) é possível observá-la em gradações numéricas, escalas e numerações convencionais de outra ordem. Trata-se de noções passíveis de quantificação como preço, comprimento, altura, profundidade, idade, peso, que podem valer-se muito bem da mesma estrutura.

(38) [PR/CR A 19 2] morins finos de 24 jardas peças 3:600 até 6:500 ditos muito lasgo superior de 40 jardas a 14\$ até 18\$ chitas de 220 jardas até 290, e muitas outras fazendas

de gosto, ferragens, e miudesas de armarinho. (O 19 de dezembro, 29 de abril de 1854)

(39) [RJ/RJ A 19 2] Recebe dinheiro em deposito desde Um Mil Reis até a maior quantia que se quiser depositar. (Atirador Franco, 09 de janeiro de 1881)

(40) [RJ/RJ A 19 2] Internato, semi-internato e externato para meninas e meninos até 10 anos (O Jacobino, 24 de abril de 1897)

(41) [SP/PI A 19 2] Vende-se colchões pelos preços seguintes: Colchão de marquezã, de 5\$000 até 8\$000, muito superior. Ditos de marquezão, de 8\$000 até 15\$000. (Gazeta de Piracicaba, 14 de janeiro de 1883)

(42) [SP/SP A 19 1] Faz pianos fortes e fortes pianos de cinco e meia, até sete e meia oitavas (A Phenix, 03 de fevereiro de 1841)

(43) [SP/SP A 19 2] Dos Psalmos de David desde o 51 até o 100 inclusivamente. (O Constitucional, 21 de setembro de 1853)

A mesma construção pode indicar o máximo de um preço, por isso, é amplamente usada em publicidade, quando o núcleo pode ser avaliado como abaixo ou acima da expectativa do leitor:

(44) [SP/SP A 19 2] OS SENHORES PHOTOGRAFOS encontrarão neste estabelecimento tudo que é mister á mesma arte, e pelos preços do Rio de Janeiro Retratos até Reís 5\$ a duzia!!! (Correio Paulistano, 22 de janeiro de 1879)

(45) [SP/SP A 19 2] Em cujas experiencias tem-se observado que os nossos descascadores augmentam a safra até dez por cento. (Correio Paulistano, 27 de fevereiro de 1889)

6. Usos de *até* em gradações qualitativas

A gradação, no entanto, pode não ter bases quantitativas, mas qualitativas, o que ocorre com as demais 24 ocorrências (17,52%). É o que se depreende de exemplos como os abaixo, que supõem um *crescendum* ou um *decrescendum* de tamanho, alvura, textura, elegância, nível social, que pode ter uma base referencial natural ou simplesmente valorativa. Normalmente a correlação ablativa está presente, mas não necessariamente (como prova o exemplo 50):

(46) [SP/SP A 19 2] Neste estabelecimento, que conta 16 anos de existência (o mais antigo desta província) continua-se a trabalhar por todos os sistemas de fotografias, desde o retrato em a mais pequena miniatura até o tamanho natural. (Correio Paulistano, 22 de janeiro de 1879)

(47) [SP/CA A 19 2] Recebe mensalmente grande porção de assucar de Pernambuco, das melhores qualidades, desde o alvo fino até o mascavo. (Gazeta de Campinas, 08 de agosto de 1872)

(48) [SP/SP A 19 2] Perfeitas para todas as costuras, desde a mais fina cambraia até o mais encorpado algodão. (Correio Paulistano, 29 de julho de 1887)

(49) [SP/SP A 19 2] Em prataria encontra-se os objectos mais variados e propios para presentes, desde a mais elegante bombonière até o mais rico serviço de café. (Correio Paulistano, 12 de janeiro de 1889)

(50) [SP/SP A 19 2] Como se tenha dado este equívoco até com os senhores empregados do correio de São Paulo. (A Constituinte, 02 de outubro de 1879)

Esse emprego pode derivar um valor puramente enumerativo de uma listagem, donde não se depreende um

(*de*)*crescendum* abstrato. É curioso que, nesse caso, a posição sintática de *até* não precisa estar no final, uma vez que não gera um jogo de expectativa:

(51) [BA/CC A 19 2] ha tudo até pianos e bicyclette, gaitas e tambores, essencias e oleos, chitas e dedãs, cassas e gorgurões, chapéos e leques, bengalas e chapéos de s[o]l.(Correio de Notícias, 16 de fevereiro de 1899)

(52) [BA/SM A 19 2] Fizeram-se depois experiencias de construção de rails, de rodas de wagons e até de espingardas e canhões de papel. (O Commercial, 13 de dezembro de 1893)

No entanto, a colocação no final das enumerações ou de (*de*)*crescenda* explica por que *até* pode seguir-se de um termo que mostre simplesmente o objetivo ou a finalidade de uma ação, uma vez que o núcleo associado a essa preposição está sempre no fim de uma escala real ou imaginária de acontecimentos. A categorização de *até* como conjunção, já apontada nos exemplos 15, 29 e 37, também aparece aqui:

(54) [SP/PI A 19 2] A escrava, na noite de 15 do corrente andou com a misera creancinha (...), dizendo havel-a encontrado sobre as calçadas da rua, até que o senhor Oséas Borges da Costa, de São Pedro, tomou conta d'esta e depositou-a em casa de uma familia. (Gazeta de Piracicaba, 18 de agosto de 1882)

(55) [SP/SP A 19 2] Serão vendidos em leilão para pagamento do estabelecimento até a importancia do emprestimo e mais despezas. (Correio Paulistano, 05 de fevereiro de 1879)

(56) [SC/FL A 19 1] Repelliremos com toda a dignidade os insultos, que por escarneo ao publico ousou dirigir-nos o Senhor... até nos envergonhamos de escrever semelhante nomel (O Novo Iris, 27 de setembro de 1850)

O exemplo 56 parece deixar implícita a intensidade já prevista nos exemplos 26 e 27: “repelliremos (muito, de forma tal)... *até* (o ponto em que) nos envergonhamos”.

O resultado ou o limite do *crescendum* da repulsa é a vergonha. Tal escala imaginária se encontra no discurso que a constrói (cf. orações como *comi até ficar triste*). Esse resultado não deixa de ser surpreendente, uma vez que não é previsível como num fenômeno pautável numa escala ou quantificação numérica, por isso *até* acaba adquirindo efetivos componentes semânticos com função apelativa.

(57) [RJ/RJ A 19 2] Com ele se limpam todos os objectos do uso tanto de metal como de louça ou vidro, *até* de madeiras pintadas, como portas, portadas, etc. (Diário de Notícias, 12 de julho de 1869)

Neste exemplo, o elemento-surpresa é a capacidade do produto vendido poder limpar objetos de madeira pintada. Neste caso, *até* tem função morfológica opaca, mas, por anteceder uma locução adjetiva, poderia ser entendido como advérbio. Na verdade, a madeira foi buscada *além* da escala imaginária de dificuldade de limpeza que incluía metais, louças e vidro. O marcador *até* acaba incluindo as madeiras nesta escala. A excepcionalidade de fato tão inusitado ou insólito só pode ser observada ainda em outros exemplos:

(58) [SC/FL A 19 1] Sempre vi um cego buscar um guia, e *até* tenho visto cegos guiados por hum cachorrinho (O Novo Iris, 14 de junho de 1850).

(59) [SP/PI A 19 2] Vinho tinto e branco, diferentes marcas. Espiritos brancos, *até* pinga. (Gazeta de Piracicaba, 01 de setembro de 1882)

(60) [SP/CA A 19 2] O Elixir alimentício Ducro e muito agradável ao paladar e as pessoas a quem mais repugnam os alimentos, o tomam *até* por gosto. (Diário de Campinas, 01 de fevereiro de 1888)

(61) [R]/R] A 19 2] Vejam de quanto são capazes esses da tarracha, que até negam a submissão e as satisfações que deram. (A Nação, 15 de março de 1873)

Observações finais

Observa-se que o *corpus* do século XIX revela as mesmas estruturas sintáticas e valores semânticos presentes ainda hoje, com exceção de construções como as dos exemplos 34 e 35, hoje desusadas e que têm grande valor para a história da língua portuguesa. Dentro das categorias cognitivas, *até* transita em seu valor prototípico espacial, associado com o alativo, sem confundir-se necessariamente com ele. Entre as relações aspectuais, associa-se com o aspecto imperfectivo embora não esteja vinculado com nenhuma relação temporal específica. Nenhuma relação abstrata de causa, posse, matéria, assunto, instrumento ou condição se depreende desse marcador, embora se entreveja, nos casos mais gramaticalizados, listados no item 6 deste trabalho, uma relação abstrata de modo, derivada de uma visão resultativa paralela a de preposições associadas ao alativo.

Assim, no português, deriva-se com facilidade uma relação aspectual perfectiva a partir de uma relação aspectual imperfectiva, por exemplo: quando se diz *ele vai para as bandas de lá*, o alativo reforça cognitivamente a imperfectividade da ação, uma vez que descreve uma duração, já em *ele mora para as bandas de lá*, a mesma preposição *para* tem valor locativo, pois deriva da focalização semântica do resultado (perfectivo), sempre presente no final de uma duração. Não parece ser diferente o que acontece com os exemplos 58 a 61, uma vez que, de uma gradação imaginariamente construída, pode extrair-se um resultado inesperado ou apenas marcado pela função apelativa. Eventuais construções não atestadas no *corpus*, mas presentes na língua atual, necessitariam ser listadas e, a partir daí, seria possível estabelecer uma ampla descrição diacrônica mais minuciosa dos usos das preposições no português do Brasil.

Referências

- AFONSO, X. *Cantigas de Santa Maria*. Coimbra: Ed. Walter Mettman, 1959. 4v.
- COROMINAS, J. Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana. Madrid: Gredos, 1954. v. 2.
- ERNOUT, A.; MEILLET, A. Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots. 4. ed. Paris: Klincksieck, 1979.
- GIFFORD, D. J.; HODCROFT, F. W. *Textos lingüísticos del medievo español*. Oxford: Dolphin, 1966.
- GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de A. (Org.). *E os preços eram commodos: anúncios de jornais brasileiros – século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- MACHADO, José P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Confluência, 1967.
- PIDAL, Ramón Menéndez. *Manual de gramática histórica española*. 8. ed. Madrid, Espasa- Calpe, 1949.
- ROHLFS, Gerhard. Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti: sintassi e formazione delle parole. Torino: Einaudi, 1969. v. 3.
- SILVA NETO, Serafim da. História da preposição portuguesa até. In: *Etymologica - Festschrift für Walther von Wartburg zum siebzigsten Geburtstag*. Tübingen: M. Niemeyer, 1958. p. 751-61.
- STEIGER, Arnald. Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano. Madrid: Ed. Hernando, 1932.
- SVOROU, Soteria. *The grammar of space*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1993.
- VIARO, Mário E. Sobre a presença de *tenus* no ibero-romance. *Confluência - Boletim do departamento de Linguística* (Faculdade de Ciências e Letras - UNESP) – EELA, número especial, 2, p. 269-277, Assis, 1995.

Gramaticalização da preposição 'com' no português brasileiro do século XIX

por

Nanci Romero

Universidade de São Paulo

1. Etimologia e manifestações categoriais de *com*

Com deriva da preposição latina *cum*, que, por sua vez, seria “uma forma casual fossilizada”, segundo E. Faria (*apud* Poggio, 2002). Ou seja, teria sido inicialmente um morfema indicador do caso comitativo (caso inexistente no latim documentado, mas presente em muitas línguas, como ocorre ainda hoje no finlandês: *professorine*, que significa “com o professor”). Essa preposição era usada prioritariamente para indicar companhia, proximidade, sendo esse, talvez, o sentido prototípico da preposição: “*Cum amico ambulare*” [*Caminhar com o amigo*]. Também era empregada para indicar o modo: “*Caesar Galliam cum virtute vicit*” [*César venceu a Gália com coragem*]. *Cum* e também *ab* (*a*), *de*, *ex* (*e*), *in* (lugar onde), *prae*, *sub* (sem idéia de movimento), *super* (assunto ou posição sem idéia de movimento) e *sine* eram preposições que exigiam o ablativo, também usado para indicar certos usos adverbiais. No latim tardio, a preposição *cum* era empregada com acusativo (Väänänen, 1985).

No português, continuou-se utilizando a preposição *com* para introduzir adjuntos adverbiais de companhia e de modo, mas, juntamente com outras preposições que regiam o ablativo, passou-se a empregá-la também para introduzir aqueles adjuntos adverbiais que, no latim, não eram preposicionados, mas exigiam o caso ablativo. Vejamos alguns exemplos:

1.1 Adjunto adverbial de companhia:

(1) “Cum amicis venerunt.” [Vieram com os amigos.]

(2) [BA/FS A 19 2] Apresentou-se, hontem á tarde no escriptorio d'esta redacção a escravisada Joanna **com** dous filhos ingenuos, quixando-se dos máus tratos que tem recebido de seu senhor Manoel Martins Rodrigues de Souza, morador nos suburbios d'esta cidade, o que verificámos pelas sevicias que se lhe notavam nas costas. (Correio de Notícias, 18 de outubro de 1885).

(3) [BA/CC A 19 2] Save! Queen! E' hoje grande moda em Inglaterra uma es plendidosêda denominada Save! Queen! (Salve! Rainha!) por ter **com** ella se apre sentado Sua Majestade a Rainha Victoria nos ultimos concertos do palacio de Windsor.

1.2 Adjunto adverbial de modo:

(4) “Maxima cum gratia ambulat.” [Caminha com muita graça.]

(5) [BA/FS A 19 2] O senhor doutor Fabio Lyra dos Santos, fazendo da medicina um verdadeiro sacerdocio de caridade, foi, á cabeceira de padre Canuto, um amigo desvelado e sincero que, **com** paternal carinho, empregou todos os esforços para salvá-o da terrivel molestia que o levou ao tumulo.

1.3 Adjunto adverbial de meio:

(6) “Caesar omnem Galliam exercitu vicit.” [*César conquistou toda a Gália com seu exército.*]

(7) [BA/CC A 19 2] **Com** este tratamento garantido e economico, qualquer que seja a causa do beriberi o doente tira sempre o mesmo resultado pela riqueza das suas propriedades tonicas e reconsti tuintes.

(8) [BA/FS A 19 2] felizmente foram reppelidos **com** tiros dados pela família dos meninos, que estava proxima.

1.4 Adjunto adverbial de instrumento:

(9) Turba signum dabitur. /O sinal foi dado com o trompete./

(10) [BA/FS A 19 2] mas o monstro arremessou-se a elle **com** uma faca de ponta, e fêl-o correr para uma casa visinha, onde escapou á sanha do malvado!

Evidentemente, alguns casos do ablativo latino não poderiam ser introduzidos pela preposição *com* em razão de seu sentido de base. Assim sendo, as noções de separação e de lugar de origem foram assumidas pela preposição *de*, cujo sentido de base é mais próximo.

No latim também havia a conjunção subordinativa *cum*, cujas acepções principais eram de tempo e de concessão:

Tempo:

(11) "Cum responderit, omnia intellegitis." [Quando ele responder, entenderás tudo.]

Concessão:

(12) "Cum respondisset, non tamen intellexistis." [Embora ele respondesse, ainda não entendestes.]

No *corpus* analisado, não foram encontrados exemplos de *com* empregado como conjunção, mas a literatura aponta alguns exemplos:

(13) "As noites, com ser tão dentro da zona tórrida, são frigidíssimas em todo o ano." [com ser = apesar de ser, não obstante ser]. Silveira (1972, 8ª ed.).

(14) Antecedendo verbos no infinitivo, indica idéia de concessão e equivale a 'apesar de': 'Inês de Castro..., com ser o mais belo, é também o mais simples assunto que ainda trataram poetas.' (Almeida Garrett, Frei Luís de Souza, p. 37, apud Ferreira, 1986).

Outra manifestação categorial de *com* é o vasto uso como prefixo, que não será tratado neste trabalho, mas merece menção. Além disso, convém destacar o fato de que verbos que apresentam o prefixo *com* ou suas variantes (*com-* antes de *b*, *m* e *p*; *con-*; *co-* antes de vogais e de *b*, *l*, *r* e *n*), normalmente selecionam a preposição *com*:

(15) [BA/CC A 19 2] Congratulo-me **com** toda a im / prensa.

(16) [BA/FS A 19 2] (...) é bem triste, é bem mesquinha a sorte do homem social fraco de posição, que se vê na penosa obrigação de **conviver com** essas pantheras-arlequins, que da moral, nem entendem a significação: e só conhecem por lei seu apetite depravado.

(17) [BA/FS A 19 2] (...) acharam-se em um quilombo de pretos fugidos, que se sabe que não tem **comunicação** nem **com** esta Villa, nem **com** a de Marahú, nem **com** a de Camamú, e supõe-se que traficam **com** os trabalhadores das mattas de Jequié, ou **com** os Jubebeiros do centro de Camamú.

(18) [MG/DI A 19 2] (...) tem o costume encarar pouco para quem **com** elle **conversa**.

Como se vê, *com* tem um vasto emprego como prefixo, o que ocorreu ainda no latim: *congratular*, *conviver*, *comunicar* e *conversar* originaram-se, respectivamente, de: *congratulare*, *convivere*, *communicare* e *conversare*. Esse uso, freqüente no latim, ainda ocorre no português, como em *correligionário*, mas tem-se mostrado muito menos produtivo.

2. Funções sentenciais

Com introduz adjuntos adnominais, adverbiais e argumentos, porém a relação entre o número de ocorrências de cada caso pode variar na mesma época em função do tipo de texto, por isso decidiu-se elaborar a tabela abaixo separando anúncios de cartas de leitores:

Quadro 1: Funções sentenciais de *com* no século XIX

TIPOS DE TEXTOS	ANÚNCIOS	CARTAS	TOTAL
Introdutor de adjuntos adnominais	58	0	58
Introdutor de adjuntos adverbiais	64	26	90
Introdutor de argumentos	39	8	47
Total	161	34	195

Os dados mostram que nos anúncios há um número de ocorrências semelhante entre adjuntos adnominais e adverbiais, o que não se verifica nas cartas, nas quais não houve nenhum caso de adjunto adnominal introduzido por *com*. Talvez o fato de anúncios serem textos muito descritivos, já que seu objetivo é detalhar bem para melhor vender, justifique o excesso de adjuntos adnominais aí presentes.

3. Ordem dos constituintes

Quadro 2: Posição dos adjuntos adverbiais introduzidos por *com* no século XIX

...[SVO]	[...SVO]	S...V	V1...V 2	V...O	[SVO...]	[SVO]. ..	TOTAL
-	26/90	2/90	1/90	13/90	48/90	-	90/90
-	28,9%	2,2 %	1,1%	14,5 %	53,3%	-	100%

A posição mais freqüente dos adjuntos adverbiais introduzidos por *com* é depois de SVO, que tem sido a regra para todos os adjuntos adverbiais, podendo, entretanto, aparecer em todas as posições dentro da sentença.

3.1 - [...SVO]

Foram encontradas apenas duas ocorrências na oração principal (sentença matriz), todas as demais em orações subordinadas (encaixadas) introduzidas por pronome relativo:

(19) [PR/LO CJL 19 2] **Com** mais intelligencia, e prudencia, não podia ser com-prehendida, e desempenhada a difficil tarefa de administrar | e encaminhal-a em seus negocios

(20) [BA SM A 19 2] As casas de papel tem tambem a enoralíssima vantagem de serem 4incombustiveis. **Com** a transformação dos prédios de pedral e cal em casas de papel imprimido e preparados contra os fogos desapareceriam de um momento para o outro as companhias de seguros.

(21) [BA FS A 19 2] AGRADECIMENTO Os amigos do finado padre Canuto Severino Augusto de Lima vêm agradecer ao senhor doutor Fabio Lyra dos Santos a maneira desvelada e caridosa **com** que prestou-se durante sua enfermidade.

(22) [PR/LO CJL 19 2] Todavia, para responder, ao menos com um esforço de boa | vontade, a honra **com** que me distinguio, inquirindo mi- | nha humilde opinião, emittirei algumas idéas

3.2 - S...V / V...S

As duas ocorrências de adjunto adverbial entre o verbo e o sujeito se deram em casos de passiva sintética ou oração subordinada adjetiva, na qual o sujeito é um pronome relativo:

(23) [BA SA A 19 1] Vende-se **com** commodidade o Engenho denominado São Bernardo, d'agoa moente, e corrente, com grandes extensões de terras, occupadas de mais de duzentos lavradores de mandiocas, que pagão renda.

(24) [BA FS A 19 2] O senhor doutor Fabio Lyra dos Santos, fazendo da medicina um verdadeiro sacerdocio de caridade, foi, á cabeceira de padre Canuto, um amigo desvelado e sincero que, **com** paternal carinho, empregou todos os esforços para salvar-o da terrivel molestia que o levou ao tumulo.

3.3 - V1...V2

Houve apenas uma ocorrência de adjunto adverbial entre o verbo auxiliar e o principal:

(25) [CC A 19 2] Save! Queen! E' hoje grande moda em Inglaterra uma es plendidosêda denominada Save! Queen! (Salve! Rainha!) por ter **com** ella se apre / sentado Sua Majestade a Rainha Victoria nos ultimos concertos do palacio de Windsor.

3.4 - V...O

Somente adjuntos adverbiais de modo foram encontrados entre o verbo e o complemento, e este tipo de adjunto foi o que apresentou maior flexibilidade quanto à posição ocupada.

(26) [BA/SM A 19 2] Este novo preparado pharmaceutico composto de vegetaes de origem ndigena, tão abundantes em nosso paiz, goza por sua composição de ta [] propriedades therapeuticas, que não se pode duvidar da sua efficacia para combater **com** segurança a tosse mais rebelde ou qualquer alteração da mucosa pulmonar

(27) [BA/CC A 19 2] "Attesto que te nho empregado **com** proveito na minha clinica, a Emulsão de Scott, principalmente nos doentes affectados de rachitismo e limpha / tismo."

(28) [PR/LO CJL 19 2] (...) v.s., como eu, se interessa pelo desenvolvi- | mento da população livre desta provincia, procurando | **com** muito acerto, a realização desse pensamento por meio | da colonização e emigração estrangeira.

(29) [PR/LO CJL 19 2] (...) para que pudesse | **com** vantagem a concorrência com o assucar | procedente desses lugares.

3.5 - [SVO...]

É a posição favorita da maior parte dos adjuntos adverbiais introduzidos por *com* no *corpus* analisado:

(30) [BA/SM A 19 2] Attesto que o Hydrolato Anti-Paludoso do Senhor Pharmaceutico Gabino do Nascimento Bahia tem sido por mim empregado []uas febres intermitentes, sempre **com** os melhores resultados.

(31) [BA/FS A 19 2] NOTICIARIO Fatalidade . Manoel João de Deos, pardo, solteiro, com 40 annos de idade pouco mais ou menos, indo no Domingo primeiro do corrente examinar humas - esperas de viado - de volta para casa cortou humas varas, e na occasião que as apanhava, embarçou-se **com** a arma de fogo que trasia, e esta disparou

(32) [BA/CC A 19 2] No intuito de evital-os e evitar tambem que os nossos innumerados consumidores sejam illudidos **com** productos de má qualidade, temos, nesta data, admittido nos rotulos dos nossos cigarros - EXPOSIÇÃO - um sinete perfurado com as iniciaes L. &

A. em systema vertical, guarnecidas por duas linhas tambem perfuradas e verticaes.

(33) [BA/SA A 19 1] (...) fugio da obra ... um preto... levou vestido cal / ças de brim; foi comboiado com um crioulo da dita obra de nome Cypriano, delgado do corpo.

(34) [BA/SA A 19 1] Pelas 2 horas da tarde deo fundo o Brigue Nacional Real Infante Dom Sebastião, vindo de Lisboa com 32 dias com escalla pela Ilha da Madeira e Pernambuco.

Quadro 3: Distribuição dos adjuntos adverbiais introduzidos por *com*

Tipo	...[SV O]	[...SV O]	S... V	V1... V2	V...O	[SVO..]	[SVO] ...	Total
Modo	-	9/57 15,8 %	2/5 7 3,5 %	-	13/5 7 22,8 %	33/57 57,9 %	-	57/90 0 63,4 %
Companh ia	-	2/6 33,4 %	-	1/6 16,6 %	-	3/6 50%	-	6/90 6,6%
Meio	-	10/17 58,9 %	-	-	-	7/17 41,1 %	-	17/90 0 18,9 %
Tempo	-	5/7 71,4 %	-	-	-	2/7 28,6 %	-	7/90 7,7%
Instrume nto	-	-	-	-	-	3/3 100%	-	3/90 3,4%
Total	-	26/90 28,9 %	2/9 0 2,2 %	1/90 1,1%	13/90 0 14,5 %	48/90 53,3 %	-	90/90 0 100 %

4. Elisão da preposição *com*

Só foi encontrado um caso de elisão da preposição, num contexto em que *com* já havia aparecido:

(35) [SM A 19 2] CASAS DE PAPEL De uma correspondencia de Paris: Estamos n'um fim de seculo de verdadeiras maravilhas! Senão, veja-se o que a sciencia vae, dia a dia, obtendo hontem **com** o ferro depois (\emptyset) o aluminio e hoje **com** o papel.

5. Propriedades semânticas de *com*

Analisando as várias nuances da preposição *com* (presentes no século XIX e ainda hoje) é possível supor o caminho por ela percorrido, ao longo do qual foi adquirindo novos usos.

Da idéia básica de proximidade foram derivadas as noções de companhia e qualidade. Quando o elemento próximo tem um traço [+ humano], a noção que se estabelece é de companhia. Se o elemento tem apenas um traço [+ animado], essa idéia ainda é aceitável: *Caminhava com o cão*. Se o traço é [- animado], a idéia que começa a aflorar é a de qualidade ou característica.

(36) [BA/SA A 19 1] Vende-se huma roça bem plantada, **com** boa casa, e agoa de beber; quem a qui zer procure na Loja da Gazeta.

(37) [BA/CC A 19 1] A Paulino José Lopes senhor de engenho outeiro redondo, fugio-lhe em o dia 2 do cor rente mez, hum escravo moço de nome Rafael, nação nagô, alto, magro, pernas finas, cara descarnada, **com** hum signal de cutilada no pes coço que tem tres a quatro dedos de comprido e alguma coiza a calombada, **com** alguns sig naes da costa altos no rosto, tristonho da cara, fulo.

Da mesma noção de proximidade vêm os usos como meio e instrumento:

(38) [BA/FS A 19 2] (...) por conservar-se o desconhecido de rosto voltado para o outro lado, até a ocasião em que **com** sua mão grosseira lhe entregou o charuto.

(39) [BA/FS A 19 2] NOTICIARIO Fatalidade. Manoel João de Deos, pardo, solteiro, com 40 annos de idade pouco mais ou menos, indo no Domingo primeiro do corrente examinar humas - esperas de viado - de volta para casa cortou humas varas, e na ocasião que as apanhava, embaraçou-se **com** a arma de fogo que trasia, e esta disparou (...)

Lakoff e Johnson (*apud* Poggio, 2002) consideram a associação entre as noções de companhia e instrumento como um universal, presente em praticamente todas as línguas do mundo. Vale lembrar que no latim não havia necessidade de preposição para indicar instrumento (exemplo 3), mas que o português escolhe justamente a preposição que indica companhia para exprimir essa relação.

Das noções mais concretas de proximidade passou-se a noções mais abstratas, gerando o uso como adjunto adverbial de modo, quando o substantivo do SP é abstrato:

(40) [BA/SA A 19 2] PALETOTS FRANCEZES DE CINTA. De pano preto muito fino e casemira preta e de cores, obra acabada **com** toda perfeição: vende a Loja de Variedades.

(41) [BA/CC A 19 2] Consta que o mesmo fora auctor do roubo praticado ha tempos no elevador hydraulico da capital e que alli exerce a sua "honrosa pro fissão" **com** grande pericia.

(42) [BA/FS A 19 2] Tendo perdido já um olho e soffrendo de cataracta em outro, foi n'estas condições que recorri aos

cuidados do preclaro oculista que sem remuneração operou-me tratando-me **com** a maior caridade e desvelo, dedicação e carinho, sob o seu tecto, no seio de sua família, como se eu d'ella fizesse parte.

A noção de tempo ligada a *com* pode ser subdividida em duas: uma mais primitiva, ligada à noção de proximidade, e outra derivada da noção de modo:

Proximidade:

(43) “Adventu Caesaris iter faciemus.” [Com a chegada de Cesar, saíremos]

(44) As flores renascem **com** a primavera.

Modo:

(45) [PR/LO CJL 19 2] Todavia ainda hoje nos arredores | de Príncipe e de alguns poucos lugares continuam a colher | o trigo **com** algumas intermitências

A noção de causa parece ser derivada da noção de tempo, em função da idéia básica de proximidade, concomitância que os adjuntos adverbiais de tempo preservam. Ou seja, a simultaneidade de dois fatos gera a noção de que um é causador de outro:

(46) As aves voltaram **com** as primeiras chuvas.

(47) [PR/LO CJL 19 2] (...) e com votação con- | sideravel para represental-os na camara temporaria, devos- | lhes a confissao de meu leal e candido roconhecimento, (...)

6. Considerações finais

Este texto, integrante de um conjunto de trabalhos sobre as posições no português brasileiro do século XIX, buscou verificar traços de gramaticalização da posição *com* nesse

período. Lehmann (1985) e outros estudiosos da gramaticalização geralmente apontam algumas propriedades desse processo, entre as quais a “perda” de conteúdo fonológico ou semântico (*attrition*), a fixação numa determinada posição sintática (*fixation*) e também a perda de propriedades sintáticas (*condensation*). No *corpus* analisado, a situação da preposição *com* parece bem estável, já que as propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas encontradas não diferem das já existentes na língua. A mudança que se percebe é com relação ao século XX, quando *com* cede lugar para outras preposições ou construções:

(48) [BA/FS A 19 2] Vende-se uma posse de terra próprias para plantação ou criação, as quaes partem da ribanceira do rio de Jacuípe em procura da Mochila, **com** 340 braças de extensão.

(49) [BA/SA A 19 1] Da Cotinguiba em 36 horas a Sumaca Portuguesa Invencível, Mestre José da Silva 10 pessoas, 80 caixas **com** açúcar, 10 saccas **com** algodão.

Hoje encontra-se mais freqüentemente a construção “um terreno **de** 300 metros” que “um terreno **com** 300 metros”. Também pode-se afirmar que atualmente há uma preferência pela construção “80 caixas **de** açúcar”. Portanto, há alguma transformação em curso, que deverá ser verificada num trabalho futuro.

Referências

- AMARAL, Vasco Botelho. *Novo Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa*. Porto: Editora Educação Nacional Ltda., 1943.
- DARDANO, M.; TRIFONE, P. *Grammatica Italiana*. Bologna: Zanichelli, 1983.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- JUCÁ, Cândido (Filho) *Dicionário Escolar das Dificuldades da Língua Portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação de Assistência ao Estudante, 1985.
- LEHMANN, Christian. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. *Língua e Stile* 20, p. 303-18, 1985.

- NUNES, José J. *Gramática Histórica Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1930.
- POGGIO, Rosaura Maria Galvão Fagundes. *Processos de gramaticalização de preposições do Latim ao Português*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- SILVEIRA, Souza da. *Lições de Português*. 8. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1972.
- VÄÄNÄNEN, V. *Introducción al Latín Vulgar*. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1985.
- WILLIAMS, Edwin B. *Do Latim ao Português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1975.

A gramaticalização da preposição “entre” no português brasileiro do século XIX

por

Verena Kewitz

Universidade de São Paulo

1. Introdução

No que diz respeito à etimologia, a preposição *entre* deriva da preposição latina *inter* “no meio de, junto de” no sentido espacial e “durante, no espaço/intervalo de, dentro de” no sentido temporal: (Faria, 1975). Segundo Poggio (1999: 541), *inter* provém da preposição *in* + *-ter* (sufixo de comparação).

Poggio (1999) apresenta um resumo da literatura referente a *inter*, recolhido no quadro a seguir:

Quadro 1: Resumo da literatura a respeito de *inter*. Poggio (1999: 396-398)

M. B. Climent (1956)	<i>Inter</i> era usado com verbo de movimento ou estativo, no sentido temporal, significava “durante”, podia ser usado com verbos que indicavam superioridade (<i>mais do que</i>)
M. Breal (1985)	<i>Inter</i> concorria com <i>intra</i> , sendo o primeiro conservado em quase todas as línguas românticas com sentido de “duração”. Com valor temporal, <i>inter</i> concorria com <i>per</i> para denotar “pontos extremos”.
A. Ernout e A. Meillet (1951)	<i>Inter</i> : preposição usada exclusivamente com acusativo no sentido de “no interior de”. No sentido locativo, significava “entre”, e no sentido temporal, “durante”.

De acordo com a mesma autora, *inter* podia expressar “espaço”, “companhia”, “meio”, “causa” e “modo”. Na maioria dessas acepções, *inter* foi substituído por outras preposições em português, tais como *com* e *por*. *Entre* ficou restrito a exprimir “situação intermediária” e “no interior de”.

No português arcaico, *entre/antre/ontre* manteve as duas últimas acepções acima, tal como no português atual. Rocha Lima (1992 [1972]: 373) e Cunha (1982: 525-526) atribuem a *entre* o sentido de “posição do meio” ou “posição no interior de dois limites indicados” no espaço, no tempo nocionalmente.¹ Neves (2002: 681-691) enumera várias acepções dessa preposição, fundamentando-se na semântica do verbo ou do nome adjacentes, e não na preposição em si.

Pontes (1992: 26-30) observa que *entre* é mais marcada que a preposição *em* no que diz respeito à posição no espaço, “porque é mais específica, indica uma posição no espaço intermédio entre dois pontos”. Para a autora, as preposições marcadas são “mais encorpadas fonologicamente, têm duas sílabas”, enquanto que as não-marcadas são monossílabas. A autora assinala ainda que existe um ponto de contato entre as preposições *entre* e *por*, pois ambas significam “no meio de dois lugares”. Por isso, combinam-se na expressão “*por entre* (as árvores)”. Esse fenômeno já existia no latim, permaneceu no período arcaico da língua portuguesa e ainda é produtivo no português atual.

Enquanto prefixo, o item *entre* pode ser encontrado em palavras como *entreter* e *entrelinha*. Neste trabalho, os usos prefixais de *entre* não serão estudados.

No total de dados com a preposição *entre* no século XIX, todas as ocorrências são de preposição (19 dados nos *Anúncios* e 70 nas *Cartas de Leitores aos Jornais*). Em alguns casos, *entre* aparece precedida pelas preposições *de* (*d'*) e *por*, regramaticalizando-se. No item 3, faço algumas observações a respeito dessas formas

¹ Mantenho, por ora, a terminologia adotada por esses autores.

2. Propriedades textuais de *entre*

De todos os dados examinados, apenas dois apontam para o uso discursivo de *entre*, um deles na organização de construção de tópico (exemplo 1):

(1) [RJ CJ 19 1] Asseverão-me que o muito illustre Sr. general Chagas Santos **entre** outras reformas importantes que introduzio no quartel general da côrte, mandou que não fossem mais empregadas, como ali se usava, obreias verdes e amarellas..

Nesse caso, a CT não foi deslocada para a esquerda da sentença, mas poderíamos reestruturá-la da seguinte forma:

(1a) **Entre** outras reformas importantes... o muito illustre Sr. general Chagas Santos mandou que não fossem mais empregadas... obreias verdes e amarellas.

No exemplo abaixo, a preposição *entre* constitui um SP que redobra o pronome locativo *cá*, constituindo uma expressão de valor aparentemente epilingüístico:

(2) [MG CJ 19 2] ...mas que por esse mesmo motivo deve ser considerado como possuidor das rendas necessarias, porque tudo quanto faz é para empicuar; mas vamos **cá entre nós** discutir: elle só em fallar, intrigar, e bater pernas; só em ser espião do serralho, não arranja 200\$000? o que achas?

É como se o autor da correspondência deixasse de lado um tom mais impessoal, introduzindo seu destinatário por meio da expressão negritada. Cria-se um espaço abstrato em que se situa de um lado o destinador e de outro o destinatário. Nesse espaço ocorre uma fuga do impessoal para o pessoal. O sentido de base de “*cá entre nós*” é reativado na oralidade, ao passo que, na língua escrita, essa expressão diz respeito ao lugar do discurso.

3. Propriedades sintáticas de *entre*

3.1 - Funções sentenciais

Em relação às funções sentenciais, verificou-se que *entre* pode introduzir (i) complemento oblíquo, (ii) complemento nominal, (iii) adjunto adnominal, (iv) adjunto adverbial e (v) aposto. Na tabela seguinte, pode-se observar o percentual dessas ocorrências:

Tabela 1: Distribuição de *entre* em relação às funções sentenciais

complemento oblíquo	complemento nominal	adjunto adnominal	adjunto adverbial	aposto	Total
Quantidade - percentual					
3 - 3%	6 - 6%	33 - 38%	43 - 50%	2 - 2%	87 - 100%

Exemplos:

(i) complemento oblíquo:

(3) [BA CJ 19 2] Além d'isso quando o inventariante de um casal, que goza, segundo as leis do paiz, de todas as attribuições necessarias para promover o seu augmento, zelando a sua conservação, vê que, por suggestões malignas de quem quer que seja, é inevitavel a perda dos bens sujeitos á sua administração, não deve, não póde mesmo hesitar um só momento **entre** a escolha de um desencaminhamento e a disposição de taes bens ameaçados de proxima perda.

(ii) complemento nominal:

(4) [PR CJ 19 2] entendeu não dever protestar contra a venda, pôr existirem as terras de seos constituintes na

comarca e município de Guarapuava, sendo aliás as divisas **entre** os terrenos destas duas localidades bem determinadas.

(iii) adjunto adnominal:

(5) [SP CJ 19 2] Tem o distinto professor matriculados sessenta e tantos alunos em lugar tão insignificante, que muito têm aproveitado, e de **entre** os quaes alguns ja estão bem adiantados, (...).

Neste caso, o adjunto adnominal moveu-se para antes do SN “alguns”, no qual está encaixado.

(iv) adjunto adverbial:

(6) [SP CJ 19 1] A mocidade está toda entusiasmada: **entre** os moços não se ouve fallar n’outra coisa senão em estudar com empenho para se matricular no Curso Juridico.

(v) aposto:

(7) [PR CJ 19 2] julga dever esclarecer estes factos occorridos ao Excelentíssimo governo, e aos interessados requerentes, confirmando que protestará sempre que os signatarios da petição tencionem comprar terrenos pertencentes a esta comarca, no logar denominado - Concordia - **entre** a serra da Esperança e o rio Iguassú, com o denominado - Tarypanê - , que são da propriedade particular dos seus ditos constituintes.

Observa-se, na Tabela 1, que o SP introduzido por *entre* apresenta-se mais freqüentemente na função de adjunto adverbial (50%), seguido de adjunto adnominal, (38%). A preposição *entre* nas demais funções não se mostrou muito relevante.

No que diz respeito aos itens regramaticalizados, verificou-se que *d’entre* assume apenas a função de adjunto adverbial (2

ocorrências), e *por entre*, as funções de adjunto adnominal (1 ocorrência) e adjunto adverbial (4 ocorrências). Exemplos:

(8) [BA C] 19 2] D'entre as muitas revelações feitas por s. s. sem fundamento algum, a que me obriga a vir hoje, á imprensa, é a que se refere ao mandado de prisão contra mim, sem que s. s. dissesse por que.

(9) [MG C] 19 2] Longas e tristes provas me tem compellido a esta convicção desanimadora que servir a Igreja ou aos homens que *por entre* nós pretendem governal-a, não

3.2 - Posição dos constituintes preposicionados

A posição da preposição *entre* é fortemente adsentencial, embora apareça também no interior da sentença, como se observa na tabela abaixo:

Tabela 2: Posição de *entre* na sentença²

Quantidade - percentual	
[SVO]	-
[SVO]	15 - 17%
V S / S V	14 - 16%
V ₁ V ₂	1 - 1%
[SVO]	49 - 56%
Total	88 - 100%

² (i) estou considerando aqui toda a expressão “cá entre nós” do exemplo (2) acima, e não apenas a preposição *entre*; (ii) O único exemplo de CT ocorre entre S e V; (iii) embora um dos exemplos de aposto esteja entre dois sns numa sentença equativa, preferi incluí-lo na posição V...O por uma questão metodológica; o mesmo ocorreu para um dado de *entre* introdutor de um complemento nominal numa sentença atributiva; (iv) do total de 89 dados de *entre*, excluiu-se, do quadro de posições, um exemplo dos anúncios, pois não havia verbo na sentença.

A Tabela 2 mostra que a preposição *entre* ocupa com maior frequência as margens da sentença, com 56% à direita e 17% à esquerda. Entre S e V, a preposição ocorre com 16%. As posições menos preenchidas são entre V e O, V e O e V₁ e V₂. Nenhuma ocorrência fora de SVO foi encontrada no *corpus* do século XIX. Veja alguns exemplos:

(10) [...SVO]: [SP CJ 19 2] **entre** nós porém, a iluminação da capital, parece que é mais uma penção ao contractador, com meio de vida particular do que serviço publico.

(11) V...S / S...V: [BA CJ 19 2] Ha dous annos alguns amigos meus, **entre** os quaes Vossa Senhoria tambem se achava, instaram commigo para que requeresse as honras de conego...

(12) V...O: [PR CJ 19 2] A sua folha de quarta-feira ultima publicou, **entre** os à pedido, uma chapa para a elição dos vereadores deste municipio ...

(13) [SVO...]: [RJ A 19 2] O consumo extraordinário a que attingiu, é prova sufficiente de que o publico reconheceu a sua superioridade **entre** a immensa multidão de tintas que por ahí se vendem ...

Observando agora os resultados das ocorrências da preposição *entre* na função de adjunto adverbial, tem-se a seguinte tabela:

Tabela 3: Distribuição da posição de *entre* na função de adjunto adverbial

[SVO]	V S / S O	V O	[SVO]	Total
Quantidade - percentual				
9 - 21%	7 - 16%	4 - 9%	23 - 54%	43 - 100%

A tabela acima confirma que a preposição na função de adjunto adverbial ocupa as margens da sentença com maior

freqüência (51% à direita e 21% à esquerda). Vale ressaltar que *entre* nas demais funções também apresenta maior freqüência nessas posições, sobretudo à direita.

A mobilidade de *entre* como adjunto adverbial confirma a hipótese apresentada na introdução deste trabalho: “os adjuntos adverbiais movem-se mais na sentença do que os argumentos” (Castilho, 2003).

Em relação à troca lexical e ao apagamento da preposição, verificou-se que tais fenômenos não ocorrem com *entre*. Isso talvez se deva, entre outros fatores, ao fato de ser “mais encorpada fonologicamente”, nas palavras de Pontes (1992). A forma regramaticalizada *dentre* teve escassa freqüência, por isso, não se pode falar em substituição, como se verificou com *ante*>*diante*. Talvez esses fatores sirvam de argumento para classificar *entre* no conjunto das preposições medianamente gramaticalizadas.

4. Propriedades semânticas de *entre*

A preposição *entre* pode introduzir um SP que exprime espaço, tempo e noções abstratas. A maioria dos dados mostra que *entre* tem a acepção de “no interior de um conjunto de pessoas, objetos ou idéias”, considerando um campo tridimensional, como nos exemplos (14), (15) e (16) respectivamente. Já num campo unidimensional, *entre* expressa “no meio de dois pontos extremos” no espaço físico, exemplo (17), no tempo (18) e no espaço abstrato, como em (19).

(14) [SP CJ 19 1] E como póde qualquer saber se na alta mente de Sua Excellencia foi ou não incluido **entre** as pessoas que tem direito a semelhante obsequio?

(15) [PR CJ 19 2] O chá, me parece ser, **entre** todos os productos agriculos do Paraná o mais apropriado para suas circunstancias actuaes.

(16) [RJ CJ 19 1] Asseverão-me que o muito illustre Sr. general Chagas Santos **entre** outras reformas importantes que introduzio no quartel general da côrte, mandou que não fossem mais empregadas (...) obreias verdes e amarellas...

(17) [SC A 19 1] Vende-se uns terrenos com 5 braças de frente na rua do Rosario, com fundos a rua do Alecrim **entre** as casas do cirurgião Mello, e a do Cidadão Domingos Dias de Souza Predeiros.

(18) [PE CJ 19 2] Foi isto **entre** 24 de abril e 23 de julho de 1868, periodo em que se assignalou pelos esforços em que auxiliou o governo central na afanosa luta travada nos campos do Paraguay, então n'uma phase bastante angustiosa.³

(19) [PR CJ 19 2] Quanto a propalada demissão, rio-me della, não vacillo **entre** a defeza de meus brios offendidos e as vantagens que me trazem o cargo.

Há alguns casos em que a distinção entre essas duas acepções não está muito clara, ou seja, a interpretação pode recair sobre as duas, como no exemplo (20) abaixo:

(20) [SP A 19 2] Vende-se no municipio de Pederneiras um sitio denominado Jacuba, 77 alqueires de terra alta na maior parte, (...) grande porção de madeiras lavradas para cazas, 35 porcos **entre** gordos e magros.

A próxima tabela mostra o total de ocorrências da preposição *entre* nos três casos:

³ Embora este dado não tenha sido computado no total — por ter sido encontrado numa carta de redator — serve para ilustrar a ocorrência de *entre* temporal.

Tabela 4: Distribuição dos sentidos da preposição *entre*

campo unidimensional (entre dois pontos de uma linha)	campo tridimensional (conjunto)	ambíguo	Total
Quantidade - percentual			
28 - 31%	53 - 60%	8 - 9%	89 - 100%

Esses resultados mostram que a preposição *entre* ocorre mais freqüentemente no sentido de “dentro de um conjunto” (60%). Retomando Poggio (1999), *entre* possui o sentido de “no interior de”, valor este transmitido por *in*, forma latina que originou *inter*. Com isso, conclui-se que o sentido de base de *entre* ainda é bastante produtivo nos dados do século XIX.

Para responder às questões de Castilho (2003) “Qual a freqüência dos usos prototípicos, mais concretos” e “(...) dos usos metafóricos, mais abstratos?”, procurei observar quais ocorrências da preposição *entre* se encaixam em contextos mais ou menos concretos. Nesse sentido, considero mais *concreto* quando o SP introduzido por *entre* tem o sentido de “conjunto” ou “no meio de uma linha” no espaço físico, e *abstrato* quando o “conjunto” e a “linha” são imaginários. Os resultados podem ser verificados na tabela seguinte:

Tabela 5: Freqüência da preposição *entre* em relação aos espaços físico e imaginário

linha		conjunto		linha/conjunto
Espaço físico	espaço imaginário	espaço físico	espaço imaginário	imaginário
Quantidade - percentual				
12 - 43%	16 - 57%	4 - 8%	19 - 92%	8 - 100%
Total = 28 - 100%		Total = 53 - 100%		

Observa-se que *entre* apresenta 43% para o sentido de “no meio de uma linha” no espaço físico e 57% no espaço imaginário, ou seja, estão praticamente equilibrados. Já em relação ao sentido “conjunto”, *entre* aparece com 92% para o espaço imaginário. Quando a interpretação é ambígua (em relação aos dois sentidos), a preposição é categórica no espaço imaginário.

Do espaço físico (em ambas as acepções) passa-se à representação de algo abstrato como se isso pudesse ser colocado entre dois pontos de uma linha imaginária ou dentro de um conjunto imaginário, pois tanto podemos dizer “entre a casa e a escola” quanto “entre música e literatura, prefiro a primeira” e “entre as coisas na sacola, tem um disco” quanto “entre todas as coisas que fiz, ter viajado foi a melhor”.

Considerações finais

Com base nos dados analisados, o item *entre* apresenta-se categoricamente como preposição. Apenas dois casos foram encontrados em que *entre* apresenta propriedades textuais de construção de tópico, sendo um deles na expressão “cá entre nós”.

Dentre as funções sintáticas que essa preposição assume, é a de adjunto adverbial a mais freqüente, com 50%.

No que diz respeito aos sentidos atribuídos à preposição *entre*, constatou-se que ainda carrega o sentido da preposição latina *intra* “no interior de” e “posição no interior de dois limites indicados”, os quais estou chamando “dentro de um conjunto” e “no meio de dois pontos de uma linha”, respectivamente.

Verificou-se ainda que a preposição *entre* ocorre com maior freqüência quando a linha e o conjunto são imaginários. Fica aqui uma pergunta: que item ou expressão estaria entrando no lugar de *entre* para designar “espaço físico”? Para responder a essa questão, seria necessário fazer um levantamento quantitativo e qualitativo das ocorrências de expressões como “no meio de” e “dentro de”.

Referências

CASTILHO, Ataliba T. de (2003). Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no português brasileiro: a anterioridade e a posterioridade. In: RAMOS, Jânia; ALCKMIN, Mônica (Org.). *Para a história do português brasileiro*. v. VI. (No prelo)

CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Mec/Fename, 1982.

FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. 5. ed. Rio de Janeiro: Mec/Fename, 1975.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim. Tese (Doutoramento), Salvador, UFBA, 1999.

PONTES, Eunice. *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas: Ed. Pontes, 1992.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. 31. ed. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992 [1972].

***Gramaticalização da preposição 'de',
introdutora do segundo elemento do par
correlativo comparativo.¹***

por

Marcelo Módolo

Universidade de São Paulo

Introdução

Este trabalho insere-se em uma pesquisa mais ampla, *Gramaticalização das conjunções correlativas no período medieval e no século XIX*. Nessa pesquisa, mostro que as correlações conjuncionais do português — aditiva, alternativa, comparativa e consecutiva — devem ser tratadas como um processo distinto de ligação sintática, não se encaixando, portanto, nos tradicionais processos de ligação, coordenação e subordinação. Além de teorizar sobre a diversidade da estrutura correlativa, também estudo o processo de gramaticalização dessas construções.

Desses quatro pares conjuncionais, os comparativos de desigualdade destacam-se por apresentar a preposição *de*, introduzindo o segundo termo da comparação. Meu objetivo, neste artigo, será focar a gramaticalização da preposição *de*, dentro desse tipo de estrutura sintática.

¹ Agradeço aos Profs. Ataliba T. de Castilho, Marilza de Oliveira e Mário Eduardo Viaro pela leitura crítica da versão anterior, bem como aos colegas da equipe de São Paulo do PHPB. Os erros continuam de minha inteira responsabilidade.

O *corpus* de análise se compõe de dois tipos de textos, produzidos no século XIX: anúncios de jornais, editados por Guedes e Berlinck (2000) e correspondência publicada em jornais por Barbosa e Lopes (2002).

1. As estruturas comparativas no latim e no português: breve percurso

A língua latina indicava a comparação por dois processos distintos: a) o segundo termo da comparação vinha no ablativo, como em (1); ou b) recorria-se à conjunção *quam*, conservando no mesmo caso os termos comparados, como em (2).

(1) "*Turris altior est domo*" Maurer Jr. (1967: 269) [A torre é maior do que a casa.]

(2) "*Libris Ciceronis magis delector quam Caesare*" Lipparini (1961:117) [Eu me deleito mais com os livros de Cícero do que com os de César.]²

Segundo Maurer Jr. (1967: 269), no latim vulgar o primeiro tipo de construção passou a exibir a preposição *de*. A inserção de preposições, tendência geral do *sermo plebeius*, justifica-se na medida em que essas vão assumindo o lugar dos antigos casos da declinação. Assim, a preposição *de* assumiria as antigas funções do ablativo latino nas estruturas comparativas.

Com o desaparecimento dos casos no latim vulgar, a preposição *de*, que era empregada juntamente com *a*, *ab* e *ex* nessa forma de ablativo, acabou por hipertrofiar-se, ocupando o lugar das outras. Segundo Meyer-Lübke *apud* Machado (1990: 282), "*De* invadiu consideravelmente o domínio de *ex* e *ab*, e quase acabou

² Literalmente "do que com César", o que os gramáticos chamam de *comparatio compendiaria*.

por expulsar essas duas concorrentes, conforme revelam as confusões entre as três, que apareceram no latim tardio".

Além de substituir a marca morfológica de caso, a preposição *de* tinha, conforme Bourciez (1967: 103), a função explícita de marcar um ponto de partida e a idéia de diferenciação, em estruturas como: **plus fortis de frate (c.f. aliquid de mutatione felicius, Tert. resurr.6)*. A estrutura comparativa com a preposição *de* vingou no português arcaico, correlacionando-se *de* com "may(i)s" e "menor", como mostram (3), (4) e (5):

(3) "por h*a dona, se me ualha Deus,/ que depois uiron estes olhos meus,/ que mh-a semelha muy mays d'outra rem. *Apud* Nunes (1943: 226)

(4) (...) que oi dizer/ que aquela por que trobad' auedes/ e que amastes uós mais d'outra rrem/ que uos morreo, (...) *apud* Nunes (1943: 271)

(5) "E sabede que non foi menor de seu padre" Graal. *Apud* Borba (1965: 185)

Em todo caso, seria necessário entender por que foi escolhida a preposição *de* para indicar a comparação. Trato disso no próximo item.

2. O aparecimento da preposição *de* no par correlativo-comparativo

2.1. Do ablativo latino para a preposição portuguesa

Segundo Riemann (1927: 136) "La fonction propre de l'ablatif est remarquer le *point de départ*, l'endroit d'où quelque chose est éloigné ou séparé."

No português arcaico, segundo Dias (1959: 125), também na comparação "A prepos. (de) designa o ponto d'onde as cousas se observam":

(6) "todollos christãos pouco **menos de** dous mil foram trazidos aas mãos dos barbaros (*Mil. de S^o. Ant.*, 20)

Vimos mais acima que Bourciez (1967) atribuía à preposição *de* das estruturas comparativas justamente a função de marcar o ponto de partida e a idéia de diferenciação.

Por extensão do traço semântico "ponto de partida", as gramáticas latinas tratam de um ablativo de separação (antiga classificação do ablativo comparativo), no exemplo a seguir:

(7) Paulus maior est Petro³

Nesse caso, o ablativo marca o ponto de partida da comparação, ou seja, Pedro. Portanto, se há um ponto de partida para a comparação, conseqüentemente se visualiza a separação, o afastamento em relação ao outro ente comparado: Paulo.⁴

Em uma tradução literal, teríamos algo como:

(8) Paulo é particularmente grande, partindo-se de Pedro (como comparação).

O sentido atual, "Paulo é maior do que Pedro", seria derivado desse "sentido base". E não, portanto, um cruzamento sintático de (1) e (2) como já afirmaram alguns gramáticos, dentre

³ O sufixo "o", de "Petro", tem aqui uma hierarquia mais alta sobre o radical a que se aplica, uma vez que esse sufixo especifica uma leitura diferente da sentença.

⁴ Esse mesmo raciocínio encontrei em Allen e Greenough (1903):"406. The comparative degree is often followed by the Ablative¹ signifying than: — Cato est cicerone eloquentior, Cato is more eloquent than Cicero. Note: 1) This is a branch of the Ablative of Separation. The object with which anything is compared is the starting-point from which we reckon. Thus, "Cicero is eloquent"; but, starting from him, we come to Cato, who is "more so than he".

eles Nunes (1928: 172-175), Pereira (1915: 381), com argumentação sempre na esteira de Moreira (1907).⁵

Se realmente fosse um cruzamento sintático, pressuporíamos a existência da locução conjuntiva *de que* (resultante de *mais...de x mais...que*) no português arcaico e isso não ocorre, segundo Maurer (1967).

2.2. Do Dequeísmo na locução conjuntiva *de que*

Estudando a presença da locução conjuntiva comparativa *de que* em materiais do NURC-SP, Mollica (1995) observa sua insignificância em termos quantitativos. Isso talvez se deva à variante não *standard* "de que" (em oposição à *que, do que* consideradas como *standards*) ser muito marcada socialmente.

Com base nesses resultados, a autora sugere que a variante *de que* teria sido introduzida na língua portuguesa por analogia a outras estruturas Dequeístas. Com as palavras da própria autora:

A pesquisa anterior formulou a hipótese de que tal variação ("de que" comparativo) tenha sido introduzida na língua por analogia a estruturas Dequeístas o que mais tarde fora efetivamente constatado. Mollica (1995: 68).

Ainda segundo a pesquisadora, ao contrário do que comumente se acredita, o Dequeísmo sempre existiu no português:

Como já afirmei, do processo de varredura do material sonoro em vários *corpora*, do português do século XX e do português em vários séculos de história, constatei que o Dequeísmo existe no português desde sempre. Mollica (1995: 40) (Grifo meu.)

⁵ MOREIRA (1907) foi o pioneiro a propor essa hipótese, muito seguida por gramáticos brasileiros e portugueses.

Salvo erros tipográficos, encontrei exemplos em Ferreira Netto (2001) e Maurer Jr. (1967: 277) que corroboram com a afirmação acima.

(9) Quem há de dizer que uma menina de sua idade sabe **mais de que** muitos homens que aprenderam nas academias?" Alencar, José de. *Senhora*. *Apud* Ferreira Netto (2001).

(10) (...) que para o Verbo mostrar ao mundo a inteireza da sua igualdade e a perfeição da sua semelhança, foi conveniente que fizesse **mais de que** o Padre fizera." VIEIRA, Padre Antônio. *Sermão de Santo Inácio, fundador da Companhia de Jesus*. Lisboa: Real Colégio de S. Antão, 1669. *Apud* Ferreira Netto (2001).

(11) Em todos os instantes nas decepções e nos entusiasmos, levantando o nosso ânimo e multiplicando as nossas forças, **mais de que** qualquer outro amparo ou guia, foi a Esperança valimento nosso." KUBISTCHEK, Juscelino. *Discurso a operários, na inauguração de Brasília*, 1960. *Apud* Ferreira Netto (2001).

(12) Não admira, pois, que o nosso conferente de hoje tenha escrito num dos seus mais formosos livros: "Uma região pode ser politicamente **menos de que** uma nação. Mas vitalmente e culturalmente é **mais de que** uma nação; é **mais fundamental de que** a nação como condição de vida e como meio de expressão ou de criação humana" (Interpretação do Brasil, p. 140)."⁶ FREIRE, Gilberto. *Apud* Ferreira Netto (2001).

⁶ Teria escrito Gilberto Freire no texto referido pelo Doutor Álvaro J. da Costa Pimpão, nas palavras de apresentação, proferidas como Director do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra, antes do Freire palestrar sobre o tema: *Em torno de um novo conceito de tropicalismo*.

(13) **Mais acendem de que** apagam a sêde recrescente. (Latino Coelho, Vasco da Gama, vol. II, pág. 29) *apud* Maurer Jr. (1967: 277)

(14) Só teríamos inveja a quem o fôsse **menos de que** nós (A. A. Teixeira de Vasconcelos, em artigo sôbre Latino Coelho reproduzido em uma edição de *Fernão de Magalhães*, do referido escritor luso). *Apud* Maurer Jr. (1967: 277).

(15) **Mais dadas de que** outras à exibição de distinções exteriores. (Otoniel Mota, *Valor*, p. 57) *apud* Maurer Jr. (1967: 277).

Para discutir a gramaticalização da preposição *de* nas construções do par correlativo-comparativo, analisei essas estruturas no século XIX. Os resultados acham-se na terceira parte deste trabalho.

3. Sintaxe da preposição *de* como introdutora do segundo elemento do par correlativo comparativo

Nesta seção, analiso as construções em que aparecem as locuções *mais de*, *menos de* e *antes de* (3.1.), as conjunções *mais de que*, *menos de que* e *antes de que* (3.2.) e as conjunções *mais do que*, *menos do que* e *antes do que* (3.3.).

3.1. mais de, menos de e antes de

Nos textos analisados, as "locuções prepositivas" *mais de* e *menos de* são bastante produtivas e — em sua totalidade de exemplos — vêm antepostas a números e gramaticalizadas, com valor adverbial de *acima de* e *abaixo de*. Essas "locuções" passam a funcionar como delimitadores. Delimitadores são aqui entendidos como adverbiais que modalizam o *dictum*. Segundo a terminologia

adotada por Moraes de Castilho (1991: 94)⁷, posso classificá-los como “delimitadores aproximadores” pois “o falante, por assim dizer, compara o item verbalizado com uma espécie de ‘pauta categorial’ e conclui que a significação que ele contém é aproximativa, não tem limites exatos, (...)”.

Exemplos:

(16) Poderão negar que existem **mais de** 100 casas cobertas com telhas? [BA/SA CJ 19 2]

(17) Vm. bem sabe, que as fazendas são caríssimas; uma samarra de lila, ou de pano não importa **menos de**⁸ 5c\$ rs ou 6c\$: as meias de ceda importão de 4\$ rs. a 6\$rs. o par. e este par de meias não dara um mez. [SP/SP CJ 19 1]

(18) Como já lhe disse preterio(sic) ao Gustavo *que tem gasto mais de dois contos de réis com a política da Rua do Paço, (...)* [RJ/RJ CJ 19 2]

(19) Por outro lado, bordou as margens das tres grandes veias d'agua que, depois de baixarem **mais de** dois terços do territorio da provincia vão se derramar na immensa bacia do Prata, (...) [PR/LO CJ 19 2]

Já *antes de* aparece gramaticalizada com valor adverbial de “em tempo anterior”. Exemplo:

(20) (...) regressando Pedro **antes de** terminados os dous annos do primeiro registramento desses mesmos animaes;

⁷ A autora não registrou, em sua dissertação, “mais de”, “menos de” e “antes de” como delimitadores aproximadores, o que demonstra ainda que essas construções foram pouquíssimo estudadas.

⁸ No século XIX, não se mostraram produtivos os adverbiais delimitadores *mais que*, *menos que* e *antes que*, gramaticalizações do segundo tipo de comparação, isto é, (2). Ex.: Pedro tem *mais que* 30 anos, Pedro tem *menos que* 30 anos.

fará figurar como vaqueanos isentos do pagamento do imposto, o duplo dos animaes que anteriormente dissera terem la ficado. [PR/LO CJ 19 2]

Na base desses modalizadores, observa-se uma preposição de caráter partitivo, seguindo a interpretação de Gili e Gaya (1975: 252) sobre essas construções: "Cuando nos referimos a parte de alguna cosa o cantidad, la preposición *de* comunica a la expresión sentido partitivo: *bebimos de aquel vino; algunos de vosotros; diez de los reunidos votaron en contra*. De aquí el uso comparativo cuando se trata de cantidades: *más de ciento; menos de dos docenas; más de dos horas*."

Talvez pudésemos supor nas sentenças (16-19) uma comparação mais subjetiva (abstrata) do que formal (matemática), pois um dos termos comparados não vem expresso. Por exemplo, (16) insinua a comparação com um número menor de 100 casas cobertas com telhas. Como bem já salientou Ducrot (1977) "Tudo na língua é comparação ou, pelo menos, muita coisa — muito mais do que se pensa habitualmente".

No português atual, conforme Moura Neves (2000: 898), as construções comparativas sentenciais são compostas por uma sentença matriz e uma sentença comparativa, que constitui um segundo termo de comparação em relação à sentença matriz (ou, mais especificamente, a um constituinte dela). Ainda segundo a autora, as construções comparativas são de dois tipos principais: a) construções comparativas correlativas, como em (21); e b) construções comparativas não-correlativas, como em (22).

Exemplos:

(21) As palavras expressam **mais do que** dizem. (PSI) p. 898

(22) Se nos bailes a Bandeirantes cometeu erros de imagem, no desfile das escolas esteve também, **como** a Globo, quase perfeita. (AMI) p. 900

Analisando essas construções correlativas, verifica-se sempre a intensificação ou quantificação de um elemento da sentença tida como matriz. Nesse caso, há uma intensificação da ação processada pelo verbo, por meio do advérbio *mais*.

Já as construções não-correlativas não possuem nenhum elemento intensificado ou quantificado na sentença matriz e começam a segunda sentença por uma conjunção ou elemento conjuntivo.

Trato das construções correlativas em 3.2. e 3.3.

3.2. mais de que, menos de que e antes de que

Raríssima é a presença dessas locuções nos textos analisados do século XIX, nos quais documentei apenas um único exemplo:

(23) Há uma economia enorme de corrente electrica e além disso esses tubos de papel são **mais baratos de que** todos os outros. [BA/SM A 191]

Talvez isso se deva, como explicado em 2.2., à variante não *standard* “de que” ser estigmatizada socialmente.

3.3. mais do que, menos do que e antes do que

O português do século XIX conserva a preposição *de* em construções comparativas, combinando-as — na maioria dos exemplos — com o pronome demonstrativo *o*.

Exemplo:

(24) (...) e concerta qualquer umbrella, vende os objectos acima mencionados por preço **mais commodo do que** em outra parte, os freguezes acharão uma grande differença no preço. [BA/SM A 19 1]

Esse tipo de construção (24) é muito produtivo no século XIX. Do *corpus* analisado, encontrei um total de 66 comparações correlativas. Desse total, 58 (87,87%) ocorrências abonadas com *mais...do que*, 5 (7,57%) ocorrências com *menos...do que* e 3 (4,54%) ocorrências com *antes... do que*.

Esses elementos conjuntivos correlacionam dois sintagmas (Sint.—Sint.), duas sentenças com verbos expressos (S—S)⁹ e duas sentenças com o verbo da segunda sentença elíptico, por conta de paralelismo gramatical (S—S-v).

Do total de 66 ocorrências, tenho as seguintes distribuições:

Quadro 1: A preposição *de* no par correlativo-comparativo no século XIX

	mais... do que	menos... do que	antes do que	TOTAL
	Número - percentual			
Sint. - Sint.	13 - 22,4	1 - 20	0	14 - 21,2
S - S	30 ¹⁰ - 51,7	1 - 20	1 - 33,3	32 - 48,5
S - S - v	15 - 25,9	3 - 60	2 - 66,7	20 - 30,3
TOTAL	58 - 100	5 - 100	3 - 100	66 - 100

Se as locuções prepositivas *mais de* e *menos de* antecedem regularmente um sintagma quantificado e ganham, assim, o estatuto de delimitadores, as conjunções *mais do que* e *menos do que* ocorrem no *corpus* com a função de ligar sentenças. Observe que se somarmos os dados de (S—S) com (S—S-v), chegamos a 45 ocorrências, o que equivale a 77,6%. Assim, hipotetizamos que, embora a locução *mais do que* ligue sintagmas, ela caracteriza-se por ligar sentenças, gramaticalizando-se, portanto, como conjunção.

⁹ Às vezes, a segunda sentença aparece com verbo vicário.

¹⁰ Duas dessas construções elidem o verbo *ser* na primeira sentença.

Negando a hipótese do cruzamento sintático, hipotetizamos que a locução *do que* se formaria da seguinte maneira: a) por analogia às construções do tipo (3, 4 e 5), nas quais a preposição *de* funciona como introdutora do segundo elemento da comparação; b) unindo-se a preposição com o demonstrativo neutro *o*, nesse caso o segundo elemento da comparação; e c) finalmente, o demonstrativo funcionando como antecedente de uma oração relativa.

Essa é a mesma opinião de Leopoldo Pereira *apud* Coutinho (1974: 243):

Êste fato é de outra maneira explicado por Leopoldo Pereira: “*Do que* não é propriamente locução conjuntiva como geralmente se diz. Em português, a preposição *de* (como em italiano *di*) rege o complemento pelos adjetivos comparativos, e o pronome *o*, que se contrai com ela, invariável. Exs. ‘Tem o lugar maior antiguidade da que lhe dão as lembranças’. (Fr. Luís de Sousa). ‘Inda são mais embaraços dos que eu quisera comigo’ (Sá de Miranda). ‘Compreendem muito mais gerações das que Ptolomeu determinou’. (João de Barros). Na linguagem moderna, o pronome demonstrativo se imobilizou na forma masculina (aliás neutra do singular, e dizemos — maior antiguidade do que (daquilo que) lhe dão as lembranças”.

As etapas de gramaticalização são exemplificadas abaixo:

3.3.1. O *o*, pronome demonstrativo neutro, funcionando como o antecedente de uma sentença relativa;

(25) Hoje gastamos **mais do que** vendemos, nossa venda é menor que a despesa e estamos a braços com duas republicas; uma pobre em homens e recursos e outra pobre de recursos, porém rica em homens. [SP C] 19 2]

A locução conjuntiva *do que* = prep. *de* + pronome demonstrativo neutro *o* + *que* pronome relativo daria à frase a seguinte interpretação: **Hoje gastamos mais daquilo que**

vendemos (...) < Hoje gastamos mais que o que vendemos...¹¹

(26) De forma que, pelo que lhe digo, fique você sciente que nada me falta e tenho **mais do que** preciso. [SP CJ 19 2]

3.3.2. Em um segundo momento, o pronome demonstrativo neutro *o* se generalizaria, empregando-se mesmo nos casos em que o termo comparado era do gênero masculino ou feminino e do número singular ou plural. Ressalva-se que, ainda nessa segunda fase, a locução conjuntiva **do que** é empregada somente quando se correlacionam sentenças;

(27) Ninguém poderá negar que os signaes feitos no forte do mar são hoje em dia incomparavelmente **mais exactos e promptos do que** os que ha poucos annos se faziam; (...) [BA/SA CJ 19 2]

(28) E demais um mercado no centro da cidade é muito **mais conveniente do que** collocado quasi que em um arrebaldó, (...) [SP CJ 19 2]

3.3.3. Em uma terceira fase, a locução *do que* não seleciona mais seus traços semânticos primitivos, generalizando-se como introdutor de qualquer complemento do comparativo de desigualdade.

¹¹ Segundo DIAS (1959: 171) "Consoante ao que se lê no § 167, a, 2, dizia-se, e diz-se, correctamente, v. g.: vi mais do que desejaria por vi mais que o (= aquillo) que desejaria (cf. nos Lusiadas, [II, 9]: .. notarão/muito menos d'aquillo que querião). D'ahi por confusão*, vem do que a tomar o lugar da simples partícula comparativa que.

* N.T. A. "Confusão", aqui, é empregada próxima do sentido latino que essa palavra possuía: lat. *confusio*, *onis* 'ação de juntar, reunir, misturar'. Não é, portanto, o sentido atual.

(29) Os estrangeiros são, em geral, amigos do Brazil, e alguns até **mais amigos do que** muitos nacionaes, (...) [SP/SP CJ 19 2] (Correlação intersintagmática.)

(30) (...) bem feito, boa dentadura, topéte na testa, tem um signal de uma ferida que teve no tornozêlo do pé esquerdo, que ficou **mais grosso do que** o outro, saõ com camisa, siroula de algodão, e um surtum de panno azul: Quem o pegar pôde avisar ao dicto senhor para o procurar e pagar a despeza. [SP/SP A 19 1]

(31) Depois, o amor é extremamente, demasiadamente pueril, e até extravagante; é **mais lyrico do que** épico, escreve **mais dithyrambos do que** historias, compoe **mais poemas do que** tratados de philosophia; emfim não apresenta <<novas doutrinas; (...) [PA/ CR CJ 19 2]

No que concerne à gramaticalização da preposição *de*, recupero os estudos clássicos que vêem no ablativo o ponto de partida da comparação e que focaliza o afastamento de X em relação a Y, ente comparado.

Assim, tenho a macrocategoria espaço, distância entre duas pessoas [(no caso i) Pedro e (ii) Paulo] > comparação. Portanto, a comparação prevê uma separação, uma distância entre os seres comparados¹² e o segundo elemento (da comparação) seria sempre justaposto.

Destaco ainda que a direção da comparação, nas construções latinas, é diferente do português do século XIX (ou mesmo do português atual): primeiramente focalizaríamos o segundo termo em comparação com o primeiro, como se vê pelo termo marcado com o caso.

¹² Ver também JESPERSEN (1955: 250) With comparisons of inequality the degree of difference (the distance) is often indicated, e.g. "he is two years older than his brother"; also with by; in Latin the ablative is here used, in G. frequently um, etc. (Sublinhado meu.)

Conclusões

A gramaticalização da preposição *de*, como introdutora do segundo elemento do par correlativo comparativo, concretizou-se, de início, na medida em que essa preposição assumiu as funções do ablativo latino de separação.

Ao assumir o lugar desse ablativo, *de* — já no português arcaico — passa a reger sintagmas comparativos correlacionados e, igualmente, sentenças comparativas correlacionadas.

Em seguida, por analogia com essas construções do português arcaico, *de* contrai-se com o pronome demonstrativo neutro *o* — o segundo elemento da comparação — e passa a reger principalmente sentenças. Os dados mostram essa ligação ainda muito produtiva no século XIX, conforme o Quadro 1: "51,7% para S—S" e "25,9% para S—S-v".

A locução conjuntiva *do que* então se gramaticaliza, seguindo as seguintes etapas:

- i - correlacionando sentenças, com um pronome demonstrativo retomando formas marcadas com traços de gênero e número;
- ii - correlacionando sentenças, com o pronome demonstrativo *o* retomando formas não marcadas com traços de gênero e número;
- iii - perda da função pronominal do elemento *o*.

Finalmente, a preposição *de* teria permanecido com caráter partitivo em adverbiais delimitadores como *mais de*, *menos de* e *antes de* no século XIX.

Referências

- ALLEN; GREENOUGH. *New latin grammar for schools and colleges*. Boston: Ginn and Company, 1903.
- BARBOSA, Afrânio; LOPES, Célia (Org.). *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. (versão digitalizada)

- BORBA, Francisco da Silva. Empregos ibéricos da preposição *de*. *Revista Alfa*. Marília, FFCL de Marília/Departamento de Letras. n. 7 e 8, março-setembro, 1965.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. A gramaticalização. *Estudos linguísticos e literários*, n. 19, Salvador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, EDUFBA, março de 1997. 286 p.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva. *Sintaxe histórica portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1959.
- DUCROT, Oswald. Dizer e não dizer — Princípios de semântica linguística. São Paulo: Cultrix, 1977.
- FERREIRA NETTO, Waldemar (Org.). *Corpus experimental do português*. São Paulo: FFLCH-USP, 2001. (CD único)
- GILI; GAYA, Samuel. *Curso superior de sintaxis española*. 4. ed. Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1975.
- GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade (Org.). *E os preços eram commodos: anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- HOUAISS, Antônio et al. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. (s.l.) Instituto Antônio Houaiss/Editora Objetiva, 2001.
- LIPPARINI, Giuseppe. *Sintaxe latina*. Tradução e adaptação de Alípio R. Santiago de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1961.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- MAURER JR., Theodoro Henrique. A origem da locução conjuntiva “do que” introdutora do segundo termo da comparação em português. In.: AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de (Org.). *Estudos Filológicos. Homenagem a Serafim da Silva Neto*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1967.
- MOLLICA, Maria Cecília. *De que falamos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ, 1995.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. *Os delimitadores no português falado no Brasil*. Dissertação (Mestrado), Campinas, IEL-Unicamp, 1991.
- MOREIRA, Júlio. *Estudos de língua portuguesa*. Lisboa: [s. ed.], 1907. v.1.
- NUNES, José Joaquim. *Crestomatia arcaica*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943.
- NUNES, José Joaquim. *Digressões lexicológicas*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1928.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática histórica*. 4. ed. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1915.
- RIEMANN, Othon. *Syntaxe latine*. 7. ed. revista. Paris: Klincksieck, 1927.

Complementos verbais introduzidos pela preposição 'a'

por

Marilza de Oliveira

Universidade de São Paulo(USP)

1. Introdução

Muitos trabalhos têm apontado a perda da preposição *a* no PB.¹ Duas são as tendências: a substituição de *a* por *em* ou *para* e o mero apagamento de preposição. A substituição ocorre com verbos de movimento (Guedes e Berlinck, 2001) e com verbos dativos ditransitivos (Berlinck, 1997, 1999, 2000a; Gomes 1998; Torres Moraes, 2001). O apagamento da preposição é observado no contexto de objeto direto preposicionado (Ramos 1989 e 1992), nas construções perceptivas e causativas (Duarte e Gonçalves, 2001) e com verbos dativos (Nascentes, 1953; Scher 1996; Gomes, 1998).

Neste trabalho pretendemos analisar a mudança no uso da preposição introdutora de complementos para averiguar o contexto lingüístico que deu início ao processo de mudança (= perda da preposição *a*), com o objetivo de contribuir para a formação de uma hipótese geral de mudança lingüística. O *corpus* é constituído de cartas enviadas aos jornais e anúncios publicados nos jornais do século XIX.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: na primeira parte, tratamos da função da preposição dentro da abordagem da Gramática Gerativa; na segunda parte, apresentamos os contextos lingüísticos escolhidos para a análise

¹ Excluímos os casos em que a preposição carrega a noção de origem e/ou genitivo: “Fugiu um escravo a Joaquim”.

da preposição *a* e as hipóteses de trabalho; na terceira parte, fazemos uma análise descritiva dos dados do século XIX, e, por fim, alinhavamos algumas hipóteses de mudança.

2. Função da preposição: atribuição ou realização de Caso; atribuição de papel temático

2.1 - A questão do Caso:

Dentro da abordagem gerativa, faz-se a distinção entre Caso abstrato e caso morfológico. Todas as línguas estão sujeitas a um sistema nuclear de atribuição de Caso abstrato, mas somente algumas delas manifestam a realização morfológica de caso.

No que concerne ao Caso abstrato, assume-se que todo NP lexical deve receber Caso, princípio conhecido como Filtro do Caso. Há quatro formas de atribuir Caso abstrato a um NP: 1) a flexão verbal dá Caso nominativo ao NP sujeito; 2) o verbo dá Caso acusativo ao NP objeto; 3) a preposição dá Caso oblíquo a seu complemento; e 4) nomes e adjetivos atribuem Caso genitivo ao NP que os segue.

Os Casos nominativo e acusativo são independentes da atribuição de papel temático. São atribuídos configuracionalmente. Os Casos oblíquo e genitivo são Casos inerentes, no sentido de que eles estão associados à atribuição de papel temático. O NP recebe papel temático e Caso do mesmo elemento:

(...) inherent Case is assigned by α to NP if and only if α \mathcal{S} -marks NP, while structural Case is assigned independently of \mathcal{S} -marking (...) (Chomsky, 1986: 193)

Chomsky (1986: 194) ainda estabelece uma diferença entre os dois Casos inerentes (oblíquo e genitivo) ao propor a distinção entre atribuidor de Caso e realizador de Caso. O Caso oblíquo é atribuído pela preposição, responsável também pela atribuição de papel temático ao NP (1); o Caso genitivo é atribuído pelo N (ou

A), categoria responsável também pela atribuição de papel temático, mas é realizado morfológicamente pela preposição (2):

(1) nossa promessa a José

(2) A construção **de**+a casa

Em (2) a preposição é um elemento “dummy”, isto é, não tem conteúdo lexical pleno, portanto, não pode atribuir papel temático ao NP e, como tal, não atribui Caso ao NP.² A inserção da preposição “de” é uma regra *default* e só se aplica quando não há outra preposição que atribua o papel temático:

(2a). a [construção [a cidade]]

(2b). a [construção [**da** cidade]]

Em (2a) o Caso genitivo é atribuído ao NP [a cidade] pelo N *construção* e em (2b) o Caso genitivo é morfológicamente realizado através da inserção da preposição “de”. Como marcadora de caso ‘morfológico’, a preposição pode ser considerada uma marca flexional, como as de número, pessoa e gênero (Chomsky, 1982). Trata-se de um mecanismo específico que pertence à gramática periférica e não nuclear, caracterizando, assim, uma determinada língua. Diferente é o caso da preposição *a* em (1), pois aí a preposição atribui papel temático alvo e atribui Caso oblíquo ao NP, mecanismo que caracteriza as línguas, de um modo geral, enquadrando-se na gramática nuclear.

2.2 - A questão do papel temático: atribuição X transmissão

A atribuição do papel temático é regulada pelo Critério Temático:

² Dentro do modelo minimalista, o Caso é checado ou verificado com uma categoria funcional.

a. Todo argumento deve receber um e só um papel temático;

b. Todo papel temático deve ser atribuído a um e só um argumento.

O papel temático é atribuído por categorias lexicais. Fiquemos com a preposição. Dentro da definição das categorias em termos de traços [6N, 6V], a preposição é considerada uma categoria lexical [-N, -V].³ Como categoria lexical, a preposição atribui papel temático ao NP (Chomsky, 1981, 86). Essa proposta dá conta da agramaticalidade da sentença (3) na ordem canônica:

(3) *Eu vim __ Paris.

Nessa sentença a agramaticalidade está associada ao fato de que o NP *Paris* não recebe papel temático.

Larson (1988) propõe que em alguns casos, os “bare-NP adverbs”, o papel temático é oriundo das propriedades do núcleo do NP, e não da preposição:

(4) I saw John [NP that day]

O NP [*that day*] pertence à classe de NP advérbios marcada pelo traço F (= tempo, lugar, modo, etc.), isto é, possui um traço [+F] herdado do núcleo. Isto significa que o NP recebe papel temático de acordo com seu traço semântico intrínseco. Nestes casos, a preposição tem a função de tornar visível o traço [+F]. Ela não atribui papel temático, apenas realça, torna proeminente um traço semântico do próprio NP.

Voltando à sentença (3), parece-nos que a proposta de Larson dá conta do papel temático secundário [locativo], intrínseco ao Nome *Paris*. Entretanto, não dá conta do papel

³ Remeto o leitor a Berg (1998) para uma discussão a respeito da natureza categorial da preposição.

temático primário [meta] ou [fonte], nos termos de Guerón (1985).⁴ Nesse sentido, pode-se assumir que a agramaticalidade de (3) não está na falta de visibilidade do papel [locativo] causada pela ausência da preposição, mas na falta de marcação do papel temático primário [meta] ou [fonte] do complemento-NP do verbo de movimento.⁵

Dentro da abordagem Princípios e Parâmetros, as categorias funcionais passam a ter um papel central na estrutura sentencial. Elas são responsáveis pela definição das gramáticas particulares:

(...) a variação paramétrica se reduz, em grande parte, à variação nas propriedades lexicalmente especificadas das categorias funcionais (...) (Ouhalla, 1991: 3)

É dentro desse cenário que Ouhalla propõe que a preposição tem a função de transmitir e não de atribuir papel temático ao NP. Nessa perspectiva, a atribuição do papel temático é feita pelo Verbo ou pelo Nome ao PP, que, por sua vez, o transmite ao NP.⁶

Atribuidora ou transmissora de papel temático, tem-se que a preposição possui função relevante no que concerne à questão do papel temático. Diferente é o caso das preposições *dummy* que, por não terem conteúdo lexical pleno, não podem atribuir ou

⁴ Guerón distingue papéis temáticos primários (agente, tema, alvo, fonte e meta) dos papéis temáticos secundários (benefactivo, locativo). Os papéis temáticos primários são obrigatoriamente atribuídos; os secundários podem ser atribuídos ou não, dependendo da atuação de outros fatores, inclusive pragmáticos.

⁵ Assim como 'Paris' tem apenas traço mais geral (= locativo), o verbo *vir* também não especifica se o movimento é meta ou fonte. A preposição parece ser crucial para o estabelecimento desses papéis temáticos.

⁶ Transmissão de papel temático não se confunde com realização de Caso.

transmitir papel temático ao NP. A sua função é apenas a de realizar o Caso.

3. Hipótese de trabalho

Há três linhas de análise da preposição *a* no português: 1) a preposição *a* tem conteúdo lexical e como tal atribui papel temático ao argumento selecionado pelo verbo (Scher, 1996); 2) a preposição *a* é uma preposição *dummy*, portanto, não atribui papel temático. Sua função é a de atribuir Caso dativo⁷ ao argumento selecionado pelo verbo. Trata-se de um Caso atribuído configuracionalmente (Figueiredo e Silva, ms); 3) a preposição *a* que introduz o objeto direto preposicionado é um marcador *dummy* e tem a função de realizar morfológicamente o Caso (Ramos, 1989 e 1992).

Neste trabalho, pretendemos analisar o uso das variantes [a], [zero], [para] e [em] nos documentos do século XIX (anúncios e cartas enviadas aos jornais), a partir dos seguintes contextos lingüísticos:

a. Verbos de movimento simples:

(5) Ao meio dia chegou a locomotiva na Mooca (SP1865)

b. Verbos de movimento híbrido. A entidade pode ser movida em direção a um lugar ou em direção a uma pessoa:

(6) Eis ahi a carta que elle dirigio ao Arcebispo (MG1895)

(7) dirigi-me então à loja (SP1857)

c. Verbos dativos:

⁷ O termo dativo é usado para Caso oblíquo atribuído pela preposição “a” ao objeto indireto. Estamos adotando esse termo de agora em diante.

(8) pedindo ao Excelentíssimo governo compra de fachinaes (PR1879)

d. Verbos causativos e perceptivos:

(9) eventualidades que fez ao referido Cardoso regeitar o chá (SP1841)

e. Objeto direto preposicionado:

(10) se pretendeis nutrir vigorosamente a vossos filhinhos... (RJ1873)

Considerando a especificidade da função da preposição em cada construção, levantamos as seguintes hipóteses para o aparecimento das variantes da preposição *a*:

A variante *em*, com verbos de movimento, ocorre apenas com nomes com o traço [+fechado], como o propõe Mollica (1996) para o PB contemporâneo;

A variante *para* com verbos dativos tenha entrado no sistema a partir das construções com verbo de movimento em que a direção da entidade movida é marcada com o traço [+pessoa] (*trouxe o livro para o Paulo*), atingindo primeiro os argumentos benefactivos (*comprei o livro para o Paulo*) e, posteriormente, os argumentos com o papel meta (*dei o livro para o Paulo*);

Hipotetiza-se que os complementos substituíveis por *a ele* (*recorrer a ele/*lhe*) sejam mais resistentes às duas variantes (0 e *para*). Os complementos que podem ser cliticizados por *lhe* (*obedecer-lhe*) são os que sofrem variação e mudança, dado o processo de desaparecimento dos clíticos e de apagamento do objeto direto (Omena, 1978; Duarte, 1986; Cyrino 1993, 1994 e 2000; entre outros);

Temos como hipótese que objetos diretos preposicionados e construções causativas/perceptivas introduzidas pela preposição

'a' tenham baixa frequência, devido ao alto índice (90%) da ordem SVO no século XIX (Berlinck, 1989 e 2000).

4. Análise descritiva dos dados no século XIX

4.1 - Verbos de Movimento

Concentramo-nos no estudo de dois verbos de movimento: *ir* e *chegar*. A análise da preposição com esses verbos de movimento teve como finalidade analisar os seguintes aspectos:

1) Há variação no uso da preposição? Quais as preposições usadas com valor meta?

2) A preposição pode ser apagada?

Obtivemos o seguinte quadro de preposições no século XIX, de acordo com o tipo de verbo de movimento:

Tabela 1: Tipo de verbo X tipo de preposição: anúncios e cartas

	A	EM	PARA	ZERO	TOTAL
	Número – percentual				
IR	19 - 67,8	1 - 3,6	8 - 28,6	-	28
CHEGAR	32 - 84,2	6 - 15,8	-	-	38
TOTAL	51 - 77,3	7 - 10,6	8 - 12,1	-	66

Não houve nenhum caso de omissão de preposição com os verbos de movimento. O verbo *ir* apareceu com os três tipos de preposição, como sugerem os exemplos:

(11) Valle mais ir alli ao rio buscal-a (SP1862)

(12) ...annuncia a todos (...) que quizerem hir para a sua loje (SP1829)

(13) Quem no mez de setembro findo por occasião de ir na Capela de Santo Antonio de Arguim cazar uma filha.... (BA1832)

Note-se, porém, que no único caso em que a preposição *em* ocorre com o verbo *ir*, ela antecede um elemento nominal com valor [+fechado], conforme os resultados de Mollica (1996) para o PB culto do século XX.

A preposição *para* ocorreu nos seguintes contextos:

(14) e folgariamos que no proximo seguinte anno de 1828 começassem a ir alguns jovens Paulistas **para** os paizes illustrados. (SP1827)

(15) E' captivo de homem rico, podia ir **para** uma chacara, e não se largar ali em um quarto, em uma rua tão caminhada. (SP1863)

(16) Agora é que se percura os pobres como Manduca p'ra ir **p'ra** as guerras; (SP1865)

(17) mas não foi, nem vão **para** o Mexico, tomar posse da sua pasta. (BA1830)

Além dos exemplos acima, em que se registra o uso da preposição *para*, atestamos a presença de 4 ocorrências de *para* com valor direcional. Todos eles ocorrem com o verbo *ir*. Entretanto, nesses casos o verbo *ir* não apresenta o movimento propriamente dito⁸ (veja também Coelho, 2002), como sugerem os exemplos abaixo:

(18) opode procurar na sua casa rua de S.Joaquim, indo **para** Santa Anna (RJ1809)

⁸ O verbo *mudar* tem comportamento semelhante ao verbo *ir* nesses contextos, pois apresenta apenas a idéia de direção: 'mudou-se da rua... para a rua direita' (SP1874).

(19) estrada que vai **para** Jundiay (SP1828)

(20) Vende-se uma chacara... á direita da estrada que vai **para** o Campo magro (PR1854)

(21) e como fosse **para** a Villa de Sanctos...(SP1829)

Nestes casos, tem-se a explicitação de direção sem movimento. É bastante provável que o uso de [para] tenha se originado destas construções e tenha se expandido para contextos com movimento.

Quanto ao uso da preposição *a*, São Paulo, Minas e Bahia apresentam uma taxa acima de 70%. De todas as localidades, o Rio de Janeiro é a que apresenta a mais baixa frequência desta variante (25% = 01 ocorrência). A preposição *para*, por sua vez, aparece em todas as regiões, salvo nos dados do Paraná. Observa-se uma tendência ao uso de *para* no Rio de Janeiro. Entretanto, dado o exíguo número de dados do Rio de Janeiro, não se pode afirmar que essa região estava mais avançada na mudança lingüística.

No que concerne ao verbo *chegar*, não atestamos o uso da preposição *para*. Porém, observamos o uso seja da preposição *em* seja da preposição *a* nos dados de São Paulo e do Paraná:

(22) Atravez de muitos incômodos, xeguei emfim a esta capital (MG1834)

(23) Hontem cheguei a esta São Paulo (SP1865)

(24) Ao meio dia chegou a locomotiva na Mooca (SP1865)

(25) He chegado **nesta** Cidade (SP1828)

(26) chegando eu **em** Curityba com uma boiada (...) incumbi a *Vossa Senhoria* da venda della (PR1878)

(27) Chegando em Curitiba no dia 13 de Junho (...) hospedei-me com a minha família na casa do *Senhor* Firmino Baptista do Nascimento. (PR1880)

Observa-se que o uso da preposição *em* se dá antes de nomes de bairros e cidades, o que poderia nos remeter ao traço [+fechado] do SN. É possível que esse traço tenha sido relevante para o uso da preposição *em* com o verbo *chegar*, como parece ter ocorrido com o verbo *ir*. Entretanto, não nos parece óbvio que nomes de bairros e cidades apresentem o traço [+fechado]. Parece-nos mais provável que o uso de *em* com verbos de movimento tenha uma origem diferente.

Nos nossos dados encontramos verbos apresentativos, como *aparecer* e *comparecer*, que favoreciam o uso da preposição *em*:

(28) As pessoas [...] deverão comparecer no consistório da Igreja (SP1853)

(29) Apareceu no Destricto da Applicação...um pardo (SP1830)

Se se considera que o verbo *chegar*, além de verbo de movimento, é um verbo apresentativo, pode-se estabelecer um paralelo desse verbo com os verdadeiros apresentativos. Dessa forma, o uso de *em* teria se estendido para *chegar* através da noção apresentacional. Teríamos o seguinte percurso da extensão de *em*:

estado > existencial-apresentacional > movimento

Enfim, no caso dos verbos de movimento, os dados apresentam variação entre as preposições *a*, *para* e *em*. A preposição *para* parece ter entrado no sistema com o valor de direção, sem estar associada ao movimento do verbo (*a estrada vai para Jundiá*).

A preposição *em* com verbo de movimento parece ter entrado no sistema a partir de verbos apresentativos, uma vez que verbos como *chegar*, além de ser um verbo de movimento, podem

ser considerados apresentativos, como *aparecer* e *comparecer* que ocorriam com as preposições *a* e *em*.

4.2 - Verbos de movimento híbrido

Com os verbos de movimento híbrido, a entidade é movida em direção a um lugar e/ou a uma pessoa. Há a possibilidade de ter a combinação dos dois traços (pessoa e lugar):

(30) pôde dirigir-se **naquella** villa **ao** commendador
(SP1854)

(31) dirija-se **naquelle** lugar a Manoel Dias (SP1854)

A análise dessa classe de verbos tem por finalidade responder às questões:

1) O traço [+pessoa] ou [+lugar] do N interfere na escolha da preposição?

2) Verbos que podem ser seguidos de dois nomes [+pessoa, +lugar] se comportam como os verbos que ocorrem apenas com um nome?

3) Esses verbos ocorrem com a preposição de realização zero? Em qual contexto, com nomes [+pessoa] ou com nomes [+lugar]?

A nossa hipótese era que as preposições *em* e *para* ocorressem com nomes [+lugar] e a preposição *a* ocorresse preferencialmente com nomes [+pessoa].

Obtivemos os seguintes resultados (número de ocorrências):

Tabela 2: Verbos de movimento híbrido X tipo de preposição

	LUGAR				PESSOA			LUGAR + PESSOA ⁹	
	A	EM	PARA	0	A	PARA	0	Em a	A a
Dirigir-se	78	01	03	-	57	-	-	6	-
Conduzir/ Levar	27	04	03	-	11	-	-	12	01
Trazer	07	-	-	-	04	-	-	01	-
Mandar/ Remeter	12	-	06	-	03	-	-	-	-
TOTAL	124	05	12	-	75	-	-	19	01

Não houve nenhuma ocorrência da variante [zero]. Os nomes com traço [+pessoa] eram categoricamente usados com a preposição *a*, ao contrário dos nomes com traço [+lugar] que apresentavam variação no uso da preposição (*a*, *em* e *para*).

Contextos como os de verbos de movimento híbrido apontam para uma especialização da preposição *a* para nomes [+pessoa]¹⁰ e podem ter contribuído para o avanço de *em* na indicação de lugar com verbos de movimento. Quanto à preposição *para*, esta não apareceu com os nomes [+pessoa], contrariando a nossa hipótese de que estes verbos teriam sido o contexto para a expansão do uso de *para* atingindo a função de objeto indireto (*para* com verbos de movimento simples > *para* com verbos de movimento híbrido > *para* com objeto indireto).

⁹ Na coluna [lugar+pessoa], temos 'em NP (lugar) a NP (pessoa)' e 'a NP (lugar) a NP (pessoa)'. Não ocorreram outras combinações.

¹⁰ Há aqui uma correlação com o objeto direto preposicionado: objetos com traço [+animado] favorecem o uso da preposição (Ramos, 1986).

4.3 - Os verbos dativos

O estudo desse tipo de verbo teve como finalidade responder às seguintes questões:

1) A monoargumentalidade do Verbo interfere na realização da preposição? O complemento sentencial favorece a realização nula da preposição?

2) Complementos cliticizáveis se comportam como os não cliticizáveis no que diz respeito à realização da preposição?

3) Qual a consequência imediata da realização zero da preposição?

A presença da preposição *a* introduzindo um complemento de verbo dativo é fortemente marcada nos dados. Entretanto, verifica-se a presença da preposição *para* e da realização zero:

Tabela 3: Tipo de preposição que introduz OI: total geral

A	PARA	ZERO	TOTAL
Número - percentual			
594 - 95,1	08 - 1,4	22 - 3,5	624 - 100

(32) o motivo da venda há de agradar ao comprador (SP1879)

(33) o motivo da venda não desagradará ___ o comprador (SP1879)

(34) pedindo ao *Excelentíssimo* governo compra de fachinaes (PR1879)

(35) O sr Bicalho (...) se limitava á escrever cartas (...) pedindo votos **para** seus amos (MG1840)

Analisando o tipo de realização da preposição em função do número de argumentos internos do verbo, obtivemos que os

verbos com apenas um argumento interno apresentam variação entre o uso da preposição *a* e a realização zero. Os verbos com mais de um argumento interno apresentam variação entre os três tipos de realização: *a*, *para* e zero.

Restringindo a análise às variantes inovadoras, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 4: Número de argumentos X variantes [para] e [zero]

	PARA	ZERO	TOTAL
	Número - percentual		
Um argumento	01 - 12,5	14 - 63,6	15 - 100
Dois argumentos	07 - 87,5	08 - 36,4	15 - 100
TOTAL	08 - 100	22 - 100	30 - 100

4.3.1 - Verbos dativos com um argumento interno

A realização zero com verbos dativos com apenas um argumento interno se justifica pela Teoria do Caso. A preposição não é crucial para a atribuição de Caso, pois como o verbo tem apenas um argumento interno, ele pode atribuir Caso ao NP existente. Exemplos desses verbos dativos com a variante [zero] são:

(36) **Gratifica-se** quem o prender (MG1856)

(37) com pouco lucro só **para servir os freguezes** (SP1879)

(38) não desagradará o comprador (SP1879)

(39) apresenta-se **para ensinar meninos**, aos pais de família (SP1854)

(40) **aspiro que** os brasileiros consultem suas consciências (SP1865)

(41) procurando **satisfazer o pedido** (PR1854)

Houve um único caso de verbo dativo com a variante [para]:

(42) É a primeira vez que me aventuro, a escrever para um jornal (RJ1879)

Entretanto, parece-nos que nesta sentença há um objeto incorporado (*escrevi uma carta*), o que nos leva a rever o número de argumentos desse verbo, que parece se comportar como os diargumentais. Se assim for, não temos o uso da variante [para] com verbos dativos de apenas um argumento.

Tarallo e Kato (1989), Kato e Tarallo (1993) apontaram a relevância do traço monoargumentalidade para dar conta da ordem VS no PB. A análise dos dados sugere que a subcategorização de um único argumento interno também é um fator relevante para o apagamento da preposição.

Quanto aos verbos dativos cujo argumento interno não é substituível por *lhe*, a presença da preposição *a* é categórica:

(43) veio recorrer aqui ao uso dos banhos (SP1841)

(44) para melhor resistir ao trabalho de eliminação e supuração (RJ1864)

Esse resultado confirma a hipótese inicial de que os verbos cujo argumento não pode ser cliticizável retêm a mudança. Com base nessa diferença, Paredes (1976) propõe a existência de duas preposições *a*.

4.3.2 - Os verbos dativos diargumentais: *a* > *para*

Os verbos diargumentais que são seguidos da preposição *para* encontram justificativa no fato de que o verbo, já tendo atribuído Caso a um NP, não tem como atribuir Caso ao segundo NP. Portanto, a preposição *para*, em substituição à preposição *a*, cumpre esse papel:

(45) O sr Bicalho (...) se limitava á escrever cartas (...) pedindo votos **para** seus amos (MG1840)

(46) Pretende-se entregar uma carta (...) **para** a Sra... (SP1828)

(47) por ir fazer compras nessa rua **para** os meus estudantes... (SP1863)

A preposição *para* aparece com o papel temático meta (36) ou benefactivo (35/37), contrariando as nossas expectativas. Tínhamos como hipótese que essa variante fosse uma extensão das construções com verbos de movimento híbrido e que tivesse atingido primeiro os argumentos benefactivos. Entretanto, não foi registrada nenhuma ocorrência de *para* com os verbos de movimento híbrido em direção a uma entidade [+pessoa]. Além disso, as sentenças acima sugerem que a variante inovadora passou a ser usada com verbos dativos, independentemente do tipo de papel temático (benefactivo ou meta) do argumento interno. Qual terá sido o contexto que favoreceu o uso de *para* com os complementos dativos?

A presença da variante inovadora nas sentenças abaixo pode ser um indício de que a extensão do uso de *para* com complementos dativos tenha ocorrido a partir da noção de finalidade:

(48) Pelo qual provava ter dado **para** a guerra do Paraguay um escravo (MG1873)

(49) hoje que por Deliberação de SMI foi dada [a praça] **para** o estabellecimento da Academia do Curso Jurídico (SP1828)

O uso de *para* com a noção de finalidade é registrado nas sentenças finais desde o português medieval (Mattos e Silva, 1993).

É possível que a gramaticalização de *para* como introdutora de argumento interno de verbos dativos tenha ocorrido a partir de deverbais, como é o caso da sentença (49):

SMI deu a praça para estabelecer a Academia do Curso Jurídico

> SMI deu a praça para o estabelecimento da Academia do Curso Jurídico

em que o verdadeiro argumento dativo não está realizado lexicalmente e pode ser tomado como um argumento [+arbitrário]: SMI deu a praça [ao povo paulista] para...

Com a sentença (48) teríamos o mesmo processo:

[fulano] deu um escravo para guerrear na guerra do Paraguai

> [fulano] deu um escravo para a guerra do Paraguai

em que o verdadeiro argumento dativo está lexicalmente ausente [exército].

A gramaticalização de *para* como introdutora de objeto indireto perpassa pela questão da atribuição de papéis temáticos e da reanálise da função de adjunto em argumento.

Em estudo sobre o objeto indireto do PB contemporâneo, Figueiredo Silva (ms) sugeriu que a preposição *para* atribui papel temático benefactivo ao seu complemento. Apoiando-se na subdivisão dos papéis temáticos em primários (agente, tema, alvo, fonte) e secundários (locativo, benefactivo) proposta por Guerón (1985), a autora propôs que os argumentos com papel alvo e aqueles com papel benefactivo não ocupam o mesmo lugar na estrutura sentencial. Para ela, o argumento com papel alvo ocupa uma posição interna à estrutura do sintagma verbal; o argumento com papel benefactivo é projetado fora de VP, como os adjuntos:

Papel alvo (A)			Papel Benefactivo (PARA)	
VP			VP	
Spec	V'		VP	PP (Benefactivo)
	V'	PP (alvo)	Spec	V'
V	NP		V	NP

Ainda que os resultados da análise do uso da preposição *para* em posição de objeto indireto não se coadunam com a interpretação benefactiva dada por Figueiredo Silva à preposição *para*, podemos adaptar a sua análise à leitura dos dados do século XIX.

A posição de adjunto para os argumentos benefactivos, hipótese de Figueiredo Silva, está de acordo com a análise de que a preposição *para* ingressou no sistema em estruturas que apresentavam um complemento indireto não realizado lexicalmente, com o valor [+arbitrário], e que exibiam um adjunto com valor finalidade. É nossa opinião que o adjunto foi reanalisado como argumento, porém, isto se deu a partir de sentenças finais e não a partir de elementos com valor benefactivo.

4.3.3 - Os verbos dativos com dois argumentos: a > zero

A realização zero com os verbos dativos de dois argumentos ocorreu na estrutura NP+S. Tendo em vista que o filtro do Caso se aplica aos NPs e não a sentenças, o argumento sentencial não precisa receber Caso e, por conseguinte, não precisa ser precedido de preposição. É o que se verifica nas seguintes sentenças:

(50) convido ____ os senhores accionistas desta companhia a se reunirem em assemblea (SP1889)

(51) O mesmo conselho... roga desde já __ os seus dignos consócios para que não faltem com seu poderoso e indispensável auxílio (BA1885)

Estes dados sugerem, portanto, que o tipo de preposição é dependente não só da estrutura argumental do verbo, mas do tipo de estrutura sintagmática do próprio argumento. Nos dados do século XIX, a preposição *a* precede uma estrutura formada de NP+NP ou uma estrutura formada de NP+S; a preposição *para* ocorre apenas com a estrutura NP+NP (salvo os casos em que se tem uma sentença final) e a realização zero ocorre com a estrutura NP+S.

Os dados parecem apontar para uma reorganização dos constituintes sentenciais, a partir da variante [zero]. Vejam-se os exemplos:

(52) Senhor Salvador (...) é **rogado** a tomar o rumo de Sorocaba (SP1853)

(53) **são convidados** os senhores sócios para a reunião (SP1879)

(54) Quem o apprehender e levar ao abaixo assignado **será bem gratificado** (SP1879)

(55) faz imprimir circulares á todos si (...) não é **obedecido** (MG1840)

(56) mas agora **foi avisado** para trazer as ditas vacas a juízo (MG1848)

(57) quem o troucer preso a dita fazenda **será pago** das despesas (MG1851)

(58) Os senhores assignantes **serão entregues** dos seus exemplares (SP1829)

(59) deixando de **os avisar** das transferências (SP1875)

(60) pode-se dirigir ao abaixo assignado, que o informará com toda a lealdade (RJ1853)

As sentenças (52-58) estão na forma passiva e as sentenças (59-60) apresentam um clítico acusativo, o que denota uma reanálise do complemento, que de objeto indireto passa a objeto direto. O segundo NP, quando aparece lexicalmente realizado, é precedido da preposição *de* como nas sentenças (47-50), de forma a receber Caso.

A reanálise mencionada acima nos remete à reanálise ocorrida no inglês com o verbo “to like” na sentença *The king likes the queen* (Lightfoot, 1979). De uma estrutura como “ao rei agrada a rainha”, passou-se a “o rei ama/gosta da rainha”. A perda da marca de Caso dativo e a fixação da ordem SVO estão na base da mudança no inglês.

No português as passivas derivadas de verbos “dativos” e a presença dos clíticos acusativos constituem uma evidência empírica a favor da hipótese de reorganização dos constituintes sentenciais de forma semelhante (ainda que não idêntica) ao que ocorreu no inglês. O apagamento da preposição que precede o argumento com função dativa leva à interpretação desse argumento como acusativo.

4.4 - Verbos causativos e perceptivos

4.4.1 - Introdução

De acordo com a análise tradicional, as construções infinitivas formam uma unidade (sujeito lógico + verbo não finito) que funciona como objeto do verbo da matriz (*fazer, sentir*). Segundo Skytte (1976), esta análise não é satisfatória porque não dá conta das diferenças entre as construções perceptivas e causativas na língua italiana. Entre elas o autor cita a posição do sujeito lógico do verbo não finito; nas causativas o sujeito lógico é posposto ao infinitivo, de forma que o verbo da matriz e o infinitivo formam uma unidade; nas perceptivas o sujeito precede

o verbo infinitivo, de modo que os dois verbos não formam uma unidade:

(61) a. Faccio arrivare la madre b.*Faccio la madre
arrivare

(62) a. Vedo arrivare la madre b. Vedo la madre
arrivare

Entre os argumentos usados para definir a hipótese de unidade nas construções causativas salientamos a presença do elemento negativo. Na construção causativa o verbo não finito nunca é negado (a negação toma como escopo toda a construção verbo causativo+infinitivo, como uma unidade); na construção perceptiva a negação toma como escopo o verbo perceptivo e não o infinitivo:

(63) Non lo lasciò entrare (não o deixou entrar) = não
entrou

(64) Non lo sentì entrare (não o ouviu entrar) =
entrou

A diferença entre as construções causativas e perceptivas é formalizada por Guasti (1989) e por Rosen (1989): o complemento das construções perceptivas é um IP e o complemento das construções causativas é um VP. Ambas as autoras tomam as construções perceptivas, que projetam IP, como a instanciação de uma estrutura de Marcação Excepcional de Caso (ECM). Em outras palavras, como o verbo não finito não tem Caso para atribuir ao NP sujeito, o Caso é atribuído pelo verbo da matriz:

(65) Maria [_{IP} ouviu [_{NP} Pedro [_{IP} [i] [_{VP} cantar]]]]

Se se assume que os clíticos são o *spell-out* dos traços de Caso atribuídos por um verbo (Burzio, 1986), tem-se que o NP na

posição de sujeito recebe Caso acusativo do verbo de percepção, como nas estruturas ECM.

Rosen salienta o fato de que nas construções perceptivas as sentenças matriz e encaixada comportam-se de maneira autônoma, no sentido de que cada verbo tem estruturas argumentais distintas. Nas construções causativas a estrutura argumental do verbo não finito 'merge' com a estrutura argumental do verbo da matriz, criando uma estrutura argumental única, daí a proposta de que as causativas são geradas em VP. Adotando a hipótese de Sportiche (1988) de que o sujeito é originado em VP e alça para IP para receber Caso, Rosen sugere que nas construções causativas (ao contrário das perceptivas) o NP permanece na posição de SpecVP, pois a estrutura não projeta IP:

(66) Maria fez [_{VP} [_V arrumar o carro] [_{Spec} ao mecânico]]]

Para Kayne (1975) e Burzio (1986), as causativas, que subcategorizam VP, comportam-se como as passivas, pois não atribuem papel temático externo. Assim, o complemento é uma estrutura que não apresenta uma posição estrutural de sujeito.

Assumindo que as causativas têm uma estrutura argumental única, Rosen sugere que o Caso do verbo da matriz é transferido para o verbo mais baixo, que passa a ter mais de um Caso para atribuir. Para Burzio (1986) o sujeito e o objeto do verbo mais baixo recebem Caso Acusativo. Visto que as línguas românicas não admitem duplo objeto, uma regra muda o Caso do sujeito em dativo: NP N > NP a NP.

Enfim, a literatura tem mostrado que nas construções causativas transitivas que exibem a ordem V+inf+aNP, o Vinf atribui Caso acusativo ao NP. A preposição não atribui Caso, mas muda o Caso acusativo em dativo, funcionando mais como uma realizadora de Caso Morfológico, do que como uma atribuidora de Caso abstrato.

Com base nessas idéias, propomos as seguintes questões:

- 1) Nas construções causativas temos de fato uma única estrutura argumental?
- 2) A posição do argumento favorece o apagamento da preposição?
- 3) Qual a consequência imediata da realização zero da preposição nas construções causativas/perceptivas?
- 4) Qual o elemento que atribui Caso ao sujeito do verbo mais baixo?

4.4.2 - Análise das construções perceptivas e causativas no século XIX

A análise das estruturas perceptivas e causativas monoargumentais do século XIX permitiu observar que o sujeito do verbo mais baixo aparece na forma de NP ou de clítico acusativo seja para os verbos causativos seja para os perceptivos. A única ocorrência de PP é a sentença a seguir, que apresenta propriedades do objeto direto preposicionado (ver próximo item):

(67) Por preços que a todos faz admirar
(SP1870/Campinas)

Nas estruturas biargumentais, o sujeito do verbo mais baixo deveria aparecer na forma de PP ou de clítico dativo. Entretanto, nas construções perceptivas o argumento se apresenta categoricamente na forma de NP ou de clítico acusativo. As construções causativas apresentam variação, sendo que é mais alta a frequência de PPs do que de NPs, conforme se observa na Tabela 5:

Tabela 5: Tipo de sujeito (PP/NP) X tipo de verbo: estruturas biargumentais

	PP	NP	TOTAL
	Número - percentual		
Causativos	12 - 80	03 - 20	15 - 100
Perceptivos	-	07 - 100	07 - 100
TOTAL	12 - 100	10 - 100	22 - 100

Os resultados da Tabela 6, a seguir, sugerem que os clíticos acusativos aparecem categoricamente com os verbos perceptivos e aparecem com frequência mais alta do que os clíticos dativos com os verbos causativos:

Tabela 6: Tipo de clítico X tipo de verbo: estruturas biargumentais

	Cl. dat.	C. Acus.	TOTAL
	Número - percentual		
Causativos	02 - 33,4	04 - 66,6	06 - 100
Perceptivos	-	02 - 100	02 - 100
TOTAL	02 - 100	06 - 100	08 - 100

Comparando-se os resultados das duas tabelas acima, no que concerne às estruturas causativas, observa-se que a mudança parece iniciar-se com os elementos pronominais (66,6% de clíticos acusativos) para em seguida atingir os nomes (20% de NPs). Abaixo seguem-se alguns exemplos que apontam a variação entre NP e PP e entre clítico acusativo e clítico dativo:

(68) **faz imprimir** circulares á **todos** os colletores (MG1840)

(69) Discutirei o monstruoso processo **fazendo o publico conhecer** a iniquidade da sentença que tive (RJ1882)

(70) o que **faz lhe atribuir**, serem elles os authores do attentado (BA1863)

(71) **Fazendo-a espargir** o mais suave aroma (BA1899)

As sentenças acima sugerem que a consequência imediata da queda da preposição é a pronominalização com o clítico acusativo, o que sugere uma alteração na estrutura sentencial dessas construções. Esta alteração pode estar correlacionada com a fixação da ordem SVO no século XIX, pois, como mostrou Berlinck (1989), a reestruturação da ordem dos constituintes sentenciais parece ter sido resultado da queda dos clíticos.

Apesar de ser pronominalizado com o clítico acusativo, não foi observada a construção passiva com o NP-argumento nessas construções, ao contrário do que se verificou para os verbos dativos de um argumento interno.

4.4.3 - Construções causativas e perceptivas em estruturas monoargumentais

Quanto à posição dos argumentos, nas construções perceptivas há uma leve preferência pela posição intermediária, isto é, o argumento acha-se entre o verbo da matriz e o verbo mais baixo vXV (*Vi o Paulo sair*); nas causativas o argumento está categoricamente posposto ao verbo mais baixo vVX (*Fiz sair o Paulo*):

Tabela 7: Estruturas monoargumentais: posição do NP sujeito (X)

	vVX	vXV	TOTAL
Número - percentual			
Causativos	17 - 100	-	17 - 100
Perceptivos	03 - 37,5	05 - 62,5	07 - 100
TOTAL	20 - 100	05 - 100	22 - 100

(v = verbo finito; V= verbo não finito; X= NP sujeito)

Os dados acima mostram que as causativas eram categoricamente geradas em VP e que as perceptivas podiam ser geradas em VP (37,5%) e em IP (62,5%).

4.4.4 - Construções causativas e perceptivas em estruturas biargumentais

No que concerne à posição do sujeito do verbo mais baixo em estruturas biargumentais, observamos que nas construções perceptivas o sujeito, sempre na forma de NP, aparece quase categoricamente entre o verbo da matriz e o verbo mais baixo, ou seja, em IP. Há um único caso da ordem XvV, em que o sujeito precede inclusive o verbo flexionado.

Nas construções causativas, há variação: se o argumento tem a forma de NP, ele ocupa a posição intermediária entre verbo matriz e verbo mais baixo, isto é, é gerado em IP (75%); se o argumento tem a forma de PP, ele ocupa quase categoricamente a posição posposta ao verbo mais baixo, sendo gerado em VP (100%), como as estruturas causativas no italiano e no francês:

Tabela 8: Verbos biargumentais: posição do sujeito (NP ou PP, expresso por X)

	Construções Causativas			Construções Perceptivas		
	NP	PP	TOTAL	NP	PP	TOTAL
Número - percentual						
vV(y)X	-	11 - 100	11 - 100	-	-	-
V(y)XV	03 - 75	01 - 25	04 - 100	06 - 100	-	06 - 100
XvV	-	-	-	01 - 100	-	01 - 100
TOTAL	03 - 100	12 - 100	15 - 100	07 - 100	-	07 - 100

A ocorrência, mesmo que única, do argumento na forma de PP entre o verbo da matriz e o verbo mais baixo, na sentença a seguir, sugere que se essa estrutura não é uma unidade complexa, também não faz parte da estrutura de marcação excepcional de Caso, dada a presença da preposição:

(72) ...eventualidades que fez ao referido Cardoso regeitar o chá (SP1841)

Não sendo uma construção com estrutura argumental complexa (cf. Rosen), o verbo mais baixo não tem dois Casos para atribuir ao seu sujeito. Como justificar a ocorrência desse dado (isto é, a gramaticalidade da estrutura verbo + aNP + infinitivo), se a literatura não considera a preposição uma atribuidora de Caso nessas construções?

A sentença (62) nos faz declinar a hipótese da existência de uma única estrutura argumental para os verbos biargumentais (cf. Rosen) e, por conseguinte, nos faz descartar a hipótese de que o verbo mais baixo atribui Caso para o sujeito do infinitivo. Se se considera que o verbo mais baixo não tem uma estrutura argumental única, ele não tem dois Casos para atribuir. Em decorrência disso, o sujeito do verbo mais baixo fica sem Caso, violando o Filtro do Caso, a não ser que se proponha que a preposição dá Caso oblíquo (= dativo) a esse argumento.

Os dados analisados sugerem que nas estruturas biargumentais a posição do argumento com função de sujeito [na ordem fixa SVO] favorece o apagamento da preposição, que, por sua vez, instancia uma estrutura de marcação excepcional de Caso, em que se tem a projeção de IP, ou uma estrutura em que a flexão dá Caso Nominativo ao NP. De fato, em onze ocorrências de NP pluralizado, encontramos três dados de realização de concordância, entre os quais há uma construção causativa:

(73) Eu via em Coimbra os Estudantes **trazerem** dentro do gorro livro (SP1828)

(74) Eu vi os liberaes **andarem** por ahi (MG1830)

(75) Esforçando por fazer as idéias theoricas **dominarem** a pratica cirúrgica (RJ1864)

Enfim, a sentença (62) sugere que a mudança começou com a fixação da ordem dos constituintes sentenciais. Uma vez estabelecida a ordem SVO, tem-se a perda da preposição. O caso será atribuído pelo verbo matriz, instanciando uma estrutura ECM em que o sujeito do verbo mais baixo recebe caso acusativo, ou

pelo verbo da encaixada, contexto em que o NP recebe Caso nominativo. Fica em aberto a questão: por que a mudança começou com os verbos perceptivos?

4.5 - Objeto direto preposicionado

4.5.1 - Introdução

Em uma análise diacrônica do objeto direto no PB, Ramos (1992) observou que nos séculos XVI-XVII havia uma média de 14% da presença da preposição 'a' encabeçando esse tipo de argumento. No século XVIII, essa média decresce para 12,7%; no XIX para 5,9% e no século XX para 1,7%. Esses dados numéricos levam a autora a propor uma mudança lingüística acabada ou prestes a se completar.

A autora defende que a preposição *a* introdutora de objeto direto preposicionado é uma realização 'morfológica' de Caso, equivalente à marca flexional. Sendo uma marca de Caso, o favorecimento da presença da preposição depende, fundamentalmente, da não-adjacência entre verbo e objeto¹¹ e da coincidência do traço animacidade entre o NP sujeito e o NP objeto (Lois, 1982).¹²

Além da não-adjacência e da coincidência de traço animacidade, outros fatores favorecem a presença da preposição, como a ordem VS e o tipo de realização do NP objeto. Nos séculos XVI e XVIII o nome próprio favorece a variante [a]; nos séculos XVII e XIX é o pronome de tratamento que favorece a variante preposicionada.

¹¹ Stowell (1981) propõe a condição de adjacência para a atribuição de Caso.

¹² Lois (*apud* Ramos, 1992) propõe uma explicação funcional para explicar o fato de que o traço [+animado] do objeto favorece a presença da preposição: a preposição permite distinguir o argumento interno do argumento externo.

4.5.2 - O objeto direto preposicionado nos anúncios e cartas do século XIX

A análise do objeto direto preposicionado nos jornais do século XIX difere da análise de Ramos na medida em que descartamos os verbos como *agradar*, *ajudar*, *seguir*, *avisar*, *renunciar* etc. Estes verbos foram analisados no item dedicado a verbos com complemento dativo. Consideramos que a ausência da preposição, nesses casos, é indício de mudança em relação à atribuição de Caso e não em relação à realização de Caso, característica esta do objeto direto preposicionado.

De um total de 77 dados, obtivemos 76 ocorrências com a preposição *a* e 1 ocorrência com a preposição *para*:

(76) tem o costume de encarar pouco **para** quem com elle conversa (MG1868)

No que concerne ao tipo de documento, o uso da preposição *a* é mais freqüente no documento cartas, com 85,5% de freqüência (65 ocorrências).

Diferentemente dos resultados obtidos por Ramos, o fator não-adjacência do objeto ao verbo não incide na presença da preposição. Objetos adjacentes ao verbo tiveram uma incidência maior no uso da preposição (77,6%, 59 ocorrências) do que objetos não adjacentes ao verbo (22,4%, 18 ocorrências):¹³

(77) Precisa-se de uma rapariga (...) prefere-se branca para seguir a duas pessoas de família (SP1887)

(78) se pretendeis nutrir vigorosamente a vossos filhinhos... (RJ1873)

Quanto ao traço animacidade, detectamos 66 ocorrências de objeto direto preposicionado [+animado] e 11 ocorrências de

¹³ Eliminei o dado com a preposição *para*, pois como se trata de apenas uma ocorrência não é possível fazer ulteriores comparações.

objeto direto preposicionado com o traço [-animado], 87,6% e 12,4%, respectivamente. Na verdade, mais do que [+animado], o traço relevante para o aparecimento do objeto direto preposicionado parece ser o traço [+pessoa]:

(79) oficiaes... expulsão a funcionarios empregados
(RJ1824)

(80) Obra, que tanto honra ao insigne Poeta que o compôz
(MG1825)

Restringindo a análise aos casos em que o sujeito e o objeto tinham a forma de um NP, registramos 26 ocorrências de coincidência de traço [+pessoa] do NP sujeito e do NP objeto, 17 ocorrências de objeto [+pessoa] e sujeito [-animado] e 1 ocorrência de objeto [-animado] e sujeito [+pessoa]:

Tabela 9: Objeto direto preposicionado X traço [pessoa] do sujeito e do objeto

Suj [+ pess] Obj [+ pess]	Suj [- pess] Obj [+ pess]	Suj [+ pess] Obj [- pess]	TOTAL
Número - percentual			
26 - 58,8	17 - 38,6	01 - 2,6	44 - 100

Esses dados sugerem que, ainda que a coincidência de traço [+pessoa] entre sujeito e objeto favoreça a presença da preposição (58,8%), é o traço [+pessoa] do objeto que incide na presença da preposição, pois a soma dos percentuais de objeto direto [+pessoa], independentemente do traço do sujeito, alcança o índice de 97,4%.

A única ocorrência de preposição com objeto [-animado] e sujeito [+pessoa] tem a ordem VOS:

(81) prega ao evangelho o padre José Herculano (RJ1869)

Quanto ao tipo de realização do NP objeto, verificamos que o pronomes de tratamento, título honorífico e Nome próprio é o fator que mais favorece o uso da preposição (17 ocorrências),

seguido do quantificador (15 ocorrências) e do Nome comum [+pessoa]:

(82) Quem quizer arrendar um sítio (...) procure a Lidoro Victor Valle para contratar-se pois o mesmo está a mudar-se para o sertão (MG1833)

(83) Deos guarde a VS (MG1875)

(84) Procure-se ao ilustríssimo sr tenente (...) a quem esta affecto este negocio (MG1856)

(85) indo eu visitar a uma pessoa da minha amizade... (MG1830)

(86) empregados que... só ambicionão iludir ao publico (MG1832)

(87) officiaes...expulsão a funcionarios empregados (RJ1824)

(88) trata de insultar-me e aos empregados da bibliotheca (SP1874)

Exemplos de ODprep com N comum [-pessoa]:

(89) prega ao evangelho o padre José Herculano (RJ1869)

(90) as quaes serviram como lenitivo, para minorar aos dissabores da vida jornalística (MG1895)

A presença da preposição diante de nomes comuns [-pessoa] é acionada pela ordem OVS, pela estrutura coordenada ou por fatores pragmáticos.

Em geral, o que se observou foi a alta incidência de objetos diretos preposicionados, ao contrário de nossa hipótese inicial. O objeto direto preposicionado se dá na presença de pronomes de tratamento ou de algum tipo de modificador do nome com o

traço [+pessoa], um título honorífico, um adjetivo, um diminutivo etc. Pelo exposto, observamos que os nossos resultados estão em conformidade com os de Ramos (1992). As duas únicas diferenças estão na análise do fator não-adjacência e da coincidência do traço [+pessoa] do sujeito e do objeto. Ao contrário dos resultados de Ramos, verificamos que há um alto índice de objeto direto preposicionado, quando este se acha adjacente ao verbo, e que o traço [+pessoa] do objeto ativa o aparecimento da preposição.

5. Considerações finais: hipótese de mudança

Os dados analisados sugerem dois tipos de mudança em relação à preposição *a*, valor meta:

- a) substituição lexical: $a > em / a > para$;
- b) gramaticalização: apagamento da preposição.

As mudanças pontuadas (uso de *para*, uso de zero e reanálise do argumento com função dativa) levantam a questão: qual a mudança mais geral que motivou a alteração no uso da preposição?

A análise dos contextos em que ocorre a variante [a] mostrou que

1) com os verbos de movimento híbrido, o NP com traço [+pessoa] se diferencia do NP com traço [+lugar] pelo fato de ser categoricamente precedido pela preposição *a*;

2) NPs com traço [+pessoa], normalmente precedidos pela preposição *a* com verbos dativos, são apassivados quando ocorre o apagamento da preposição;

3) o objeto direto preposicionado ocorre majoritariamente quando o NP-objeto tem o traço [+pessoa].

Esses dados permitem captar a correlação entre a preposição *a* e o traço [+pessoa], ao contrário da preposição *para*, que aparece nos casos em que a direção da entidade movida tem o traço [+lugar].

Galves (1993) interpreta o enfraquecimento da morfologia verbal a partir da perda do traço semântico [+pessoa]. Considerando a correlação entre a preposição *a* e o traço [+pessoa], podemos inferir que a mudança mais geral, a que aludimos, é a perda do traço [+pessoa] associado às formas verbais (Galves) e à preposição *a*.

Considerando que o clítico *lhe* apresenta o traço [+ pessoa] (cf. Raposo, 1998), pode-se inferir que a perda da preposição *a* leva à perda do clítico ou vice-versa.¹⁴ De fato, Matos e Duarte (1984, *apud* Ramos 1992)¹⁵ mostram que a variante [a] ocorre em construções com reduplicação de clítico e que a reduplicação só ocorre com essa variante. Além disso, o complemento de verbos monoargumentais do tipo “renunciar”, “resistir” não é cliticizável e nestes casos não ocorre a variante [zero].

Ramos (1992) sugere que a queda de clíticos no PB pode ter contribuído para diminuir a frequência de *a* e aumentar a frequência de *para* com SNs dativos. Neste trabalho não analisamos a correlação entre queda de clíticos e avanço da variante [para], mas ela pode ser confirmada se considerarmos que a queda de clíticos e a perda da preposição *a* estão submetidas à perda do traço [+pessoa] que subjaz aos dois elementos.

¹⁴ Veja o trabalho de Oliveira intitulado *A perda da preposição 'a' e a recategorização do clítico 'lhe'*, comunicação apresentada no GEL (2003).

¹⁵ Isso é-me útil a mim. (Matos e Duarte 1984:501)

*Isso é-me útil para mim. (idem)

Referências

- BERG, M. A natureza categorial da preposição. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.107-124, 1998.
- BERLINCK, R. A construção VSN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes/Ed. Unicamp, 1989.
- _____. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. II *Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*, Florianópolis, 1997. (inédito)
- _____. O objeto indireto no português brasileiro do século XIX. II *Congresso Nacional da Abralín*, Florianópolis, 1999. (inédito)
- _____. Complementos preposicionados. Variação e mudança no português brasileiro, 2000a. (inédito)
- _____. Brazilian portuguese vs. order. A diachronic analysis. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. (Ed.). *Brazilian portuguese and the null subject parameter*. Vervuert:Iberoamericana, 2000.
- BURZIO, L. Italian syntax: a government-binding approach. D. Reidel Publishing C. (1986)
- CASTILHO, A. Unidirectionality or multidirectionality? Some issues on grammaticalization. *XII Seminar of Functional Syntax*, USP, maio de 2002.
- COELHO, R. A preposição “para”. In: CASTILHO et al. Gramaticalização de algumas preposições no português brasileiro do século XIX, 2002.
- CHOMSKY, N. Some concepts and consequences of the theory of government and binding. Cambridge: Mass.Press., 1982.
- _____. *Knowledge of language*. NY/London: Westport/Praeger, 1986.
- CYRINO, S. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p.163-184.
- _____. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese (Doutorado), Campinas, Unicamp, 1994. Publicado em Londrina: Ed. UEL, 1997.
- _____; DUARTE, M.; KATO, M. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. (Org.). *Brazilian portuguese and the null subject parameter*. Vervuert: Iberoamericana, 2000.
- DUARTE, M. E. Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. Dissertação (Mestrado), São Paulo, PUC-SP, 1986.

- DUARTE, I.; GONÇALVES, A. *Construções de subordinação funcionalmente defectivas: o caso das construções perceptivas em PE e PB. Comunicação apresentada na ABRALIN, Fortaleza, 14-16 Março, 2001.*
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. A perda do marcador dativo no PB e algumas de suas conseqüências. (artigo inédito, s/d).
- GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 387-408.
- GOMES, C. Efeito funcional no uso variável de preposição. *Revista de Estudos Lingüísticos*, v. 7, n. 2, p. 61-70, 1998.
- GUASTI, M. T. Romance infinitive complements of perception verbs. *Working Papers in Linguistics*, Student Conference in Linguistics. v. 11, 1989.
- GUEDES, M.; BERLINCK, R. Variação em complementos preposicionados no português paulista do século XIX: verbos de estado e de movimento. *IV Encontro do Projeto Para a História do Português Brasileiro*, Teresópolis, 2001. (inédito).
- GUERÓN, J. Inalienable possession, PRO-inclusion and lexical chains. In: GUÉRON, J.; OBENAUER, H.; POLLOCK, J. (Ed.). *Grammatical representation*. SGG n.22, Foris. (1985)
- KATO, M.; TARALLO, F. The loss of VS syntax in brazilian portuguese. In: KOCH, Ingedore; SCHLIEBE-LANGE, Bridgit (Ed.). *Linguistik in Brazilian*. Tubingen: Niemeyer, 1993.
- KAYNE, R. S. *French syntax*. The transformation cycle. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1975.
- LARSON, R. On the double object construction. LI, p. 335-391, 1988.
- LIGHTFOOT, D. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- MATTOS E SILVA, R.V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. Contexto: São Paulo, 1993.
- MOLLICA, M. C. A regência do verbo *ir* de movimento. In: SILVA, G. M.; SCHERRE, M. (Org.). *Padrões Sociolingüísticos – análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 149-167.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- OLIVEIRA, M. A perda da preposição *a* e a re categorização do clítico *lhe*. *Comunicação apresentada no GEL*, Unitau, 2003. (artigo inédito).
- OMENA, N. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Dissertação (Mestrado), São Paulo, PUC-SP, 1978.
- OUHALLA, J. *Functional categories and parametric variation*. London: Routledge, 1991.

- PAREDES, Vera. Considerações sobre os complementos verbais regidos de *a*. *Revista Brasileira de Linguística*, v. 3, n.1, p. 77-91, 1976.
- RAMOS, J. O emprego das preposições no português do Brasil. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes/Ed. Unicamp, 1989.
- _____. Marcação de caso e mudança sintática no PB. Tese (Doutoramento), Campinas, Unicamp, 1992.
- RAPOSO, E. Some observations on the pronominal system of Portuguese. *Ca/WPL* 6, p. 59-93, 1998.
- ROSEN, S. T. The argument structure and phrasal configuration of romance causatives. *Working Papers in Linguistics*, v. 11, Student Conference in Linguistics, 1989
- SCHER, A. P. *As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. Dissertação (Mestrado), Campinas, Unicamp 1996.
- SKYTTE, Gunver. I costrutti infinitivi com i verbi fattivi e com i verbi di percezione. *Studi di Grammatica Italiana*, v. 5, p. 355-401, 1976.
- SPORTICHE, D. A theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structure. *LI*, 19, p. 425-449, 1988.
- STOWELL, T. *Origins of phrase structure*. PhD Dissertation, MIT. 1981.
- TARALLO, F.; KATO, M. *Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística*. Campinas: Preedição 5, 1989.
- ZUBIZARRETA, M. L. The relation between morphophonology and morphosyntax: the case of romance causatives. *LI*, bol. 16, n. 2, p. 247-289, 1985.

***Advérbios qualitativos e modalizadores em –
mente: do português arcaico ao português do
século XIX***

por

Mário Eduardo Martelotta

Universidade Federal do Rio de Janeiro

e

Afrânio Gonçalves Barbosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

1. Introdução¹

O objetivo deste trabalho é analisar os advérbios qualitativos em *-mente*, observando, em seus usos, três aspectos que são aparentemente distintos, mas que um estudo mais atento revela estarem bastante relacionados: as suas tendências de ordenação, a polissemia que os caracteriza e o fenômeno da gramaticalização.

Observar a ordenação dos diferentes tipos de advérbios implica examinar a polissemia associada a seus usos, já que, normalmente, diferentes valores possuem diferentes tendências de ordenação. Se queremos saber como se desenvolve essa polissemia, precisamos levar em conta, além dos mecanismos de extensão metafórica e metonímica que se dão no nível lexical, os processos envolvidos na mudança por gramaticalização.

¹ Este trabalho foi elaborado com o auxílio das bolsistas de Iniciação Científica Roberta Cardoso (PIBIC/UFRJ) e Elaine Soares Frederico (PROFAG/UFRJ).

Uma apreciação histórica desses aspectos do uso dos advérbios qualitativos nos leva a algumas questões interessantes. De uma perspectiva diacrônica, percebemos que suas tendências de ordenação mudaram com o tempo. Esses advérbios parecem se colocar, no português arcaico, não apenas depois do verbo, como é normal atualmente,² mas também antes do verbo, aparecendo, inclusive, entre o sujeito e o verbo:

(1) a. ...fa los desconhecidos com pouca paciência e contentamento e muy fracos em caridade porque entendem que cousa nom recebem *graciosamente* mes que daquillo que son merecedores algu)a parte lhe tiram... (Livros dos conselhos de El-Rei D. Duarte)

b. Sempre *perfeitamente* todalas cousas obrar... (Livros dos conselhos de El-Rei D. Duarte)

c. ...o coração *toruadamente* querja receber as cousas... (Livros dos conselhos de El-Rei D. Duarte)

Os exemplos acima sugerem uma mobilidade maior dos advérbios em *-mente* no português arcaico. No exemplo 1a, o advérbio *graciosamente* ocorre imediatamente após o verbo, posição que em nada surpreende o falante contemporâneo. Entretanto, a colocação de *perfeitamente*, anteposta ao verbo e dele distanciada (exemplo 1b), assim como o posicionamento de *toruadamente* entre o sujeito e o verbo (exemplo 1c), não correspondem às tendências de ordenação de elementos desse tipo no português atual.

Isso reforça o que está apresentado em Pinto (2002) em relação ao fato de que os advérbios qualitativos em *-mente* têm um leque maior de possibilidades de ordenação no português arcaico do que no português atual.

² A referência à atualidade está baseada em pesquisas desenvolvidas pelo Grupo *Discurso e Gramática* –UFRJ. Em especial, o levantamento feito em Pinto (2002), com base em dados de língua falada e escrita, recolhidos do *corpus* do Projeto Discurso e Gramática.

Não se pode descartar a hipótese de que essa mudança esteja relacionada a uma tendência mais geral de ordenação vocabular característica do português arcaico, que apresentava uma mobilidade maior do que a atual. Pádua (1960), Mattos e Silva (1989) e Ribeiro (1995) já demonstraram que a frase iniciada por verbo é tão freqüente no português arcaico quanto a frase SVO e que outras ordenações, como SOV, não são incomuns. Além disso, trabalhos como os de Kato *et al.* (2002) e de Duarte e Kato (1998) levam à conclusão de que, a partir da segunda metade do século XX, o português brasileiro parece passar a não evitar o preenchimento dos sujeitos referenciais de primeira, segunda e terceira pessoas. É possível que esses fatores tenham influenciado a alteração nas tendências de colocação de advérbios, já que há evidências de que, mesmo na fase atual, orações com sujeito oculto, indeterminado ou inexistente admitem advérbios qualitativos antes do verbo.

Acreditamos que, ao lado desses dados de ordem estrutural, atuam fatores pragmático-discursivos. Nesse sentido, levando em conta a mudança por gramaticalização, podemos observar que, com o desenvolvimento desse processo, novos usos surgem, especializando-se em posições específicas. É o caso dos advérbios em *-mente*, que, perdendo valor de qualitativo e assumindo valor modalizador, assumem tendências de colocação diferentes, como se vê nos exemplos abaixo:

(2) a. ...çarrada a vista da [carne per ciguydade, a outra vista da] alma mais *certamente* chegua ao Senhor Deus, que he fito em fim prestomeyra, co a vissom das suas cuydações. (Orto do Esposo)

b. *Certamente* elle escolhe mal, ca escolhe seer forte e) pequena cousa e seer fraco e)na alma, que he muy mayor e melhor que o corpo... (Orto do Esposo)

No exemplo 2a, temos um uso em que *certamente* apresenta valor qualitativo, pois expressa o *modo mais certo* (ou mais *direto*) de se chegar ao senhor. Como, nesse caso, o elemento se refere ao

verbo, tende a ocorrer próximo a ele. Veremos mais adiante que esse valor do advérbio *certamente* não é incomum no português arcaico, ocorrendo freqüentemente ao lado de verbos de movimento.

Por outro lado, no exemplo 2b, o advérbio assume valor modalizador, passando para o início da oração. Nesses casos, o advérbio não se refere ao verbo, mas a toda a oração, ou, nos termos de Ducrot (1972), ao ato ilocucionário de afirmar, uma vez que qualificam o ato de dizer e não a coisa dita. Sendo assim, se afasta do verbo, ocorrendo antes do elemento modificado: a oração.

Isso demonstra a importância de se observar a polissemia dos advérbios nos diferentes momentos evolutivos da língua estudados. Levantamentos preliminares demonstraram que, se, por um lado, surgem eventualmente valores novos com o passar do tempo, por outro, existe uma forte tendência de a polissemia dos elementos lingüísticos se manter estável. Por isso, optamos por analisar, paralelamente ao fenômeno da ordenação, a polissemia dos elementos estudados: a sua natureza estável e pancrônica (Saussure, 1978)³ e os diferentes tipos de extensão semântica que geram os novos usos, que ora assumem colocações diferentes, ora não.

Nossa análise pretende verificar a ocorrência e a posição dos advérbios em *-mente* em textos do português arcaico e do século XIX. Para tanto, vimos ampliando os *corpora* utilizados em Martelotta e Leitão (2002) e Martelotta, Barbosa e Leitão (2002), reunindo aqui os textos: *Bíblia Medieval Portuguesa*, organizado por Silva Neto (1958), *Livro das aves*, de Rossi *et al.* (1965), *Livros dos conselhos de El-Rei D. Duarte*, transcrito por Dias (1982), *O Orto do*

³ Com pancrônicas, entendemos as tendências que atuam sobre os elementos lingüísticos em termos atemporais e universais. Com exemplos dessa visão, destacamos trabalhos como os de Votre (1999) e Ferreira (2000; 2003), que propõem ter a polissemia de alguns elementos lingüísticos se mantido estável desde o latim.

Esposo, de Maller (1956), os *Registros médicos*, de Bastos (1993) e o *Tratado da cozinha portuguesa do século XV* de Gomes Filho (1994), para o português arcaico. Já os exemplos do século XIX são retirados dos *corpora* do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB): cartas publicadas em jornais oitocentistas e de cartas pessoais manuscritas. Os dados recolhidos das cartas pessoais são do Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Bahia, ao passo que os dados retirados de jornais, além de oriundos desses mesmos lugares, contam, também, com material de São Paulo.⁴

1.1. Posições do advérbio qualitativo

Tentando cobrir todas as possibilidades de colocação dos elementos observados,⁵ analisamos a distribuição dos advérbios em *-mente* tomando como base seu *alvo*, ou seja, o elemento ao qual ele se refere.

1.1.1. Os qualitativos

Procuramos observar a distribuição dos qualitativos em *-mente*, tomando como ponto de referência o elemento ao qual ele se refere: o verbo. Assim observamos os advérbios qualitativos pelas seguintes posições:

1- Posições pré-verbais

a) Sujeito + Advérbio + Verbo:

⁴ Trata-se dos *corpora* formados pelas equipes do PHPB. Material distribuído eletronicamente.

⁵ Não levamos em conta, nesta análise, os casos em que os advérbios estudados ocorreram entre dois verbos de uma locução.

(3) ...*ẽ* guisa que aquelle que ella *falsamete* chama bemaue^{tu}rado... (Orto do esposo)

b) Sujeito + X + Advérbio + Verbo:

(4) Onde diz Sam Joham Boca douro que os prelados per razom da alteza da dignidade mais *graueme)te* caae) ... (Orto do esposo)

c) Advérbio + Verbo:

(5) Mas *lympamente* dizem a seu senhor a razom... (Livro dos conselhos de el-Rei D. Duarte)

d) Advérbio + X + Verbo:

(6) Sempre *perfeitamente* todalas cousas obrar... (Livro dos conselhos de el-Rei D. Duarte)

e) Advérbio+Verbo+Sujeito:

(7) Em esta batalha *conhocidame)te* obrou a graça de Deus polla fe catholica e pela uirtude da Sancta Scriptura... (Orto do esposo)

2- Posições pós-verbais

a) Sujeito+Verbo+Advérbio:

(8) Se o home^ç guardar *firmeme)te* este nome Jhesu *ẽ*no seu coraçom... (Orto do esposo)

b) Sujeito+Verbo+X+Advérbio:

(9) Ca aquellas uozes corriam *e*ñas minhas orelhas *fortemete*... (Orto do esposo)

c) Verbo + Advérbio:

(10) ...porque entendem que cousa nom recebem *graciosamente*... (Livros dos conselhos de El-Rei D. Duarte)

d) Verbo + Sujeito + Advérbio

(11) ...e morre o home) asesegadame)te... (Orto do esposo)

e) Verbo + X + Advérbio:

(12) E repartir por todos *irmãmente*, até se acabar... (Livros dos conselhos de El-Rei D. Duarte)

f) Verbo+ Sujeito+ X+Advérbio:

(13) Porque aquel fructo que primeyro pendia ęna aruor, gosta-o o home) ęna obra muy *docemente* (Orto do esposo)

Para que se compreenda a natureza exata das posições consideradas, deve-se levar em conta o seguinte:

V é o verbo, ou seja, o alvo, ou o elemento com o qual o advérbio se relaciona;

X é qualquer elemento lingüístico que possa ocorrer entre o advérbio e o seu alvo, e vice-versa. É importante frisar que não consideramos como X outros advérbios que se referem ao advérbio em *-mente*, como, por exemplo, *mais* no sintagma *mais tranqüilamente*, assim como não levamos em consideração os clíticos, que, por sua natureza, ocorrem sempre mais perto do verbo do que o advérbio em estudo.

3- Posições relativas a adjetivos e participios

Observamos ainda as ocorrências em que os qualitativos se referem a adjetivos e participios. Nesses casos, as posições observadas foram:

a) Advérbio+Adjetivo/participio

(14) [p]or huma immensidade | de Gente desconhecida a quem se incum|bira a numeração; tudo, [p]or, tudo [já] sido envenenado pelos Malevolos; tudo | *calumniosamente* exagerado e não Lê... (Cartas de Redatores de Jornais - Bahia)

b) Adjetivo/particípio+Advérbio

(15) Offendido *indignamen-* | *te* em meus brios e na minha educação | por um pretendido *Imparcial* que no | *Diario* de hoje me assaca factos inteira- | mente calumniosos e injurias não aucto- | risadas por acto algum meu, não posso | prescindir de recorrer ao seu conceituado | *Jornal* para defender-me de tão nojen- | tas mentiras. (Cartas de Redatores de Jornais - Bahia)

1.1.2. Modalizadores

No caso dos modalizadores, que não se referem ao verbo, mas à oração inteira, observamos sua colocação em relação à oração:⁶

a) Advérbio+Oração

(16) E *certame*)*te*, se o home) parasse be) me)tes queyrando he o mal que [he] cõju)to aa nobreza carnal, nõ curarya della

⁶ Não levamos em conta, nesta análise, os casos em que o modalizador se relaciona a um termo do meio da cláusula, como ocorre em "...recorrerá ainda a uma outra subtiliza *visivelmente* lucrativa a elle...". Nesse exemplo o modalizador tem como alvo o adjetivo *lucrativa*, o que não ocorre no exemplo (17), em que o modalizador se refere a toda oração.

ne) sse gloriaria e) ella. (Livros dos conselhos de El-Rei D. Duarte)

b) **Oração+Advérbio** (Não encontrada)

c) **Meio de oração**

(17) Tu sabes, que, alem de seu irm- | mão, sou *realmente* teu amigo... (Cartas de Redatores de Jornais - Bahia)

1.2 Hipóteses

Partimos nossas análises das seguintes hipóteses:

a) De acordo com o que está proposto em Pagotto (1999), Martelotta e Leitão (2002) e Martelotta, Barbosa e Leitão (2002), a posição pré-verbal (sobretudo entre o sujeito e o verbo), até o século XVIII, era disponível a todo tipo de advérbio, inclusive os que hoje não ocupam essa posição, entre eles, os qualitativos. Do século XIX em diante, essa posição passa a ser ocupada por esses advérbios apenas em frases estilisticamente marcadas como as estruturas comparativas propostas em Ilari *et al.* (1996). Com o processo de mudança, essa posição teria ficado menos disponível para muitos advérbios, inclusive os qualitativos em *-mente*.

b) Quanto aos advérbios referentes a adjetivos ou a participios, partimos do princípio, também já testado em Martelotta e Leitão (2002) para outros advérbios, de que não houve mudança de ordenação. Ou seja, o advérbio coloca-se antes do elemento a que se refere, desde a fase arcaica do português.

c) Partindo do princípio de que os advérbios são termos de valor determinante, adotamos a hipótese de que ele deva ocorrer próximo ao elemento que determina. Essa hipótese se relaciona com o princípio de iconicidade, mais especificamente ao subprincípio da proximidade (Givón, 1990), que propõe uma relação entre proximidade semântica e proximidade sintática. Nesse sentido, advérbios que se referem a aspectos mais essenciais da ação verbal ocorrem mais próximos ao verbo. Assim, ao

contrário dos modalizadores, os advérbios qualitativos, que modificam o verbo, tendem a aparecer imediatamente próximos a ele: antes ou depois.

d) Com o processo de gramaticalização, os advérbios qualitativos tendem, ora a se fixar no início da oração, estabelecendo uma conexão com outra oração, ora a assumir uma colocação mais livre. No primeiro caso, os advérbios assumem função semelhante à de um conectivo, estabelecendo relações textuais. No segundo caso, os advérbios assumem, inicialmente, função de modalizador, tendendo a ocorrer nas extremidades da oração e, com a continuação do processo, assumem, na função de marcador, posições mais livres de restrições sintáticas. Em tais circunstâncias, não é incomum estabelecer-se uma espécie de distribuição complementar entre a função original de advérbio e sua nova função.

e) Advérbios qualitativos em *-mente* tendem apresentar a trajetória de Traugott (1995) *advérbio interno à cláusula > advérbio sentencial > marcador discursivo*. Segundo essa proposta, determinados advérbios ganham progressivamente liberdade sintática e têm seu escopo ampliado, até assumirem função de marcador discursivo.

f) Existem processos de ordem metafórica e metonímica, subjacentes à polissemia dos advérbios qualitativos, que atuam em diferentes línguas de modo atemporal.

g) Pode haver diferenças nas tendências de colocação dos advérbios analisados em diferentes tipos de texto. Textos de caráter argumentativo, por exemplo, tendem a caracterizar-se por um comportamento adverbial diferente dos textos narrativos ou descritivos.

2. Os advérbios em *-mente*

De acordo com Machado (1997) os advérbios em *-mente* são conseqüentes da união de um adjetivo com o elemento proveniente do latim *mente*, para indicar estado de espírito, como *obstinata mente*. Inicialmente aparecia com frequência nos

testamentos, depois passou a ser empregado em sentido mais geral, como em bona mente, mala mente e, mais tarde, talvez já depois de terminado o período do latim vulgar, usou-se com alguns adjetivos que podiam formar advérbios de modo, como em *longa mente, sola mente*.

No português arcaico, empregou-se já com a variante gráfica representando um vocábulo único, conforme se vê no exemplo abaixo:

(18) A uestidura molle *legeiramente* faz dilycado o corpo riio.
(Orto do Esposo)

Entretanto, ainda se vê, embora mais raramente, casos como os do exemplo (19), em que os elementos ocorrem ligados, mas com a presença da preposição *de*, o que remete à construção adverbial original, formada com o substantivo *mente*:

(19) Muito alto e muy poderoso senhor se o caso tal fora que eu poderia hyr sem algu) grande meu dano eu fora muyto de boamente... (Livros dos conselhos de El-Rei D. Duarte)

São também interessantes ocorrências como as dos exemplos (20) e (21), em que os elementos constituintes aparecem sob a forma variante, com fronteira vocabular:

(20) E o husureyro lhe disse que as duas cousas prymeiras faria *de boa mente* mas a IIIra não podia fazer... (Orto do esposo)

(21) E porem diz Salomõ: Bem aue)turado he o home) que sempre he temeroso, mas aquelle que he *de dura mente* – s. qual he o atreuudo e ardido – quayra e) mal. (Orto do esposo)

Isso também poderia ser visto como um resquício da construção original, em que os elementos eram separados.

Entretanto, não podemos esquecer que não só dependemos da fidedignidade da edição para sabermos se as palavras estavam de fato juntas no original, mas também que, mesmo nos manuscritos, muitas vezes a união, ou separação, entre vocábulos poderia ser usada para se justificar a mancha gráfica na página. Desse modo, devemos tomar cuidado ao relacionar a escrita separada/junta dos elementos com sua gramaticalização, pois só o controle estatístico pode revelar o real avanço da grafia dos advérbios em *-mente* como um único vocábulo. Podemos dizer, grosso modo, que a frequência da variante com fronteira vocabular entre a base adjetiva e *-mente* cai ao longo do tempo, sendo relativamente pequena no século XVIII.

Todo esse processo envolvendo a formação dos advérbios em *-mente* sugere uma trajetória de mudança, iniciada no latim, de acordo com a qual uma formação casual, envolvendo adjetivos semanticamente compatíveis com o valor original de *mente*, passa a ter sua produtividade ampliada a outros tipos de adjetivos, acarretando, assim, um aumento de frequência que justifica o processo de gramaticalização. Com esse processo, o elemento lexical, por reanálise, perde liberdade sintática, tornando-se um morfema, o que implica também uma diminuição de escopo.

Mas há ainda determinados aspectos do uso de alguns advérbios em *-mente* que são interessantes para a análise da gramaticalização relacionada a esses elementos. É o que propõem Traugott (1995) e Tarbor e Traugott (1998). Esses autores repensam a noção de unidirecionalidade, com o objetivo de englobar alguns usos de marcadores discursivos que não podem ser explicados pela teoria da gramaticalização, tal como apresentada nas primeiras propostas do início da década de 1990.

Os autores argumentam que, nos fenômenos de natureza gramatical, devem ser incluídos os aspectos pragmáticos, propondo como relevantes para a gramaticalização os fenômenos referentes à *de-categorização*, à *redução fonética* e ao *aumento da função pragmática*, que são características nos marcadores discursivos. Além disso,

propõem que características como *diminuição de escopo*, *perda de obrigatoriedade* e *liberdade sintática* não sejam consideradas salientes para gramaticalização. Com isso, o desenvolvimento dos marcadores discursivos, elementos de relativa liberdade sintática que deixam de funcionar no nível sintático para ter seu escopo ampliado ao nível do discurso, podem ter seus usos explicados pela trajetória de gramaticalização *advérbio interno à cláusula* > *advérbio sentencial* > *marcador discursivo*.⁷

Essa trajetória caracteriza alguns advérbios do inglês, entre eles, *in fact*, que contém *fact* (originalmente *ação*), que é etimologicamente um termo latino, e *indeed* de *in dede*, que contém, *dede*, nome (valor lexical), que significa *ação*, *ato*. Ambos derivam do particípio passado de um verbo que significa *fazer*, ocorrem em construção preposicional, têm sentido metatextual e epistêmico concernente a factualidade e certeza e ambos se tornam marcadores discursivos. Valor semântico semelhante apresentam elementos adverbiais portugueses como *de fato*, *com certeza* e formações em *-mente*, como *certamente*, *realmente*, *verdadeiramente*, *seguramente*, *fatalmente*, *praticamente*, *obviamente*, entre outros.

2.1. Os valores dos advérbios em *-mente*

Os advérbios em *-mente* podem assumir valores bastante diferentes. Na maioria dos casos, se enquadram no grupo de advérbios que Ilari *et alii* (1996) classificam como predicativos, ou seja, elementos que funcionam como atribuidores de características semânticas a um outro elemento lingüístico.

⁷ Muitos autores como Traugott (1995), Tarbor e Traugott (1998), Hopper (2000) e Valle (2002) consideram que a teoria da gramaticalização dá conta dos usos dos marcadores discursivos. Por outro lado, trabalhos como os de Martelotta, Votre e Cezario (1996), Castilho (1997; 2002), Gasparini (2001), Detges e Waltereit (2002) e Leitão (2002), defendem que, nesses casos, ocorre um processo de discursivização.

Dentre os advérbios predicativos, distinguem-se basicamente quatro tipos: os *intensificadores*, os *aspectualizadores*, os *qualitativos* e os *modalizadores*, podendo todos eles ser expressos por advérbios em *-mente*.

a) Intensificadores: podem ser usados para se referir a verbos, adjetivos e outros advérbios, mas também aparecem em construções com substantivos e pronomes tendo uma certa ambivalência semântica de intensidade, quantidade, ou mesmo qualidade.

(22) ...por isso, logo á primeira vista fiquei *extremamente* surpreendido... (Cartas de Redatores de Jornais - Bahia)

b) Aspectualizadores- associam-se a noções de tempo e aspecto.

(23)Elle marchará *cons- | tantemente* em proteger a ardua, e fe- | liz empreza, que principiou, e comple- | tou – A Independencia do Brasil! (Cartas de Redatores de Jornais - Bahia)

c) Qualitativos: caracterizados por exprimirem uma qualidade, modificam o sentido do elemento ao qual se ligam:

(24) ...e guisa que aquelle que ella *falsamente* chama bemauçeturado... (Orto do esposo)

d) Modalizadores: caracterizados por qualificarem toda a asserção, esses advérbios não modificam a informação verbal, codificada na oração, mas indicam um tipo de atitude do falante em relação àquilo que fala, caracterizando-se, portanto, por uma informação que remete ao ponto de vista do falante, ou às restrições argumentativas que ele quer dar a seu enunciado. Com base em uma classificação apresentada em Castilho e Castilho (2002), podemos dividir os modalizadores em subclasses.

d.1- Advérbios epistêmicos: indicam uma avaliação do falante acerca do conteúdo transmitido, expressando idéia de

dúvida/certeza, obrigatoriedade/virtualidade, ou necessidade/possibilidade. Essa avaliação apresenta caráter epistêmico, estando relacionada às crenças, opiniões e expectativas dos interlocutores.

(25) *Seguramente* esse uniforme também ia fora... (Cartas de Leitores - Minas Gerais)

d.2- Advérbios de circunscrição ou hedges: focalizam ou delimitam o ponto de vista sob o qual a asserção pode ser considerada correta.

(26) Não podemos compreender por li- | berdade de cultos o comparecimento | das auctoridades governantes, *official-* | *mente*, com aparato de tropas, a um | culto, desprestigiando-se os outros, como | si elles não existissem, embora em mi- | noria. (Cartas de Redatores de Jornais - Bahia)

d.3- Advérbios de atitude proposicional: indicam uma avaliação do falante acerca do conteúdo transmitido, mas não apresenta caráter epistêmico, já que reflete seu estado de espírito, ou a sua emoção diante do que diz. Castilho e Castilho (2002) caracterizam esses casos como modalizadores afetivos subjetivos.

(27) *Felizmente* che- | gou, porém um pouco tarde... (Cartas de Redatores de Jornais - Paraná)

d.4- Advérbios de ato de fala: indicam uma postura comunicativa do falante em relação àquilo que fala. Castilho e Castilho (2002) caracterizam esses casos como modalizadores afetivos intersubjetivos.

(28) *Francamente*, eu não gosto de você.⁸

⁸ Este é um exemplo inventado. Não encontramos casos desse tipo de advérbio nos *corpora*.

d.5- Deônticos: expressam a posição do falante de que o conteúdo transmitido precisa obrigatoriamente ocorrer.

(29) O regimen de uma boa administração, cujo salutar vigor cortando os males que soffriamos supprisse os bens que | nos faltavão, era uma necessidade da época: e o governo | central que por certo não quereria, que um pensamento | filho de sua politica soffresse contrariedades e abortasse as | esperanças inculcadas a frente da opposição que se levanta | tara contra a idéa da emancipação, *necessariamente* devia | ser mais tolerante e quasi que paternal. (Cartas de Redatores de Jornais - Paraná)

Dentre esses tipos de advérbios predicativos, apenas nos interessam, neste trabalho, os advérbios qualitativos e modalizadores.

2.2. A polissemia de alguns advérbios em *-mente*

Os usos dos advérbios em *-mente* do tipo que estudamos aqui apresentam uma polissemia bastante regular em alguns aspectos. Nas duas fases da nossa língua que estudamos, encontramos advérbios em *-mente* específicos, que apresentam valor qualitativo e modalizador. Que relação pode ser estabelecida entre esses usos?

Como foi mencionado anteriormente, Traugott (1995) e Tarbor e Traugott (1998), englobando o desenvolvimento de marcadores discursivos a partir de elementos de natureza adverbial no fenômeno da gramaticalização, propõem que esses elementos de relativa liberdade sintática que deixaram de funcionar no nível sintático para ter seu escopo ampliado ao nível do discurso, podem ter seus usos explicados pela trajetória de gramaticalização *advérbio interno à cláusula* > *advérbio sentencial* > *marcador discursivo*.

É interessante observar os valores de alguns desses elementos no português arcaico, e perceber que muitos deles

apresentavam então usos como advérbio interno à cláusula (com valor qualitativo) que não existem mais no português atual. É o que se pode ver nos exemplos abaixo envolvendo usos qualitativos de *seguramente*:

(30) ...façase sangria da vea que responde à segunda postema, tendo resguardo a que a virtude está mais fraca, E que de rezão ha de estar tirada a mayor parte do enchimento. E para que mais *seguramente* se possa fazer a sangria, por rezão da segunda postema donde está dito... (Registros Médicos)

(31) Entre as outras cousas em a fisica mais louuadas, E q) mais *seguramente* se pode tomar em a quantidade que quizerem, E com ser mezinha he mājjar, he hu)a mistura de figos passados, E nozes, folhas de arruda, com hum piqueno de sal, E he tão virtuoso ~q lhe quizeram chamar Triaga... (Registros Médicos)

Nesses casos, *seguramente* funciona como advérbio modificador do verbo, com valor qualitativo, apresentando sentido semelhante a *fazer a sangria com segurança ou com tranqüilidade* ou *tomar com segurança ou com tranqüilidade*. Esse uso não é mais comum no português, ou, pelo menos, nossas intuições de falantes nativos nos dizem que, atualmente, emprega-se preferivelmente valor de modalizador de *seguramente*, que não foi encontrado nos textos arcaicos observados.

Algo semelhante ocorre com *certamente*, como se pode ver abaixo:

(32) E muitas vezes a ciguidade dos olhos corporaes obra estas taaes cuydações, ca, asy como o beesteyro cõ olho çarrado tira mais *certamente* ao fito, be[m] assy, çarrada a vista da [carne per ciguidade, a outra vista da] alma mais *certamente* chega ao senhor Deus, que he fito e fim prestomeyra, com a vissom das suas cuydações. (Orto do esposo)

Pelo contexto em que ocorre, não é possível interpretar esses dois usos de *certamente* do exemplo (32) como tendo valor modalizador. Pode-se ver, também nesses casos, usos com valor qualitativo, que não se encontram mais no português. Na segunda ocorrência, *certamente* está se referindo a um verbo de movimento *chegar*, o que parece ser comum no português arcaico, como se vê nos exemplos abaixo:

(33) ...que non posa saber onde *certamente* aueis d hir se uos nom açertades em trauto... (Livros dos conselhos de El-Rei D. Duarte)

(34) ...e que nõ seendo e)bargado pellos sentidos de fora, chegasse a Deus mais *certame)te* e mais continuadame) te. (Orto do esposo)

Entretanto, ao contrário do que ocorreu com *seguramente*, o português arcaico apresentou casos de *certamente* com valor de modalizador:

(35) *Certame)te* todo manjar da alma he seco, se nõ for espargido sobre el esse oleo do nome de Jhesu... (Orto do Esposo)

(36) Emuelheceste e) terra alheia, emçuiado es cõ os mortos e cõtado es com aquelles que descende[m] e)no inferno, leyxaste a fonte da sabedoria, qua, se tu e) ella ouesses andado, *certame)te* tu morarias em paz perdurauil. (Orto do esposo)

3. Análises dos resultados

3.1. Português arcaico

3.1.1. Os advérbios qualitativos

A tabela abaixo apresenta a distribuição dos advérbios qualitativos em *-mente* encontrados no português arcaico pelas posições observadas:

Tabela 1: Distribuição dos qualitativos em *-mente* pelas posições observadas – PA

Posições pré-verbais					Posições pós-verbais					
SA V	SXA V	AX V	AV	AV S	SVX A	VX A	VA	VSX A	VS A	SV A
8	2	11	11 6	3	6	67	21 8	3	5	2
Total das posições pré-verbais: 140 (31,8%)					Total das posições pós-verbais: 301 (68,2%)					
Total de ocorrências: 441										

Essa tabela apresenta alguns resultados interessantes. Nota-se, inicialmente, a forte tendência dos qualitativos em *-mente* para ocorrer em posições pós-verbais: 301 casos ou 68,2% do total de 441 ocorrências. Entretanto, podemos ver uma quantidade significativa de ocorrências desses elementos em posição pré-verbal: 140 ocorrências, ou 31,8%. Chama principalmente atenção a quantidade, incomum pelo menos no português atual, de ocorrências entre o sujeito e o verbo: 9 ocorrências, sendo 7 em posição SAV e 2 em SXAV. Esses fatos apontam, portanto, para uma abertura às posições pré-verbais na fase arcaica do português, já prevista em nossas hipóteses.

A menor quantidade de casos de SXAV do que de SAV se deve, provavelmente, ao fato de não ser muito produtivo construir

frases com o sujeito longe do verbo. Por outro lado, a presença de construções como SAV e SXAV (e não SAXV) está associada a uma tendência mais geral que esses advérbios apresentam de ocorrerem próximos ao elemento que modificam, no caso, o verbo. A presença maciça de construções AV (116 casos) e VA (218 casos) ratifica isso. Esse resultado já era esperado, já levamos em conta o princípio de iconicidade, que funciona como uma força pancrônica, incentivadora de um posicionamento do advérbio próximo ao seu alvo.

Esse princípio parece se manifestar também em alguns casos de colocação pré-verbal. É interessante notar que algumas das ocorrências de SAV enquadram-se em um tipo de qualitativo que Jackendoff (1972) caracteriza como advérbio orientado para o sujeito. O exemplo abaixo ilustra esses casos, em que, tendo como alvo o sujeito, o advérbio ocorre próximo a ele:

(37) ...*é* guisa que *aquelle* que *ella falsame)te* chama bemaueturado... (Orto do esposo)

O advérbio *falsame)te*, nesse contexto, relaciona-se com o sujeito *ella* e não com o verbo: o advérbio aponta para uma atitude do sujeito. Além disso, pode-se negar o verbo sem que isso afete a caracterização de falsidade na atitude do sujeito, já que seria possível algo como *ela falsamente não chama bemaventurado*. Essa possibilidade de qualitativos se referirem ao sujeito está prevista na caracterização de Givón (2001) para o que ele chama *papel semântico de modo*: “a maneira pela qual um evento ocorre ou como um agente desempenha a ação”. Assim, pode-se ampliar a visão tradicional de que os advérbios de modo se referem ao verbo, propondo que esses elementos podem, também, ter como alvo o sujeito agente.

Percebe-se ainda que, quando o sujeito ocorre antes do verbo, há uma tendência maior de o advérbio assumir posição pós-verbal. Isso pode ser visto como uma espécie de processo de equilíbrio entre os elementos na oração.

No que se refere ao qualitativo referente a adjetivos e participípios, temos os seguintes resultados:

Tabela 2: Distribuição dos qualitativos em *-mente* pelas posições observadas – PA

A part/adj	Part/Aadj A
47 (61,1%)	30 (38,9%)
Total de ocorrências: 77	

Nota-se que existe uma grande quantidade de qualitativos em *-mente* colocando-se depois do seu alvo: 30 ocorrências ou 38,9% do total de 77 ocorrências. Isso não era esperado, já que estudos feitos acerca de outros advérbios qualitativos demonstraram, para o português arcaico, uma tendência de ocorrer antes do adjetivo ou do participípio a que se referem. Além disso, levantamentos referentes aos usos dos advérbios em *-mente* no português, registrados em Pinto (2002), detectaram a presença categórica da posição anterior ao participípio/adjetivo, o que sugere que, nesse contexto de uso, houve mudança nas tendências de colocação dos advérbios em estudo.

3.1.2. Os advérbios modalizadores

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos advérbios modalizadores em *-mente* encontrados no português arcaico pelas posições observadas:

Tabela 3: Distribuição dos modalizadores em *-mente* pelas posições observadas – PA

A or	Meio de oração
20 (52,6%)	18 (47,4%)
Total de ocorrências: 38	

Esperávamos uma quantidade grande de elementos modalizadores no início da oração. Mas constatou-se quase um equilíbrio com as ocorrências no meio da oração: quando isso

ocorre parece-nos haver uma intenção de enfatizar um elemento da oração, mais especificamente aquele que é precedido pelo advérbio.

(38) Outrossy, as riquezas fazem ao home) tremer, ca aquelles que ham possissões e)no mu)do *certame)te* em tremor som... (Orto do Esposo)

(39) Viste nu)ca o leom, que he rey das animálias, coroar-se de rrosas? Ou viste a aguya afeytar-se com pedras preciosas? Per u)entura faria esto a bugia que o aprehendese dos home)s sandeus, que som semelhantes aa bugia e) sua sandice. Pore) diz Boecio: As outras animálias *certame)te* som conte)tas de ssy meemas... (Orto do Esposo, p. 327/ 21)

Nesses dois casos, o advérbio se refere a toda a oração, posicionando-se, entretanto, no seu interior e não no início ou no fim, como esperávamos.

3.2. Português do século XIX

3.2.1. Os qualitativos

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos advérbios qualitativos em *-mente* do português do século XIX, pelas posições observadas:

Tabela 4: Distribuição dos qualitativos em *-mente* pelas posições observadas – século XIX

Posições pré-verbais				Posições pós-verbais			
SAV	AV	AVS	AXV	SVA	VA	VXA	SVXA
10	44	3	2	27	106	15	4
Total de posições pré-verbais: 59 (27,9%)				Total de posições pós-verbais: 152 (72,1%)			
Total de ocorrências: 211							

Essa tabela apresenta alguns resultados de certo modo surpreendentes. Nota-se a mesma tendência do português arcaico para as posições pós-verbais, com as diferentes posições pré e pós-verbais apresentando percentagens muito parecidas e, do mesmo modo, uma quantidade considerável de ocorrências entre o sujeito e o verbo: 10 ocorrências. Apesar da queda de 31,8% para 27,9%, que as posições pré-verbais aqui apresentam, podemos afirmar que esses fatos vão contra nossa hipótese inicial de que o século XIX apresentaria bem menos casos de qualitativos em *-mente* em posição pré-verbal, especialmente entre o sujeito e o verbo.

Entretanto, como argumentamos em Martelotta, Barbosa e Leitão (2002), esta parecia ser uma característica específica das cartas publicadas nos jornais do século XIX, e não de outros textos da época, como os anúncios de jornais, que visam à síntese. As cartas de jornais constituem um tipo de texto favorável à colocação marcada SAV, já que têm como característica básica a análise. Além da descrição e do relato dos fatos, o material conta com as considerações — por vezes reclamações enfáticas ou críticas cheias de ironia — dos leitores e de redatores dos jornais. Esse contexto poderia deixar as cartas mais *abertas* à estilização das construções. Deve-se considerar, agora, as cartas manuscritas que, a princípio, deveriam alterar mais significativamente esse quadro.

De 18 dados de advérbios qualitativos em *-mente* recolhidos do *corpus* “cartas pessoais do PHPB”, 8 são pós-verbais contra 10 de advérbios pré-verbais. Mais uma vez aspectos estilísticos parecem enviesar os resultados. Primeiro que dessas dez ocorrências, três são fórmulas fixas de despedida de um mesmo redator, o escritor fluminense Casimiro de Abreu, e quatro outras aparecem em contextos reforçados por alguma estratégia de estilização da linguagem.

Voltando à Tabela 4, observamos outra semelhança com o português arcaico no fato de que a tendência maior dos qualitativos em *-mente* é ocupar posições próximas ao verbo. Pela natureza dessa tendência, trata-se de uma tendência atemporal de natureza semântica, associada ao princípio da iconicidade, mais

especificamente ao subprincípio da proximidade (Givón, 1990), que propõe uma relação entre proximidade semântica e proximidade sintática. Nesse sentido, advérbios que se referem a aspectos mais essenciais da ação verbal ocorrem mais próximos ao verbo. Assim, os advérbios qualitativos, que modificam o verbo, tendem a aparecer imediatamente próximos a ele: antes ou depois.

Por outro lado, nota-se na tabela uma diminuição da possibilidade de colocações, com o desaparecimento de algumas posições. Isso provavelmente ocorre em função da perda de mobilidade dos elementos que caracterizava o português arcaico.

No que se refere ao qualitativo referente a adjetivos e participios, temos os seguintes resultados:

Tabela 5: Distribuição dos modalizadores em *-mente* pelas posições observadas - XIX

A part/adj	Part/adj A
23 (85,2%)	4 (14,8%)
Total de ocorrências: 27	

Nota-se que há uma tendência de o qualitativo em *-mente*, no contexto em questão, ocorrer antes do seu alvo: 85,2% do total de 27 ocorrências. Houve, com relação ao português arcaico, uma significativa diminuição de mobilidade. Esses dados são interessantes, uma vez que apontam para uma mudança em direção à tendência atual de o advérbio se colocar basicamente antes do seu alvo.

3.2.2. Os modalizadores

A tabela seguinte apresenta a distribuição dos advérbios modalizadores em *-mente* do português do século XIX, pelas posições observadas:

Tabela 6: Distribuição dos modalizadores em *-mente* pelas posições observadas – XIX

A or	Meio de oração
22 (61%)	14 (39%)
Total de ocorrências: 36	

Com base em Ilari *et al.* (1996), esperávamos encontrar mais modalizadores no início e, em menor escala, no fim da oração, já que esses advérbios se referem à oração como um todo. De fato a maioria das ocorrências se deu no início da oração: 22 casos ou 61% do total de 36 ocorrências. Entretanto, além de não encontrarmos ocorrências no final da oração, detectamos 14 casos (39%) no meio da oração. Embora, nesses casos, o advérbio se refira à oração como um todo, ele parece enfatizar um elemento que ocorre no seu interior. É o que ocorre nos exemplos abaixo:

(40)...fazem [...] conver- | sas, *certamente* para com mais seguran- | ça attrahirem os Beneficios, e Senecu- | ras, com que os incautos costumão mi- | mosear á Impostores... (Cartas de Redatores de Jornais - Paraná)

(41) ...No Diario numero 272, transcrevemos os Decretos | de 2 de Novembro do anno ultimo, que nos di- | zem, que a segurança e tranquilidade do Impe- | rio está *infelizmente* assaltada em alguns pontos | por feroz anarchia... (Cartas de Redatores de Jornais - Bahia)

Nos dois exemplos acima, a presença do advérbio no meio da oração enfatiza o termo que o sucede, embora o advérbio, na verdade, tenha como escopo toda a oração.

4. Conclusão

À guisa de conclusão, passamos a algumas reflexões acerca do nosso trabalho. Os dados sugerem uma mudança na colocação dos advérbios em *-mente*, no sentido de que, na fase arcaica, havia

um leque maior de possibilidades de colocação desses elementos, que parece ter diminuído no século XIX e diminuído ainda mais na fase atual. Uma questão interessante em relação a isso é observar até que ponto essa diminuição está associada a mudanças mais gerais da estrutura sintática da frase portuguesa.

Outra questão que merece menção relaciona-se à trajetória de gramaticalização *advérbio interno à cláusula > advérbio sentencial > marcador discursivo*. Essa trajetória pode ser vista como uma *seqüencial e unidirecional*, à maneira de Traugott (1995) e Tarbor e Traugott (1998), no sentido de que cada novo uso se desenvolve de um anterior na seqüência do tempo. Pode também ser caracterizada como *instantânea*, conforme se vê em Ferreira (2000; 2003), ou, anteriormente em Votre (1999), que assim se refere ao fenômeno:

a faculdade metafórica da linguagem opera de modo instantâneo, no sentido de que todas as virtualidades e potencialidades se tornam disponíveis na mente das pessoas, que interagem na comunidade discursiva, ancoradas no contexto situacional de cada interação.

Essa opção entre *unidirecionalidade* e *extensão imagética instantânea* é um problema que o estudioso da mudança lingüística tem de tentar resolver. Nesse sentido, devemos observar a natureza do fenômeno da polissemia e constatar se ela implica um conjunto de manifestações simultâneas de um único sentido ou uma relação seqüencial de sentidos diferentes, que evoluem uns dos outros. Notamos que essa é uma difícil tarefa, quando percebemos as diferentes conclusões a que chegaram pesquisas anteriores.

Votre (1999) e Ferreira (2000; 2003), ao estudarem a relação entre a polissemia de determinados verbos e suas características sintáticas, perceberam que não houve mudança no que se refere a esse fenômeno, desde o latim. Isso significaria que a unidirecionalidade relacionada ao desenvolvimento de um sentido novo a partir de um uso anterior, como prevê a teoria da gramaticalização, não pode ser constatada historicamente. Por

outro lado, Silva e Silva (2002), em sua pesquisa sobre o advérbio *mal*, só encontrou usos desse elemento com valor de conjunção temporal a partir do século XIX, o que sugere seqüencialidade unidirecional.

No caso de nossa pesquisa, encontramos advérbios como *naturalmente* empregados como qualitativo e como modalizador nas diferentes fases do português, o que aponta para a estabilidade da polissemia. Por outro lado, vimos que alguns advérbios como *certamente* e *seguramente* apresentaram valor qualitativo apenas no português arcaico, sendo que somente no caso de *certamente* foram encontrados valores modalizadores também na fase arcaica.

Essa é uma questão que merece aprofundamento. De qualquer modo, fica patente, por sua regularidade pancrônica, a força dos fatores cognitivos que estão em operação nessas extensões de sentido.

Além desses, outros problemas surgem, como, por exemplo, o fato de que nem todos os qualitativos em *-mente* cumpriram a trajetória. Por mais que aceitemos como inevitável alguma casualidade envolvida nisso, temos de admitir uma certa interferência das bases adjetivas no processo. Isso poderia explicar uma série de advérbios em *-mente* estabilizados há muito como qualitativos. Um possível desdobramento desse trabalho seria, portanto, o controle de traços associados às bases adjetivas que compõem os advérbios em questão como [\pm descritivo], [\pm objetivo], [\pm concreto], para citar alguns.

Os pontos acima levantados indicam possibilidades de desenvolvimento de nossa pesquisa no futuro. Independentemente do viés a ser seguido, o espírito de nossas abordagens deverá estar aberto a questões como essas, assim como a dados de outras línguas românicas. Enfim, um trabalho de espírito aberto, ou, em outras palavras, uma pesquisa que se desenvolva de aberta mente.

- PÁDUA, Maria da Piedade Canaes e Mariz. A ordem das palavras no português arcaico: frases de verbo transitivo. Coimbra: Imprensa de Coimbra Ltda., 1960.
- PAGOTTO, Emílio G. *Posição dos advérbios*. Via correio eletrônico: gozze@cce.ufsc.br. 1999.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- PINTO, Deise Cristina de Moraes. *Os advérbios qualitativos e modalizadores em -mente e sua ordenação*: uma abordagem histórica. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.
- RIBEIRO, Ilza. *A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2*. Tese (Doutorado), Campinas, UNICAMP, 1995.
- ROSSI, Nelson *et al.* *Livro das aves*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1965.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1978.
- SILVA E SILVA, Edna Inácio. *As tendências de ordenação do advérbio mal*: uma abordagem diacrônica. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro, UFRJ, 2001.
- SILVA NETO, Serafim da. *Bíblia medieval portuguesa*: histórias d'abreviado testamento velho, segundo o meestre das historias scolasticas. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1958).
- TARBOR, Whitney; TRAUGOTT, Elizabeth C. Structural scope expansion and gramaticalization. In: RAMMAT, Anna G.; HOPPER, Paul J. *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1998.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. *The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization*. Stanford University: Department of Linguistics, 1995. (mimeo)
- VALLE, Carla Regina Martins. *Sabe?, não tem?, entende?*: itens de origem verbal em variação como requisitos de apoio discursivo. Dissertação (Mestrado), Santa Catarina, UFSC, 2001.
- VOTRE, Sebastião J. *Cognitive verbs in Portuguese and Latin – unidirectionality revisited*. Santa Barbara, Califórnia: USCB, 1999. (mimeo)

*Para o estudo do artigo definido antes de
pronomes possessivos no português brasileiro:
algumas observações**

por

Ane Schei

Universidade de Estocolmo

1. Introdução

No português brasileiro (doravante PB) é variável o uso do artigo definido antes de pronomes possessivos seguidos de substantivos, diz-se *meu livro* ou *o meu livro*. No presente trabalho tentamos descrever resumidamente a evolução diacrônica do fenômeno e mostramos que há diferenças consideráveis entre diversos *corpora*. Faremos também uma breve análise descritiva de uma parte do *corpus* do Projeto para a História do Português Brasileiro, examinando cartas de leitores e anúncios em jornais brasileiros do século XIX.

A exposição, a seguir, é, em grande parte, baseada na tese de Giselle Machline de Oliveira e Silva, *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*, na qual a autora faz um estudo detalhado do fenômeno em *corpora* diacrônicos e sincrônicos. Contudo, apesar dos méritos desse trabalho, veremos que ainda existem lacunas no nosso conhecimento da variação entre presença e ausência do artigo definido frente a possessivos seguidos de substantivos.

* Agradeço à Profa. Dra. Maria Aparecida C. R. Torres Morais pela leitura cuidadosa deste texto e pelos seus comentários. Os erros remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

2. Breve panorama histórico

Nos primeiros documentos escritos em português o uso do artigo era bastante raro, mas ao longo dos séculos a frequência do artigo aumentou cada vez mais no português europeu (doravante PE). Said Ali, estudando o fenômeno em algumas obras da literatura portuguesa, chega ao seguinte resultado:¹

corpus	frequência relativa de casos com artigo
Fernão Lopes	5% aproximadamente
Camões	30%
Vieira	mais de 70%
Herculano	mais de 90%

Tabela 1. Baseada em Said Ali (1964a:96-97): a evolução diacrônica do português europeu.

Meier (1973:6) questiona esta evolução linear: analisando outras obras, encontra frequências relativas dos casos com artigo de 33% no século XV e apenas 29% no século XIX. No entanto, concordamos com Silva (1982) que observa que as obras analisadas por Meier não são muito adequadas: o texto do século XV é uma tradução de *De officiis* de Cícero e o texto oitocentista consiste de poesias. Nas palavras de Silva (1982:358), “tanto as traduções quanto as obras líricas tornam as condições da linguagem muito artificiais para este tipo de estudo”, e o estudo diacrônico do PE em Silva (1982:314) confirma a evolução

¹ Com o seguinte método e *corpus*: “Tal estatística, sem pretensões a rigor absoluto, foi por mim obtida, examinando, em páginas seguidas, todos os casos (em número de 100 a 150 para cada autor) não sujeitos a regras especiais e portanto parecendo permitir o emprego de possessivo com ou sem artigo. Os *corpora* usados foram: Fernão Lopes, *Crônica de D. João*, pág. 161 a 200; Camões, *Lusíadas*, cantos V a VIII; Vieira, *Sermões*, vol. 5, pág. 1 a 45; Herculano, *Eurico*, pág. 1 a 71.”

apresentada por Said Ali: de 2%² em Fernão Lopes chega-se a 90% em jornais diários de Lisboa no século XX. Como veremos mais adiante (tabela 4), uma análise nossa confirma que, na literatura portuguesa do século XIX, o artigo era empregado na grande maioria dos casos. Conforme Cunha & Cintra (1991:216), hoje em dia a presença do artigo definido antes de possessivo é “praticamente obrigatória” no PE.

Também no PB o uso do artigo definido aumentou ao longo dos séculos, mas menos do que em Portugal. Na tabela 2 vemos os resultados do estudo diacrônico de Silva (1982:315). Note-se que expressões feitas (*a meu lado, em sua opinião, etc.*) foram estudadas em separado, tanto por Silva quanto por nós, e portanto não são incluídas em nenhuma das tabelas deste trabalho.

Tabela 2. Baseada em Silva (1982:315): a evolução diacrônica do português brasileiro.

Corpus ³	Frequência relativa de casos com artigo
Vieira	41%
Documentos séc XVII	11%
Documentos séc XVIII	34%
Bernardo Guimarães	26%

Para descrever a situação no PB atual, Silva utiliza material tanto oral como escrito: o *corpus* oral consiste de gravações com jovens universitários e alfabetizando (na tabela 3 apresentados num grupo só, já que não há diferença significativa entre os dois tipos de informantes), e o *corpus* escrito consiste de jornais⁴,

² Muitos dos estudos aqui referidos apresentam as percentagens com uma ou duas decimais, mas preferimos arredondá-las.

³ Os *corpora* são os seguintes: Padre Antônio Vieira, *Sermões*; Documentos da Câmara do Rio de Janeiro no século XVII; Documentos sobre a Inconfidência Mineira; Bernardo Guimarães, *A Escrava Isaura*.

⁴ *Jornal do Brasil* e *O Globo*.

fotonovelas⁵ e revistas em quadrinhos⁶. A conclusão é que também no PB o uso do artigo definitivo aumentou desde o século XVI, mas muito menos do que em Portugal.

Tabela 3. Baseada em Silva (1982:311-312): o português brasileiro atual.

Corpus	Freqüência relativa de casos com artigo
corpus oral	43%
jornais	29%
fotonovelas	35%
quadrinhos	59%

Dado que o PE praticamente generalizou o uso do artigo, estamos diante de mais um fenômeno sintático que distingue o PE do PB. Porém, observe-se desde já que parece haver bastante variação no PB dependendo do *corpus* analisado: na tabela 3 há diferenças entre 29-59%, e em outro *corpus* oral, o *corpus* do Projeto NURC,⁷ o artigo ocorre em 65% dos casos (Neves 1993:175). Adiante veremos que na literatura brasileira moderna há mais variação ainda.

3. A variação no PB

Como veremos com maiores detalhes na seção 4, há alguns casos em que a ausência do artigo definido é de regra, mas na grande maioria dos casos há variação: a afirmação de que o artigo pode ser usado ou não encontramos em Said Ali (1964b:190),

⁵ *Amiga e Sétimo Céu*.

⁶ *Mônica, Cebolinha, Vaca Voadora, Pelezinho, Sítio do Pica-Pau Amarelo e Os Trapalhões*.

⁷ O *corpus* do Projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta) consiste em gravações realizadas nos anos 70 com informantes de formação universitária em cinco cidades brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Rocha Lima (1980:291), Cunha & Cintra (1991:216), Bechara (1999:157), Neves (2000:475).

No entanto, Silva (1982), que examinou detalhadamente a variação entre a presença e a ausência do artigo nos seus *corpora* diacrônicos e sincrônicos, chega à conclusão de que o uso do artigo é fortemente determinado pelo fator ‘especificidade’: o artigo seria empregado com maior frequência nos casos em que o possuído é [+específico]. Observe-se que, com este termo, a autora não quer afirmar, em termos absolutos, que o artigo antes do possessivo, o especifica o que equivaleria dizer que, sem ele, o possessivo é inespecífico, indefinido, o que sabemos ser irreal (Silva 1982:268); o que este termo quer dizer é que “os [casos] sem artigo são aqueles em que o falante não necessita destacar elemento(s) do conjunto: a informação ou não é necessária ou, pelo contrário, já está bem clara” (Silva 1982:271). Verifica-se que em todos os *corpora* sincrônicos e em quase todos os diacrônicos “os possuídos ‘específicos’ sempre favorecem a presença do artigo, enquanto os ‘não específicos’ a desfavorecem” (Silva 1982:358). O fator ‘especificidade’ também explica o uso muito reduzido do artigo com nomes de parentesco (p.ex. *meu pai, teu irmão*), dado que estes nomes já têm, por sua natureza, uma certa determinação; como já são determinados, dispensam o artigo. Silva nota também que o artigo é mais frequente no singular do que no plural, o que também seria um efeito do fator ‘especificidade’: “Havíamos postulado que o plural já trazia em si uma definição intrínseca, que fizesse com que o artigo especificado se tornasse inútil. O plural refere-se ao conjunto inteiro. Não necessitando de artigo para expressar veladamente a idéia de *todos*, o artigo torna-se redundante.” (Silva 1982:367). É ainda a especificidade que explica a total ausência do artigo em apostos: “De fato um aposto é uma definição, uma especificação e, mais do que o campo semântico de parentesco, deve ser ‘super determinado’, tornando o artigo redundante” (Silva 1982:272).

Essa função especificadora do artigo é resumida da seguinte maneira em outro estudo de Silva (1986:236):

“Há diferença semântica entre os exemplos ‘seu livro’ e ‘o seu livro’. O primeiro pode ser parafraseado como ‘um dos seus livros’ enquanto o segundo tenderá a ser interpretado como ‘esse seu livro’. O uso do artigo está ligado à questão da especificidade: quando o falante destaca apenas um dentro de um conjunto de elementos possuídos, há maior especificidade e o uso do artigo é maior. [...] Quando, por sua natureza, o possuído já é claramente específico, o artigo torna-se redundante, como nos casos de parentesco apontados por Jespersen e De la Grasserie (apud Krámský, 1972, p. 25) como hiper definidos (*meu pai, meu irmão* em oposição a *meu professor*).”

Observe-se, no entanto, que as ocorrências classificadas por Silva como específicas nem sempre têm artigo: a especificidade só favorece o emprego do artigo, não o torna obrigatório. Se, por exemplo, o *corpus* oral da tabela 3 for dividido em dois grupos – ocorrências específicas e não específicas – verifica-se que o artigo ocorre em 49% dos casos específicos e em 30% dos casos não específicos, e se juntarmos os três *corpora* escritos da tabela 3, as percentagens correspondentes são 43% e 32%, respectivamente (Silva 1982:298-299). Note-se também que os fatores analisados por Silva sempre atuam da mesma maneira, no sentido de a especificidade favorecer o artigo, tanto nos *corpora* sincrônicos como nos diacrônicos: “Poderíamos dizer que o sistema de variáveis não mudou nem quantitativa nem qualitativamente embora tenha aumentado o número geral de artigos” (Silva 1982:387).

Outro fato a ser notado é que a escolha entre usar e não usar o artigo não parece ser uma escolha consciente por parte dos falantes. Conforme Silva (1982:274) parece que muitas pessoas nem sequer estão conscientes de que existe uma variação entre presença e ausência do artigo antes de possessivo, e por conseguinte não há uma consciência sobre como se ‘deve’ fazer. Em outras palavras, não há uma pressão social sobre a variação. Ao mesmo tempo, Silva (1982:385) nota que fatores sociais podem influir: “Quanto às classes, notou-se que tanto os falantes provenientes de pais mais instruídos quanto os mais instruídos

eles mesmos mostraram significativo desfavorecimento do artigo”. Apesar disso, já vimos que a frequência é bastante alta (65%) no *corpus* do Projeto NURC, cujos informantes têm formação universitária.

Se não há uma consciência sobre o fenômeno em questão hoje, parece que o mesmo não acontecia no século XIX, o que observamos em José de Alencar. Mais uma vez encontramos em Silva (1982) uma observação interessante: no pós-escrito à segunda edição de *Iracema*, Alencar defende “certa parcimônia no emprego do artigo definido”, explicando-a como “uma reação contra o abuso dos escritores portugueses”⁸ (Alencar 1953:194). No entanto, depois de uma análise de um outro romance de Alencar, *Diva*, Silva afirma que este autor não parece seguir suas teorias:

“Em resumo, Alencar defende a ausência do artigo (portanto consciente), como libertação da língua de Portugal. Bem alto ($325/687 = 47,3\%$), o *overall* de *Diva* não se coaduna com o sentimento de Alencar sobre o assunto já que ultrapassa os dados não só do século XIX mas até do século XX. Esse fato confirma quão inconsciente é o uso dessa regra e quão longínquo pode estar o uso da atitude.” (Silva 1982:356-358).

A opinião de Silva é, portanto, que a frequência de Alencar é alta, já que o emprego do artigo em *Diva* é mais freqüente do que nos demais *corpora* dos séculos XIX e XX, mas uma análise nossa de romances de escritores portugueses e brasileiros do século XIX⁹ indica que a frequência do uso do artigo em *Diva* na verdade não é particularmente alta:

⁸ Como se vê na tabela 4, os escritores portugueses dessa época usavam quase sempre o artigo definido antes de possessivo.

⁹ Os dados das tabelas 4 e 5 são tirados de Schei (em andamento). Os romances analisados são os seguintes (ano da primeira edição entre colchetes): Alexandre Herculano, *Eurico* [1844]; Camilo Castelo Branco, *Amor de perdição* [1862]; Eça de Queiroz, *O crime do Padre Amaro* [1874]; Joaquim Manuel de Macedo, *A Moreninha* [1844]; Manuel Antônio de

Tabela 4. Romances portugueses do século XIX.

Autor	Com artigo
Herculano	94%
Camilo	87%
Eça	99%

Tabela 5. Romances brasileiros do século XIX.

Autor	Com artigo
Macedo	33%
Almeida	63%
Alencar	69%
Bernardo	22%
Taunay	73%
Machado	96%

Em relação aos três escritores portugueses, Alencar de fato usa menos o artigo definido, como ele mesmo diz. Se, por outro lado, compararmos Alencar com os demais escritores brasileiros, notamos que esse tem mais ou menos a mesma frequência encontrada em Almeida e Taunay, ou seja, não usa o artigo mais do que esses outros autores brasileiros. Vemos também que ele o usa menos do que Machado, que por sua vez emprega o artigo com a mesma frequência dos escritores portugueses. Ao mesmo tempo verifica-se que Macedo e Bernardo usam o artigo com menor frequência do que os demais, inclusive Alencar. Uma explicação disso poderia ser que Macedo e Bernardo usam um modelo mais brasileiro, enquanto Machado, que viveu no final do século quando o purismo preconizava um modelo lusitano para a língua literária, está usando, de propósito, o modelo português. Se

Almeida, *Memórias de um sargento de milícias* [1854-1855]; José de Alencar, *Lucíola* [1862]; Bernardo Guimarães, *O garimpeiro* [1872]; Visconde de Taunay, *Inocência* [1872]; Machado de Assis, *Dom Casmurro* [1899]. Os diálogos não foram incluídos na análise.

as freqüências baixas de Macedo e Bernardo são típicas do PB, Alencar também estaria se aproximando do modelo lusitano, embora talvez não de maneira consciente.

Uma outra explicação, contudo, seria que Alencar não está seguindo o modelo lusitano, mas um modelo brasileiro, porém, não o modelo de Macedo e Bernardo; o modelo desses dois escritores seria um modelo brasileiro mais antigo, caindo em desuso durante o século XIX, porque o uso do artigo de fato teria aumentado no PB durante este século. Em outras palavras, uma hipótese seria que Macedo e Bernardo ainda estariam usando um modelo brasileiro mais antigo, com poucos casos de artigo definido, enquanto os demais (com exceção de Machado) também estariam usando um modelo brasileiro, mas um modelo mais moderno que teria evoluído durante o século XIX. Como veremos na seção 4, também em um dos *corpora* do Projeto para a História do Português Brasileiro, cartas de leitores, o artigo é usado em cerca de 60% dos casos no século XIX.

Um indício de que o uso do artigo de fato aumentou no PB durante o século XIX poderia ser o fato de Mário de Andrade usar o artigo com certa freqüência: se analisarmos o romance *Amar, verbo intransitivo*, de 1927, verifica-se que nesse livro o artigo é empregado em 74% dos casos. Ora, se o artigo fosse muito menos comum no PB falado espontâneo, parece-nos provável que a freqüência em *Amar, verbo intransitivo* tivesse sido mais baixa, ou porque Mário, consciente de que isso era brasileiro e não lusitano, de propósito teria evitado o artigo, ou porque ele, não consciente da variação, espontaneamente usaria o seu próprio modelo brasileiro, também usando pouco o artigo.

Para tentarmos detectar com que freqüência o artigo é usado na língua literária de hoje, examinamos seis romances¹⁰ do fim do século XX, e encontramos uma imagem heterogênea:

¹⁰ Estes seis romances são (ano da primeira edição entre colchetes): Rachel de Queiroz, *Dôra, Doralina* [1975]; Moacyr Scliar, *Os voluntários* [1979]; Rubem Fonseca, *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos* [1988]; Lya

Como já foi dito, há alguns casos em que não se usa o artigo, e esses serão examinados à parte. Se consultarmos algumas gramáticas da língua portuguesa, encontramos listas um pouco diferentes sobre quais são esses casos, mas tanto Cunha & Cintra (1991:217) como Neves (2000:425-426) mencionam os seguintes:

- em fórmulas de tratamento ou expressões como *Sua Excelência, Nossa Senhora*
- quando faz parte de um vocativo: *Meu filho!*
- em certas expressões feitas, p.ex. *em minha opinião, em seu poder*
- quando vem precedido de um demonstrativo: *esse teu silêncio*

Outras gramáticas mencionam também os seguintes casos:

- nomes de parentesco (Said Ali 1964b:190; Cuesta & Luz 1980:465)
- a palavra *casa* (Cuesta & Luz 1980:466)
- no sentido de ‘alguns’: “Os Lusíadas têm *suas* dificuldades de interpretação” (Bechara 1999:157)
- “na expressão de um ato usual, que se pratica com frequência [...]: ‘Às oito toma seu café’” (Bechara 1999:157)

Com exceção do último caso de Bechara, ‘um ato usual’, examinamos as ocorrências desses tipos nos nossos *corpora*, e podemos constatar que, de fato, o artigo é raro nesses casos. Como acima vimos, Silva (1982) constata que com os apostos também não se usa o artigo, e o mesmo se verifica no nosso material. Vejamos alguns exemplos.

expressão:

(1) Lendo a Gazeta da Bahia Número 40, encontrei n’ella hum avizo feito por Manoe l | Ferreira Oliveira Guimarães *á meo respei-* | *to*, em que em suma diz, que ninguem fa- | ça commigo negocio, nem tranzação | alguma com huma

Letra passada por | Lourenço Luiz Pereira de Souza da
quan- | tia de 245\$, a vencer-se á quatro me- | zes;

(BA/Salvador, *Gazeta da Bahia*, 26 de maio de 1830, carta
de leitor)

a palavra *casa*:

(2) e quando a musica veio á frente de *sua casa*, | elle deo os
vivas ao memoravel dia 7 de setembro,

(MG/Ouro Preto, *Correio Official de Minas*, 7 de outubro de
1858, carta de leitor)

nome de parentesco:

(3) Nos meus negocios todos andei a quatro pés; fui mais |
feliz do que uma besta, segundo diz *minha mulher*.

(SP/São Paulo, *Correio Paulistano*, 1 de janeiro de 1865, carta
de leitor)

A análise a seguir não incluirá os casos acima mencionados,
mas só aqueles em que há variação. Primeiro apresentamos alguns
exemplos:

(4) aluguel | Uma casa em Olinda para qualquer *Senhor*
Estudante, que nella quiser morar para estudar, a qual *o seo*
proprietario aluga-a por menos de *seu valor* toda a vez que se
lhe dê adiantado um, ou dous annos de *seu aluguel*.

(PE/Recife, *A Quotidiana Fidedigna*, 7 de fevereiro de 1835,
anúncio)

(5) QUERENDO o *Doutor* Herman Blume|nau e
Fernando Haveradt dissol|[v]er a sociedade que existio até
agora | entre os mesmos com estabelecimento | rural no
Rio Itajahy, e proceder a li|quidação final de *suas contas*,
rogão | a *seus credores* nesta cidade de entre|gar *as suas contas*,

fechadas, na casa do | *Senhor Verico Haerberle*, com loja de
fa | zendas na rua do Príncipe número 30; | assim como aos
seus devedores de sa | tisfazeremos *seus debitos* na mesma casa,

(SC/Florianópolis, *O Novo Iris*, 12 de novembro de 1850,
anúncio)

Vejam os primeiro as cartas de leitores. Se observarmos
primeiro a tabela 7, em que apresentamos separadamente os
estados analisados, vemos que a variante com artigo é menos
frequente no Paraná e que nos demais Estados há pouca variação:
59-66%.

Tabela 7. Século XIX, jornais, cartas de leitores.

Estado	Objeto nulo		Preenchimento		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
BA	12	8	132	92	144	100
MG	6	17	29	83	35	100
PE	6	11	48	89	54	100
RJ	9	10	85	90	94	100
SP	24	28	62	72	86	100
PR	10	20	39	80	49	100
TOTAL	67	15	395	85	462	100

Dividindo o material em dois períodos, primeira e segunda
metade do século, obtemos tabela 8, em que apresentamos apenas
a frequência relativa dos casos com artigo.

Tabela 8. Século XIX, jornais, cartas de leitores: frequência com
artigo, 1ª e 2ª metade do século.

	FASE 1		FASE 2		FASE 3	
	N	%	N	%	N	%
Nulo	14	13	31	14	22	16
Preenchido	94	87	182	86	119	84
TOTAIS	108	100	213	100	141	100

Verifica-se que em alguns estados a frequência da forma com artigo é mais baixa na segunda metade do século do que na primeira, enquanto em outros estados é mais alta. A média geral indica um aumento modesto da primeira metade do século para a segunda. Nesta tabela verifica-se também que é só na primeira metade que a frequência do uso do artigo é muito mais baixa no Paraná do que nos demais estados; na segunda metade não há diferenças grandes entre o Paraná e os demais.

Tabela 9. Século XIX, jornais, anúncios: frequência com artigo, 1ª e 2ª metade do século.

Estado	1ª metade	2ª metade
Pernambuco	73% (8/11)	50% (3/3)
Bahia	26% (7/27)	49% (72/147)
Minas Gerais	41% (7/17)	29% (18/63)
Rio de Janeiro	64% (9/14)	62% (31/50)
São Paulo	29% (18/62)	46% (65/142)
Paraná	-	44% (18/41)
Santa Catarina	-	53% (31/58)
Total	37% (49/131)	47% (238/504)

Se passarmos aos anúncios, vemos na tabela 9 que, quanto à média geral, o artigo é menos freqüente do que nas cartas de leitores. Verifica-se também que há diferenças entre os estados, mas é difícil tirar conclusões, dado que o número de ocorrências é muito baixo em alguns casos. Convém notar que o uso do artigo poderia ter sido afetado pelo fato de os anúncios às vezes usarem formas mais o menos fixas que se repetem freqüentemente (p.ex. *tratar do seu ajuste, levar/entregar a seu senhor*), ou seja, a língua dos anúncios talvez seja mais regida por fórmulas feitas do que a língua das cartas. Verifica-se de novo um ligeiro aumento na segunda metade do século em relação à primeira.

Em resumo, essa breve descrição do *corpus* do Projeto para a História do Português Brasileiro indica que o uso do artigo antes

de pronome aumentou um pouco durante o século XIX. No entanto, para melhor entendermos a evolução diacrônica do fenômeno em questão é necessário analisar mais profundamente o material, assim como outros *corpora*. Essa análise poderá se basear no modelo de Silva (1982), em que a autora estuda a influência de variáveis como ‘especificidade’, número, parentesco, e outras.

5. Palavras finais

Resumindo, enquanto o PE praticamente generalizou o uso do artigo definido antes de possessivo, no PB o artigo é usado com menos frequência, apesar de seu emprego também ter aumentado nesta variedade da língua portuguesa desde o século XVI. No entanto, não ficou claro como se deu a mudança no PB; o que é o ‘normal’ hoje em dia, e como chegamos até aqui? Precisa-se de mais estudos para melhor podermos detectar como tem sido a evolução diacrônica, e também quais são as diferenças regionais dentro do Brasil.

Bibliografia

- ALENCAR, José de (1953). *Iracema e Ubirajara*, 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- BECHARA, Evanildo (1999). *Moderna gramática portuguesa*, 37ª ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- CUESTA, Pilar Vázquez & LUZ, Maria Albertina Mendes da (1980). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70.
- CUNHA, Celso Ferreira da & CINTRA, Luís F. Lindley (1991). *Nova gramática do português contemporâneo*, 8ª ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- LUCCHESI, Dante (1993). “The article systems of Cape Verde and São Tomé creole Portuguese: general principles and specific factors”. *Jornal of Pidgin and Creole Languages* 8:1, pp.81-108
- MEIER, Harri (1973). “Sobre o emprego do artigo com pronomes possessivos em português”. *Littera* 3, pp.5-14.
- NEVES, Maria Helena de Moura (1993). “Possessivos”. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de, *Gramática do português falado, vol III*. Campinas: Editora da UNICAMP, pp. 149-211
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da (1980). *Gramática normativa da língua portuguesa*, 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

SAID ALI, Manuel (1964a). Gramática histórica da língua portuguesa. In: Gramática secundária e Gramática histórica da língua portuguesa, 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

SAID ALI, Manuel (1964b). Gramática secundária da língua portuguesa. In: Gramática secundária e Gramática histórica da língua portuguesa, 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

SCHEI, Ane (2003). *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. São Paulo: Humanitas. [Tese de doutorado defendida em 2000.]

SCHEI, Ane (em andamento). “O artigo definido frente a pronomes possessivos na literatura brasileira do século XIX”

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e (1982). *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ. [Tese de doutorado.]

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e (1986). “Artigo frente a possessivos e nomes próprios”. *Projeto subsídios sociolinguísticos do projeto censo à educação, vol II*. Universidade do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, pp. 232-255

**O objeto nulo nas cartas de leitores
publicadas na imprensa brasileira do século**

XIX

por

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

Universidade Estadual de Campinas/CNPq

Introdução

Muitos estudos já foram realizados sobre o objeto nulo no português brasileiro. Este trabalho retoma algumas questões acerca do estatuto teórico para o fenômeno, reafirmando a análise em Cyrino (1994, 1997) de que se trata de um caso de elipse de sintagma nominal.

Além disso, o estudo apresenta uma análise das ocorrências desse fenômeno em textos escritos da imprensa brasileira do século XIX. São analisados os resultados obtidos a partir de um corpus constituído de cartas de leitores e cartas de redatores em jornais de vários estados brasileiros, e uma comparação é feita com os resultados já encontrados para o corpus de anúncios de jornais do século XIX (Cyrino, 2002).

Finalmente, considerações concernentes à análise teórica são retomadas e outras questões são propostas para a continuidade da investigação.

1. Retomando o objeto de estudos: o objeto nulo no PB

Como visto em Cyrino (2002) o objeto nulo no PB tem sido alvo de alguns estudos recentes, dentre eles minha tese de doutorado (Cyrino 1994/1997) e outros trabalhos recentes. A principal constatação diz respeito à natureza do objeto nulo. É constante o resultado de que o objeto nulo é possível, **na maioria dos casos**, com antecedentes inanimados e com antecedentes sentenciais.

Na teoria gerativa, algumas explicações acerca da possibilidade do objeto nulo têm sido dadas, através da proposta de uma categoria vazia pronominal ou de uma variável, tentando explicar essa assimetria animado/inanimado.

Notando que os objetos nulos no PB são [-animado], ao contrastar sentenças como (1a-b) com (1c-d), Bianchi e Figueiredo (1994) propõem a análise bipartida para a categoria vazia, que poderia ser uma variável ou um *pro*, dependendo da animacidade do antecedente:

- (1) a. *O José_i impediu a esposa de matar _____i
- b. *O José_i sabe que a Maria gostaria de conhecer _____i
- c. Esse tipo de garrafa_i impede as crianças de abrirem _____i sozinhas.
- d. Esse prato_i exige que o cozinheiro acabe de preparar _____i na mesa.

Como um teste para essa hipótese, as autoras mostram que o fato de não se poder ter um objeto nulo [+animado] em sentenças como (2a) poderia estar relacionado ao fato de que essas estruturas são ilhas (2b):

- (2) a. *O José_i conheceu a mulher que beijou _____k
- b. *Quem_k o José_i conheceu a mulher que beijou _____k?

As autoras também corretamente predizem que uma sentença como (3) é agramatical, contrastando com as sentenças em (2):

(3) a. O José_i conheceu a mulher que comprou _____k

Porém, as autoras não usam o mesmo teste aplicado em (2), isto é, não é feito um contraste com a sentença em uma estrutura de ilha. Se fizermos isso, veremos que também, apesar de termos um antecedente animado, temos uma sentença agramatical:

(4) *O que_k o José_i conheceu a mulher que comprou _____k?

Portanto, em minha conclusão acerca desses fatos, parece que é o próprio traço [-animado] que permite objetos nulos em PB.

Mais recentemente, Barra Ferreira (2000) propõe que o objeto nulo em PB é um *pro* sem traços de Caso, e, para dar conta do traço [-animado] característico do objeto nulo do PB, o autor estipula que esse *pro* não admite antecedentes animados em PB. Tendo em vista sentenças como (5a), ele propõe que esse pronome nulo pode ser ligado A-barra e assume que o PB também pode ter uma estrutura de movimento como (5b), já que também propõe um traço forte no núcleo de Top:

(5) a. Esse livro_i, a Maria conhece o cara que escreveu _____i

b. [Top P [esse livro]_i Top [TP a Maria disse que o João comprou \bar{A} em Paris]].

Em PB, em sentenças como (5), a posição de objeto seria ambígua entre um vestígio e um *pro* sem Caso. O autor considera que qualquer que seja a natureza da categoria vazia em PB, ainda é diferente do que ocorre para o PE, porque uma sentença como (5a) seria agramatical em PE. Para Barra Ferreira, sentenças com elementos topicalizados em PB seriam obtidas através do

movimento de um elemento para TopP, mas também poderiam ter um *pro* sem Caso na posição de objeto:

(6) a. *O João precisa esse livro

Esse livro, o João precisa.

b. Esse livro, o João precisa **pro**.

Assim, já que vestígios de movimento seriam impossíveis em ilhas, uma sentença como (7) somente poderia conter um *pro* – não teríamos ambigüidade aqui:

(7) Esse aluno_i, eu ainda não consegui um professor que elogiasse _____i

Barra Ferreira afirma que, já que em PE a topicalização é sempre o resultado de movimento, sentenças como (7) seriam impossíveis em PE por causa da estrutura de ilha e a falta de um objeto nulo do tipo *pro*.

Contudo, em Raposo e Kato (2000) ((8 a-c)) e Kato (2000) ((8a-b)) encontramos exemplos de sentenças sendo consideradas gramaticais tanto em PB como em PE:

(8)a. Este livro_i, Maria acha que ele decepcionou o público quando a editora pôs _____i à venda.

b. Este autor_i, Maria acha que ele decepcionou a todos que cumprimentaram _____i

c. O teu artigo_i, o aluno que tem _____i em casa devolve _____i ainda hoje.

Com esses exemplos, vemos que não podemos tomar as sentenças em (5) e compará-las com sentenças de objetos anafóricos nulos em PB. Se o fizermos, estaremos considerando o objeto nulo um *pro* sem Caso; no PE o objeto nulo, uma variável. Desse modo, a generalização e o contraste entre essas línguas,

apontados por Barra Ferreira em sua análise, ficam perdidos, já que as sentenças em (8) parecem ser gramaticais nas duas línguas.

Por esses problemas, e também por outros já referidos em Cyrino (2000), não podemos propor que o objeto nulo seja um *pro* ou uma variável, porque a evidência empírica contesta as duas análises.

No entanto, se levarmos em conta a hipótese em Cyrino (1994, 1997)¹ de que o objeto nulo seria semelhante ao processo de eclipse de VP, e a hipótese adicional da Hierarquia da Referencialidade proposta em Cyrino, Duarte e Kato (2000), muitos fatos acerca do objeto nulo em PB podem ser explicados.

Abaixo, retomo brevemente essa proposta, primeiramente, acerca da Hierarquia da Referencialidade e, em seguida, acerca da proposta do objeto nulo como resultado de um processo semelhante ao de eclipse de VP.

1 Num estudo diacrônico, Cyrino (1994, 1997) mostra que o objeto nulo no português brasileiro surgiu de uma série de fenômenos. Primeiramente, é assumida a hipótese de mudança de cliticização no PB apresentada em Nunes (1993). Essa mudança é proposta para o século XVII e impossibilitaria a ocorrência de clíticos de 3ª pessoa em certas estruturas, como, por exemplo, início de sentença. Sendo possível dizer a mesma coisa com o clítico ou sem o clítico em contextos de eclipse sentencial, o falante escolhe a opção "eclipse", pois assim evita os contextos onde a próclise seria impossível para o novo sistema de cliticização fonológica do PB. Realmente, como Cyrino (1993) já mostra, o clítico neutro é o primeiro a desaparecer no PB, e essa mudança já pode ser detectada a partir do século XVIII. No século XIX há um maior número de objetos nulos com o traço [-animado] e [-específico] como resultado de uma reanálise por parte da criança. Finalmente no século XX, os resultados para o objeto nulo são comparáveis aos de Duarte (1986).

1.1 O objeto nulo e a Hierarquia da Referencialidade

De acordo com essa hierarquia, a referencialidade é altamente relevante para a pronominalização em várias línguas. Os argumentos [+N,+humano] estão na posição mais alta na hierarquia, e os não-argumentos, na posição mais baixa. Em relação a pronomes, o falante (=eu) e o ouvinte (=você), sendo inerentemente humanos, estão na posição mais alta da hierarquia e o pronome de 3ª pessoa que se refere a uma proposição (o “neutro”) estaria na posição mais baixa, com a entidade [-humano] no meio. Os traços [+/- específico] interagem com todos esses traços. Assim, para uma língua que tem uma opção interna para categorias vazias ou preenchidas, um dos fatores que influenciam nessa escolha é o estatuto referencial do antecedente.

HIERARQUIA DE REFERENCIALIDADE

Não-argumentos proposições

[-humano] [+humano]

3ª p. 2ª p. 1ª p.

[-específico] [+específico]

[-referencial]← ----- →[+referencial]

As línguas então variam no *spell out* dos pronomes: em algumas, se o pronome é de 3ª pessoa e [-animado] pode ser nulo. De fato, em Cyrino (1994, 1997), proponho que certos pronomes poderiam ser o resultado da reconstrução do antecedentes e seriam elididos em FF porque sua referencialidade seria muito baixa.

De acordo com essa hierarquia, em PB, quando o antecedente está em uma posição muito baixa na hierarquia da referencialidade, isto é, a) se o antecedente é [-animado] e b) se o

antecedente é [-específico], temos o objeto nulo (Omena, 1978; Pereira, 1981; Duarte, 1986, entre outros).

Além disso, deveríamos dizer que a hierarquia da referencialidade funciona de maneira inversa para o pronome *ele*, que é usado para antecedentes [+animado], algumas vezes também para antecedentes [-animado], mas nunca para antecedentes proposicionais (agradeço a Uli Reich por ter me apontado esse fato).

Assim, podemos explicar os aparentes problemas apresentados acerca da assimetria animado/inanimado, como a seguir (sentenças de Kato, 2000):

(9) a. Este livro_i decepcionou o público quando a editora pôs _____i à venda.

b. *Este autor_i decepcionou o público quando a editora apresentou _____i na cerimônia de lançamento.

Se propomos que, tendo o antecedente [-animado], podemos ter um objeto nulo em PB, o contraste em (9) fica explicado.

Podemos também observar o mesmo nas sentenças em (10). Se mudarmos o antecedente para [+animado] a sentença fica agramatical:

(10) a. João descascou a banana_i, mas Pedro não comeu _____i

*João trouxe a Maria_i, mas Pedro não beijou _____i

Por outro lado, o objeto nulo com antecedente [+animado] pode ser possível, se:

a) está em uma estrutura de elipse de VP, como mostrado no exemplo de Farrell (1990):

(11) a. *O Pedro disse que a Maria_i beijou _____i

b. João disse que a Maria não beijou o Pedro_i na festa, mas [o Pedro_i disse que ela beijou _____i]

em (11a) temos uma sentença agramatical, devido ao antecedente ser [+animado, +específico]. Nesse caso, o objeto nulo não seria a opção privilegiada. Em (11b), contudo, temos uma estrutura de elipse de VP (de acordo com os requisitos para elipse de VP em Matos, 1992), e não um objeto nulo.

b) tem um antecedente [-específico]. Nesse caso, a Hierarquia da Referencialidade estaria em jogo novamente. É o que temos, por exemplo, em uma das sentenças em Duarte (1986):

(12) A FEBEM é um dos elos dessa corrente que cria [o menor infrator]_i, não é ela o único responsável, o único elo que cria _____i, e como tal ela não consegue recuperar _____i.

1.2 O estatuto teórico do objeto nulo

Como vimos anteriormente, as análises para o estatuto sintático do objeto nulo variam; alguns autores propõem uma categoria vazia de tipo pronominal (*pro*), enquanto outros sugerem que uma variável seria uma proposta mais adequada.

Minha proposta para o objeto nulo no PB como resultado de elipse (e reconstrução em FL) surge devido aos argumentos históricos (já vistos em Cyrino 1994, 1997, 2000; Cyrino e Reich, no prelo), mas também devido a fatores internos à sintaxe.

O argumento principal é que o objeto nulo em PB suscita a mesma ambigüidade de leituras (estrita e imprecisa) que encontramos nos casos de elipse de VP, que não existem quando o pronome que retoma o antecedente está presente.

Argumento que alguns pronomes que estão em uma posição baixa na Hierarquia da Referencialidade, como *it* (em

inglês) e *o* (neutro) em português, podem ser nulos, ou seja, elididos e, portanto, são reconstrução em FL (porque são interpretados, mesmo não sendo ouvidos). Um pronome desse tipo depende de seu antecedente para seu conteúdo – é por isso, também, que argumento que são casos de reconstrução em FL (cf. Cyrino 1994, 1997, capítulo 5). Na sentença (13) a seguir, podemos entender que Maria negou que ela é culpada (leitura imprecisa), ou que ele, Pedro, é o culpado (leitura estrita):

(13) (houve um acidente provocado por Pedro e Maria)

Pedro disse que ele é culpado, mas Maria negou-o.

Se temos uma elipse, o mesmo ocorre:

(14) Pedro disse que ele é culpado, mas Maria negou ____.

A reconstrução em FL é necessária para dar conta da interpretação (e concordância) do gênero. O exemplo em (14) demonstra que não temos aqui um objeto nulo do tipo *pro*, ou se temos, deveríamos explicar por que um *pro* se comporta exatamente como estruturas elípticas nesse caso. De maneira geral, um *pro* precisa ser licenciado e identificado, e é justamente na formulação desses requisitos que as propostas do objeto nulo como *pro* diferem.

O uso do tipo de objeto nulo em (13), chamado por mim como “elipse proposicional” sempre foi possível em português (cf. Cyrino 1994, 1997). Porém, se fosse apenas uma opção, não esperaríamos mudanças no tempo. De fato, dados atuais do PE ainda apontam para a presença e ausência desse clítico (cf. Matos, 1985). No PB, no entanto, sabemos de sua queda, substituída pela elipse. Minha hipótese para o objeto nulo do PB é a reanálise diacrônica ocorrida, em que estendeu-se a possibilidade da elipse para as estruturas com clíticos cujos antecedentes se assemelham ao clítico neutro, ou seja [-animado] e [-específico] (cf. nota 1 deste trabalho).

Dessa forma, o objeto nulo do PB é elipse de NP (e não um simples *pro* ou variável), o que se pode confirmar pela existência da ambigüidade de leituras, como por exemplo, em (15):

(15) Ao dormir, João desliga a televisão, mas Maria
liga ____

Nesta sentença a primeira interpretação é a imprecisa, em que Maria liga a televisão dela mesma. A interpretação estrita, em que Maria liga a televisão de João, também é possível, mas não é a preferida.

Essa ambigüidade, no entanto, desaparece quando não temos o objeto nulo:

(16) Ao dormir, João desliga a televisão, mas Maria a liga.

Neste caso, a interpretação imprecisa desaparece, e temos somente a interpretação estrita. Se afirmamos que o objeto nulo é *pro* não podemos explicar a diferença entre o pronome nulo e o pronome aberto sem entrar em estipulações que comprometem a própria formulação de *pro*, inclusive como categoria vazia para o sujeito nas línguas de sujeito nulo.

Na próxima seção, analisamos o resultado da pesquisa acerca da ocorrência do objeto nulo em cartas de leitores em jornais do século XIX, e, em seguida, retomamos a discussão a respeito das ocorrências do objeto nulo no PB.

2- Análise de cartas de leitores em jornais do século XIX

2.1. Metodologia

O corpus utilizado para a análise do objeto nulo neste estudo foi constituído por cartas publicadas em jornais de vários estados brasileiros, no século XIX, divididos em três fases,

conforme publicação a sair em Barbosa e Lopes (no prelo), que reúne a seguinte documentação:

Documentos: Cartas de leitores e de redatores

Estados: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná

Periodização: 1ª fase – 1808-1840

2ª fase – 1841-1870

3ª fase – 1871-1900

Este estudo ficou restrito à análise das cartas de leitores por dois motivos: a) para que pudesse haver uma comparação com os anúncios de jornal, supostamente enviados por leitores; b) para que a análise pudesse ser feita sobre um corpus de linguagem supostamente menos formal do que a linguagem do jornalista “profissional”.

Uma primeira coleta foi feita pela bolsista Jerusa de Paula Barrichelo, em que se separavam as sentenças com verbos transitivos e se analisava a ocorrência do complemento. No entanto, para a análise deste estudo e sua comparação com os resultados em Cyrino (2002), considerei somente os casos de complementos de verbos em que se retomasse algo dito anteriormente, ou presente de alguma forma no contexto das cartas.

Os fatores a serem identificados foram baseados naqueles já utilizados no estudo acerca dos anúncios de jornal, a fim de que uma visão mais uniforme fosse possível entre os dois estudos. Portanto, os fatores usados para a quantificação dos objetos nulos neste corpus são os seguintes:

A) preenchimento

sim

(17) A divisão, que eu tenho a honra de commandar he o exemplo de subordinação e disciplina; os soldados que a compõe são vossos irmãos...” (carta de leitor, Bahia, fase 1)

não

(18) “Estou certo que esta commissão não examinou o caminho como devia examinar, apenas chegou á fazenda do dito Victoriano, e do terreiro olharam para o logar por onde devia passar o caminho, e deram ___ por examinado.” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

B) flexão verbal

verbo flexionado simples

(19) “E sobre a lousa fria que o encerra tambem deposito os protestos da minha eterna e sincera saudade” (carta de leitor, Bahia, fase 3)

subjuntivo

(20) “Vossos filhos vos pedem não os esqueçais em suas orações e que os abençois todos os dias, ...” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

(AUX + infinitivo)

(21) “Esperando tirar algumas induccoens de sua historia, util, segundo creio, eu vou percorrer ___ rapidamente para ao depois passar á outras consderaçoens.” (carta de leitor, Bahia, fase 1)

infinitivo (preposição + infinitivo)

(22) “Os estados podem legislar sobre leis federaes não para mutilal-as, mas sim para solidifical-as ainda mais” (carta de leitor, Bahia, fase 3)

infinitivo (verbo flexionado + infinitivo)

(23) “Se contra toda a esperança houver algum individuo da divisão, que esquecendo se dos seus deveres, commetta algum ultrage, eu saberei castigal-o com todo rigor das leis.” (carta de leitor, Bahia, fase 1)

querer/pretender/desejar, etc. + infinitivo)

(24) “Não intento tecer elogios ao *Senhor* Rego e Alquerque, pois que he elle bem conhecido em Pernambuco, seu paiz natal; e menos pretendo apresental-o ao Publico... (carta de leitor, Pernambuco, fase 2)

gerúndio

(25) “Os nossos commerciantes apenas o que fazem é melhorar o genero, fazendo diversas misturas, e porisso, variando-o, tudo em beneficio do povo.” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

infinitivo

(26) “...como os labios das feridas contuzas se entumecem sempre mais ou menos, é preciso, reunindo-os, não apertar muito um contra o outro, fazel-o de sorte que os meios de reunião possam prestar-se ao entumecimento que deve sobrevir.” (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 2)

outros

(27) “Tenham pois as quintadeiras muita cautella com as suas aves; sobre tudo não as deixem passeiar em dias ventosos.” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

C) animacidade do antecedente

animado

(28) “Veamos agora qual tem sido a conducta do *Senhor* Olanda depois que entrou para o Ministerio. A Aurora o elogia por ter mandado publicar todos os Actos do seo governo; ...” (carta de leitor, Pernambuco, fase 1)

não-animado

(29) “... este Soneto he extrahido fielmente das Obras Poeticas, que este Senhor mandou imprimir em Lisboa em 1806, he extrahido dessa famosa Obra, que tanto honra ao insigne Poeta que o compôz, ...” (carta de leitor, Minas Gerais, fase 1)

D) especificidade do antecedente

específico

(30) “Os informantes do *Excelentíssimo. Senhor Doutor* chefe de policia não lhe disseram a verdade quando o induziram a crer que Bento de Paula Dias, recebera voz de prisão e refugiara-se depois em minha casa.” (carta de leitor, Paraná, fase 3)

não-específico

(31) “...tem ella feito beneficios, sem que os tivesse comprado; tem os feito gratuitamente, para supprir as necessidades da vida; porque céga desde que nasceu não póde trabalhar.” (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 2)

E) tipo de preenchimento

clítico

(32) “Como póde essa censura diminuir o conceito de que é digno um funcionario publico tão zeloso no cumprimento de seos deveres, no entender d’aquelles que não o conhecem” (carta de leitor, Minas Gerais, fase 2)

pronome reto

(33) “Tenho viso varias correspondencias desta villa, e tenho lido ellas afim de ver se deparo em algumas dellas a noticia de um grande pagode que houve há dias na fazenda do *senhor* Victoriano José Lemes, ...” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

pro-forma FAZER + clítico acusativo

(34) “Sou forçado a escrever estas linhas, e ainda o faço debaixo de pensamentos...” (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 3)

clítico acusativo “o” neutro

(35) “Homens ha que, não tendo importancia, proamam tel-a, fazendo bulha; - assim o disse V. Ex. na resposta que parece ser sua, com quanto nas a tivesse assignado...” (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 2)

F) tipo de não-preenchimento

ausência de clítico acusativo “o” neutro

(36) “... mas assevero (porque ___ vi), que offerecião bordas regulares, ...” (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 2)

ausência de outro clítico acusativo de 3ª pessoa

(37) “1º Quem foi que pedio a *Vossa Senhoria* para assignar como testemunha a dita declaração, e onde; 2º Se *Vossa Senhoria* estava presente quando o mesmo Damaso assignou

____, e, se ahí se achava Aniceto de Paulo;...” (carta de leitor, Paraná, fase 3)

ausência de pro-forma FAZER + clítico acusativo

(38) “Ora, meu pedaço d’asno, nenhuma auctoridade, quando lavra uma ordem, tem obrigação de dizer o motivo por que ____ faz: ella não está argumentando, meu caro; se há abuso, a auctoridade superior corrige” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

objeto nulo em oração coordenada com clítico na outra oração

(39) “Com mais intelligencia, e prudencia, não podia ser comprehendida, e desempenhada a difficil tarefa de administrar ____ e encaminhal-a em seus negocios, approximando-a de seo risonho futuro, do que tem feito o *excelentíssimo*. Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcellos. (carta de leitor, Paraná, fase 2)

O estado do Paraná, por ser um “estado novo” (cf. Cyrino, Barrichello & de Paula, 2002) somente apresenta dados para as fases 2 e 3. Os outros estados apresentam dados de todas as fases; porém, tivemos somente um dado da fase 2 do estado de Minas Gerais.

2.2- Resultados

Os resultados mostraram a ocorrência de objetos nulos em todas as regiões, mas com predominância em São Paulo, da mesma forma como ocorreu nos anúncios de jornal:

Tabela 1. Objeto nulo vs. preenchimento em todas as regiões

Estado	Objeto nulo		Preenchimento		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
BA	12	8	132	92	144	100
MG	6	17	29	83	35	100
PE	6	11	48	89	54	100
RJ	9	10	85	90	94	100
SP	24	28	62	72	86	100
PR	10	20	39	80	49	100
TOTAL	67	15	395	85	462	100

Porém, diferentemente do que ocorre nos anúncios de jornal, o estado da Bahia aparece com menor porcentagem de objetos nulos. Nos anúncios de jornal, Minas Gerais tinha a menor ocorrência, o que foi justificado pelo fato da grande quantidade de anúncios de escravos foragidos, sendo que os outros estados apresentavam outros tipos de anúncio onde se pôde detectar de forma mais abrangente a ocorrência do objeto nulo..

Quando analisamos a ocorrência dos objetos nulos de acordo com as fases do século XIX, não percebemos a diferença ao juntar todos os estados:

Tabela 2. Objetos nulos vs. preenchidos nas diversas fases do século XIX

	FASE 1		FASE 2		FASE 3	
	N	%	N	%	N	%
Nulo	14	13	31	14	22	16
Preenchido	94	87	182	86	119	84
TOTAIS	108	100	213	100	141	100

Em todas as fases, embora haja um aumento, a porcentagem é praticamente a mesma: 13%, 14%, 16%.

Porém, se detalharmos a Tabela 1, acima, começaremos a perceber uma diferença:

Tabela 3. Objeto nulo vs. preenchimento em todas as regiões, por fases

Estado	Objeto nulo		Preenchimento		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
BA fase 1	3	6	44	94	47	100
BA fase 2	3	8	33	92	36	100
BA fase 3	6	9	55	91	61	100
MG fase 1	0	0	1	100	1	100
MG fase 2	3	13	20	87	23	100
MG fase 3	3	27	8	73	11	100
PE fase 1	2	28	5	72	7	100
PE fase 2	2	5	34	95	36	100
PE fase 3	2	18	9	82	11	100
RJ fase 1	5	13	33	87	38	100
RJ fase 2	2	5	38	95	40	100
RJ fase 3	2	12	14	88	16	100
SP fase 1	4	26	11	74	15	100
SP fase 2	18	33	35	67	53	100
SP fase 3	2	11	16	89	18	100
PR fase 2	3	12	22	88	25	100
PR fase 3	7	29	17	71	24	100
TOTAL	67	15	395	85	462	100

Observamos que São Paulo, fase 2; Paraná, fase 2; Pernambuco, fase 1; Minas, fase 3 e São Paulo, fase 1 apresentam as maiores porcentagens de objeto nulo, acima de 20%. Porém não se nota um aumento gradativo em todos os estados, embora isso aconteça para Bahia, Minas e Paraná. São Paulo, por exemplo, apresenta uma diminuição de objetos nulos na fase 3, enquanto mantém um patamar mais alto para as outras fases. A explicação para o fato deve-se ao tipo de assunto, pelo qual se pode hipotetizar acerca do tipo de escritor dessas cartas. Em algumas cartas de alguns estados, podemos perceber que o escritor é culto, politizado, e tem domínio da língua escrita.

Exemplos:

1) Bahia, fase 1

(40) “Permittindo a liberdade da imprensa, fructo precioso do seculo XIX, que cada um possa dar livre curso aos seus pensamentos, conceda-me que lhe communique os que occupam o meo espirito, à respeito de um objecto, que ha longo tempo des- | perta dolorosamente a attenção publica, persuadido, como estou, de que *Vossa Senhoria* se dignará dar-lhe um lugar nas columnas da sua util e interessante folha: | he da *Cholera morbus*, que vou tratar.”

O autor discorre acerca da doença desde suas origens, fazendo reflexões a respeito do tratamento a ser dado. Assina com iniciais, mas podemos entender tratar-se de um médico.

2) Pernambuco, fase 2

(41) “Tendo no dia 5 de dezembro do anno proximopassado, servido de examinador das alumnas do collegio de Nossa Senhora da Divina providencia, situado no aterro da Boa Vista n.8, e derigido pela *Exceletissima Senhora Dona Candida rosa Mc. Dermol da Costa*, não posso deixar de levar ao conhecimento do publico, o elevado gráo de aproveitamento, que mostraram as alumnas do mesmo collegio nas materias, que alli se ensinam, e que são: leitura, escripta, grammatica portugueza, arithmetica, geographia e francez, ao que optimamente responderam. Deixando inteiramente satisfeitos, não só a mim, como aos demais senhores examinadores.”

O autor, sendo examinador, tem domínio da linguagem mais formal, que emprega em sua carta.

3) Rio de Janeiro, fase 2

(42) “Rogo-lhes o favor de inserirem no seu interessante e muito lido Jornal a resposta oral que, na sessão da I.A. de Medicina, de 26 de Outubro do corrente anno, dei aos escriptos dos Srs. Drs. T. da Costa e Saboia, lidos na

mesma sessão, acerca do procedimento do cirurgião em um caso de ferida consideravelmente contusa, e do curativo das feridas contuzas.”

O autor é um médico, portanto, culto, e escreve uma longa carta explicando os procedimentos que um cirurgião deve seguir ao tratar de feridas.

Por outro lado, se observarmos os dados que estão sendo coletados para este V seminário, cartas familiares, podemos perceber o tom mais informal. Citamos alguns exemplos extraídos do corpus que está sendo coletado no Paraná (exemplos com ocorrências objetos nulos e preenchimento por pronome lexical), “Cartas ao sr. Loureiro escritas por familiares e amigos”:

(43) A Violeta morreu no dia 23 de Agosto deu uma molestia tão forte que não houve nada que ___ fizesse sarar.

(44) ...chega lá no escriptorio e diz titio (chama titio ao Manoel,) puxa elle e manda abrir a burra para dar dinheiro a ella,

(45) assim que elle ___ dá ella quer ir logo comprar doce em casa do Assis Teixeira.

(46) mandei 100:000 em moeda fraca por entremedio do Senhor Valle para Vocemece | ___ entregar amamai quando Vocemece estiver para vir |

(47) temos feito tudo que podemos pela familia e havemos de ___ fazer;

(48) Quanto ao pagamento da compra já ___ tinha pago – os Torres vao pagar ___ este mez

(49) Agora lhe pesso para me mandar um sobretudo feito em Lisbôa, de uma fazenda pelluda ondiada de quadrinhos, e mandar ___ por algum conhecido ou quando vierem.

(50) No domingo passado houve baile no Clube o Dr. Doria quiz entrar, mas a directoria não ___ consentiu em virtude de outro baile exterior elle se portar mal;

Em relação ao tipo de flexão verbal, obtivemos o seguinte resultado:

Tabela 4. Objeto nulo vs. preenchimento e flexão verbal

Flexão verbal	Objeto nulo		Preenchimento		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
Infinitivo (P+ INF)	7	8	84	92	91	100
Subjuntivo	13	30	30	70	43	100
v. flexionado	35	18	158	82	193	100
Infinitivo (compl. de V)	0	-	1	100	1	100
Querer,etc + INF	3	9	32	91	35	100
AUX + INF	1	25	3	75	4	100
Gerúndio	0	-	19	100	19	100
Infinitivo	3	9	29	91	32	100
Outros	5	11	39	89	44	100
TOTAL	67	15	395	85	462	100

Da mesma forma como ocorreu nos dados de anúncio de jornal, a ocorrência do objeto nulo se dá com verbos flexionados, mas também nos casos em que é complemento de verbos com o traço [-T] (infinitivos, gerúndio e subjuntivo). Porém, como podemos ver na Tabela 5, a ocorrência do objeto nulo independe do traço [T]:

Tabela 5. Ocorrência de objetos nulos vs. preenchimento quanto ao traço [T]

Flexão verbal	Objeto nulo		Preenchimento		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
[-T]	27	12	198	88	225	100
[+T]	40	17	197	83	237	100

Novamente, esse resultado está de acordo com os resultados de Duarte (1986: 22), que mostra que o objeto nulo

ocorre independentemente da forma em que se encontra o verbo. Já distribuição das realizações não nulas de objeto direto exibem diferenças:

tempo simples, 76%;

tempo composto, 90%;

infinitivo, 71,4%;

locução verbal com infinitivo, 75,1%;

gerúndio, 50%.

Os resultados de Duarte (1986) são semelhantes aos deste trabalho quanto à distribuição do objeto nulo, mas, obviamente, em termos de quantificação, o objeto nulo no século XIX, em cartas de leitores assim como em anúncios de jornal, ainda não se compara ao objeto nulo do século XX, que é de linguagem oral.

Em relação à animacidade, o objeto nulo encontrado nesses dados segue a tendência já citada acima: é predominantemente inanimado - resultado esse que não foi obtido no corpus dos anúncios de jornal. Conforme analisado em Cyrino (2002), observamos que a maioria de objetos nulos (93%) estava em um anúncio de escravo foragido, e, portanto, tinha um antecedente [+animado], o escravo. Também foi observado que, quando os antecedentes eram humanos, mas não escravos, não se encontrou nenhum exemplo de objeto nulo, porém sempre o preenchimento.

A Tabela 6, a seguir, mostra o resultado para as cartas de leitores:

Tabela 6. Objeto nulo vs. preenchimento quanto ao traço [animacidade]

Animacidade	Objeto nulo		Preenchimento		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
[+a]	7	4	162	96	169	100
[-a]	60	20	233	80	293	100

Com esses totais, podemos também observar que, do total de 67 objetos nulos, 60 (90%) são [-animado], enquanto dos 395 preenchimentos, temos 233 (59%) com o mesmo traço.

Enquanto esse corpus confirmou o que sempre se soube a respeito da animacidade de objetos nulos, não apresentou muitos resultados em relação à especificidade, já que a quase totalidade de dados apresentava antecedentes específicos.

No entanto, os dados trouxeram alguns resultados acerca do tipo de objeto nulo, que valem a pena observar. A Tabela 7 apresenta esse resultado:

Tabela 7. Tipos de objetos nulos

TIPO DE OBJETO NULO	N	%
Ausência do "o" neutro	24	35
Ausência de outro clítico	38	57
Ausência de "fazer + o"	3	5
Objeto nulo em coordenada	2	3
Total	67	100

Observamos que já no século XIX, nesse corpus, a ocorrência do objeto nulo é maior do que a ocorrência da elipse proposicional, embora esta também apresente uma porcentagem considerável (38% vs. 24 %). Por outro lado, ao contrário do que ocorre nos dados de anúncios de jornal, há poucas ocorrências de objetos nulos em coordenadas, embora, quando ocorram, já são característica do PB (cf. exemplo (39) citado anteriormente).

Mas é também interessante observar o que ocorre quando comparamos a ocorrência desses tipos de nulos com sua contraparte preenchida:

Tabela 8. Ocorrência ou ausência de clíticos e pro-forma

Tipo de ocorrência	Ausência		Presença		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
Clítico “o” neutro	24	41	35	59	59	100
Outro clítico acusativo	38	10	331	90	369	100
Pro-forma “fazer+o”	3	10	28	90	31	100

Nestes dados, percebemos que, no século XIX, a elipse proposicional já apresenta uma maior porcentagem na ocorrência em relação ao clítico neutro “o”. Hoje, como visto em Cyrino (1994, 1997), esse clítico raramente ocorre na língua escrita e já não faz mais parte da intuição do falante – tanto é que a coleta desses dados ofereceu dificuldade à bolsista PIBIC que auxiliou neste projeto.

Embora a ocorrência do objeto nulo como ausência de outro clítico diferente do neutro seja bastante elevada em dados de cartas de leitores de jornal do século XIX (cf. Tabela 7), fica evidente a variação entre o uso do clítico neutro e da sua elipse (cf. Tabela 8), também já classificada por mim como objeto nulo. O presente estudo sobre o século XIX fornece, como se pode ver, uma evidência considerável de que já estava disponível na língua a possibilidade de ocorrência de objeto nulo.

Uma questão que retomo, portanto, é a possibilidade da existência do objeto nulo estar ligada à possibilidade da elipse “proposicional”, ou seja, à elipse do pronome clítico neutro “o”. Um ponto ainda a pesquisar é a relação entre essa elipse, o objeto nulo e a chamada Anáfora do Complemento Nulo.

A Anáfora do Complemento Nulo (ACN) é um fenômeno que ocorre em algumas línguas como o espanhol, o italiano e o inglês, e, segundo os autores que a estudaram (Zubizarreta, 1982; Radford 1977; Bosque 1984, entre outros - *apud* Depiante 2000; Brucart 1999), ocorre com alguns verbos, de reestruturação ou não, sempre deixando elíptica uma oração infinitiva, cujo conteúdo está presente no contexto anterior, como mostram os exemplos (Brucart 1999: 2838):

- (51) a. Luis fue al acto; María, en cambio, no pudo ____.
- b. Le pedí a mi madre ir a la excursión, pero no me dejó ____.
- c. La invitaron a visitar la exposición y rehusó ____.
- d. Le gusta bailar el charleston, pero su marido no sabe ____.
- e. Empezó a escribir aquella novela, per nunca acabó ____.

Porém, Bosque (1984, *apud* Brucart, 1999) assinala que, em espanhol, os predicados que admitem a ACN são os mesmos que aceitam a elipse de um objeto direto oracional em orações encaixadas introduzidas por *cuando, si, como, donde* ou *porque* (Brucart 1999: 2839):

- a. El chico estudia porque su madre quiere ____ . [____ = que estudie] (Bosque, 1984:176).
- b. Vendrá si puede ____ . [____ = venir]
- c. No tiene tantos años como parece ____ . [____ = tener]
- d. Iremos donde tú nos digas ____ . [____ = que vayamos]
- e. Iremos cuando a ti te parezca bien ____ . [____ = que vayamos]

Assim, em espanhol, em alguns casos, a entidade elidida não equivale a uma oração infinitiva, mas a uma subordinada com o verbo flexionado.

Em estudo recente, Cyrino & Matos (2002) ilustram as diferenças existentes entre elipse de VP e Anáfora do Complemento nulo em português, em dois aspectos:

a) a elipse de VP tem verbos idênticos a licenciarem a lacuna, enquanto esse não é o caso da Anáfora do Complemento Nulo;

b) a elipse de VP não admite a alternância com um pronome clítico neutro, enquanto, a Anáfora do Complemento Nulo aceita o clítico com alguns verbos.

O exemplo em (53) ilustra as duas propriedades:

(53) a. Ainda que queiras ____² / Ainda que o queiras,³
não podes resolver esse problema.

b. Nosso time é superior aos adversários. Sei ____.
/ Eu sei isso.

No entanto, Brucart (1999) afirma que, em espanhol, o modo mais confiável de se predizer se um predicado seleciona ACN é vendo se é possível que ele tome a forma nula da proforma (pronome clítico) “lo”. Sua generalização é que um predicado que seleciona ACN não costuma permitir que seu objeto proposicional seja representado pelo pronome clítico *lo*.

Depiante (2000), baseada em Bosque (1984) e Brucart (1999), mostra que o fenômeno de Anáfora do Complemento Nulo é selecionado por certos verbos (em espanhol e inglês): modais (*deber, poder, querer, should, could, want to*), aspectuais (*acabar de, começar a, empear a, soler, terminar de*) e verbos que expressam predisposição, atitude ou propósito (*aceptar, aprender a, dudar de, rehusar, renunciar a, saber, estar, refuse, approve, volunteer*). Brucart (1999) acrescenta verbos causativos que expressem permissão, colaboração ou influência sobre a atitude de outros (*autorizar ayudar a, dejar, incitar a, invitar a, obligar a, entre outros*) e verbos pronominais (*absternese de, decidirse a, enfadarse por, negarse a, olvidarse de, quejarse de, e outros, cf. Brucart 1999: 2839*).

² PE e PB

³ PE

Em português, não há, que eu saiba, nenhum estudo detalhado da ocorrência da Anáfora do Complemento Nulo, com exceção de algumas características apontadas em Matos e Cyrino (2001) e Cyrino e Matos (2002). Como não temos mais o clítico neutro “o”, não temos como destacar os casos de ACN, já que não podem ser comparados com a presença/ausência do clítico.

No entanto, se o objeto nulo também surgiu a partir da possibilidade da Anáfora do Complemento Nulo em português, é uma hipótese que ainda está sendo investigada (Cyrino, em **andamento**). Nos dados de cartas de leitores de jornais do século XIX, observamos que o objeto nulo ocorre com verbos que não são necessariamente verbos de ACN (se considerarmos a definição para o espanhol). Sem esse estudo preliminar fica difícil identificar o que seria uma elipse proposicional e o que seria consequência de ACN, se essa estrutura existe para o português, como podemos ver nos exemplos abaixo, retirados do corpus:

Ouvir

(54) “Ninguém ___ ouviu, nem ousará affirmar-o que Luiz Fernandes requeresse protesto algum, que para tanto não chegaria o seo discernimento” (carta de leitor, Bahia, fase 1)

Obter

(55) “Não sejas tôlo... não te mettas a tomar partido, unicamente com o fim de teres ingresso, para seres nomeado mordomo do serralho, por que não obtens ___; esses lugares estão ocupados... e ...” (carta de leitor, Minas Gerais, fase 3)

Saber

(56) “e destacando logo da minha columna 180 praças, remetti-as, sob o commando do capitão Paulino, ao sobredito commandante superior, o qual de intelligencia com o mesmo capitão bateo os rebeldes, e os fez fugir precipitadamente, ficando desde esse dia o arraial da Lagoa

Sancta em poder da legalidade, como ___ sabe todo o mundo, e nem serà capaz de o negar o proprio *senhor* Latalisa, se por accaso não for um ente filho da immaginação do padre Marinho, assim como o foi a minha debandada. ” (carta de leitor, Minas Gerais, fase 2)

(57) “Senão ___ sabe, eu lhe conto” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

(58) “E isto será verdade, *Senhor* Redactor? Não ___ sei, mas o povo nomêa esses atravessadores...” (carta de leitor, São Paulo, fase 1)

Provar

(59) “... eu vos empraso para isso, mostrai os procesos que fisemos, os recrutamentos perseguiçoens, as bacchanaes orgias de *vivas e morras*, as forças que emballamos ... provai ___, provai ___ se tendes honra, ou se a presaes. (carta de leitor, Minas Gerais, fase 2)

(60) “... no qual este *Senhor* possuído de um zelo alias muito louvável, para acautelar a fortuna de seu próximo, pede que ninguém faça transacção com uma obrigação firmada pelo mesmo Verneck em favor de José Perpetuo, morador da villa da Palmeira; dizendo mais que tal documento está pago por elle como ___ provará com o mesmo Perpetuo;” (carta de leitor, Paraná, fase 3)

Contestar

(61) “Senhores Redactores, eu conheço, que o que acabo de expor não está documentado, masi eu dezafio dos meus inimigos, para que contestem ___;” (carta de leitor, Pernambuco, fase 2)

Responder

(62) “... O que são as nossas liberdades individuaes se audaciosos agentes do poder judiciario pódem impunimente confundir o vicio e o crime com a innocencia e a virtude? Respondam ___ aquelles que teem com o mais frio e cruel indifferentismo assistido impassíveis a marcha d’esse attentado, em que quer immolar a innocencia.” (carta de leitor, Pernambuco, fase 3)

Dizer

(63) “O milho e feijão produzem ordinariamente de 80 a 100 por 1, (*) Me disse ___ em Castro um lavrador do Assunguy –“ (carta de leitor, Paraná, fase 2)

(64) “... é muito atrevimento, é até muita relaxação se quer que ___ diga: parece que elles não tem commandante pr’a os reprehender!” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

(65) “Quanto á casa, comadre, ainda não há por aqui vaga; assim que haja lhe ___ mandarei dizer.” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

Crer

(66) “Ora, Sr. Redactor, a ser isto verdade (o que ora não ___ creio)” (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 1)

Ver

(67) “mas assevero (porque ___ vi), que offerecião bordas regulares, ...” (carta do leitor, Rio de Janeiro, fase 2)

Merecer

(68) “A camara dos srs. deputados já o ouviu, e forçoso é confessar, que se não o applaudiu como ___ mereceu...” (carta de leitor, Rio de Janeiro, fase 3)

(69) “... quando esse procedimento foi, pela maior parte dos portugueses daqui, reprovado como ___ merecia?” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

Querer

(70) “Aqui fico por ora (se assim ___ quiserem) ...” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

Contar

(71) “Senão sabe eu lhe ___ conto” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

Descrever

(72) “Quanto ao vinho e ao chá, isso nem é bom fallarmos, há tal abundancia, e variedade que eu iria longe, se ___ quizesse descrever-lhe.” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

Publicar

(73) “Embirro muito com certos sujeitos que com a maior facilidade pegam na penna, escrevem tudo que lhes vem á cabeçam e sem mais preambulos, manda publicar ___ pouco importando-lhe que seja verdadeiro ou falso, justo ou injusto aquillo que avançam.” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

Observar

(74) “Os estrangeiros são, em geral, amigos do Brazil, e alguns até mais amigos do que muitos nacionaes, como eu tenho tido occasião de ___ observar...” (carta de leitor, São Paulo, fase 2)

O mesmo estudo (Cyrino, em andamento) também investiga o papel da categoria Aspecto no licenciamento de elipses em PB. No caso da ACN, parece ser relevante o fato de que

ocorra com aspectuais e modais, pois temos já uma indicação de que no PB, a categoria que licencia elipses de VP é do tipo aspectual (cf. Cyrino & Matos, 2002).

Conclusão

Neste estudo, analisamos as ocorrências do objeto nulo em cartas de leitores de jornais e comparamos os resultados com os obtidos na análise de anúncios de jornal, todos do século XIX. Observamos evidências que nos levam a aprofundar no estudo da ocorrência do objeto nulo como consequência da queda do clítico neutro “o” (um demonstrativo, conforme Matos, 1985)

No entanto, muitas questões ainda permanecem e são alvo de nossas pesquisas. Primeiramente, encontramos, algumas vezes, o objeto nulo com antecedente animado. Em Cyrino (2002), obtivemos uma alta incidência desse tipo de objeto nulo, que foi relacionado à existência de um alto número de anúncios de jornal acerca de escravos foragidos (cf. também abaixo).

Mas nos dados deste tudo, também encontramos exemplos de antecedente animado [+específico] para o objeto nulo, como:

“... depois de mil soffrimentos, vem a descarnada morte, descarregar o golpe fatal sobre o fio de sua existencia, d’esta existencia tão preciosa, e arrãncou-o d’entre os braços de seus extremosos pais. Porem que importa que tenha roubado ____ d’entre seus braços?” (carta de leitor, Paraná, fase 2)

São casos numericamente mais raros, mas podem ocorrer, e a questão é determinar a razão dessa possibilidade, dados os resultados mais robustos para antecedentes inanimados, apontados por todos os estudos a respeito do objeto nulo.

Uma outra questão é a impossibilidade da ocorrência de objeto nulo em certas estruturas, mesmo tendo um antecedente inanimado. Veja-se, por exemplo, a sentença:

*De acordo com a lei, não se pode alegar que ignoramos ___; na ocorrência de um crime.

Neste exemplo, temos um objeto nulo com um antecedente e uma posição de anti-c-comando, o que seria possível segundo Kato (1993). Mas, a interpretação indicada não é possível para essa sentença. Obviamente não encontramos dados desse tipo no corpus, mas temos também que explicar a impossibilidade de sua ocorrência.

A resposta para essas questões, a meu ver, dependem da investigação acerca dos requisitos para o licenciamento da categoria vazia. Se levarmos em conta a hipótese em Cyrino (1994/1997) de que o objeto nulo seria semelhante ao processo de eclipse, e observamos os casos de ACN, podemos chegar a uma hipótese sobre o papel das categorias funcionais no licenciamento das elipses. No caso do PB, observamos que **Aspecto** parece ser importante. Como exemplo, temos a seguinte sentença, perfeita em PB, encontrada na reportagem de um jornal acerca da expansão da culinária japonesa em Londrina:

(77) Tenho vendido muitos sushis, porque os dekassegui querem continuar comendo ___ depois que voltam ao Brasil. (Jornal de Londrina, 2002)

O exemplo é um exemplo claro de objeto nulo, pois não podemos aceitar a interpretação de “comer” como intransitivo nesta sentença. No caso, além de o antecedente ser [-animado, -específico] temos um verbo aspectual durativo (“continuar”) selecionando um gerúndio que licencia a lacuna.

Outros aspectos a respeito do objeto nulo, portanto, ainda necessitam de uma pesquisa mais detalhada, e o presente trabalho é uma contribuição para o desenvolvimento dessas investigações. A partir de dados diacrônicos, podemos chegar a conclusões que nos permitem avançar no entendimento desse aspecto do português brasileiro.

Referências

- BARRA FERREIRA, M. *Argumentos nulos em português brasileiro*. M. A. thesis. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2000.
- BARBOSA, A.; LOPES, C. (no prelo) (orgs.) *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- BIANCHI, V.; FIGUEIREDO, M.C. On some properties of agreement-object. In: Italian and Brazilian Portuguese. In: MAZZOLA, M. (ed.) *Issues and theory in Romance linguistics*. Washington DC: Georgetown University Press, 1994.
- BOSQUE, I. Negación y ellipsis. *Estudios de Linguística* 2: 171-199. (1984)
- BRUCART, J. M. La ellipsis. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999.
- CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS I.; KATO M. (orgs.) *Português brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil - um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL, 1994/ 1997.
- CYRINO, S.M.L. The syntax of null objects in Brazilian Portuguese, conferência proferida na Universität Hamburg 2000.
- CYRINO, S. M. L. Complementos nulos em anúncios de jornal do séc. XIX. In: ALCKMIN, T. (org) *Para a história do português brasileiro volume III: novos estudos*. São Paulo: USP/Humanitas – Unicamp/IEL, 2002.
- CYRINO, S. M. L. Anáfora do complemento nulo, categoria aspecto e objeto nulo no português brasileiro. Ms. (em andamento).
- CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M.E.L.; KATO, M. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. (eds) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main: Vervuertm, 2002.
- CYRINO, S. M. L.; BARRICHELLO, J. P. de PAULA, F.F. Formação de um banco de documentos paranaenses: primeiros resultados. In: M. E. L. Duarte e D. Callou (orgs). *Para a história do português brasileiro volume IV: Notícias de corpora e outros estudos* Rio de Janeiro: UFRJ/Letras/FAPERJ, 2002.
- CYRINO, S. M. L.; MATOS, M. G. A. Syntactic microvariation. In: VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese. Trabalho apresentado no 25 GLOW Colloquium, April 9-11. Meertens Institut, Amsterdam, Holland, 2002
- CYRINO, S. M. L.; REICH, U. Uma visão integrada do objeto nulo no Português Brasileiro. *Romanisches Jahrbuch*. (no prelo)

- DEPIANTE, M. *The Syntax of Deep and Surface Anaphora: A Study of Null Complement Anaphora and Stripping/Bare Argument Ellipsis*. PhD Dissertation. University of Connecticut, 2000.
- DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1986.
- FARRELL, P. Null objects in Brazilian Portuguese. *The linguistic review* 8: 325-346, 1990.
- FIENGO, R; MAY, R. *Indices and identity*. Cambridge: MIT Press, 1994.
- KATO, M. The distribution of pronouns and nul elements in object position in Brazilian Portuguese. In: ASHBY, W.; PERISSINOTTO, M.M.G; RAPOSO, E. (eds.) *Linguistic perspectives on the romance languages*. Amsterdam: John Benjamins, 1993.
- KATO, M. *Sujeito e objeto no português brasileiro: aspectos histórico-comparativos*. Conference held at Blaubeuren. Blaubeuerne Brasilentage, 2000.
- MATOS, M. G. A. *Clítico verbal demonstrativo*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 1985.
- MATOS, M. G. A. *Construções de elipse de predicado em português - SV nulo e despojamento*. Tese de doutorado, Universidade de Lisboa, 1992.
- NUNES, J. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M (orgs.) *Português brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora de UNICAMP, 1993.
- OMENA, N. P. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Dissertação de mestrado, PUC-RJ, 1978.
- PEREIRA, M. G. D. *A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, PUC-RJ, 1981.
- RADFORD, A. *Italian syntax: transformational and relational grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- RAPOSO, E.; KATO, M. *O objeto nulo definido no português europeu e no português brasileiro: convergências e divergências*. Encontro da ALP, Coimbra, 2000.
- ZUBIZARRETA, M-L. *On the relationship of the lexicon to syntax*. Tese de doutorado, MIT, 1982.

Algumas diretrizes para uma abordagem formal da gramaticalização

por

Lorenzo Vitral

Universidade Federal de Minas Gerais

e

Jânia Ramos

Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

Neste artigo, trazemos alguns pontos de reflexão no intuito de mostrar que os fenômenos de gramaticalização podem receber uma abordagem formal. Embora ainda não se disponha de um quadro teórico homogêneo para tratar formalmente a gramaticalização, conforme assinalam Bybee e Hopper (2001) e Newmeyer (2000), formulamos algumas diretrizes para uma abordagem dessa natureza, que são, na verdade, reflexões acerca de propriedades atribuídas aos fenômenos de gramaticalização, normalmente encontradas na literatura dessa área. O que fizemos então foi “interpretar” propriedades da gramaticalização a partir de pressupostos de um modelo formal que, no nosso caso, é o da gramática gerativa, em sua fase mais atual, o Programa Minimalista.

Nos processos de gramaticalização, afirma-se que as alterações da natureza dos itens incidem sobre *três aspectos gramaticais*, que tornam os fenômenos de gramaticalização distintos ou, ontologicamente, identificáveis. Assim, quando um item se gramaticaliza, sofre *alterações sintáticas*, muda de classe de palavra; *semânticas*: “esvazia-se” semanticamente ou “perde conteúdo”; e *morfofonéticas*: ocorre “redução” ou “diminuição” de sílabas, sons e/ou acento.

Como se sabe, essas alterações são previstas por meio de um ciclo que é formulado da seguinte maneira, de acordo com Hopper e Traugott (1993: 7):

(1) a. item lexical > b. item gramatical > c. clítico > d. afixo

A alteração da etapa (a) para a (b) diz respeito a uma alteração da classe de palavra do item e é acompanhada por uma alteração relacionada com o significado, ou seja, tornar-se um item gramatical traz certas conseqüências do ponto de vista do conteúdo do item. As etapas (c) e (d) prevêem alterações do item do ponto de vista morfofonético. Cada etapa levaria, como corolário, a modificações da distribuição sintática do item, tornando-a mais restrita, à medida que caminha para a direita no ciclo. Essa distribuição sintática faz prever, pelo menos à primeira vista, que haveria gradualidade entre as etapas do ciclo, em relação ao significado. Isto é, quanto mais à direita, maior o esvaziamento semântico. Outra expectativa seria a de que os processos podem se tornar concomitantes: quanto maior o esvaziamento semântico, maior a perda de substância fônica. Essas expectativas, explicitadas em Lehmann (1982), entretanto, não se confirmam, conforme veremos nas duas próximas seções, que tratam, respectivamente, da *gradualidade* e da *concomitância*.

1. Gradualidade

É possível um item apresentar estatutos sintáticos distintos, tal como ocorre com a forma verbal *pode* no exemplo abaixo:

(2) Ele pode comprar um carro novo.

De acordo com a extensa literatura sobre os verbos modais (cf., por exemplo, Pontes, 1973; Perini, 1977; Lightfoot, 1979; Vitral, 1987; Vianna, 2000), a oração acima pode ser analisada como um período composto — neste caso o item *pode* é analisado como um verbo lexical — ou como um período simples — neste caso *pode* deverá ser analisado como um tipo de verbo auxiliar. Assim, cabe fazer a hipótese de que o item *poder* está se gramaticalizando, isto é, passou de verbo a auxiliar. Como esse

processo atingiu, no máximo, as etapas (a) e (b) citadas em (1), é pertinente dizer que as etapas de (1) são etapas *em potência*, isto é, não implicam que, em todo processo de gramaticalização, haja todas as “mudanças” de todos os aspectos gramaticais previstos; ou, ainda, que na ocasião da identificação de um dado processo de gramaticalização num dado recorte de tempo pode não ter ocorrido ainda todas as etapas previstas em (1).

Por outro lado, a afirmação de que a forma *poder* “passou de verbo a auxiliar” carece de explicitação e requer que sejam respondidas três questões: (i) o que é verbo? (ii) o que é auxiliar? (iii) o que significa “passar a”?

Em primeiro lugar, torna-se necessária uma teoria gramatical que nos forneça critérios consistentes, de modo a permitir demonstrar que um determinado comportamento sintático de um item atesta sua condição de membro pertencente a uma determinada categoria lexical ou gramatical. A Teoria Gerativa — que desenvolveu, como continuadora da tradição gramatical, uma teoria robusta das categorias sintáticas, sobretudo no que se refere à distinção crucial entre *as categorias lexicais e gramaticais* (estas últimas são chamadas de *funcionais* pelo gerativismo) — pode, dessa forma, servir como quadro teórico para o diagnóstico da natureza lexical ou gramatical dos itens. Para ilustrar este ponto, observemos, por exemplo, os contrastes seguintes:

(3) a. ? Carlos a podia encontrar

b.* Carlos a disse encontrar.

c. Carlos a tinha encontrado.

Consideremos aqui três formas: *podia*, *disse* e *tinha*. Importa-nos saber qual delas é verbo, qual é auxiliar. Para isso podemos contar com critérios sintáticos, no caso, o alçamento do clítico, isto é, o deslocamento do clítico da posição objeto do verbo que está numa das formas nominais para uma posição junto ao verbo que carrega as marcas de tempo e concordância. Como se sabe,

apenas quando se tem uma locução verbal, é admitido o alçamento. Diante disso, o fato de (3b) ser impossível e (3a) aceitável, embora marginal, mostra que *podia* se comporta como um auxiliar ou, pelo menos, tem um estatuto categorial difícil de ser precisado. A Teoria Gerativa pode, portanto, participar desta análise na medida em que dispõe de meios para explicitar o comportamento sintático dos itens, tal como o alçamento, e ainda oferece uma justificativa teórica desse comportamento, por meio, neste caso, da teoria de fronteiras.¹ Esta distingue dois tipos de categorias: aquelas que permitem ou impedem o movimento de constituintes.

Torna-se crucial, na nossa perspectiva, a análise dos dois grupos de categorias sintáticas, isto é, as categorias lexicais e as categorias gramaticais, desenvolvidas pela Teoria Gerativa; o que inclui (i) uma descrição das funções dos dois grupos na gramática interna; (ii) o rol das categorias que são lexicais e gramaticais; e (iii) o conjunto de traços que define, primeiro, a distinção gramatical e lexical, e, segundo, que caracteriza o conteúdo de cada categoria prevista pela gramática interna.

É preciso agora ter em conta uma restrição. A etapa $a > b$ de (1) tem sido descrita como recategorização. Sob o rótulo da gramaticalização, têm sido tratados dois tipos distintos de processos: aquele em que um item lexical é recategorizado como gramatical e aquele em que um item lexical ou permanece como item da mesma categoria lexical ou passa a funcionar como um item de uma outra categoria também lexical. Este último processo é representável como: *lexical > lexical*. Trata-se de casos, por exemplo, como o seguinte:

(4) a. redondo (adjetivo) > redondo (advérbio)²

b. braço (substantivo) > braço de cadeira (substantivo)

¹ Ver Chomsky (1986).

² Comparem-se os exemplos: (i) A terra é redonda; e (ii) A cerveja que desce redondo. Para uma discussão, consultar Reis (1997).

No caso de fenômenos como (4), é bastante relevante a discussão acerca do papel de mecanismos cognitivos subjacentes à metáfora e à metonímia e da dicotomia concreto/abstrato na sua criação e descrição semântica. Tais casos são certamente mais bem nomeados de *processos de lexicalização*, devendo, portanto, ser distinguidos dos processos de gramaticalização nos quais, como dissemos, um item pertencente a uma das categorias lexicais passa a funcionar como um item de uma das categorias gramaticais.

Voltemos ao percurso $a > b$ de (1), em que uma categoria lexical é recategorizada como gramatical (ou funcional). O que significa *recategorização* de (a) neste contexto? Do nosso ponto de vista, recategorização constitui um epifenômeno no qual é possível “visualizar” a atuação das operações do sistema computacional, no sentido de Chomsky (1995). Isto é, existem mecanismos que colhem os itens no léxico e os alocam, formando com eles arranjos sintáticos. Ou, dito mais explicitamente, a gramática interna, ou sistema computacional, “enxerga” itens distintos, isto é, pertencentes a categorias distintas, e forma arranjos sintáticos com eles por meio de suas operações que os inserem e os movimentam. O sistema computacional não “enxergaria”, portanto, o processo de recategorização. Este, na realidade, seria um epifenômeno captado pelo lingüista quando compara estágios diferentes de uma língua. Para esclarecer o papel do sistema computacional, consideremos ainda os seguintes exemplos:

(5) a. Eu tenho dez vira-latas.

b. Eu tenho conhecido muita gente boa.

No estágio atual da língua portuguesa, o verbo *tenho*, em (5a), indicando posse, coexiste com o auxiliar *tenho* em (5b). Vamos supor, assim, que se trata de dois itens diferentes que pertencem ao componente lexical. O primeiro deles é categorizado como pertencente à classe dos verbos e o outro, à da classe dos auxiliares. Quando o sistema computacional, através de suas operações, insere esses dois itens em arranjos sintáticos, ele “enxerga” os traços categoriais que definem a classe sintática dos

dois itens e os alocam de acordo com esses traços. Assim, em (5), tenho [lexical] é inserido no ambiente __NP e tenho [gramatical] encontra-se no ambiente __VP. Em nossa ótica, portanto, a gradualidade identificada nos trabalhos sobre gramaticalização não tem a ver com a possibilidade de indefinição da classe de um item. Para nós, ou o item é de uma classe ou de outra. Em outras palavras, quando o item é inserido numa estrutura oracional, ele já tem sua classe sintática definida. Diferentemente das outras abordagens, não estamos focalizando aqui as potencialidades do item, mas sua presença em um contexto específico, o que acarreta a necessidade de um estatuto categorial definido, não ambíguo. Deve-se ressaltar aqui que o que dá a impressão de gradualidade categorial do item é o “olhar” externo sobre a língua. Dentro de uma estrutura, um item nunca tem estatuto categorial indefinido ou mesmo ambíguo.³

Essa descrição dos fatos permite-nos também esclarecer por que utilizamos, neste texto, o termo ‘mudança’ entre aspas. Como vimos, tanto no caso do verbo modal quanto no caso de *ter*, não se trata de substituição de uma forma por outra, e sim de diferentes estatutos sintáticos atribuídos a uma mesma forma fonética, o que resulta em duas ou mais entradas lexicais distintas. Para explicitar essa nossa proposta, as diferentes entradas serão descritas como itens “homônimos”. Contudo, a literatura sobre gramaticalização, que prioriza o aspecto semântico do processo, trata, normalmente, os itens, aos quais estamos nos referindo, como polissêmicos. Entretanto, na nossa visão, embora do ponto de vista diacrônico seja possível falar de polissemia — já que uma acepção de um item é gerada a partir de outra, no que concerne a uma dada sincronia —, vale mais a pena considerar que as duas acepções de um item, para um dado falante ou numa gramática

³ A propósito da reconhecida ambigüidade sintática de certos enunciados, é importante ressaltar que esta resulta da atribuição de mais de uma estrutura pelo falante e não do fato de o item não ter estatuto categorial claro nas diferentes estruturas atribuídas por ele.

particular, encontram-se numa relação de homonímia, isto é, como propomos, trata-se de duas entradas lexicais distintas.

Na nossa perspectiva, portanto, a noção de gramaticalização é vista como um artefato descritivo que nos permite identificar e coletar certos tipos de fenômenos lingüísticos de natureza diacrônica. Estamos propondo aqui que a descrição a-teórica, em termos de perda de substância fônica e esvaziamento de conteúdo, observadas nas línguas, no eixo diacrônico, seja consubstanciada através de metodologia objetiva de base quantitativa. Assim, as generalizações acima poderão ser traduzidas em questões:

- (6) Por que um item lexical perde substância fônica?
- (7) Por que um item perde significado?
- (8) Por que um item lexical passa a item gramatical?
- (9) Por que alguns entram em processo de gramaticalização e outros não?

Desse modo, o “diagnóstico” do processo de gramaticalização teria como suporte recursos objetivos de análise, de forma a minimizar o caráter assistemático das descrições, evitando críticas do tipo “os estudos de gramaticalização dão impressão de unidirecionalidade porque apresentam lacunas”⁴. A metodologia de base quantitativa é um caminho promissor, capaz de evitar que etapas de gramaticalização sejam omitidas. Através deste procedimento visamos a tornar mais objetiva a nossa análise e também alcançar um grau de detalhamento superior ao das análises correntes.

Identificar a noção de gramaticalização como um artefato descritivo, tal como estamos assumindo aqui, significa sustentar que os estudos sobre gramaticalização formam um corpo de

⁴ JANDA, Richard D. (2001: 265-340).

conhecimento no qual respostas para as questões (6-9) não poderão ser respondidas, porque não oferecem um quadro teórico no qual os conceitos de item lexical e item gramatical possam ser satisfatoriamente descritos. Por esta razão, fizemos opção pela Teoria Gerativa como quadro teórico onde buscar descrições adequadas.

2. Concomitância

Tenhamos em conta a expectativa, decorrente do ciclo da gramaticalização em (1) e explicitada por Lehmann (1982), de que haveria concomitância entre perda de complexidade semântica e perda de substância fonética.

Vários fatos do português brasileiro nos quais a concomitância não se verifica podem ser apontados. Conforme veremos, no eixo diacrônico, o item *ter*, que expressava *posse*, passa a também expressar *existência*.⁵ A perda de informação semântica, acrescida do ganho da aceção *existencial*, ocorreu sem a correspondente perda de substância fonética, embora, neste caso, possa ser alegado que o *ter existencial* é uma aceção lexical do verbo *ter*, ou seja, a aceção existencial não define uma categoria gramatical:

(10) a. Ele *tem* um apartamento.

b. *Tem* muita gente na sala.

Um outro caso seria o de perda de substância fonética, sem perda de informação semântica, como é o caso de *tá* e *está*, os dois itens manifestam verbo indicador de estado. Veja-se que *tá* é semanticamente idêntico a *está* ⁶, podendo ser usados tanto numa

⁵ Cf. VIOTTI (1999).

⁶ FUNDO, K. H do (1994).

função lexical, como em (11), como numa função gramatical, como em (12).

(11) a. Ele *tá* bem.

b. Ele *está* bem.

(12)a. Ele *está* correndo agora.

b. Ele *tá* correndo agora.

Note-se, portanto, que, nesse caso, a redução fonética não é exclusiva do uso do item numa função gramatical.

Há ainda casos em que ocorrem os dois processos, a perda de substância fonética e enfraquecimento semântico simultaneamente, embora o processo semântico teria afetado, ao mesmo tempo, as formas que perderam substância fonética e as que não perderam. Vejamos, como exemplo, as formas *você* e *cê*, nos enunciados a seguir.

(13) a. *Cê* pode visitar sempre esse local. (referência [-específica])

b. Quando *você* chega em Paris (...). (referência [-específica])

c. VOCÊS cês aprontam a maior bagunça. (E1) (referência [+específica])

Os enunciados de (13) mostram que tanto a forma reduzida quanto a forma plena do pronome *você* são usadas com dois tipos de referência. Em (a-b) esses itens podem ser substituídos pelo pronome indeterminador *se*, sem que isso afete o conteúdo da sentença. Já em (c) esta substituição não é possível, pois o referente é o próprio interlocutor. O processo manifestado como [+específico] > [-específico] configura o que Lehmann (1982)

chama de “esvaziamento semântico” e o que Heine e Reh (1984) descrevem como “perda de complexidade semântica”.

Os dados apresentados em (10-13) mostram que não há concomitância entre os processos semânticos e morfossintáticos, contrariando Lehmann (1982).

Conclusão

O detalhamento e explicitação do ciclo apresentado no início deste texto, em (1), é, assim, necessário para uma abordagem formal do que tem sido rotulado como gramaticalização. Além disso, contribuem para uma melhor compreensão dos fenômenos com os quais estamos lidando.

Para efetivar tal detalhamento com objetividade e sistematicidade, a quantificação constitui um procedimento adequado e satisfatório. Para tanto, é necessário identificar as formas foneticamente plenas e reduzidas, compará-las, identificar sua categoria gramatical e diferenças semânticas. E cada uma dessas possibilidades pode ser codificada separadamente, de modo a torná-las explícitas e passíveis de quantificação, utilizando um programa de análise variável. Esse quadro, assim tão favorecedor ao tratamento quantitativo, permite verificar se as etapas em potência, previstas em (1), realmente se efetivaram e em que ritmo, datando seu percurso.⁷ Uma proposta concreta nesta direção pode ser consultada em Vitral e Ramos (2006).

Referências

- Bybee, Joan, and Paul Hopper, ed. (2001) *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. John Benjamins Publishing Company
CHOMSKY, N. *Barriers*. MIT Press: Cambridge, 1986.
CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. MIT Press: Cambridge, 1995.

⁷ Uma aplicação da análise propriamente laboviana a dados de gramaticalização encontra-se em Naro e Braga (2000). Para uma crítica quanto à falta de informações sociolinguísticas no tratamento dispensado à gramaticalização, ver Janda (2001).

- FUNDO, K. H do (1994) Distribuição e interseção das novas variáveis. Boletim da ABRALIN, 15. Salvador, UFBA: 256-61.
- HEINE, B.; HÜNNEMEYER B.; CLAUDI, U. Grammaticalization: a conceptual framework. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HEINE, B.; REH, M. Grammaticalization and Reanalysis. In: Heine, Bernd, Reh, Mechthild. Grammaticalization and Reanalysis in African languages. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1984.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. Grammaticalization. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- JANDA, R. Beyond “Pathways” and “Unidirectionality”: on the discontinuity of language transmission and the Counterability of Grammaticalization. Language Sciences, n. 22, v. 4, 2001.
- LEHMANN, C. Thoughts on Grammaticalization. A programmatic sketch. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien-Projekts, 1982. v. 1.
- LIGHTFOOT, D. Principles of Diachronic Syntax. Cambridge: MIT Press, 1979.
- LIGHTFOOT, D. The Development of Language. Oxford: Blackwell, 1999.
- NARO, A.; BRAGA, M. L. A interface sociolingüística/gramaticalização. Gragoatá, n. 9, p.125-134, 2000.
- NEWMAYER, F. Deconstructing Grammaticalization. Language Sciences, n. 23, p.187-220, 2001.
- PERINI, M. Gramática do infinitivo português. Petrópolis: Vozes, 1977.
- PONTES, E. Verbos auxiliares em português. Petrópolis: Vozes, 1973.
- RAMOS, J. O uso das formas você, ocê e cê no dialeto mineiro. In: HORA (Ed.). Diversidade Lingüística no Brasil. João Pessoa: editora Idéia, 1997. p. 43-60.
- REIS, M. C. F. Sintagmas adjetivais e sintagmas nominais em função adverbial: a questão dos traços de concordância. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.
- TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Org.). Approaches to Grammaticalization. Amsterdam: John Benjamins, 1991.
- VIANNA, H. L. G. A estrutura modal+infinitivo em português: gramaticalização e modalização. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- VIOTTI, E. A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

- VITRAL, L. Sobre a complementação infinitiva em português. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.
- VITRAL, L. A forma *cê* e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*, n. 5, p.115-124, 1996.
- VITRAL, L. A negação: teoria da checagem e mudança lingüística. *D.E.L.T.A*, n. 15, v. 1, p. 57-84, 1999.
- VITRAL, L.; RAMOS, J. Gramaticalização: uma abordagem formal. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/FALE-UFMG, 2006.
- VITRAL, L. T. . O Papel da Frequência na Identificação de processos de gramaticalização. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 10, n. 18, p. 128-162, 2006.
- VITRAL, L. T. . A evolução do SE reflexivo em português na perspectiva da gramaticalização. In: Tânia Lobo; Ilza Ribeiro; Zenaide Carneiro; Norma Almeida. (Org.). *para a história do português brasileiro*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2006, v. 6, p. 107-133

Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX

por

Célia Regina dos Santos Lopes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

e

Maria Eugênia Lamoglia Duarte

Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq

1. Introdução

Importantes diferenças entre as vertentes brasileira e portuguesa relativas ao quadro pronominal e suas conseqüências para a gramática de uma e outra variedade têm sido apontadas em pesquisas recentes elaboradas a partir de amostras sincrônicas e diacrônicas. Entre essas diferenças, destaca-se o quadro relativo à segunda pessoa. No que diz respeito à forma *você*, originada do pronome de tratamento *Vossa Mercê*,¹ o que se ressalta atualmente como diferença relevante é o seu emprego na interlocução. Em português europeu *você* está em distribuição com *o(a) senhor(a)* e *tu*, segundo o grau de intimidade estabelecido entre os interlocutores, o que revela que *você* ainda guarda traços de forma de tratamento. No português do Brasil, ao contrário, *você* já está perfeitamente integrado ao sistema de pronomes pessoais, substituindo *tu* em grande parte do território nacional ou convivendo com *tu* sem que o verbo traga a marca distintiva da chamada “segunda pessoa direta”. A implementação da forma *você*, em referência à segunda pessoa, principalmente no português do Brasil, acarretou um rearranjo no sistema pronominal com a fusão do paradigma de 2^a

¹ Sobre a inserção de *Vossa Mercê* no sistema de tratamento em substituição a *vós*, veja-se Oliveira e Ramos (2002).

com o de 3ª pessoa do singular e com a eliminação do paradigma de 2ª pessoa do plural, por conta das possibilidades combinatórias de *você* com *te~lbe, teu~seu/tua~sua*, etc. e de *vocês* com *lbes~vocês, seus~deles*, etc. (cf. Faraco, 1996: 65-70; Oliveira, 1996; Menon, 1995: 103). Embora ainda condenada pela gramática, a famigerada “mistura de tratamento” atingiu também o imperativo com o “crescimento do uso da forma de imperativo referente ao sujeito *tu*, mesmo quando o tratamento do ouvinte se faz com *você*” (Paredes Silva *et al*, 2000: 116, Scherre *et al*, 2000), evidenciado no recorrente exemplo “*Vem para a Caixa você também*”.

Na verdade, a variação *tu/ você* no Brasil não é uma questão simples. Peças de teatro escritas no Rio de Janeiro, ao longo dos séculos XIX e XX, revelam que, por volta dos anos 20-30 do século XX, a coexistência das duas formas desaparece, sendo quase exclusivo o uso de *você* (Duarte, 1993). No entanto, no último quartel desse mesmo século, nota-se no mesmo tipo de texto um retorno do pronome *tu*, desta vez sem a forma verbal com a flexão de segunda pessoa (Paredes Silva, 2000). Com base numa amostra controlada de língua oral,² Paredes Silva (2003) confirma esse retorno de *tu* à fala carioca, com a forma verbal não marcada. Segundo Menon (1997) e Menon e Loregian-Penkak (2002), pesquisas realizadas nas três capitais do sul indicam a ausência de *tu* em Curitiba, sua concorrência com *você* em Florianópolis e Porto Alegre, com uma interessante particularidade: em Florianópolis, *tu* é menos freqüente que *você*, mas tende a aparecer mais com a flexão verbal marcada, enquanto em Porto Alegre, *tu* é mais freqüente, mas a flexão verbal é mais rara.³ Mais recentemente, Amaral (2003) mostra que em Pelotas

² Segundo a autora, as entrevistas sociolinguísticas não são o contexto ideal para o uso da segunda pessoa, daí a necessidade de amostras controladas, que apresentem conversas naturais entre duas pessoas.

³ Ana Zilles (comunicação pessoal) lembra que as Cartas do ALERS (Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul) mostram que há áreas de uso exclusivo de 'tu', áreas de uso exclusivo de 'você' e áreas em que as

(RS) a presença da marca de concordância com *tu* atinge apenas 7%, confirmando os resultados para Porto Alegre. Falta-nos, infelizmente, uma descrição mais detalhada dessa variação nas regiões norte e nordeste.⁴

O certo é que, além da referência definida, o uso de *você* se expandiu para os contextos de referência indeterminada (também em concorrência com *tu* em várias regiões do país) e já aparece em construções existenciais, com um possível valor expletivo (Duarte, 1995, 1999, 2003; e Avelar 2003). No plural, pode-se dizer que *você* acabou por substituir a forma pronominal *vós*.

Partindo dos resultados obtidos no estudo de Lopes & Duarte (no prelo), que se baseia em uma amostra constituída por peças teatrais portuguesas e brasileiras escritas no mesmo período, pretendemos:

- a) levantar as formas nominais e pronominais de tratamento mais freqüentemente utilizadas em cartas não-oficiais escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX;
- b) verificar se as formas nominais e pronominais de tratamento identificadas no teatro são as mesmas que se utilizam nas cartas escritas no Brasil nos séculos XVIII e XIX;
- c) identificar os fatores lingüísticos e extralingüísticos que aceleraram o processo de gramaticalização de *Vossa Mercê* > *você* no português do Brasil, ocasionando sua inserção no nosso sistema pronominal.

duas formas se alternam. Lembra ainda que fatores de natureza extralingüística são extremamente relevantes nessa alternância.

⁴ Lemos Monteiro (1997) destaca o baixo uso de *tu* nas cinco capitais contempladas pelo Projeto NURC, mas chama a atenção para o fato de que em Fortaleza o uso de *tu* é semelhante ao de Porto Alegre, sem a marca de concordância, independentemente da classe social ou do nível de escolaridade. É possível que a quase ausência de *tu* nas entrevistas do NURC se deva ao estilo próprio das entrevistas, como apontado por Paredes Silva (2003) (cf. nota 1)

2. Um pouco de história

Cintra (1972) mostra que o atual sistema de tratamento difere daquele encontrado nos primórdios de nossa língua em que não havia tratamentos do tipo nominal — pelo menos não localizáveis nos textos. A oposição se estabelecia basicamente entre *tu/vós* (plano da intimidade) *versus vós* (plano de cortesia ou distanciamento), como até hoje em francês.

As formas nominais de tratamento sofrem um processo de especialização já nos fins do século XIV. O autor descreve esse processo de mudança, correlacionando-o a um processo de hierarquização cada vez maior da sociedade. *Vossa mercê*, que aparece como tratamento para o rei por volta de 1460, deixa de sê-lo em 1490. A degradação hierárquica — ou a ascendência da nobreza? — é progressiva e a expressão passa a referir-se a duques, depois a infantas, a fidalgos e, no século XVI, já é usada por Gil Vicente para padrões burgueses. *Vossa Senhoria* também sofre, em menor escala, o mesmo processo de perda gradativa de reverência. Começa como tratamento ao rei, passa a ser empregado para fidalgos da nobreza e se estabelece num nível superior a *Vossa Mercê*. *Vossa Alteza* se especializa como tratamento ao rei no século XV. Felipe II, em 1586, na Espanha e, em 1597, em Portugal, estabelece legalmente como devem ser empregadas as expressões de tratamento. Tal postura pode nos sugerir, em princípio, duas hipóteses: i) havia uma grande flutuação no emprego dessas formas de tratamento entre as pessoas da época; e ii) a sociedade tinha uma grande preocupação em determinar os papéis sociais desempenhados pelos membros que a constituíam.

No século XVIII, *vós*, empregado para um único interlocutor, tido como traço arcaizante praticamente cai em desuso.

Para o lugar que o *vós* deixou vago no sistema, apresentou-se o *você* (...) semelhante pelas origens às referidas fórmulas, mas muito mais evoluído dos pontos de vista semântico e

fonético, estava o caminho aberto para a progressiva invasão e expansão das outras formas substantivas que levam o verbo para a 3ª pessoa. (Cintra, 1972: 35-38)

Faraco (1996) afirma que a progressiva alteração do valor social da forma *Vossa Mercê* (e variantes) é resultante da rápida multiplicação dessas formas em Portugal. Inicialmente utilizada como tratamento ao rei, a forma *Vossa Mercê* (além de *Vossa Senhoria*) se estende ao tratamento não íntimo entre iguais na aristocracia e começa, aos poucos, a ser utilizada por pessoas de *status* social inferior (criados, subordinados etc.) ao se dirigirem a membros da aristocracia. Numa etapa final de decréscimo de formalidade, vamos encontrar *Vossa Mercê* e *Vossa Senhoria* sendo utilizados como diferentes variantes sociais em oposição a *tu*, que era de uso comum no tratamento íntimo. Comparativamente, a segunda estratégia manteve-se em uso, por mais tempo, com um *status* socialmente superior em relação à primeira, sobrevivendo no Brasil, ao lado de *Vossa Excelência* “como formas artificiais utilizadas na correspondência oficial e em alguns contextos muito formais nos altos escalões da administração pública.” (Faraco, 1996: 65). A partir do século XVI, período em que o processo de ocupação do Brasil teve início, a degradação semântica sofrida por *vós*, a simplificação fonética de *Vossa Mercê* e o seu uso generalizado como *voce* estavam em etapa bastante avançada.

3. O quadro teórico

Nos estudos funcionalistas sobre gramaticalização, revigorados nas décadas de 80 e 90, autores como Lichtenberk (1991) retomam a discussão sobre o *problema da transição* (Weinreich, Labov e Herzog, 1968) e defendem ser o gradualismo inerente aos fenômenos de gramaticalização estudados. Postula-se, inclusive, que, por ser um fenômeno contínuo, a gramaticalização não é um processo que possa se extinguir. Assim como ocorreu com *a gente* (cf. Lopes 1999, 2003a), a gramaticalização, ou mais especificamente, a pronominalização de *Vossa Mercê* > *voce*

acarretou perdas e ganhos em termos de suas propriedades formais e semânticas por conta da mudança categorial de nome para pronome. Nem todas as propriedades formais nominais foram perdidas, assim como não foram assumidas todas as propriedades intrínsecas aos pronomes pessoais. Assim como mostra Lopes (1999, 2003a), no mapeamento diacrônico delineado na gramaticalização de *a gente*, a gramaticalização de *Vossa Mercê* não foi um processo isolado, mas conseqüência de uma mudança encaixada lingüística e socialmente. Há uma emergência gradativa de formas nominais de tratamento que passam a substituir o tratamento cortês universal *vós* a partir do século XV, num primeiro momento pela ascensão da nobreza e mais tarde da burguesia que exigia um tratamento diferenciado. Essa propagação, que começa de *cima para baixo*, se dissemina pela comunidade como um todo e as formas perdem sua concepção semântica inicial, gramaticalizando-se — algumas de forma mais acelerada que outras, como é o caso de *Vossa Mercê* > *vosmecê* > *você*.

Cabe ainda discutir alguns aspectos lingüísticos que delimitam entre fins do século XVIII o início do processo de pronominalização de *Vossa Mercê* e a efetiva gramaticalização de *você* a partir do século XIX. Levam-se em conta, principalmente, os 5 princípios propostos por Hopper (1991): *estratificação (layering)*, *divergência*, *especialização*, *persistência* e *decatégorização*.

Como discutido em Hopper (1991) e em outros trabalhos que reinterpretam os princípios propostos à luz da teoria da variação (Omena e Braga, 1986; Lopes, 1999, 2003a; Naro e Braga 2000; Lopes e Duarte, 2002a, b e (no prelo); Rumeu, 2001), o princípio da *estratificação (layering)* estipula a coexistência entre o novo e o velho em um domínio funcional amplo. Não há o descarte imediato das formas mais antigas, no caso *vós/tu*, em detrimento das formas emergentes *vocês/você*, mas um período de transição que configuraria uma fase de convivência nas diversas estratégias de referência ao interlocutor. Com relação ao princípio da *divergência*, postula-se a permanência do item lexical original (*Vossa mercê*) convivendo de forma autônoma ao lado da forma gramaticalizada (*você*), embora divirjam funcionalmente. O

substantivo *mercê* conserva ainda hoje sua integridade fonológica e até, de certa forma, semântica: *Estamos à mercê de bandidos*. A forma gramaticalizada *você*, por sua vez, sofreu perda gradual de substância fonológica (*erosão*) — *Vossa mercê* > *vosmecê*⁵ > *você* > *cê*⁶ — e semântica (*dessemantização*) — perda do caráter de reverência e cortesia original — nos termos de Lehmann (1982).

Outro princípio, a *especialização*, associa-se à limitação das opções, que ocorre quando há um estreitamento da variedade de escolhas, fazendo com que uma das formas se torne, em alguns contextos, praticamente obrigatória. Pressupõe-se, pois, que a forma emergente (*você*) passe paulatinamente a ocorrer em contextos lingüísticos específicos e diferentes dos contextos favorecedores de *Vossa mercê*. A conservação de alguns traços do significado original, aderindo-se à nova forma gramaticalizada, remete-nos ao princípio da *persistência*. Como aponta o autor, nos processos de gramaticalização, detalhes da história lexical do item podem se refletir na forma gramaticalizada durante estágios intermediários.

Por fim, o princípio da *de categorização (ou descategorização)* proposto por Hopper (1991) consiste na neutralização das marcas morfológicas e propriedades sintáticas da categoria-origem (nome ou sintagma nominal) e adoção dos atributos da categoria-destino (forma pronominal).

⁵ Foram localizadas em algumas peças teatrais portuguesas dos séculos XVIII e XIX as seguintes representações gráficas: *Vossé(s)*, *Você(s)*, *Boixê(s)*, *Vossa(s) Mercê(s)*, *V. M.*, *Boxa Mercê* (Lopes, 2001, 2003b). A incerteza e a diversidade de grafias evidencia a produtividade do uso de tal forma de tratamento no período, o que pode ser uma tentativa de o escritor deixar transparecer, mesmo que de forma caricatural, a alta frequência da forma sincopada na fala de pessoas do povo.

⁶ Ver ainda Ramos (1997), para um estudo sincrônico do processo de cliticização de *você*.

Ao mesmo tempo que acompanhamos o processo de gramaticalização de *Vossa Mercê*, interessa-nos observar o comportamento da forma de tratamento (categoria-origem) e do pronome (categoria-destino), particularmente na função sintática de sujeito. Se o português dos séculos XVIII e XIX apresenta características de língua de sujeito nulo (cf. Duarte, 1993), espera-se que o comportamento da forma de tratamento seja o de uma forma nominal — preferencialmente expresso; o da forma gramaticalizada/pronominalizada, por outro lado, deve espelhar o comportamento dos pronomes nos períodos em questão, que obedecem ao Princípio “Evite Pronome”, sendo usualmente nulos. Essa perspectiva, associada ao quadro de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981), está em perfeita consonância com o princípio da *de categorização* anteriormente mencionado.

A análise quantitativa será feita com base na Sociolinguística Variacionista laboviana, através da aplicação do programa VARBRUL (cf. Mollica e Braga, 2003), que calcula as freqüências e o peso relativo de cada fator lingüístico ou extralingüístico postulado. Como se vê, o trabalho busca integrar a perspectiva variacionista, discutida em Weinreich, Labov e Herzog (1968) e Labov (1994), a outros modelos formais e funcionais.

4. O Corpus

A partir dos *corpora* compartilhados do projeto *Para a História do Português Brasileiro — PHPB*,⁷ utilizou-se uma amostra constituída por cartas — do Brasil setecentista e oitocentista — escritas em quatro localidades distintas: Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.⁸ A dificuldade de localizar documentos escritos não-literários de priscas eras não nos permitiu constituir uma amostra completamente homogênea se levarmos em conta o conjunto de documentos reunidos. Para algumas localidades

⁷ Parte do *corpus* do Rio de Janeiro pode ser localizada na página do projeto (cf. Barbosa, A. G.; Callou, D.; Lopes, C. R. S., 2000) ou em Lopes, C. R., 2001b.

⁸ Abreviaturas utilizadas PR, RJ, MG e BA, respectivamente.

foram localizadas cartas pessoais, como é o caso do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais; para outras só há cartas do século XVIII, como é o caso de Minas Gerais; ou somente do século XIX, como é o caso do Paraná; e há ainda as cartas não particulares localizadas no Hospital da Santa Casa de Misericórdia em Salvador, Bahia. Se, em nível nacional, a amostra é heterogênea, as amostras locais, resguardadas as características particulares, são localmente homogêneas.

O conjunto de cartas do Paraná está distribuído em dois blocos de cartas não-oficiais da família Loureiro. O primeiro deles é constituído por quinze cartas particulares de familiares do Senhor José Loureiro escritas, entre 1888 e 1893, em Curitiba-PR. Os remetentes foram identificados e são brasileiros, naturais, em sua maioria, de Curitiba. O segundo conjunto de documentos, também do final do século XIX, constitui-se de nove cartas comerciais dirigidas a um único destinatário, Senhor Fernandes Loureiro, assumindo, nesse caso, o papel de “pessoa jurídica” — representante de um estabelecimento comercial.

As vinte e três cartas de Minas Gerais do século XVIII (1777-1782) também foram destinadas a uma mesma pessoa, uma mulher, Senhora Clara Felícia da Roza, e tratam de temas variados (agradecimentos, cobranças de dívidas, encaminhamentos de encomendas etc.); os remetentes são homens e mulheres com diferentes graus de amizade e parentesco com a destinatária, oriundos de localidades também distintas.

Semelhantes às outras amostras por sua homogeneidade e diferentes pelo caráter não-pessoal, as 41 cartas-ofício da Bahia foram escritas em 1862 e localizadas no Hospital de Caridade da Santa Casa da Misericórdia em Salvador. As cartas, com temática diversificada, foram endereçadas, na maioria dos casos, ao provedor ou ao mordomo da Instituição por remetentes distintos (do chefe de polícia aos clínicos internos e externos).

O material do Rio de Janeiro configura-se pela diversidade, seja em relação aos diferentes remetentes, seja em relação aos destinatários. Embora todas sejam cartas particulares e tenham

sido escritas no Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX, há três grupos distintos, tomando-se como critério a identificação dos remetentes como i) naturais do Rio de Janeiro; ii) naturais de outros estados e iii) de naturalidade desconhecida.

Os resultados apresentados aqui nos darão, pois, um panorama geral das principais formas nominais e pronominais de tratamento utilizadas na posição de sujeito em cartas não-oficiais que eram remetidas e recebidas pelos que viviam no Brasil dos séculos XVIII e XIX.

5. Análise de alguns resultados:

5.1 - As estratégias mais freqüentes nas cartas

Foram identificadas diferentes formas nominais e pronominais de tratamento na posição de sujeito nas cartas que constituem o *corpus* de análise. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos dados segundo as estratégias mais freqüentes de se dirigir ao interlocutor, seja ele filho, neto, tio, pai, amigo, médico, mordomo hospitalar, padre ou mesmo o próprio Rei, na documentação privada não-oficial que circulava no Brasil dos séculos XVIII e XIX.

Tabela 1: formas nominais e pronominais utilizadas nos séculos XVIII e XIX: todos os dados (sujeitos plenos e nulos)

Formas utilizadas/ localidades	Você	V.M.	Tu	Outras formas de tratamento	Total
RJ	19 - 19%	0,1 - 1%	71 - 46%	52 - 34%	153
BA	-	05 - 12%	-	36 - 88%	41
MG	-	70 - 100%	-	-	70
PR	09 - 17%	34 - 65%	03 - 6%	06 - 12%	52
Total	38 - 12%	110 - 35%	74 - 23%	91 - 30%	316

Observa-se, a partir da análise da Tabela 1, que a distribuição dos dados é irregular em cada uma das amostras analisadas, o que não nos permite o estabelecimento de generalizações descritas, dada a própria natureza do *corpus* utilizado. As amostras do Rio de Janeiro e do Paraná apresentam maior diversidade de formas nominais e pronominais de tratamento na posição de sujeito, predominando, nas cartas cariocas, um emprego significativo de *tu* (46%), forma de tratamento íntimo, que se opõe às outras estratégias identificadas: *você* com 19%, outras formas de tratamento (*Vossa Majestade*, *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, *pai e amigo*) com 34% e *Vossa Mercê* com 1% apenas. O caráter tipológico do texto determinou essa alta frequência de *tu* que predomina nas cartas particulares trocadas entre amigos e entre familiares (avô para neto) no século XIX. Na amostra relativa ao Paraná, *Vossa mercê* — forma mais produtiva — aparece com 65% de frequência, seguida por *você* (17%), outras formas (*Senhor* e *Vossa Senhoria*) com 12% e *tu* (6%). Nas duas outras amostras — Bahia e Minas Gerais — a polarização se dá, no primeiro caso, entre *Vossa mercê* e outras formas nominais (*Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência*), e em Minas só foram localizados dados de *Vossa Mercê*. Novamente aqui há outras questões em jogo, uma vez que as cartas da Bahia não são documentos pessoais, mas de Administração privada (Hospital Santa Casa de Misericórdia), o que levou ao emprego de uma estratégia formal de distanciamento e cortesia. Em Minas Gerais, as cartas, embora pessoais, foram destinadas a um só remetente e escritas no século XVIII. Ressalte-se ainda que não foram localizados, em todo o *corpus* de cartas, dados de *vós*: forma tida como arcaizante e utilizada por pessoas provincianas, já no século XVIII, segundo Faraco (1996).

Em síntese, nota-se o emprego de *Vossa Senhoria* na correspondência não-particular (Bahia) e *Vossa Mercê* e *você*, além de *tu*, na correspondência particular (Rio de Janeiro, Minas e Paraná), embora, muito excepcionalmente, *Vossa Senhoria* apareça em documentos particulares e *Vossa Mercê* na documentação oficial.

Observem-se alguns exemplos das diferentes estratégias localizadas nas cartas:

(1) "**Voce** e Juvelina recebem lembranças de todos e um apertado abraço d'esta tua irmã que muito te estima". (*Carta de Julieta F. L. Ascenção à sua irmã Josephina, Curitiba, 26/08/1888-PR*).

(2) "Minha madrinha e *senhora* vão onze alqueires de fubá 3 demilho dois defeyjam estimarey *que vossa mercê* etoda anobre caza passem livre demoslestiar *que* nos ca eimos passando com *muito* frio ainda *muito* mas porem detoda asorte rezestindo com *muito* apessoa de *vossamercê* emais..." (*Carta Joaquim Teyxeira a Senhora Dona Clara Felicia da Roza, São Thiago, 24/08/1777-MG*).

(3) "**Vocemece** faça o que entender, muitas | recomendações a tia Mecias e as meninas aseite um abraço deste seu sobrinho agradecido" (*Carta de Manoel Ascenção Fernandes ao seu tio José, Curitiba, 03/02/1889*).

(4) "**Tu** sabes, *que*, alem de teu irm- | mão, sou realmente teu amigo, e portanto consternei-me em demazia, pensando no *que terá* sofrido." (*Carta de Martim ao irmão Senhor José Bonifácio de Andrade e Silva, Rio, 16/01/1810-RJ*).

(5) "Veja **Vossa Maggestade** com quanto, o querem comtentar os Povos secomtrinta arrobas que dam: pagam os dizimos dos quintos de **Vossa Maggestade** ." (*Carta de Felix Gusman M. Bueno a Sua Majestade, Rio, 02/08/1720-RJ*).

(6) "Restame pois, *que Vossa Excelência* queira dispor do meu animo agradecido, e *que se digne* Recebe os tributos de *minha* Cordial amizade, permitindo me oportunidades, em *que servindo-o* como devo, mostre *quanto sou* || De *Vossa Excelência* || Amigo *muito* fiel, em*muito* obrigado" (*Carta de Joaquim José de Souza Lobato ao Senhor Conde de Palma, Rio, 13/02/1811-RJ*).

(7) “e | outro dos Clinicos Cirurgicos sobre os melhoramentos e necessidades do Hos- | pital (faltando a dos Clinicos medicos que não se dignarão remetter-mo) | a os quaes tambem julguei ouvir por sua competencia, para melhor satisfa- | zer quanto **Vossa Senhoria** me ordenou em seo officio de 5 do passado, attento o curto es- | paço de trez meses somente que conto de inspecção”. (*Carta do Mordomo Doutor Marcellino Antonio de Mello Albuquerque Pitta ao Senhor Irmão Provedor Manuel José de Figueredo Leite, Salvador, Hospital da Misericórdia, 31/10/ 1862-BA*).

(8) “Presado **Pai** _ || _ Recebi hontem a sua presada car | ta de 1º do corrente, e procurarei conformar-me com o que | n’ella me diz, e espero poder com applicação vencer a es- | pecie de repugnancia instinctiva que até hoje tenho tido | ao commercio.” (*Carta de Casimiro de Abreu a seu pai, Rio de Janeiro, 12/10/1857-RJ*).

As formas nominais de tratamento identificadas nas diferentes localidades controladas reforçam a distinção tipológica das cartas. Na amostra de cartas cariocas, foram identificadas as formas *Vossa Majestade*, especificamente para se dirigir ao Rei, além de *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria*. Identificou-se ainda a presença do tratamento *pai*, como vocativo que vinha seguido de sucessivos sujeitos nulos de 3ª pessoa do singular, exclusivamente nas cartas de Casimiro de Abreu. Na Bahia, identificaram-se *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência* nas cartas de caráter não-pessoal: cartas e/ou officios encaminhados aos mordomos e provedores do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. No Paraná, além das formas localizadas nas outras amostras, como *Vossa Senhoria*, localizou-se a forma *Senhor(es)*.

Diferentes formas de tratamento nominal, como aponta Faraco (1996), eram habituais no tratamento não-íntimo e aparecem nas cartas que circulavam no Brasil como formas artificiais empregadas na correspondência oficial ou como uma estratégia que marca um tratamento diferenciado entre pessoas que pertenciam a grupos sociais distintos.

A tabela a seguir evidencia as frequências de uso das formas de tratamento em função do destinatário da carta na totalidade dos dados levantados.

Tabela 2: Uso das formas pronominais e de tratamento em função do destinatário da carta

Destinatário da carta	Você	V.M.	Tu	Outras formas de tratamento	Total
Para o Rei	-	-	-	7 - 100%	7
Para amigos, primos	09 - 14%	01 - 2%	46 - 72%	08 - 13%	64
Para tios	-	19 - 100%	-	-	19
Para filhos	17 - 94%	-	-	1 - 6%	18
Para netos	12 - 30%	-	28 - 70%	-	40
Para pais	-	10 - 28%	-	26 - 72%	36
Sem intimidade	-	80 - 61%	-	52 - 39%	132

Observa-se na Tabela 2 que são utilizadas formas de tratamento diferenciadas entre si a depender do tipo de relação social estabelecida entre o emissor e o destinatário das cartas. Nos documentos destinados ao Rei, aos tios, aos pais e entre pessoas não íntimas, ou seja, nas correspondências nas quais as relações interpessoais são *assimétricas*, o emprego de formas nominais de tratamento é categórico, seja com a forma *Vossa Mercê*, seja com o uso de outras formas: *Vossa Majestade*, *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria* e *pai*. Como discutido em Rumeu (2001: 25), "o exercício do poder conduz a uma assimetria nas relações interpessoais que, por sua vez, acarreta uma assimetria no tratamento entre os falantes". Nota-se que nas cartas dirigidas aos amigos e primos (relações *simétricas*) há uma maior variação quanto à distribuição das formas, predominando o uso de *tu* — forma de tratamento

íntimo — sobre as demais. É interessante notar que nas cartas familiares mais íntimas (aos netos) as formas *você* (30%) e *tu* (70%) estão em concorrência com o predomínio da segunda sobre a primeira. *Você* é praticamente categórico nas cartas remetidas aos filhos (94%).

5.2 – As diferentes estratégias em função das relações interpessoais estabelecidas

Caberia, neste momento, distinguir o tipo de relação — simétrica ou assimétrica — estabelecida entre o remetente e destinatário das cartas, levou-se em conta, por essa razão, a clássica dicotomia entre “poder e solidariedade” proposta inicialmente por Brown e Gilman (1960). Seguindo tal perspectiva, o parâmetro do *poder* refere-se ao controle que umas pessoas exercem sobre outras em uma determinada situação interativa. Esse controle do comportamento de um sobre o outro desemboca numa assimetria no tratamento. A relação de *poder* entre duas pessoas não é recíproca, pois ambos não têm poder na mesma área de comportamento e a consequência disso é a eleição de certas formas de tratamento diferentes em função da hierarquia que se estabelece entre os interlocutores numa situação interativa.

A oposição em geral apresentada é estabelecida entre o **TU** [+ familiar] e **VOUS** [+polido] ou **T/V**, utilizando o francês como padrão, embora em outras línguas exista o mesmo tipo de tratamento, com estratégias diferenciadas.

Segundo Brown e Gilman (1960), a oposição **T/V** começou como diferença entre singular e plural. Na Idade Média o uso de *V* se estendeu, saindo da esfera do Imperador para outros níveis hierárquicos, embora continuasse indicando respeito mútuo e polidez. As classes altas usavam *V* mútuo e as classes baixas o *T* mútuo. Nas relações entre as classes, havia uma assimetria que simbolizava poder: a classe alta para se dirigir à baixa usava *T* e a classe baixa para se dirigir à alta usava *V*. Tal

assimetria se estendeu a outras relações: patrão-empregado, Deus-anjos, ou ainda o poder de velhos sobre jovens, de pais sobre filhos etc. (Wardhaugh, 1998: 256). O uso simétrico de V estabelecia, pois, polidez.

O segundo parâmetro, o da *Solidariedade*, estabelece forças iguais, o mesmo nível na hierarquia social, a igualdade entre as pessoas. Nesse tipo de relação, em geral, se outorga o uso mútuo e simétrico do T , recíproco ou igualitário, que configura intimidade (sentimento de solidariedade entre os participantes da situação comunicativa). Wardhaugh (1998: 255-279) descreve os usos das formas de tratamento em diversas línguas. Para o autor a evolução desse esquema conceptual T/V se dá do assimétrico T/V , para o polido V/V e finalmente para o mútuo T/T , por conta da importância da solidariedade nas sociedades em geral. Em síntese, o autor conclui que a força (o *poder*) determina o uso T/V e que a mudança para o simétrico T/T solidário é recente, com variações locais. Na maior parte dos casos, o simétrico T/T ocorre quando as classes baixas ou as classes altas querem parecer democráticas, como ocorreu, por exemplo, na sociedade francesa a partir da Revolução. Na realidade, as sociedades têm diferentes maneiras de utilizar a distinção entre T/V e nem sempre a evolução é para solidariedade, pois a força também faz parte da estrutura social moderna.

Estabeleceram-se, a partir dos pressupostos apresentados, alguns níveis hierárquicos nas relações pessoais estabelecidas que podem ser sumarizadas na tabela a seguir:

Tabela 3: Uso das formas pronominais e de tratamento nas relações hierárquicas emissor-destinatário:

Tipo de relação entre informantes	Você	V.M.	Tu	Outras formas de tratamento	Total
De superior para inferior (avô-neto, pai-filho)	29 - 50%	-	28 - 48%	1 - 2%	58
De inferior para superior (dirigida ao rei, tio, pai, etc)	-	78 - 68%	-	36 - 32%	114
Membros de um mesmo grupo social (entre amigos, primos, etc)	09 - 6%	32 - 22%	46 - 32%	57 - 40%	144

Os resultados apresentados na Tabela 3 mostram um uso mais freqüente de formas nominais — *Vossa Majestade*, *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria* e também *Vossa Mercê* — nas relações hierárquicas assimétricas de inferior para superior, evidenciando a manutenção de um caráter de distanciamento e cortesia nas formas nominais de tratamento.

Observa-se também o predomínio do emprego da forma vulgar *você* (50%), seguida pelo pronome *tu* (48%), marcando relações assimétricas de superior para inferior, o que confere a dessemantização da variante *você* em processo de gramaticalização. Essa coexistência de formas num mesmo domínio funcional (*tu-você*) vem exemplificar o princípio da estratificação (*layering*), mencionado na seção anterior.

Nas relações simétricas, entre membros de um mesmo grupo social, detectou-se uma ampla diversidade de estratégias, com produtividade significativa para as formas nominais de tratamento (40%) — *Vossa Senhoria*, *Vossa Excelência* —, seguida por *Vossa mercê* (22%) e *tu* (32%). Nota-se que, apesar de a forma emergente *você* apresentar índices baixíssimos — 09 dados (6%) —, o fato de co-ocorrer como estratégia de tratamento, neste tipo de

relação, ao lado de sua contraparte desenvolvida *Vossa Mercê*, pode evidenciar um comportamento semelhante no *continuum* da gramaticalização, *persistindo*, nos termos de Hopper (1991), alguns traços do significado original na nova forma gramaticalizada. Como aponta o autor, nos processos de gramaticalização, detalhes da história lexical do item podem se refletir na forma gramaticalizada durante estágios intermediários.

Nestes resultados, com base em cartas pessoais escritas no Brasil nos séculos XVIII e XIX, a distribuição das formas de tratamento em função do tipo de relação hierárquica estabelecida é mais nitidamente delineável se comparada com a distribuição observada nos resultados das peças teatrais (Silva e Barcia, 2002; Lopes, e Duarte, no prelo). Para efeito de ilustração, podemos citar as cartas do século XVIII produzidas no Brasil pelo Marquês de Lavradio. Nessas cartas é notório que a escolha do Marquês por uma determinada forma de tratamento dependia das diferentes relações sociais estabelecidas com seus destinatários. Ao escrever para seu filho, por exemplo, utilizava a forma *você*, mas quando se tratava de seu tio, a sua forma de tratamento preferida era *Vossa Excelência*, como mostram os exemplos a seguir:

(9) “Por diferente vezes depois que V. Ex^a partiu desta Capital, tenho procurado a honra do modo que me é possível de segurar a V. Ex^a, o meu profundo respeito e pedir-lhe a certeza de V. Ex^a se achar inteiramente convalescido dos incomodados da sua viagem, porém depois da primeira carta que recebi de V. Ex^a não tornou mais a ter a fortuna da repetição deste favor, o qual deseja que V. Ex^a sempre me permita a certeza de se achar inteiramente restituído a sua perfeita saúde.” (*Carta de Marquês do Lavradio ao Conde de Azambuja, seu tio*, RJ, 1770)

(10) “Permita-me *você* agora o grandíssimo gosto de servi-lo. Aceite a minha bênção, e a Deus fico pedindo lhe dê sempre as maiores felicidades. Deus guarde a *você* muitos anos como muito desejo e hei mister” (*Carta de Marquês do Lavradio ao seu filho Conde de Vila Verde*, RJ, 1775)

5.3 Alguns aspectos estruturais e os indícios da inserção de *você* no sistema pronominal

Levando-se em conta o fato de que o português do Brasil dos séculos focalizados tem o comportamento de língua de sujeito nulo no que se refere à realização (nula ou plena) das formas de tratamento pronominais (cf. Duarte, 1993; e Lopes e Duarte, no prelo), seria natural esperar um comportamento diferenciado desses em relação às formas nominais de tratamento. Veja-se a distribuição das ocorrências quanto à realização (nula *vs* plena) e à ordem:

Tabela 4: Sujeitos de 2ª pessoa: forma de expressão e ordem

Período	Nulo	Expresso (SV)	Expresso (VS)	Total
Séc. XVIII	27 (28%)	51 (53%)	18 (19%)	96 (100%)
Séc. XIX	147 (68%)	52 (24%)	18 (8%)	217 (100%)
Total	174 (55,5%)	103 (33%)	36 (11,5%)	313 (100%)

Como mostra a tabela, no século XVIII o índice de sujeitos expressos (antepostos e pospostos ao verbo) supera amplamente o de sujeitos nulos, que alcançam apenas 28%. Esse quadro se inverte no século XIX, quando o percentual de nulos atinge 68%. A que atribuir tal inversão de valores percentuais? O exame das formas de segunda pessoa utilizadas pode nos ajudar na resposta a essa questão. Veja-se a Tabela 5 a seguir:

Tabela 5: Sujeitos de 2ª pessoa: formas nominais e pronominais *vs.* expressão e ordem

Período	Nulo		Expresso (SV)		Expresso (VS)		Total	
	FNom	Pron	FNom	Pron	FNom	Pron	FNom	Pron
Séc XVIII	23	4	43	8	13	5	79	17
Séc XIX	69	78	39	13	17	1	125	92
Total	92	82	82	21	30	6	204	109

O número de ocorrências de formas nominais no século XVIII é superior ao de formas pronominais. São 79 (82%) contra 17 (18%) formas pronominais. Dessas formas pronominais, todas são representadas por *você*. Note-se que apenas 4 (23,5%) são nulas e 13 (76,5%) são expressas (antepostas e pospostas ao verbo). Esse comportamento da forma *você*, predominantemente expressa, tal como uma forma nominal, é evidência de que ela ainda não se encontra plenamente inserida no quadro pronominal. As formas *você* e *Vossa Mercê* não são ainda completamente *divergentes*, pois propriedades nominais *persistem* na forma vulgar *você*.

No século XIX, por outro lado, as formas nominais são 125 (58%) e as pronominais 92 (42%). Dessas formas pronominais, 78 ocorrências (ou 85%) são nulas. No entanto, o pronome mais utilizado é *tu*, e seu comportamento é o esperado numa língua de sujeito nulo, como é o caso do português brasileiro do século XIX. As ocorrências de *você* ainda são preferencialmente expressas, ou seja, ainda revelam traços de forma nominal.

Há, entretanto, um interessante aspecto relativo à ordem que pode ser levado em conta no processo de gramaticalização de *você*. Enquanto no século XVIII, essa forma aparece nos contextos de VS, juntamente com as formas nominais, no século XIX não há uma só ocorrência de *você* em VS ou AUX SV. São todas pré-verbais. Tais resultados anunciam que a forma *você*, em vias de se pronominalizar, apresenta um comportamento diferente se comparado com sua contraparte desenvolvida, pois começa a ter

uma mobilidade estrutural mais restrita em termos de sua posição com relação ao verbo. Croft (1993) rotula esse tipo de comportamento de *rigidificação* da ordem da palavra e Lehmann (1982) o cunhou de *fixação*, argumentando que há gramaticalização ‘forte’ quando um item que se podia mover livremente nas estruturas passa a ocupar lugares gramaticais fixos. Em síntese, tem-se a fixação da posição sintática de um elemento que era formalmente livre (Croft, 1993). Para Hopper (1991) teríamos evidências do princípio da *especialização* que está associada à limitação das opções. Postula-se que, em processos de gramaticalização, ocorre um estreitamento da variedade de escolhas, fazendo com que uma das formas, no caso *você*, se torne, em alguns contextos, praticamente obrigatória.

A propósito das ocorrências de sujeitos pós-verbais, pode-se dizer que as cartas deixam clara a presença de vestígios da restrição V2, que, segundo Kato e Duarte (1998), entre outros, permanece nas interrogativas *qu-* até a primeira metade do século XX. Examinemos as 36 ocorrências na amostra analisada (V S e Aux S V):

Tabela 6: Sujeitos expressos e ordem

Ordem	SV		VS (X)		Aux. VS	
	FNom	Pron	FNom	Pron	FNom	Pron
Séc XVIII	43	8	8	4	5	1
Séc XIX	39	13	9	1	8	-
Total	82	21	17	5	13	1

A distribuição das 36 ocorrências confirma o predomínio de VS e Aux V S com formas nominais, tendo ocorrido apenas 5 estruturas com pronomes no século XVIII e apenas uma no século XIX. Vejam-se alguns exemplos abaixo:

(11) A vista do que **ponderou** *Vossa Mercê* no officio, que hontem dirigiu-me a acompanhando o do Provedor da Santa Casa | de Misericordia (...) (*Carta da Santa Casa de Misericórdia, Palacio do Governo da Bahia, 25/09/1862-BA*)

(12) (...) declaro-lhe que **pode** *Vossa Mercê* dar-lhe permissão para deixar o Hospital, no caso de o querer (...) (*Carta da Santa Casa de Misericórdia, Palacio do Governo da Bahia, 27/01/ 1862-BA*)

(13) (...) **devido** *você* persuadir-se da grandíssima vontade com que sempre lhe desejo dar gosto (...) (*Carta do Marquês do Lavradio ao seu filho, Conde de Vila Verde, 20/02/1770-RJ*)

Outras evidências da *decatégorização* (Hopper, 1991) — perda ou neutralização das marcas morfológicas e propriedades sintáticas da categoria-origem — no caso de *Vossa Mercê*, um nome — e na assunção dos atributos da categoria-destino — pronome de 2ª pessoa — ainda podem ser apontadas.

Como se observou a partir da análise de alguns resultados estruturais, a gramaticalização de *VM > você* não levou à perda completa e imediata dos traços nominais originais e muito menos à adoção definitiva das propriedades pronominais. Criaram-se algumas incompatibilidades entre propriedades formais e semântico-discursivas. Com a inserção de *você* no quadro pronominal do português, percebe-se a *persistência* da especificação original de 3ª pessoa, ou [φeu] nos termos de Lopes (1999, 2003a), embora a interpretação semântico-discursiva passe a ser de 2ª pessoa [-EU]. Em uma frase como **Você**, disse que eu te, encontraria aqui para pegar o seu, teu / livro a interpretação semântica é inegavelmente de 2ª pessoa [-EU], mesmo que o pronome *você* esteja correlacionado a formas de 2ª [-eu] ou de 3ª [φeu] pessoas. Apesar de ainda ser condenada pelo ensino tradicional, a combinação de *você* com formas de 2ª pessoa já era comum no início do seu processo de gramaticalização. Se os homens e mulheres do século XIX refletem tão bem isso em suas cartas quando escrevem “Recebi ontem a *sua* cartinha que muito me alegrou ver a *tua* letra e vejo que *estás* muito adiantado” e logo depois “(...) lembrei de quanto **você** gostava de ver desembarcar os animais”, imaginem o que não saía de suas bocas! Na análise da amostra, já identificamos, em duas cartas do Paraná escritas em 1888 e outras duas escritas no Rio de Janeiro, também em fins do

século XIX (1880-1881), indícios da “mistura de tratamento” ainda repudiada, no século XX, pelos manuais escolares. Verificou-se a possibilidade de co-referência ou combinação de *você* com formas pronominais de 2ª pessoa (*te/teu*), exemplificada a seguir (14-16), ou ainda a variação entre formas verbais na 2ª pessoa e o imperativo de 3ª pessoa numa mesma carta em (17):

(14) **Dizes** que **tens** muita saudade de **teu** papai que morreu e de todos nos de ca nos tambem temos muitas saudades delle de **ti**, de **teu** irmão, de **tua** mamac, de Thia Paulina e Thio Julio; bem desejo que venhão todos e estou fazendo uma casa em Botafogo, onde caberemos todos melhor do que na rua do Conde. Bebê me diz que **voce** come bem e **esta** engordando muito; e como ninguem de la me diz - Tichet fes tolices - estou acreditando que **és** um menino de juiso” (*Carta de Christiano Ottoni ao neto Misael, carta 2, Fevereiro de 1880-RJ*)

(15) **Has** de notar que a cartinha que eu escrevo a Christiano é mais comprida do que esta: a razão é que elle escreveu, e eu tive de fallar da carta delle. Mas não deixo de escrever-**te** tambem, não so porque quero bem a ambos, mas para que **voce** tambem va adquirindo gosto por estas comunicações, que servem de exercicio para vir a escrever bem. (*Carta de Christiano Ottoni ao neto Misael, carta 3, 18/12/1881-RJ*)

(16) "**Voce** e Juvelina recebem lembranças de todos e um apertado abraço d'esta **tua** irmã que muito **te** estima”. (*Carta de Julieta F. L. Ascencao à sua irmã Josephina, Curitiba, 26/08/1888-PR*)

(17) Com praser li **tua** estimada carta de 12 Setembro ultimo, e por ela comprehendí que **frues** vigorosa saude 31, bem assim **tua** família. (...) A leitura que **fiseste** dos jornaes da terra, e o que a “Gasetta” verberou sobre a policia é a expressão da verdade. (...) **Recommende**-nos a **sua** mulher

e filhas. Quando *vier* me traga um bom sobre tudo: *receba* um saudoso abraço do *teu* velho amigo (*Carta 12 de Francisco de Paula França ao amigo José, Curitiba 02/11/1888-PR*)

Nas cartas de Bárbara Ottoni aos netos⁹ (Rio de Janeiro — finais do século XIX) a combinação de formas pronominais de segunda com formas de terceira pessoas ocorre de maneira sistemática, principalmente, nos fechamentos de suas cartas. Tais resultados referendam a hipótese de que a integração da forma *você* no quadro de pronomes pessoais ocasionou a reestruturação do sistema pronominal em termos das variadas possibilidades combinatórias ou de correspondência que *você* passou a assumir, seja em relação aos pronomes possessivos *você* — *teu-sen*, seja no rearranjo causado também nos pronomes oblíquos (dativos ou acusativos (de) *você* — *te ~ lhe ~ o/a*):

(18) Meo Querido Neto Mizaél. Recebi a sua cartinha, que me-deo muito prazer, ver que *voce* se-tem adiantado muito. Fiquei muito contente quando sua Mae me-disse que em principio de Maio estarão cá, pois estou com muitas saudades de *voces* todos. Vóvó *te*-manda muitas lembranças.a menina de Zulmira está muito engraçadinha ja tem 2 dentinhos. Com muitas saudades *te* abraça *Sua* Dindinha e Amiga. (*Carta de Bárbara ao neto Misael, carta 28, 1883- RJ*)

(19) Com muitas saudades *te* abraça *Sua* Dindinha do Coração. (*Carta de Bárbara ao neto Misael, carta 30, 26/01/1885-RJ*)

(20) *Da* muitas lembranças a tio Lulu e a Christiano. Luiza manda lembranças para *voces* e dis que não respondeo a carta de Christiano por-que ella não sabe mais escrever.

⁹ Algumas cartas de Cristiano Ottoni e Bárbara Ottoni foram incluídas na amostra compartilhada do Rio de Janeiro, embora estejamos preparando uma edição fac-similada dessa documentação.

Com muitas saudades *te*-abraça *Sua* Dindinha e Amiga.
(*Carta de Bárbara ao neto Misael, carta 31, 05/05/1887-RJ*)

6. Considerações finais

Embora não possamos estabelecer ainda generalizações descritivas em função da heterogeneidade da amostra, foi-nos possível, em síntese, levantar os seguintes aspectos que confirmam as conclusões obtidas em trabalhos com outros *corpora*:

a) Nas relações simétricas [+ íntimas] (entre amigos e primos), predominou, nas cartas brasileiras setecentistas e oitocentistas, o mútuo *tu* (T/T) com 72%, ao passo que nas cartas em que, apesar da simetria, as relações eram [- íntimas], identifica-se uma frequência maior para das formas nominais de tratamento, principalmente, *Vossa Mercê* com 61% e outras estratégias nominais (*Vossa Senhora*, *Vossa Excelência*) com 39%.

b) Como se observou nas peças teatrais, com o gradativo desbotamento semântico sofrido por *Vossa Mercê*, a forma vulgar *voce* tornou-se mais produtiva nas relações assimétricas de superior para inferior, principalmente nas cartas pessoais, ao passo que *V.M.*, ainda em uso nos séculos XVIII-XIX, conservou-se como forma mais produtiva nas relações assimétricas de natureza oposta: de inferior para superior.

c) Certas restrições sintáticas como a *rigidificação* da ordem SV, a mistura de tratamento nas cartas pessoais e a presença de co-referentes de segunda pessoa dão indícios de que a gramaticalização de *Vossa Mercê* para *voce* começa timidamente no século XVIII e se implementa de forma mais acelerada no final do século XIX, principalmente, em substituição ao pronome *vós*.

Referências

- AMARAL, Luís I. C. A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações lingüísticas e sociais. Tese (Doutorado), UFRS, Rio Grande do Sul, 2003.
- AVELAR, Juanito O. Estruturas com o verbo “ter”, preenchimento de sujeito e movimento em forma lógica. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional da ABRALIN. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.
- BARBOSA, Afranio Gonçalves; CALLOU, Dinah Maria Isensee; LOPES, Célia Regina dos Santos. Corpora diacrônicos do Projeto Para uma História do Português Brasileiro - PHPB-RJ - séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro, 2000. www.lettras.ufrj.br/phpb-rj. Página do projeto (equipe Rio de Janeiro) na rede mundial de computadores.
- BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, Thomas (Ed.). *Style in language*. Cambridge: MIT Press, 1960.
- CHOMSKY, Noam. [1981]. *Lectures on government and binding*. 2. ed. Dordrecht: Foris, 1982.
- CINTRA, L. F. Sobre formas de tratamento na língua portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- CROFT, William. *Typology and universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- DUARTE, M. Eugênia L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 107-128.
- _____. A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro. Tese (Doutorado), Campinas, UNICAMP, 1995.
- _____. Sociolingüística Paramétrica: perspectivas. In: DA HORA, D.; CHRISTIANO, E. (Org.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia Editora Ltda, 1999. p.107-114.
- _____. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. da Conceição; DUARTE, M. Eugênia L. (Org.). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2003. p. 115-128.
- FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta 13*, Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPR. Curitiba, Editora da UFPR, 1996.
- HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. v. I.

- KATO, Mary A.; DUARTE, M. Eugênia L. A diachronic analysis of wh-questions in brazilian portuguese. Comunicação apresentada ao Congresso NWAV27. Athens, USA, 1998.
- LABOV, William. Principles of linguistic change: internal factors. Oxford: Blackwell, 1994.
- LEHMANN, C. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. *Lingua e Stile*, XX, 3, p. 303-318, 1982.
- LEMOS MONTEIRO, José. O sistema pronominal na região nordeste. ANAIS DO XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL. p. 513-515, 1997.
- LICHTENBERK, F. On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). Approaches to grammaticalization. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. v. I.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. A inserção de “a gente” no quadro pronominal do português: percurso histórico. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 1999.
- _____. Processo evolutivo de “Vossa Mercê” > “Você” (português) e “Vuestra Merced” > “Usted” (espanhol). II Congresso Internacional da ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística. Fortaleza, 2001. Publicação on-line www.lettras.ufrj.br/abralin.
- _____. Documentos dos séculos XVIII e XIX: Cartas cariocas e peças portuguesas – Transcrição e fac-símile. Rio de Janeiro: UFRJ/FUJB, 2001b. Versão em CD.
- _____. A inserção de ‘a gente’ no quadro pronominal do português. Frankfurt/Madri: Vervuert/Iberoamericana, 2003a. v. 18.
- _____. Vossa Mercê > você e Vuestra Merced > usted: o percurso evolutivo ibérico. *Linguística* - publicação da ALFAL, v. 14, 2003b.
- _____.; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. De ‘Vossa Mercê’ a ‘você’: a pronominalização de nominais nos séculos XVIII e XIX. XVII Encontro Nacional da ANPOL - Boletim Informativo 31 da ANPOLL - A pós-graduação em Letras e Linguística no Brasil: Memórias e Projeções. Gramado: UFRS, 2002a.
- _____. Formas nominais e pronominais de tratamento em português: séculos XVIII e XIX. Comunicação apresentada no XIII Congresso Internacional de la ALFAL. San José, Costa Rica, 2002b.
- _____. De Vossa Mercê a você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, Silvia; MOTTA, Maria Antonia (Org.). *Análise de variedades do português: primeiros estudos*. (no prelo)
- MENON, Odete da S. P. O sistema pronominal na região sul. Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL, 1997. p. 510-512.

- _____. O sistema pronominal do português. *Revista Letras*, Curitiba, n. 44, p. 91-106, 1995.
- _____.; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. Variação no indivíduo e na comunidade: tu/você no sul do Brasil. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação e mudança no português falado da região sul*. Pelotas: Educat, 2002. p. 147-188.
- MOLLICA, M. Cecília de M.; BRAGA, M. Luiza (Org.). *Introdução à sociolinguística – o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NARO, Anthony Julius.; BRAGA, Maria Luiza. A interface sociolinguística/gramaticalização. *Gragoatá*, 9, Niterói, p. 125-134, 2º sem. 2000.
- OLIVEIRA, Marilza de; RAMOS, Jânia. O estatuto de “você” no preenchimento do sujeito. Comunicação apresentada no XIII Congresso Internacional de la ALFAL, San José, Costa Rica, 2002.
- OMENA, Nelize P.; BRAGA, Maria L. “A gente” está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- PAGOTTO, Emílio. Norma e condescendência - ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, 2, p. 49-68, 1998.
- PAREDES SILVA, Vera L. A distribuição dos pronomes de segunda pessoa do singular na fala carioca ao longo do século XX. II Congresso Nacional da Abralín, 2000. (CD-rom).
- _____.; SANTOS, Gilda Moreira dos; RIBEIRO, Tatiana de Oliveira. *Variação na 2ª pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo*. Gragoatá, Niterói, n. 9, p. 115-123, 2000.
- _____. O retorno do pronome “tu” à fala carioca. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade, história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 160-169.
- RAMOS, Jânia O uso das formas “você”, “ocê” e “ce” no dialeto mineiro. In: HORA, Dermeval da. (Org.). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia/UFPB, 1997. p. 43-60.
- RUMEU, Marcia Cristina de Britto. Reflexões acerca da pronominalização de Vossa Mercê na língua portuguesa. Monografia apresentada no curso História da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Letras Vernáculas/Faculdade de Letras da UFRJ, 2001. (mimeo)
- SCHERRE, M. Marta .P. et al. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. II Congresso Internacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico. Florianópolis, Taciro – Produção de Cds Multimídia, p. 1333-1347.

SILVA, Andreza; BARCIA, Lucia Rosado. Formas nominais e pronominais de tratamento nos séculos XVIII e XIX. Trabalho apresentado na XXIII Jornada de Iniciação Científica e XIII Jornada de Iniciação Artística e Cultural. Rio de Janeiro, 2002.

_____. O tratamento no teatro popular no Brasil e em Portugal dos séculos XVIII e XIX. Comunicação apresentada no L Encontro do GEL. São Paulo: USP, 2002.

_____. Vossa mercê, você, vós ou tu? A flutuação de formas em cartas cariocas dos séculos XVIII e XIX. *Ao Pé da Letra*, Recife, 4(1), p. 21-30, 2002a.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira. Estertores da forma “seu” na língua oral. In: SILVA, G. M de O.; SCHERRE, M. M. P. (Org.). *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Departamento de Lingüística e Filologia-UFRJ, 1996.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-188.

Por uma história social do português no Brasil

por

Renato Pinto Venâncio

Universidade Federal de Ouro Preto

O Brasil foi colonizado por portugueses. Como consequência disso, a língua portuguesa tornou-se o idioma nacional. Nenhuma pessoa em sã consciência deixará de reconhecer a validade dessa afirmação. No entanto, ela pode, de certo modo, ser relativizada. Por volta de 1500, o atual território brasileiro era povoado por vários povos indígenas, falantes de idiomas distintos. Como se não bastasse isso, a adoção da escravidão implicou a transferência de milhões de africanos – em 90% dos casos provenientes da África Atlântica, compreendida *grasso modo* entre Angola e Senegâmbia.

Portanto, não só a língua portuguesa, mas também indígenas e africanas estiveram presentes no processo de formação da sociedade brasileira. No entanto, a primeira foi a que criou raízes, afirmação ainda mais surpreendente tendo em vista a situação minoritária da população europeia no Brasil até fins do século XIX.

Vejamos essa questão em mais detalhes. O leitor deve se lembrar que, no século XVI, foi dado início ao povoamento do Novo Mundo. Nessa época, porém, o interesse comercial português voltava-se para as regiões asiáticas; procurava-se então o acesso direto aos mercados de especiarias, como pimenta, cravo, canela e noz-moscada.

Pouca gente tinha interesse em vir para as terras americanas, preferindo aventurar-se nas feitorias portuguesas, estabelecidas principalmente na Índia. Com o passar do tempo, a situação começou a ficar delicada. Se pelo menos parte do território recém-descoberto não fosse povoado, haveria chance de os rivais de Portugal, como era o caso da França, apossarem-se dele. Ciente desse risco, a Coroa portuguesa tratou de criar incentivos à colonização. Que incentivos eram esses? Ora, na época, eles consistiam em conceder terras a quem tivesse recurso para ocupá-las; daí a política de doação de capitânias hereditárias, sesmarias e a formação de fazendas açucareiras ao longo da costa brasileira.

Infelizmente, porém, sabemos muito pouco a respeito desse período, a tal ponto de qualquer estimativa de povoamento ser temerária. Mesmo em relação aos escravos africanos, em geral bem documentados pelos traficantes e cobradores de impostos, os dados mais confiáveis começam a surgir apenas em fins do século XVI. No que diz respeito à migração portuguesa, a situação é ainda mais delicada. A documentação fundamental para esse estudo, como a de concessão de passaporte, só aparece na segunda metade do século XVIII, tornando-se regular apenas nas primeiras décadas do século XIX. Durante todo o período colonial são desconhecidos os percentuais de portugueses retornados, havendo assim o risco de assimilarmos os “viajantes” aos grupos de colonizadores efetivos.

Apesar desses problemas, vários historiadores avançaram estimativas de população para as primeiras épocas da colonização. A Tabela 1 indica alguns dos valores relativos ao mundo indígena. Conforme é possível perceber, os dados demográficos corroboram com a noção de que as línguas indígenas declinaram em razão do avanço do processo colonizador. Por volta de 1500, tal população correspondia à totalidade dos habitantes do atual território brasileiro. Mesmo cem anos após o início da colonização, portugueses e africanos, frente aos índios, representavam menos de 5%. Na época da Independência, a

situação era inversa. Os povos indígenas haviam se tornado minoritários. Quando é proclamada a República, a população indígena passou a ser residual.

Tabela 1: Estimativas de população no Brasil

Período	População indígena	População europeia e africana	População Total	% de população indígena
c.1500	4.000.000	–	4.000.000	100,0
c.1822	800.000	3.596.132	4.396.132	18,1
c.1889	215.000	13.733.915	13.948.915	1,5

Fonte: MARCILIO, 1986, p. 11-27; KENNEDY & PERZ, p. 306; e IBGE, 1990, p. 32.

Nesse sentido, é possível afirmar que o processo de colonização foi uma invasão, uma invasão de povos europeus e uma invasão forçada de povos africanos. Quanto a isso, as estimativas minimamente confiáveis datam de meados do século XVII. Em relação ao período anterior, podemos apenas fazer suposições. Os dados mostram que inicialmente o Brasil atraiu poucos colonizadores portugueses.

Até o século XVIII, tal situação permanece pouco alterada. A exploração do ouro em Minas Gerais reverte abruptamente essa tendência. Pelo menos em seus primeiros tempos, tal atividade não exigia grandes investimentos. O mais importante deles consistia na compra da passagem de navio para o Rio de Janeiro. Uma vez no Novo Mundo, o português rico seguia em direção às minas; os que não tinham recursos se tornavam mascates, e, após conseguir algum dinheiro, partiam para a Capitania do Ouro.

Tabela 2: Estimativas de Migração para o Brasil

Período	Portugueses	Africanos
1651-1700	100.000	360.000
1701-1800	800.000	1.700.300
TOTAL	900.000	2.060.300

Fontes: ALENCASTRO, 2000, p. 69; SERRÃO, 1982, p. 105-115; e GODINHO, 1975, p. 57.

O aumento do número de imigrantes chegou a ser tão abrupto que preocupou as autoridades metropolitanas. Leis foram feitas no sentido de controlar ou até mesmo impedir o fluxo desordenado de portugueses (Serrão, 1982, p. 110). Temia-se que o reino se despovoasse, temia-se mais ainda que tal povoamento estimulasse o contrabando do ouro, e que, dessa forma, diminuísse o valor dos impostos enviados para Portugal.

No entanto, o esforço de conter a onda migratória teve fraco efeito. A produção de ouro, por sua vez, permitiu que fosse intensificada a compra de escravos africanos. Assim, durante o século XVIII, as duas correntes migratórias aumentaram intensamente, embora a proveniente do continente negro tenha predominado sobre a portuguesa. Na Tabela 2 comparamos esses dois fluxos migratórios. O resultado é revelador: mesmo se dobrássemos as estimativas relativas à imigração branca, ela continuaria sendo inferior ao número de africanos para aqui enviados. Do ponto de vista da formação da população colonial, a *América portuguesa* deveria se chamar *América africana*. E não pense o leitor que isso se tratava de uma experiência restrita aos primeiros tempos de nossa história; o contrário, aliás, seria mais acertado afirmar.

Conforme é sabido, nossa independência política coincide com a expansão da lavoura cafeeira. Primeiramente nos arredores do Rio de Janeiro, depois pelo Vale do Paraíba fluminense, em seguida nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, o café se alastra, levando à multiplicação de fazendas que utilizavam a mão-de-obra escrava. O efeito disso sobre o tráfico foi intenso, ampliando-o ainda mais.

As experiências no sentido de reverter a africanização, pelo menos durante os trinta anos posteriores à Independência, resultaram quase sempre em tremendos fracassos. Os sobrenomes italianos, espanhóis e alemães, comuns a muitos brasileiros de nossos dias, só começaram a ser generalizados nas décadas de 1870 e 1880. Na época de consolidação do Estado nacional, o contrário aconteceu: paralelamente ao aumento da migração forçada de africanos, registrou-se o declínio da vinda de portugueses e demais europeus.

Quanto a essa última corrente migratória, o leitor deve se lembrar que, em 1808, a Abertura dos Portos não foi somente em relação aos produtos importados, mas também frente aos *povos amigos*. Tratava-se de uma mudança profunda. Até então as pessoas não provenientes de áreas de domínio português eram proibidas de desembarcar no Brasil. Independente da nacionalidade, o estrangeiro era visto como um inimigo em potencial, um espião ou contrabandista. Os raríssimos relatos de ingleses ou franceses do período colonial quase sempre são referentes às cidades portuárias, onde, para abastecerem os navios, comandantes conseguiam autorizações especiais de governadores locais.

Eventualmente, a metrópole portuguesa também concedia licenças para comerciantes estrangeiros atuarem na Colônia, mas, quase sempre, não era permitido que os mesmos adquirissem terras, transformando-se em colonizadores efetivos. A partir de 1808, vale repetir, essa situação muda radicalmente. É autorizada a abertura de consulados e de representações diplomáticas. Mais

ainda. Novas leis possibilitaram a concessão de lotes de terras a estrangeiros. O Estado tolera a presença desses grupos e, em determinadas áreas, a incentiva.

Ao longo da primeira metade do século XIX, os emigrantes europeus foram dirigidos para São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. A geografia da imigração era ampla. E não era para menos, pois tratados diplomáticos então firmados com a Inglaterra previam a restrição e, a médio prazo, o fim da importação de escravos africanos. Embora na prática nem sempre aplicados, esses acordos mostravam a necessidade de se criar alternativas em termos de mão-de-obra. Os *núcleos coloniais* da década anterior à independência procuravam dar os primeiros passos nesse sentido. Eles seriam, por assim dizer, *viveiros de trabalhadores livres*. Também esperava-se que a forma camponesa em que se organizavam favorecesse a produção de alimentos mais baratos e de melhor qualidade do que os das fazendas escravistas.

As experiências, realizadas no período colonial com açorianos, são estendidas a suíços e alemães. Antes mesmo da Independência criam-se colônias em Ilhéus e Friburgo. Após a Independência, núcleos semelhantes a esses se multiplicam. Entre 1824 e 1878, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo recebem povoadores alemães (Gregory, 2000, p. 143-145) Os imigrantes eram seduzidos por promessas do governo. Além do apoio no pagamento de passagens, ofereciam-se a eles recursos financeiros, terras, gado e sementes.

Porém, as primeiras experiências não deram certo. As terras ofertadas, em geral, eram pouco férteis. A promessa de auxílio financeiro, de sementes e gado em pouco tempo deixava de ser cumprida. Além disso, a falta de experiência dos funcionários encarregados de organizar as colônias acabava gerando problemas suplementares. Um desses expedientes consistia, conforme J. J. Tschudi registrou para o caso de Friburgo, em criar “famílias artificiais”. Tal procedimento resumia-se em conceder lotes a grupos de mais ou menos duas dezenas de indivíduos; agrupavam-

se dessa maneira, na mesma terra, famílias distintas ou mesmo indivíduos vinculados por laços de amizade ou proteção.

Tão logo os conflitos surgiam, muitos resolviam abandonar as terras, engrossando a lista dos que assim tinham agido em razão da pobreza e falta de apoio. Mas não só o lado brasileiro foi responsável pelo fracasso dos núcleos. A origem urbana de muitos colonos contribuía para dificultar a adaptação ao meio rural. Havia emigrantes inexperientes no trabalho agrícola: desempregados urbanos, ex-soldados e até mesmo criminosos.

Uma experiência limite quanto a isso foi a que envolveu os mercenários, principalmente alemães e irlandeses. Vindos após a Independência, em pouco tempo eles haviam se transformado em um fator de instabilidade no interior do exército e até mesmo de conspiração contra o Império. Em 1830, quando esses batalhões são dissolvidos, muitos rumam para o Sul, procurando se estabelecer na colônia de São Leopoldo. No entanto, sua inadaptação ao trabalho agrícola acabou transformando-os em salteadores e bandoleiros na região da Bacia do Prata (Lemos, 1996, p. 469).

Assim, de agentes civilizadores, os novos povoadores passaram a ser vistos como elementos de instabilidade e de desordem. Talvez por isso mesmo, em 1830, uma lei proíba gastos públicos com o financiamento da emigração europeia (Ribeiro, 2002, p. 160 *passim*). Durante um largo período, a vinda “espontânea” – ou seja, com recursos próprios – ou então a vinda financiada por fazendeiros e comerciantes tornam-se as únicas fontes de europeização da população brasileira.

Além dos portugueses, observou-se a chegada espontânea de italianos, ingleses, franceses, holandeses, belgas, austríacos, russos, dinamarqueses, poloneses, húngaros, romenos – somente para mencionarmos os principais grupos. Contudo, seria arriscado considerar esses imigrantes como povoadores. Muitos deles vinham em missões artísticas ou científicas devendo ser, por isso

mesmo, considerados como viajantes, que permaneciam na maioria das vezes por curtos períodos ou alguns anos, para em seguida retornarem a Europa.

Suspeita semelhante pesa sobre os portugueses que para aqui migraram após a independência. Consistia em prática comum a vinda deles, bastante jovens, para se empregarem como *caixeiros* – ou seja, como empregados em casas de comércio ou balconistas. Não raras vezes, vendiam-se os serviços pessoais em troca do pagamento da passagem atlântica. Após vários anos de trabalho, os que conseguiam enriquecer, ou pelo menos reunir alguns recursos, tratavam de retornar à terra natal. Em algumas regiões portuguesas, esses retornados tornam-se bastante comuns, quase um tipo social, sendo denominados como *brasileiros*.

Aos poucos, porém, a colonização européia ganha outros estímulos. Associa-se, cada vez mais, a presença de homens brancos e livres à constituição de uma nação civilizada. Assim, em fins dos anos 1830 e, principalmente na década seguinte, surgem *companhias de imigração*. Nesse caso, o responsável pelo empreendimento reunia recursos de acionistas, que eram investidos no transporte marítimo e terrestre, assim como na compra de alimentos e de ferramentas (Stolcke, 1986, p. 20 *passim*). Os trabalhadores contratados podiam ser destinados tanto a núcleos coloniais isolados como ao trabalho em fazendas; também era permitido montar empresas de “colonização” para outros fins, tais como aquelas encaminhadas às obras e melhoramentos urbanos ou à abertura de estradas.

Em todos esses casos, nenhum fator contribuiu mais para o fracasso das experiências de colonização européia do que a existência da escravidão. Ao longo de séculos, nas regiões mais prósperas da sociedade brasileira, foi cristalizado o conceito de que o trabalho manual era ocupação de escravos. Se em algumas experiências – como eram os casos das registradas no Sul do país – o isolamento criava condições para a reprodução do

campesinato e do trabalho livre europeus, tudo se alterava quando o imigrante e o escravo eram colocados lado a lado.

Um exemplo desse convívio problemático foram as *colônias de parceria* que surgiram em São Paulo. A primeira experiência ocorreu em 1847, por iniciativa do Senador Vergueiro, rico proprietário paulista. O empreendimento consistia em fundar uma companhia, cujo objetivo era recrutar famílias de suíços e alemães para trabalharem na lavoura de café. Os interessados financiavam o transporte do imigrante, tanto em relação à viagem marítima, quanto no deslocamento do porto até a fazenda. Os recém-chegados também recebiam instrumentos de trabalho e alimentos, além de uma casa para residirem, devendo, ao longo do tempo, pagar as dívidas contraídas.

De imediato pôde-se perceber um dos problemas desse sistema: os imigrantes, antes mesmo de começarem a trabalhar, já estavam endividados. Esse pagamento era feito com trabalho. Homens, mulheres e crianças cuidavam de um determinado número de pés de café, parte do rendimento era destinada a eles e ao pagamento ao proprietário da fazenda. O mesmo critério era empregado em relação às pequenas criações ou as plantações – as roças – que os trabalhadores fizessem por conta própria.

Como as dívidas estavam submetidas a juros e o imigrante não tinha direito a vender livremente o café produzido, com o tempo sua condição foi se aproximando à de um escravo, um *escravo branco*, como se dizia na época. Assim, não só o fato de trabalharem ao lado de cativos africanos, mas também o de não poderem deixar a fazenda, fazia com que eles se afastassem da condição de homem livre. Eis o testemunho de Thomas Davatz, suíço que conheceu de perto essa situação:

Os colonos que emigraram, recebendo dinheiro adiantado tornaram-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos

senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a idéia de que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos.

Apesar de mal-sucedidas, essas experiências revelam um aspecto importante das mudanças que estavam se processando na sociedade local. Ao longo da primeira metade do século XIX, a pressão inglesa pelo fim do tráfico só fez dificultá-lo, até, por fim, suprimi-lo. Ora, à medida que as leis restringido o tráfico internacional de escravos eram promulgadas, o preço dos escravos aumentava, atingindo valores elevadíssimos. Tal situação estimulou constantemente experiências de migração internacional destinadas ao Brasil.

Por outro lado, o aumento do preço dos cativos também implicou a transferência de muitos deles da cidade para o campo. Dessa forma, o número de trabalhadores urbanos foi diminuindo. Onde era possível, procurava-se sanar o problema da falta de mão-de-obra através da utilização de prisioneiros. Porém, os então denominados *galés* quase sempre consistiam em trabalhadores não especializados e que, na primeira oportunidade, tratavam de fugir.

Nesse contexto, criava-se espaço para a contratação de pedreiros e carpinteiros de procedência européia. Apesar dos esforços feitos, na maioria dos casos, a história desses empreendimentos é uma crônica de fracassos. E isso não diz respeito somente às experiências nas fazendas de café ou no meio urbano. Houve casos, como o da região mineira do Vale do Mucuri, em que o núcleo colonial foi instalado no meio rural isolado, em região de mata virgem, mesmo assim os resultados foram negativos: distribuídos em áreas insalubres, infestada por doenças endêmicas e animais selvagens, tendo de enfrentar grupos indígenas resistentes à ocupação, os alemães e suíços do Mucuri faleceram ou abandonaram o empreendimento colonial (Otoni, 1858).

Assim, dependendo da região, o imigrante podia ser atacado por animais selvagens, morrer de malária, ser vitimado em conflitos indígenas ou se tornar escravo de fazendeiros. Convenhamos, o quadro não era muito animador. Não demorou muito para essas informações começarem a circular no mundo europeu, através de livros de memórias ou de depoimentos e denúncias publicados em jornais. Por influência da opinião pública dos países de origem, comissões são criadas para avaliar as condições de vida dos trabalhadores no Brasil. Quase sempre essas avaliações eram as piores possíveis, levando, como fez a Alemanha, a não autorizar, por alguns anos, a vinda de novos imigrantes.

A comparação entre os dados de povoamento é reveladora do fracasso dos primeiros projetos de europeização da população brasileira. Se, durante o período colonial, os escravos africanos vieram em uma proporção duas vezes mais intensa do que a dos homens livres portugueses; após a Independência, essa desproporção – mesmo se adicionarmos a ela imigrantes de diversas nacionalidades –, havia se tornado três vezes mais elevada.

Tabela 3: Estimativas de Migração para o Brasil

Procedência do imigrante	Período	Total
Européia	1820-1876	350.117
Africana	1821-1860	1.150.500
TOTAL		1.500.617

Fontes: ALENCASTRO, 2000, p. 69; KLEIN, 1989, p. 20.

Dessa forma, ao longo dos quatro primeiros séculos de nossa formação, assiste-se a um declínio acentuado dos grupos indígenas paralelamente a uma africanização crescente da

população brasileira. Em fins do século XIX, registra-se uma reversão desse processo, não em função do crescimento da população nativa, mas sim pela intensa chegada de povos europeus e asiáticos. O levantamento dos dados dessa migração revela, porém, um quadro surpreendente: entre 1887 e 1930, os portugueses não foram o grupo de imigrante predominante, representando bem menos do que a metade dos imigrantes europeus que no período vieram para o Brasil.

Tabela 4: Principais grupos de imigrantes estrangeiros vindos para ao Brasil, 1887-1930

Nacionalidade	N. Abs.
Italiana	1.341.649
Portuguesa	1.097.809
Espanhola	560.539
Japonesa	100.653
TOTAL	3.100.650

Fonte: KLEIN, 1989, p. 20.

Como se vê, desde o início da formação da atual sociedade brasileira, a língua portuguesa teve de conviver com outras rivais. No século XVI conviveu com diversas línguas indígenas, que contavam com um número bem mais elevado de falantes se comparadas ao idioma metropolitano. Do século XVII ao XIX, foi a vez do imigrante forçado africano, que em terras coloniais disseminou novas formas de falar. No século XX, assiste-se à chegada em massa de europeus e asiáticos, com predominância do italiano.

Diante desse contexto, como foi possível o português ter se tornado a língua dominante? Ora, os dados apresentados sugerem que a representatividade social – do ponto de vista demográfico – não é o elemento determinante na expansão de um idioma. Caso fosse assim, a língua portuguesa nunca teria conseguido atingir a importância que efetivamente atingiu na sociedade brasileira. Isso

só foi possível pelo fato de este idioma refletir simbolicamente as hierarquias econômicas, sociais e políticas. O português foi a língua do poder e como tal garantiu sua hegemonia mesmo em situações que aparentemente lhes eram desfavoráveis.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Arcádia, 1975.
- GREGORY, Valdir. Imigração Alemã: a formação de uma comunidade teuto-brasileira. In: IBGE. (Org.) *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1990.
- KENNEDY, David P. e PERZ, Stephen G. Who are Brazil's indigenas? Contributions of census data analysis to anthropological demography of indigenous populations. *Human Organization*, Vol 59 (3), 2000.
- KLEIN, Herbert S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 6, n. 2, 1989.
- LEMONS, Juvêncio Saldanha. *Os mercenários do imperador: a primeira corrente migratória alemã no Brasil (1824-1830)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- MARCILIO, Maria Luíza. A população do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- OTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri (1858)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- RIBEIRO, Gladys Sabina *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002
- SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. 4. ed. Lisboa: Livros Horizontes, 1982.
- STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TSCHUDI, Johann Jakob von *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo (1866)*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980.

***Panorama preliminar da história do
letramento de negros na Bahia.***

por

Rosa Virgínia Mattos e Silva
Universidade Federal da Bahia / CNPq

Klebson Oliveira
Universidade Federal da Bahia / CNPq

e

Tânia Lobo
Universidade Federal da Bahia

**Parte I. Das luzes da Metrópole às sombras da
Colônia: indícios de letramento de africanos e
afro-descendentes na segunda metade do século
XVIII***

“Julgamento é sempre
defeituoso, orque o que a gente
julga é o passado”
Guimarães Rosa

* A Parte I é de autoria de Rosa Virgínia Mattos e Silva, UFBA/CNPq.

Introdução

Na primeira parte de nosso trabalho, utilizei apenas fontes indiretas (historiadores da história, da cultura, da educação e da língua portuguesa no Brasil, também dicionários de história sobre o Brasil colonial). Tratarei primeiro da instrução em espaços institucionais (no item 1) e, em seguida, mais uma vez, buscarei indícios para o letramento em espaços extra-institucionais na segunda metade do século XVIII (item 2).

Relembrei que, em nosso III Seminário do PHPB, o de 1999, ao sugerir pautas de pesquisa para a reconstrução do passado do português vernáculo brasileiro, disse, metaforicamente, que esse percurso seria um rastreio de natureza arqueológica. Nesse mesmo trabalho, destaquei, em citação de Afrânio Gonçalves Barbosa (1998), que o tipo de fonte ideal dificilmente chegaria às nossas mãos: um *Appendix Probi* dos colonos brancos e pardos. Como veremos na segunda parte deste trabalho, temos em mãos não um *Appendix Probi*, mas um arquivo particular, o da hoje designada Sociedade Protetora dos Desvalidos. Trabalho de muitas mãos e cabeças, o rastreio do passado do vernáculo brasileiro está gerando resultados que, ao iniciarmos o nosso Projeto nacional, não suspeitávamos.

1. A instrução em espaços institucionais: um breve traçado

Vale lembrar, para iniciar, que, entre as quatro vias propostas por Antônio Houaiss para tentar explicar o português do Brasil, a quarta é a “penetração da língua escrita no Brasil (...) não numa leitura estética (...) mas essencialmente lingüística” (1985: 127-128). Relembrando ainda, e para homenagear o nosso filólogo, é ele quem afirma: “os letrados que falavam ou escreveram no Brasil sobre o Brasil dos dois ou três primeiros séculos representariam algo como 0.5% a 1% da população (...) o

resto da população era não-letrada, iletrada, iliterada, analfabeta” (1985: 88-89).

Embora oponha letrados a iletrados, Houaiss não define o que seria um letrado. Segundo Ronaldo Vainfas (2000), “no mundo luso-brasileiro [o termo letrado] designava comumente os detentores de um saber específico, ligado ao uso da escrita, que os tornava aptos ao exercício das chamadas profissões nobres, distintas dos ofícios mecânicos”. No império português, os letrados ocuparam funções distintas: juízes de fora, ouvidores, desembargadores, secretários e demais funcionários, indispensáveis à administração do Império. Juntamente com o clero “contribuíram para a difusão, embora muito limitada, de uma cultura letrada na colônia” (s.v.: *Letrados*).

Como é sabido, de 1549 a 1759, foi a Companhia de Jesus – ‘Companhia’ aqui no seu sentido original militar – o braço forte religioso no império português. Iniciada a Companhia, em Portugal, por D. João III, em 1532, foram os jesuítas os responsáveis quase que exclusivos pela instrução em espaços institucionais, em todo o império luso e, conseqüentemente, também aqui na colônia brasileira. Mas já então pude rastrear, utilizando fontes históricas secundárias, alguns indícios de letramento de africanos e afro-descendentes no Brasil.

Segundo o historiador da educação Nelson Piletti, ao serem expulsos em 1759, os jesuítas mantinham:

36 missões, escolas de ler e escrever, em quase todas as povoações e aldeias onde se espalharam 25 residências, além de dezoito estabelecimentos de ensino secundário, entre colégios e seminários localizados na Bahia, São Vicente, Rio de Janeiro, Olinda, Espírito Santo, São Luís, Ilhéus, Recife, Paraíba, Santos, Pará, Colônia do Sacramento, Florianópolis (Desterro), Paranaguá, Porto Seguro, Fortaleza, Alcântara, Vigia (Piletti, 1995: 33).

A história da Companhia de Jesus é muito conhecida. Quero, contudo, destacar o seguinte: é no *ensino das primeiras letras* que os jesuítas melhor mostraram a sua capacidade de adaptação, para atingirem os seus fins. Segundo o mesmo historiador, “penetravam com igual facilidade na casa grande dos senhores, na *senzala dos escravos* e nas aldeias indígenas” (Piletti, 1995: 33, grifos nossos).

Se os jesuítas penetravam nas *senzalas dos escravos*, com a intenção missionária, não é de se descartar a possibilidade de alguma semente, ou apenas de algum desejo de letramento, entre algum ou alguns escravos.

É outro historiador da educação no Brasil, agora uma mulher – Maria Luísa Santos Ribeiro –, que apresenta outro indício de letramento de afro-descendentes. Como a procura pela escola era maior que a capacidade dos colégios da Companhia, “chegou a causar problemas, como a *Questão dos moços pardos*, resolvida em 1689” (1995: 24).

Em *nota*, esclarece a autora que essa *Questão* surge da “proibição, por parte dos jesuítas, da matrícula, por serem muitos e provocarem arruaças. Como eram escolas públicas, pelos subsídios que recebiam, foram obrigadas a readmiti-los”. Não indica, contudo, a autora em que local do Brasil ocorreu essa *Questão*.

O fruto proibido sempre foi objeto de desejo. Esse episódio dos *moços pardos* certamente indica que a busca pela escola não teria sido apenas essa. É ainda a Antônio Houaiss que recorri. Ao afirmar, como se sabe, que os jesuítas foram os únicos agentes “culturalizadores” no Brasil do século XVI aos meados dos XVIII, diz que “houve pessoas avulsas, de vária natureza, como preceptores, os filhos-famílias, o que se estendeu até o século XX” (1985: 131) e eu diria que até os nossos dias, com os professores leigos dos interiores pobres brasileiros.

Em *Formação do Brasil Colonial*, os historiadores Arno Wehling e Maria José Wehling, ao tratarem da educação na

colônia, dizem que os jesuítas não deveriam discriminar os alunos ou candidatos por suas origens sociais ou étnicas; existiram, contudo, casos de discriminação, como o que foi censurado pelo governo português em 1686, em carta ao governador-geral Marquês das Minas, por parte dos *moços pardos*, com o argumento de que “nas escolas de Évora e Coimbra eram admitidos” (1994: 287-288). Não dizem os autores se os *moços pardos* ganharam a sua questão. Outras certamente terá havido.

Assim, já no século XVII, os *pardos*, pelo menos, buscavam tornar-se letrados.

Expulsos os jesuítas do Brasil pelo primeiro ministro do *Monarca Ilustrado*, D. José I – a controvertida figura do Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) –, por alvará de 28 de junho de 1759, mudam-se as orientações sociopolíticas da metrópole e se refletem na Colônia. Interessam-nos aquelas medidas que se referem à educação.

Segundo a historiadora da educação, já mencionada, Maria Luísa Ribeiro, o referido alvará criou cargos, proibiu o ensino sem licença, designou comissários para verificarem o estado das escolas e dos professores (cf. p. 33) e apresentou os novos objetivos para a educação, obviamente, distintos da pedagogia jesuítica e sua *Ratio Studiorum*. Desses objetivos, a meu ver, o mais significativo é o que se refere a diversificar o conhecimento, incluindo o de natureza científica. As diretrizes pombalinas para a educação foram baseadas no *Verdadeiro método de estudar* de Luís Antônio de Verney, na *Educação para a mocidade* de Antônio Ribeiro e na *Gramática latina*, da ordem dos Oratorianos, ordem a que pertencia Verney.

O plano pombalino, contudo, fracassou, tanto na metrópole como nas colônias, por falta de mestres preparados para substituírem a longa rede escolar jesuítica e também pela falta de dinheiro, apesar do *subsídio literário*, título criado pela lei de 10 de novembro de 1772 e instrumento das reformas pombalinas para a instrução (cf. Nizza da Silva, 1994, s. v.: *Subsídio literário*). Teve de positivo, entretanto, o fato de terem existido ‘ilustrados’

no Brasil que, ao retornarem do exterior, tiveram grande atuação, como, por exemplo, Alexandre Rodrigues Ferreira, médico e naturalista, autor da grande obra *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá em 1783-1792* (editada em 4 volumes em 1971 pelo Conselho Federal de Cultura) e José Joaquim de Azeredo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda (cf. Gilberto Luis Alves, 2000: 62-78). Segundo Nelson Piletti, o Seminário de Olinda, criado em 1798, tornou-se centro de difusão de idéias liberais (1995: 37).

É o mesmo Piletti que informa sobre as *aulas régias*:

a partir de 1772 graças ao subsídio literário foram dezessete aulas de ler e escrever, quinze aulas de Gramática latina, seis aulas de Retórica, três aulas de língua grega e três de Filosofia, em vários pontos do país (1995: 37).

Ao todo, portanto, quarenta e quatro *aulas régias* no território brasileiro ao finalizar o século XVIII. Enquanto isso ocorria na colônia, na metrópole, em 1772, foram designados “quatrocentos e quarenta ‘mestres de ler, escrever e contar’ e duzentos e cinco professores de latim, isto falando apenas do território do continente” (Marquilhas, 1991: 14).

Para finalizar esse breve traçado da instrução em espaços institucionais, nada melhor que o depoimento vivido e relatado, sob a forma de 24 cartas, de Luís dos Santos Vilhena, escritas na Bahia, ao findar o século XVIII, e só publicadas cem anos depois, com o título de *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília* e que tinham como destinatário o regente D. João. Em 1787, Vilhena, um dos três mestres de grego que vieram para o Brasil, foi designado para o lugar de *mestre régio* de grego na Bahia (cf. Vainfas, 2000, s.v.: *Luís dos Santos Vilhena*).

Na *Carta V*, diz Vilhena sobre o iletramento na Bahia de então:

(...) são uns mulatos ou negros tão estúpidos, que eu não conheci ainda um que soubesse ler, ou escrever o seu

nome, e se algum branco exercita a arte, nada difere daqueles quanto à instrução (1969: 189).

O depoimento de Vilhena deve ser verdadeiro, já que suas *Cartas* são consideradas “a mais importante obra de descrição e análise da América portuguesa no final do século XVIII” (cf. Vainfas, 2000: s. v.: *Luis dos Santos Vilhena*).

Em face do exposto, concordo com Nelson Piletti que “o ensino no Brasil, ao findar o século XVIII, estava reduzido a pouco mais que nada” (1995: 37).

Do que pude ler sobre a instrução em espaços institucionais, na segunda metade do século XVIII, não deparei nenhum indício da participação nas *aulas régias* pombalinas de **africanos e afro-descendentes**. Nesse sentido, no período jesuítico, a *questão dos pardos*, já no século XVII, e a ‘penetração’ dos jesuítas nas senzalas são indicadores de que, no tempo da Companhia de Jesus, teria havido a possibilidade de menos discriminação para os segmentos menos privilegiados da sociedade colonial.

2. A busca de indícios de letramento em espaços extra-institucionais: o papel significativo das irmandades

Subdividirei este item em dois. No primeiro, tento rastrear, em historiadores do Brasil colonial, indícios de instrução em espaços extra-institucionais e, no segundo, vou centrar-me no papel das irmandades, em função da aquisição da escrita e leitura por africanos e afro-descendentes.

2.1. Rastreamento indícios em espaços extra-institucionais

Os historiadores Arno e Maria José Wehling, ao tratarem da mobilidade social na colônia, afirmam que foi na região das minas que ocorreu no século XVIII a mobilidade mais intensa, tanto pela atividade mineradora, como pelos demais

empreendimentos econômicos, em torno das e nas cidades, centro da exploração de ouro e diamante, nessa época. Concluem com a seguinte afirmação:

Aí, como nas cidades portuárias, é difícil precisar quando um artesão bem-sucedido deixava de ser “homem livre e pobre” para tornar-se elemento do setor intermediário (1994: 230)

Cruzando essa informação com a oposição entre *letrados*, profissões nobres, e *ofícios mecânicos*, profissões, portanto, não-nobres, poder-se-ia inferir da afirmativa acima que, entre os “homens livres e pobres”, poderiam estar libertos africanos e/ou afro-descendentes que, ao alçarem-se ao “setor intermediário”, poderiam adquirir alguma forma de instrução. Fica a hipótese a ser debatida e pesquisada.

Os mesmos autores, ao tratarem de *Sentimentos religiosos e crenças*, referem-se ao fato de que o comportamento religioso ultrapassava as fronteiras sociais, “revelando-se comum a senhores e escravos no momento da morte” (cf. p. 245) e relatam o seguinte fato ocorrido em 1782, portanto na segunda metade do século XVIII, que afirmam ser “um, entre muitos”:

A liberta Antônia Rodrigues Correa, mãe de uma freira em Portugal, determinou que se rezassem por sua alma cem missas de 320 réis no Rio de Janeiro e 120 réis em Portugal, o que custou muito mais do que seu túmulo (1994: 245).

Esse trecho, provavelmente, pinçado do testamento da *liberta*, portanto ex-escrava, fez com que eu levantasse a hipótese de que a referida *liberta* teria algum letramento ou convívio com “letrados”, pelo menos para se comunicar com a filha, inevitavelmente de ascendência africana e possivelmente com algum letramento, na metrópole. A lição que pude tirar desse fato é de que, certamente, os *testamentos* serão fontes diretas para recompor vários aspectos da história social lingüística ou sociolingüística do Brasil colonial e pós-colonial, como, por

exemplo, demonstrou Tânia Lobo, na sua tese de doutoramento, ao identificar os remetentes das *Cartas* que editou (cf. Lobo, 2001).

Os historiadores da cultura no Brasil colonial apresentam outros indícios e alguns fatos:

Leila Mezan Algranti, em *Famílias e vida doméstica* (1997: 83-154), mostra como era impreciso o que continha o “espaço do domicílio”, constituído desde “apenas pessoas de uma família nuclear e um ou dois escravos; em outras somaram-se a essa composição agregados e parentes próximos (...) isso sem falar nos filhos naturais e ilegítimos que, muitas vezes, eram criados com os legítimos” (p. 86-87). Em *Formas de sociabilidade no ambiente doméstico* (p. 113-119), destaca, entre essas formas de sociabilidade, a prática da leitura em voz alta ou silenciosa como uma forma de se desfrutar a intimidade e o convívio familiar. Como vimos que eram imprecisas as delimitações dos que ocupavam os domicílios, pode-se inferir que escravos, pelo menos os domésticos, e libertos participariam da prática de ouvir a leitura em voz alta, o que muito provavelmente despertaria o desejo de ler e, quem sabe, o de escrever. Para afirmar o hábito da leitura em voz alta, a autora fundamenta-se em inventários paulistas. Além dos *inventários*, são outras fontes citadas pela autora os *Livros de Razão* e *Livros de Assentos* (ou *Assentamentos*) para uma reconstituição da “sociabilidade no ambiente doméstico”, entre esses hábitos o da leitura. Do conjunto dos *livros de Assentos*, destaca Laura de Mello e Souza o do coronel Costa Aguiar (1997: 443). É ainda Laura de Mello e Souza que afirma:

Os domicílios dos mais bem situados socialmente foram talvez o espaço privilegiado da intimidade [no Brasil colonial]: boa parte da população doméstica costurava, produzia farinha de milho ou de mandioca, fabricava aguardente, trançava cestos (...) (cf.. p. 441).

E já vimos que também havia o hábito de ler em voz alta ou silenciosa. Conclui a autora referida que é “a onipresença da escravidão que impunha o convívio estreito, em cada domicílio, entre homens livres e cativos mais europeizados e negros

africanos” (cf. p. 442). Esse fato, por todos conhecido, leva a inferir que esse “convívio estreito em cada domicílio” terá sido um fator favorecedor ao letramento de africanos e afro-descendentes em espaços não-institucionais.

É outro historiador da cultura, Luís Carlos Villalta, em *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura* (1997: 332-385), que afirma que “foram múltiplos os lugares da educação e, inversamente, estreitos os espaços da instrução escolar e dos livros” (cf. p. 334).

Já vimos, no item 1 deste trabalho, a *questão* ou as *questões dos pardos* no século XVII. O historiador Villalta relata que em 1721, século XVIII:

o governador de Minas, d. Lourenço de Almeida, recebeu ordem de d. João V para que, em cada vila, se pagassem mestres para ensinar a ler e escrever, a contar e ainda o latim à metade de ilegítimos da capitania. Embora dissesse que cumpriria a determinação, acabou por não tomar qualquer iniciativa (p. 350).

Logo em seguida, narra Villalta que, quase quarenta anos depois, em Mariana, o juiz de fora e de órfãos arbitrou à viúva de Manuel Pimenta, mulher parda, valor menor que o por ela pedido para sustentar, educar e instruir seus filhos, sugerindo-lhe que “os colocasse para servir” (cf. p. 350-351).

Esses fatos históricos ocorridos na primeira metade do século XVIII, somados às *questões dos pardos* no século XVII, demonstram que, desde o segundo século da colonização, os africanos e afro-descendentes buscavam instrução – escrita, leitura etc.

Pelos indícios e fatos aqui reunidos, vemos que há ainda muita pesquisa a fazer para compor a história do letramento dos ditos “ilegítimos” – negros, pardos, pobres – no Brasil colonial e pós-colonial.

2.2 O papel significativo das irmandades na questão do letramento de africanos e afro-descendentes

As *Irmandades* remontam à Europa medieval. No mundo colonial português, estão situadas na base da pirâmide social as *irmandades negras*, sobretudo as de escravos (Vainfas, 2000). Através das irmandades, os negros conseguiam encontrar o seu lugar no sistema social religioso, apesar da escravidão, e davam elas aos escravos e forros um instrumento de ação social (Nizza da Silva, 1994).

É a reconhecida especialista na história do Brasil colonial e pós-colonial, Kátia Mattoso, que, no seu *Ser escravo no Brasil*, informa ser a educação escolar proibida no Brasil para os escravos, como sabemos, mas até os forros não tinham direito de frequentar aulas e afirma:

Senhores e curas que resolvem ensinar a leitura e a escrita a escravos transgridem as regras estabelecidas e são poucos. Eis porque o escravo brasileiro é um desconhecido, sem arquivos escritos (1990 [1982]: 113).

Mais adiante acrescenta:

A partir do fim do século XVII, quando o número de escravos e forros se multiplica, aparecem as primeiras confrarias de gente de cor. Elas reagrupam homens livres, forros e escravos de acordo com suas origens étnicas (1990 [1982]: 148).

João José Reis, historiador da escravidão no Brasil, que, no seu livro *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês - 1835*, ao historiar a rebelião, apresenta muitas informações sobre os escravos islamizados, entre elas a de que *malê* e *haussá* eram sinônimos; entre outros relatos, destaco parte do *Relatório* do chefe de polícia sobre o levante malê de 1835 (outros houve antes e depois desse) e sobre os rebeldes:

Em geral vão todos eles sabendo ler e escrever em caracteres desconhecidos, que se assemelham ao árabe (1986: 116).

Sabe-se que qualquer muçulmano deve, pelo menos, aprender a ler a fim de meditar sobre o seu livro sagrado. O mesmo ocorria em Salvador nos inícios do século XIX, entre os malês, embora, na interpretação de João José Reis, os papéis escritos tivessem um caráter simbólico, como outros símbolos malês que enumera e explica (*id. ibid.*: 199 e ss.). Vale também ressaltar, seguindo Reis, que não só os haussás eram muçulmanizados, mas também os nagôs, ou iorubás, e os mandingas (1986: 111-118). O mais interessante para o nosso objetivo, que é a aquisição da escrita em espaços não-institucionais, é o fato de que o “primeiro grande contingente de africanos muçulmanos chegou a Bahia na passagem do século XVIII para o XIX” (cf. p. 111). Note-se que, conforme o mesmo autor, havia, entre os malês, os mestres e os discípulos aprendizes.

Que posso eu inferir disso tudo, em função de meu foco? Se os malês escreviam em caracteres árabes algo que fosse da língua árabe, não será de supor que, pelo menos os *mestres*, soubessem ou desejassem saber ler e escrever nas suas línguas de origem e também em português? Fica mais essa cogitação a ser pesquisada.

Para não me alongar mais, é nas *confrarias* ou *irmandades*, já referidas em Kátia Mattoso, que João Reis vai mostrar – no seu artigo *Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão*, depois de historiar essas instituições no Brasil e rastrear seu percurso desde 1685 em Salvador – que:

a importante Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo (...) provavelmente fundada por negros de Angola, no final do século XVIII já contava entre seus membros com crioulos, jejes e outros africanos (1986: 14).

Muito significativo para o nosso objetivo é o episódio seguinte historiado por João Reis, que vale transcrever:

Em 1789, data inaugural da Revolução Francesa, os irmãos de São Benedito [do Convento de São Francisco em Salvador] pediram permissão para reformar o compromisso de 1730, excluindo os brancos dos cargos de escrivão e tesoureiro. Em 1730, argumentaram, não havia negros letrados, mas agora, escreveram, a iluminação do século [nos] tem feito inteligentes da escrituração e contadoria (1986: 22).

Ainda sobre *irmandades* no século XVIII, veja-se o trabalho pioneiro, apresentado no II Seminário do PHPB, pelo historiador Renato Pinto Venâncio – *Migração e alfabetização em Mariana colonial* (2001: 391-399).

Assim as luzes da metrópole já iluminavam as sombras da colônia, pelo menos, desde 1789, ao findar o século XVIII, e o rico arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos, antes Irmandade de Nossa Senhora da Soledade do Amparo dos Desvalidos, não terá sido a estréia da escrita por africanos e afro-descendentes.

A lição que podemos tirar dessa busca de indícios de letramento na segunda metade do século XVIII é que as sombras da colônia ocultaram muitos desejos, que se realizaram ou não, e que poderão ser desvelados, pesquisando-se arquivos públicos e particulares; neles será documentação privilegiada pelo menos: testamentos, inventários, cartas em geral e, em especial, cartas de assentos ou assentamentos, e os estatutos ou compromissos das Irmandades do Brasil colonial.

Parte II. A cor falou mais alto: prevalências e preferências no letramento de negros na Bahia de oitocentos*

Na Bahia do século XIX, segundo Mattoso (1992), as instituições religiosas monopolizavam, até a Independência, a instrução, sobretudo no nível secundário. Só a partir do primeiro Império, surgiram, timidamente, cátedras – gramática, latim, grego e francês – desvinculadas do comando eclesiástico. No ano de 1834, no segundo império portanto, um ato adicional autorizou as assembléias legislativas das províncias a elaborar leis referentes ao ensino primário e secundário, entretanto, somente em 22 de abril 1862 definiu-se a estrutura escolar. Na Bahia, foram criadas duas escolas normais: uma para moços e outras para moças.

Apesar dessa tentativa de laicizar o ensino, só conseguiam vagas nessas novas escolas os filhos da classe abastada que tinham nos seus horizontes o ingresso no curso superior de Direito. Sendo assim, a entrada nas escolas públicas ou particulares que começaram a surgir na Bahia oitocentista continuava restrita. Contrariamente ao que seria esperado, a população baiana, e mais especificamente a soteropolitana, não atravessa o século XIX imersa no analfabetismo. Será no primeiro censo oficial de 1872, referente à cidade de Salvador, que encontraremos, no rastro de Mattoso (1992), números que reforçam essa afirmação.

A cidade de Salvador, no século XIX, dividia-se em 11 paróquias. Os dados do censo de 1872 apresentam a vantagem de distribuírem os números de alfabetizados por paróquia, o que nos possibilita desenhar um perfil quanto a esse aspecto em cada uma delas. Na primeira tabela, apresentam-se os números referentes ao conjunto da população da cidade, distinguindo-se os homens das mulheres.

* A Parte II é de autoria de Klebson de Oliveira, UFBA/CNPq.

Tabela 1

Paróquias	Homens			Mulheres		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Sé	2629	3245	5874	2922	4217	7139
São Pedro	1921	4068	5989	642	5766	6408
Sant'Anna	3427	6020	9447	2820	5227	8047
Conceição da Praia	2630	700	3330	651	359	1010
Vitória	2041	3452	5463	1843	2092	3935
Paço	525	1077	1602	137	1459	1596
Pilar	1627	2241	3868	722	2847	3569
Santo Antônio Além do Carmo	2529	4728	7257	2119	6127	8246
Brotas	3090	400	3490	806	200	1006
Mares	500	1328	1828	224	1526	1750
Penha	842	1499	2341	604	1808	2412
Total	21761	28758	50519	13490	31628	45118

Reestruturamos essa tabela fornecida por Mattoso de modo a tornar explícitos os percentuais de alfabetizados sobre o total de habitantes de cada paróquia:

Tabela 2

Paróquias	Homens			Mulheres		
	Total	Alfab.	%	Total	Alfab.	%
Sé	5874	2629	44,8	7139	2922	40,9
São Pedro	5989	1921	32,1	6408	642	10,0
Sant'Anna	9447	3427	36,3	8047	2820	35,0
Conceição da Praia	3330	2630	80,0	1010	651	64,5
Vitória	5463	2041	37,2	3935	1843	46,8
Paço	1602	525	32,8	1596	137	8,8
Pilar	3868	1627	42,1	3569	722	20,2
Santo Antônio Além do Carmo	7257	2529	34,8	8249	2119	25,7
Brotas	3490	3090	88	1006	806	80,1
Mares	1828	500	27,4	1750	224	12,8
Penha	2341	842	36,0	2412	604	25,0
Total	50519	21761	43,1	45118	13490	29,9

De acordo com esses dados do censo de 1872, a média de escolarização entre os homens se situava em torno de 43.1%, ao passo que, para as mulheres, a média se mantinha em 29.9%. Esses números refletem a tendência geral de, naquela altura, os homens terem mais possibilidades de se letrarem do que as mulheres¹. Contudo, é na observação dos percentuais em cada paróquia que se observam aspectos interessantes que os índices totais escondem.

Em primeiro lugar, há de se notar as disparidades entre as paróquias quando comparadas entre si. Dentro da população masculina, as paróquias de Brotas e da Conceição da Praia surpreendem pelos altíssimos índices de alfabetização (88.5% e 80.0%, respectivamente). Sendo assim, estariam essas localidades em um extremo, ao passo que, no outro, se localiza a paróquia de Mares. Se a média de alfabetização entre os homens, no conjunto da população, era de 43.1%, três paróquias estavam acima dessa média: Brotas, Conceição da Praia e Sé; sete se aproximavam desse percentual: Pilar, Vitória, Santana, Penha, Santo Antônio, Paço e São Pedro; e apenas uma paróquia possuía média na casa dos 20%: Mares. Desconsiderando-se os extremos citados acima, percebemos que, na maioria das paróquias, os índices de alfabetização entre a população masculina não destoavam muito da média geral.

Quanto às mulheres, as paróquias de Brotas e Paço constituem os extremos em um *continuum* sobre as taxas de alfabetização (80.1% e 8.8%, respectivamente). Em relação à média geral, cinco paróquias ultrapassavam-lhe: Brotas, Conceição da Praia, Vitória, Sé e Santana; três estavam perto dessa média: Santo Antônio além do Carmo, Penha e Pilar; apenas três apresentaram índices abaixo da metade da média geral: Mares, São Pedro e Paço.

¹ Para uma discussão mais detalhada do assunto, remetemos a Lobo (2001), v. 2, p. 157-169.

Quando se comparam os números entre a população masculina e feminina, prevalece a tendência de os homens apresentarem maiores índices de alfabetização em relação às mulheres: em algumas paróquias, há um relativo equilíbrio, como, por exemplo, em Brotas e Sé. As maiores discrepâncias são encontradas nas paróquias de São Pedro, Paço, Pilar e Mares. Em apenas uma localidade, Vitória, as mulheres se mostram mais alfabetizadas.

O que mais surpreende nesses dados, segundo Mattoso (1992), quando se comparam os índices de alfabetização com a população geral de Salvador à época, é que eles sugerem que 37% dos habitantes da cidade eram alfabetizados, o que, ainda consoante a historiadora, parece bastante alto para o período. Dessa maneira, postula Mattoso que, talvez, fossem assim considerados os que apenas assinavam o próprio nome. De qualquer sorte, as tabelas 1 e 2 mostram os números de alfabetização para o conjunto geral da população soteropolitana. Em outra, Mattoso apresenta dados das várias paróquias, baseando-se também no censo de 1872, sobre a distribuição por cor da população livre e o percentual dos que sabiam ler e escrever:

TABELA 3

Paróquias	Homens			Mulheres		
	Branc.	N. br.	Alfab.	Branc.	N. br.	Alfab.
Sé	36,3	63,7	44,8	34,7	65,3	40,9
São Pedro	35,6	64,4	32,0	24,8	75,2	10,0
Sant'Anna	40,5	59,5	36,3	37,1	62,6	35,
Conceição da Praia	61,7	38,3	79,0	41,0	59,0	64,4
Vitória	35,6	64,4	37,1	28,9	71,1	46,8
Paço	23,4	76,6	33,0	10,9	89,1	8,6
Pilar	41,5	58,5	42,0	38,3	61,7	20,2
Santo Antônio Além do Carmo	31,0	69,0	34,8	27,2	72,8	25,7
Brotas	54,8	45,2	88,5	37,6	62,4	80,1
Mares	36,1	63,9	27,3	36,3	63,7	12,8
Penha	33,6	66,4	36	26,8	73,2	25,0

Fonte: Mattoso (1992), tabela 50, p. 202.

Essa tabela nos mostra que, entre a população livre, predominavam, em quase todas as paróquias, tanto entre homens como entre mulheres, os não-brancos, exceções feitas, quanto à população masculina, às paróquias da Conceição da Praia e Brotas. No que toca às mulheres, em todas as paróquias o contingente não-branco se fazia em maior número.

De maneira geral, os dados demonstram ainda que havia maior número de alfabetizados nas paróquias em que predominavam os brancos. Contudo, quando se cotejam os índices de alfabetizados com a composição de brancos nas paróquias é que indícios interessantes surgem. Fazemos uma pequena análise desses indícios.

Observando-se os números atinentes à população masculina, em algumas paróquias os índices de alfabetizados se encontram abaixo dos índices da população branca, seria o caso das seguintes paróquias: São Pedro, Sant'Anna e Mares, seria o esperado, portanto. Nas demais, o número de alfabetizados ultrapassa os índices desse contingente, o que significa dizer,

segundo o censo, que a prática da escrita e da leitura se espraiava também entre os homens designados de não-brancos. Essa situação varia de acordo com cada paróquia, a de Brotas, mais uma vez, surpreenderá, uma vez que os alfabetizados atingem o percentual de 88.5%, quando a sua população masculina de origem branca se situava em torno de 54.8%.

Entre as mulheres, a situação volta a se repetir: nas paróquias de São Pedro, Sant'Anna, Paço, Pilar, Santo Antônio além do Carmo, Mares e Penha, o número de alfabetizadas se encontra aquém dos índices dos percentuais das não-brancas. Nas demais, alfabetizar-se se estendia também às mulheres de cor.

Disso, dois indícios aparecem como de interesse para o fator letramento na Bahia do século XIX: entre a população livre, os não-brancos também estão inclusos entre os alfabetizados e, entre eles, os homens pareciam ter mais possibilidades para isso.

Há de se observar que o censo em questão foi feito ainda em tempos de escravidão e diz respeito somente à população livre. Ficaram de fora, portanto, os escravos. Esses, como se sabe, não podiam freqüentar instituições de ensino até 1888, data da Abolição do tráfico. Para legitimar essa proibição na Bahia, ao longo do século XIX, o governo da Província cria uma série de leis expressando esse intento, como, por exemplo, o Regulamento de 22 de abril 1862, em que aparece:

O presente Regulamento estabeleceu normas a serem aplicadas ao ensino na Província. Na parte concernente à instrução primária e intermediária (Título II), tratando das escolas (Cap. II), proibiu, em seu art. 46, § 3º., o ingresso de escravos nas escolas primárias

Em 5 de janeiro de 1881, sete anos antes da abolição da escravatura, o não ingresso de escravos às escolas ainda estava nos horizontes das leis do governo provincial, conforme se pode desprender de um regulamento dessa data:

O art. 10, incluído no Cap. II (Da matrícula escolar e das penas disciplinares) do Título I (Do ensino público primário), determinou que a matrícula do aluno seria feita pelo professor mediante a guia do pai, tutor ou protetor, em que se declararia, além da naturalidade e filiação, sua condição de não escravo, ter de cinco a quinze anos de idade, estar vacinado e não sofrer de doença contagiosa

Diante disso, não causa espanto o fato de que, entre a população escrava, o índice de analfabetismo chegasse aos 99.9% (Mattoso, 2001). É interessante notar, porém, que no censo de 1872 os escravos na Bahia estavam à volta de 167.824. Desses, 63 sabiam ler e escrever. Dos homens que ainda se mantinham no cativeiro, 98.094 pessoas, 47 foram declarados como alfabetizados. Só três, contudo, viviam na cidade de Salvador (na Paróquia do Pilar), os demais estavam assim localizados: 4 em Camamu, dois em Caravelas, um em Viçosa, dois em Entre Rios, um em Purificação, um em Itapicuru, um em Pombal, um em Santa Isabel do Paraguaçu, três em Caetilé, dois em Monte Alto, um em Rio de Éguas, um em Xique-Xique, um no distrito de Cachoeira, três no de Santo Amaro, sete no de Tapera e treze no de Nazaré. Entre as mulheres escravas, recenseadas em torno de 78.730, quinze eram alfabetizadas: uma em Itapicuru, duas em Xique-Xique e doze no distrito de Nazaré. É nesse último local, como se pode observar, que se concentrava o maior número de escravos letrados: treze homens e doze mulheres. Mattoso (1992) aventa a possibilidade de esse aprendizado ter se efetuado na casa do senhor, pelos motivos já citados em relação ao ingresso de escravos à escola.

Situavam, então, entre os libertos as maiores possibilidades de a população não-branca alfabetizar-se. Um questionamento, entretanto, se impõe a essa altura: o que significava ser liberto na cidade de Salvador no século XIX.

Mattoso (1992) propõe para a cidade no século citado uma estratificação social que se dividia em quatro níveis, caracterizados da maneira que se segue.

No primeiro grupo, situavam-se altos funcionários graduados da administração real (governador geral, chanceler e desembargadores do Tribunal da Relação, ouvidor geral do crime, ouvidor geral do cível etc.), oficiais das patentes mais elevadas (coronéis, tenentes-coronéis, sargentos-mores), o alto clero secular (arcebispo e membros do alto clero), os grandes negociantes e os grandes proprietários de terras, senhores de engenho ou pecuaristas. Esse primeiro grupo compunha a elite baiana da época.

Integravam o segundo grupo funcionários de nível médio (juiz e procurador da Coroa e Fazenda, escrivães de agravos e apelações, tabeliães etc.), oficiais de nível médio (capitães, tenentes e suboficiais), membros do baixo clero (párocos, vigários etc.), lojistas (representantes de casas portuguesas, distribuidores de mercadorias importadas por negociantes baianos etc.), alguns proprietários rurais (produtores de cana, de tabaco e de alimentos), profissionais liberais (advogados e médicos diplomados, não sendo, porém, oriundos dos estratos mais elevados) e, ainda, mestres-artesãos em ofícios considerados nobres.

No terceiro grupo, encontravam-se funcionários públicos e militares de baixo escalão, integrantes de profissões liberais secundárias (sangradores, barbeiros, pilotos de barcos etc.), artesãos e os que comerciavam frutas, legumes e doces nas ruas. Entre esses últimos, os que estavam inseridos no comércio, predominavam os ambulantes e, como nos diz a autora, os alforriados compunham a sua maioria.

Por fim, no quarto grupo, localizavam-se os escravos, os mendigos e os vagabundos, compondo o estrato mais baixo da hierarquia social.

Através dessa pirâmide desenhada por Mattoso, vemos que os libertos se localizariam no terceiro grupo, estariam, então, separados dos escravos pelo fato de terem “conseguido” a liberdade, uma vez que, no tocante ao exercício da atividade profissional, escravos e libertos estavam, conforme Oliveira

(1988), ocupando os mesmos espaços de trabalho na cidade de Salvador. Esse fato, segundo essa historiadora, não poderia ser diferente, pois o que restaria ao liberto, depois do cativo, era realizar as mesmas tarefas de quando era escravo, competindo com os demais pelas escassas chances oferecidas, ou seja:

Continuar como estivador, abarrotando os navios de gêneros de exportação e os armazéns de produtos importados aos quais nunca teria acesso. Continuar carregando homens e mulheres livres em “cadeirinhas de arruar”, tal qual besta humana. Continuar como “negro de ganho”, a viver de expedientes ou de pequeno comércio ambulante, comprando aqui, vendendo ali, para um mercado de baixo poder aquisitivo. Continuar como barbeiro e nas horas vagas, músico. Continuar, em roças na periferia da cidade, a plantar gêneros de subsistência para vender os minguidos excedentes para um mercado sempre mais carente de alimentos

Além disso, se a alforria garantia ao liberto seu direito à família, à propriedade, à disposição dos seus parques bens, no âmbito político, seus direitos eram limitados. Aqueles designados de crioulos – nascidos no Brasil – eram elevados à condição de cidadão, os nascidos em África continuavam estrangeiros, para uns e outros eram vetados o acesso às dignidades eclesiásticas, ao poder judiciário, o direito ao porte de arma e até a livre locomoção.

Disso parece-nos que a liberdade adquirida não garantia ao contingente populacional dos libertos, sobretudo aos africanos e crioulos, o acesso às instituições, pelo menos oficiais, de ensino, uma vez que o maior preço da liberdade, como informa Oliveira (1988), era a própria sobrevivência. Por isso, não causa espanto o fato de que a autora, trabalhando com testamentos de 482 libertos situados entre 1790 e 1890, encontre, entre eles, apenas 22 que sabiam assinar o nome e somente 3 que sabiam também escrever. Esses números ganham maior dimensão para o que estamos buscando mostrar quando se leva em consideração que esses libertos constituem uma categoria especial, ou seja, a daqueles que

tinham algo para testar, que estavam, digamos, “em melhores condições socioeconômicas”, não são, por conta disso, representativos da categoria dos libertos em geral.

Qual seria, então, o perfil geral dos libertos?

O trabalho de Fraga Filho (1996) nos aponta alguma pista.

Intitulado *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, o autor traça o perfil desses contingentes quanto à cor da pele. Em tabela referente aos mendigos recolhidos em uma das casas de caridade, entre 1847 e 1856, apresenta os seguintes dados:

TABELA 4

Cor	Total	%
Branco	104	14,8
Preto	266	37,8
Crioulo	150	21,3
Pardo	142	20,2
Cabra	34	4,8
Cabloco	1	0,1
Ignorada	7	1,0
TOTAL	704	100

Como se pode observar, esses dados se referem à população livre, uma vez que o escravo, pela sua condição, era mercadoria apreciada e, além do mais, se mantinha sob a tutela do senhor.

Analisando os dados da tabela, percebemos que, nessa instituição, mais da metade dos mendigos, ou seja, 51.1%, era de cor negra, ou seja, era composta pelos pretos – os africanos – e pelos crioulos – negros nascidos no Brasil. Se somarmos essa porcentagem às relativas aos mestiços, pardos e cabras, o contingente não-branco, descendentes de africanos, chegava a

85.1%. Esse retrato se repete em outras instituições de caridade pesquisadas pelo autor, o que significa que o perfil geral dos libertos, sobretudo os de descendência africana, se delineava entre os mendigos, entre os vadios ou, como designa Mattoso (1992), entre os vagabundos. Portanto, era no último estrato social da Salvador oitocentista em que predominavam os libertos; “é o reflexo claro de uma sociedade cuja estrutura social era bem menos aberta à ascensão de pessoas de cor”, nas palavras de Fraga Filho.

Mesmo entre essas pessoas de cor, o olhar da sociedade não parecia ser igualitário com todos os que as compunham. Não parece ser à toa o fato de que, entre os mendigos, os pretos e os crioulos ultrapassem mais da metade dessa população, aparecendo, em índices menores, mas não menos representativos, também os pardos e os cabras. Talvez fossem dadas a esses últimos maiores oportunidades de ascensão social e, em consequência, seria plausível a hipótese de que se situariam entre os pardos e cabras as maiores chances de afro-descendentes se alfabetizarem. Esse indício se tornou para nós bastante arrazoado a partir do trabalho de Matta (1999).

Também esse autor focalizará o seu estudo em uma instituição de caridade fundada em 1825 na cidade de Salvador: trata-se da Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Destaca-se essa instituição pelo fato de que “desde o início, a preocupação com as crianças não era somente dar-lhes abrigo e alimento, mas também formação religiosa, *alfabetizá-los* e ensinar uma arte de ofício” (p. 45, grifos nossos). O objetivo maior da Casa Pia era qualificar menores abandonados, por motivos vários, em alguns ofícios mecânicos de que carecia a cidade de Salvador nos inícios do século XIX. Porém, de acordo com o programa de ensino da instituição que, de fato, segundo o autor, foi aplicado, notamos que, durante o tempo mínimo de permanência na Casa – 5 anos –, os alunos estudavam, além de outras, disciplinas circunscritas à leitura, escritura e gramática de língua portuguesa. Veja-se:

Os menores recolhidos na Casa Pia, portanto, na sua saída, estavam, pelo que demonstra esse programa, alfabetizados.

Estudando a origem dos órfãos ingressos, entre o período de 1825 e 1864, quanto à cor, o autor apresenta a sugestiva tabela que se segue:

Não é difícil entrever que a Casa Pia utilizava como critério de seleção a cor dos menores. Aos brancos, eram oferecidas as maiores oportunidades de ingressarem no colégio. No período em questão, eles ultrapassam a metade dos percentuais. Dentre os de ascendência africana, notadamente os cabras e os pretos eram preteridos em função dos pardos. Aliás, o primeiro preto só entra no colégio no ano de 1855, 30 anos após a sua fundação, e o primeiro cabra, em 1850. Quanto aos pardos, 12 deles já ingressam no primeiro ano de funcionamento da Casa. Dessa forma, pelo que se pode depreender dos dados, serão os pardos, dentre os libertos de cor, os que tinham maiores chances de se alfabetizar. Resta saber se esse critério utilizado pela Casa Pia se estendia para a sociedade em geral.

Por fim, notamos que, se as oportunidades de alfabetização entre os afro-descendentes se concentravam entre os libertos, não eram os africanos e os crioulos os escolhidos. Elas se encontravam, mesmo que minimamente, para aqueles nos quais a sociedade branca visse de algum modo um pouco do seu reflexo: os pardos.

Parte III. Irmandades negras e letramento de africanos e crioulos na Salvador do século XIX*

Em 2000, Klebson Oliveira (2001) localizou na Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), fundada em Salvador, em 1832, um expressivo acervo de documentos escritos por ex-escravos. Os fundadores da Sociedade Protetora dos Desvalidos – inicialmente uma irmandade negra, designada Irmandade de Nossa Senhora da Soledade de Amparo dos Desvalidos – são assim identificados, com as suas respectivas ocupações, por Pierre Verger (1987: 517-518)²:

Ela [a Sociedade Protetora dos Desvalidos] foi fundada por iniciativa de Manoel Victor Serra, africano, ‘ganhador’ no ‘canto’ chamado Preguiça

Dezenove³ africanos alforriados foram os fundadores daquela instituição: *Vitor Serra*⁴ era nomeado juiz fundador, *Manoel da Conceição* (marceneiro) era tesoureiro e *Luiz Teixeira Gomes* (pedreiro) era o encarregado da escrita (...)

Os outros membros fundadores eram *Gregório M. Babia*, marceneiro (...) *Ignácio de Jesus* e *Barnabé Álvaro dos Santos*, cuja profissão não conhecemos; *Bernardino S. Souza* e *Fernando Fortunato de Farias*, pedreiros;

* A Parte III é de autoria de Tânia Lobo, UFBA.

² Verger não informa a fonte em que se baseou para a identificação dos fundadores da SPD. Assim, não se pôde averiguar a veracidade das suas informações.

³ Apesar de afirmar que foram dezenove os africanos alforriados fundadores da SPD, efetivamente, quando a eles se refere, Verger só apresenta dezessete indivíduos.

⁴ Apresentam-se, com destaque em itálico, os nomes dos fundadores.

Gregório de Nascimento, carroceiro, que era rico; *Baltazar dos Reis* e *Manoel Sacramento Conceição Rosa*, marceneiros; *Theotônio de Souza* que fazia vinagre; *Francisco José Pepino*, calafete⁵; *Daniel Correa*, [ganhador] do “canto” do Pilar; *Roberto Tavares*, que era carregador de água e possuía um asno para transportá-la; *José Fernandes do Ó*, vendedor de toucinho, e, enfim, *Manoel Martins do Santo*, que trabalhava no “porto da lenha” (...).

Delineou-se, anteriormente, a hipótese de que, no século XIX, na cidade do Salvador, os pardos seriam, dentre os libertos de cor, os que apresentariam maiores chances de se alfabetizarem. Dos dezessete africanos forros fundadores da Sociedade Protetora dos Desvalidos, já se sabe, até agora, que, ao menos sete (41.2%) – Manuel Vítor Serra, Manuel da Conceição, Luís Teixeira Gomes, Gregório M. Bahia, Bernardino S. Souza, Manuel Sacramento Conceição Rosa e José Fernandes do Ó – aprenderam a ler e escrever, havendo, inclusive, entre esses indivíduos, graus bastante distintos de letramento. Os demais (58.8%) – Inácio de Jesus, Barnabé Álvaro dos Santos, Fernando Fortunato de Farias, Gregório de Nascimento, Baltazar dos Reis, Teotônio de Souza, Francisco José Pepino, Daniel Correa, Roberto Tavares e Manuel Martins do Santo –, dada a grande variação observada na letra das suas respectivas assinaturas nas atas das assembleias da Sociedade,

⁵ Houaiss (2001): “calafete (...) 1. aquele que trabalha ou é especializado em calafetação (de tonéis, pisos de madeira etc.) 1.1 MAR operário encarregado de calafetar, furar e encavilhar o costado e o fundo do navio, bem como de preparar as bombas de esgoto (...)”

seriam analfabetos. Embora o fato de terem sido localizados documentos escritos por africanos libertos não se contraponha à hipótese geral levantada – a de que os pardos seriam, dentre os libertos de cor, os que apresentariam maiores chances de se alfabetizarem –, sem dúvida, faz levantar outra hipótese, a de que “aos africanos e crioulos libertos e aos escravos, talvez fossem, por razões excepcionais ainda desconhecidas, possíveis alguns meios para que não caíssem em índices totais de analfabetismo” (Oliveira, 2001b). O objetivo, a seguir, não é levantar e discutir hipóteses sobre distintas possíveis condições que teriam propiciado a escravos e a libertos – africanos e crioulos – o letramento em língua portuguesa⁶, mas, tão-somente, buscar avançar no entendimento de como a alfabetização de negros pode ter sido favorecida no âmbito de um espaço específico – o espaço da Sociedade Protetora dos Devalidos – e, sobretudo, traçar o perfil social daqueles que foram se tornando membros da referida instituição, perfil que, afinal, tornará mais visível a face de forros que se letraram na Bahia do século XIX.

Fundadas no Brasil já desde o século XVI, as irmandades serviram a interesses da Igreja e do Estado, pois, ao tempo em que visavam à preservação da fé católica, também prestavam a seus membros um certo tipo de assistência que o poder público muitas vezes não lhes garantia. É apenas a partir da segunda metade do

⁶ Remete-se a Oliveira (2003), para o levantamento e discussão de hipóteses sobre distintas condições que teriam propiciado a escravos e a libertos – africanos e crioulos – o letramento em língua portuguesa.

século XIX que essas instituições entram em decadência. Segundo Mattoso (1992: 400-401), “no início do século XIX, mais de 85% da população adulta livre de Salvador pertenciam a, pelo menos, uma irmandade. Noventa anos mais tarde, essa porcentagem era de apenas 15%”. Ainda segundo a mesma autora, “no início do século XIX, a cidade de Salvador tinha cerca de cem irmandades, em princípio estritamente divididas entre brancos, mulatos e negros. Essa característica se atenuou um pouco, na medida em que algumas irmandades de brancos se tornavam mais conciliadoras, os mulatos subiam na escala social e os negros obtinham alforria. Mas, apesar desses fatores, as divisões persistiram”. Em Reis (1997: 12), colhe-se ainda a informação de que as irmandades “de branco podiam ser de portugueses ou de brasileiros. As de preto se subdividiam nas de crioulos e africanos. Estas podiam se fracionar ainda de acordo com as etnias de origem – ou, como se dizia na época, as ‘nações’ – havendo as de angolanos, benguelas, jejes, nagôs etc.”

Assim, tendo sido supostamente fundada por africanos forros, as seguintes questões se podem colocar em relação à Sociedade Protetora dos Desvalidos:

- (i) Se, de acordo com Reis (1997), as irmandades de africanos se distinguiam conforme suas etnias ou “nações” de origem, teria a Sociedade Protetora dos Desvalidos sido fundada por negros de uma “nação” em particular? E, se assim o foi, essa

“nação” se terá destacado, dentre as demais, por agenciar a alfabetização dos que a integravam?

- (ii) Teria a Sociedade Protetora dos Desvalidos se mantido exclusivamente como uma irmandade de negros estrangeiros ou, posteriormente, a partir de alianças interétnicas, a que também se refere Reis, teria passado a aceitar entre os seus membros negros brasileiros e/ou pardos?

A segunda das duas questões acima referidas será a única abordada neste texto. Embora os membros fundadores da Sociedade Protetora dos Desvalidos tenham sido identificados, com as suas respectivas ocupações, a partir de uma fonte secundária, conta-se, no arquivo da Sociedade, para a identificação dos que se tornaram membros posteriormente aos fundadores, com uma série documental que faz a alegria de qualquer sociolinguísta. Trata-se do que aqui será designado de *requerimentos*, documentos através dos quais os candidatos a membros da Sociedade se apresentavam e nos quais quase sempre informavam a *naturalidade*, a *ocupação*, a *idade*, o *estado civil* e o *número de filhos*.

As tabelas a seguir foram elaboradas tomando-se como base informações extraídas de 78 *requerimentos* que se encontram no Livro de Registro de Pagamento dos Sócios, ano 1848. Esses 78 *requerimentos* cobrem o período que se estende de 1848 a 1859⁷.

⁷ Coube a José Mendes Filho, bolsista de Iniciação Científica – CNPq/Balcão, o levantamento dos dados dos 78 *requerimentos* referidos.

TABELA 1: Origem

Origem	No. de indivíduos	%
<i>Brasileira</i>	63	80.8
Não declarada	15	19.2
TOTAL	78	100.0

Fonte: *Requerimentos* – Livro de Registro de Pagamento dos Sócios, ano 1848 – SPD.

Em 80.8% dos requerimentos analisados, pôde-se identificar como brasileira a origem do aspirante a membro da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Nos 19.2% dos casos restantes, não houve declaração quanto à origem e também não houve qualquer informação que permitisse inferir sobre tal. O primeiro aspecto relevante a se destacar aqui é que, mesmo que os 19.2% dos casos em que não houve declaração quanto à origem e em que também não houve qualquer informação que permitisse inferir sobre tal correspondessem a africanos, esses, que foram os únicos fundadores dos Desvalidos, não apenas não se mantiveram como os únicos a serem aceitos como membros, como também devem ter-se tornado, já muito cedo, na história da instituição, minoritários em relação aos brasileiros.

Note-se que, efetivamente, a palavra *brasileiro* não ocorreu em nenhum dos 78 *requerimentos* levantados. Assim, pôde-se

O bolsista prosseguiu com o mesmo trabalho de levantamento de dados em mais 36 *requerimentos* do Livro de Documentos – 1860 [a 1869], tendo apresentado ao Seminário Estudantil de Pesquisa, realizado da Universidade Federal da Bahia, em 2002, a comunicação intitulada *Investigação sobre o perfil social de negros forros na Bahia do século XIX: novos dados*.

concluir tratar-se de indivíduo brasileiro a partir de uma das duas seguintes situações ou a partir de ambas:

- (i) quando o local de nascimento era apresentado, o que ocorreu em 60 dos 78 requerimentos;
- (ii) quando o indivíduo se apresentava como *crioulo*, o que ocorreu em 29 requerimentos.

Os escravos ou ex-escravos, no Brasil, eram classificados segundo a cor e o local de nascimento. Segundo Schwartz (2001: 184), uma divisão tipartite os classificava nas categorias de *africanos* – estrangeiros e, presumivelmente, negros –, *crioulos* – brasileiros e negros – e *pardos* – brasileiros e mestiços⁸. Havendo, portanto, em apenas 29 dos casos, referência à cor do indivíduo, pode-se indagar se os demais não seriam pardos, e não crioulos. Segundo Júlio Braga (1987) – antropólogo que estudou a história da Sociedade Protetora dos Desvalidos –, em ata datada de 16 de novembro de 1832, estaria registrada a seguinte decisão quanto à cor dos membros da Sociedade:

Essa instituição será composta de número ilimitado de sócios, que sejam exclusivamente de cor preta.

⁸ Schwartz observa: “Este último grupo [o dos pardos] não continha apenas mulatos, mas também filhos de brancos com índios, que recebiam denominações variadas como *mestiços*, *mamelucos* ou *caboclos*. Também estão aqui inclusos os *cabras* (pessoas de ascendência mista, porém indefinida).”

Uma exigência explícita quanto à cor – preta –, mas não quanto à origem – se brasileira ou africana. Oliveira (2001b), consultando a referida ata posteriormente, não localizou nela a informação a que se refere Júlio Braga e também não conseguiu localizar a fonte de onde ele a teria retirado. Contudo, em ata datada de 9 de março de 1835, localizou o registro da seguinte decisão:

Etanto todos Corpos da Devoção Reonidos /
Aprovamos prunanamine Vontades o prez / ente
Comprimiço da nossa Devoção, da Santiçi / ma
Virginal Senhora da Sollidade dos Desvalid / os
pretente Chiolos Liver de Cores pretas /
Nasçidos no Império do Barzilio (...)⁹.

Uma exigência explícita quanto à cor – preta –, quanto à origem – brasileira – e quanto ao estatuto jurídico – livre. Oliveira (2001b) também localizou em três atas posteriores o registro da discussão sobre a admissão de três novos possíveis membros, os quais não foram aceitos por apresentarem traços de mestiçagem.

⁹ Da comparação entre o trecho de uma ata transcrito por Júlio Braga (1987) e o trecho de uma ata transcrito por Oliveira (2001b), fica claro ter havido, no primeiro caso, modernização e correção do texto, o que, certamente, despista um leitor interessado na história do português brasileiro quanto à importância dos documentos localizados na SPD para a escrita da história lingüística do mais expressivo segmento constitutivo da população brasileira – os africanos e afro-descendentes.

TABELA 2: Local de nascimento

Local de nascimento	No. de indivíduos	%
<i>Desta cidade/desta capital/da capital da Bahia</i>	40	51.3
Bahia de Todos os Santos	02	2.6
Bahia	12	15.4
Cachoeira	04	5.1
Desta Província	01	1.3
Província de Pernambuco	01	1.3
Não declarado	18	23.1
TOTAL	78	100.0

Fonte: *Requerimentos* – Livro de Registro de Pagamento dos Sócios, ano 1848 – SPD.

Em 75.7% dos requerimentos analisados, pôde-se identificar como baiana a naturalidade do aspirante a membro da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Em 23.1% dos casos, não houve declaração quanto à naturalidade e também não houve qualquer informação que permitisse inferir sobre tal. Finalmente, em apenas um caso – correspondente a 1.3% do total –, observou-se ser o indivíduo natural de outra Província, no caso, Pernambuco.

Quanto aos naturais da Província da Bahia, correspondentes à quase totalidade dos casos em que a naturalidade foi declarada (59/60), os que puderam ser indubitavelmente considerados da cidade de Salvador despontaram como a maioria (40/60) e apresentaram-se como naturais “desta cidade”, “desta capital” ou “da capital da Bahia”. Não houve sequer uma ocorrência da palavra Salvador para designar a cidade, que, ao longo da sua história, foi

preferivelmente chamada de Bahia. É possível, então, que os 2 que se apresentaram como naturais “da Bahia de Todos os Santos” ou os 12 que se apresentaram como naturais da “Bahia” sejam naturais da cidade de Salvador, o que faria elevar para 54, dentre os 60 que declararam a sua naturalidade, o número dos que seriam naturais da capital da Província. Para além de Salvador, a única localidade da Província da Bahia indicada na apresentação da naturalidade foi Cachoeira, vila de origem de apenas 4 dos candidatos a membros dos Desvalidos. No único requerimento em que o indivíduo se declara “natural desta Província”, parece ser plausível supor que se trate de um local distinto da capital.

TABELA 3: Ocupação

Ocupação	No.	%
<i>Pedreiro/Oficial de pedreiro/Ofício de pedreiro/Oficina de pedreiro</i>	21	26.9
Marceneiro/Oficial de marceneiro/Oficina de marceneiro	17	21.8
Oficial de carpina/Ofício de carpina/Oficina de carpina	16	20.5
Alfaiate/Oficial de alfaiate	06	7.7
<i>Sapateiro/Oficina de sapateiro</i>	06	7.7
Torneiro ¹⁰	02	2.6
<i>Barbeiro</i>	01	1.3
Embarcação ¹¹	01	1.3
Sirigueiro ¹²	01	1.3
Surrador ¹³	01	1.3

¹⁰ Houaiss (2001): “torneiro (...) 1. aquele que trabalha com o torno (...)”
Remete-se ao verbete torno do mesmo dicionário.

¹¹ Houaiss (2001): “embarcação (...) o que habitualmente está embarcado; marinheiro (...)”

¹² Houaiss (2001): “sirigueiro (...) pessoa que faz trabalhos com fios ou cordões de seda; sirigueiro (...) ‘negociante de seda’ (...)”

Latoeiro ¹⁴	01	1.3
Oficial de cabouqueiro ¹⁵	01	1.3
Professor (jubilado)	01	1.3
Não declarada	03	3.8
TOTAL	78	100.0

Fonte: *Requerimentos* – Livro de Registro de Pagamento dos Sócios, ano 1848 – SPD.

Em apenas 3 dos 78 requerimentos analisados, o que corresponde a 3.8% do total, a ocupação do indivíduo não foi declarada. Comparativamente ao percentual de 23.1% de casos em que a naturalidade não foi declarada, o percentual de 3.8% de não declaração da profissão é significativamente baixo, o que, muito provavelmente, se explicará pelo fato de as irmandades terem tido um forte papel de cunho assistencial que, para se cumprir, dependia, necessariamente, da contribuição financeira dos seus sócios. Apesar de 13 distintas ocupações terem sido declaradas, três se destacaram diante das demais: em primeiro lugar, a de pedreiro, com 26.9% das ocorrências; logo a seguir, a de marceneiro, com 21.8%; e finalmente a de carpina, com 20.5%. A seguir às três ocupações mais significativas numericamente, vêm, com um percentual de 7.7% cada uma, as profissões de alfaiate e

¹³ Houaiss (2001): “surrador (...) 1. que ou o que surra; 2. que ou o que curte (couro); curtidor (...).”

¹⁴ Houaiss (2001): “latoeiro (...) indivíduo que trabalha com (conserta), fabrica ou vende objetos de lata (“folha-de-flandres”) ou de latão; bate-folhas, funileiro (...).”

¹⁵ Houaiss (2001): “cavouqueiro (...) 1. aquele que abre cavoucos; cavoucador 2. trabalhador de minas ou pedreiras (...).”

sapateiro. Por fim, vêm 8 ocupações, todas com representação inexpressiva – 1.3% cada – no âmbito da Sociedade: torneiro, barbeiro, embarcadiço, sirigueiro, surrador, latoeiro, cabouqueiro e professor.

Oliveira (1988), em capítulo intitulado “Da escravidão à liberdade: as oportunidades do liberto”, afirma que “ultrapassar os limites da sobrevivência e se integrar no mercado de trabalho livre variavam na razão direta das oportunidades que lhe fossem oferecidas durante o período da escravidão”. Partindo, então, de tal pressuposto, a referida autora analisa as atividades exercidas pelos escravos urbanos na Salvador do século XIX e identifica o seguinte quadro ocupacional:

[Relações de trabalho] ¹⁶ x Ocupações	Trabalho utilizado e apropriado pelo senhor. Manutenção a seu cargo	Trabalho apropriado pelo senhor e por terceiro que dele se utiliza. Manutenção a seu cargo	Trabalho apropriado pelo senhor e pelo escravo. Utilização de terceiros. Manutenção a cargo do senhor ou do escravo Carregadores, Estivadores, Despejadores de dejetos, Aguadeiros, Transportadores de cadeirinhas, Serventes, Remadores, Mendigos, Prostitutas Vendedores ambulantes, Quitandeiros
Manuais Sem qualificação	Despejadores de dejetos, Aguadeiros, Copeiros	Serventes, remadores, Copeiros	
	Semiqualficad(as)	Mucamas, Pajens, Cocheiros, Amas- secas e de leite, Cozinheiras, Compradores de Alimentos, Costureiras e Rendeiras, Lavadeiras e Engomadeiras	Mucamas, Pajens, Cocheiros, Amas- secas e de leite, Cozinheiras, Compradores de Alimentos, Costureiras e Rendeiras, Lavadeiras e Engomadeiras

¹⁶ Apresentam-se entre colchetes algumas adaptações feitas ao quadro de Oliveira.

Qualificad(as)	Carpinteiros, Pedreiros, Ferreiros, Funileiros, Caldeireiros, Sapateiros, Alfaiates, Ourives, Barbeiros, Enfermeiros, Artistas, Mestres de Embarcações, Pilotos, Padeiros, Açougueiros, Pescadores	Carpinteiros, Pedreiros, Ferreiros, Funileiros, Caldeireiros, Sapateiros, Alfaiates, Ourives, Barbeiros, Enfermeiros, Artistas, Mestres de Embarcações, Pilotos, Padeiros, Açougueiros, Pescadores	Carpinteiros, Pedreiros, Ferreiros, Funileiros, Caldeireiros, Sapateiros, Alfaiates, Ourives, Barbeiros, Enfermeiros, Artistas, Mestres de Embarcações, Pilotos, Padeiros, Açougueiros, Pescadores
Não Manuais	Proprietários e Administradores de negócios próprios: roças, tendas de barbeiros, quitandas		

Fonte: Oliveira (1988), quadro 1, p. 15.

Note-se que o quadro apresentado não apenas informa sobre quatro distintas categorias ocupacionais – ocupações manuais não qualificadas, ocupações manuais semiqualficadas, ocupações manuais qualificadas e ocupações não manuais –, mas também trata da diversidade das relações de trabalho, considerando questões tais como: quem se apropria do trabalho do escravo, quem se utiliza do escravo e quem assume os encargos do sustento do escravo. Oliveira (1988) distingue, a partir daí, três situações: 1ª) aquela em que o senhor se apropria do trabalho do escravo, utiliza-se do escravo e assume os encargos do seu sustento; 2ª) aquela em que o trabalho é apropriado pelo senhor (locador) e por terceiro que dele se utiliza (locatário), cabendo a manutenção do escravo a quem o utiliza – nesta categoria estão os

chamados “escravos de aluguel”; e 3ª) aquela em que o trabalho é apropriado pelo senhor e pelo escravo, que presta serviços a terceiros, podendo caber a manutenção do escravo tanto ao senhor quanto ao próprio escravo; nesta categoria estão os chamados “negros de ganho”.

Comparando-se o quadro ocupacional acima com o quadro que apresenta as ocupações de negros livres candidatos a membros da Sociedade Protetora dos Desvalidos, a mais importante observação a ser feita é que praticamente todas as ocupações referidas pelos candidatos se enquadram na categoria das ocupações manuais qualificadas. A única e surpreendente exceção é a relativa ao indivíduo que se identifica como professor. Trata-se de um professor aposentado (jubilado), Faustino José de Santana Gomes, brasileiro, natural de Salvador, 47 anos, casado e com um filho. O seu *requerimento*, não datado, foi despachado em 28 de junho de 1857.

Apesar, como já se destacou, de os *requerimentos* serem uma fonte de absoluta importância para a caracterização dos candidatos a membros da Sociedade, informando sobre sua *naturalidade, ocupação, idade, estado civil e número de filhos*, não fazem qualquer referência quanto ao fato de o indivíduo ser ou não alfabetizado. O objetivo, portanto, de buscar avançar no entendimento de como a alfabetização de negros pode ter sido favorecida no âmbito da Sociedade Protetora dos Desvalidos e de, traçando-se o perfil social daqueles que foram se tornando

membros da referida instituição, tornar mais visível a face dos negros livres que se alfabetizaram na Bahia do século XIX, é, sem dúvida, difícil de se atingir através da fonte documental que aqui se analisa. Uma via, ainda que bastante indireta, para se tentar uma aproximação foi averiguar em que medida a ocupação exercida pelo indivíduo poderia ser um indício de que soubesse ou não ler e escrever. Com tal propósito, elaborou-se a tabela a seguir, na qual se discriminam as ocupações dos fundadores da Sociedade, informando-se ainda se o indivíduo tinha ou não domínio da leitura e da escrita:

Para a História do Português Brasileiro. Volume V, 226-253, 2007

TABELA 5: Fundadores: Ocupação x Domínio da leitura e da escrita

Ocupação	Domínio da leitura e da escrita	No.	%
Marceneiro	03 SIM; 01 NÃO	04	26.6
Pedreiro	02 SIM; 01 NÃO	03	0.0
Ganhador	01 SIM; 01 NÃO	02	13.3
Calafete	NÃO	01	6.6
Fabricante de vinagre	NÃO	01	6.6
Carroceiro	NÃO	01	6.6
Carregador de água	NÃO	01	6.6
Vendedor de toucinho	SIM	01	6.6
Trabalhador no 'porto da lenha'	NÃO	01	6.6
Total	07 SIM; 08 NÃO	15	100.0

Tomando-se como referência o quadro ocupacional proposto por Oliveira (*idem, ibidem*), observa-se – quanto aos 15 fundadores cujas ocupações são conhecidas¹⁷ – que todos exerciam ocupações manuais, mas que nem todas as ocupações dos fundadores se enquadram na categoria das ocupações manuais qualificadas, diferentemente do que se atestou para os candidatos a membros da Sociedade a partir dos 78 *requerimentos* analisados. Seria este um indício de que a Sociedade passou por um processo de elitização? Das ocupações acima referidas, consideram-se ocupações manuais qualificadas as de marceneiro, pedreiro, ganhador, calafete e fabricante de vinagre; portanto, 11 fundadores, do universo dos 15 considerados, aqui se incluem. Merece algum comentário a inclusão da ocupação de *ganhador* na categoria das ocupações manuais qualificadas exercidas por negros livres. Note-se, conforme já se mencionou anteriormente, que, segundo Oliveira (1988), chamados *negros de ganho* ou *ganhadores* são definidos a partir de um tipo de relação em que o trabalho é apropriado pelo senhor e pelo escravo, que presta serviços a terceiros, podendo caber a manutenção do escravo tanto ao senhor quanto ao próprio escravo. De acordo com tal definição, portanto, um *negro de ganho* ou *ganhador* só poderia ser um escravo. O fato de se indicar a ocupação de *ganhador* para um negro livre requer, assim, uma ampliação da definição proposta. Tratando-se,

¹⁷ Dessa tabela foram excluídos dois fundadores cujas ocupações são, segundo Verger, desconhecidas. Note-se, contudo, que ambos são analfabetos.

no caso em questão, de ganhadores que fundaram a Sociedade Protetora dos Desvalidos, sendo, inclusive, um deles – Manuel Vítor Serra – juiz fundador, considera-se mais plausível que desempenhassem ocupações manuais qualificadas ou, no máximo, semiqualificadas. Atentando-se, finalmente, para a relação entre o tipo de ocupação exercida e o domínio ou não da leitura e da escrita, observa-se que, enquanto 54.5% (6/11) dos que exerciam ocupações manuais qualificadas sabiam ler e escrever, apenas 25% (1/4) dos demais apresentaram domínio da leitura e da escrita. Portanto, apesar de serem bastante restritos os dados aqui apresentados, parece ser possível confirmar se a hipótese de que o tipo de ocupação exercida pelos negros terá sido fator favorecedor ou inibidor da aprendizagem da leitura e da escrita. Ou, ainda, a hipótese de que saber ler e escrever fosse fator diferenciador que os capacitasse ao exercício de certas ocupações manuais qualificadas. Como, no espaço da Sociedade, se atestou, a partir dos *requerimentos* analisados para o período de 1848 a 1859, que, para a totalidade dos que declararam as suas respectivas ocupações, se tratava de ocupações manuais qualificadas e até, em um caso, de um indivíduo que exerceu a profissão de professor, supõe-se que também terá aumentado, relativamente ao que se observou para os fundadores, o percentual dos sócios que sabiam ler e escrever.

TABELA 6: Idade

Idade	No. de indivíduos	%
<i>Abaixo de 20 anos</i>	01	1.3
De 20 a 29 anos	31	39.7
De 30 a 39 anos	24	30.8
De 40 a 49 anos	17	21.8
Não declarada	05	6.4
TOTAL	78	100.0

Fonte: *Requerimentos* – Livro de Registro de Pagamento dos Sócios, ano 1848 – SPD.

Em apenas 6.4% dos requerimentos analisados, a idade do indivíduo não foi declarada. Uma vez que os estatutos da Sociedade proibiam a entrada de sócios com idade inferior a 20 anos (cf. Oliveira, 2003), era de se esperar que o candidato a sócio informasse com precisão a sua idade.

Quatro faixas etárias foram consideradas para a análise da variável idade. A mais representativa – correspondendo a quase 40% dos requerimentos analisados – é a integrada por indivíduos entre 20 e 29 anos, justamente, portanto, por indivíduos cuja idade vem imediatamente ou quase imediatamente a seguir ao limite mínimo de 20 anos estabelecido para a admissão de um sócio. Não houve, no conjunto dos 78 requerimentos, nenhum em que o candidato apresentasse idade igual ou superior a 50 anos. Assim, somando-se os percentuais correspondentes às faixas de 20 a 29 anos, de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos, obtém-se um percentual de 92.3%, o que permite afirmar que eram admitidos como sócios indivíduos que possivelmente estariam em sua plena ou quase plena força de trabalho. Apenas em um caso se observou ser a

idade do candidato inferior a 20 anos. Trata-se de Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão – negro brasileiro, natural de Salvador, torneiro mecânico, solteiro –, que entra na Sociedade com apenas 17 anos, já sabendo ler e escrever. Ter sido Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão aceito como membro da Sociedade aos 17 anos é uma situação excepcional, que talvez se explique justamente pelo fato de tratar-se de um indivíduo que sabia ler e escrever: aos 18 anos, Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão já estava ocupando o cargo de escrivão, cargo dos mais elevados na hierarquia funcional da Sociedade.

Embora nada ainda se possa dizer sobre a possibilidade de ter sido a Sociedade Protetora dos Desvalidos uma instituição agenciadora da alfabetização dos seus membros, pode-se afirmar, a partir da idade dos que nela ingressavam, que, se se incumbiu de tal tarefa, terá sido, em todos os casos, uma tarefa de alfabetização de adultos.

TABELA 7: Estado civil x Número de filhos

	Solteiro	Casado	Viúvo	Não declarado	Total
<i>Sem filhos</i>	11 14.1%	03 3.8%		02 – 2.6%	16 20.5%
1 filho	10 12.8%	03 3.8%	01 1.3%		14 17.9%
2 filhos	05 6.4%	02 2.6%	01 1.3%		08 10.2%
3 filhos	01 1.3%	01 1.3%			02 – 2.6%
4 filhos	01 1.3%				01 – 1.3%
5 filhos		01 1.3%			01 – 1.3%
Não apresentado ¹⁸	01 1.3%				01 – 1.3%
<i>Não declarado</i>	26 33%	04 5.1%		05 – 6.4%	35 44.9%
TOTAL	55 70.5%	14 17.9%	02 2.6%	07 – 8.9%	78 100.0%

Fonte: *Requerimentos* – Livro de Registro de Pagamento dos Sócios, ano 1848 – SPD.

Em 8.9% dos requerimentos, os candidatos não declararam o seu estado civil. Dentre os que o declararam, os solteiros, correspondendo a 70.5% do total, predominaram, significativamente, em relação aos casados – 17.9% – e aos viúvos – 2.6%. O percentual de 8.9% de não declaração do estado civil é significativamente baixo quando comparado ao de 44.9% dos que não declararam possuir ou não possuir filhos. Considerando-se que 92.3% dos candidatos tinham idade variável entre 20 e 49

¹⁸ Neste caso, o indivíduo declara que possui filhos, mas não diz quantos são.

anos e, mais ainda, que 52.6% tinham idade variável entre 30 e 49 anos, o percentual de 44.9% causa estranheza, podendo levar a supor que muitos possuísem, mas não declarassem possuir filhos. Considerando-se, porém, o já referido forte papel de cunho assistencial que tinham as irmandades, papel que certamente prevaleceria para os familiares dos sócios, também causaria estranheza que o indivíduo, possuindo filhos, não os declarasse. Portanto, ainda que estranhável, considera-se mais plausível a hipótese de que, para a grande maioria dos casos, se o indivíduo não o declara, é porque realmente não possui filhos. Parece ainda corroborar essa hipótese o fato de 33% dos casos de não declaração de filhos corresponderem a indivíduos solteiros e o fato de a faixa etária predominante ser a de candidatos com idade variável entre 20 e 29 anos. Assim, somando-se os 44.9% dos que não declararam possuir filhos ou não possuir filhos aos 20.5% dos que, expressamente, declararam não os possuir, atinge-se um total de 65.4%.

Referências

- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, F.; MELO E SOUZA, L. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1, p. 83-154.
- ALVES, Gilberto Luiz. O Seminário de Olinda. In: LOPES, E. T. L. *et al.* (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 61-78.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. O português escrito no século XVIII: fontes reunidas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Para a história do português*

brasileiro. Primeiras idéias. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 1998. v. 1, p. 229-238.

BRAGA, Júlio. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Salvador: Ianamá, 1987.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. [1783-1793]. *Viagem filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá em 1783-1792*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 4 v.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

LEGISLAÇÃO DA PROVÍNCIA DA BAHIA SOBRE O NEGRO: 1835-1888. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

LOBO, Tânia. *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil*: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX. Tese de doutoramento, USP, São Paulo, 2001. 4 v.

MARQUILHAS, Rita. *A norma gráfica setecentista: do autógrafo ao impresso*. Lisboa: INIC, 1991.

MATTA, Alfredo E. Rodrigues. *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*. Salvador: Imprensa Gráfica da Bahia, 1999.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1999). Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In ALKIMIM, T. (org.) *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas/UNICAMP, 2002. V.III, p.443-464.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões. *Boletim ABRALIN*, n. 17, p. 35-85, 1995.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social linguística no Brasil: em busca de indícios. Comunicação apresentada ao II Seminário Para a História do Português Brasileiro. Campos do Jordão/SP, 1998. 17 p. (mimeo.).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro. Comunicação apresentada ao III Seminário Para a História do Português Brasileiro. Campinas/SP, 1999.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Português brasileiro: raízes e trajetórias (para a construção de uma história)*. Discursos – estudos de língua e cultura portuguesa. Coimbra, Universidade Aberta, n. 3, p. 75-91, 1993.

MATTOSO, Kátia de Queirós. [1979]. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

- MATTOSO, Kátia de Queirós. Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. [1982]. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO E SOUZA, Laura de. Conclusão. In: NOVAIS, F.; MELLO E SOUZA, L. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1, p. 439-446.
- MUSSA, Alberto. O papel das línguas africanas na história do português do Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (Org.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1994.
- OLIVEIRA, Klebson. *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso latim vulgar?* Dissertação de Mestrado – Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. 3 v.
- OLIVEIRA, Klebson. *Ainda uma palavrinha sobre letramento de negros*. 2001b. Inédito.
- OLIVEIRA, Klebson. *Letramento entre afro-descendentes no século XIX: uma hipótese para a cidade de Salvador*. 2001a. Inédito.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. *O liberto: o seu mundo e os outros – Salvador, 1790/1890*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790/1890. São Paulo: Corrupio, 1988.
- PILLETI, Nelson. *História da educação no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Educação).
- REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1997.
- REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 2. p. 7-33, 1997.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira. A organização escolar*. 14. ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Autores Associados, 1995.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. de Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Migração e alfabetização em Mariana colonial. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001. v. 2: Primeiros estudos, p. 391-399.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo*: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos. Dos séculos XVII a XIX. 3 ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

VILLALTA, Luis Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, F.; MELLO E SOUZA, L. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1, p. 331-386.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Elementos para uma sócio-história do semi- árido baiano

por

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

e

Norma Lucia F. Almeida

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

A área que compreende o semi-árido baiano, objeto deste estudo, é bastante extensa, englobando atualmente 259 dos 418 municípios da Bahia e abrangendo 9 das suas 15 regiões econômicas.¹ Embora designada de forma geral como uma unidade homogênea, a de região semi-árida, possui inúmeras unidades geoambientais com grande diversidade edafoclimática (Silva, 1993). Essa diversidade que inclui, por exemplo, áreas extrativistas exploradas durante o período colonial, como as da Chapada Diamantina e outras áreas do semi-árido consideradas de baixa produtividade para culturas permanentes contrapõem-se muito fortemente no que diz respeito ao padrão de urbanização.

No período colonial, o processo de expansão do povoamento e criação de vilas na Bahia deu-se de modo pouco

¹ A distribuição atual das regiões econômicas do semi-árido baiano é: Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral e Médio São Francisco. Ficam de fora apenas seis regiões, a saber: Metropolitana de Salvador, Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul, Extremo Sul e Oeste. Para melhor visualização da região do semi-árido baiano, ver Mapa 1, em anexo.

uniforme. O padrão apresentado por Sylvio C. Bandeira de Mello e Silva *et al.* (1989: 94-97) destaca três características desse processo: i) um povoamento no nordeste da capitania com tendência à linearidade (devido às rotas de boiadas e das tropas); ii) uma grande dispersão com vilas localizadas em pontos de interseção das estradas que serviam de rotas para o gado, ouro etc; e iii) um grande número de estradas nas áreas de pecuária e mineração, ambas no sertão. Esse processo ocorreu, inicialmente, a partir das entradas baianas² em busca de metais preciosos, da expansão pecuária exigida pela também expansão da economia açucareira e a expulsão ou extinção dos índios ou o seu aldeamento pelos jesuítas, franciscanos e capuchinhos. Tais aldeamentos transformaram-se posteriormente em lugares e vilas³,

² Na Bahia, as primeiras entradas datam de meados do século XVI, como, por exemplo, a de Francisco Bruza Espinosa, em 1553, partindo de Porto Seguro e chegando ao Rio São Francisco. A essas seguiram várias outras. No século XVII, as primeiras foram feitas pelos Ávilas e as dos chamados sertanistas de contrato, os bandeirantes paulistas, e, ainda, a do baiano Pedro Barbosa Leal que explorou a famosa Serra de Jacobina.

³ Spix e Martius (1916) descrevem um desses lugares, “...para visitar os índios da Vila da Pedra Branca, légua e meia a S. S. O. de Tapera, onde havíamos armado o nosso pouso. O dono dessa fazenda acompanhou-nos até lá, por um caminho estreito, entre outeiros cobertos de mato. Encontramos filas de palhoças baixas, de taipa, e, no meio delas, uma igreja da mesma construção, distinguindo-se somente por um altar pobremente ornamentado. Defronte desse templo, avistamos grande parte dos índios e uns poucos colonos de outras raças, reunidos para ouvir missa. Os silvícolas, que vivem aqui há uns trinta anos, reunidos sob a direção de um juiz brasileiro e de um escrivão, pertencem às tribos dos cariris e dos sabujás. Moram os primeiros na própria Vila da Pedra Branca; os outros, num povoado, chamado Caranguejo, distante meia hora mais ao sul. Antes de se estabelecerem sob o domínio brasileiro, eles viviam dispersos nas matas dos montes vizinhos. Atualmente formam um distrito de umas 600 almas. Ambas estas tribos entretêm relações de recíproca boa harmonia, e não se distinguem uma da outra, nem pela conformação do corpo, nem pelos costumes e hábitos, mas apenas pela diferença das línguas. São de estatura mediana, bastante esbelta, de compleição nada forte, de cor pardo-clara...” p. 145

dando, a partir daí, a uma das origens do processo de urbanização do interior da Bahia.

Admitindo-se que na área de pecuária havia uma baixa concentração populacional, pergunta-se se tais diferenças não geraram implicações importantes no que concerne ao contato lingüístico que ocorreu entre os europeus (principalmente os portugueses), e seus descendentes, indígenas, escravos africanos e brasileiros mestiços de modo geral. Um fato relevante é que o processo de constituição histórico-demográfica da população não-autóctone deu-se de forma bastante diferenciada nas áreas de pecuária e mineração. Essas diferenças deram-se não somente na própria região semi-árida, mas, entre essa e outras regiões da Bahia, principalmente a região do Recôncavo, onde houve grande concentração de escravos africanos e seus descendentes em decorrência de ser uma reconhecida área de *plantation*.

Na Chapada Diamantina houve, por exemplo, durante o século XVIII, um razoável contingente de escravos africanos e, já na zona de pecuária, esse número era bastante reduzido, apesar do crescimento e criação de novas vilas nesse período. Atribui-se a isso o fato de que as fazendas de gado, principal atividade econômica dessas regiões, não necessitavam de um grande número de escravos. Tal fato leva a crer que, pelo menos no que se refere ao Alto Sertão, as condições de contato lingüístico não tenham sido propícias à formação de língua crioula. Além disso, o contato inter-étnico parece ter sido bastante íntimo, favorecendo muitas vezes a relação de compadrio. Segundo Erivaldo Neves (1996: 38), “o trabalho compulsório desenvolveu-se no Alto Sertão baiano, simultânea e articuladamente com a meação, confundindo-se choupanas de agregados e casebres de escravos”.

Entretanto, a falta de dados ou dados incompletos sobre a população da Bahia em períodos mais recuados de tempo impedem de termos uma idéia exata desse contato.⁴ A busca de dados

⁴ As estimativas sobre a população da Bahia são incompletas. Alguns dados, porém, permitem uma idéia aproximada. Vendo os dados de 1724

mais precisos levou-nos, nesse caso, a cruzar fontes históricas e dados documentais, enfocando os fatores que motivaram o processo demográfico da região como uma forma de melhor visualizar o quadro de contato lingüístico daí decorrente.

1. Considerações histórico-demográficas

A título de exemplo vamos demonstrar como se deu o processo de urbanização, com relação à presença de escravos africanos, em três localidades do semi-árido baiano: Igaporã (Serra Geral), no Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX, com base em um levantamento exaustivo feito por Erivaldo Neves e Itapicuru (Região Nordeste), século XIX, zona de agropecuária, com base na dissertação de Mestrado de Consuelo Pondé Sena. Os dados da Chapada Diamantina, zona de mineração, foram coletadas por nós no Arquivo Municipal de Rio de Contas.⁵ As áreas provenientes de antigos aldeamentos serão abordadas mais adiante.

O trabalho de Erivaldo Neves (1996), feito a partir de inventários e testamentos entre outros, nos arquivos do Estado da Bahia (APEB) e no Arquivo Municipal de Rio de Contas, fornece-nos dados bastante precisos sobre a presença de escravos em

em Stuart Schwartz (1998: 87), observa-se que a situação da escravaria no sertão era diferente do Recôncavo. Mesmo na região do Rio São Francisco os 46% da população sendo de escravos, esses se distribuíam por um largo território, enquanto que os 61% de escravos no Recôncavo estavam concentrado em áreas bem menores. Já para o século XIX, o senso de 1872, como indicado por Luiz Felipe de Alencastro, mostra que a composição da população baiana de modo geral era de maioria preta e parda, um índice que corresponde a 72,8%.

⁵ Esses dados estão sendo retomados de uma comunicação feita por nós no III Encontro Nacional de Língua Falada e Escrita, em 1999, em Maceió, intitulada, “Constituição de um *corpus* lingüístico em comunidades rurais do semi-árido baiano”. In: MOURA, Denilda. *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999. p. 397-401.

Igaporã entre a segunda metade do século XVIII e durante o século XIX, conforme está demonstrado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Origem, cor e gênero dos escravos, 1768-1883, Alto Sertão da Serra Geral - Igaporã

ORIGEM/COR/SEXO	H	M	não identific.	TOTAL
AFRICANOS				64
Angolas	21	3		24
Mínas	6	1		7
Benguélas	4			4
Hauçás	2			2
Nagôs	2			2
Congos	1			1
Rebolos	1			1
Sem identificação (africanos)	16	7		23
BRASILEIROS				395
Crioulos	113	103	1	217
Cabras	52	55	1	108
Mulatos	23	16	1	40
Pardos	16	12		28
Mestiços	2			2
Sem identificação				63
Não declarados	25	23	2	50
Pretos	9	4		13
TOTAL GERAL	293	224	5	522

Fonte: APEB. Seção do Judiciário. Série Inventários. In: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Feira de Santana/Salvador: UEFS/EDUFBA, 1998. p. 268.

Como podemos observar acima, Igaporã apresenta, para o período estudado, um total de 522 escravos registrados na região entre 1768-1883. Desses 86,05% (395/459) do total de identificados são de brasileiros e apenas 13,94% (64/459) de africanos. No que se refere ao índice de concentração por

fazendas, em Igaporã, não há muitos escravos numa só unidade produtiva.⁶

No município de Itapicuru, região Nordeste da Bahia, a situação, no século XIX, é equivalente ao que ocorreu no município de Igaporã. Há entre 1850 e 1870 uma maioria de escravos brasileiros, 77,55% (152/196) e apenas 22,44% (44/196) de africanos, conforme vemos na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Origem, cor e sexo dos escravos, 1850-1870, Alto Sertão – Região Nordeste – Itapicuru

ORIGEM/COR/SEXO	H	M	TOTAL
AFRICANOS			44
Nagô	16	2	18
Angola	13	3	16
Jejê	1	2	3
Moçambique	1		1
BRASILEIROS			152
Crioulos	51	21	72
Cabras	24	12	36
Mulatos	24	18	42
Indígenas (vermelhos)		1	1
Cablocos		1	1
Sem identificação	14	3	17
Pretos		1	1
TOTAL GERAL	150	64	214

Fonte: APEB. Seção do Judiciário. Série Inventários. In: SENA, Consuelo Ponde de. *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano – Itapicuru, 1830-1892*. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 1979.

Rio de Contas, região Centro-Oeste, na Chapada Diamantina, apresenta um quadro diferente. No segundo quartel do século XVIII há uma maior concentração de escravos

⁶ Segundo Erivaldo Neves (1998: 257), a partir dos inventários consultados por ele para compor essa amostra, havia, apenas, uma média de 18 escravos por unidade, considerando-se velhos e crianças.

africanos, com 88,11% (764/867) do total de identificados e 11,88% (103/867) de escravos brasileiros, conforme Tabela 3 a seguir. Lembrando que os dados de Igaporã e Itapicuru abrangem um período mais extenso do que os dados da matrícula em Rio de Contas, que é de apenas dois anos.

Tabela 3: Origem, cor e gênero dos escravos, 1748-1749, Chapada Diamantina - Rio de Contas

ORIGEM/COR/ SEXO	1748		1749		TOTAL
	H	M	H	M	
AFRICANOS					764
Costa da Mina	174	32	152	25	383
Angola	150	54	118	34	356
Moçambique	4		8		12
Benguela	6			2	8
Cabo Verde	5				5
BRASILEIROS					103
Rio de Contas	21	13	26	5	65
Salvador	4	3	7	6	20
Vale dos Santos	1		1	5	7
Moragogipe	1		1	3	5
Minas Gerais			1	1	2
Cachoeira		1		1	2
Pernambuco			1		1
São Paulo			1		1
Sem naturalidade	1		13	5	19
TOTAL GERAL	367	103	329	87	886

Fonte: Matrícula dos escravos chegados em Rio de Contas (Chapada Diamantina) entre 1748 e 1749 - *Manuscrito incompleto do Arquivo Municipal de Rio de Contas*.⁷

Embora o sertão tenha sido mais densamente povoado no século XIX, um fato que também precisa ser levado em conta é o

⁷ Além de essa matrícula estar incompleta na época da pesquisa dispensamos algumas folhas porque estavam bastante apagadas. De qualquer forma esses dados não comprometem o resultado geral, conforme pudemos comparar com um levantamento feito por Albertina Vasconcelos (2000).

de que essa parte da Chapada Diamantina e também parte do Piemonte da Diamantina foram durante os séculos XVIII e XIX muito transitadas com a abertura de estradas entre Jacobina e Rio de Contas, desde 1725, apesar de ser uma região muito difícil — como atestados por Spix e Martius⁸ e Felisberto Freire.⁹

Ao sair da vila¹⁰ passava por algumas fazendas de criação de gado... atravessava o Rio Jacuípe e passava a leste de Morro do Chapéu... vinha de Campestre¹¹ passando por longas travessias juncadas de ossos de animais e humanos e por algumas fazendas de gado...e chegada ao arraial de Bom Jesus da Lapa” indo dali alcançar “a vila do Rio de Contas, entrocando com ela em Crioulos, a estrada que vai para a Bahia e Minas Gerais.

A historiadora Maria Helena Ochi Flexor, no texto *Criação da rede urbana na Capitania da Bahia: século XVIII* (2001), fala sobre esse tipo de ocupação territorial brasileira que pode muito bem ser aplicado ao interior da Bahia, principalmente sobre os transitados caminhos entre o vastíssimo sertão, ainda pouco habitado em

⁸ Spix e Martius (1916), por outro lado, dá-nos ainda uma idéia sobre essa região e sobre a sua importância econômica ainda no século XIX, “A Vila de Rio das Contas deve ter 900 habitantes, e toda a diocese, governada pelo vigário-geral da comarca de Jacobina, aqui residente, conta 9.000 almas. Como o clima pouco favorece a agricultura, a exploração das minas e o comércio são as mais importantes indústrias da população, que, pela educação e riqueza, se distingue dos outros habitantes do interior da Bahia”. Inclusive, Luís Vilhena (*A Bahia no século XVIII...*) dá um outro dado interessante sobre a região. Ao fornecer a lista com os nomes de professores e povoações onde residem nesse período, Rio de Contas e Jacobina são as únicas vilas que aparecem na relação em um vastíssimo sertão onde o índice de escolarização ao que se supõe tenha sido baixíssimo.

⁹ Cf. *A História Territorial do Brasil* de Felisberto Freire, publicada em 1906.

¹⁰ A vila de Jacobina.

¹¹ Atual cidade de Seabra.

meados do século XVIII, e o litoral. “A ocupação do território brasileiro foi feita por pedestres, pouco a pouco, passo a passo, tanto no litoral quanto no sertão. Foram esses pedestres que formaram a maior parte dos primeiros núcleos urbanos.”

Um outro aspecto a ser considerado é a presença indígena no semi-árido baiano. Em 1500, essa região era habitada por grupos indígenas da família lingüística Macro-Jê. Um dos mais numerosos são os Kariris ou Kiriris, dos quais ainda sabemos muito pouco. Sabe-se apenas que eles circularam pela extensa região do Rio São Francisco na Bahia¹², falantes do Kipeá, até o Rio Salitre, Dzubukuá, no médio São Francisco e o Sapuyá, na região dos rios Paraguaçu e Contas e falantes do Kamaru (Dantas *et al.*, 1992).¹³

Estudos estimam a presença indígena na região há cerca de cinco ou seis mil anos. E como já é sabida, a ocupação da região por europeus, principalmente por portugueses, e da inserção de africanos é recente e data a partir da segunda metade do século XVI. E já nesse período foram formados os primeiros aldeamentos na parte mais ao Norte e Nordeste do estado da Bahia, iniciadas desde as primeiras entradas e através da abertura de caminhos pelas boiadas, nos antigos domínios da Casa da Torre. Para se ter uma idéia, no século XVIII, comparativamente aos dados sobre escravos africanos de acordo em Alencastro (1997), o percentual de índios aldeados sobre o total de escravos era de 29,7%.

No século XVIII, esses aldeamentos foram dando lugar à criação de freguesias, aldeias, arraiais e julgados, denominações que estavam condicionadas à população preexistente. Entretanto, a questão da integralização da população indígena com grupos não-autóctones no semi-árido é ainda muito pouco estudada.

¹² E também nos atuais estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

¹³ Cf. também AHU — Arquivo Histórico Ultramarino, 1758, Maio, 19, Lisboa. AHU — Baía, cx. 144, doc. 26.

Diversas vilas foram originárias de antigos aldeamentos, a exemplo de Jeremoabo, índios Cariris (Jeremoabo), Bom Conselho (Cícero Dantas), Santa Tereza de Canabrava, Pombal (Ribeira do Pombal), aldeia de Tupinambás (Soure), Tucano, Saco dos Morcegos/Mirandela, aldeia de índios Moritis e Cariris (Ribeira do Pombal), Maçacará (Euclides da Cunha) e outra da Região Norte como Pambu, Santo Antônio da Glória etc. nos séculos XVII e XVIII.¹⁴

Maria Helena O. Flexor (2001), tratando da questão indígena na região de Porto Seguro na Bahia, diz que: “o intuito, na prática, era civilizar, educar e obrigar os índios a falar a língua portuguesa e integrá-los na sociedade dos brancos, num núcleo urbano para, assim, povoar e tomar conta do solo”. Em um outro trabalho intitulado *Aprender a ler, escrever e contar no Brasil, do século XVIII* (2000), a autora fornece um trecho extraído de um documento do segundo ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, em 1773 falando do processo civilizatório dos índios, especificamente sobre o hábito de tirar os índios ainda pequenos do convívio familiar para que esquecessem a língua materna.

No referido documento, o ouvidor de Porto Seguro ao tratar da questão do uso da língua portuguesa diz: “reprimindo-lha no publico o temor do castigo, mas praticando-a sempre no particular e maiormente com os filhos, que tem na sua companhia, porque dos lhes tirei para a dos mestres e mãos, tanto mais pequenos, tanto mais se vêem esquecidos dela”.

Pensamos que, de certa forma, a criação de vilas dentro do modelo organizado pelo Marquês de Pombal na Bahia, principalmente na região de Porto Seguro, pode ter sido aplicado

¹⁴ Cf. dados de MATTOSO, Kátia M. Queirós de. *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992; e de VILHENA, Luís dos Santos *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã, 1969. – Coleção baiana, v. 1 e 2.

também no semi-árido. Assim, acreditamos que o processo, denominado pela autora de reurbanização e repovoamento, tenha implicações também no processo que estamos chamando de integralização entre as diversas línguas indígenas no sertão da Bahia, hoje extintas, quando do contato, principalmente com o português. Não há estudos que justifiquem essa posição, contudo, pela forte influência cultural indígena em diversas partes do semi-árido, acreditamos haver influências que vão além do léxico.

A título de ilustração e como uma motivação para estudos nessa área, listamos abaixo, na Tabela 4, as localidades com sobreviventes de índios falantes do português. Para melhor visualização dessas áreas, ver o Mapa 2, em anexo.

Tabela 4: Povos e terras indígenas - Semi-árido baiano

Povos indígenas	Terras indígenas	Área total (HÁ)	População indígena estimada	Aldeamento	Situação jurídica	Municípios abrangidos
Tumbalalá	Tumbalalá				Sem providências	Abaré, Curaçá
Truká	Porto da Vila				Sem providências	Curaçá
Tuxá	Rodelas	7000	607	Remanescente da Missão de São João Batista de Rodelas, Séc XVII	Em regularização	Ibotirama
Kantarurê	Kantaturê	1695	287		Em regularização	Glória
Xukuru-Kariri	Quixaba	39	54		Adquirida parcialmente pela FUNAI e Diocese de P. Afonso	Glória
Pankararê	Pankararê	29597	270	Missão do século XVII	Em regularização	Glória, Rodelas, Paulo Afonso
Pankararê	Brejo do Burgo	17700	644	Missão do século XVII	Em regularização	Glória, Rodelas, P. Afonso

Tocas	Tocas				Sem providências	Euclides da Cunha, antiga freguesia de Geremoabo
Kaimbé	Massacará	8020	349	Missão em 1639	Em regularização	Euclides da Cunha
Kaimbé	Muriti			Idem	Sem providências	Euclides da Cunha
Kiriri	Rodeador		50		Sem providências	Cícero Dantas
Kiriri	Kiriri	12300	1350		Regularizada	Banzaê, Quijingue
Kiriri	Barra K. Passagem	62	94		Em regularização	Muquém do S. Francisco
Aricobé	Angical				Sem providências	Angical
Aukúm	Angical	400	50		Ass. de R. Agrária	Angical
Pankaru (Kinâne)	Vargem Alegre	981	90		Regularizado	Serra do Ramalho

Fonte: SEI/ANAI - Ba, 1999, GARCEZ, Angelina (1997). *Em torno da propriedade da terra*. Salvador – Bahia.

No que concerne à questão da criação da rede urbana no Brasil e na Bahia há informações sobre diversos núcleos criados a partir de outras motivações, além dessas ligadas aos aldeamentos durante o século XVIII. No caso da Bahia, essas motivações foram principalmente àquelas ligadas à administração de serviços religiosos, as áreas de *plantation*, as de fazendas de agropecuária e a exploração mineral, como já referido.

2. Considerações lingüísticas

Segundo Mattos e Silva (2001), na cena lingüística do Brasil Colônia, temos como atores principais o português geral brasileiro contrapondo-se às línguas gerais indígenas e ao português culto. A tentativa de aproximação do que seria essa “incomensurável

diversidade” pode ser feita, segundo a autora, através de indícios históricos. E foi com o intuito de iniciar a tentativa de entender a enorme diversidade lingüística, no que se refere ao português popular, que deveria existir no semi-árido baiano nesse período, é que apresentamos os dados histórico-demográficos acima analisados. A partir desses indícios hipotetizamos que, em linhas gerais, a dinâmica do contato lingüístico pode ter ocorrido nessa região da Bahia a partir de diversos contextos.

I - Séculos XVII e XVIII

a) aldeamentos: tiveram um importante papel para a posterior formação de vilas, lugares e morgados, mas a situação lingüística no que diz respeito ao português ainda era muito imprecisa, havendo pelo menos duas línguas de contato, a do colonizador, uma ou mais línguas gerais de base indígena, e línguas indígenas.

b) expansão da agropecuária: com os caminhos das boiadas o processo da agropecuária deve ter sido um fator importante para a difusão e propagação da língua portuguesa pelos sertões da Bahia. Essa difusão inicialmente deve ter se dado através da boca de brancos pobres e descendentes de índios e escravos brasileiros.

c) quilombos: uma situação bastante peculiar é a dos quilombos. Surgidos a partir de grupos de negros fugidos, esses locais eram propícios para o desenvolvimento de línguas crioulas. No entanto, o sertão apresenta uma situação diferente do Recôncavo e do sul do estado, onde está localizada Helvécia, comunidade de afro-descendentes, alvo de importantes estudos de Baxter e Lucchesi (1993 e 1996), no âmbito do projeto “Vestígios de dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras isoladas”. No semi-árido, como já dito, não há notícias da existência de muitos deles e algumas vezes quando formados foram, às vezes, “dizimados”.

Um fato ilustrativo extraído da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) mostra a formação de um desses núcleos quilombolas numa região de transição entre o Recôncavo

e o semi-árido, como o caso dos quilombos de Andrahi, de Tupim e Crobó. Nesse documento¹⁵ consta que esses núcleos já contavam com mais de 80 anos. Em um trecho do referido documento há o relato da perseguição aos mesmos:

Diz Severino Pereira Capitão Mor das Entradas¹⁶ e Assaltos do distrito de S. José das Itaporocas, Capitania da Bahia, que havendo na distancia de trinta ou quatro legoas da Villa de Cachoeira dois formidáveis Quilombos denominados o Andrahi, e Crobô, dos quais sahião os Escravos fugidos para fazendo todo o gênero de hostilidades aos viajantes, chegando a ponto de entrarem nelas Cazas, e levarem violentamente as Escravas, Mulheres donzellas, e Cazadas, roubando os gados, e vários gêneros, com que o povo se via consternado, e afflicto, requereo por varias vezes aos Ministros, e ao Governador...¹⁷

Se os núcleos quilombolas no semi-árido, salvo, algumas exceções, foram dispersos, como estamos supondo, acreditamos que não tenham criado condições para o desenvolvimento de algum tipo de crioulo. Dessa forma, pensamos que o estudo de situações individualizadas, como a realizada por Alan Baxter e Dante Lucchesi com as comunidades remanescentes de

¹⁵ Documento com anexo sobre esses quilombos falam da intenção de acabar com esses quilombos, AHU – Baía, cx. 212, doc. 14951. A documentação que estamos utilizando são cópias fac-similadas que foram trazidas de Portugal pelo Projeto “Resgate” com iniciativa do Ministério da Cultura que contou com a participação do Prof. Onildo Reis David entre outros a partir da intermediação da Universidade Estadual de Feira de Santana.

¹⁶ Entrada nesse caso se refere a um tipo de milícia organizada e executada como um serviço do Rei, passível de ser recompensada.

¹⁷ Outros documentos sobre a região do AHU se referem ainda à presença africana em situações quilombolas e sobre a perseguição aos índios, como o AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 23/04/1722 – Carta patente assinada pelo vice-rei, sobre guerra ao gentio bárbaro e aos negros fugidos -AHU – Baía, cx. 16, doc. 1420.

quilombos, são muito importantes para a compreensão dessa diversidade.¹⁸ Entretanto, não podemos perder de vista a grande variação nas formas de implantação e difusão do português, que em uma mesma região, a semi-árida, apresenta pelo menos duas situações que além de se oporem a do recôncavo se opõem entre si, mineração *versus* agropecuária.

II- Século XVIII e XIX

Criação de vilas originárias de aldeamentos e grupos indígenas sobreviventes, núcleos urbanos. A partir da documentação analisada, podemos inferir que o século XVIII é crucial para a dita vitória do português no Brasil, inclusive pela já conhecida política lingüística implantada por Pombal. Além dessa política lingüística, o anteriormente citado processo de reurbanização e repovoamento dos antigos aldeamentos em muito deve ter favorecido a “vitória” ou hegemonia de uma língua que deveria estar próxima à norma de Portugal, já que os índios aldeados e todos os outros eram obrigados a falar português.

III – Século XX, antes e depois da década de 40

Não entraremos muito nessa questão atual, pois ela será tratada em um outro trabalho, mas queremos apenas chamar a atenção para o fato de que os processos de industrialização,

¹⁸ Sobre comunidades de afro-descendentes ver Barra/Bananal, comunidades gêmeas, localizadas ao sul da Chapada Diamantina, a 15 km do município de Rio de Contas, entre os vales da Serra das Almas e da Serra do Malhado, na Bahia e a peculiar situação dessas com os habitantes de uma localidade próxima, Mato Grosso, comunidade de descendentes de brancos portugueses. E, ainda, Cinzento, localizado na região sudoeste da Bahia, pesquisada por Grazielle Novato, conforme sua dissertação, intitulada *Cinzento: memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo*, Puc-SP, 1999 e *Rio das Rãs*, que é conhecida como “A Fazenda Rio das Rãs”, situada a 70 km da cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia (cf. DORIA, Siglia Zambronti; OLIVEIRA JR., Adolfo. *O Quilombo do Rio das Rãs*, história, tradição e luta. 1996).

escolarização e urbanização em muito vão contribuir para firmar a dita unidade lingüística brasileira, pois passamos rapidamente de um país rural para um país urbano, tendo tudo isso implicações lingüísticas importantes.

Dessas considerações podemos deduzir que, no geral do sertão, como atestam os dados de Neves (*op. cit.*), havia um contato mais ou menos íntimo entre os senhores e escravos, o que facilita a integração lingüística, fazendo com que a língua de um influencie rapidamente a língua do outro, havendo provavelmente uma maior vontade do criado em se aproximar da língua do senhor, pelas já conhecidas questões de prestígio lingüístico.

Como conclusão generalizada sobre a expansão e difusão da língua portuguesa pelo semi-árido, naquele período, podemos dizer que a população de origem africana pode ter exercido um maior papel (cf. Matos e Silva, 1995 e 2000) nessa região quando parte do contingente de escravos e seus descendentes tanto a que trabalhou nas minas quanto no recôncavo passa a migrar para a zona de pecuária, no século XIX, período em que o semi-árido baiano é mais densamente repovoado. Esse fato pode explicar a existência de algumas comunidades, existentes no sertão, de maioria negra, mas que não parecem ter origem quilombola, como é o caso de Piabas¹⁹, Alto do Capim (ambos no Piemonte da Diamantina), Matinha (Paraguaçu) etc.

Para finalizar e a título de agradecimento, gostaríamos de dizer que, de modo geral, este trabalho inspira-se nas preciosas lições de Rosa Virgínia Mattos e Silva sobre sócio-história do português brasileiro, nossa principal incentivadora nessas nossas investidas exploratórias na área. Queremos agradecer também a Maria Helena Ochi e a Ilza Ribeiro.

¹⁹ Comunidades que fazem parte do projeto coordenado pelas autoras desse artigo. As amostras de duas delas estão em vias de publicação: de Piabas (região de Jacobina) e Matinha (região de Feira de Santana).

Referências

- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 1710, Junho, 21, Bahia. Letra de Câmbio passada pelo escrivão do Tesouro Real da Bahia Antonio Alves, referente aos escravos vindos da Costa da Mina. AHU — Baía, cx. 6, doc. 35.
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 1770, Maio, 8, Porto Seguro. Ofício do desembargador ouvidor do Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Mendonça Furtado], referente à medida que tomou relativamente aos índios mais jovens, tirando-as da companhia dos pais, obrigando-os a conviver com os brancos, bem como às vilas que erigiu e ao pedido de sucessor para seu cargo. AHU — Baía, cx. 169, doc. 41.
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 1758, Maio, 19, Lisboa. Carta Régia (minuta) do rei [D. José] ao arcebispo da Bahia [José Botelho de Matos] e vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, [Marcos de Noronha], comunicando a instituição do tribunal da Relação da Bahia para averiguar os bens dos religiosos jesuítas e a criação de vilas nos antigos aldeamentos. AHU – Baía, cx. 144, doc. 26.
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 2 de janeiro de 1799, documento com anexo sobre quilombos denominados de Andrahi, de Tupim e Crobó, falam da intenção de acabar com esses quilombos - AHU – Baía, cx. 212, documento 14951.
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 23/04/1722 – Carta patente assinada pelo vice-rei, sobre guerra ao gentio bárbaro e aos negros fugidos -AHU – Baía, cx. 16, doc. 1420.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org). *História da vida privada no Brasil*. Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Norma Lucia F.; CARNEIRO, Zenaide de O. Novais. Constituição de um *corpus* lingüístico em comunidades rurais do semi-árido baiano. In: MOURA, Denilda. *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999. p. 397-401.
- BAXTER, A.; LUCCHESI, Dante. Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro. *Papia*, v. 2, n. 2, p. 59-71, 1993.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, D. Un paso más hacia la definición del pasado criollo del dialecto afro-brasileiro de Helvécia (Bahia). Comunicação ao 2º Colóquio Internacional de Lenguas Criollas de Base Española y Portuguesa. Berlim, 1996. (mimeo).
- CENTRO E INFORMAÇÕES – SEI (BA). *Informações básicas dos municípios baianos*. Salvador, 1994.

- DANTAS, B. G. *et al.* Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. p. 431-456.
- DORIA, Siglia Zambrotti; OLIVEIRA JR., Adolfo. *O Quilombo do Rio das Rãs: história, tradição e luta*. CARVALHO, José Jorge de (Org). Salvador: EDUFBA, 1996.
- Enciclopédia dos municípios brasileiros. RJ: IBGE, 1960. v. XX e XXI.
- FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. *Revista lusitana 5* (nova série), p. 21-34, 1984.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Criação da rede urbana na Capitania da Bahia: século XVIII. *Actas do Colóquio Internacional Português, 1415-1822*. Lisboa, 2001.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi, Aprender a ler, escrever e contar no Brasil do século XVIII. São Paulo: Humanitas, 2000.
- FREIRE, Felisberto. A História Territorial do Brasil: Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Rio de Janeiro, 1897. v. 1
- GARCEZ, Angelina. *Em torno da propriedade da terra*. Salvador, 1997.
- HOUAIS, A. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.
- KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change variation and change. 1989b. (mimeo)
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro*. v. II, primeiros estudos, tomo II. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP:FAPESP, 2001, p. 275-302.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões. *Boletim da Associação brasileira de Lingüística – ABRALIN*, n. 17. Recife: Editora Universitária/UFPe, 1981. p. 73-86.
- MATTOSO, Kátia M. Queirós de. *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- MATRÍCULA dos escravos chegados em Rio de Contas (Chapada Diamantina) entre 1748 e 1749 - *Manuscrito incompleto do Arquivo Municipal de Rio de Contas - Chapada Diamantina, Bahia*.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Escravidão policultor e meação. *Anais da 4ª reunião especial da SBPC: Semi-árido: no terceiro milênio, ainda um desafio*, 24-28 de novembro. Feira de Santana: UEFS, 1996. p. 36-41.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Da sesmaria ao minifúndio: uma comunidade sertaneja*. Um estudo de história regional e local. Feira de Santana/Salvador: UEFS/EDUFBA, 1998.

- NOVATO, Graziela. *Cinzentos: memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo*. Dissertação (Mestrado), São Paulo, PUC-SP, 1999. (mimeo)
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814. In: REIS, J. J.; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SENÁ, Consuelo Pondé de (1979). Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano – Itapicuru (1830- 1892). Salvador: Fundação Cultural da Bahia.
- SILVA, F. B. R *et al.* *Zonamento agroecológico do Nordeste*: diagnóstico do quadro natural e agrossocioeconômico. Petrolina (Recife): Embrapa-Coordenadoria Regional, 1993. 2. v.
- SILVA, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro/ Brasília: Presença/INL, 1975.
- SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia*: evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.
- SPIX, J. B. von; MARTIUS, K. F. P. von. *Através da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial, 1916.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia: crescimento populacional (1980-1996)*. Salvador: SEI, 1998.
- VASCONCELOS, Albertina L. Ouro, conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 95, p. 265-274, 2000.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã, 1969. Coleção baiana, v. 1 e 2.

***Aspectos da história demográfica e social do
Rio de Janeiro: Escolarização, norma e
nacionalidade***

por

Dinah Callou

Universidade Federal do Rio de Janeiro

e

Carolina Serra

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Relembrando alguns dados sobre o Rio de Janeiro

Não se pode compreender o falar carioca atual sem antes analisar o modo pelo qual cresceu e se diversificou a pequena povoação de 150 habitantes, fundada por Mem de Sá no morro do Castelo.

A fundação do Rio de Janeiro se deveu, ao que parece, a imperativos de ordem estratégico-militar. Não há, contudo, dados históricos que permitam estabelecer as circunstâncias precisas da chegada dos portugueses à baía do Rio e, também, o número exato de habitantes da cidade do Rio de Janeiro, nos fins dos anos quinhentos. Até hoje a estimativa feita se baseia no quadro do barão do Rio Branco, que, por sua vez, se inspirou na *Informação...*, no ano de 1585, do padre José de Anchieta:

BRANCOS	ÍNDIOS	NEGROS
750	3000	100 escravos

Entre 1585 e 1600, pode-se pensar que a população branca do Rio de Janeiro já contava com 1.000 almas, em decorrência do incremento comercial da cidade. Esse número de habitantes já impunha uma estratificação social, em função de ofícios diversos desempenharem um papel importante na relação entre os habitantes (Linhares e Lévy, 1971). A mestiçagem está presente desde a sua fundação, mas sua valorização é muito mais tardia e nem sempre reflete, como esperado, a realidade social. Segundo Enders (2002: 6): “Não se pode negar [...] que a antiga capital do Brasil foi de fato o cadinho de uma nação mestiça [...] Em vários domínios, como a escravidão, a imigração, a industrialização, [...] o Rio de Janeiro apresenta uma trajetória singular e se distingue especialmente de São Paulo”. E de muitos outros estados.

No século XVII, o Rio de Janeiro passou a desempenhar o papel de porto marítimo para o escoamento da produção açucareira. Serviu, também, como ponto forte para a conquista e defesa do sul. A partir dos últimos anos do século XVII, com a descoberta do ouro, o Rio de Janeiro torna-se o intermediário entre a área de mineração e a metrópole. Durante o ciclo do ouro, a cidade adquire projeção sem precedentes, expressa em sua expansão urbana: desenvolvimento de novas áreas, subdivisão das freguesias urbanas, entre outros fatores. Em 1763, ocorre a transferência da capital para o Rio de Janeiro e, ao longo do século XVIII, o centro de gravidade da América portuguesa passa do Nordeste para o Sudeste, tornando a cidade do Rio de Janeiro a principal cidade brasileira. De todo modo, em 1799, 34,6% dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro são escravos; em 1821, 45,6%; até meados do século, o total de escravos não é inferior a 40%. Desse último percentual, 55% a 66% são do sexo masculino.¹ Com o declínio do ouro, o café afirma-se como novo

¹ Os “africanos” do Rio de Janeiro têm as mais variadas origens, sendo, no início do século XIX, 2/3 dos escravos originários da África central e austral. Depois de 1830, a costa oriental da África fornece 1/4 dos escravos, que recebem o nome genérico de “moçambiques”. A maioria pertence ao grupo lingüístico banto.

produto básico de exportação, entre 1830 e 1840, e é por essa época que se dá o empobrecimento de largas camadas da população urbana e a urbanização das áreas suburbanas. A relativa proletarianização de São Cristóvão e da Zona Norte vai acentuar-se com a proclamação da República, que expulsa dali a família real, e sua crescente industrialização. Os “barões do café” e as elites sociais da capital passam a residir nas proximidades da baía da Guanabara. O Palácio do Catete, por exemplo, foi construído por um desses “barões” para sua residência. A rua São Clemente, em que ainda se pode visitar a casa de Rui Barbosa, palacete neoclássico erguido em 1850, conserva até hoje vestígios do gosto da alta sociedade carioca. Em 1865, a princesa Isabel e família muda-se para o “Palácio Isabel”, entre Flamengo e Botafogo. Em 1892, é aberto um túnel entre Botafogo e a praia deserta de Copacabana.

O mundo social carioca tende a tornar-se, na primeira metade do século XIX, cada vez mais heterogêneo. Às diferenças culturais, ligadas às origens variadas dos escravos, vêm juntar-se as funções que lhe são atribuídas, o estatuto social de seus donos e o conhecimento da língua portuguesa.

2. Alguns dados demográficos e sociais

As transformações do Rio de Janeiro estão relacionadas ao seu crescimento espacial e demográfico. Em 1824, cria-se um município neutro da Corte, destacado da Província do Rio de Janeiro, separando-se cariocas e fluminenses. Entre 1838 e 1920, o número de cariocas passa de 137.000 a 1.150.000, a urbanização atinge regiões rurais, e subúrbios se tornam bairros. A urbanização avança, sobretudo, em direção ao norte e à Baixada Fluminense. São Cristóvão não é mais considerado uma paróquia rural por volta de 1870 e perde seu cunho aristocrático para o balneário de Botafogo, ligado ao largo do Paço em 1844 por um serviço de barcos. Em 1890, o recenseamento indica que 54% dos habitantes da capital nela nasceram, 1/4 é de imigrados estrangeiros e 1/5 de outras províncias.

Os resultados dos censos estatísticos revelam o retrato do país e podem ser considerados como a principal fonte de informações para a análise e o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade nacional. Até um determinado momento de nossa história, contudo, só podem ser feitas aproximações, gerais e específicas, para cada estado e cidade.

Reverendo algumas informações, pode-se chegar ao seguinte quadro geral da população no Rio de Janeiro até a chegada da Corte portuguesa.

Total da população

1585	3850
1710	12000
1799	43376
1808	50144

Os censos de 1872, 1890 e de 1900 mostram o aumento progressivo de habitantes.

Total da população (RJ)

1872	1890	1900
819.604	876.884	926.035

Em 1900, já se estabelece uma diferença entre o estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, que correspondia antes ao chamado município neutro.

Distrito Federal (1900)

Homens	Mulheres	Total
419.569	327.180	766.749

É relevante do ponto de vista sociolinguístico observar as sucessivas distribuições demográfico-linguísticas ocorridas no território fluminense no período em questão.

Segundo Alencastro (1997: 16), “a vida privada brasileira confunde-se, no Império, com a vida familiar”. Mais especificamente, essa ordem privada correspondia à escravista, e é essa mesma ordem que vai marcar o cotidiano, a sociabilidade, a vida familiar e a vida pública brasileira. É nessa esteira de condições que se pode pensar a leitura no século XIX: como se dava o ler nessa sociedade de ordem escravista, ou, em outras palavras, o que era a leitura no Império, considerando-se que se tratava de uma época marcada por tal ordem. Retomando Alencastro (1997: 18), “o escravismo entranhava nos lares, no âmago da vida privada, um elemento de instabilidade que carecia ser estritamente controlado”.

A leitura pode ser pensada em um âmbito ainda mais particular, que poderia definir – e definiu –, ao que parece, o seu futuro na nação recém-independente: se pensarmos, conforme Alencastro, que o escravismo não se configura, no Império, como um vínculo com o passado colonial, mas como um “compromisso para o futuro”, para o qual a escravidão é reconstruída como um projeto sobre a contemporaneidade, então poderíamos considerar que a produção do texto no século XIX teve por impulso esse projeto, ou seja, conduzir o país para o futuro, conduzi-lo ao patamar das grandes nações européias, mas com vistas, ainda, à manutenção do escravismo.

A mudança por que passaria o Brasil já era entrevista, quando da chegada de D. João VI, pelo padre Perereca, que afirmou já “sentir os saudáveis efeitos da paternal presença de tão

ótimo príncipe”. Mas seria ainda preciso mover mundos para que o Rio se tornasse o centro ideal do tão sonhado Novo Império. Um deles seria, conforme veremos adiante, implementar um projeto educacional que viabilizasse os serviços do Reino e fosse de encontro à já citada ordem escravista, lembrando que tal ordem, no Rio, ganharia a maior oposição do Reino na segunda metade do século.

Já antes da chegada de D. João VI, o Rio ocupava uma posição privilegiada na vida econômica brasileira. Constituindo-se como principal porto do Brasil, promovia a articulação da metrópole com o litoral nordestino, o sul e a região do Prata. Para o interior, comunicava-se com as regiões mineiras; para o norte, com as tradicionais regiões açucareiras do litoral nordestino. Com isso, devia, também, já se configurar como um pólo de mistura lingüística, conforme Alencastro prevê para meados do século XVIII.

Mas, conforme assinalam Neves e Machado (1999: 30) [falta completar referências], apesar dessa posição de destaque, “a cidade ainda se mostrava tipicamente colonial”. Com menos de sessenta mil habitantes, espremidos entre quatro freguesias – Sé, Candelária, Santa Rita e São José –, a cidade assistiu ao transtorno, em meio ao deslumbramento, causado pela chegada da comitiva real.

É dessa época que se originam as profundas diferenças sociais que marcam o espaço urbano da cidade dos dias atuais: a diferença entre zona sul e as demais áreas. A nobreza abarcou os chamados “novos subúrbios”, como as áreas do Catete, de Botafogo e da Lagoa, regiões comparadas aos mais belos sítios da Itália ou da Suíça. No centro, concentraram-se os comerciantes miúdos, os artesãos e os pequenos funcionários régios. A população mais carente ia ocupando as áreas mais ao norte, próximas ao mercado de escravos, ou aquelas ainda cobertas de manguezais, mais a oeste.

Em números, a transformação sofrida pelo Rio de Janeiro, nos últimos séculos, pode ser assim ilustrada: entre 1799 e 1821,

desconsiderando as freguesias rurais, a população urbana do município subiu de 43 mil para 79 mil habitantes. Entre os habitantes livres, o contingente salta de 20 mil para 46 mil indivíduos.

Aumento médio da população (%)

Período	Urbana	Suburbana	Total
1821-1838	13,23	11,53	12,73
1838-1872	40,35	3,39	29,59
1872-1890	48,04	60,38	50,04
1890-1906	29,35	61,97	35,15

**Aumento percentual da população em zonas urbanas entre 1890 e
1906**

Região	Percentual
Candelária	54,09
Santa Rita	4,85
Sacramento	19,73
São José	12,16
Glória	34,0
Lagoa/ Gávea	81,5
São Cristóvão	88,3
Engenho Velho/ Andaraí/ Tijuca	147,3
Engenho Novo/ Méier	125,3

População das áreas suburbanas entre 1821 e 1906

ANNO	TOTAL
1821	112.695
1838	137.078
1849	266.466
1856	151.766
1870	235.381
1872	274.972
1890	522.651
1906	811.443

Quanto à percentagem de cativos, o número salta de 35% para 46%, de uma para outra data, já que o Rio torna-se, no período, o maior terminal negreiro da América.

Callou (1999) afirma que, segundo o *Relatório da Directoria Geral de Estatística* de 1873, o chamado município neutro contava com uma população de 226.033 homens livres e 48.939 escravos, num total de 274.972 habitantes. Pelo Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro feito em 30 de agosto de 1892, a população do Rio de Janeiro, não incluída aí a do Distrito Federal, era de 490.087 homens livres e 292.637 escravos.

3. O fator escolarização

A taxa de alfabetização é um indicador utilizado não só para caracterizar a situação educacional do país, mas também suas condições sociais. Se não é tarefa simples caracterizar a instituição do ensino de língua portuguesa nos dias atuais, que dirá no século XIX, porque essa atividade abarca, além da lingüística, outras dimensões, a social, a cultural, a histórica, a econômica (Gallo, 1999). A instituição de ensino da língua materna gera a ilusão, para

a época, de uma unidade lingüística inexistente, ilusão essa justificada pelo fato de a língua portuguesa, no período pós-independência, apresentar-se como “nacional” e ao mesmo tempo como “normativa”. A identidade nacional se fixa lingüisticamente sobre a portuguesa, ocorre uma normatização, por vezes contrária ao sistema lingüístico local, e o surgimento de uma relação paradoxal, que perdura até nossos dias: quanto mais de acordo com as normas da língua disciplinar, a portuguesa, mais brasileiro.

Parece que o Rio de Janeiro, por ter sido a sede da Corte, veio a ser o carro-chefe desse paradoxo, já que aqui o governo fixou suas amarras sobre a educação e oficializou mais fortemente que nas outras regiões do país essa identidade nacional. A “democratização do ensino” jamais poderia ser uma ameaça à ordem estabelecida, sob o risco de danos irreparáveis. No que se refere à instrução, 65.164 homens (de um total de 173.880) e 33.992 mulheres (de um total de 92.153) sabiam ler e escrever, o que equivale a dizer que a metade da população masculina e mais de 60% da feminina eram analfabetas, embora a escolarização apresente uma distribuição irregular pelas freguesias existentes, urbanas e não-urbanas. A questão de haver uma ordem escravista no período do Brasil Império é crucial para a compreensão do contexto familiar e, de certa forma, do contexto de fomento da leitura.

No século XIX, já existe uma produção brasileira escrita em língua portuguesa, produzida, normalmente, por indivíduos nascidos aqui, mas formados nas academias européias. No ensino, é essa produção que será apresentada como modelo, e as aulas de língua materna serão entendidas como reprodução desse modelo. O que vai reforçar o referido paradoxo é o fato de, a partir da segunda metade do século XIX, os estudos serem implementados na direção de “demonstrar que o português que aqui se falava e escrevia era diferente do português de Portugal”. Muitas gramáticas, sobretudo a partir de 1880, estão atentas a essa diferença.

parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de

americanos pague tributo à submissão das palavras [...]. Estamos, assim, caminhando [...] entre duas forças que nos solicitam para rumos diversos: o “americanismo”, espontâneo, incoercível, natural e o “portuguesismo” afetado e artificioso. Em tempo, o povo que é o maior de todos os clássicos [...] dirá a última palavra. (Ribeiro, 1933:15)

Levar em conta a escolarização no Rio de Janeiro do século XIX se justifica na medida em que se poderá observar a constituição de uma norma lingüística, padrão, no âmbito escolar daquele período. Contudo, repetimos, a tarefa não é simples, mesmo porque não há garantias de que a observação da escolarização e da norma nos levariam a um perfil próximo do que seria o Rio lingüístico no século XIX. Daí, talvez, a necessidade de esboçar a ideologia pedagógica e, no interior dessa ideologia, a questão da gramaticização e da norma lingüística, no século XIX, no contexto da Corte.

Além disso, se pensarmos em definir ou dividir realidades lingüísticas mais ou menos próximas à norma, teremos de caracterizar a instituição do ensino de língua portuguesa nos planos ideológico e cultural, filosófico-histórico e político, sob o risco de a caracterização não ser completa e não apontar resultados que se aproximem da verdade, dentro da *ars interpretandi* que vimos esboçando nos trabalhos anteriores.

Arno e Maria José Wehling (1994: 225), chegam a afirmar que

[...] a vinda para o Brasil, atraídos pelas minas, de cerca de 800 mil portugueses certamente contribuiu para consolidar a língua do colonizador. [...] Mas o fator decisivo parece ter sido a firme determinação do governo pombalino de impor o português como língua falada no país, extinguindo o bilingüismo existente até então.

Essa supervalorização dos efeitos das Leis Pombalinas merece ser revista e avaliada à parte. Há uma grande distância

entre o ato da lei e os atos que a implementam. É preciso considerar a estrutura educacional, no Brasil Colônia, para compreender seu real peso na substituição das Línguas Gerais indígena e *de preto* das quais, na prática, não vingaram línguas crioulas autônomas como em outras ex-colônias de Portugal. De todo modo, para observar mais claramente a formação das normas brasileiras e portuguesas, é preciso remontar, como já se disse, à estrutura educacional do Brasil Colônia.

Como demonstrou Barbosa (1999), a sobreposição da língua portuguesa sobre as demais línguas faladas no Brasil oitocentista está ligada a fatores demográficos, à aculturação e genocídio de negros e ameríndios, de quase nada tendo valido as leis de ensino pombalinas. De fato, o ensino das primeiras letras se fez na colônia graças às aulas particulares e à rede semipública, ou seja, os seminários e colégios religiosos e ao ensino militar. Note-se que, geralmente, vem sendo localizada a criação não só de uma primeira academia militar, mas também de outras instituições de ensino profissional, em torno da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, no início do século XIX.

Com a vinda da Corte para o Brasil e a instituição das *Aulas de Comércio*, uma no Rio de Janeiro em 1810 e outra na Bahia em 1811, os negociantes e seus caixeiros passaram a dispor de uma formação profissional até então inexistente.

Décadas após a época pombalina, o sistema de ensino criado no Brasil ainda não era capaz de cumprir a determinação régia de ensinar a Língua Portuguesa de maneira a extinguir as línguas gerais de índios e de pretos.

Não se pode negar a importância da política pombalina para a educação na América portuguesa. Deve-se, contudo, entender a exata dimensão e o alcance de sua ação. As aulas de língua portuguesa, fossem públicas ou semipúblicas, somente atingiram um percentual mínimo de homens brancos e pardos socialmente aceitos. A grande maioria de mestiços sofreria de uma forte resistência das autoridades em aceitá-los nas aulas. De qualquer maneira, o alcance da estrutura de ensino do português,

entre os habitantes brancos e pardos, se comparado ao total de população encerrado nesse grupo social, foi mínimo. É certo que, àquela altura, a exemplo de Portugal, a maior parte dos habitantes tenha permanecido analfabeta.

Para compreender a política de Pombal como um fator da vitória da língua portuguesa no Brasil, é preciso levar em consideração que ela definiu uma mudança na opção lingüística da minoria branca e parda livre que falava uma das línguas gerais daquela época. Com o passar das gerações, a língua geral, usada na intimidade, é substituída pela língua portuguesa, primeiramente na vida pública, depois na familiar.

Para a análise do movimento contínuo das mudanças que a permanência da Corte portuguesa promoveu, ressalte-se ainda a criação de outras cátedras de ensino, além da ampliação da Academia Militar, que constituem, sem dúvida, um passo cultural decisivo que culmina com o processo de implantação da Imprensa, tornando possível a circulação, de 1808 a 1821, do primeiro periódico, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Vale relembrar que, até meados do século XX, autores como Serafim da Silva Neto defenderam a unidade da língua portuguesa no Brasil, afirmando ter sido isto possível pelo fato de todos aqueles que “puderam adquirir uma cultura escolar” e “possuíam o prestígio da literatura e da tradição” terem reagido à “língua adulterada de negros e índios”.

Desde o descobrimento, a língua portuguesa entra em nosso território sob o cunho da legitimidade e da unidade. Tanto que, até o século XVII, a relação entre o tupi-jesuítico e o português se deu no sentido de permitir – o que se fez com sucesso – a domesticação de um conflito social que estava latente. Consistiu, portanto, num instrumento do colonizador para facilitar o domínio sobre a terra.

Na criação da Academia Militar, por exemplo, em dezembro de 1810, está patente a restrição dos que deveriam entrar à escola: “nestas escolas militares não deve ser admitido

aluno algum de duas outras cores; porque eles não devem passar além de saberem bem obedecer e bem executar o que lhes for ordenado pelos homens brancos seus oficiais”. Assim, o distanciamento das classes menos favorecidas do que se pode chamar de norma padrão já se prenuncia.

Se partirmos do pressuposto de que é possível, para o século XIX, estabelecer um falar carioca mais próximo à norma, e outro mais distante, e, ainda, de que tais falares distribuem-se de forma diversa em termos sociais e geográficos em função de sua própria história, será necessário caracterizar o processo de normatização da língua materna, no Brasil, mais especificamente, naquele século, e, por outro lado, relacionar esse processo à mobilidade social. Para validar essa proposta, em trabalho anterior, (Callou e Avelar, 2002: 101-103), tentou-se apresentar um esboço do que poderia ser a configuração sociolingüística do Rio de Janeiro, com base em dados referentes ao processo de mobilidade, ao longo de todo o século XIX.

Existem inegavelmente questões de fundo que merecem atenção redobrada, pois as respostas concorrerão para a validade do trabalho. Em que sentido a apreensão de processo de normatização da língua, em conjunto com a observação da mobilidade social, nos permitiria conduzir, ou, pelo menos, facilitar uma visão do Rio lingüístico-geográfico no século XIX? Em que sentido há garantias de que isso seja viável numa observação do século retrasado, se nem mesmo para o Rio de século XIX existe uma análise mais sistemática que permita caracterizar a capital fluminense em tal instância? Partindo do pressuposto de que tais assertivas sejam possíveis, faltaria apenas o “como” da resposta, ou seja, de que forma comunidades com mais acesso à norma veiculada pelo sistema educacional teriam um falar mais próximo do português europeu, no século XIX.

Com a independência, a educação passa a ser vista como um elemento indispensável para que a nova nação alcance mais rapidamente a civilização e o progresso. Neves e Machado (1999: 270) assinalam que “a aprendizagem de ler e escrever, escolas primárias, ensino gratuito constituíam elementos indispensáveis

para alcançar o nível de desenvolvimento econômico das nações civilizadas”, o que, para o estado – e, é claro, para a elite que forjou a independência – firmava-se como algo decisivo, correspondente a uma “fonte de patriotismo, representando a possibilidade de ‘fabricar o cidadão’”.

É claro que esse “fabricar o cidadão” antevia, ainda que implicitamente, um projeto lingüístico que permitisse individualizar ainda mais o Brasil como nação, sobretudo em relação a Portugal. O que vai ser marcante para esse projeto é o fato de ter sido forjado dentro de um projeto educacional pensado pelas elites, cujo objetivo era promover a “homogeneização futura da própria elite”. Disso vem a ser a maior prova a fundação, em 1837, e sua posterior organização, do Imperial Colégio de Pedro II, que, sempre atendendo às necessidades dos futuros bacharéis, constituiu-se como garantia à ascensão social para aqueles que, em geral, já as possuíam.

O projeto lingüístico, embutido nesse contexto maior de um projeto educacional, era, em si, um projeto de normatização. É daí que abrimos espaço para unir o ideológico ao eminentemente social, já que a constituição de uma norma nacional vai se dar, paradoxalmente, como já referido, no sentido de negar o uso lingüístico da maior parte da população brasileira.

Na apresentação do texto *Estatística da Instrução*, publicado no Brasil pela Typographia de Estatística, em 1916, lê-se:

Na monografia que serve de prefácio ao inquérito censitário sobre o ensino, está comprovada por algarismos irrefutáveis a precária situação da maioria dos habitantes do Brasil quanto ao grau de instrução, tornando-se evidente a necessidade da interferência dos poderes públicos nacionais no provimento do ensino elementar. [...] Só de 1870 em diante, com a subsequente criação da Directoria Geral de Estatística em janeiro de 1871, começaram a ser divulgados, com mais ordem, clareza e uniformidade, embora

incompletos e muito deficientes, os algarismos relativos ao ensino público, primário e secundário em todo o Império. [...] Até 1907, não se obtém o desejado êxito, isto é, apreender de modo aproximado o estado de instrução no país.

Ensino Público Primário e Jardins de Infância

ANOS	Total	Escolas diurnas	Escolas noturnas	Jardins de Infância	Frequência total
1916	72.423	64.199	7.753	471	44.635
1918	76.615	69.087	7.051	477	48.510
1921	81.696	73.688	7.616	392	51.598
1923	80.988	73.404	7.175	409	51.010
1926	69.169	64.331	4.407	431	54.759
1928	76.959	71.820	4726	413	59.332
1930	85.022	78.104	6.187	731	64.900

Fonte: (Médias Annuas da matrícula e da frequência entre 1916 e 1930)

Não é novidade que a vinda da família real promoveu uma espécie de revolução no processo da prática de leitura. Isso porque, socialmente, também houve uma revolução. Ampliou-se o público leitor, não necessariamente o leitor literatizado, mas o leitor de uma forma geral, o leitor de documentos, de notícias, de leis. O leitor forjado na burocracia da metrópole, que aqui chegou inserido no aparato administrativo de D. João VI. Vários autores, como Alencastro, situam em torno de 15 mil pessoas o total de

transferidos de Portugal para o Rio no período. Acrescente-se o fato de parte dos interesses lusitanos ter se concentrado aqui até meados do século XIX, diante da instabilidade política e econômica em que Portugal se encontrava.

A publicação da Directoria Geral de Estatística sobre *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto, analfabetismo*, da população recenseada em 31 de dezembro de 1890, publicada em 1898, apresenta a seguinte distribuição da população do Distrito Federal, isto é, da cidade do Rio de Janeiro:

	Branco	Preto	Caboclo	Mestiço	Total
Homens	300049	29530	8830	55248	293657
Mulheres	127740	35008	8615	57631	228994

O total de habitantes, sem levar em conta a variável gênero, é de 522.651 habitantes. O percentual de homens brancos é de 10%, no universo dos homens, e de mulheres brancas é de 56%, no universo das mulheres. Essa distribuição pode ser analisada internamente, em cada uma das paróquias/freguesias, para que se possa verificar em que locais há maior concentração de brancos e negros: na Candelária, freguesia mais antiga, criada em 1634, a proporção é de 7.342 homens brancos para 185 homens negros (3%), distribuição que se inverteu, como se pode ver, se compararmos com a situação vigente em 1821, quando a população escrava chegava a ultrapassar a livre. Nas freguesias de Santa Rita, criada em 1731, e na de Sant'Anna, criada em 1814, freguesias urbanas que concentravam uma população de baixa renda, com reduzido poder de mobilidade, a relação é de 17.395 para 3.707 (18%) e de 27.413 para 3.806 (12%), respectivamente. Em relação às mulheres, o quadro é também diferenciado. Se compararmos, por exemplo, o total de homens e mulheres, brancos e negros, na paróquia de Sant'Anna, é possível concluir que o percentual de homens negros é menor que o de mulheres negras: a relação para a mulheres é de 17.348 brancos para 4.162 negros, o que corresponde a 19%, enquanto a de homens é de 12%, como se viu acima.

No que se refere à distribuição de brasileiros e estrangeiros, o quadro é o que segue:

População recenseada no Distrito Federal quanto à nacionalidade em 1890

NACIONALIDADE				População Total
Brasileiros		Estrangeiros		
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
204996	193536	88661	35458	522651

No correr dos séculos XIX e XX, o número de brancos e pardos cresce em todo o país, sendo quase equivalentes hoje, como se pode ver no quadro a seguir, retirado de Reis (2000), a partir de dados do IBGE, indicando alta miscigenação.

Esse quadro, é necessário observar, é diferenciado de região para região e, pelo censo de 1991, a maior concentração de negros está na região sudeste e de pardos, na nordeste. Não se pode desvincular a questão racial e de sexo da do analfabetismo, já que negros e mulheres foram durante muito tempo excluídos do sistema educacional brasileiro. Segundo Ribeiro (2000: 79), “tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever”, pelo menos até 1822. A esse propósito, que extrapola o Rio de Janeiro, leia-se uma carta de redator (*apud* Leite e Callou, 2002: 35), publicada, em 1833, no *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia*:

[...] O destino das mulheres [...] he diferente do dos homens, quer na Ordem Social, quer na da natureza. Seja qual for sua posição, e o lugar, que tenham de occupar um dia, a sua condição na Sociedade não he a de comparecer em publico, exercer empregos, preencher cargos, tomar assento nas Assembleas, marchar contra o inimigo, cultivar as Artes mecanicas, exercitar trabalhos exteriores: mas o viver na familia, o cuidar do arranjo domestico, por que ahi he que as mulheres se fazem estimaveis. Sendo pois a sua

educação de deveres a cumprir no interior, deve a sua instrução conformar-se toda á este fim; e portanto a instrução recebida na casa paterna he a que mais lhes convem; pois que tem a vantagem de formal-as logo da infancia ás minuciosas circunstancias da economia domestica, e de lhes imprimir o espirito de modestia, de paciencia, de ordem, e a doçura de caracter, principios fecundos de todas as suas boas qualidades, bem como de sua felicidade [...]

Enfocando a cidade do Rio de Janeiro, o quadro referente à instrução é o seguinte, sempre segundo dados do IBGE:

Quanto à instrução (Distrito Federal/1890)

Sabem ler e escrever		
Brasileiros		Total
homens	Mulheres	189.943
109.318	80.625	
Estrangeiros		Total
homens	Mulheres	80.387
60.642	19.745	
Não sabem ler e escrever		
brasileiros e estrangeiros		Total
homens	Mulheres	252.321
123.697	128.624	
Total Geral: 522.651		

Se compararmos esses dados do Distrito Federal com os relativos aos do Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Ceará, pode-se verificar que o Distrito Federal, que corresponde hoje à cidade do Rio de Janeiro, apresenta um índice de analfabetismo muito mais baixo que o das outros municípios. É possível observar por sua vez que a cidade de Salvador apresenta o índice mais baixo em relação aos outros estados.

Estado	Total de habitantes	Total de habitantes que não sabem ler e escrever (brasileiros e estrangeiros)	%
RJ	876.884	743.425	85
DF	522.651	252.321	48
BA	1.919.802	1.752.921	91
SSA	174.412	132.170	76
MG	3.184.099	2.852.695	90
CE	805.687	697.561	87

Essas diferenças regionais ainda permanecem, mas são menos flagrantes, pelo menos nas capitais. Pelo *Censo Demográfico de 2000*, a taxa de alfabetização da população do município do Rio de Janeiro é de 95,8% e de Salvador de 93,8%. As proporções de pessoas não-alfabetizadas continuam sendo mais significativas nas regiões Nordeste e Norte: o Nordeste apresentou o pior desempenho, apenas 75,4% de pessoas de 10 anos ou mais se consideraram alfabetizadas. Significativo é o fato de as mulheres apresentarem hoje uma taxa ligeiramente superior à dos homens, tendo em conta a posição que ocuparam na sociedade durante muitos séculos.

4. Tentando interpretar os dados

As informações reunidas nos itens anteriores sugerem que não se pode deixar de relacionar a história lingüística à história social. Três fatores devem ser observados, de início, mais de perto:

O primeiro é o da época em que se definiu uma chamada variante culta, questão levantada por Mattos e Silva (2001: 278):

o português brasileiro culto só começará a definir-se da segunda metade do século XVIII para cá, uma vez que essa

variante culta passa necessariamente por questões relativas à escolarização, ao uso escrito e sua normatização;

O segundo diz respeito ao fato de não se poder considerar a formação do português brasileiro como um processo único, tendo em vista as características sociais e demográficas diferenciadas, de lugar para lugar, à época em que se definiu aquela variante;

O terceiro é o de o primeiro contato do indivíduo com a língua se dar no âmbito familiar e o de as mulheres serem, de um lado, em geral, segundo Labov (2001), as transmissoras das mudanças lingüísticas e, por outro lado, terem ficado durante muito tempo afastadas do sistema educacional regular.

Referências

- ALENCASTRO, L. F. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2, p. 11-93.
- BARBOSA, A. *Para uma história do português colonial: questões morfossintáticas em Cartas de Comércio*. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- CALLOU, D. Da história social à história lingüística: o Rio de Janeiro no século XIX. In: ALKMIM, T. M. (Org.). *Para a história do português brasileiro: novos estudos*. São Paulo: Humanitas, 2002. v. III, p. 281-292.
- CALLOU, D.; AVELAR, J. O. Subsídios para uma história do falar carioca: mobilidade social no Rio de Janeiro do século XIX. In: DUARTE, M. E.; CALLOU, Dinah (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2002. v. IV, p. 95-112.
- ENDERS, A. *A história do Rio de Janeiro*. História do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.
- GONÇALVES, L. A. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, E. *et al.* *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 325-346.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change. Social factors*. Cambridge: Blackwell, 2001. v. 2.
- LEITE, Y.; CALLOU, D. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LINHARES, M.Y; LÉVY, M. B. Aspectos da história demográfica e social do Rio de Janeiro (1808-1889). Separata . *Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique*, Paris, n. 543, p. 11-15, octobre 1971.

MATTOS e SILVA, R. V. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS e SILVA, R.V. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 275-301.

REIS, J. J. Presença negra: conflitos e encontros. In: VAINFAS, R. (Org.). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

RIBEIRO, A. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, E. *et al.* *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica: 2000. p. 79-94.

RIBEIRO, J. *A língua nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Fontes estatísticas

CENSO demográfico 2000. Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

RECENSEAMENTO DO BRASIL DE 1872. Município Neutro. IBGE. v. 5.

RELATÓRIO DE 1873. *Directoria geral de Estatística*. Rio de Janeiro: Typographia Franco-Americana, 1874.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *SINOPSE DO RECENSEAMENTO* de 31/12/1900, 1905.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. SEXO, RAÇA E ESTADO CIVIL, NACIONALIDADE, FILIAÇÃO, CULTO E ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO recenseada em 31/12/1890. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.

ESTATÍSTICA DA INSTRUÇÃO. Primeira parte. Estatística escolar. Brazil. Typographia de Estatística, 1916. v. 1.

RECENSEAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO feito em 30/08/1892. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1893.

ENSINO PÚBLICO PRIMARIO E JARDINS DE INFÂNCIA. Prefeitura do Distrito Federal. Directoria de Estatística e Archivo. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1932.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

ARQUIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

**Os escravos e a língua:
em busca de bases históricas para uma
reflexão**

por

Tânia Alkmim

Universidade Estadual de Campinas

A ausência de dados históricos sobre a realidade lingüística dos escravos brasileiros é um fato bastante conhecido. A historiografia relativa à escravidão vem desenvolvendo um extensivo e criterioso trabalho de pesquisa, que tem contribuído para um conhecimento cada vez maior do sistema escravista brasileiro e sobre a condição escrava (aspectos da vida social, religiosa e cultural, movimentos de resistência etc.). O silêncio sobre a história lingüística de negros e escravos brasileiros causa uma certa perplexidade: como interpretar a ausência de registro histórico? Por que cronistas, viajantes, historiadores, ao longo do período colonial, pouco ou quase nada relataram a respeito dos usos lingüísticos de uma parcela tão significativa da população do Brasil? Devemos ver, nessa atitude, a manifestação de um absoluto desinteresse pela questão, ditada pelo preconceito em relação às línguas africanas e aos usuários africanos da língua portuguesa? Ou não teria havido, efetivamente, nada de excepcional a registrar? Essa última hipótese é dificilmente sustentável. Deslocados à força de suas diferentes regiões de origem e reduzidos à dura condição de escravos no Brasil, os africanos devem ter tido uma experiência lingüística bem particular. A atuação de intérpretes e, posteriormente, o uso de escravos aculturados no trato com os recém-chegados deve ter

sido uma prática usual. Mas como se deu o contato entre africanos de distintas línguas e culturas? Como foi o processo de aquisição do português pelos escravos? Por que não foi possível manter o uso das línguas africanas ao lado do português? É fato que as línguas africanas trazidas pelos escravos desapareceram, mas há alguns registros de seu uso, como, por exemplo, informa Alencastro (1997: 34): “Num discurso no Parlamento, um deputado baiano declarou, em 1851, que na Bahia ‘entre a população preta, não se fala a língua do país’”. De modo mais preciso, Nina Rodrigues (1945) documentou a presença de línguas africanas em Salvador, nos finais do século XIX, tendo destacado a amplitude de uso da língua iorubá (Cf., a propósito, Yeda Pessoa de Castro (2001)). Cabe assinalar também que as religiões afro-brasileiras — com suas línguas rituais — representam evidências muito concretas da forte presença das línguas africanas na vida dos escravos. Com relação à aquisição do português, encontramos em Serafim da Silva Neto (1950) duas informações significativas dadas por viajantes, relativas às primeiras décadas do século XIX:

(i) “Em três meses, [os africanos] podem, em geral, se fazerem mais ou menos entender. Só o grupo *st* e o *r* oferecem muita dificuldade. Pronunciam o primeiro como *t* e o segundo como *l*. Por exemplo: *tá bom* em lugar de *está bom*; *dalé* ao invés de *darei*. (Do viajante alemão Schlichthorst, que esteve no Rio de Janeiro em 1824).

(ii) “Ao chegar à fazenda, confia-se o escravo aos cuidados de outro mais velho e já batizado. Este o recebe na sua cabana e procura fazê-lo, pouco a pouco, participar de suas próprias ocupações domésticas; ensina-lhe também algumas palavras em português. É somente quando o novo escravo se acha completamente refeito das conseqüências da travessia que se começa a fazê-lo tomar parte nos trabalhos agrícolas dos outros. É então o seu primeiro protetor que o instruiu.” (Do viajante João Maurício Rugendas).

Dada a ausência de informações, como pensar a questão da realidade lingüística dos escravos? Talvez algumas pistas possam ser buscadas no mundo de vida, trabalho e morte, gerado pelo

sistema escravista brasileiro, no ventre do qual se forjou um quadro de interação social, que definiu as escolhas dos escravos. Queremos, aqui, reunir um conjunto de informações históricas que, em nossa avaliação, podem fornecer uma base para o exercício de reflexões pertinentes sobre a questão da realidade lingüística dos escravos brasileiros. O presente trabalho se propõe a apresentar dados históricos relativos à condição escrava no Brasil, que nos parecem relevantes para, de um lado, identificar quadros interacionais possíveis entre escravos, entre escravos e livres, e, de outro lado, obter uma visão de conjunto da população escrava, a partir de sua origem e composição, de suas características demográficas e de suas condições de vida e trabalho. Tomaremos, por base, duas obras do reconhecido estudioso norte-americano Stuart Schwartz: *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial. 1530-1835*, de 1985, e *Escravos, roceiros e rebeldes*, de 1992. Os dados apresentados focalizam a escravidão na Bahia durante o período colonial. A esse respeito, e a título de justificativa, tomo a liberdade de reproduzir um trecho do prefácio de Schwartz (1985: 9):

Concentrei minha atenção na Bahia por ser uma das principais áreas de grande lavoura e um importante ponto terminal do tráfico atlântico de escravos, embora fragmentária e irregular em comparação com a norte-americana do período anterior à Guerra de Secessão, é melhor que as demais regiões de grande lavoura no Brasil colonial. (...) Apesar de minha análise limitar-se à Bahia, acredito plenamente que o processo e os padrões aqui descritos foram, em essência, os mesmos nas outras áreas brasileiras produtoras de açúcar.

1) O mundo dos engenhos

Como bem aponta Celso Cunha (1977: 5), “O Brasil, o verdadeiro Brasil, não estava nas cidades. Estava, então, como esteve, sem dúvida, até meados do século XIX, no campo, na zona rural.”. No centro desse Brasil rural, o mundo dos engenhos — a fábrica de açúcar e a lavoura de cana — concentrava a

principal atividade econômica, sustentada pela mão-de-obra escrava. É fato que, a partir dos meados do século XVII, ocorre uma queda nos preços de açúcar e observa-se um início de urbanização, com o crescimento de atividades comerciais (pequenos comércios, prestação de ofício mecânicos, comércio de escravos, por exemplo), ao lado do grande comércio de exportação e importação. Segundo Reis Filho (1964: 65): “Ao se iniciar o século XVIII, as atividades econômicas e as camadas sociais urbanas estavam constituídas.” Mas, ao longo do período colonial, o mundo dos engenhos seguiu sólido, ancorado nos dois grupos sociais antagônicos: os proprietários rurais e os escravos.

A produção de açúcar envolvia a combinação de atividades agrícolas — a lavoura de cana — e atividades industriais — a fabricação do açúcar. A força de trabalho era constituída por escravos e trabalhadores assalariados. Embora a economia açucareira se baseasse no trabalho escravo, a categoria de trabalhadores assalariados sempre fez parte da atividade de produção de açúcar. Nos engenhos, havia quatro categorias de trabalhadores assalariados: (i) profissionais, prestadores periódicos de serviço como advogados, médicos, capelães; (ii) trabalhadores, contratados anualmente, como os especialistas no fabrico de açúcar (por exemplo, os mestres de açúcar, os caixeiros do engenho, os purgadores etc.) e os feitores do campo e da fábrica; (iii) os artesãos, trabalhadores contratados por tarefa, como os ferreiros, os carpinteiros, os pedreiros etc.; e, por fim, (iv) os trabalhadores contratados em bases ocasionais ou de curto prazo, para a realização de tarefas não especializadas, como cavar valas, cortar árvores, levar mensagens, capturar escravos fugidos ou trabalhar em tempo parcial nos campos. Segundo Schwartz (1985: 261):

Os trabalhadores do campo eram quase sempre escravos, em geral negros e predominantemente africanos; os senhores de engenho invariavelmente livres e brancos. Porém, nas funções intermediárias — administrativas, técnicas e artesanais — havia indivíduos livres, libertos e cativos, brancos, pardos ou negros. Bem no coração da economia açucareira existia um grupo de trabalhadores que, por sua existência, corroborava o sistema

escravista sobre o qual a indústria açucareira se alicerçava, constituindo-se um exemplo de mobilização e progresso aos cativos.

A maioria dos engenhos baianos tinha entre 60 e 80 escravos, embora houvesse grandes engenhos com mais de 300 escravos. O tamanho médio de um engenho girava em torno de 80 a 120 escravos. Concentrados na zona do Recôncavo, os engenhos localizavam-se próximos uns dos outros.

1.1. O trabalho no engenho e no canavial

O trabalho na fábrica do engenho era uma combinação de tarefas especializadas e semi-especializadas, executadas sob constante supervisão de homens livres ou mesmo escravos. A propósito, vale conferir o quadro a seguir, relativo à organização da mão-de-obra em um engenho baiano.

Quadro I: Organização da mão-de-obra em um engenho baiano

Proprietário: senhor de engenho. Administrador geral: feitor-mor					
Hierarquia da mão-de-obra	Processo produtivo				
	Campo	Casa do Engenho	Casa das Caldeiras	Casa de Pugar	Encaixotamento
Supervisores	Feitores de Fazenda	Feitor de Moenda - dia	Mestre de Açúcar	Purgador	Caixeiro
		Feitor da Moenda ou Guarda-noite	Banqueiro Soto-banqueiro		
Especializados	Carreiros Barqueiros	Moedoras	Caldeireiros (caldeireiro de melar, caldeireiro de escuma, escumeiro)	Purgadeiras	Mães de balcão

	Arrais		Tacheiros		
Semi-especializados ou sem especialização	De enxada	Calumbá	Metedores de lenha	Massador de barro	
	Boleiro	Tangedor Guincadeira Carregadores de bagaço	Calcanha		Carregadores

Fonte: Schwartz (1985: 135)

Algumas tarefas eram preferencialmente realizadas por mulheres, como o de guindadeiras, moedeiras; outras eram próprias aos homens, como o de alimentar a fornalha e o transporte de formas de açúcar. As tarefas de supervisão e as especializadas, como a de mestre de açúcar, foram, inicialmente, exercidas apenas por brancos. Mas na passagem do século XVII para o XVIII, tais trabalhadores assalariados foram substituídos por trabalhadores negros livres e libertos, o que provocou um rebaixamento considerável dos salários da categoria. E, em um crescente processo de redução de gastos operacionais, os escravos foram também sendo cada vez mais utilizados em atividades administrativas, especializadas e de supervisão.

O trabalho relativo à lavoura e à produção do açúcar se estendia por quase um ano ininterrupto: o período da safra durava de 8 a 9 meses e o plantio, 2 meses.

A maioria dos escravos das propriedades trabalhava na lavoura. No canavial, o plantio em cada campo, feito por escravos, era supervisionado por feitores (muitas vezes, escravos). Os escravos, homens e mulheres, trabalhavam em grupos, como informa Schwartz (1985: 127):

Os escravos postavam-se lado a lado. Cada um cavava a terra a sua frente, formando uma pequena trincheira. A seguir, toda a fileira de escravos recuava e repetia o processo até que o campo fosse todo revolvido. A labuta era às vezes acompanhada por cantos, para manter o ritmo do grupo... .

O corte da cana era feito em duplas, homem e mulher: ele cortava as canas e ela as amarrava em feixes. Além desse tipo de serviço, outras tarefas eram acrescentadas aos escravos, como construir cercas, cortar lenha, cavar fossos etc. No período da safra, o ritmo do trabalho escravo, organizado em turnos, tornava-se intenso. As tarefas do canavial (corte, transporte etc.) eram feitas durante o dia, e o trabalho no engenho, no período da noite (em geral, atravessava a noite).

Parece possível supor que, em um primeiro momento, o mundo do trabalho para a produção do açúcar assentava-se em dois grupos básicos e polares: um grupo integrado por indivíduos livres e brancos, culturalmente homogêneo, falante de variedades de português, ligado às atividades profissionais especializadas, de administração e de supervisão, que dominava um grupo numericamente superior, constituído por escravos, cultural e lingüisticamente heterogêneo (algumas línguas e culturas próximas, outras bem distintas, certamente), responsável pela execução das atividades efetivamente produtivas no campo e na fábrica. Dentro desse quadro, alguns fatos chamam a atenção. Inicialmente, o fato de as atividades de livres e escravos serem absolutamente interligadas e complementares. Assim é que o trabalho escravo era supervisionado por indivíduos livres e a base para a atuação destes. Embora cindido no plano social, o mundo da produção do açúcar amarrava seus integrantes em situações de contato constante e necessárias. O contato dos escravos com a língua portuguesa, nesse primeiro momento, deve ter sido intermediado por intérpretes, como atestam as informações históricas sobre a presença de *línguas* nos navios negreiros, nos mercados de vendas e nas fazendas, mas a natureza das relações postas pelas atividades de trabalho nos leva a supor a necessidade de uma interação direta e continuada. Naturalmente, o processo de exposição e a intensidade da exposição à língua portuguesa deve ter-se dado de maneira diferenciada, segundo a inserção dos escravos na cadeia produtiva. Nesse sentido, escravos ligados à fabricação do açúcar, trabalhando lado a lado de assalariados brancos, tinham um acesso à língua distinto daqueles que

permaneciam a maior parte do tempo nas lavouras, locais em que a presença de brancos era bem reduzida. Mas sendo constante e inevitável o contato com a língua portuguesa, sua aquisição e uso pode ter-se tornado impositiva, independente da possibilidade de os escravos manterem suas línguas de origem ou adquirido outra(s) no contato com seus pares.

Chama também a atenção o eixo que opunha a homogeneidade lingüística e cultural do grupo dominante à diversidade do grupo dos escravos — ainda que esse último fosse numericamente superior. Nesse contexto, a situação de extrema assimetria posta pela relação de escravidão pode ter favorecido a imposição (total ou parcial) de padrões de comportamento do grupo socialmente controlador. Nessa ordem de idéias, poderíamos levantar a hipótese de que o sucesso da ordem social baseada na escravidão no Brasil, isto é, seu funcionamento e rentabilidade, foi secundado por um bem sucedido processo de aculturação lingüística dos escravos africanos. Caberia ainda considerar que, para além do mundo da produção açucareira (e mesmo da produção da lavoura de subsistência), os escravos participavam de todas (ou da quase totalidade) as esferas do cotidiano dos senhores e brancos livres em geral, sob a forma de prestação de serviços de toda ordem. O português, língua do senhor branco, dominador — com tudo que essa condição implicava — poderia, assim, ser visto como o código que se impôs, desde o início, à diversidade das línguas e dos povos africanos trazidos como escravos para o Brasil.

1.2. As condições de vida escrava: miséria, castigos e incentivos

Os escravos eram submetidos a duríssimas condições de vida: as habitações, as senzalas, eram precárias; a alimentação era deficitária, insuficiente e de má qualidade; a vestimenta reduzida era oferecida uma ou duas vezes por ano, nenhum tipo de calçado;

longas jornadas de trabalho; disciplina rígida, castigos, em geral, cruéis.

Do ponto de vista da utilização da força de trabalho, os escravos eram expostos à produção máxima ao menor custo possível, em regime de trabalho intensivo. Segundo Schwartz (1992), os escravos conseguiam produzir, num período de 14 a 24 meses, o açúcar suficiente para igualar seu valor de compra. Logo, não interessava ao senhor fazer qualquer tipo de investimento na melhoria das condições de vida dos escravos, com preocupações voltadas para sua saúde, alimentação, moradia, relações familiares, por exemplo. Evidentemente, a existência do tráfico contínuo, com a conseqüente possibilidade de reposição da mão-de-obra, sustentava tal postura dos senhores.

Dadas as severas condições de vida e de trabalho dos escravos, os senhores encontraram formas de garantir a qualidade e a quantidade do trabalho dos escravos, e de combater as doenças simuladas, a resistência e a sabotagem. Ao lado das punições e castigos, foi fundamental o estabelecimento de um sistema de incentivos. Assim, era comum, por exemplo, a distribuição de aguardente aos trabalhadores livres e escravos com recompensa pelo serviço. Mas havia três formas de incentivo muito mais eficientes para obter a cooperação dos escravos, habilmente manipuladas pelos senhores: (i) a alocação de escravos em funções especializadas e como feitores, que alimentava a ilusão de mobilidade social; (ii) a permissão para os escravos cultivarem roças pessoais e de dispor livremente dos produtos obtidos, que possibilitava a melhoria da alimentação e, especialmente, a obtenção de dinheiro, usado para a compra da própria liberdade ou de um membro da família, que promovia a sensação de independência; e (iii) o mecanismo da alforria, liberdade que podia, com muito sacrifício, ser comprada pelo escravo, e também, ser concedida pelo senhor, por bom comportamento ou em razão de algum tipo de reconhecimento. Se as más condições de vida e de trabalho e as punições revelavam a face agressiva do sistema escravista, a política de incentivos funcionava como um mecanismo de cooptação e de integração dos escravos. Mais do que isso, procurar a obtenção de “regalias” era uma forma de agir

para garantir a sobrevivência em melhores condições. Fora dessas alternativas, restavam a fuga e o suicídio (como mostram as pesquisas sobre esses temas). Consideremos, a propósito o comentário de Schwartz (1992: 99) sobre a alforria:

Os estudos de manumissão baiana demonstram que cerca de metade das manumissões da Bahia no período entre 1680 e 1750 foram compradas, em geral, pelos próprios escravos, ou por algum membro da família do escravo. A Bahia não estava sozinha nesse aspecto, e foram observados padrões semelhantes em outras partes do Brasil.

Seria possível gozar dos incentivos sem uma demonstração ostensiva de cooperação e de integração sem o uso do português?

2. A população escrava na Bahia: instável, africana e diversificada

A escravidão brasileira teve com uma de suas características essenciais a importação contínua de escravos. A Bahia, nas palavras de Schwartz (1985: 280):

tornou-se e permaneceu um grande terminal do tráfico atlântico de escravos, desenvolvendo-se ali uma classe local de traficantes e de produtos como o fumo e a aguardente, usados no comércio com a costa africana.

O fluxo contínuo de africanos tinha respaldo, de um lado no intenso tráfico que tornava relativamente fácil o acesso a novos escravos, e, de outro, no regime demográfico negativo da população escrava. Quais os efeitos dessa dinâmica de importação e substituição de escravos? Um desses efeitos, certamente, foi a constituição de uma comunidade instável: uma comunidade que se expandia e se retraía por determinações externas a ela, ditadas pelas crises e ajustes da economia açucareira. Parece razoável supor que, tanto do ponto de vista global como no plano de cada engenho ou fazenda, a comunidade escrava vivia em contínua e constante instabilidade, seja na sua dimensão, quanto na origem e

classe (sexo e idade) de seus membros. Nesse sentido, consideremos alguns aspectos ligados à questão do tráfico.

2.1 O tráfico de escravos: volume, etnias

Ao longo do período colonial, o tráfico centralizou suas atividades em certas regiões da África, em função de razões variadas (guerras locais, conflitos armados entre países envolvidos no tráfico, relacionamento com populações locais, entre outras). Quanto ao volume do tráfico de africanos para o Brasil, inexistem números definitivos: na ausência de registros históricos efetivos, fazem-se cálculos estimativos, baseados em distintos critérios, segundo as fontes disponíveis (listas de entradas de navios negreiros em portos brasileiros, relação entre produção anual média de açúcar e o número de escravos necessários etc.). Para Kátia Mattoso (1982:53): Entre a segunda metade do século XVI e 1850, data que assinala a abolição definitiva do tráfico brasileiro, o número de cativos importados é avaliado entre 3.500.000 e 3.600.000. Estas cifras baseiam-se em dados incompletos, mas têm unanimidade entre os que se voltam para o problema. O Brasil teria, pois, importado 38% dos escravos trazidos de África para o Novo Mundo. Maurício Goulart (1950), em seu clássico trabalho, estima que foram trazidos para o Brasil entre 3.500.000 e 3.600.000 escravos africanos, até 1850, e apresenta os seguintes cálculos:

(i) ao longo do século XVI, é possível supor existência de cerca de 12 a 15 mil escravos;

(ii) durante o século XVII, importou-se entre 500 e 550 mil africanos;

(iii) no século XVIII, desembarcaram cerca de 1.700.000 escravos nos portos brasileiros;

(iv) no século XIX, a importação de africanos alcançou a cifra de 1.350.000 indivíduos.

Com exceção do período da exploração das regiões de mineração, as zonas açucareiras (Bahia e Pernambuco, especialmente) receberam os maiores contingentes de escravos durante a época colonial (embora tenha havido momentos de declínio nas fases de crise do setor).

Na Bahia, a origem da maioria dos escravos variou segundo a concentração da atividade do tráfico. Segundo Yeda P. de Castro (2000), durante o século XVI, foram trazidos escravos da chamada Costa da Guiné, correspondente a toda costa atlântica africana; no século XVII, predominaram os africanos das regiões do Congo e de Angola; no século XVIII, veio um maior número de negros da região conhecida como Costa da Mina (ao longo das costas de Gana, Togo e Benim); no século XIX, a captura de africanos visou às regiões da baía de Benim, de Angola e da Contra-Costa (no cone sul-africano). Mas a mistura de povos de diferentes regiões africanas sempre caracterizou a população escrava baiana, segundo Schwartz (1985: 282):

Mesmo no auge do tráfico no golfo de Benin, por volta de 1780 a 1820, quando os jejes, nagôs (iorubás), tapas (nupês) e outros povos “sudaneses” predominavam entre os cativos baianos, cerca de 1/3 dos escravos nascidos na África provinham de povos bantos de Angola e da África central.

Qual a dimensão da população escrava na Bahia? Qual a proporção desta em relação ao total da população residente na Bahia? Não há respostas definitivas para essas questões. Dispomos de alguns poucos dados, que indicam que o percentual da população escrava foi alto na Bahia, ao longo do período colonial. Segundo Azevedo (1956:29), na segunda metade do século XVII, Salvador, o maior centro urbano do Brasil, tinha 8 mil brancos “além de milhares de negros e índios, cerca de 2 mil casas.”¹ Quanto ao século XVIII, Schwartz (1985) aponta, como

¹ Segundo Azevedo (1956), o Rio de Janeiro tinha uma população semelhante a de Salvador; Recife, em 1654, provavelmente, entre 3 e 4 mil habitantes e Olinda, mais de 2 mil.

um panorama representativo do início do período, os dados contidos na dissertação do Padre Gonçalo Soares França, apresentada em 1724, à Academia dos Esquecidos, sociedade intelectual baiana. Vemos, aí, que a população da Bahia chegava a 80 mil pessoas, concentrada em Salvador e no Recôncavo — mais de 80%. Salvador tinha, então, em torno de 25 mil habitantes, quase metade destes era de escravos. Na zona do Recôncavo, a mais densamente povoada desde os finais do século XVI, a população chegava a quase 40 mil indivíduos, sendo constituída por mais de 60% de escravos (em algumas paróquias, como Matoim, Santiago de Iguape e Santo Amaro da Purificação, a população escrava perfazia 70%). Nos inícios do século XIX, a Bahia tinha 500 mil habitantes, sendo 1/3 deles escravos. Na zona dos engenhos, o Recôncavo, os escravos constituíam, como no período anterior, 70% da população.

A escravaria baiana, ao longo do período colonial, foi predominantemente africana. Segundo Schwartz (1985), os mestiços, rotulados como pardos, sempre foram minoritários na Bahia, não tendo, provavelmente, nunca ultrapassado 10% da população escrava. Considerando-se, como um todo, os escravos nascidos no Brasil, negros e mestiços, no período compreendido entre 1600 e 1820, vê-se que os escravos crioulos (negros e mestiços), provavelmente, não chegaram a representar 1/3 do conjunto da população escrava baiana. Em outras regiões do Brasil, com menor dependência do tráfico, as taxas relativas a crioulos devem ter sido mais elevadas.

O panorama sugerido até aqui pode ser resumido pelas seguintes palavras de Schwartz (1985: 286):

Em síntese, durante toda a era colonial, o tráfico permaneceu relativamente aberto e atendeu às necessidades dos senhores de engenho, apesar das vicissitudes da guerra e da política do Atlântico. Assim, esses proprietários puderam, em geral, contar com a reposição suficiente da mão-de-obra a preços acessíveis, embora, às vezes, houvesse períodos de alta muito acentuada. Abastecendo-se em pontos diversos, da Senegâmbia a Angola e

ocasionalmente, Moçambique, o tráfico negreiro para a Bahia introduziu uma variedade de povos, de modo que, mesmo sendo predominantemente africana, a população cativa da capitania apresentou grande diversidade de culturas.

É fato que o peso da população escrava foi considerável na Bahia. Mas supomos aqui que esse fator numérico, ainda que respeitável, pode ser relativizado diante das duas características apontadas: a instabilidade e a diversidade cultural e lingüística, particularmente no espaço dos engenhos e das fazendas de cana. Não teriam tais características contribuído para que a população escrava adotasse português, língua do grupo socialmente dominante, mais estável e homogêneo, como língua comum?

3. Uma comunidade desigual

Uma outra consequência da existência do tráfico contínuo na Bahia, e no Brasil em geral, está na base de duas características demográficas marcantes da população escrava: desequilíbrio sexual e etário.

Os dados históricos apontam que, desde o início do tráfico para a Bahia e para o Brasil, foram trazidos mais homens do que mulheres — provavelmente, em função da atividade açucareira. É fato também que a importação de crianças foi muito reduzida. Schwartz (1985) estima que o tráfico transportou para a Bahia 2 a 6% de crianças menores de 13 anos e de 30 a 40% de mulheres.

Em relação aos fins do século XVI, Schwartz (1985), com base em alguns documentos, aponta os seguintes dados, relativos a alguns dos primeiros engenhos baianos:

Quadro II: Seis engenhos baianos: 1591-1631

Localidades	Ano	Crianças		Idosos		Adultos		TO-TAL
		H	M	H	M	H	M	
1) Engenho Sergipe	1591		43	64	39			146
	1626	5	3	28	18	23	12	89
	1638	5	6	41	25	2	3	82
2) Engenho Sá Dória	1662	5	2	23	10			40
3) Engenho São Bento	1666	15	11	48	41			115
4) Engenho do Mato	1666	13	9	21				43
5) Fazenda Matos de Aguiar	1685			37	11			48
6) Fazenda Querado	1631	2	2	7	3	1	2	17

Obs: 1. Este Quadro se baseia na Tabela 34 de Schwartz (1985: 286); 2. No Engenho Sergipe, em 1591, a população escrava era, predominantemente, indígena.

Quanto ao século XVIII, os dados relativos a nove engenhos baianos, em que se pode observar um relativo desequilíbrio entre os sexos, são ilustrativos do período:

Quadro III: Nove engenhos baianos em 1739: sexo

ENGENHO	HOMENS	MULHERES
São Brás	33	29
Pitanganha	65	47
Acotinga	30	28
Matoim	50	38
Pindobas	42	53
Sapucaia	19	24
Caboto	24	33
Pojuca	45	22
Cornubucu	321	285

Obs.: Quadro baseado na Tabela 35 de Schwartz (1985: 287)

Os dados históricos apontam, também, que a predominância masculina era mais acentuada nos grandes engenhos do que nas fazendas de cana. Os grandes engenhos, que cultivavam sua própria cana, apresentavam um coeficiente de homens duas vezes maior que de mulheres, enquanto nas fazendas de cana, a predominância masculina girava em torno de 20 a 30%. Schwartz (1985) apresenta as seguintes informações sobre engenhos e fazendas de cana na Bahia, relativas ao período de 1710 a 1827:

Quadro IV: Engenhos e fazendas de cana na Bahia: 1710-1827

	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Engenhos	922	453	1375
Fazendas de cana	292	230	522

Obs.: Quadro baseado na Tabela 36 de Schwartz (1985 :287)

Para os inícios do século XIX, Schwartz (1985) assinala que a desproporção sexual e etária tornou-se ainda maior do que em períodos anteriores. Com base em dados de 1816, relativos a seis engenhos baianos, o referido autor informa que havia 275 homens para cada 100 mulheres, e uma estrutura etária em que apenas 14% dos escravos eram crianças com menos de 8 anos.

De um modo geral, no Brasil quanto maior o número de africanos em uma propriedade, menor o número de mulheres e de crianças. Quanto à Bahia, pode-se afirmar que a população escrava, ao longo da maior parte do período colonial, caracterizou-se pela predominância de indivíduos do sexo masculino e por um baixo número de crianças.

Vida e morte

Em algumas regiões, a importação contínua de escravos era baixa em função do tipo de atividade econômica (regiões de economia mista), a população escrava foi capaz de manter estruturas familiares estáveis e também de alcançar uma

expectativa de vida mais próxima dos grupos livres. Mas segundo Schwartz (1992: 93):

A maioria dos agricultores, por exemplo, não via motivo para incentivar a constituição de famílias estáveis a fim de promover o crescimento natural da população. Já que os escravos conseguiam produzir num período de 14 a 24 meses açúcar suficiente para igualar seu valor de compra, contanto que o tráfico continuasse aberto, os agricultores acreditavam que não valiam os riscos e as despesas da manutenção de crioulos (negros nascidos no Brasil) durante 14 anos, até poderem tornar-se trabalhadores completos. (...). Para que o agricultor dobrasse o investimento, o escravo adulto só precisava viver 5 anos em tais condições.

Acrescente-se, também, que a população escrava brasileira se caracterizou por uma baixa fecundidade e por um alto índice de mortalidade. Para a Bahia, Schwartz (1985: 297) destaca a incapacidade de auto-reprodução da população escrava:

As escravas não davam à luz a um número suficiente de filhos para que aquela população crescesse ou mesmo se mantivesse estável sem consideráveis acréscimos por meio do tráfico.

Embora não haja dados completos, as evidências indicam que a mortalidade infantil e de crianças com menos de um ano era muito alta — fato muito provavelmente relacionado às difíceis condições de vida das mães escravas (alimentação, possibilidade de amamentação, períodos de trabalho etc.). Quanto aos adultos, há vários fatores relacionáveis à mortalidade: doenças desconhecidas dos africanos, regime de trabalho, insalubridade e alimentação são alguns dos mais óbvios. O fato é que, apesar das dificuldades de obter informações exatas, estima-se que a expectativa de vida dos escravos baianos, em geral, era de 23 anos para os homens e de 25 anos para as mulheres. Nos engenhos e canaviais, a expectativa de vida era mais baixa.

Comentários finais

Não queremos, aqui, caracterizar a população escrava como uma comunidade socialmente patológica pelo contraste flagrante com a comunidade de brancos e livres: dominada em grau extremo pela condição escrava, étnica, cultural e lingüisticamente heterogênea, desequilibrada em termos sexuais e etários, sem esperança de vida e de reprodução. A história dos escravos brasileiros, ao contrário, tem mostrado sua vitalidade, sua capacidade de resistência e suas ações concretas no sentido de criar e recriar tradições que os singularizaram no conjunto da sociedade colonial. Mas gostaríamos de fazer, apenas, uma observação final, que nos parece decisiva no que diz respeito à questão lingüística: o constante controle exercido sobre a vida dos escravos, que redundava na exposição permanente aos padrões culturais da sociedade branca. Se os escravos puderam construir e manter, ainda que sob condições adversas, espaços físicos e simbólicos exclusivos (ou quase), o mundo dos brancos raramente pode dispensar a presença e o trabalho daqueles no seu cotidiano. Não teriam as fragilidades e as especificidades da comunidade escrava criado condições favoráveis para uma adesão, imediata ou gradual, ao modelo do grupo dominante? Avaliamos que sim. As línguas africanas, com certeza, não foram abandonadas abruptamente, mas acabaram por desaparecer do repertório verbal dos escravos. E esse processo de abandono deve ter sido paralelo à ampliação de uso da língua portuguesa em espaços originalmente reservados às línguas étnicas.

O presente trabalho apoiou-se em dados históricos para formular questões de natureza lingüística — que, talvez, não tenham sido as mais adequadas. Esperamos, no entanto, ter contribuído para a discussão de um tema de interesse para o conhecimento da nossa história social e lingüística: a relação dos escravos com a língua portuguesa no contexto da sociedade colonial brasileira.

Referências

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1977. v. 2.
- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo, *Boletim n. 208, Geografia n. 11*, USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1956.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia*. Um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks/Academia Brasileira de Letras, 2001.
- CUNHA, Celso. Para uma caracterização lingüístico-social do Nordeste. *2º Seminário de Estudos sobre o Nordeste*. Salvador: UFBA, 1977.
- GOULART, Maurício. *A escravidão negra no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa, 1950.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1933.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.
- _____. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Cia das Letras/CNPq, 1995. (1985).
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977 [1950].

Escravos em anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Discurso e ideologia

por

Helena Hathsue Nagamine Brandão

Universidade de São Paulo

Introdução

É do conhecimento de todos que os anúncios têm um caráter documental: eles retratam, pelas informações que fazem circular, pelas ofertas de produtos e serviços, o universo dos objetos e as preocupações presentes num determinado grupo social de uma dada época. Por ser um discurso corrente no dia-a-dia do cidadão e estar presente desde que os primeiros jornais impressos começaram a circular, esse gênero do discurso torna-se material interessante para apreender aspectos da vida social de uma determinada comunidade discursiva.

O presente trabalho analisa anúncios de jornais paulistas coletados por pesquisadores do projeto coletivo *Para uma História do Português Brasileiro* e publicados sob a organização de Guedes e Berlinck (2000).

A análise desses anúncios será feita tendo em vista os pressupostos teóricos da Análise do Discurso que trabalha o embricamento do lingüístico e do histórico, e visa a traçar aspectos da história social do português de São Paulo, apreendendo as formas textuais-enunciativas pelas quais o discurso se concretiza. O *corpus* é constituído por anúncios coletados em seis jornais paulistanos que circularam no século XIX.

Partindo do conceito de gênero de discurso (caracterizado por Bakhtin pela presença de três fatores: tema, composição, estilo), elegemos como primeiro critério para a abordagem dos anúncios o conteúdo neles veiculado. O levantamento apontou uma heterogeneidade de objetos tematizados (oferta de produtos, animais, serviços, negócios, comunicados de caráter social e institucional, educação, cultura); chamou-nos a atenção a quantidade de anúncios relativos à escravidão: mais de um quarto do total coletado. Como parte do dizível, do “narrável” e “argumentável” das práticas discursivas de uma comunidade de falantes do século XIX, a tematização da escravidão nos anúncios emerge como objeto de discurso e representação sócio-cultural de um modo de viver e pensar o mundo, refletindo e refratando não só o cotidiano, o universo das pequenas informações que circulam na rede tecida pelas práticas de linguagem, mas também todo um quadro social, político e ideológico de um período de nossa história.

Dados de 1828 a 1879, esses anúncios abrangem um período nuclear no embate político travado entre discurso escravista e discurso abolicionista.

1. Das condições históricas de produção dos enunciados

Quais as circunstâncias que possibilitaram a emergência desses tipos de enunciados? Com vistas a desenhar as condições de produção desse discurso, apresentaremos, de forma breve, um panorama histórico do quadro social, político e econômico vigente no século XIX.

Temos uma longa tradição escravista, pois, segundo Costa (1998), “a escravidão marcou os destinos da nossa sociedade”,

pois ela foi implantada no nosso país já no século XVI, logo após os descobrimentos.¹ A respeito, Novais (1998: 27) afirma:

A implantação da exploração colonial da Época Moderna, em função de seus determinantes políticos e econômicos, trazia no seu bojo a compulsão do trabalho como um de seus componentes estruturais; e a América portuguesa foi, como se sabe, uma daquelas áreas onde esse componente foi levado ao limite, configurando o escravismo. As populações aparecem, pois, clivadas em dois estratos: os que são compelidos ao trabalho e aqueles que os compelem, os dominadores e os dominados, os senhores e os escravos.

Foi, portanto, instituída uma tradição escravista já no sistema colonial como forma de o colonizador explorar as terras descobertas; obrigando primeiro os índios a trabalhos forçados e, depois, os negros:

Durante mais de três séculos utilizaram eles o trabalho escravo com maior ou menor intensidade, em quase toda a faixa colonial. Quando não escravizaram o negro, encontraram uma forma de obrigar os índios a trabalhos forçados. Nas zonas de mineração, nas plantações, nos portos, o escravo representou, em muitas regiões, a principal força de trabalho. (Costa, 1998:17).

¹ Aliás, a escravidão é uma instituição que acompanha toda a história da humanidade. Aristóteles, uma das grandes fontes da cultura ocidental, na sua obra *Política* já afirmava que há homens que nascem naturalmente para serem escravos: “La intención de la naturaleza, por tanto es hacer también los cuerpos de los libres y de los esclavos distintos: los últimos fuertes para el servicio necesario; los primeros, eretos e inservibles para tales ocupaciones, pero útiles para la vida de la ciudadanía (...) Es evidente, portanto, son libres y otros esclavos por naturaleza, y para esas personas la esclavitud es una institución conducente y justa”. (Aristóteles, 1964: p. 1418)

O século XIX, bafejado por uma nova ordem econômica provocada sobretudo pela Revolução Industrial e pelo aparecimento de novas formas de capitalismo em países da Europa ocidental, vai assistir a “profundas modificações no sistema colonial”, com a independência jurídica das colônias americanas:

Mas, na sua grande maioria, permaneceram subordinadas economicamente aos países mais desenvolvidos e continuaram presas, em grande parte, a soluções econômicas tradicionais. A liquidação do sistema colonial na América é um longo processo que, sob certos aspectos, prossegue ainda em nossos dias.² O desaparecimento do sistema escravista é uma das etapas desse processo (Costa, 1998:18).

No início do século XIX, sob o influxo de idéias liberais e liderado pela Inglaterra, desenvolveu-se o movimento

² Corroborando essa afirmação da autora, ainda hoje encontramos nos jornais denúncias da prática da escravidão entre nós, herança da cultura colonial, como a que se segue: “Ministério liberta 38 trabalhadores no PA. Fiscais do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho libertaram ontem 38 trabalhadores mantidos em regime análogo à escravidão (...) O caso acontece dois dias depois que o ministro da Justiça Paulo Tarso Ribeiro anunciar que o Brasil tem 2.500 pessoas submetidas ao trabalho escravo e cobrar o aperfeiçoamento na legislação sobre o assunto. Apenas três fazendeiros foram condenados pela justiça até hoje por empregar trabalho escravo.” (Folha de S. Paulo, 27/09/2002 – A6). “Governo combate trabalho escravo. A abolição da escravidão no Brasil aconteceu em 1888, mas, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), 25 mil pessoas estão submetidas a condições análogas ao trabalho escravo no País.” www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/.questao, acessado em 24/09/2003.

antiescravista com fortes ressonâncias no Brasil, que acabou por proibir o tráfico de escravos em 1831. Mas necessitando de mão-de-obra nas lavouras de café, o tráfico continuou sob “a forma de contrabando até 1850 quando nova legislação veio interrompê-lo definitivamente”. A luta antiescravista prosseguiu com acirradas disputas no âmbito político-econômico-ideológico, conseguindo, paulatinamente, conquistas parciais como, em 1871, a promulgação da lei do Ventre Livre, em 1884, a lei dos Sexagenários e finalmente, em 1888, a abolição total com a lei Áurea.

Tecido esse breve panorama e ancorados por essas balizas históricas e culturais, vejamos como o real da História se apresenta no real da língua, isto é, como os anúncios relativos à escravidão produzem sentidos, fazem circular discursos sociais, na sua compatibilidade ou incompatibilidade, nas suas relações de aliança ou antagonismo, seus efeitos de hegemonia, de consenso ou de heterogeneidade.

2. Das instâncias enunciativas

Todo enunciado mostra um mundo cuja representação se faz adequadamente ao ritual discursivo do gênero em que se inscreve. Isto é, o dizer e o dito (o *modus* e o *dictum* dos antigos), a temática e o regime enunciativo devem se constituir em gestos solidários que se legitimam reciprocamente. Assim, enquanto anúncios veiculados em jornais, esses enunciados obedecem às coerções do gênero tal como se fazia uso na época: visavam a informar um determinado acontecimento (fuga/oferta/aluguel de escravos) e objetivavam um efeito perlocucionário (captura/compra). Mas, no âmbito do espaço social, quem fala está autorizado a falar da forma como fala o que fala? Lembremos Foucault (1969: 65) referindo-se ao discurso médico:

Quem fala? Quem, no conjunto de todos os indivíduos falantes, tem a autoridade de exercer esta espécie de linguagem? (...) A fala médica não pode vir de qualquer um, seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e,

de forma geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem estatutariamente definido que tem o direito de articulá-la.

E quem é o outro a quem falo dessa forma? Em que lugar discursivo o **eu-tu** da dêixis discursiva se posicionam? Esses anúncios são redigidos, quase na sua totalidade, no plano enunciativo do relato (Benveniste, 1966), com estrutura semelhante à da notícia: o eu do locutor se apaga e dá-se ênfase ao evento. No entanto, o locutor é aquele que mandou pôr o anúncio e vem nomeado: *Reverendíssimo Doutor* Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, *Capitão* José Pereira de Queiroz, *Alferes* X, *Sargento Mór* Y etc. Como se vê, figuram não apenas o nome completo mas também os títulos ou tratamentos honoríficos que os distinguem socialmente: são os proprietários dos escravos, os que estão do lado do poder instituído, do poder dominante. Suas falas são, portanto, autorizadas e legítimas. Elas só emergem na rede do discurso social vigente porque emanam do poder instituído pela sociedade escravocrata. É esse poder que dá a esses atores sociais a competência para capturar o escravo que lhes fugiu, denunciar e encaminhar o fujão encontrado, apelar para as autoridades policiais. Por exemplo:

(1) Ao Tenente Luiz Francisco da Costa, | morador no Rio de Janeiro, na rua de São | Francisco de Paula número 90, desapareceu | sem motivo algum no 1o. de Julho do corrente ano, um seo escravo ladino de no | me Francisco, de nação Benguella, de eda | de de 19 a 20 annos, com principio de bu | ço de barba, desdentado da parte superior; | porém só com um dente a diante da mes | ma parte, nariz chato, beiços grossos, at | tacado de corpo, bem feito de pés, e perna, | todo magro, e as maçãs altas, no canto | da testa um calombinho da especie de | um carocinho de feijão movido: roga-se a | qualquer pessoa, que delle der noticia, ou | o levar á casa de seo Senhor, ou na Cidade | de São Paulo a Manoel Gonçalves Pereira | na Villa de Sanctos a João da Monte Bastos, | na de Ytú ao Padre Felis do Amaral Gru | gel, e na de Sorocaba a Bento José

Ribeiro | não só le|h67 pagará as despesas, como gra|tificará o seo trabalho.

O Farol Paulistano, 16 de fevereiro de 1828

(2) No dia 1º do corrente, fugio ao Capitão José| Pereira de Queiroz da Villa de Jundiáhy, um esca|vo crioulo de nome João Pedro, Carpinteiro, altu|ra ordinaria, delicado do Corpo, bem barbado, e| na mão esquerda levou um golpe em dois dedos, que| ficou com as unhas desmanchadas, cujos dedos são| vizinhos do dedo grande. _ Da se 25\$600 réis a quem| o entregar n'esta Cidade ao Capitão Jose Rodrigues| Pereira, ou na Villa de Jundiáhy a seu Senhor.

O Farol Paulistano, 13 de dezembro de 1828.

(3) No principio de Fevereiro d'este anno de 1841, fugirão | da fazenda de Sua Excelência Reverendíssima dois escravos. Um chamado Eleuthe|rio, crioulo, casado, e que foi escravo de Francisco Rodrigues,| morador no Bom-Successo, Freguezia de Nossa Senhora da Conceição dos| Guarulhos: signaes: alto, magro, cara comprida, um pouco de ca|bello na ponta da barba, pescoço comprido, com um papo não sen|do muito grande, dentes podres, na frente, pernas delgadas, e| finas, pés grandes, e em uma das mãos tem um dedo rachado, é| negro que trabalha em roça, mas muito bom valleiro, terá de idade| 40 annos, pouco mais ou menos. Joaquim, nação-Congo, estatura| ordinaria, cara muito bexigosa e por isso o chamão Joaquim Bexi|ga, as pernas e os pés grossos, sem serem inchados, não tem barba,| e terá de idade 30 annos pouco mais ou menos, e n'outro tempo tra|balhou no Jardim Botânico d'esta cidade. Ambos levirão calça e| camisa de algodão grosso. A toda a pessoa que os prender, alem| das despesas que se fizerem com a prizão, promette-se 12\$ réis de| gratificação por cada um, e igualmente se protesta proceder, se|gundo a lei, contra quem os acoitar, ou retiver em seu poder.| N'esta cidade os poderão entregar ao Reverendíssimo Doutor Joaquim Manoel| Gonçalves de Andrade, e na fazenda a quem estiver dirigindo a| mesma.

A Phenix, 13 de março de 1841

(4) 100\$000 de gratificação | A quem apprehender, der noticia certa, | ou entregar nesta cidade na rua Direita can | to da do Rozario, na loja de ferragens por | baixo da caza do Senhor Commendador José | Manoel da Silva ao abaixo assignado, um | molecote de nome Jacinto, de idade de 19 | a 20 annos, bem preto, com ponta de busso, | reforçado e bem feito de corpo, menos | dos pés, os quaes são mal feitos, com os | dedos polegares dos mesmos abertos, para | dentro, com unhas estragadas de bixos | que teve em pequeno, e em um d'elles tem | um signal de ferida que teve á tempos, é | muito ladino e intelligente, falla muito | apressado e gagueja, e algumas vezes custa- | lhe soltar a falla, e porisso falla de sopetão e | com muita rapidez, tem o nariz bem chato, | olhos avermelhados, e mostra algumas ve | ses uma espécie de panos sobre as maçãs | do rosto; acha-se fugido desde dia 13 | de dezembro do anno de 1851 desconfi | a se que está acoutado em algum sitio nas | immediações d'esta cidade, ou que se alon | gou para longe por não ter havido noti | cia: quem d'elle souber e noticiar com | exatidão, ou entregar a seu Senhor nesta ci | dade receberá a gratificação acima dita. | —Fortunato José Bulcão.

O Constitucional, 04 de junho de 1853

(5) Gratifica-se | Fugiu da fazenda - Morro Azul, o mula | to claro, de nome Paulo, pertencente a Silve | rio Rodrigues Jordão, o qual tem os seguintes | signaes: cabelo liso, orelhas repulegadas, | maus dentes, buço, pouca barba no queixo, | cicatriz de corte no pescoço, outra de macha | do em um dos pés, estatura baixa e pés es | parramados, desconfia se achar-se nesta cida | de. Quem o apprehender e levar ao abaixo | assignado será bem gratificado. | Luiz Pinto Homem de Menezes.

Correio Paulistano, 21 de fevereiro de 1879

(6) Achão se recolhidos na Cadeia da Villa de Sanc | tos, as escravas seguintes, capturadas no Quilombo | ultimamente batido, cujos nomes, e *Senhores* vão decla | rados conforme a confissão das mesmas. = Maria de | nação benguella escrava de Bernardo Guedes: Eva | crioula, escrava do Alferes

Antonio Galvão, Anna| crioula, escrava de Francisco Pereira Mendes: Do|mingas, angola, escrava do Capitão Joaquim, (vulgo Inhoquim.)

O Farol Paulistano, 7 de junho de 1828

(7) Existe na Villa de Parahibuna, d'esta|provincia um escravo que diz ser de um|Senhor Doutor Penteado, morador em Casa-|Branca ou Mogy - mirim, se este Senhor Doutor|tem com effeito algum escravo fugido póde|dirigir-se n 'aquella villa ao commenda|dor Marcellino José de Carvalho.

O Constitucional, 23 de junho de 1854

(8) Um appello á policia|Fugiram ao abaixo assignado, da sua fa|zenda das Piteiras em Mogy-mirim, na noite|de 18 para 19 do corrente mez, dois escravos,|cujos nomes e signaes são os seguintes:|Miguel, preto, de 30 á 40 annos de idade,|estatura e corpo regular, barbado, creoulo do|Rio Grande do Sul, falla com sotaque de afri|cano e inculca-se como pedreiro.| Segismundo, pardo, de 20 annos pouco|mais ou menos, estatura baixa, corpo grosso|e reforçado, pés e mãos chatos com dedos cur|tos, está buçando, veste roupa fina e levou| um relógio de prata. |Á quem os apprehender se gratificará com| 50\$000 réis por cada um; protestando-se com-tra quem os acoutar. |Mogy-mirim, 29 de Maio de 1879. | Antonio Joaquim de Freitas Leitão.

Correio Paulistano, 1º de junho de 1879

O estatuto do discurso dominador só pode ter como interlocutor alguém que pertença ao próprio círculo social, político, econômico; é um discurso monológico, hegemônico, excludente, que só dialoga com seus pares. O alocutário são os outros proprietários de escravos (ou seus representantes, como o feitor, o capitão do mato), os que têm acesso ao jornal (aos bens culturais), as autoridades instituídas.

O escravo é o referente, o objeto da tematização desse discurso. É o *ele*, a não-pessoa a que se refere Benveniste. Excluído da relação de pessoa, está fora de toda interlocução

possível e, conseqüentemente, de toda relação de intersubjetividade. Nesse regime enunciativo dominador o escravo é objetualizado, isto é, refletindo e refratando a realidade, a linguagem denuncia a sua condição de não sujeito.

Segundo (Castro, 1997: 341),

(...) a continuidade da escravidão na jovem monarquia se fez fundamentada no direito positivo: o direito de propriedade dos senhores sobre seus escravos, assimilados estes, juridicamente, a simples mercadorias. Do ponto de vista legal, portanto, esvaziava-se a relação escravista de seu liame senhorial para enfatizar seu sentido comercial. Ao fazê-lo, a monarquia exacerbava –em princípio – o poder privado dos senhores sobre seus cativos, transformado em simples direito de propriedade.

O anúncio abaixo, sob a forma de carta, é bastante ilustrativo da condição de coisa a que estavam submetidos os escravos:

(9) Hontem pela manhã se me enviou | um negro do gentio de Guinë, muito boçal, e | trajado à maneira dos que vem em comboi, e se | me dice, foi pegado, vagando como perdido. Por intérprete apenas pude colher, que ainda não era | baptisado, e que saindo a lenhar, se perdeu: quei | ra por tanto *Vossa mercê* inserir este annuncio em sua fo | lha, a fim de apparecer dono, sobre o que de | claro, que se não apparecer por 15 dias, conta | dos da publicação da folha, heide remetel-o á **Pro | vedoria dos Residuos; a quem pertence o conheci | mento das coisas de que se não sabe dono.** – São | Paulo 9 de Abril de 1830. – O Juiz de Paz Sup | plente da Freguezia da Sè. – José da Silva Mer | ceanna.³

O Farol Paulistano, 24 de abril de 1830

³ Grifo meu.

Como objeto de uso e determinado pela “compulsão do trabalho” (de que fala Novais), o escravo torna-se um produto, um bem necessário da sociedade escravocrata, chegando a índice de *status* social e econômico dos proprietários. É nessa condição de objeto, de mercadoria em que se investiu um capital, cujo retorno se esperava sob a forma do lucro, que os escravos deviam ser capturados quando fugiam ou que podiam ser vendidos, alugados, como atestam os enunciados abaixo:

(10) Vende-se uma Negra ladina, que sabe cozinhar | o ordinario de uma Casa, lava, engoma muito bem, | e costura soffrível. Quem a pertender dirija se á rua | da Quitanda Casa de Domingos José Vieira; para | á ver e a justar, e mais seis Negros de nação Ban | guela, e na mesma Casa se acha uma porção de | Passas chegadas proximamente muito boas e por | preços commodos.

O Farol Paulistano, 20 de setembro de 1828

(11) ALUGA-SE uma mulher parda | para qual | quer serviço | de casa, sabendo | bem engommar e cosinhar. Trata-se na rua | do Ypiranga número 2.

Correio Paulistano, 12 de fevereiro de 1879

Inscrito na linguagem como **ele**, referente, portanto, fora do circuito da interlocução **eu-tu**, a língua denuncia o estatuto do escravo como não-pessoa. Em oposição ao locutor, que vem identificado pelo nome completo e, geralmente, acompanhado do título, indiciando sua condição de cidadão e seu lugar social, o escravo, quando é nomeado, o é apenas pelo que se costuma chamar de prenome: “fugiu um escravo de nome Alexandre, Francisco, Maria, Eva, Domingas, Benedito etc”. O nome é o primeiro passo de um processo simbólico de construção da identidade: o nome distingue, singulariza, individualiza, confere estatuto de existência ao ser designado. Mas como objeto reduzido à condição de simples mercadoria o prenome bastava.

Esse imenso contingente anônimo de Marias, Joaquins, Beneditos, Franciscos etc. tinham, entretanto, que ser identificados quando fugiam. Como? Pela descrição dos sinais que traziam no corpo, pela roupa que portavam; isto é, a identidade

enquanto signo que individualiza e confere cidadania é substituída pela sinalidade, para usar os termos bakhtinianos. Para esse autor, o signo é vivo, dialético, dinâmico e exige para ser compreendido uma atitude responsiva ativa, enquanto que o sinal é inerte, e só serve para ser reconhecido. Transferindo esses conceitos para o nosso caso, o escravo, enquanto objeto, não é lido pelo agente desse discurso dominador como pessoa de uma interlocução, mas como mercadoria, elemento de transação comercial, investimento para obtenção do lucro, e o que o distingue dos outros são as marcas do corpo. Daí a presença das descrições, geralmente bastante detalhadas desses sinais; além dos anúncios já citados, vejamos estes:

(12) Ao Coronel Ignacio de Sá da Villa de Cori|ba lhe fugio um escravo preto, de nome João, de| boa vista, estatura, olhos grandes, e a leijado da| mão esquerda por causa de dois golpes que levou na| junta da dicta mão, que quaze ficou a leijado de trez| dedos que não os pode governar (...)

O Farol Paulistano, 8 de novembro de 1828

(13) Fugio no dia 2 de Setembro de 1829 um ne|gro de nome Antonio, de nação Congo, estatura| ordinaria, cheio de corpo, representa 20 annos de| idade, com pouca barba pés delgados, tem no| peito direito, ou esquerdo carimbada a lettra B;| foi vestido de camisa de riscado escuro, e calças de| pano azul (...)

O Farol Paulistano, 24 de outubro de 1829

(14) 100\$000 de gratificação|A quem apprehender, der noticia certa,|ou entregar nesta idade (...)ao abaixo assignado, um|molecote de nome Jacinto, de idade de 19|a 20 annos, bem preto, com ponta de busso,|reforçado e bem feito de corpo, menos|dos pés, os quaes são mal feitos, com os|dedos polegares dos mesmos abertos, para|dentro, com unhas estragadas de bixos|que teve em pequeno, e em um d'elles tem| um signal de ferida que teve á tempos, é|muito ladino e intelligente, falla muito|apressado e gagueja, e algumas vezes custa-|lhe soltar a falla, e porisso falla de sopetão e|com muita rapidez, tem o nariz bem chato,|olhos avermelhados, e

mostra algumas ve|ses uma espécie de panos sobre as
maçãs|do rosto; acha-se fugido desde dia 13|de dezembro
do anno de 1851 (...)

O Constitucional, 4 de junho de 1853

(15) (...) fugirão dous escravos|de nomes José na noite de
16 para 17 de|fevereiro do corrente anno de 1853; e
são|seus signaes:|Um de nação Moçambique, idade
mais|ou menos 46 annos estatura menos que|regular, cheio
de corpo, rosto redondo,|dentes apontados, barbado, calvo,
e com|uma excrescencia elevada na calva (o que |é muito
característico) ladino e activo.|Tem nas costas alguns
signaes de castigo,|e os hade ter tambem nas
nadegas.|Outro crioulo, idade mais ou menos|20 annos,
estatura regular, cheio de cor|po, rosto redondo, testa,
orelhas, e boca|pequenas, sem barba, preto e côr
luzente:|parece a primeira vista abobado,
fallando|pausadamente, mas o não é, e sim ladino.|Tem os
pés e principalmente um, algum|tanto inchado e quasi
sendo os dedos sem|unhas, parecendo ser isto proveniente
de|bôbas. Não anda desembaraçado, e sim|meio
cambaliando, e quasi não corre. (...)

O Constitucional, 2 de julho de 1853

(16) ESCRAVO FUGIDO|400\$000 de gratificação|Ao
abaixo assignado fugiu o seu escravo de nome Vicente, cor
parda, idade|32 annos, cabelos crespos mas não
carapinhados: boa figura, peito e hombros largos, mas estes
um pouco levantados; no andar tem o corpo direito, mas
com mao pisar por Ter os pés um pouco achatados e
virados como quem soffreu cravos boubaticos; monta bem
á cavallo, pode inculcar-se como campeiro por que sabe
laçar; pode tambem apresentar-se como boleiro; levou
roupa boa para andar bem trajado, falla regularmente e com
sotaque provinciano, lê e escreve um pouco e usa
“dentadura postiça” por faltarem lhe os dentes do queixo
superior. Pode apresentar-se por livre e ser facilmente
acreditado (...).

Correio Paulistano, 22 de julho de 1879

(17) A *Dom* Jeronymo Rabassa, fugio uma | escrava cabra, de nome Iria, idade de trinta e qua|tro annos mais ou menos, já sem dentes alguns em| cima, e em baixo com poucos e roídos: tem o pé| direito mais enchado que o esquerdo, e na testa uma | sicatriz. Pede a quem souber onde ella existe, diri-|ja-se a rua do Rosario na casa *número* 29, que sendo | viridica a noticia receberá boas alviçaras.

O Farol Paulistano, 11 de abril de 1829

O que “dizem” essas descrições? A população escrava mais freqüente que aparecia nesses anúncios era constituída: a) por homens, que constituíam a maioria do contingente escravo justamente pelo trabalho pesado que deveriam executar – segundo Costa (1998), a proporção entre escravos e escravas era de quatro para uma; b) por adultos entre 20 a 35 anos, por serem a força de trabalho mais produtiva.

A descrição dos sinais indicia ainda uma população constantemente atacada por problemas de saúde, precocemente envelhecida, com defeitos físicos que sugerem ser provenientes de castigos corporais.

No regime da escravidão, em que o trabalho se desmoraliza e é resultante de uma imposição, o grupo dominante vê-se freqüentemente obrigado a recorrer à violência física, quando queira alcançar seus desígnios. Para manter o ritmo de trabalho, impedir atitudes de indisciplina ou reprimir revoltas, para atemorizar os escravos, mantê-los humildes e submissos, evitar ou punir fugas, os senhores recorriam aos mais variados tipos de castigo, pois os acordos e reprimendas pouco valiam. Não se concebia outra maneira de regular a prestação de serviços e a disciplina do escravo. O que se podia condenar era o excesso, o abuso cometido por alguns senhores ou seus mandatários: feitores ou cabras. O castigo físico impunha-se, na opinião do tempo, como única medida coercitiva eficaz. Generalizara-se a convicção de que muitos escravos não trabalhavam se não fossem devidamente espancados (Costa, 1998: 337).

O anúncio (13) mostra uma prática não rara entre os proprietários: marcar a ferro no corpo do escravo as sua iniciais.

3. Da composição textual-discursiva dos anúncios

3.1 Características formais

Observa-se certa homogeneidade em relação às formas de textualização desses anúncios cuja estrutura pode ser assim esquematizada:

(a) X fugir de Y;
características de X;
gratificação (pode vir no início do texto)
(Função: informar para capturar) ⁴

(b) Y vende/ aluga X;
características de X;
onde; quanto
(Função: informar para vender/alugar)

Os anúncios do primeiro tipo (a) são caracteristicamente informativos, com foco no **ele** – o escravo, objeto tematizado –, enquanto que os do segundo tipo (b) acrescem à função informativa, índices da função persuasiva, com foco no **tu** – o comprador; buscam promover, qualificar positivamente o produto (escravo) à venda ou a alugar. Ao contrário destes, os anúncios do tipo (a) não selecionam os elementos descritivos do objeto com vistas a um determinado efeito de sentido, isto é, procuram apresentá-lo na sua aparência real, com os traços mais objetivos possíveis, necessários à sua imediata identificação. Os anúncios do

⁴ Costa (1998: 371) aponta outra função das denúncias: “Às vezes, diziam-se a serviço dos patrões e continuavam a fazer pedidos e a tirar outras vantagens usando o nome do senhor. Daí o cuidado que tinham os proprietários, ao denunciar a fuga, em declarar simultaneamente que se eximiam de qualquer responsabilidade por atos que os escravos viessem a cometer em seu nome.”

tipo (b) já contêm embrionariamente algumas características que os anúncios vão assumindo posteriormente até a máxima sofisticação de hoje: deslocamento da função estritamente referencial para a função persuasiva (do *ele* para o *tu*), adotando-se estratégias argumentativas e de sedução.

(18) ESCRAVOS | Quem pretender comprar; 1 pardo, idade 16 annos, nas melhores con|dições para pagem. | 1 crioulo, 22 annos, cosinheiro, sabendo la|var e engommar roupa, e que, praticamente, |falla muito bem o allemão. | 1 dito de 10 annos, todos sadios e bonitos. | Quem os pretender, dirija-se á rua da Impe|ratriz, ao Grande Hotel da Europa, para ver | e tratar com seu dono, que, em rasão de ser- | lhe necessario tomar passagem no vapor que | a 30 do vigente deve de Santos seguir para | o sul, por isso não deixará de fazer negócio | vantajoso ao comprador.

Correio Paulistano, 23 de janeiro de 1879

(19) ESCRAVA | Vende-se uma bonita mucama, sem defeito | algum, de idade de 16 annos, o motivo da | venda há de agradar ao comprador. | Rua do Seminario dos Educandos número 4.

Correio Paulistano, 24 de junho de 1879

(20) É PECHINCHA! | Vende-se um escravo proprio para todo serviço de roça, robusto e sadio, ver e tratar a rua da Imperatriz número 52.

Correio Paulistano, 20 de setembro de 1879

(21) VENDE-SE 14 escravos de ambos os sexos, tendo um bonito crioulo copeiro, e uma crioula de 15 annos, que lava, engomma e cozinha. | Para tratar na rua da Constituição número 14.

Correio Paulistano, 22 de novembro de 1879

(22) ESCRAVAS|NA TRAVESSA de Paisandù|número
1-existem 25 escravas sa|dias e robustas-para vender|por
preços razoáveis; quem pre|tender procure na mesma casa.
A Constituinte, 17 de outubro de 1879

3.2 A heterogeneidade discursiva: sob o “um”, o “outro”

A homogeneidade estrutural não esconde, entretanto, uma característica fundamental da linguagem, a sua constituição heterogênea. Para a Análise do Discurso, em decorrência do princípio do dialogismo proposto por Bakhtin, toda palavra é pluriacentuada, é atravessada pelo outro; isto é, uma formação discursiva não é um bloco homogêneo, estável, mas um domínio aberto e inconsistente. Essa orientação dialógica não está limitada aos enunciados que trazem a marca da citação, da alusão etc., nem a um outro redutível a uma figura de interlocutor.

No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, nem uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que ele seja atestável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a ele próprio, que não é em nenhum momento localizável sob a figura de uma plenitude autônoma. Ele é o que sistematicamente falta num discurso e lhe permite fechar-se em um todo. Ele é esta parte do sentido que foi preciso que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade (Maingueneau, 1984: 31).

A relação com o outro deve ser percebida, portanto, independentemente de qualquer forma de alteridade marcada. Leva-se a questão mais adiante ainda, na medida em que se concebe esse outro não como uma presença que se manifesta quer explícita quer implicitamente, mas como uma ausência, como uma falta, como o interdito do discurso. Isto é, toda formação discursiva, no universo do gramaticalmente dizível, circunscreve a zona do dizível legítimo, definindo o conjunto de enunciados

possíveis de serem atualizados em uma dada enunciação a partir de um lugar determinado. Ao fazer isso, ela circunscreve também uma zona do não-dizível, definindo o conjunto dos enunciados que devem ficar ausentes do seu espaço discursivo; delimita dessa forma o território do outro que lhe é incompatível, excluindo-o do seu dizer.

Os enunciados apresentam, dessa forma, uma dupla face: um “direito” e um “avesso”, que são indissociáveis; ao analista cabe decifrá-los não só no seu “direito”, relacionando-os a sua própria formação discursiva, mas também no seu “avesso”, perscrutando aquela face oculta em que se mascara a rejeição do discurso do outro. O que equivale a dizer que ao analista cabe apreender não só uma formação discursiva, mas também a interação entre formações discursivas, uma vez que a identidade discursiva se constrói na relação com um outro presente lingüisticamente ou não no intradiscurso.

Voltando aos textos sob análise, o que é que se oculta na aparente homogeneidade da superfície lingüística? Qual é o outro, o não dito que se insinua na formação discursiva escravista de que esses anúncios são a materialização? O interdito é a fala do escravo que, não podendo manifestar-se discursivamente, faz do silêncio a sua arma, ou da fuga, uma das formas de resistência à dominação.

Insurreições, crimes, fugas, suicídios, trabalhos mal ou lentamente cumpridos, a obstinação em resistir a ordens dadas eram os meios de que dispunha o escravo para manifestar-se contra a situação em que era mantido (...) De todos os mecanismos de protesto, o mais freqüente foi a fuga. (...) Quando apanhado, o fugitivo era recambiado ao senhor e severamente castigado para que servisse de exemplo aos demais. Amarrado ao tronco e açoitado, passava depois a carregar pesadas argolas nos pés e mãos ou, mais raramente, gargalheiras. Nada disso bastava para sustar as fugas. Havia escravos que se evadiam duas, três

vezes e repetiam sempre que possível a façanha (Costa, 1998: 367-368).

No semantismo da palavra fugir (“desviar-se ou retirar-se apressadamente para escapar a alguém ou a algum perigo, retirar-se em debandada, livrar-se de”, conforme Dicionário Aurélio), encontra-se o sentido da ação dos escravos: ao mesmo tempo em que fogem para escapar ao perigo também manifestam com esse ato uma forma de resistência; resistência primitiva, é verdade, instintiva, animal, mas a única possível para escapar ao sistema opressor. A impressão que se tem é a de um cotidiano conflituoso em que proprietários e escravos estão em constante estado de alerta: um procurando manter o sistema pelo uso da repressão e da violência; e outro, mais fraco, procurando, sob a forma de microrresistências (Michel De Certeau), vazar, minar esse sistema opressor.

Quanto maior fosse a agitação social, quanto maior a confusão reinante - os choques entre senhores e escravos, a agitação nas senzalas, as fugas de escravos -, tanto mais se forçava a mudança da situação e se preparava o clima para a medida decisiva que resultaria na supressão definitiva da escravidão (Costa, 1998: 347).

Assim, à sua maneira, e com as armas de que dispunham, os escravos criavam formas de resistência ao sistema opressor, ajudando a miná-lo e obrigando-o a mudanças.⁵ E, dentre os

5 Sobre a polêmica trabalho escravo x trabalho livre, Costa (1998: 37) diz: “a maioria (dos fazendeiros) continuava a acreditar, até a década de 1880, que era difícil, se não impossível, substituir o escravo (isso a despeito do número crescente dos que argumentavam em favor da imigração e do trabalho livre). Se somarmos a isso o fato de que, para a grande maioria dos fazendeiros, os escravos representavam capital já investido, que eles não gostariam de ver desaparecer da noite para o dia, será possível entender por que mesmo os que estavam convencidos da superioridade do trabalho livre continuavam a se opor à abolição, ou só a aceitavam com a condição de que os fazendeiros fossem indenizados pela perda de sua propriedade.”

anúncios coletados, alguns⁶ já eram sintomas das mudanças que uma inevitável abolição da escravatura iria operar no universo do trabalho e, conseqüentemente, no panorama social: a contratação da mão-de-obra livre sob a forma da imigração (européia e asiática). Mas, na prática, a tradição escravista continua entre nós como mostram as freqüentes denúncias da imprensa.

Referências

- ANGENOT, Marc. Le discours social: problématique d'ensemble. In: BOURQUE, Gilles et al. (Org.). *Le discours social et ses usages. Cahiers de Recherche Sociologique*. Vol.2, no.1. Québec, Montreal. Avril 1984.
- ARISTÓTELES. *Política*. In: OBRAS. Trad. Francisco Saramanch. Madrid: Aguilar Ed., 1964.
- BAKHTIN, M. Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BENVENISTE, Émile. (1966) *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. 8. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.
- CASTRO, Hebe M. M. de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz F. de (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Trad. de E. Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁶ TRABALHADORES!|Acabam de chegar da Allemanha e desejam empregar-se, aqui ou em outra qualquer parte,|2 Padeiros|2 Caixeiros|1 Serrador|7 Mineiros os quais não duvidam aceitar outro qualquer que lhe offereça.|Quem do seu prestimo quizer utilizar-se dirija-se ao Consulado, Rua de São Bento número 53.

Correio Paulistano, 27 de julho de 1879

COLONOS PORTUGUEZES|Rua da Boa Vista 47A - Escriptorio Menezes & Companhia|Encarregam-se de mandar vir colonos portuguezes para a lavoura, garantindo|o maximo cuidado na escolha e responsabilizando-se por contracto.|Em nosso escriptorio encontrarão os interessados todas as informações que precisem.

Diário Popular, 12 de novembro de 1884

COSTA, Emília V. da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, [1969]1971.

GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de A. (Org.). *E os preços eram commodos...* Anúncios de jornais brasileiros - Século XIX. São Paulo: FFLCH/USP/Humanitas, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Genèses du discours*. Bruxelles: Mardaga, 1984.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

NOVAIS, Fernando. Condições da privacidade na colônia. In: MELLO E SOUZA, L. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Marcas de interação na correspondência publicada em jornais

por

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

Universidade de São Paulo

Considerações Iniciais

O objetivo deste trabalho é focalizar a questão da interação social a partir da análise das marcas lingüísticas encontradas nas *Cartas* publicadas em jornais paulistas do século XIX. Nesses jornais, havia uma seção de cartas enviadas pelos leitores da época, cujo propósito era, em certos casos, pedir ajuda para resolver algum problema ou contar um episódio particular que precisava de uma solução. Podemos dizer que essa seção seria uma espécie de consultório de reclamações, pedidos ou mesmo para estabelecimento de contato com parentes ou amigos. É interessante observar que algumas cartas são enviadas ao Redator, já outras são diretamente endereçadas para amigos ou parentes.

O *corpus* é constituído de 62 cartas publicadas entre os anos de 1828 e 1893, nos seguintes jornais paulistas: *Farol Paulistano*, *Diário de São Paulo*, *A Província de São Paulo*, *Cidade de Santos*, *Correio Paulistano* e *A Phenix*.

O contexto de situação em que as cartas se efetivam está revelado no próprio texto. Tal revelação não se dá de uma forma mecânica, mas por meio de um relacionamento sistemático entre o meio social, de um lado e a organização funcional da língua, de outro. Na visão de Maingueneau (2001: 54), a interação – denominada por ele de *interatividade* – é elemento fundamental do

discurso/texto, ou seja, é constitutiva, “é uma troca explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais, e supõe a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói seu discurso”.

1. Conceito de Interação

A interação é considerada um dos componentes do processo de comunicação, isto é, faz parte de toda atividade de linguagem, construindo efeito de sentido nesse processo. Para Bakhtin (1929), ela “é a realidade fundamental da linguagem”. Segundo Brait (2002:194), “é um fenômeno sociocultural, com características lingüísticas e discursivas passíveis de serem observadas, descritas, analisadas e interpretadas”.

Ao estudar um texto através da perspectiva interacional, pode-se observar as relações interpessoais veiculadas pela maneira como a situação comunicativa está organizada. Isso significa que o texto deve ser observado não apenas em relação ao que está dito, mas também as formas da maneira de dizer, pois estas permitem uma leitura dos implícitos que se revelam e evidenciam a interação “como um jogo de subjetividades, um jogo de representações em que o conhecimento se dá através de um processo de negociações, de trocas, de normas partilhadas, de concessões” (Brait, 2002:194).

Em toda interação, os interlocutores estão reunidos sob determinadas condições “contratuais”, que estão diretamente ligadas ao contexto situacional e aos papéis sociais dos participantes dessa interação.

Uma análise textual deve, portanto, levar em conta os traços lingüísticos que permitem reconhecer a intencionalidade do enunciador, os efeitos de sentido construídos por esse enunciador ou pelo locutor por ele instaurado/instituído, e a persuasão ou manipulação que o enunciador busca exercer sobre o eunciatário (leitor).

Conforme aponta Bakhtin (1927: 9):

“O significado e a importância de um enunciado (seja qual for a espécie particular deste enunciado) não coincide com a composição puramente verbal do enunciado. Palavras articuladas estão impregnadas de qualidades presumidas e não enunciadas (...) A vida, portanto, não afeta um enunciado de fora; ela penetra e exerce influência num enunciado de dentro, enquanto unidade e comunhão de existência que circunda os falantes e unidade e comunhão de julgamentos de valor essencialmente sociais, nascendo deste todo sem o qual nenhum enunciado inteligível é possível. A enunciação está na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado: ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação da vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa lingüisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único. Finalmente, o enunciado reflete a interação social do falante, do ouvinte e do herói como o produto e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre eles”.

Segundo o autor, todas as línguas possuem meios gramaticais de expressão dos aspectos das diferentes atividades humanas e os papéis que os interlocutores desempenham em tais atividades: “primeira, segunda, terceira pessoas e estrutura de sentença variável de acordo com a pessoa do sujeito (“eu” ou “você” ou “ele). A forma de uma proposição sobre uma terceira pessoa, a forma de um tratamento de uma segunda pessoa, a forma de um enunciado sobre si próprio (e suas modificações) já são diferentes em termos de gramática. Assim, aqui a própria estrutura da língua reflete o evento da inter-relação entre os falantes”(p. 16).

Desse modo, o conceito de interação é parte integrante da concepção de linguagem que orienta a linha de pesquisa da *Análise Dialógica do Discurso*. Linha essa que busca olhar para a materialidade lingüística e para a situação comunicativa constitutivas de uma enunciação e de um enunciado concreto,

visando a observar as condições de produção, de circulação e de recepção de uma determinada situação comunicativa: em nosso *corpus*, as cartas do leitor.

Para discutir a questão do interlocutor, ou como dizia Bakhtin, para tratar do conceito do *outro*, é preciso considerar o papel do ouvinte/leitor, visto que :

“(...) a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*; ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato: não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado”(Bakhtin, 1927:112).

A relação dialógica ou dialogismo é, portanto, condição de linguagem. No texto escrito, há o estabelecimento de uma relação dialógica ou diálogo, em sentido amplo, entre o enunciador (autor/escrivente) e o enunciatário (leitor). Cabe lembrar que a atividade verbal sob a forma escrita também é orientada em função de intervenções anteriores da mesma natureza. Ao analisar o texto escrito é necessário levar em conta não só o conteúdo e a relação do enunciador com esse conteúdo, mas principalmente a relação do enunciador com o outro e com os discursos desse outro, explicitados ou presumidos (cf. Brait, 2002:155).

Em relação às cartas do leitor, importa dizer que estão relacionadas a assuntos vividos pela sociedade da época e noticiados nos jornais ou a aspectos pessoais. Daí a motivação para escrever no jornal, tendo a possibilidade de o leitor publicar sua crítica, opinião ou pedido pessoal.

2. Caracterização do Gênero Carta¹

Na visão de Bakhtin (1997), as sociedades e culturas são várias, assim como suas atividades, cuja mediação é feita pela linguagem. Os usos dessa linguagem são tão variados quanto variadas forem as atividades humanas, que moldam a linguagem por meio de enunciados relativamente estáveis, garantindo a comunicação verbal. Esses enunciados constituem os chamados gêneros discursivos.

Os gêneros discursivos são textos empiricamente realizados, encontrados na sociedade de forma materializada, tais como: notícia, artigo, entrevista, carta, bilhete, crônica, romance, receita culinária, situados no espaço e no tempo.

Para Marcuschi (2001a: 43), a definição dos gêneros é de natureza sócio-comunicativa, baseada em parâmetros pragmáticos e discursivos, visto que sua sedimentação se dá por meio de práticas sociais que visam a determinados propósitos comunicativos.

Ao analisar o gênero carta, Silva (1997) afirma que esse gênero discursivo permite uma variedade de tipos de comunicação, tais como: pedido, agradecimento, conselho, congratulações, desculpas, informações, intimação, prestação de contas, notícias familiares, etc. A autora acrescenta que, embora sendo cartas, não são da mesma natureza, pois circulam em campos de atividade diversos, apresentando funções comunicativas variadas: nas relações pessoais, nos negócios, entre outras. Desse modo, esses tipos de cartas podem ser considerados subgêneros do gênero maior “carta”, pois todos apresentam traços comuns, sua estrutura básica: a seção de contato, o núcleo da carta e a seção de despedida; mas são classificados quanto à forma de realização e suas intenções. Assim, encontramos carta pedido,

¹ O uso da designação *gênero carta*, em vez de *gênero epistolar*, busca dar ênfase ao sentido de unidade de comunicação construída em contextos funcionais específicos, evitando conotações literárias.

carta resposta, carta pessoal, carta programa, carta circular, carta do leitor, carta ao leitor, etc.

2.1 Carta do leitor

Levando em conta a perspectiva funcional-interativa, verificamos que a carta do leitor é um texto que circula no contexto jornalístico em seção fixa de jornais e revistas, denominada comumente de cartas, cartas à redação, carta do leitor, painel do leitor, destinada à correspondência dos leitores. Em outras palavras, a carta é utilizada em situação de ausência de contato imediato entre remetente e destinatário, que não se conhecem (o leitor e a equipe editorial do jornal ou da revista) visando a atender vários propósitos comunicativos: opinar, agradecer, reclamar, solicitar, elogiar, criticar, entre outros. É um gênero de domínio público, de caráter aberto, com o objetivo de divulgar seu conteúdo e possibilitando a sua leitura ao público em geral.

Na atualidade, as cartas do leitor são divulgadas em jornais e revistas de grande circulação e tratam de notícias ou reportagens de temas de interesse nacional, publicadas nesses veículos de comunicação, ou de solicitações feitas pelos leitores, pois é de fácil acesso, demonstra um contato, por parte deles, com os fatos importantes e recentes da sociedade e está escrito em registro formal ou semi-formal do Português.

Sabemos que nem toda carta do leitor é publicada. Segundo Melo (1999: 28-29), há sempre uma triagem para a seleção das cartas a serem efetivamente publicadas e entre aquelas que são selecionadas para publicação pode haver ainda uma edição, como ocorre normalmente no Jornal *Folha de S. Paulo* ou na Revista *Veja*, por exemplo. Por razões de espaço da seção ou por direcionamento argumentativo, as cartas podem ser resumidas, parafraseadas ou mesmo ter informações eliminadas. O que acaba, segundo Bezerra (2002: 211), “por configurar-se como uma carta com co-autoria: o leitor, de quem partiu o texto original, e o jornalista, que o reformulou”.

Entretanto, nos jornais do final do século XIX não é bem isso o que se vê. Na verdade, nos jornais selecionados as cartas são colocadas integralmente e versam sobre os mais variados e distintos assuntos: pedidos, reclamações, comentários, busca de contato com parentes ou amigos, entre outros.

Seguindo a perspectiva teórica de Silva (1997: 119), que em suas considerações sobre o gênero em questão leva em conta as atividades comunicativas em que se dá o discurso, sem deixar de lado seu aspecto formal, passamos a apresentar sua proposta teórica para a análise das cartas do leitor.

Essa proposta engloba aspectos formais e funcionais que se associam na classificação do gênero carta. Assim, distinguem-se três níveis:

1) estruturas discursivas: a partir das propriedades formais do texto, observamos o modo de organização da informação, isto é, as rotinas retóricas ou formas convencionais que o enunciador tem a sua disposição na língua quando quer organizar o discurso. Para cada uma dessas estruturas há um conjunto de traços lingüísticos característicos, que, em linhas gerais, identificamos como: tempo/aspecto/modo verbal, tipo de predicado, unidade semântica básica, pessoa do discurso referida, unidade semântica básica.

Esta perspectiva valoriza as estruturas discursivas disponíveis na língua que correspondem, genericamente, ao que tradicionalmente se identifica com os gêneros discursivos: estruturas narrativas, descritivas, expositivas, expressivas, procedurais, dialógicas.

Um **estrutura narrativa**, por exemplo, caracteriza-se por apresentar o verbo no pretérito perfeito em predicados de ação, em torno de acontecimentos referentes à primeira ou à terceira pessoa, sintaticamente organizada em orações com juntura temporal. Por outro lado, uma **estrutura descritiva** tem o verbo num forma não perfectiva, num predicado formado por verbos de

estado em torno de entidades, freqüentemente na terceira pessoa, sintaticamente elaborada a partir de estruturas nominais.

Nas cartas sob análise, encontramos um exemplo significativo em que o escrevente faz uso da estrutura narrativa para contar um diálogo que ouvira, quando estava descansando na ponte do ferrão, entre um senhor português e um estudante brasileiro. Esta carta foi publicada no *Farol Paulistano*, em 15 de março de 1828. Vejamos um pequeno trecho:

(1) “Senhor Redactor – Depois de cessar um pouco essa abundante chuva, que desde o anno passado tem caído todos os dias sem interrupção, quis ver o estado da varzea do Carmo, e se com effeito tinha-se conseguido o fim d’esgotá-la, dirigi-me até a chamada ponte do ferrão, que foi entulhada e vi o pêso das aguas, que não respeita grandes barreiras (...)De volta sentei-me a descansar na ponte fraca e aí estavam talvez ao mesmo fim dois sujeitos, um dos quaes era um Portuguez velho, e Brasileiro novo, (...) Logo que cheguei encetavão elles uma conversação, e por me parecer interessante apenas voltei a casa tracteri d’escrevê-la para me não esquecer, e suppondo que possa alguém julgá-la também interessante lh’a envio para que se digne publicar no seu Farol.”

Quanto ao uso de estrutura descritiva, a carta selecionada no exemplo (2) - publicada no *Correio Paulistano*, em 22 de julho de 1893 - é construída com base na descrição de um indivíduo. Observemos:

(2) **Estado/Cidade:** SP/São Paulo

Tipo de Texto: Carta de Leitor

Título de Jornal: Correio Paulistano

Data/Edição: São Paulo, 22 de julho de 1893/Sessão:
Secção Livre

Fonte/Cota: Arquivo do Estado de São Paulo

Observações:

Rio Verde

Ha mezes que appareceo nesta cidade um individuo alto, corcunda, espadaúdo, meio careca; ao longe parece com corvo mestre e outros disem que com o abestruz e eu me inclino para quaesquer das duas aves. Disem chamar-se "Cruz", este antigo patibole de malfeitores, emfim pelo nome não se perca.

Disem tambem ser amphibio, porem não parece pela pelle; que é orgam hoje e outros que é Realejo por ter manivella. Ja ouvi tratat-o de ganso e doutor Scismado, mas não sei se attende por esses nomes. O que sei é que ja foi juiz, cujas bravatas existem em cartorio onde exerceo esse cargo, despachando em um inquerito onde disem, era indiciado e hoje é representante da so ciedade.

Sei mais que scisma soffrer dos pulmões e nem as pedras o convencem do contrario. No jury tem voz aflautada e as vezes parece guincho de vehiculo de duas rodas, e me affirmam mesmo que toca flauta e flautim. Pretende, havendo mudança de situação ser nomeado juiz de direito de uma Comarca visinha. O seu ar é de bôbo e por isso muito esquivo. Advinhem: quem é o biographado ?

Rio Verde, 15 de Julho de 1893.

joão caldas.

2) unidades comunicativas: este nível diz respeito ao uso das estruturas em situações concretas de comunicação. É a atualização do primeiro nível apresentado por meio de unidades bem delimitadas, em contextos específicos. Esses tipos de enunciados associam-se às diversas atividades que desenvolvemos, por isso o número de possibilidades é bastante amplo, segundo

Silva (19970, e podem ser: editorial, reportagem policial, piada, carta, conferência, conto, romance, novela, etc.

Segundo a autora, quando fazemos uma diferenciação entre os dois níveis apresentados, estabelecemos critérios formais, internos (para as estruturas discursivas do nível 1) e funcionais para as unidades comunicativas (do nível 2).

A título de ilustração, podemos relacionar os dois níveis acima propostos e verificar que temos estruturas do tipo narrativo realizando-se em unidades como: contos, novelas; estruturas procedurais ocorrendo em receitas, manuais de instrução; estruturas expositivas aparecendo em artigos científicos, editoriais, e assim por diante.

3) função comunicativa/interativa: neste nível observamos como dada unidade comunicativa é empregada, sua força ilocucionária ou a variedade de eventos comunicativos a que se associa. Por exemplo, uma unidade comunicativa como uma crônica pode ser utilizada para aconselhamento; ou uma lista pode ser útil para destacar o ponto principal de um conto. Nessa perspectiva, dificilmente encontramos um gênero que possa ser considerado “puro”. Como se viu quando da exemplificação das estruturas narrativa e descritiva, a carta pode ser usada para contar um episódio ou mesmo para fazer uma pequena biografia de um indivíduo.

A seguir, buscaremos relacionar as cartas e, em especial as cartas do leitor, a essa proposta teórica . O gênero carta é uma unidade comunicativa, pois apresenta uma estrutura de informação a partir de uma organização típica, para uso em contextos específicos. A carta é uma unidade funcional da língua, utilizada em situações específicas: ausência de contato imediato entre o emissor e o destinatário. Entretanto, esta é uma categoria bastante ampla, apresentando uma diversidade de textos e propósitos.

Na visão de Swales (1990), o termo carta faz referência ao meio de comunicação, mas carece, como categoria, de uma indicação de propósito suficiente para alcançar o *status* de gênero.

Realmente o termo carta é abrangente e, segundo Silva, “pouco esclarecedor: com exceção do formato externo - cabeçalho, data, assinatura - e algumas expressões formulaicas freqüentes em suas seções iniciais e finais, o corpo da carta permite qualquer tipo de comunicação: desde as vantagens de um determinado cartão de crédito até informações sobre o condomínio, passando pelas esperadas novidades do amigo que mora no exterior. Todas são cartas, mas não devemos colocá-las na mesma categoria” (p. 121)

As várias possibilidades de uso das cartas remetem a distintos campos de atividades: a propaganda, os negócios, a correspondência pessoal. Essas categorias suscitam o papel que a carta representa na interação social. Nessa perspectiva, podem ser analisados como subgêneros do gênero carta. De acordo com Swales, o termo carta é uma espécie de rótulo conveniente para reunir, supragenericamente, os discursos

Se observarmos o terceiro nível da proposta apresentada anteriormente, podemos classificar as cartas a partir do propósito comunicativo, do objetivo do emissor ao escrevê-las. Assim, no âmbito das cartas do leitor, podemos estabelecer categorias que se relacionam à intenção do emissor, ou seja, ao propósito comunicativo que a carta estabelece: pedido, agradecimento, informação, reclamação, entre outros.

Os enunciadores das cartas são pessoas que vivem na cidade de São Paulo (há somente duas cartas de moradores da cidade de Santos e publicadas no jornal *Cidade de Santos*) e procuram, através do jornal, atingir propósitos bem específicos e variados. Dentre as cartas levantadas até o momento, destacam-se: pedido; reclamação; desabafo; comentário sobre matéria publicada, comentário ou crítica a políticos, sobre as escolas públicas, as condições das estradas, iluminação pública, limpeza urbana; biografia; confissão.

Em algumas correspondências o propósito é explicitado pelo enunciador, aparecendo em posição de destaque logo no início do texto. Com frequência, o objetivo da carta não é indicado tão claramente, devendo ser inferido. Vejam-se alguns exemplos:

(3) **Estado/Cidade:** SP/São Paulo

Tipo de Texto: Carta de Leitor

Título de Jornal: Diario de São Paulo

Data/Edição: São Paulo, 23 de maio de 1874/Sessão:
Publicações pedidas

Fonte/Cota: Arquivo do Estado de São Paulo

Observações:

Escola do Arujá

Passando pela freguezia do Arujá, tive occasião de ver ali funcionando a escola publica regida pelo *senhor* Caetano Nunes de Siqueira, ha pouco para ali removido. Tem o | distincto professor matriculados sessenta e tantos alumnos em lugar tão insignificante, que muito têm aproveitado, e de entre os quaes alguns ja estão bem adiantados, comquanto para a mesma escola entrassem sem conhecimento algum das materias que ali se ensinão. (...)

(4) **Estado/Cidade:** SP/São Paulo

Tipo de Texto: Carta de Leitor

Título de Jornal: A Provincia de S. Paulo

Data/Edição: São Paulo, 12 de março de 1875/Sessão:
Secção Livre

Fonte/Cota: Arquivo do Estado de São Paulo

Observações:

A Companhia de Navegação Paulista

Senhores Redactores. - Li por duas vezes, no jornal de vv.ss., reclamações sobre a irregularidade dos vapores desta companhia e da desconsideração com que se tratava os Paulistas, deixando de os avisar das transferencias por meio de annuncios, etc. (...)

Quanto ao nível de sua estrutura discursiva, a carta do leitor não apresenta um tipo específico e, nesse sentido, se diferencia do conto ou da receita, considerados textos prototípicos das respectivas estruturas que representam. Na carta, seqüências narrativas, descritivas, argumentativas convivem harmoniosamente, como já apontamos anteriormente. Por isso, muitas vezes, é difícil delimitar as porções de cada tipo textual, que se sucedem numa progressão/transição quase imperceptível. Cabe lembrar que o estudo dessa mescla dos tipos de estruturas textuais não pode ser desvinculado do estudo da organização tópica.

A carta é sem dúvida um gênero discursivo, porém é tida como um gênero complexo. Trata-se, como já se viu, de uma correspondência em que diversas estruturas podem estar na base de sua composição. Talvez para melhor analisar e compreender esse gênero discursivo seja necessário observar o propósito de cada carta, qual a sua função enquanto atividade social, que papéis sociais são desempenhados pelos interlocutores.

3. Papéis Sociais e Formas de Tratamento nas Cartas do Leitor

Neste momento, importa observar a relação entre os papéis sociais estabelecidos nas cartas sob análise e as formas de tratamento da língua.

O conceito de papel social refere-se, segundo Preti (2000, p. 85-86), à participação do homem no grupo social. Na visão do autor, “cada indivíduo tem uma posição dentro de um grupo (seja ele um grupo restrito ou *primário*, como a família; ou um grande ou secundário, como o Estado, por exemplo). Mas, podendo pertencer a vários grupos sociais, pode ocupar também várias posições sociais, Poderá, por exemplo, ao mesmo tempo, ser o pai, na família; o professor, na escola; o jogador na equipe esportiva; o pregador, na Igreja etc. A essas posições sociais definidas do indivíduo no grupo costuma-se chamar *status*”.

O papel social é, portanto, a maneira de o indivíduo estabelecer sua correlação vital com outras pessoas. Para Preti, (op.cit), o locutor precisa desempenhar seu papel adequadamente, e isso necessita de um certo esforço consciente para poder produzir a impressão almejada. Desse modo, “a conduta é regulada não apenas conforme o requisitos do papel funcional, mas também de acordo com o que o público espera” (p. 89).

A linguagem é um componente essencial no desempenho do papel social. Ainda conforme Preti, “ao falarmos, podemos refletir o tempo em que vivemos (variação diatópica); nossa condição sociocultural, profissão, grau de escolaridade (variação diastrática); nosso sexo, faixa etária, ou aspectos de nossa personalidade, como timidez, agressividade (variação psicofísica); a *situação de comunicação* de que participamos, a forma verbal de interagirmos, decorrente do grau de intimidade que temos com nossos interlocutores, do tema que tratamos, da menor ou maior formalidade exigida, que resultará em *registros* diferentes, numa fala *tenso* ou *distenso* (variação diafásica)” (p.89).

Quando se analisa a relação entre os papéis sociais e a variação lingüística adequada para representá-los, merece um olhar especial o estudo das formas de tratamento, ou seja, a maneira por meio da qual os interlocutores se tratam e o que pode representar na interação a escolha de uma forma ao invés de outra disponível na língua.

O uso das formas de tratamento liga-se a fatores diversos, como: intimidade, polidez, afetividade, poder, hierarquia, reverência, solidariedade. Ocorre, normalmente, nos diálogos ou nos vocativos e, nestes últimos, apresentam uma variedade devida à situação comunicativa. Nas cartas do leitor, de modo geral, os vocativos são: Senhor Redactor, Ilustríssimo Senhor Redactor, Senhores Redactores; mas há casos em que o leitor escreve diretamente para um parente, amigo ou conhecido, ou ao público: Querido esposo (carta dirigida a um voluntário da Pátria), Ao Chico Salles, Ao Compadre do Monge, Compadre Pancrácio, Comadre Chiquinha, Amigo Antonio Nardi Vasconcellos Junior, Aos fazendeiros e possuidores de escravos, Ao público, etc.

Na língua portuguesa, o sistema de tratamento pode se representado por:

a) formas pronominais: os pronomes pessoais (tu, vós);

b) formas pronominalizadas: termos com valor de pronomes pessoais (você, o senhor, Vossa Excelência, Vossa Senhoria e suas variações;

c) formas nominais: nomes próprios, prenomes, nomes de parentesco ou equivalentes, ou uma variedade de nomes empregados como vocativos ou formas de chamamento.

O uso de qualquer uma dessas possibilidades depende das relações entre os diversos *status* sociais e os papéis para desempenhá-los. Entretanto, alguns usos podem-se fixar por mais tempo do que outros, em virtude da dinâmica das transformações sociais. Cabe observar que, nas relações entre *status*, não é possível passar, de repente, de um tratamento mais formal como *o senhor* (que implica autoridade, poder) para *você* (que implica intimidade, solidariedade), sem marcar a mudança de papéis sociais.

De acordo com Robinson (1977), pode-se estabelecer uma norma de *status* ao se estudar as variações de tratamento, para demonstrar as convenções sociais que orientam o uso das formas

de nos dirigirmos a um interlocutor, no desempenho de nosso papel social,

Com base nos trabalhos de Brown e Gilman (1960), pode-se analisar uma *semântica do poder* e outra da *solidariedade*, separando os dois grupos de tratamento que servem para evidenciar as posições manifestadas nas diversas relações sociais: patrão/empregado (*status* ocupacional), jovem/idoso (*status* etário), entre outros.

Segundo Robinson (op.cit, p. 126), sociedades que apresentam uma hierarquia muito forte, com manifestações de *status* atribuído (nobre/plebeu, em séculos passados), possuem uma série de formas de tratamento discriminativas, graduadas e co-ocorrentes com outros traços lingüísticos. Esse fato caracteriza a semântica do poder. Ainda hoje, em sociedades modernas, encontram-se resquícios fortes dessa presença, com a permanência da classe nobre com *status* e papel social definidos.

Em sociedades com *status* social adquirido, os tratamentos apresentam variações e, conforme Preti, as formas de tratamento indicam aproximação maior e intimidade entre os interlocutores, o que constitui a semântica da solidariedade.

Em tais sociedades, como ocorre em muitos países da América, onde há menos formalidade, o sistema de tratamento apresenta-se mais simétrico, cujas variantes antes indicativas de graduação de poder expressam também intimidade e solidariedade (*você/tu*). Assim, muitos traços diferenciadores acabam, gradativamente, perdendo esse emprego.

Na atualidade, há a tendência a um progressivo desaparecimento de formas de tratamento indicativas de poder. No Brasil, um traço característico dessa mudança está em algumas formas de tratamento, como *você* e seu uso ampliado em relação a *o senhor*, conforme Preti, evidenciando uma “quebra de formalismo” (p.94).

Talvez a transformação mais relevante das formas de tratamento no Português do Brasil diga respeito ao uso de *tu* e *você*. O sistema reduziu-se ao uso de *você*, tanto para indicar intimidade como cortesia, deixando a maior ou menor intimidade para a oposição *tu/o senhor*, o que não ocorre no Português Europeu em que *tu* (forma pronominal)/*você* (pronomes de tratamento) indicam intimidade/igualdade.

Entretanto, no século XIX é difícil distinguir com rigor o uso das duas formas *tu* e *você*. Pode-se afirmar que ambos os tratamentos se integram na semântica da solidariedade. Já para o plural ficou somente a forma *vocês*, visto que *vós* desapareceu da língua falada no Brasil, sendo utilizado apenas na oratória pública.

Em nosso *corpus*, porém encontramos uma carta publicada no jornal *Correio Paulistano*, em que o remetente trata seu interlocutor por *vós*:

(5)“Para que *vos metteis* a tralhão, meu rabula quadrado? Já que *fallasteis* em uso fazendo lei, *pergunto-vos*, com que condição ouso faz lei?” e mais adiante alterna o uso de *vós/tu* ao usar o imperativo: “Ora *ide* plantar batatas. Se reincirdes chamo-*vos* á palmatoria (...) Ande, *vai* para escola orelhudo” (22 de junho de 1854).

Neste exemplo, observa-se uma crítica bastante violenta por parte do escrevente, que se dirige a seu interlocutor como: parvo, bolonio, meu pedaço d’ asno, rabula, entre outros.

Entretanto, há outro exemplo em que a esposa escreve para o jornal, dirigindo uma carta a seu esposo: um voluntário da pátria, empregando o pronome *vós*.

(6)Estado/Cidade: SP/São Paulo

Tipo de Texto: Carta de Leitor

Título de Jornal: Correio Paulistano

Data/Edição: São Paulo, 26 de setembro de 1865/Sessão:
A pedido

Fonte/Cota: Arquivo do Estado de São Paulo

Observações:

Carta dirigida a um Voluntario da Patria

Querido esposo.

Embaú 10 de Setembro de 1865.

Tive o delicioso prazer de receber a vossa prezada carta, com data de 18 do proximo passado mez, a qual me encheu de orgulhoso prazer por ter certeza de que vos achavas gosando perfeita saude, e as rogativas que faço a bem aventurada virgem é que ao receberes esta vos acheis no goso da mesma. Eu me acho com saude, graças a Deus, assim como todos os nossos filhinhos, no numero dos quais podeis contar mais um, que hontem veio à luz, scientificando-vos que fui muito feliz e até o presente acho-me sem alteração em minha saúde.

Caro esposo, não sei como vos possa relatar as amarguradas saudades que de ti tenho, não sei como exprimir-vos, as grandes angustias que soffre o meu coração! a vossa estada nessa capital me enche de prazer, e ao mesmo tempo de tristeza, pois que ahi estaes isento de soffreres os asares que a guerra occasiona aos soldados que correm em defeza de sua patria ultrajada, porém mais retardada a vossa tão desejada vinda

(...)

Quanto a mim só vos posso protestar os mais sinceros votos de estima amisade e fidelidade, e vos envio o saudoso e fiel coração, e um apertado abraço, por ser como sempre serei

Vossa estremosa, constante, e fiel esposa.

Eulalia Maria Silveria

O uso de *vós* para a segunda pessoa do singular, antes mesmo do século XIX, é considerado um arcaísmo que se mantém em situações de reverência e prestígio, constituindo um exemplo de semântica do poder; entretanto no exemplo citado (5) o uso de *vós* cria um efeito de sentido de ironia e descaso em relação ao interlocutor, uso esse que se mescla com o de *tu*, já que o poder e o prestígio são trocados pelo descrédito e pela inferioridade.

Quanto às expressões utilizadas nas relações de poder, incluem-se todas as formas pronominalizadas, com exceção de você: *vossemecê, o senhor, a senhora, a senhora Dona, o senhor Dr., o cavalheiro, V. Exa. V. S.^a*, entre outras. Tais formas indicam respeito, hierarquia e são usadas de acordo com o *status* atribuído ou adquirido dos interlocutores. Observemos alguns exemplos:

Para dirigir-se ao redator do jornal, o interlocutor usa formas diversificadas. Há casos em que emprega *Vossa Senhoria*, como no exemplo (7), escrito por uma lavadeira. Já há outros, em que o escrevente utiliza a forma *Vossa Mercê*, alternando com *o senhor* como no segmento (8) e outros ainda, em que o interlocutor usa o pronome de tratamento *você*, como em (9), embora o vocativo empregado seja *o senhor*. Nesses exemplos, verifica-se uma variação no uso da forma para dirigir-se ao redator, interlocutor conhecido apenas por intermédio do jornal, sem caráter íntimo ou de grande conhecimento partilhado.

(7) Estado/Cidade: SP/São Paulo

Tipo de Texto: Carta de Leitor

Título de Jornal: Correio Paulistano

Data/Edição: São Paulo, 12 de agosto de 1865/Sessão: A pedido

Fonte/Cota: Arquivo do Estado de São Paulo

Observações:

Consequencias da nova numeração.

Senhor redactor.

Sou lavadeira e engommadeira, e tenho sempre exercido as minhas modestas profissões com applauso do *Senhor* publico e dos meus freguezes da academia. Morei d'antes no becco do inferno e ha cousa de 3 mezes mudei-me para esta sua casa, onde vivia tranquillamente em quanto na cimalha da porta se lia o NUMERO 20, mas o proprietario querendo embellezar o front-spicio do seu predio entendeu que devia mandar caial-o, o que fez, empregando em tal obra um *senhor* pintor muito chué que borrou-me o 2 do vinte, e ficou minha casa com o numero – 0 – !

Ora, eu sou muito procurada pelos meus freguezes e por isso quando elles indagaão da minha casa preciso dizer-lhes o nome da rua e numero da porta, para que eles vão lá direitos.

(...)

Ora, como conto a vossa senhoria já tudo isto erão tristezas para a minha alma e por isso tencionava mudar-me do meu cazebre.

(...)

Vossa senhoria que é muito perspicaz hade notar os meus prejuizos e em virtude delles espero que reclamará em | meu favor, afim de que me seja restituída a cifra no seu lugar, ao contrario eu pinto na porta o que me parecer e não dou cavaco á nação. Eu não vivo de borrões na porta, entenda-se.

Estou zangada e não quero articular mais. Peço-lhe que me olhe pela cifra como cousa sua.

Até a primeira.

Sua criada

Apollinaria Gerundia de Mattosinhos

(8) **Estado/Cidade:** SP/São Paulo

Tipo de Texto: Carta de Leitor

Título de Jornal: Correio Paulistano

Data/Edição: São Paulo, 25 de agosto de 1865/Sessão: A pedido

Fonte/Cota: Arquivo do Estado de São Paulo

Observações:

Lembranças minhas

Senhor redactor.

Sou uma assignante das suas folhas por minha conveniencia e das meninas, que gostão de ler os romances e as pilherias que o snr bota todos os dias.

Na realidade são muito bonitas.

Vmc. é muito espirituoso, e aquella sua cousa do jry já me arreventou os cordões às saias de tanto rir. | (...)

O senhor bota sempre nos jornaes os preços dos comestiveis e etc; mas não falla do preço das costuras, nem do valor dos ovos. Isso é uma falta, perdoe-me.

Olhe, se não se costurasse, nós andavamos nus. Credo, que vergonha! Não acha?

E os ovos são muito peitoraes. Se em vez do expediente do thesouro vmc. pozesse o custo destas cousas, olhe que havia de ter mais assignantes.

(...)

Conforme fôr, se eu vir que o negocio deixa, dou mais elasticidade ao estabelecimento e o snr. ha de ter um interesse sacudido!

Faça alguma coisa neste assumpto que não hade perder comigo.

Desculpe o bote de rapé Princeza, que envio para consolo dos seus narizes.

Sua predilecta

Generosa Maxima

(9) **Estado/Cidade:** SP/São Paulo

Tipo de Texto: Carta de Leitor

Título de Jornal: Correio Paulistano

Data/Edição: São Paulo, 01 de janeiro de 1865/Sessão: A pedido

Fonte/Cota: Arquivo do Estado de São Paulo

Observações:

Quero mais “Correios”

Senhor redactor. – Findou-se hontem o bixesto de 1864.

Segundo os annuncios que você fez no seu jornal a coisa não correu lá muito agradável.

Quebras, guerras, chuvas de pedra e outras polemicas tudo incommodou os nossos cidadãos.

A mim, graças a *São* Benedicto, de que Sou irmão, não me chegou mal. Só tive augmentos; e senão veja;

A minha Eva deu à luz um pequeno, que se chama Juca, e já tem dous dentes.

As galinhas pozeram ovos como nunca se vio.

Nasceu-me um bezerro e as cabras pariram todo o anno que foi o diabo.

(...)

De forma que, pelo que lhe digo, fique você sciente que nada me falta e tenho mais do que preciso. |

Nas horas vagas leio o seu *Correio Paulistano* que traz sempre bem boas pêtas, e depois embrulho queijo no papel.

Agora, como o tal anno acabou-se, a mulher disse-me que escrevesse ao homem das folhas para tornar a ser assignante.

Eu não queria mais saber de historias; mas emfim mande você outra vez o *papelucho*, e ahi vai o cobre para 6 mezes.

Ponha este anno cousas bem engraçadas; quero-me rir a custa dos tolos; senão dou com o jornal nas ventas do folheiro e leva tudo o diabo.

Por oras, adeos e sou

O Seu freguez das folhas

Mendo Paes

Biderman (1972-73: 358-359) apresenta os usos das formas de tratamento no mundo de fala portuguesa na Idade Média e afirma que o *tu* era marca de intimidade, afeto, emotividade ou ainda de inferioridade. Já o *vós* indicava não-intimidade, distância ou respeito e superioridade. No mesmo uso de *vós*, encontramos as formas *Vossa Mercê, vossa Senhoria e Senhor*.

A forma *você* aparece, provavelmente, no século XVIII como tratamento intermediário entre *tu* e *Vossa Mercê*. Para Biderman, *você* e *Vossa Mercê* coexistem nesse século e como apresentam valores ligeiramente diferentes, a autora não sabe se teria derivado da evolução de *Vossa Mercê* como afirmam alguns estudiosos, dentre eles José Pedro Machado:

“Quando se considera as inúmeras variantes de *Vossa Mercê* levantadas por Plà Cárceres na literatura dos séculos XVI, XVII e XVIII, outra hipótese pode ser aventada. O tratamento de *Vossa Mercê* deve ser importado da Espanha. Ao, no final do século XVI e primeira metade do século XVII, Portugal estava sob o domínio espanhol. Além disso, as relações entre as sociedades portuguesa e espanhola sempre foram muito intensas e estreitas desde os tempo medievais. Compare-se agora variantes espanholas como: *voaçed, vuezed, vassuncê, vnaçed, voazé, vnazé, vuezé*, todas registradas por Cárceres. Note-se quão vizinhas se encontram foneticamente de *você*. *Vassuncê* do repertório de Cárceres também se encontra nos meios rurais portugueses e brasileiros, a par com *Vosmecê* e *ocê*. Essa última freqüente na fala urbana brasileira de vários níveis. Talvez *você* simplesmente represente uma daquelas variantes que corriam na Espanha senão em toda a Pensínsula Ibérica”(p. 363).

Cabe apontar ainda que no Brasil a substituição de *tu* por *você*, como forma de tratamento familiar e íntima, deve ter

ocorrido na passagem do século XIX para o XX. Por isso no *corpus* sob análise a forma *você* é a menos encontrada, há poucas ocorrências e uma delas já foi comentada no exemplo (9), outra está no exemplo (10), no qual o escrevente dirige-se à mãe, empregando a forma *Vossa mercê*; já para interagir com o irmão, usa o pronome *você*.

(10) **Estado/Cidade:** SP/São Paulo

Tipo de Texto: Carta de Leitor

Título de Jornal: Correio Paulistano

Data/Edição: São Paulo, 28 de março de 1865/Sessão: A pedido

Fonte/Cota: Arquivo do Estado de São Paulo

Observações:

Minha mãe, hoje 25 do corrente de 1865. – Cidade de São Paulo. – Corpo de Voluntarios da Patria.

Oh! que satisfação para mim em saber que estas miseraveis letras vão achar a v.mc. com feliz saude em companhia de toda nossa familia; vou por meio d'esta pedir-lhe sua benção, e participar-lhe os successos de minha vida, hoje 25 de março, para mim um dia festivo, foi hoje que vi sahir o batalhão dos voluntarios da patria, acompanhado pela musica voluntaria; ia então adiante do batalhão o commandante do corpo voluntario commandando todo aquelle exercito no largo do paço ao encontro do presidente

(...)

Oh! minha mãe lembre-se de mim, porque de vossa mercê não me esqueço; accite um louvado meu, não repare na nota da carta porque, ah! esta carta foi notada com lagrimas;... pois adeus mamãe, oh! meu pae lance-me

tambem sua benção, Joãozinho lembrai-vos de mim, que eu logo vou para a batalha, n'essas cam- panhas do Paraguay. Tive 200\$000 de gratificação, mas nada posso mandar, nada para você nem para nossa mãe, o que confesso com pezar. Adeos, Joãozinho, de vosso irmão que muito vos estima o

Felix de Amaral Gurgel.

Para ilustrar a fase de uso de formas variantes de *Vossa Mercê*, encontramos cartas em que uma senhora dirige-se a uma comadre, empregando a forma *mecê*, como no exemplo (11). Há outra em que o escrevente emprega a forma *vocemecê* e *vossa mercê*, indistintamente para interagir com o redator (12); e outra em que usa a forma *voçunçe* para dirigir-se ao redator (13)

(11) **Estado/Cidade:** SP/São Paulo

Tipo de Texto: Carta de Leitor

Título de Jornal: Correio Paulistano

Data/Edição: São Paulo, 20 de agosto de 1865/Sessão: A pedido

Fonte/Cota: Arquivo do Estado de São Paulo

Observações:

Comadre Chiquinha

Muito estimarei que ao receber estas mal traçadas regras, se ache já quasi boa do seu romatismo.

Eu, louvado seja Deus, vou indo boa de saude, andando somente tresnoitada, porque, além de estranhar a casa, que não é como aquella em que morei na Luz, não tenho podido mais pregar olho com a gritaria das sentinellas da cadêa, que tem garganta como esses barcos que os

estrangeiros inventarão pr'a bala não furar. Olhe, nha Chiquinha, berrão, berrão os taes como as vaccas na porta do quintal, chamando as cria.

Mariquinha, que mecê sabe que soffre muito das lombrigas, leva a noite inteira se acordando assustada com | semelhantes berros.

(...)

Arrematando esta, peço-lhe o favor de ver se por ahi ha alguma casinha vaga, porque quero me safar daqui como o diabo da - cruiz.

Adeus; espero sua resposta

Sou sua comadre

Tudinha

(12) Estado/Cidade: SP/São Paulo

Tipo de Texto: Carta de Leitor

Título de Jornal: Correio Paulistano

Data/Edição: São Paulo, 24 de abril de 1865/Sessão: A pedido

Fonte/Cota: Arquivo do Estado de São Paulo

Observações:

O feijão e os atravessadores

Senhor Redactor:

Vocemecê é homem da imprensa, vive sempre preocupado com as poesias e não ha de saber do que se

passa no mundo de chilra prosa em que eu e minhas comadres vivemos. Pois, eu quero sempre dar-lhe uma prosinha do meu mundéo para que vmc. faça uma pequena idéa dos transtornos em que vivemos.

(...)

Em fim de contas eu o que quero é providencias sérias. A minha e a barriga de minha familia, não póde estar exposta aos botes dos atravessadores; e por isso - rogo a vossa mercê que atice a policia nesses miliantes e dê com elles no chelindró.

Eu prometto-lhe um balainho de óvos frescos se vossa mercê fizer com que os taes vendeiros dêem o feijão por uma continha que não aleije os pobres.

Sou uma sua creada

Balbina Rosa.

(13) **Estado/Cidade:** SP/São Paulo

Tipo de Texto: Carta de Leitor

Título de Jornal: Correio Paulistano

Data/Edição: São Paulo, 24 de junho de 1865/Sessão: A pedido

Fonte/Cota: Arquivo do Estado de São Paulo

Observações:

Duas regras

Senhor redactor.

Ha muito tempo que andava com ganas de dar uma pennada na imprensa de voçuncê; mas entoncos como não sei retolica, tinha scismas que vonçuncê havia-se pôr com partes. Mas já hoje vi no seu pharol annun- ciada uma descomponenda de nha Amalia, cosinheira que foi do defundo senhor conego meu padrinho, que Deus haja, e isso me pissui de animo para botar nas folhas umas regras.

Eu conheço voçuncê de outras eras; voçuncê é que não se lembra de mim; eu estava alugada na casa do seu bispo *Dom* Matheus, no tempo em que voçuncê foi lá botar a Chrisma em voçuncê mesmo. Eu bem me lem- bro disso.

Mas saiba voçuncê, que eu sempre fui muito faceira e gostei de me aciear, quando veio a lei da gente varrer a sua testada eu varria a minha á missa das armas, e quando os homens da carroça passavão no meu bequinho já achavam a lixarada n'uma montoeira.

Vai agora apparece um dia destes um velhote com uma espada grande e pistola na mão e manda que eu metta a montoeira para dentro. Isto, senhor redactor, não se faz a uma viuva honrada.

(...)

Nas suas folhas argmente em meu beneficio, e eu fico rezando por sua alma ao *Senhor São* João no meu rosario, que me deixou minha avó.

Se lá apparecer a nha Amalia voçuncê dê-lhe lembranças minhas.

Uma sua serva.

Nicota Gertrudes.

Por meio dos exemplos, verifica-se que as formas - *Vossa Senhoria, Vossa Mercê, o senhor*- usadas pelo escrevente para dirigir-se

ao redator ou a um parente denota respeito em relação ao papel social desempenhado pelo interlocutor, entretanto revela também que a forma *Vossa Mercê* está passando por uma fase de transformação devido à variação com que é empregada, dependendo de quem é o escrevente e a que classe social pertence.

4. Interatividade nas Cartas do Leitor

A interatividade é definida, por Marcuschi (1999: 143), como “o movimento típico e explícito do escrevente direcionado a um leitor pretendido”. Desse modo, as marcas de interatividade são constituídas por expressões ou formas lingüísticas que subentendem a presença de um leitor a quem o escrevente se refere de modo claro e sem qualquer ambigüidade em determinado contexto situacional.

A relação dessas marcas com a gramática evidencia-se pelo fato de essas formas lingüísticas serem usuais na língua, ou seja, são empregadas de acordo com as possibilidades que o sistema de língua portuguesa permite.

Tal uso faz parte de um movimento próprio do processo de textualização cuja presença do interlocutor evidencia-se na própria construção textual. As cartas são casos típicos de textos que permitem um uso intenso de marcas de interação, mas isso não quer dizer que outros gêneros não o permitam.

Observemos a carta (14), na qual destacamos algumas dessas marcas:

(14) Estado/Cidade: SP/São Paulo

Tipo de Texto: Carta de Leitor

Título de Jornal: Correio Paulistano

Data/Edição: São Paulo, 21 de janeiro de 1864/Sessão: A pedido

Fonte/Cota: Arquivo do Estado de São Paulo

Observações:

Cartas familiares

IV

COMPADRE PANCRACIO. –

Não começo por perguntar- lhe noticia de sua saude, porque pela ultima que me escreveo fiquei sabendo que está rijo como um cerne, fresco como uma alface, e alegre como um medico em tempo de epidemia. Tambem pudera não ser assim. O compadre passa um vidão, mora no meio da abundancia, sente o aroma das flores, e das arvores, bebe boa e cristalina agua (Não repare, poetissimo compadre), neste estylo que é muito geral nesta cidade).

Como ia dizendo, come boa carne de porco, ou de gorda vitella, passeia no seu pomar, colhe e engole por defastio um suculento pecego, ou uma tenra banana, dorme a sesta na sua rede, a noite toma o saudavel e puro café, e quando tem mais appetite manduca o seu prato da nutriente cangica, e dorme o sonno do justo depois de ter resado o infallivel terço com a familia. E deixe correr 365 dias por um anno.

Ora realmente felicissimo compadre, uma vidinha destas é para chegar com certeza á idade do defunto Mathuzalen, que nem eu, nem o compadre conhecemos.

É verdade que o anasphaltissimo compadre por isso mesmo anda no mundo da lua, a respeito de progresso *progressante* não encherça um palmo adiante do nariz; e para de todo não ficar obtuso é mister que eu o vá, com estas minhas cartas burnindo, e tirando-o do estado quasi natural em que se acha.

Tenha paciência, compadre, Deus me defenda de deixa-lo (o compadre, não a Deus) fazer figura ridicula; tenha paciência, heide dezabuzal-o.

Aqui corre o rio por outra fôrma. Levanta-se a gente pela volta das 8 horas, toma o seu café, mas um café, compadre, todo adubado com milho, e outras coisitas mais, coisa boa; lê o *Correio Paulistano*, faz o seu toilette, isto é, lava o rosto, pentea-se, calça as chinela, veste a ceroula, a calça, o casaco, etc., fuma o seu charutinho; e assim chega até as 10 horas, que é a hora do almoço, já se sabe, coisa fina, carne quasi sempre de boi pesteadado, dizem que está reconhecida que é mais saborosa, assim como a carne de dois e tres dias, por que fica mais macia; não sabia desta, compadre, pois [v]já aprendendo, que muito tem que aprender.

O leite aqui compra-se já adubado com agua e polvilho, que lhe dá um sainete excellente. O pão, isso então, compadre de uma figa, é coisa grande; temos pão de todas as nações; pão francez, italiano, hespanhol, portuguez, allemão, e não sei se até o pão turco; cada um com seu differente feitio, e alguns bem engraçados; e quanto ao sabor, isso nem fallamos, é comer e gritar por mais; uns tem um gostinho de azedo, que é um regalo, outros com uns longes de môfo que o torna verdadeiramente apetitoso, estes claros, aquelles de uma côr mais trigueira, outros ainda mais, que até fazem uma vista agradável na mesa. Dizem-me que este genero está n'uma tal perfeição, que emprega-se na sua manipulação todas as farinhas conhecidas e desconhecidas, e é isto que o torna cada vez melhor. A respeito de pão dir-lhe-hei, impertinentissimo compadre, que só não temos o - Pão nosso de cada dia.

O jantar tem sempre lugar a hora da sua merenda, *frugalissimo compadre*, compõe-se de - todas las cosas e algumas cositas mais, tudo iguarias papafina.

Quanto ao vinho e ao chá, isso nem é bom fallarmos, ha tal abundancia, e variedade que eu iria longe, se quizesse

descrever-lhe. Que perfeição ! que gosto! O compadre pôde comprar uma garrafa de vinho de 640 ou de 800 réis, que com essa só garrafa terá vinho, aguardente, licor, rozasolis, cognac, cerveja, etc. Faz pra- zer ainda ao paladar mais estragado.

O chá antigamente era uma bebida desenxabida, hoje não senhor, principia pela côr que é de um amarello requemado, e tem um gostinho de *sassuaiá* com seus longes de *sabugueiro*, que melhor não pôde ser.

Compadre, ha hoje uma transformação em tudo isto que aposto o que quizer em como se o compadre viesse comer um dia ás nossas mesas, não saberia o que estava comendo, talvez cuidasse que estava saboreando os celebres bicos de rouxinol, e o manjar dos anjos, com que nos regalão os ouvidos quando somos crianças.

Agora do que o compadre mais se havia de admirar seria do preço de tudo isto. O'he, com qualquer 8\$ rs. por dia o compadre pôde almoçar, jantar e ceiar! Realmente é de graça.

Uma coisa que não temos nesta nossa boa cidade do Apostolo das gentes, quem o acreditaria! é agua. Mas declaro-lhe, sequiozissimo compadre, que não faz falta. Temos tanto liquido de diversas naturezas que realmente a agua deve ser banida de uma vez; não deve servir nem para a lavagem do corpo. E que bom não será banharmo-nos em caninha, cerveja, cognac, ou Cliquot? Que aroma delicioso não exalará uma cidade que adopte este hygienico, e agradavel costume?!

Agora, aceiadissimo compadre, á noite quando depois de repletos de tantas delicadas, e variadissimas iguarias, sahimos a dar o nosso passeio hygienico, que prazer sentimos, quando ao passarmos por uma esqui- na, vemos correr della uma agua grossa com forte cheiro de sal amoniaco, ou quando encontramos um grande e alto carro

conduzindo grande quantidade do verdadeiro patcholly, que deixa evaporar o mais ex-quisito aroma conhecido! Que bem estar não sente um filho de Deos ao passar pela rua do Rosario, em frente a casa que pertenceu ao seu velho amigo capitão Severino! Oh compadre de um dardo, é que é o verdadeiro viver no seio de Abrahão; agora é que se pôde dizer com verdade - esta vida não chega a netos, nem a filhos com barbas.

Affirmão-me, compadre, que a policia tem ultimamente visitado as casas de negocio, e inutilisado muitos generos deteriorados, falsificados, etc.. mas realmente, austerissimo compadre, acho que a policia não tem razão, e que de alguma fórmula vae contra a plena liberdade do commercio. Os nossos commerciantes apenas o que fazem é melhorar o genero, fazendo diversas mis turas, e porisso, variando-o, tudo em beneficio do povo. E o compadre sabe perfeitamente que a variedade deleita, como dizia o outro.

Era o que faltava que homens que vivem só pensando no modo de nos ser *util e agradavel* soffressem nos seus interesses. Nada, não admitto, e para enristar a lança por elles estará sempre prompto o seu velho compadre

O Zé da Vestia.

Na carta sob análise, todas as partes destacadas com sublinhado apresentam uma relação interpessoal direta do escrevente (O Zé da Vestia) com seu destinatário (Compadre Pancrácio). Tudo transcorre como se ele estivesse na presença de seu interlocutor (Tenha paciência compadre; não sabia desta compadre; Agora aciadissimo compadre). Evidencia-se, assim, que o gênero carta pessoal tem um interlocutor definido, único, bem delineado e íntimo. Além disso, há uma suposição de conhecimentos partilhados que sustenta uma série de afirmações ou comentários que escapam aos demais leitores do jornal.

Quanto a elementos característicos da interatividade, veja-se a própria construção de vários trechos da carta no estilo de atos

ilocutórios (Não repare; Tenha paciência; vá aprendendo, que muito tem que aprender), perguntas (não sabia desta, compadre) Outro indício de relação direta com o interlocutor são os vocativos (poetíssimo compadre; felicíssimo compadre, anasphaltíssimo compadre, compadre de uma figa; adeiadíssimo compadre, austeríssimo compadre, Oh compadre de um dardo, impertinentíssimo compadre, etc). Há ainda o uso de marcadores discursivos - agora, então, assim, mas realmente, acho que, olhe - que encadeiam as seqüências textuais e estabelecem um envolvimento com o interlocutor.

Considerações Finais

Essas marcas de interação revelam que o enunciador/escrevente age visando a um envolvimento multiorientado (cf. Marcuschi 1999), dado que se envolve:

a) com seu interlocutor (o leitor a quem a carta está dirigida e aos prováveis leitores do jornal);

b) com o tópico discursivo em desenvolvimento (o assunto tratado na referida carta);

c) consigo mesmo;

d) com práticas sociais específicas (na carta, o contato pessoal).

Desse modo, tais marcas são uma característica primordial do processamento lingüístico oral ou escrito. Numa perspectiva cognitiva, podemos dizer - em conformidade com Marcuschi (1999) que o processamento textual, enquanto atividade/movimento de produção e recepção de texto apresenta aspectos comuns na fala e na escrita, ou seja, a interatividade não é uma estratégia típica da fala e pode ocorrer na textualização da escrita. A interatividade é uma característica que está relacionada ao escrevente/locutor e sua ação com a língua, e não apenas um aspecto da modalidade (oral/escrita). Assim, a dialogicidade será tanto maior quanto mais definido for o interlocutor.

Em síntese, as marcas de interatividade nas cartas atuam com operadores de orientação cognitiva, evidenciando perspectivas de interpretação preferencial por parte do escrevente/locutor. Além de marcas estilísticas, são formas de ação com a linguagem (atos de fala) que estabelecem contratos, fazem negociações, propostas e definem posicionamentos para uma relação intersubjetiva eficaz.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. (1927) *Discurso na vida e discurso na arte (sobre a poética sociológica)* Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, a partir da tradução inglesa de I. R. Titunik “Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics”. In: *Freudism*. New York: Academic Press, 1976 (cópia xerox).
- BAKHTIN, M. (1929) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. M. Lahud, Y. F. Vieira e outros. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BAKHTIN, M. (1997) *Estética da Criação Verbal*. 2.ed., São Paulo: Martins Fontes.
- BIDERMAN, M. T. C. (1972-73) Formas de tratamento e estruturas sociais. *Revista Alfa*. Marília: FFCL de Marília, vol. 18/19, p. 339-381.
- BEZERRA, M. A (2002) Por que cartas do leitor na sala de aula. In: A P. Dionísio, A R Machado e M. A Bezerra. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BRAIT, Beth (1993) O processo interacional. In: Dino Preti (org.) *Análise de Textos Oraís*. São Paulo: Humanitas, Projetos Paralelos, vol. 1, p. 189-213.
- BRAIT, BETH (2002) Interação, gênero e estilo. In: Dino Preti (org.) *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, Projetos Paralelos, vol. 5, p. 125-158.
- BROWN, R. e GILMAN, A The Pronouns of Power and Solidarity. In: T. A Sebeok. *Style in Language*. Press of MIT, p. 253-276.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1990) *Les interactions verbales*. Paris: Armand Colin, vol. 1.
- MAINGUENEAU, Dominique (2001) *Análise de textos de comunicação*. Trad. Maria Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez.
- MARCUSCHI, L. A (1999) Marcas de interatividade no processo de textualização da escrita. In: A C. S. Rodrigues, I. M. Alves e N. S.

- Goldstein I *Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, p.139-156
- MARCUSCHI, L. A (2001) Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez.
- MARCUSCHI, L. A (2001a) Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: I. Signorini (org.) *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas: Mercado de Letras, p. 23-50.
- MELO, C. R. B. (1999) *Cartas à redação: uma abordagem discursiva*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.
- PRETI, D. (2000) Papéis sociais e formas de tratamento em *A Ilustre Casa dos Ramires*, de Eça de Queiroz. In: Beatriz Berrini (org.) *A Ilustre Casa dos Ramires – Cem Anos*. São Paulo: EDUC/FAPESP, p. 85-109.
- ROBINSON, W. P. (1977) Linguagem e comportamento social. Tradução de Jair Martins. São Paulo: Cultrix.
- SILVA, V. L. P. (1988) *Cartas Cariocas. A variação do sujeito na escrita informal*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- SILVA, V. L. P. (1997) Variações tipológicas no gênero textual carta. In: I. G. V. Koch e K. S. Monteiro de Barros *Tópicos em Linguística de Texto e Análise da Conversação*. Natal: EDUFRN, p. 118-124,
- SWALES, J. (1990) *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

O gênero notícia no Brasil: notas para uma história

Marlos de Barros Pessoa

Universidade Federal de Pernambuco

O objetivo deste trabalho é reunir informações importantes sobre a mudança que a concepção de notícia experimentou desde a introdução dos jornais até o surgimento do lide no Brasil, mas sem deixar de entremear essa reconstrução com exemplos de outras culturas. Proponho, enfim, uma história da notícia como gênero jornalístico, levando em consideração conteúdo, técnica e forma.

Para o historiador da língua do século XIX e de séculos anteriores é a língua escrita que serve de investigação para se detectar fenômenos dessa história. Buscam-se, entretanto, textos que se apresentem de forma mais próxima da oralidade.¹ Essa não será minha preocupação. Como os jornais representam uma história que atravessa séculos, desde as suas formas embrionárias até os dias atuais, é evidente que eles constituem bases concretas para se escrever essa história.

¹ Não pode-se, entretanto, negar a relação entre a circulação dos jornais e a conversação. V., sobre isso, Pallares-Burke (1995). Também é conhecida a relação do manuscrito com a cultura oral. McLuhan (1972) enfatizou essa relação; Zumthor (1993) também destacou a presença da voz no texto escrito medieval.

Pode-se *grosso modo* dizer que até 1808 a produção escrita no Brasil era manuscrita.² É com o surgimento da tipografia que os jornais passam a existir, inicialmente em 1808 e depois progressivamente. Quer dizer, há uma divisão nítida entre um período de produção manuscrita e outro em que, ao lado desta, aparece o escrito impresso. Dessa forma, pode-se hipotetizar que no início deveria haver alguma diferença entre o manuscrito e o impresso.³ Para se entender, então, a transformação histórica do gênero *notícia*, é preciso em primeiro lugar, apresentar as fases do jornalismo, que trazem subjacente a preocupação com informação *versus* opinião e, em segundo lugar, traçar as diferentes concepções do gênero notícia ao longo de sua história no Brasil.⁴

Parte I: Fases do jornalismo no Brasil

A introdução do jornalismo no Brasil no começo do século XIX é bastante tardia em relação a muitas outras nações, por causa da proibição das atividades de impressão imposta pela metrópole. Para se entender melhor a história da imprensa, vou resumir a opinião de alguns autores. Marcondes Filho (2000: 11-28) destaca três épocas do jornalismo, antecedendo a sua introdução no Brasil. O *primeiro jornalismo* destacado pelo autor vai de 1789 à metade do século XIX, chamado de jornalismo da “iluminação”. É a época do jornalismo político-literário, quando se impõe o artigo de fundo e a autonomia redacional, prevalecendo os jornais eruditos, as revistas moralistas, produzidos por escritores e políticos; o *segundo jornalismo*, o do jornal como empresa capitalista, na segunda metade do século

² Este é um tema que tem sido esquecido dentro da história da língua portuguesa no Brasil. Antes da chegada da imprensa ao Brasil, havia uma vasta produção manuscrita, que remonta aos séculos XVI, XVII e XVIII. No âmbito do PIBIC na UFPE nossos alunos têm levantado um corpus dividido entre manuscritos e impressos para deixar clara a consciência entre supostas diferenças entre os textos aí incluídos.

³ V. Eisenstein (1998)

⁴ Estou considerando a notícia tal qual se concebe hoje. É claro que no plano oral havia os boatos, tal como refere Darnton (2002).

XIX. A gradual implantação dessa imprensa se inicia depois de 1830 na Europa e nos Estados Unidos e se estabiliza por volta de 1875. Nesse período a publicidade passa a ser prioridade; por fim, o século XX assiste ao surgimento do *terceiro jornalismo*, o dos monopólios.

No período que antecede o *primeiro jornalismo*, conta ainda Marcondes Filho (2000: 15-17), o jornalismo está muito associado ao correio e o homem que fazia o jornal era uma espécie de carteiro. No século XVII a *Gazette* de Théophraste Renaudot, sucedânea dos *avvisi* ou *Zeitungen* – manuscritos enviados e recebidos pelos banqueiros – ainda se parece com o livro. Outros jornais da época ainda dão ênfase aos feitos militares e atitudes dos reis e de sua corte.

No Brasil, como se verá abaixo, o jornalismo se encaixa ainda na primeira fase com atraso, claro. Bahia (1971: 117) apresenta três fases de tendências de especialização jornalística:

No Brasil, as tendências de especialização jornalística, que extrapolam o jornal especificamente, têm três idades principais: na primeira fase do jornal impresso, emergente do estabelecimento tipográfico, que vai de 1808 a 1880, com a crônica (de costumes) e o ensaio (político e literário) em lugar da reportagem, o comentário em lugar da notícia, tudo num conceito de comunicação mais opinativo, doutrinário e filosófico do que informativo...

Na segunda fase, de 1880 a 1930, em que o jornalismo — o jornal impresso e, depois o rádio — aspira à empresa e busca a identificação industrial, a reportagem substitui a crônica e o ensaio, da mesma forma como a notícia começa a predominar sobre o comentário, dando evidência à informação. Já na terceira fase, que começa em 1930 e se revitaliza com o novo jornalismo, a partir de 1950, por via de transformações na sociedade e na empresa, afetando a organização dos meios de comunicação de massa...

Seabra (2002: 32), por outro lado, divide a história do jornalismo no Brasil em cinco fases:

- 1) *jornalismo literário*, que vai do surgimento da imprensa no Brasil até o final do século XIX, aproximadamente;
- 2) *jornalismo informativo estético*, que compreende o período de transição entre o fim do século XIX e o fim da Primeira Guerra Mundial;
- 3) *jornalismo informativo utilitário*, que abrange todo período do entreguerras e se estende pelas décadas de 1950 e 1960;
- 4) *jornalismo interpretativo*, fase que corresponde ao período que vai dos anos 1970 até a última década do século; e o modelo atual, que começa a substituir o paradigma anterior, o qual denominamos
- 5) *jornalismo plural*.

Dessa periodização interessam apenas as três primeiras fases, pela delimitação em que este trabalho se insere. Para se entender a história do gênero notícia e sua relação com determinados gêneros textuais ou com a tecnologia de difusão de textos, é preciso associar às fases três aspectos dessa história, que podem ser assim delineados:

- 1) As notícias se difundiam por *cartas*, período em que a eloquência tinha muita importância e a retórica era disciplina de grande prestígio;
- 2) As notícias eram transmitidas por *telegramas* e surge a *reportagem*;
- 3) As notícias se deixam influenciar pelo *rádio* e surge o *lide*.

Linguisticamente, pode-se deduzir, desse conjunto de influências e de alterações, o seguinte: No primeiro período, quando os jornais se referem a cartas, correspondências, correio, tem-se o peso dos editoriais e da opinião, com subsídios para estudar os processos argumentativos, tais como o papel da

adjetivação⁵ e a modalização. Claro que os textos têm outro formato, pois as colunas prevalecem e os períodos e parágrafos são longos. Quanto ao período dos telegramas, surge um estilo telegráfico, em que a pontuação é nitidamente diferenciada. Vê-se surgir nos jornais sobretudo do Rio de Janeiro as *crônicas* em que se comentam os telegramas, como faz Machado de Assis, a ser comentado adiante.

O *lide* aparece na terceira fase e a racionalização assume grande peso. Há a clara concorrência do rádio. Interessante é observar que se está diante do que se chama *oralidade mediatizada*⁶, em que a oralização do material escrito desempenha grande papel, caracterizando-se a *leitura em voz alta* ou *leitura oral*, num primeiro instante, obedecendo-se a uma tradição das sociedades imersas na cultura oral.

Se no primeiro momento o jornalismo impresso é considerado *tribuna ampliada*⁷, numa nítida associação com o exercício da retórica, tem-se ao que parece o texto escrito, mas com a intenção de servir ao discurso pomposo pronunciado na tribuna, no púlpito, tal como faziam padres, políticos e advogados; no segundo, que coincide com as idéias românticas em curso, tem-se uma preocupação com o leitor, como reflexo da melhora dos níveis de alfabetização da população urbana; vê-se Machado de Assis, jornalista por excelência, dirigir-se ao “leitor” explicitamente. No terceiro momento, a notícia tem uma forma

⁵ A importância da adjetivação na época do jornalismo literário se revela na referência feita por alguns autores. Por exemplo, Burnett (1976:67-8) “nos tempos do adjetivo”; Noblat (2002:87-8) escreveu o seguinte: “Foi a revista *Vejia*, quando começou a circular no final dos anos 60, que reintroduziu o adjetivo no jornalismo brasileiro. Ele tinha sido expurgado do texto com o início da reforma dos jornais no final dos anos 50.”

⁶ Silva (1999:48).

⁷ A expressão foi cunhada por Benjamin Constant, de acordo com Bahia (1971:47).

própria para o leitor apressado, em que a objetividade passa a ser considerada, o que explica o surgimento do lide.

Primeira fase

Esta fase, que dá início à atividade jornalística no país, apresenta inicialmente o aparecimento em 1808 da *Gazeta do Rio de Janeiro*, de iniciativa oficial. Em seguida aparece em 1811 a *Idade do Ouro* na Bahia, que vai existir até 1823, quando a resistência armada portuguesa é expulsa da Bahia. É um período inicialmente áulico da imprensa brasileira,⁸ em que servidores do governo, homens de letras da época, colaboravam nos jornais. Percebe-se ainda uma certa relação, por causa dos panfletos, com o livro.⁹ É um período em que a censura¹⁰ se manifesta em face da contestação do regime. O ano de 1827, quando se iniciam as faculdades de Direito no Recife e em São Paulo, o que favorece a constituição de um ambiente propício à difusão de um jornalismo literário,¹¹ parece representar o início de uma subfase deste primeiro período. Delineiam-se assim duas tendências no período. Uma dos pasquins; e outra de inspiração literária e da polêmica.

⁸ Na obra de Sodré (1999: 51) encontra-se referência ao primeiro periódico identificado com os interesses brasileiros. Trata-se de *O Diário Constitucional*, surgido na Bahia a 4 de agosto de 1821. O interessante, do ponto de vista lingüístico, seria compará-lo com o *Semanário Cívico* ou *A Idade do Ouro*, também da Bahia, identificados com interesses portugueses.

⁹ Bom exemplo disso é jornal *Thyphis Pernambucano*, publicado por Frei Caneca, em 1821.

¹⁰ O tema da censura reflete a proibição da palavra escrita, um assunto ligado à história social da língua.

¹¹ V. Lima (1960).

Os pasquins

Há um contexto histórico que favorece obviamente o surgimento dos pasquins. Sodré (2000: 157) sintetizou esse conjunto de fatores da seguinte forma:

Num meio em que a educação, em seu estágio mais rudimentar, o ensino, estava pouquíssimamente difundida, em que a massa de analfabetos era esmagadora, em que os que sabiam ler não tinham atingido o nível necessário ao entendimento das questões públicas, e em que os que haviam freqüentado escolas superiores se deliciavam em estéril formalismo e no abuso da eloqüência vazia, a única linguagem que todos compreendiam era mesmo a da injúria...

Com a rotulação “linguagem da injúria”, o autor resume de forma clara uma característica do período. É inclusive para abrigar esse tipo de comportamento lingüístico que aparece a seção *correspondência*, onde os mais ferrenhos ataques aos adversários. É, pois, de forte interesse para os pesquisadores da história dos usos da língua o estudo desses jornais. Sodré, na obra citada, alude a essa peculiaridade da língua dos pasquins e se refere à sua incompreensibilidade dos leitores de hoje em contraste com o “entendimento fácil” dos leitores da época. Caberia aos historiadores da língua explicitarem a que se deve essa diferença no plano da compreensão.¹²

Essa era uma época em que um indivíduo sozinho fazia o jornal. Desde o fim da primeira metade do século XIX começam a surgir indícios de uma nova época, em que se prepara o caminho

¹² Um gênero jornalístico, se assim se puder chamar, que se solidifica pelo final do século XIX e continua até o fim da Primeira Guerra Mundial, são os “a pedidos”, que compõem os chamados *ineditoriais*, seções pagas. São uma espécie de continuação do estilo violento dos pasquins, escritos por “testas-de-ferro” profissionais e muitas vezes ditados por analfabetos. (Freyre, 1990:219).

da República e os folhetins dão surgimento aos romances românticos. Pompeu de Souza define esse período, quando afirma:

...Fazia-se primeiro um artigo para depois, no fim, noticiar que um garoto tinha sido atropelado defronte a um hotel. Isso era uma remanescência das origens do jornalismo, pois o jornal inicial foi um panfleto em torno de dois ou três acontecimentos que havia a comentar, mas não noticiar, porque já havia a informação de boca ao vivo, a informação direta (Souza, 1992: 24)¹³.

Segunda fase

Para mostrar a essência desta segunda fase, começo apresentando uma passagem de Sodré (1999: 215), que capta a entrada do telégrafo na transmissão da informa o. Esse momento tem todas as características de uma fase de transi o para aquilo que vai se constituir no século XX:

Até 1874 as notícias do exterior chegavam por cartas. Nesse ano a agência telegráfica Reuter-Havas instalou, no Rio, sua primeira sucursal, dirigida pelo francês Ruffier. Em seguida aponta 1877 como o ano em que o Jornal do Comércio publicava os primeiros telegramas por ela distribuídos: "Londres, 30 de julho às dez horas da noite – Foi malograda a tentativa feita em Millwal para lançar ao mar a fragata de guerra independência, recentemente construída por conta do governo brasileiro. – Londres, 30 de julho às 2 horas da manhã – Faleceu ontem M. Christie, antigo ministro da Inglaterra junto ao governo

¹³ Esta afirma o se coaduna com a inspira o do período, em que a retórica exercia grande força e os jornais serviam a interesses de grupos políticos.

brasileiro”. Esse noticiário passou logo a ser utilizado por todos os jornais...¹⁴

O mesmo autor, adiante, resume as alterações que caracterizam esta segunda fase:

Tais alterações serão introduzidas lentamente, mas acentuam-se sempre: a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela reportagem; a tendência para o predomínio da informação sobre a doutrinação; o aparecimento de temas antes tratados como secundários, avultando agora, e ocupando espaço cada vez maior, os policiais com destaque, mas também os esportivos e até os mundanos. Aos homens de letras, a imprensa impõe, agora, que escrevam menos colaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito do que o esforço para se colocarem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias...¹⁵

Dessa forma, na segunda fase da história do jornalismo brasileiro, cresce o interesse pela informação, como reflexo também do crescimento da leitura¹⁶, perdendo os textos de

¹⁴ Também Sodré, numa aparente contradição, afirma que “foi *A Notícia* que primeiro utilizou o serviço telegráfico, em 1895, com as informações sobre a luta em Cuba; o público só acreditou quando, no dia seguinte, o *Jornal do Comércio* confirmou aquelas informações”. (Sodré, 1999:267).

¹⁵ Sodré (1999:296-7).

¹⁶ Esta fase parece ter na base o aumento do interesse pela leitura, entre o final do século XIX e início do século XX, como destaca Freyre: “... período que foi também de muita leitura de jornais e revistas pela burguesia – a burguesia do fim do Império e do começo da República” (Freyre, 1990:232). Isso pode ser comprovado também pelo número de membros dessa classe social que entram no processo regular de escolarização, como demonstrado pelo próprio Freyre nas entrevistas com vários deles. Quanto aos estudos lingüísticos, não se deve esquecer que foi nesse período que surgiram as primeiras discussões públicas

opinião o peso que detinham na época anterior, como relata Medina (1978: 61):

Na segunda fase de modernização de 1900 em diante, os jornais, sem desprezarem a colaboração literária, iam tomando um caráter cada vez menos doutrinário, sacrificando os artigos em favor do noticiário e da reportagem. As notícias de polícia, particularmente, que outrora, mesmo quando se tratava de um crime rocambolesco, não mereciam mais do que algumas linhas, agora passavam a cobrir largo espaço; surge o noticiário esportivo, até então inexistente. E tudo isso no sentido de servir o gosto sensacionalista do público que começava a despertar...¹⁷

Pode-se, lendo-se os textos de jornalistas nos anos 50, fazer uma reconstituição do jornalismo do início do século, ainda fortemente influenciado pela primeira fase. Aníbal Fernandes e Gilberto Amado deixam importantes informações sobre isso. Ainda na província Fernandes, numa conferência pronunciada em Campina Grande/PB em 1953, se refere ao “longínquo 1914”, quando entrou para a redação do *Diário de Pernambuco*. Na passagem abaixo fica clara uma característica da imprensa pernambucana do período lembrado:

A polêmica sempre fora, aliás, do gosto do jornalismo pernambucano: e terríveis foram as discussões, em que se empenharam José Maria de Albuquerque Melo, Mário Rodrigues, Baltazar Pereira, Gonçalves Maia e outros. Dir-se-ia que a polêmica era a nota dominante do jornalismo pernambucano. Nessa época, a imprensa do Recife era

difundidas pelo *Diário Oficial* sobre o assunto. Me refiro à polêmica entre Rui Barbosa e Ernesto C. Ribeiro sobre a redação do código civil.

¹⁷ Sintoma desse despertar pode-se apontar o espaço “queixas do povo”, inserida no *Jornal do Brasil*, por volta de 1900, que atraía o interesse de camadas simples da população, já que 1º) eram publicadas gratuitamente; 2º) não era necessário saber escrever, já que os interessados podiam queixar-se pessoalmente...(Silva, 1988:50).

muito mais de opinião do que de informação. Grande polemista fora Franklin Távora, sustentando na “Verdade” a campanha contra D. Vital. Parece até que o nosso Franklin melhor se movimentava no debate das idéias do que mesmo no romance. (Fernandes, 1982: 146).

A oscilação entre opinião e informação vai pender para o lado da informação com o advento do telégrafo. Como a opinião varia de realidade histórica para realidade histórica e a notícia internacional tem mais possibilidade de se veicular universalmente, fica claro que as notícias ganharam mais força a partir de então, ganhando em volume, como afirma McLuhan abaixo:

Em 1848, o Chefe Geral dos Correios escreveu, em seu relatório, que os jornais “sempre têm sido considerados de primordial importância para o público, como o melhor meio de disseminar a inteligência no povo, e por isso são onerados com as mais baixas tarifas possíveis, de modo a propiciar o aumento de sua circulação”. O telégrafo logo enfraqueceu esta estrutura centro-margem e, o que é mais importante, tirou muito da força representada pelas opiniões editoriais, intensificando o volume das notícias. As notícias superaram claramente os pontos de vista nas modelagens de atitudes públicas, embora poucos exemplos desta mudança sejam tão notáveis como o súbito agigantamento da imagem de Florence Nightingale no mundo britânico... tôdas as pessoas letradas, portanto, sentem o desejo de ver estendidas às “regiões mais atrasadas” e às mentalidades menos letradas os benefícios das opiniões iluminadas — e dentro de um padrão horizontal, uniforme e homogêneo. O telégrafo acabou com essa esperança. Descentralizou o mundo do jornal de maneira tão completa que as visões nacionais uniformes se tornaram impossíveis, mesmo antes da Guerra Civil. Conseqüência talvez de maior importância, o telégrafo, na América, atraiu os talentos literários mais para o jornalista do que para o livro. Pöe, Twain e Hemingway são exemplos de escritores que não podiam encontrar nem experiência nem saída, a não ser no jornal. Em contraposição, na

Europa, os numerosos e pequenos grupos nacionais estavam organizados num mosaico descontínuo que o telégrafo não fez senão intensificar. O resultado foi que, na Europa, o telégrafo reforçou a posição do livro e obrigou mesmo a imprensa a assumir um caráter literário. (Mcluhan, 1969: 288).

A parte final dessa passagem aponta dois caminhos distintos da imprensa na Europa e nos Estados Unidos. O desenvolvimento do lide, décadas depois, vai fazer prevalecer a hegemonia jornalística norte-americana.

O telegrama: tecnologia e racionalização

Mas é necessário fazer entrar na história da notícia o papel do telégrafo,¹⁸ que passa a exercer importante influência sobre o modo de constituição do telegrama, alargando as possibilidades de difusão de notícias junto com a carta. Esse acontecimento tem uma data, 25 de maio de 1844, quando F. B. Morse transmitiu a primeira mensagem em código. Foi o jornal *Baltimore Patriot*, que publicou a primeira mensagem telegráfica naquele ano: “Uma hora - acaba de ser apresentada uma moção na Câmara para ser discutida em plenário a questão do Oregon. Rejeitada: votos a favor, 79; votos, contra: 86”¹⁹. Isso representava, pois, um novo sistema de comunicação. Além disso, o telégrafo impunha a

¹⁸ É curioso observar como Mcluhan distingue duas etapas na história do jornalismo com a chegada do telégrafo: “Uma maneira de apreender a passagem da era mecânica para a elétrica é a de observar a diferença entre a diagramação de um jornal literário e de um jornal telegráfico, digamos entre o *Times*, de Londres, e o *Daily Express*, ou entre o *The New York Times* e o *Daily News*, de Nova Iorque. É a diferença que vai entre colunas representando pontos de vista e um mosaico de recortes desconexos num campo unificado por uma data. Num mosaico de itens pode haver de tudo – menos o ponto de vista. (Mcluhan, 1969:279).

¹⁹ Emery (1965:271).

necessidade de maior concisão²⁰ por causa das taxas, levando muitas vezes à eliminação de opiniões e textos de natureza literária²¹. Emery refere-se à diferença de atitude no que concerne à especificidade da notícia:

Com a publicação desse tipo de impresso, nasceu o incentivo de colhêr e manipular a informação de interesse do público em geral – a notícia. A notícia, por conseguinte, tornou-se, como alimento e mercadoria, produzido com a finalidade de satisfazer a uma procura. É curioso que houvesse pouco uso da palavra "notícia" até que a invenção da imprensa tornasse possível o periódico das massas. Até cerca de 1500, Tydings (novas) era a palavra comum para descrever relatos de fatos correntes. A palavra "notícia" foi empregada para diferenciar a divulgação casual da informação mais recente. (Emery, 1965: 16)

É interessante ver como Machado de Assis se utilizava dos telegramas para escrever suas crônicas.²² Aliás, Corção (1978: 328), referindo-se às crônicas de Machado de Assis, divide esse gênero textual em duas espécies: “as crônicas que se submetem aos fatos, e que pretendem fornecer material contemporâneo à

²⁰ Parece que este aspecto passou a caracterizar o estilo jornalístico. Lima (1960:55), discorrendo sobre esse estilo, afirma o seguinte: “A concisão é uma consequência da precisão. O modo melhor de ser preciso é ser conciso: empregar o menor número de palavras...”

²¹ V. Emery (1965:334).

²² Nos escritos intitulados *A Semana*, vê-se Machado de Assis utilizando os telegramas para escrever as crônicas: 'O ministério grego pediu demissão. O Sr. Tricoupis foi encarregado de organizar o novo ministério, que ficou assim composto: Tricoupis, presidente do conselho e Ministro da Fazenda...' Basta! Não, não reproduzo este telegrama..."(Assis, 1979:537). Vê-se como Machado não estava interessado em dar uma informação meramente. Queria comentá-la. Mas a matéria-prima, senão a própria notícia, já estava sendo dada. E essa matéria-prima começou a surgir num certo modo com o concurso do telegrama.

peneira dos historiadores; de outro lado, teríamos aquelas crônicas que se servem dos fatos para superá-los, ou que tomam os fatos do tempo como pretextos para as divagações que escapam à ordem dos tempos”.

Para Corção, Machado se encontra na segunda definição. Ele recebe os telegramas como informações ou fatos transmitidos e sobre eles divaga, transformando-os. Mas é claro que o surgimento ou transformação dos gêneros não se pode atribuir unicamente a sua manifestação lingüística absoluta. Há um contexto histórico favorável, que pode ser social, tecnológico e cultural.

Percebe-se, assim, a proximidade entre o telegrama — enviado de longe, que apresenta bem a objetividade — e a notícia, no tocante a sua estrutura interna, evitando-se certas construções lingüísticas próprias, por exemplo, dos textos opinativos. Nesse sentido, “João do Rio não se satisfaz com a notícia imediata, o telegrama esqueleticamente informativo. Lança-se na reportagem”²³ (Medina, 1988: 62).

Ainda, na primeira metade do século XX, lê-se nos jornais pernambucanos o “serviço telegráfico”, alguns inclusive com tradutores de telegramas estrangeiros²⁴. Aí parece ser o «*telegrama*» uma primeira forma da notícia moderna e «*notícia*» parece ter uma designação mais ampla.

²³ É importante considerar o que diz Gilberto Freyre (1990:254) sobre o papel de intelectuais da época para a história língua escrita: “Na época, porém, João do Rio quase soçobrou sob a acusação de escrever afrancesado; de nem sempre seguir os mestres da língua; de preferir aos assuntos nobres os efêmeros. Para a época, foi ele um revolucionário, embora já em Joaquim Nabuco e Aluísio Azevedo — que foram homens cosmopolitas e apegados à Província — se notasse a tendência para se libertarem do purismo lusíada, adotando de ingleses e franceses modos de dizer atrevidamente novos....”.

²⁴ Nascimento (1969).

Terceira fase

Esta fase, que embora se delinieie pelos anos 20, começa ter seu perfil definido pelos anos 30, coincidentemente no período em que a Revolução acontece e o rádio vive sua “idade de ouro”. Mas, como destaquei anteriormente, do ponto de vista dos gêneros textuais, a influência do rádio e da concepção do lide sobre a organização textual da notícia vai contribuir para a sua caracterização entre 1950/60, respectivamente.

A influência do rádio

Não se pode deixar de estabelecer uma relação entre o jornal e o rádio para entender o próprio desenvolvimento dos textos por eles veiculados. Dessa forma, Medina (1988: 52-53) aponta a influência do rádio para a constituição e prevalência do gênero estudado nos jornais:

As transformações vividas pelo Rio de Janeiro na virada do século e, a seguir, o impacto de uma Guerra Mundial e invenção do rádio vieram abrir espaço para um novo conteúdo jornalístico atual, universal e com significação imediatamente referida a uma massa em formação. A pressa em ficar sabendo o que ocorre em todo o país, no mundo, começa a tomar corpo e cria um universo de leitores até então inexistentes. A notícia empurra a opinião de grande parte das páginas do jornal, a necessidade de a cada dia conseguir levantar um novo mar de novidades, via telegrama, vai montar a manifestação-núcleo do jornal-notícia.

No início, o rádio, realizado pelo sonoro em que a voz é seu diferencial, teve de se diferenciar do teatro, por um lado, abandonando a memorização e, por outro, teve de se distinguir do jornal, apelando para uma sintaxe mais simples. Mas esse veículo não pôde fugir da grande influência ainda da cultura do período marcada pela eloquência:

A título de curiosidade, vale pinçar, como exemplo, o rádio pernambucano onde se fez a primeira transmissão radiofônica do Brasil em 1919: o 1º locutor do Brasil, ABÍLIO LEÔNICIO DE CASTRO, ensinava Português em escolas do Recife. E a 1ª voz feminina da Rádio Club de Pernambuco, Maria Luiza de Albuquerque Maranhão, pertencia à professora da Escola Normal que ensinava didática às normalistas. O mesmo se pode afirmar em relação a este símbolo do rádio paulista, César Ladeira que chegou ao microfone quando ainda freqüentava uma Faculdade de Direito ao tempo em que a Oratória era matéria curricular. (Maranhão Filho, 1998: 32).

Passada essa fase experimental, acontece o ingresso do jornalismo no rádio, quando surge o *Jornal da Manhã*, apresentado por Roquette Pinto na Rádio Educadora do Rio de Janeiro. O apresentador selecionava matérias dos jornais do dia e as lia, acrescentando comentários e interpretações num tom coloquial. É uma espécie de submissão do rádio ao que se escrevia no jornal. De acordo com Silva (1999: 45-46) “...a linguagem do rádio e, portanto, sua organização sintática, advém da escritura, pois a linguagem radiofônica nasce das Gazetas e Folhas da década de 30, dos romances distribuídos periodicamente pelos folhetins da época, que eram lidos no rádio...”

Posteriormente, surge o *Jornal Falado*, com texto elaborado para esse fim, com a chegada de profissionais da imprensa às emissoras.²⁵ Está evidente que o rádio passa a ser um grande concorrente do jornal e este naturalmente terá de encontrar formas de acompanhar a dinâmica da linguagem radiofônica. Seabra assim define o novo momento por que vai passar o texto jornalístico:

O surgimento do rádio forçou a imprensa escrita a se modernizar, a adotar o uso de imagens (fotografia e ilustrações) e a buscar um novo padrão visual que pudesse

²⁵ Maranhão Filho (1998:36).

agregar ao veículo algo mais que o fato, a notícia, a informação. As primeiras revistas (magazines) passam a tratar a informação não apenas como acontecimento, mas como algo que pode ser interpretado e oferecido ao leitor num invólucro atraente. (Seabra, 2000: 37).

Na verdade, o rádio começa a mudar o conceito de notícia, que passou a ser difundida pelo meio sonoro.²⁶ Na medida, pois, em que o rádio começa a ganhar projeção e autonomia, o texto do jornal é forçado, por assim dizer, a adaptar-se a essa espécie de modelo que surge, já que, segundo Seabra (2002: 39), citando Breguez, o texto do rádio é menor do que o jornalístico de modo a não cansar o ouvinte. Com isso, ficam dadas as condições para que o texto da notícia, principalmente, se torne mais curto, mais objetivo e a pontuação seja regida muito pela entonação.

É a fase que antecede o surgimento da instituição do lide, que no Brasil passa a ser adotado na década de 50. Essa nova fase significou mudança de natureza formal, que reflete a passagem de um jornalismo literário para outro informativo, quando o paginador é substituído pelo diagramador²⁷ numa mudança de natureza racional²⁸, por assim dizer.

²⁶ Seabra (2002:37).

²⁷ Para se entender melhor esta alusão, leia-se: "Para transmitir visualmente a mensagem da página, o artista diagramador conta com quatro elementos básicos:

- a) as letras, agrupadas em palavras, frases e períodos;
- b) as imagens, sob forma de fotos ou ilustrações;
- c) os brancos da página;
- d) os fios tipográficos e vinhetas" (Silva, 1985: 43).

A possibilidade de manipular esses elementos, sobretudo as palavras e a frase, além dos espaços em branco, somente com o advento da imprensa se tornou possível.

²⁸ Penso que uma fase intermediária entre a atuação dos dois profissionais é caracterizada pela entrada da máquina de escrever na

O lide²⁹

Depois disso, tem-se de considerar o *lide*, resumo que aparece na primeira parte da notícia, tal como se desenvolveu nos Estados Unidos por influência da Segunda Guerra Mundial. Observe-se que se trata de um procedimento de organização textual, que estabelece uma ordem para a proposição. O que predominava antes era a notícia com uma seqüência cronológica rigorosa, deixando para o fim o mais importante. Com o *lide*, esse princípio mudou radicalmente, pois o mais importante passou para o início do texto, evitando-se a prática de se cortar o final, justamente onde se encontrava o mais importante. Isso dificultou de certa forma a manipulação da informação, como foi prática do nazismo no 3º Reich.³⁰ Nesse sentido, a invenção do *lide* foi determinante para estabelecer a especificidade da notícia.

As origens do lide

O *lide* é produto da telegrafia, que deu o telegrafês. Ele está diretamente ligado à manchete, que põe em evidência uma espécie de resumo e remonta aos sumários ou "comunicados em foco" da época da Guerra Civil americana, quando os repórteres do campo de batalha, receosos de que seus comunicados não pudessem ser enviados de forma completa, começaram a pôr o principal aspecto da informação no primeiro parágrafo. Fica claro que esse procedimento é o princípio básico da organização do lide. Resta,

redação do Jornal do Brasil a partir de 1912. V. Sodré (1999:346). Além disso, é importante destacar que, de acordo com McLuhan (1969:290-7), a máquina de escrever favoreceu a reprodução dos acentos orais, além do efeito na uniformização da pronúncia e da gramática e da geração de um novo gênero textual: o memorando.

²⁹ Segundo Lage (1999), "O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso, embora possa haver outros leads.... Em sua forma clássica, e impressa, é uma proposição completa no sentido aristotélico;... O *lead*, na síntese acadêmica de Laswell, informa *quem fez o que, a quem, quando, onde, como, por que e para quê...*" (Lage, 1999:26-7).

³⁰ Strassner (1997:50-51)

então, uma palavra sobre a manchete, parte da notícia moderna. É importante compreender que o telegrafês³¹ estabeleceu uma característica da língua da imprensa, isto é, o estilo simplificado, cuja manifestação mais evidente é a manchete³²:

...O telégrafo viria apartar novamente a linguagem da palavra imprensa e começou a produzir estranhos ruídos chamados manchetês, jornalês, telegrafês — fenômenos que ainda hoje causam espécie à comunidade literária, com seus maneirismos de tom único que imitam a uniformidade tipográfica³³.

No dia 10 de maio de 1864 o *The New York Times* utilizava esse primitivo sistema de manchetes, como abaixo:

Vitória

"Avante sôbre Richmond"

Derrota e retirada de Lee confirmadas (Emery, 1965:

334)

Em 16 de abril de 1865, o mesmo jornal dá um passo à frente em relação a esse estilo, aproximando-o da manchete moderna:

Washington, sábado, 12 de abril – 12 horas - Andrew Jonhson foi empossado hoje no cargo de presidente dos

³¹ “telegrafês”, do inglês *telegraphese*. Segundo Tesak / Libben (1994:115): “Telegraphese is the register that adult native speakers use when writing telegrams”. O telegrafês, segundo ainda os autores, é um registro especial com regras especiais.

³² No Brasil, no início do século XX, ainda era comum ‘o desconhecimento das manchetes e de outros processos, que já são, entretanto, conhecidos nas imprensas adiantadas do norte da Europa’. (Sodré, 1999:282).

³³ Mcluhan (1969:233).

Estados Unidos pelo juiz Supremo Chase, às 11 horas...(Emery, 1965: 334).

O lide e suas marcas lingüísticas

Conforme apontei acima, o lide tem sua inspiração mais remota na manchete. No fundo, a notícia moderna é resultado da combinação dos efeitos do telégrafo e do impresso. Com a separação inevitável entre o impresso e o corpo, crescem as possibilidades de racionalização da produção textual. Em outras palavras, essa escrita não vai evidentemente ser a mesma que a manual³⁴ e pode, além disso, exercer influência sobre ela, mesmo que nesta a proximidade com a experiência corporal³⁵ seja evidente. Por que na Antiguidade e na Idade Média a associação entre leitura e voz era tão acentuada, exatamente numa época em que a imprensa era desconhecida no mundo ocidental? Essa associação revelava nitidamente a proximidade entre o manuscrito e o corpo, o que outras tecnologias vão separar. Com o advento

³⁴ Só para se ter uma idéia dessa especificidade do impresso, leia-se: "Entretítulos de matéria constam de uma ou duas palavras e, na maioria dos jornais, são previstos para ocupar uma linha de composição. O primeiro *lead* de uma matéria tem, no padrão mais comum, tamanho que corresponde a algo entre três e cinco linhas datilografadas, e, lauda de 70 toques de largura; o segundo parágrafo, ou *sublead*, acompanha aproximadamente o primeiro em tamanho." (Lage, 1999:38). Essa passagem mostra como o escrito impresso difere do escrito manual, muito mais espontâneo, a começar pela caligrafia, marca da individualidade.

³⁵ Quando se lêem os trabalhos sobre escrita manual, percebe-se a importância das partes do corpo na produção do manuscrito. Têm papel importante os dedos, com todas as falanges, o punho, o braço, o tronco, a cabeça. Em resumo, todo o corpo participa. Note-se como nesse aspecto a escritura manual aproxima-se da oralidade, em que a boca emite os sons, enquanto os gestos acompanham a fala. V., para a produção manuscrita, Condemarin/Chadwick (1986) e Ajuriaguerra/Colaboradores (1979).

da imprensa, cresce o papel do olho; a voz emudece; o texto passa a ser um objeto externo, observável e manipulável, gerando maior possibilidade de contemplação e, por conseguinte, uniformização.

Segundo lê-se em Lage (1999), a elaboração do lide pressupõe uma análise dos componentes da proposição em que os sintagmas são observados com um certo rigor até. Disso advêm regras, tais como: "não se começa pelo verbo"; "começa-se pelo sintagma nominal ou circunstancial mais importante", entre outras. Essas preocupações exerceram outros efeitos, violando construções gramaticais rígidas, como mostra Lage:

A necessidade de ordenar a frase a partir de notação mais importante é tão marcante que levou, na prática, à subversão de regras sintáticas aplicadas a verbos de regência indireta, como assistir (O espetáculo foi assistido...), o que seria gramaticalmente inaceitável (Lage, 1999: 32).

Noutra passagem, o autor alude à anteposição de um sintagma circunstancial, fato que provoca construções causativas, como descrito a seguir:

Mas nem sempre isto é possível, sem tornar o texto rebarbativo. Por isso, é comum substituir a preposição que estabelece a relação circunstancial por um verbo relacional, como *causou, provocou, resultou*:

“O emperramento de uma comporta na barragem de Mato Seco provocou a inundação de 1200 hectares de plantações no município pernambucano de Exu, de anteontem para ontem.” (Lage, 1999: 33).

Esses são alguns dos resultados produzidos pela técnica do lide, que interfere diretamente em certas estruturas depois de 1945. É possível que alguns desses usos tenham de certa forma alguma manifestação na língua falada, o que possibilitou a sua experimentação (penso no caso, por exemplo, da voz passiva de *assistir a*). A maioria é provável que tenha surgido como produto do impresso.

Mas em 1971, no início da quarta fase da história do jornalismo brasileiro, Juarez Bahia já detectava algo importante sobre o lide:

As clássicas perguntas do “lead” — quê? quem? quando? onde? como/ por quê? — já não constituem o segredo da arte de informar...

O texto em jornal tende cada vez mais a ser elaborado sem concessões exageradas à fórmula factual clássica, deve desenvolver a sustentação de interesse, a fluência e acessibilidade do estilo, a lógica, a ponderação e a objetividade, de modo a oferecer pormenores sem afetação, rebuscamento ou prolixidade... (Bahia, 1971: 67)

A chegada do lide ao Brasil

Na primeira metade dos anos 50, o *Diário Carioca* passa por importantes modificações editoriais, que vão influenciar significativamente a maneira de escrever notícias. Nessa época o estilo tinha que ser rebuscado. Duas influências marcantes americanas entram em cena: o *copy-desk* e *style-book*. Vê-se, pois, o interesse com uma certa uniformização da escrita jornalística no Brasil.³⁶ Os antigos jornalistas passam a ser substituídos por novos, que incorporavam a nova mentalidade, ou seja, a de introduzir o lide, recorrendo à objetividade e deixando de lado a preferência pelo comentário.

O relato de Pompeu de Souza é significativo, já que ele foi um precursor nessas mudanças. Dizia-se à época: “O Pompeu acabou com o artigo, não existe mais O Brasil, A Argentina, é Brasil, Argentina e que ele suprimiu os verbos, substituindo-os

³⁶ No início do século XX, o noticiário dos jornais brasileiros “era redigido de forma difícil, empolada. O jornalismo feito ainda por literatos é confundido com literatura, e no pior sentido. (Sodré, 1999:283).

pelo ponto-e-vírgula e estava criando uma nova língua, não era mais a língua portuguesa.” (Souza, 1992: 26).

A objetividade introduzida quebra o estilo pomposo. Os títulos até então eram muito solenes, marcados pela influência da eloquência. Um título como “O Senhor General... demite-se do Ministério da Guerra e é nomeado para substituição o Senhor General Pedro Aurélio de Góis Monteiro” foi profundamente modificado para o seguinte: “Sai Dutra, entra Góis”³⁷.

Parte II: As concepções de notícia³⁸

Percorrendo um pouco a história da palavra, encontra-se o termo *notitia*³⁹ do latim, mas com significado diferente do que se entende hoje. No século XIII, conforme lê-se no texto *Notícia de torto*, tem-se o termo empregado no sentido jurídico, indicando um procedimento de elaboração textual, que antecede a redação do documento oficial, que se daria em latim. É nesse sentido uma

³⁷ Souza (1992:28).

³⁸ Utilizo *notícia* segundo Lage (1999:16): “o relato de uma série de fatos a partir do aspecto mais importante ou interessante”. Não bastasse a dinâmica do conceito de notícia, que muda ao longo do tempo, a sua conceituação é de difícil apreensão. Ortriviano (1985:91), depois de tentar conceituá-la, diz que ela pode se apresentar: a) *em sua forma pura*, limitada ao relato simples do fato em sua essência; b) *em sua forma ampliada*, incluindo-se aí reportagens e comentários, tanto interpretativos como opinativos.

³⁹ Segundo o dicionário de Morais Silva (ed. Fac-similar da de 1813), *notícia* quer dizer: Informação, conhecimento: nova (Silva,1922)

espécie de rascunho⁴⁰. Em Portugal, quanto a sua utilização, pelo menos para nomes de periódicos, o termo *notícia* só vai aparecer em 1865 com o *Diário de Notícias*, embora Silva Túlio tenha declarado ter inventado a palavra noticiário em 1851, quando redigia *A Semana*⁴¹. Antes desse período, o termo *gazeta* fora mais comum, do italiano *gazzeeta*, no século XVI. Para efeito de comparação com o que acontecia em Portugal, é interessante a afirmação de Rodrigues: “*Em Portugal*, entretanto, ao lermos *O Diário de Notícias*, no seu primeiro número, em 1865, percebemos que o noticiário se recolhe na 'chronica' e que essa mesma ou outra matéria com assinatura no final do rodapé, identifica o folhetim, com que nascerá o moderno colonismo.” (Rodrigues, 1998: 88).

Essa passagem mostra o caráter da *notícia* antes do seu desenvolvimento com a grande influência do telégrafo e posteriormente com a invenção do *lide*. Mostra, por outro lado, que da crônica nasce o colonismo social naquele país, mas parece que no Brasil ela se especializa em gênero literário⁴² como

⁴⁰ "Quanto ao valor ou à importância do documento, podemos distinguir aqueles que apenas testemunham um fato jurídico sucedido ou ato realizado, antes da sua documentação. É o que se denomina *Notícia*. Se o documento, que registrou o fato, se constitui num testemunho autêntico do mesmo fato, servindo como título e fundamento das conseqüências que dele possam derivar, recebe o nome de *Carta*. Os documentos do 1º tipo, as notícias, são chamados "documentos dispositivos". Na Idade Média portuguesa a distinção era vigente: "a Notícia de torto", todos conhecem, é um documento de princípios do século XIII, em redação provisória, encontrado no mosteiro de Vairão, em que alguém se queixa de espoliações e violência de que foi vítima a sua propriedade. (Spina, 1977:53).

⁴¹Tengarrinha (1968:189). Também no século XVII a palavra *notícia*, para se referir a novas, parece já existir, mas curiosamente nenhuma folha a utiliza como título.

⁴² Já sobre a natureza do folhetim no Brasil, assim se expressa Sá (1998:8): "No tempo de Paulo Barreto (1881-1921), por exemplo, era apenas uma seção quase que informativa, um rodapé onde eram publicados pequenos contos, pequenos artigos, ensaios breves, poemas

produto dos jornais. Só com a nítida separação entre jornalismo e literatura os dois gêneros se separam. Quero discutir, a seguir, a separação do gênero *notícia* de outros gêneros, o que lhe garante autonomia, paralelamente a sua transformação, até chegar ao que era no início da década de 1960.

Da opinião à informação

Ao longo da história, encontramos duas tendências na história do jornalismo, quais sejam, a informação e a opinião. Para alguns autores, no início teria sido a opinião que prevalecia, mas devido à censura, a informação começa a ganhar projeção. Para alguns autores, o jornal começou como veículo de transmissão de opinião. Para Beltrão (1980: 33-37), por exemplo, as folhas volantes, que antecederam os jornais modernos, eram opinativas. Somente depois com a influência e controle da Igreja passaram a ser informativas. Lombardi confirma essa posição:

O jornal tinha, portanto, se transformado profundamente não era mais unicamente uma folha de apelos dirigidos para a consciência em rápido amadurecimento, não apenas espaço para discussões literárias reservadas a círculos culturais restritos, mas sim instrumento de divulgação de novos conhecimentos através da notícia que chegava à redação com o auxílio dos novos meios de comunicação (Lombardi, 1987: 167-168).

Para outros autores, entretanto, parece que o jornal teve seu início como imprensa de informação⁴³, evoluindo para a de

em prosa, tudo, enfim, que pudesse informar os leitores sobre os acontecimentos daquele dia ou daquela semana, recebendo o nome de folhetim”.

⁴³ Segundo Sodré (199950), o primeiro jornal informativo a aparecer no Brasil foi o *Diário do Rio do Janeiro*, de 1821: “...Inseria informações particulares e anúncios: aquelas tratavam de furtos, assassinios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios. Estes tratavam de escravos fugidos,

opinião, como lê-se a seguir: “...assim que a imprensa de informação evoluiu para uma imprensa de opinião e que um jornalismo literário passou a concorrer com a mera redação de avisos...” Os jornais passaram de meras instituições publicadoras de notícias para serem porta-vozes da opinião pública, cheios da luta política... (Habermas: 1998: 214).

Mas não se pode esquecer que no passado os gêneros jornalísticos se misturavam, não se estabelecendo uma separação nítida entre a informação e a opinião.⁴⁴ Segundo Lage (1979: 33): “Artesanal, a notícia incorporava, de início (e incorpora ainda, nos testemunhos), crenças e perspectivas individuais. Impessoal, tende, nos meios de comunicação social de agora, a produzir-se de modo que aparentemente eliminam-se crenças e perspectivas...”

A concepção de notícia, tal como a entendemos até a terceira fase proposta por Motta (2002), delineia claramente esse gênero como sendo paulatinamente trabalhado para a produção da informação. Não se deve também esquecer que, com a transformação capitalista da informação em objeto de venda, o texto noticioso passou a incorporar procedimentos e técnicas do marketing, como mostra Lage (1979: 33):

As notícias eram, até à Revolução Industrial e suas conseqüências para a indústria jornalística, relatos de acontecimentos importantes — para o comércio, os meios políticos, as manufaturas. Muito rapidamente, com a conquista do grande público, passaram a ser artigos de consumo, sujeitos a acabamento padronizado, embalados conforme as técnicas de marketing.

leilões,compras, vendas, achados, aluguéis e, desde novembro de 1821, preços de gêneros.”

⁴⁴ Note-se com a opinião do autor que, apesar da objetividade que adquiriu, a notícia ainda guarda marcas da subjetividade, porque, para que os fatos ganhem maior credibilidade, se utiliza o discurso de outrem, abrindo-se espaço conseqüentemente para a opinião pessoal.

O percurso de constituição do gênero *notícia* leva a uma especialização ou racionalização que procura separar nitidamente esses dois tipos de discurso. Esse percurso vai se traduzir na escolha das formas linguísticas. Para se entender a direção da especialização que o gênero estudado tomou, devem ser examinadas três perspectivas, a saber: o conteúdo, a técnica e a forma.

Quanto ao conteúdo

Em plena era do lide, na década de 1960, a notícia tinha passado por uma mudança de concepção. De acordo com Bradley (1966: 93-100), o primeiro jornal americano, o *Publick Occurrences*, de 1690, apresentava uma série de boatos como relatos dos últimos acontecimentos. Mesmo depois, o interesse era orientar e influenciar, enquanto as notícias eram um ingrediente acrescentado. Na década de 60 do século XIX, a própria aparência dos jornais era bastante diferente daquela dos anos 60 do século XX. “*A primeira página raramente ostentava grandes títulos mas quase sempre continha anúncios*”, segundo esse autor, enquanto se transcreviam textos de outros jornais ou se publicavam cartas. Ainda, acrescenta Bradley, havia muitos comunicados do Governo, além de anúncios de morte e casamento, que hoje são considerados notícias⁴⁵.

Voltando ao Brasil, no *Diário de Pernambuco*, no seu primeiro número, percebe-se que *notícia* equivale a *anúncio* e o *anúncio de fugas de escravos*, por exemplo, é o gérmen da *notícia policial* de hoje, porque a informação não tinha o objetivo de satisfazer uma necessidade do público, mas oferecer uma recompensa. Esse jornal é sabidamente na sua origem um diário de informações do comércio. Por isso, tudo que aparece ali tem objetivo comercial, como se lê na introdução do primeiro número: “Faltando nesta

⁴⁵ Bradley faz também uma ressalva importante sobre o que estamos apresentando...”. Não é também exato dizer que não havia jornais que pensassem da notícia o que pensamos hoje e a publicassem, pois esforços nesse sentido começaram desde 1811...”(Bradley, 1966:95).

cidade assaz populosa um Diário de annuncios, por meio do qual se facilitassem as transacções, e se communicassem ao público notícias, que a cada um..." (Diário de Pernambuco, nº1, 07/11/1825).

Quanto à técnica

A notícia é sabidamente uma narrativa, mas atualmente o objetivo do jornalista não é simplesmente narrar o acontecido, mas expô-lo, segundo Lage (1999:16). Isso pressupõe a seleção e a ordenação dos eventos, principalmente. É aí que reside a sua nova técnica. É por isso que a notícia transcrita abaixo, aparecida na *Aurora Pernambucana* em 1821⁴⁶, tem, contrastando-se os aspectos acima destacados, uma caracterização bem diferente das notícias de hoje:

Às oito e meia horas da noite, quando o Governador e Capitão-General desta Província se ia recolhendo a pé à sua casa, acompanhado de dois de seus amigos, entre os quais caminhava, ao chegar ao extremo da ponte da Boa Vista, e entrando na rua chamada o Aterro, um assassino disparou sobre êle, à queimadura, um tiro de bacamarte, carregado de balas e metralha. S. Ex^a ficou ferido de uma bala no lado esquerdo do corpo, e de metralha por tôda a largura do costado. ⁴⁷

No seguinte anúncio de 1848, vê-se ainda a permanência da técnica utilizada:

Mais hum desgraçado acontecimento hontem. Pela manhã um carro carregado de lenha, tendo-se espantado o boi, passou por sima de um omem; e matou instantaneamente; é falta do condutor que mete no carro um boi não manso: é

⁴⁶ Notícia informando o atentado sofrido pelo Governador Luiz do Rego.

⁴⁷ Texto transcrito de Nascimento (1967:23).

falta de policia, que consente carregar dentro da sidade sem que o carreiro marxe em frente do boi para conduzil-o⁴⁸.

Mas vê-se, com o *New York Herald* em 1835, que estava emergindo um novo conceito de notícia, conforme destaca Bradley (1966: 92-100):

James Gordon Bennett começa a publicar o seu famoso *New York Herald* a 6 de maio de 1835, trazendo com êle um novo conceito de notícia. Atribui-se em geral a Gordon Bennett o mérito de haver “inventado” a notícia tal como a conhecemos, porque começou a dar informações aos leitores em muitas áreas que até então não eram consideradas capazes de interessar para a publicação em jornal...

Novos progressos nos transportes e nas comunicações tornaram possível a transmissão rápida das notícias e cada inovação era utilizada pelos jornais. Em 1849, foi aberto um escritórioa sede da Associated Press.

A notícia havia se tornado uma grande coisa... Os jornais começaram a ser realmente veículos de notícias, como seu nome em inglês implicava, e não transmissores de opiniões pessoais ou políticas com algumas notícias esparsas.

Quanto à forma

Com *estilo jornalístico* quero designar a caracterização da língua do jornal. Segundo Amaral (1997), ele se caracteriza por ser claro, direto, conciso, fácil e acessível a qualquer leitor⁴⁹. Para se

⁴⁸ Texto publicado em *O Nazareno*, de 27/03/1848 e coletado por Quintas (1953:15).

⁴⁹ Carvalho / Martins (1990:42-43) enfatizam a natureza do estilo jornalístico e contam o caso de Ernest Hemingway e Graciliano Ramos, que aprenderam a escrever redigindo notícias para os jornais, criando seu próprio estilo.

alcançar uma boa redação no jornal, se recomendam frases breves, palavras curtas, verbos de ação na ativa. Segundo ainda o autor, os períodos longos devem ser evitados a todo custo. O sinal do ponto é para o uso jornalístico de grande importância. O estilo direto aludido se traduz pela construção de frases na ordem sujeito, verbo, complemento. Nas redações dos jornais cabe ao setor denominado de *copy-desk* colocar a notícia dentro de uma forma e separar a informação da opinião⁵⁰. Amaral (1997: 45) refere-se a Joseph Folliet, que em 1961 defendia a separação entre opinião e informação, apelando para os instrumentos lingüísticos dessa separação: “o menos possível de adjetivos e advérbios que seriam, já, comentários. O fato ou o acontecimento deve falar sozinho. O leitor que o julgue”⁵¹.

Conclusão

Finalizando, fica a vontade de se questionar que tipo de concepção de escrito se introduziu com a imprensa no século XV e, posteriormente, com o telégrafo. Será que não se deve fazer nenhuma diferença entre o manuscrito, que até o surgimento da imprensa de Gutenberg era a única forma de se escrever, e os produtos da era mecânica e elétrica? Parece que os estudiosos das diferenças/semelhanças entre oral-escrito não levam em consideração as diferenças básicas produzidas pelos condicionantes manual, mecânico e elétrico. Como acabei de mostrar, os resultados produzidos pelo telégrafo e a mudança do caráter da pontuação produzida com o impresso apontam para especificidades que, embora possam ser produzidas posteriormente pela escrita manual, trazem consigo algo que tem a ver com a natureza de cada um dos suportes.

Sob outro ponto de vista, a modificação dos gêneros acontece sob forma de reorganização, na medida em que os

⁵⁰ Caso pitoresco, sobre a rigidez na separação entre informação e opinião, é relatado por Noblat (2002:89-90), ocorrido na redação do *Jornal do Comércio*, do Recife, nos anos 60.

⁵¹ Amaral (1977:45).

nomes permanecem, mas designando gêneros específicos. Característico quanto a isso é o caso do anúncio⁵². Com o desenvolvimento das relações capitalistas na imprensa, cresce a influência da publicidade, que já na segunda metade do século XIX adquire um caráter diferente. Também com crescimento da alfabetização e da necessidade da informação, o anúncio passa a designar o objeto de publicidade e o anúncio de fuga de escravo passa a se transformar na notícia policial, um gênero que evidencia sobretudo a importância dos jornais, sendo posteriormente estimulado pela chegada do rádio. Há ainda que destacar o caso do *aviso*, que, nas primeiras folhas da Europa, eram um tipo de anúncio, aparecendo, inclusive, na primeira metade do século XIX brasileiro, na seção correspondente. Posteriormente, perde essa natureza, transformando-se no que é hoje.

Em síntese, a história da notícia desemboca na criação de um modelo, o lide. Somente na década de 70 do século passado esse modelo vai perder a sua rigidez, embora ainda hoje se mantenha vivo. O que procurei mostrar foi o caminho percorrido para a conquista desse modelo. Com isso, estou propondo uma construção da história da língua na perspectiva dos gêneros textuais, diferente, pois, da concepção vigente nos estudos históricos, que, continuando a tradição começada com os neogramáticos, a entende meramente como história das formas gramaticais.

Referências

- AJURIAGUERRA, J. de /colaboradores. *A escrita infantil. Evolução e dificuldades*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1979.
- AMARAL, Luiz. *Jornalismo. Matéria de primeira página*. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979. v. III.
- BAHIA, Juarez. *Jornalismo, Informação Comunicação*. São Paulo: Martins Fontes, 1971.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

⁵² As primeiras manifestações do anúncio eram denominadas “avisos”.

- BÖDEKER, Hans Erich. Journals and Public Opinion. The politicization of the German Enlightenment in the Second Half of the Eighteenth Century. In: Eckhart, Hellmuth. *The Transformation of Political Culture*. [s/d]. p. 423-445
- BRADLEY, Duane. *A imprensa. Sua importância na democracia*. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1966.
- BURNETT, Lago. *A língua envergonhada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cena Produtores de Arte Ltda, 1985.
- CARVALHO, André/Martins, Sebastião. *Jornalismo*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1990.
- CONDEMARÍN, M.; Chadwick, Mariana. *A escrita criativa e formal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- CORÇÃO, Gustavo. Machado de Assis cronista. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra completa*. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. p. 325-331. {Diário de Notícias, [s.l.], 28 set.; 5 out. 1958.}
- DARNTON, Robert. *Rede de intrigas – fofocas, folhetins – as notícias na França do século XVIII*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. *Imprensa e poder*. Brasília/São Paulo: UNB/Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 227-246.
- EMERY, E. *História da imprensa nos Estados Unidos*. Trad. de E. Alkimin Cunha. Rio de Janeiro: Editôra Lidador Ltda., 1965.
- EISENSTEIN, Elizabeth. *A Revolução da cultura impressa. Os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1998.
- FERNANDES, Aníbal. Jornais e jornalistas do meu tempo. *Estudos Pernambucanos*. Recife, Massangana/Fundaj, p. 145-168, 1982.
- FRAGO, Antonio Viñao. *Alfabetização na sociedade e na história*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- IPANEMA, Marcelo de; Ipanema, Cibelle de. *História da comunicação*. Brasília, Universidade de Brasília, 1967.
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. *Ideologia e técnica da notícia*. São Paulo: Vozes, 1979.
- LIMA, Alceu A. *O jornalismo como gênero literário*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.
- LOMBARDI, Carlo. *Do pombo-correio ao sistema editorial*. In: Giovannini, Giovanni (Coord.). *Evolução na comunicação. Do stlex ao silício*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. pp.143-248.
- MARANHÃO Filho, Luiz. *Rádio em todas as ondas*. Recife: Editora da UFPE, 1998.

- _____. *Memória do rádio*. Recife: Editora da UFPE, 2000.
- MARCONDES Filho, Ciro. *Comunicação e jornalismo. A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1969.
- MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP, 1972.
- MEDINA, Cremilda. Notícia. Um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus Editorial, 1988.
- NASCIMENTO, Luiz. *História da imprensa em Pernambuco*. Recife: UFPE, 1967. v. III.
- _____. *História da imprensa em Pernambuco*. Recife: UFPE, 1969. v. IV.
- NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo, Contexto, 2002.
- PALLARES-Burke, Ma. Lúcia Garcia. *The spectator*. O teatro das luzes. Diálogo e imprensa no século XVIII, 1995.
- QUINTAS, Amaro. *Notícias e anúncios de jornal*. Recife: Prefeitura Municipal/Dep. de Documentação e Cultura, 1953.
- RABAÇA, Carlos Alberto; barbosa, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.
- ROCHA, João L. de Moraes. *A imprensa em Portugal*. Lisboa/Porto/Coimbra: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.
- RODRIGUES, Ernesto. *Mágico folhetim. Literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.
- SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1999.
- SEABRA. *Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet*. In: Motta (Org.). MOTTA, Luiz Gonzaga. *Imprensa e poder*. Brasília/São Paulo: UNB/Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 31-46.
- SENNA, Homero. *Gilberto Amado e o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968.
- SILVA, Antonio Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Oficinas S. A Litho-Tipographia Fluminense, 1922.
- SILVA, Rafael Souza. *Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa*. São Paulo: Summus Editorial, 1985.
- SILVA, Júlia Lúcia de O. A. *Rádio: oralidade mediatizada. O spot e os elementos da linguagem radiofônica*. São Paulo: Annablume, 1999.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 1989.
- SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Pompeu de. A chegada do "lead" ao Brasil. *Revista de Comunicação*, 30, p. 24-29, 1992.

- SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- STRASSNER, Erich. *Zeitung*. Tübingen: Niemeyer. Grundlagen der Medienkommunikation, 2. (1999).
- TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugália Editora, 1968.
- TESAK, Jürgen; Libben; Gary. On economy in written language production: telegrams, short letters, and notes. *Grazer Linguistische Studien*, 42, p. 115-120, 1994.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz. A literatura medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

***Registros rurais de tupinismos no Atlas Lingüístico do
Paraná e sua relação com a história social
paranaense***

por

Vanderci de Andrade Aguilera

Universidade Estadual de Londrina/CNPq

e

Lídia Albino

Universidade Estadual de Londrina

e

Celciane Alves Vasconcelos

Universidade Estadual de Londrina/CNPq

1 - Introdução

Neste artigo, procuramos demonstrar, na perspectiva da história social do Paraná, a concentração e expansão de alguns itens lexicais de base tupi registrados nas cartas lexicais do Atlas Lingüístico do Paraná — ALPR — (Aguilera, 1994). Seleccionamos aqueles que se distribuem pelo espaço do Paraná Tradicional, ou seja, o que abrange a região colonizada entre os séculos XVII a XIX, segundo Cardoso e Westphalen (1986), e que no ALPR estão assim representados: i) no século XVII — pontos 45 (Antonina), 46 (Guaraqueçaba), 54 (Curitiba) e 55 (Paranaguá); ii) no século XVIII — pontos 31 (Tibagi), 36 (Castro), 43 (Ponta Grossa), 44 (Rio Branco do Sul), 53

(Palmeira), 61 (União da Vitória), 62 (São Mateus do Sul) e 63 (Lapa); e iii) no século XIX - pontos 6 (Jacarezinho), 12 (Jataizinho), 17 (São Jerônimo da Serra), 18 (Ibaiti), 19 (Siqueira Campos), 20 (São José da Boa Vista), 25 (Ortigueira), 26 (Jaguariaíva), 37 (Cerro Azul), 38 (Adrianópolis), 41 (Pitanga), 42 (Prudentópolis), 50 (Laranjeiras do Sul), 51 (Guarapuava), 52 (Irati), 58 (Pato Branco), 59 (Mangueirinha), 60 (Palmas) e 64 (Rio Negro).

Essa divisão cronológica corresponde a três grandes movimentos sócio-histórico-econômicos do Paraná. O primeiro estende-se da primeira metade do século XVII até início do XVIII, marcado pela ocupação do litoral e Planalto de Curitiba pelos vicentistas que adentraram o Paraná em busca de ouro e de índios para a preação; o segundo segue até meados do século XIX, caracterizado pelo movimento dos tropeiros que faziam o percurso Viamão-RS a Sorocaba-SP, época em que o já escasso ouro das minas paranaenses leva os moradores à fixação no campo e à criação de gado para abastecer as minas gerais então em franco desenvolvimento; o terceiro, mostra a expansão rumo ao centro-oeste, com a presença crescente dos imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães, poloneses e ucranianos; e ao norte e nordeste com a chegada de famílias de fazendeiros mineiros dedicados à cafeicultura.

Convém lembrar que, neste texto, as expressões *tupinismo*, palavras do *tupi* ou de base *tupi* não serão usadas inadvertidamente. Não ignoramos a fluidez e a inadequação dessa nomenclatura — a de chamar de tupinismo, de forma mais ou menos indiscriminada, a todo item lexical com características próximas de nomes tupis. Nós o fazemos, porém, seguindo a denominação constante dos dicionários da Língua Portuguesa mais conhecidos no Brasil (Caldas Aulete 1964; Nascentes, 1943; Ferreira, 1986; Cunha, 1982 e 1994) e das obras de caráter lingüístico-descritivo (Silva Neto, 1970; Melo, 1981; Houaiss, 1985).

Os casos aqui analisados, conforme explicitamos acima, referem-se aos dados do Atlas Lingüístico do Paraná (Aguilera, 1994), elaborado a partir de pesquisa direta *in loco*, entre os anos de 1985 a 1990, junto a comunidades rurais distribuídas por todas as regiões do Estado. Um levantamento, mesmo superficial, nas 92 cartas lexicais do ALPR permite identificar, em 40% delas, pelo menos um item lexical de origem tupi. Esses nomes de base tupi estão cartografados, ou registrados nas notas das cartas, ou ainda transcritos das entrevistas orais, e recobrem, em sua maioria, conceitos de referentes da flora e da fauna, como é

comum nas demais regiões do Brasil, confirmando o que estabeleceram Amaral (1920: 27-33); Nascentes (1922: 181); Marroquim (1996: 113-118); Melo (1983: 149), entre outros.

2 - A distribuição espacial de alguns tupinismos no Paraná

A frequência e a distribuição dos tupinismos pelo território paranaense, não sendo uniformes, estão relacionadas a fatores histórico-diatópicos, diacrônicos e diastráticos. A diatopia recobre, pois, a história externa ou social da língua, e as cartas geolinguísticas em estudo revelam que a presença mais evidente de tupinismos no Paraná está diretamente relacionada à ocupação do litoral e do Planalto de Curitiba. Este fator não atua isoladamente, mas se intersecciona com o diacrônico, pois, localidades do litoral e do sul paranaenses são as mais antigas do Estado, colonizadas nos séculos XVII e XVIII.

Em trabalho recente, Aguilera (2002), discorrendo sobre a concentração e a expansão de alguns itens lexicais de base tupi registrados nas cartas do ALPR e associando essa distribuição diatópica à história social do Paraná, arrolou mais de meia centena deles. A autora fez, inicialmente, uma análise descritiva das lexias *nambeva* e *bapuíra*/*pipuíra*/*picuíra* (variedades de galinha), e *nhapacamim* e *nhapacaré* (espécies de gavião), que serão retomadas a seguir.

Essas quatro lexias foram registradas apenas nos pontos do litoral, por onde entraram os primeiros vicentistas (paulistas procedentes da então Capitania de São Vicente), no final da primeira metade do século XVII: Guaraqueçaba (*nambevã*), Antonina (*nhapacamim* e *nhapacaré*), Paranaguá e Guaratuba (*nambeva* e *bapuíra*/*pipuíra*/*picuíra*).

A lexia *nambeva* encontra-se registrada nas Notas da p. 138 e na carta 58, p. 139 do ALPR, como resposta à questão sobre 'a galinha que tem as pernas curtas'. Não está dicionarizada em nenhum dos autores consultados (Caldas Aulete, 1964; Cunha, 1982 e 1994; Ferreira, 1986; Nascentes, 1943), seja como *nambeva*, seja com as possíveis variantes *inambeva*, *inhambeva* ou *arambeva*. Por analogia com outras palavras do tupi, podemos ligá-la a *inambu*, ave, cujo registro em Cunha (1994) data de 1574.

Quanto às lexias *bapuira*/*pipuira*/*picuira*, foram registradas como nomes de uma espécie de galinha correspondente à *garnisé*, ou *galisé*, galinha de pequeno porte, mais miúda que as demais. Constam das Notas da carta fonética 162, p. 346, do ALPR. Cunha apresenta o verbete *piquira*, do tupi *pi'kira*, como sinônimo de peixe miúdo, datado de 1607; em 1842, consta como cavalo pequeno, pônei. Tanto a qualidade 'pequeno', que se transpôs do peixe para a ave e posteriormente para o cavalo, como a datação, sugerem tratar-se de verbete inserido na fala paranaense, através da importação dos paulistas no contato com os índios tupis, que os acompanhavam nas incursões pelo interior do Brasil.

A palavra tupi original, *pikira*, apresentou na fala dos aloglotas uma ditongação da vogal alta tônica, pelo contato com a surda velar /k/ dando origem à forma *piquira*, que, por sua vez, foi apreendida e reproduzida com a assimilação do fonema /k/ à consoante surda inicial /p/ passando à *pipuira* e, desta, com dissimilação e sonorização da consoante surda bilabial (p>b) e dissimilação da vogal alta posterior para a central (i>a), chegou à forma *bapuira*. Essas mudanças fonéticas que se operam lenta, constante e gradualmente, sobretudo nas comunidades ágrafas ou pouco letradas, travestem as lexias originais de tal modo que dificultam, e inviabilizam, não só a recomposição da forma original como a sua busca em dicionários e glossários.

Nhapacamim e *nhapacaré* são nomes para variedades ou espécies de gavião, registradas na carta 51 e nas Notas da p. 124. A primeira está lexicalizada em Nascentes (1943), Aulete (1964), Ferreira (1986) e Cunha (1982 e 1994), sob os verbetes *japacani* e *japacanim* como de origem tupi *yapaca'ni* e significando uma espécie de gavião. Sobre as variantes gráfica e fônica de *nhapacamim* < *japacani* < *japacanim*, Aguilera (2002: 31-32) comenta:

A mudança fônica da semivogal alta para a consoante palatal j ou nh está relacionada ao fato de serem homorgânicas, isto é, palatais, o que leva o ouvinte a reproduzir o y como fonema aproximado da forma original. Também não é estranho na história interna da língua a alternância das nasais m e n. Em Ferreira, *japacanim* é sinônimo de gavião-pega-pinto e Cunha fixa seu primeiro registro em 1777, o que me leva a pensar na hipótese de a lexia ser mais antiga, por já existir na linguagem oral tanto de paranaenses como de paulistas que estiveram em contato com os

tupis, mas só incorporada posteriormente. Como a fala precede a escrita, é normal que nem sempre o que existe na fala, principalmente rural, passe para a literatura escrita. A ocorrência única no corpus indica uma forma em extinção no Paraná.

Nhapacaré, por sua vez, registrado na fala litorânea paranaense como um gavião de grande porte, não consta de nenhum dos dicionários pesquisados. A massa fônica, entretanto, indica pertencer ao quadro de fonemas e de bases lexicais do tupi seja com o segmento *nhapa-*, *jaça-* ou *yaça* seja com a terminação *-caré*. Esta terminação parece ter sido acrescida à forma *nhapa* por associação fônica com o nome de outra espécie de gavião, porém menor que o *nhapacaré*, o *caburé*, presente na fala de uns poucos informantes do ALPR. Cunha (1982) traz, também, o verbete *cauré*, ave da família dos falconídeos, abonado com um excerto da obra de Raimundo Moraes, *Os igaraúnas. Romance Amazônico. Costumes Paraenses*, publicada em 1938. Dois problemas se colocam nesta abonação em relação à nossa pesquisa: um deles é o fato de a lexia constar de uma obra literária amazônica e não do sul ou do sudeste brasileiro; outra a datação do verbete, muito posterior em relação à criação do povoado que deu origem à Antonina, no litoral paranaense. Isto nos leva a indagar: i) se haveria mais semelhanças que diferenças entre o léxico do tupi do norte e o do tupi do sul do Brasil; e ii) se a lexia registrada é produtiva na comunidade em questão ou se trata de uma forma praticamente extinta, retida apenas por aquele informante.

Contraopondo-se a essas quatro lexias que se concentram no litoral, temos um segundo grupo com nove lexias tupis (e variantes fônicas) que conseguiram ampliar o seu raio de ação: saindo do litoral, chegaram ao Planalto de Curitiba e acompanharam o homem na sua caminhada, primeiramente rumo ao 2º Planalto e logo após seguindo a rota dos tropeiros, já no final do século XVIII e início do XIX. São elas *boitatá/baetatá/baitatá*; *caburé*; *curica*; *guamirim*; *incõe/inconha*; *jojoca*, *fejoca*; *peca/pequinha/guapeca/guapequinha*; *pinhé* e *urupé*. Dentre essas, destacamos para comentário a distribuição espacial de *boitatá/baetatá/baitatá* e de *urupé*.

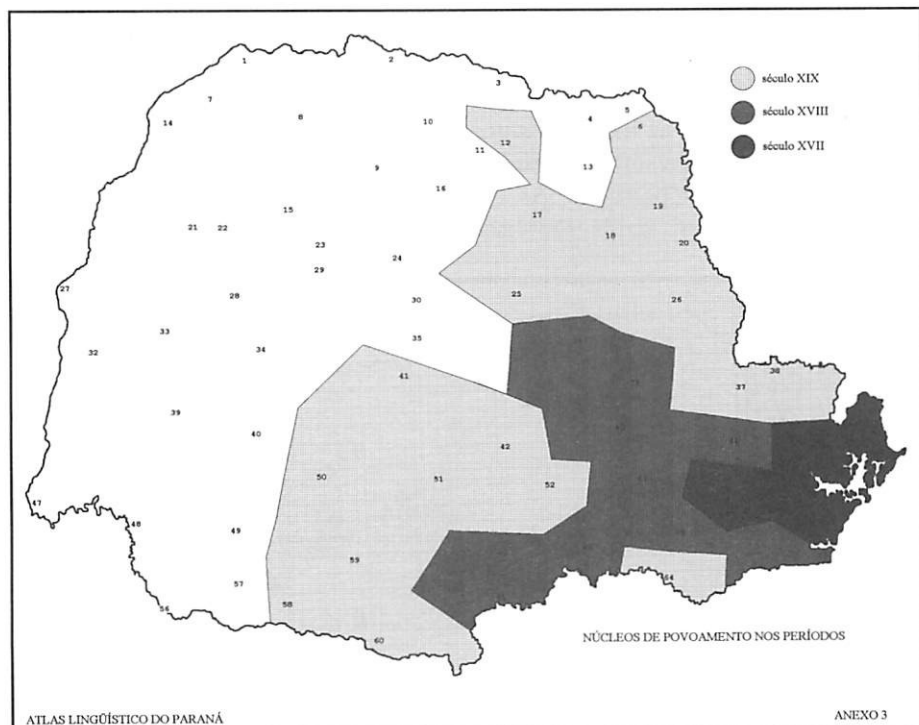
Sobre o mito ou lenda do *baetatá* no Paraná, Aguilera apresentou uma comunicação durante o *II Storytelling in the Americas*, no Canadá, em 2001. O texto completo foi publicado em 2003 e dele reproduzimos aqui algumas

considerações. Trata-se de uma lenda bastante disseminada no Estado, sobretudo nas localidades do Paraná Tradicional que, na fala dos informantes, é uma visagem em forma de bolas de fogo que aparecem se chocando ou se ‘pechando’ no ar, junto às árvores, principalmente pinheiros. No ALPR (Aguilera, 1994) não está cartografada a distribuição lexical do boitatá/baetatá. Para isso, elaborou-se, posteriormente, uma carta especificamente para o Encontro acima referido. Os dados foram coletados das 130 entrevistas, integralmente transcritas e digitadas. Compõem um conjunto de 13 volumes do Atlas Lingüístico do Paraná (*corpus*), ainda inédito, mas disponibilizado para os pesquisadores interessados.

A visagem é nomeada *baetatá* ou *baitatá* pelos informantes do ALPR, em maior frequência nos pontos mais ao sul e sudeste, onde a lenda é mais viva, chegando muitos a afirmar terem visto o *baetatá* e sentido os efeitos de queimaduras nas costas, embora “não tivessem abusado dele”.

Como já nos referimos em vários outros textos, a efetiva ocupação do solo paranaense teve início no século XVII, pelo litoral, com a chegada dos primeiros paulistas, e estendeu-se lenta e gradativamente, pelos séculos XVIII e XIX, em direção ao norte, ao centro e ao sul, com a contribuição de brasileiros e estrangeiros de várias procedências. Somente na primeira metade do século XX é que se completou o povoamento das regiões Norte e Oeste.

Mapa 1: Núcleos de povoamento nos séculos XVII, XVIII e XIX.



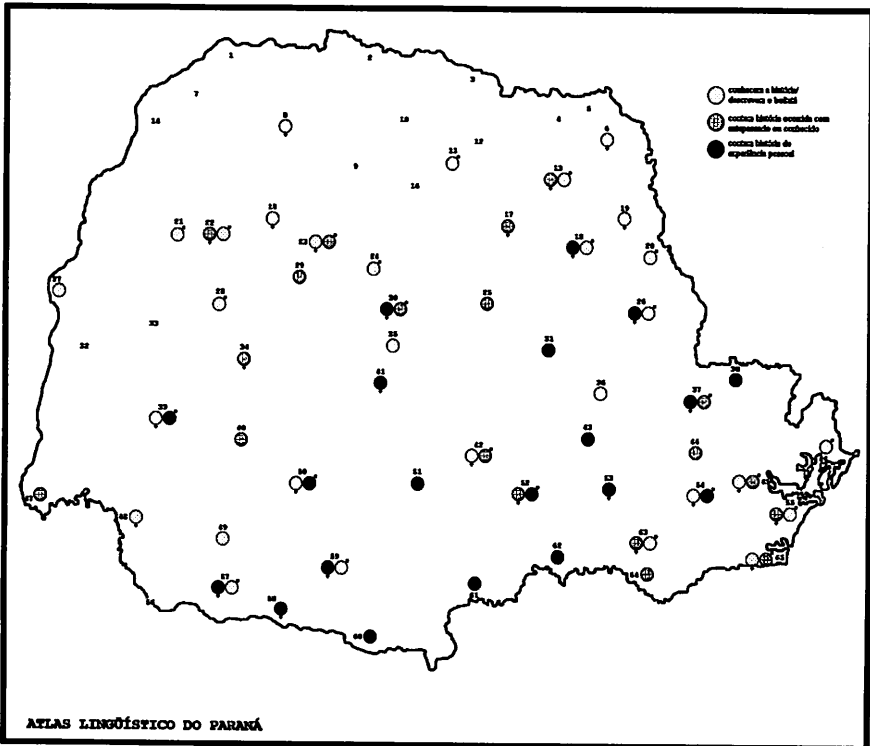
Fonte: Cardoso & Westphalen (1986), adaptado por Kika Milani.

O baetátá seguiu também a trajetória dos primeiros colonizadores: concentra-se na região do Paraná Tradicional e rarefaz-se no Paraná Moderno, conforme se verifica no Mapa 2, em que se apresenta, segundo a crença ou a credence de cada um, a distribuição espacial do *baetátá* no Paraná, conforme tenha o informante relatado a história e descrito a visagem; ou relatado a história que se passou com um terceiro; ou, ainda, relatado a experiência pessoal com o *baetátá*.

Mapa 2: Distribuição espacial do baetată no Paraná

Fonte: Aguilera (2003) elaborado por Kika Milani

Como se pode observar no mapa, a distribuição diatópica do *baitatá* no Paraná está, igualmente, associada à história social: povoaamentos antigos retêm com maior vitalidade as lendas e mitos; comunidades modernas, formadas no século XX, não preservam as narrativas orais que encantavam e amedrontavam o imaginário dos antepassados. As experiências pessoais, mediante o contato direto com o baitatá, ainda são bastante significativas se considerarmos o



avanço dos meios de informação e de comunicação nesse Estado nos últimos 40 anos.

O estudo sobre a lenda do boitatá demonstrou que, na prática, existem duas formas da visagem: uma, que povoa, ou povoava, o extremo sul brasileiro, pertencente ao folclore gaúcho, que se materializa numa cobra de fogo, originária de uma lenda sobre o dilúvio. A outra, presente no Paraná, registrada como baetatá/baitatá, e materializada em bolas, tochas, faíscas ígneas, vistas à noite, entre os galhos dos pinheiros, a se 'pecharem' ou a se baterem constantemente, em razão de castigo divino por transgressão a princípios religiosos impostos pelos jesuítas, como o incesto biológico ou o incesto por afinidade religiosa (compadre e comadre).

Assumimos, desta forma, que a *boitatá* e o *baetatá* são seres distintos no imaginário popular, diferentes na origem, no aspecto, no habitat e na atuação junto à natureza e aos homens, principalmente se considerarmos que o Pe. José de Anchieta, numa de suas cartas, datada de 1560, conforme consta de Cascudo (1972: 153-154), relatava que havia também outros fantasmas, sobretudo nas praias, que vivem a maior parte do tempo junto do mar e dos rios e são chamados baetatá, que quer dizer cousa de fogo, o que é o mesmo como se se dissesse o que é todo fogo. Não se vê outra cousa senão um facho cintilante correndo para ali; acomete rapidamente os índios e mata-os, como os curupiras; o que seja isto, ainda não se sabe com certeza.

O lexicógrafo e folclorista cita também um trecho da Nova Floresta de Manuel Bernardes, de 1706: "(...) e outro nas praias do mar e ribeiras dos rios, que chamaõ Baetatá; estes levaõ diante de si fogo inquieto, que discorre a huma, e outra parte".

A lexia e a lenda predominam no litoral e nas cidades que compõem o Paraná Tradicional. É provável que a variante fonética *boitatá*, de mboia, cobra e ta'ta, fogo, seja posterior, registrada por Taunay, *apud* Cunha (1982), em 1872.

A trajetória do boitatá no Brasil é apresentada por Encina, num *site* intitulado: Boitatá (Mboi-tatá, baitatá, bitatá, biatatá, batatão, João Galafuz...) (2001: 1):

inicialmente vivia perto do mar e dos rios e matava os índios, conforme relato do Pe. José de Anchieta; depois, segundo depoimento de Couto de Magalhães, seria um gênio protetor dos campos contra os que

provocavam incêndio nas matas e, finalmente, o cristianismo identificou-o com as almas penadas que purgam pecados de incesto ou de relações sacrílegas.

Ao contrário do que afirma esse autor, verificou-se, pelas narrativas e relatos coletados, que se mantiveram a forma ‘física’ e a denominação primitivas do ente sobrenatural no Paraná, isto é, fixou-se como bolas de fogo e manteve-se a variante fonética mais antiga, ‘baitatá’, trazida certamente pelos paulistas e suas numerosas comitivas de índios tupis.

A segunda lexia, *urupê*, também discutida por Aguilera (2002: 35) foi mapeada na carta 38 do ALPR, cujo tema é “outras denominações para o cogumelo”. Esta variante concentra-se no litoral, no Planalto de Curitiba e nas localidades que se situam ao longo do Caminho das Tropas, como Lapa, União da Vitória, São Mateus do Sul, Irati, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Tibagi e Jaguariaíva, estendendo-se também para o centro e oeste do Estado.

Monteiro Lobato, que se imortalizou como um dos maiores escritores infantis do século XX, dá a uma de suas obras para adultos o título de *Urupês*. Na crônica homônima faz uma crítica impiedosa ao povo brasileiro, principalmente ao caboclo, que o autor compara ao “sombrio *urupê* de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive”. (Lobato, 1918: 237). Lexicalizado em Cunha (1982) como forma tupi, as abonações são do Vocabulário da Língua Brasileira e a de Lobato já citada. Nascentes (1943) afirma proceder do tupi *u* ‘ru’pewa, cesto achatado, por alusão à forma.

Ainda no mesmo texto de Aguilera (2002: 36-37), a pesquisadora discute a concentração e distribuição diatópica de outros tupinismos considerados pela autora como especiais: *beronha*; *butuca* e a variante fônica *mutuca*; *carijó* e *caturra*. Dentre eles, destacamos, para comentários neste trabalho, as lexias *beronha* e *butuca/mutuca*, ambas como variantes léxicas regionais para o ‘mosquito que pica o animal’, registradas na carta 150 do ALPR e Notas respectivas.

Beronha, consta de Cunha (1994) como procedente de *meru* ‘nome tupi da mosca’ 1587 e, no mesmo verbete: *meruanha* ‘mosca-dos-estábulo’ *muruanja* 1587, do tupi *meru’ãia* < *me’ru* + *ãia* ‘dente’. Ferreira (1986) apresenta no verbete

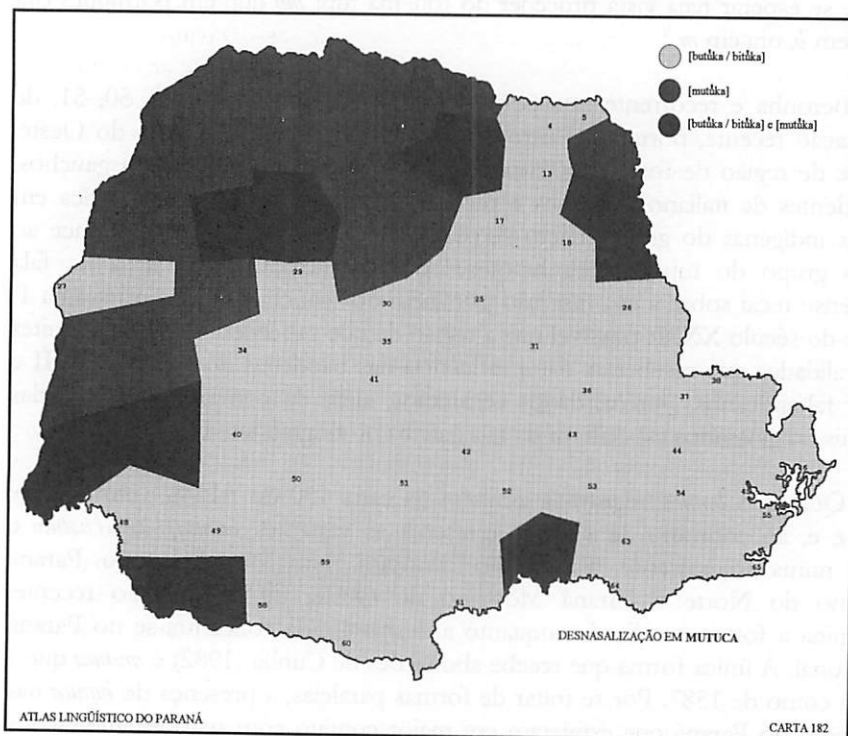
beruanha: do tupi *mbe'ru*, 'mosca' + *ãi* 'aguçada, com ferrão', e as variantes: *beronha*, *bironha*, *meruanha*, *muruanha*. No Paraná a única forma registrada foi *beronha*, ficando ausente qualquer outra forma nasalizada, como *meronha*, por exemplo, que seria de se esperar haja vista proceder do fonema tupi *mb* que em português ora resulta em *b*, ora em *m*.

Beronha é recorrente nos pontos 28, 30, 34, 36, 39, 40, 49, 50, 51, de colonização recente, portanto dentro dos limites do Paraná Moderno do Oeste. Trata-se de região de forte concentração de migrantes ou reemigrantes gaúchos, descendentes de italianos, alemães e poloneses. É também uma região rica em reservas indígenas do grupo macro-jê, os kaingang, cuja língua não pertence ao mesmo grupo do tupi. Minha hipótese sobre a introdução da *lexia* na fala paranaense recai sobre a sua inserção por meio dos gaúchos vindos do sul na 1ª metade do século XX. É possível que a região de que procedem esteja nos limites das localidades que receberam forte influência das bandeiras dos séculos XVII e XVIII, faltando-nos, porém, dados censitários, além da comprovação em atlas regionais ou glossários específicos da fala gaúcha ou riograndense.

Quanto a *butuca*, registrada também na carta 150 do ALPR, vem do tupi *mu'tuka*, e, ao contrário de *beronha*, apresenta as variantes *butuca/bituca/botuco* e *mutuca* numa interessante distribuição diatópica. Nas localidades do Paraná Moderno do Norte e Paraná Moderno do Oeste, de colonização recente, predomina a forma nasalizada enquanto a desnasalizada concentra-se no Paraná Tradicional. A única forma que recebe abonações de Cunha (1982) é *mutuca* que a registra como de 1587. Por se tratar de formas paralelas, a presença de *butuca* nas localidades do Paraná que estiveram em maior contato com os portugueses dos séculos XVII e XVIII é desconcertante na medida em que leva ao questionamento da possibilidade de esta variante ser ainda anterior à datação registrada por Cunha (1982).

Mapa 3: Zonas de isófonas de mutuca/butuca

Fonte: Aguilera (1994) adaptado por Kika Milani.



3 - Tupinismos paranaenses e os fatores diastráticos: dados para uma futura pesquisa

Outro enfoque que pode ser dado, na análise da produtividade lexical de base tupi, é a submissão do conjunto de lexias à variável sexo ou gênero. As outras variáveis, escolaridade e faixa etária, dificilmente poderiam ser mensuradas no nível do léxico por não apresentarem uniformidade numérica, ou seja, 50% de ocorrências em cada uma das células sociais. Esclarecemos que, quanto à escolaridade, a proposta do ALPR era entrevistar falantes, naturais de cada localidade investigada, sem qualquer nível de escolaridade, isto é,

analfabetos. No entanto, o desenvolvimento da pesquisa indicou ser um critério impossível de ser atendido nas 65 localidades selecionadas. Quanto à faixa etária, a proposta inicial estabelecia que o grupo dos 130 informantes deveria estar na faixa de 30 a 55 anos, exigência que também teve que ser adaptada às condições da realidade, principalmente quando se associavam os demais critérios: sexo, faixa etária, escolaridade e ser natural da localidade em estudo. O sexo ou gênero, conforme atestam estudos anteriores, nem sempre se mostrou uma variável suficiente para distinguir as diferenças de fala. A maior ou menor presença de tupinismos na fala de homens e de mulheres pode estar, muitas vezes, associada às tarefas que cada um desses moradores rurais desempenha dentro ou fora do núcleo familiar. É um dado interessante a ser discutido futuramente.

4 - Considerações finais

Neste trabalho procuramos demonstrar a ocorrência, a recorrência e a resistência de algumas lexias de base tupi inseridas na fala paranaense nos primeiros séculos do povoamento do Estado, pelos grupos paulistas que se estabeleceram no litoral e no Planalto de Curitiba a partir do século XVII, em busca de ouro e de índios para o trabalho na lavoura. Esses paulistas, como afirma a história, dominavam um dialeto ou variedade do tupi, ou língua geral, usada na comunicação com os indígenas até meados do século XVIII. Este fato sócio-histórico-diacrônico constituiu-se num fator relevante para a concentração e disseminação de tupinismos no Paraná.

O repertório lexical de uma época, usado como instrumento de comunicação e de interação social, constitui-se no reflexo das abstrações conceituais, cristalizando os conceitos de várias gerações. Os nomes de base tupi, transmitidos oralmente às sucessivas gerações por mais de três séculos, perpetuaram a herança cultural através dos signos verbais e chegaram até nossos dias por meio da fala de habitantes de comunidades rurais dos vários pontos do Estado, dos quais a maioria não teve contato com o mundo da escrita, preservando ou dando novas formas fônicas a palavras e coisas do mundo rural.

Chamaram-nos a atenção, sobretudo, as lexias em via de desaparecimento, como as denominações para algumas espécies de galinha e de

gavião, como *nambeva*, *piçuíra*, *bapuira*, *pipuíra*, *nhapacaré*, *nhapacamim*, que ainda resistem na linguagem oral de alguns poucos paranaenses do litoral. Outras lexias distribuem-se uniformemente pelo caminho dos tropeiros, que atravessavam o Paraná, vindos de Viamão-RS em direção às feiras de Sorocaba-SP e que, na sua passagem e pouso, iam fundando povoados e deixando as marcas de sua fala impregnada, ainda, de lexias de base tupi, herdadas de seus antepassados. Muitas dessas variantes expandiram-se para as regiões vizinhas e estão aí registradas nas cartas do ALPR. Algumas variantes fonéticas, como *mutuca/butuca*, distribuídas pelo território paranaense com fronteiras bem delimitadas, também são indícios da influência do momento histórico na constituição do léxico de uma língua.

A presença, e principalmente resistência, de uns poucos tupinismos na linguagem rural paranaense contemporânea revela, pois, o grau das relações interpessoais entre o bandeirante, o minerador, o tropeiro, o fazendeiro e os seus *administrados*, os migrantes e reimmigrantes, nos primeiros séculos da ocupação do solo paranaense por grupos exógenos.

Por outro lado, revela a fragilidade a que estão expostos, ora pela crescente urbanização, devido ao êxodo rural, ora pelo desaparecimento do referente — aquelas variedades de gaviões e de galinhas ainda existem? E o *baetatá*, decorridos quase vinte anos desde a primeira recolha de dados do ALPR, ainda povoa o imaginário dos paranaenses ou está apenas nas páginas dos livros de folclore? — ora, ainda, pelo poder nivelador da escola e da mídia na preferência de uma forma em detrimento de outra, considerada linguagem arcaica, própria dos mais velhos e sem escolaridade, como o *urupé*, que agora tem o nome de cogumelo, quando não é chamado até de champignon.

Esses três poderosos fatores podem minimizar e muito o acervo lexical rural de origem tupi, conforme procuramos demonstrar com a distribuição diatópica de determinadas lexias, muitas vezes rarefeita, deixando lacunas irrecuperáveis na história da língua portuguesa falada no Brasil e em especial no Paraná.

Referências

- AGUILERA, V. A. *Atlas lingüístico do paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.
- _____. (2002). Um estudo lexical em documentos notariais do Paraná. In: DUARTE, M. E. CALLOU, L. D. (Org.) (2001). *Para a história do português brasileiro*. Notícias de corpora e outros estudos. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ/FAPERJ, p. 223-235. v. IV. DATAS DIFERENTES
- _____. Tupinismos lexicais no português brasileiro: trilhas e traços no Paraná. *Ex oriente lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60. Geburtstag/brsg.* Von Sybille Grobe und Axel Schönberger in Verbindung mit Cornelia Döll und Christine Hundt. – Frankfurt am Main: Valentia, p. 19-40, 2002.
- _____. O baetátá existe realmente? In: BLAYER; ANDERSON (Ed.). *Latin American narratives and cultural identity*. New York: Lang, 2003. p. 202-216.
- AMARAL, A. [1920]. *O dialeto caipira*. Disponível em: <http://biblio.com.br>. Acesso em 12/05/2001.
- _____. *Tradições populares*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- CALDAS AULETE. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Delta, 1964.
- CARDOSO, J. A.; WESPHALEN, C. M. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.
- CASCUDO, L. C. *Dicionário do folclore brasileiro*. 3 ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.
- CASTILHO, A. T. de. Para um programa de pesquisas sobre a história social do português de São Paulo. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Primeiros Estudos. tomo II. São Paulo: Humanitas, 2001. vol. II
- CUNHA, A. G. Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi. São Paulo: Melhoramentos, 1982.
- _____. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- ENCINA. *Boitatá (Mboi-tatá, baitatá, bitatá, biatatá, batatão, João Galafuz)*. Disponível em encina.pntic.mec.es/~agonza59/indigenas.htm. Acesso em 17/08/2001.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira., 1986.
- FERREIRA, J. C. V. *O Paraná e seus municípios*. Cuiabá: J. C. V. Ferreira, 1999.
- HOUAISS, A. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.
- LIMA, E. *A vila de Curitiba: 1765-1820*. Um estudo da dinâmica econômico-social de uma comunidade. Tese de doutoramento em História Social, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982.
- MARROQUIM, M. *A língua do Nordeste*. Curitiba: HD Livros, 1996.

Melo, G. C. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico S/A, 1981.

_____. Para um dicionário de brasileirismos. *Linguagem*, n. 2, p. 26-36. Rio de Janeiro: Presença, 1983.

MORAIS SILVA, A. [1949]. *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1959.

NASCENTES, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1943.

_____. [1922]. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

SILVA NETO, S. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

Anexo 1: Relação de tupinismos registrados no ALPR

Anu, apixilim/pexurim, arará, araguaí/araguari, arapuca, araticum/articum, araticum/articum, aroeira, baitaca/maritaca, baitatá/baetatá, beronha, birigui, bracatinga, butuca/ botuca, bituca/ mutuca, butuca/ bituca/ mutuca, caburé, caracará, carancho, carapinhé, carijó, caruncho, cipó, cuiuiú, cupim, curica, embuá/ imbua, guapecá/ peca/ peva, imbé, incõe/inconha, jabuticaba, jojoca/jejoca, juá, juquiá, juriú, mamangava/ mamangaba, mandruvá/ mandarová, nacaré, nambeva, nhanguinho, nhapacamim/ iapacaním, nhapacaré, peroba/ perova, picumã, pinhé, piúca/pilhuca/pijuca, quiriquiri/ quiquiri/quiliquili, saquarema, tauató/ taguató, tigüera, tiriba/tiriva, urupê.

ISBN 978-85-7758-034-7



9 788577 580347